UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Área de Concentração: Geografia Humana
Departamento de Geografia

**Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas
de São Paulo e a favela do Vergueiro**

Versão corrigida

Fernão Lopes Ginez de Lara
Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Área de Concentração: Geografia Humana
Departamento de Geografia

**Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas
de São Paulo e a favela do Vergueiro**

Versão corrigida
(o exemplar original encontra-se no CAPH-FFLCH)

Fernão Lopes Ginez de Lara

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, sob a orientação
do Professor Dr. Anselmo Alfredo,
para obtenção do título de Mestre na área de
Geografia Humana

São Paulo
2012

Ficha de aprovação

Autor: Fernão Lopes Ginez de Lara

E-mail: fernao@usp.br

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Título: Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Anselmo Alfredo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Aprovado em: _____

Resumo

Nessa dissertação tratamos da formação das primeiras favelas paulistanas e em especial da favela do Vergueiro (~1949-1969), como particularidade de um estudo sobre a constituição do capitalismo no Brasil em seu momento desenvolvimentista. Tomando o capitalismo como uma socialização crítica, considera-se a realização da acumulação como momento conceitual que nega a si mesmo, expresso pelo movimento de expulsão da fonte originadora do capital - o trabalho - através do desenvolvimento das forças produtivas. No Brasil, teria se dado uma industrialização sem ruptura completa da forma social, refletindo-se num processo posto em grande parte pelas necessidades de venda de mercadorias do departamento de bens de capital global. A periferia capitalista se expressaria por uma formação negativa do trabalho, expropriando trabalhadores/as e forçando sua mobilização para o trabalho, sem sua necessária incorporação como polo negativo do capital. Sem dispor de base de valorização produtiva, muitos investimentos capitalistas concentram-se na propriedade da terra através do mercado imobiliário, expresso na retenção de terras na cidade de São Paulo. No período analisado - meados de 1930 a 1970 - as favelas não eram tão significativas comparativamente à magnitude que o fenômeno viria a assumir a partir dos anos 1970; entretanto, são igualmente representativas das particularidades das contradições postas pela modernização brasileira. A contradição entre expropriação, industrialização periférica e mercado imobiliário culminaria na profusão de favelas, identificando a princípio o próprio Estado como agente formador de favelas, vindo o processo a assumir maior expressão face aos movimentos migratórios e dificuldades do acesso à terra para moradia. Por último, analisamos as políticas de desfavelamento, aqui entendidas como formadoras para o trabalho e para garantir a liberação da propriedade privada.

Palavras-chave: modernização, favelas, São Paulo, industrialização, desfavelamento, despejo

Abstract

The object of this dissertation is the Vergueiro *favela* (shantytown), ~1949-1969, one among the first of São Paulo's favelas. At the time covered by the study, they had not yet grown to their later large sizes, but they are nevertheless representatives of the phenomena yielding from Brazilian modernisation. Capitalism is taken as critical socialisation, whose conceptual carrying out is its own negation, expressed by the eviction of capital's originating source (labour) by means of the development of the productive forces. Industrialisation in Brazil has taken place largely as posed by the need for the sale of goods from the global capital assets department. The periphery of capitalism is expressed by the negative formation of labour, expropriating workers and forcing their mobilisation, without its incorporation as the negative pole of capital. As a basis of productive valorisation was unavailable, many capitalist investments concentrated in land tenure within the real estate market, expressed by the holding of land in the city of São Paulo. The contradiction between expropriation, peripheral industrialisation and real estate market culminated in the profusion of *favelas* throughout the city. Such *favelas* had to face removal policies ("defavelisation") aiming at the formation of labour and the liberation of private property.

Key words: modernisation, shantytown, favela, São Paulo, industrialisation, eviction

Sumário

ÍNDICE DE TABELAS.....	III
ÍNDICE DE IMAGENS.....	III
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	IV
AGRADECIMENTOS.....	V
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1.....	14
FETICHISMO E DESENVOLVIMENTO: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DA MODERNIZAÇÃO.	14
1.1. Apresentação.....	15
1.2. Modernização e pobreza como atraso – a favela como aparentemente oposta ao desenvolvimento.....	19
1.2.1. Fetichismo da mercadoria em Marx, separações e o sujeito na modernidade.....	19
1.2.2. Desenvolvimentismo como fetichismo da modernização.....	26
1.3. Acumulação e crise – elementos de uma interpretação possível da acumulação capitalista.....	30
1.3.1. Apresentação.....	30
1.3.2. Entrelaçamento da produção social: oposição simultaneidade x sucessividade.....	33
1.3.3. Autonomização das categorias do capital e formação do lucro médio.....	36
1.3.4. Redução dos preços de custo: rebaixamento dos custos de matérias primas e tendência de aumento do capital constante.....	44
CAPÍTULO 2.....	57
MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA E CONDIÇÕES PARA	
FORMAÇÃO DE FAVELAS EM SÃO PAULO:	
INDUSTRIALIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO PARA O TRABALHO	57
2.1. Apresentação.....	58
2.2. Industrialização e desenvolvimentismo.....	58
2.2.1. Os departamentos da produção social e industrialização da periferia capitalista.....	58
2.2.2. Articulação entre departamentos da produção global e industrialização brasileira.....	68
2.3. População sob o capital.....	85
2.3.1. Dinâmicas populacionais e mobilidade do trabalho.....	85
2.3.2. Breves notas sobre as migrações em São Paulo como mobilização para o trabalho e industrialização.....	94
CAPÍTULO 3.....	105
A FAVELA E O DESERTO DA MONETARIZAÇÃO:	
HABITAÇÃO, CORTIÇOS E PRIMEIRAS FAVELAS EM SÃO PAULO.....	105
3.1. Apresentação – a favela e o deserto da monetarização.....	106
3.2. Habitação enquanto problema autônomo.....	112
3.2.1. Habitação como problema e como parte dos custos da reprodução da força de trabalho.....	112
3.2.2. Favelas, biologização da cidade e hausmanização.....	119
3.3. Favelas em São Paulo.....	126
3.3.1. Antecedentes das favelas: casas unifamiliares e sanitarismo em São Paulo.....	126
3.3.2. Surgimento de favelas em São Paulo - o sentido do favelamento.....	141
3.3.3. A expansão das favelas paulistanas.....	155
3.3.4. Carolina Maria de Jesus e a Favela do Canindé.....	163

CAPÍTULO 4.....	172
FAVELA DO VERGUEIRO: TERRA E CAPITAL.....	172
4.1. Terra e capital: aspectos sobre a questão fundiária da favela do Vergueiro.....	173
4.1.1. Considerações sobre a constituição do mercado de terras na cidade de São Paulo	173
4.1.2. Terra e Capital na formação da Chácara Klabin.....	177
4.1.3. Surgimento da Chácara Klabin.....	188
4.2. Formação da favela pela sublocação da terra.....	192
4.2.1. Arrendamentos e primeira disputa judicial.....	192
4.2.2. João Botecchia e a tentativa de usucapião.....	200
4.2.3. Considerações sobre o desdobramento da sublocação internamente à favela.....	208
CAPÍTULO 5.....	217
FAVELA DO VERGUEIRO: VIDA E TRABALHO.....	217
5.1. Origem das pessoas – despejos anteriores e mobilidade entre favelas – início do Vergueiro do ponto de vista da moradia.....	218
5.2. Trabalho na favela	225
5.2.1. Favela como um momento da socialização pelo valor.....	225
5.2.2. Empregos e tipos de trabalhos de moradores e moradoras do Vergueiro.....	233
5.2.3. Generalidades do trabalho: mulheres e empregos domésticos, homens e indústria da construção civil.....	251
5.3. Outros aspectos da vida na favela.....	268
CAPÍTULO 6	278
FAVELA DO VERGUEIRO: O DESFAVELAMENTO COMO FORMAÇÃO DO TRABALHO E LIBERAÇÃO DA TERRA.....	278
6.1. Apresentação: o enfrentamento da favela do Vergueiro: educação, congelamento e despejo.....	279
6.2. Educação e qualificação do trabalho na favela do Vergueiro pelo Estado e outras entidades.....	281
6.3. O fim da favela do Vergueiro.....	298
6.3.1. O primeiro fim (1962): primeiros movimentos de desfavelamento - a intervenção do MUD.....	298
6.3.1.1. O MUD.....	298
6.3.1.2. O natal e o ano novo de 1961/1962 na favela do Vergueiro.....	301
6.3.1.3. Congelamento das favelas.....	305
6.3.2. Despejo final (1963-1969): endurecimento do desfavelamento e atuação do MOV.	314
6.3.2.1. Nova atuação do Estado: BNH e CED.....	314
6.3.2.2. O MOV e a Comissão do Desfavelamento da Assembleia Legislativa...320	
6.3.2.3. Despejo final – AI-5 e o desfavelamento frustrado.....	329
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	338
REFERÊNCIAS.....	344
Livros, teses e dissertações.....	344
Referências literárias.....	352
Jornais.....	352
Materiais de referência e outros documentos.....	352
Processos judiciais.....	353
Mapas e Cartas.....	353
Filmes e documentários.....	353
Músicas.....	354
Entrevistas.....	354

Índice de tabelas

Tabela 1: Desvio do preço em relação ao valor.....	42
Tabela 2: Expectativa de moradia após saída da favela – 1968 – (em número de famílias).....	239
Tabela 3: Distribuição das famílias procedentes da Favela do Vergueiro – 1962.....	311

Índice de imagens

Imagem 1: Ao lado, há uma escada que antigamente conduzia à favela. Por meio de deriva foi possível estabelecer neste local as primeiras entrevistas na Chácara Klabin. (Fonte: foto do autor, 11/10/2010).....	11
Imagem 2: favelados do Vergueiro que voltarão a locais de origem, com legenda original.....	103
Imagem 3: Favela da Várzea do Penteado, junto à Avenida do Estado e próxima ao centro da cidade. Década de 1940.....	142
Imagem 4: Montagem com quatro fotos dos barracões construídos pela gestão do prefeito Abraão Ribeiro, que foram chamados de “Vila Abraão Ribeiro”, “Favela Nossa Senhora da Conceição”, e o mais consagrado, “Favela do Glicério”.....	152
Imagem 5: Parque Proletário Provisório No. 1, Gávea, Rio de Janeiro.....	154
Imagem 6: Favela da Vila Prudente, 1955?.....	160
Imagem 7: Presença da polícia na Favela da Vila Prudente - 1955?.....	161
Imagem 8: “Favela”.....	172
Imagem 9: Situação da gleba em 1897, com localização aproximada da Chácara Klabin assinalada.....	178
Imagem 10: Mansão da família Klabin, em construção e finalizada, vista da Rua Afonso Celso.....	187
Imagem 11: “Casa e chácara das inquilinas Margarida Gomes de Souza e Izabel Gonçalves Martinho, quasi à margem da estrada Vergueiro.”.....	191
Imagem 12: Favela do Vergueiro, 1965–1968.....	193
Imagem 13: Foto aérea da área supostamente em 1929	203
Imagem 14: Campos e barracos ao fundo, que segundo a defesa de Botecchia teriam sido construídos mediante sua autorização.....	205
Imagem 15: Barracos na favela de Vila Prudente em 1954.....	220
Imagem 16: Empório comercial em favela ignorada.....	231
Ilustração 17: fotografias da área após o despejo.....	260
Imagem 18: Chácara Klabin vista da saída do Metrô Imigrantes.....	260
Imagem 19: fiscalização da venda de Alcool nas favelas.....	274
Imagem 20: pixação na av. Fábio Prado, Chácara Klabin.....	278
Imagem 21: Fotos das Escolas Reunidas da Vila São José – 1967.....	295
Imagem 22: Formatura nas Escolas Reunidas da Vila São José – 1967.....	296
Imagem 23: Jantar em benefício do desfavelamento da Favela do Aeroporto.....	303
Imagem 24: Saída de famílias da favela do Vergueiro no primeiro despejo - 1962.....	313
Imagem 25: Tratores removem terra na favela do Vergueiro.....	333
Imagem da capa: “Favela do Vergueiro morre aos poucos: 1.500 famílias ficarão sem suas casas” - Fonte: FSP, 09/03/1968.	

Lista de abreviaturas e siglas

ACM – Associação Cristã de Moços
AP – Ação Popular
BNH – Banco Nacional de Habitação
CASMU - Comissão de Assistência Social Municipal
CED - Comissão Estadual do Desfavelamento
CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina
COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
DAE – Departamento de Águas e Energia
DIC – Departamento de Imigração e Colonização
DOP – Departamento de Obras Públicas
DOSP – Diário Oficial do Estado de São Paulo
DPH – Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura de São Paulo
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
FDM – Folha da Manhã
FDN – Folha da Noite
FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo
FSP – Folha de São Paulo
JUC – Juventude Universitária Católica
MOV – Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado
MUD – Movimento Universitário de Desfavelamento
OESP – O Estado de São Paulo
SAGMACS – Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SEBES – Secretaria do Bem Estar Social
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SNI – Serviço Nacional de Informações

Agradecimentos

É uma tarefa muito difícil agradecer a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a realização dessa pesquisa. Além de muitas, seria uma injustiça deixar de fora aquelas que direta e indiretamente contribuíram para nossos caminhos e indagações. Este texto é apenas parte de uma pesquisa mais ampla que envolve muitas outras pessoas e que não se restringe ao âmbito acadêmico. Por isso, o primeiro agradecimento é geral, para todas aquelas pessoas que tem me acompanhado ao longo dos últimos anos, seja em ambientes de estudos, de movimentos sociais, ocupações, comunidades, compartilhando casa e vida em geral.

Talvez seja melhor agradecê-las pessoalmente, tentando retribuir pela troca de vivências e reconhecendo que o que vivemos foram experiências muito mais coletivas que individualizadas. O aprendizado de tantas conversas e vivências não poderia ser resumido nesse pequeno espaço, sendo impossível expressar tal através da forma escrita. Difícil dizer se uma contribuição é mais importante que a outra. Conversas, debates, leituras, sugestões ao texto, correções, traduções... são muitas contribuições, e para não fazer injustiça, prefiro agradecer coletivamente a todas essas pessoas – que são, afinal, companheiros e companheiras de vida e de indagações.

Agradeço a todas as pessoas que participam ou passaram pelos grupos de estudos que se reúnem no Labur. Sem o estudo coletivo propiciado por esses espaços, o processo de pesquisa seria muito mais árduo, difícil, áspero e solitário – o que não me parece uma boa ideia! Talvez uma das melhores descobertas foi o prazer do estudo coletivo, entremeado, em que cada pesquisa se interconecta com muitas outras e que estão em constante andamento e reconstrução. No fundo, há uma concordância de que se trata de uma mesma problemática que envolve a todas e todos, em que cada estudo particular traz contribuições únicas e preciosas para toda a coletividade.

Agradeço assim a todas as pessoas dos grupos Marx, grupo de sexta e outros mais efêmeros – como o grupo de modernização retardatária e das leituras do Ruy Fausto..!

Não podia ficar de fora uma profunda gratidão a alguns professores e professoras da geografia,

que cada qual a sua forma contribuiu pelas leituras – TGI, qualificação – e tantas conversas sobre vivências, dúvidas, questionamentos... Por isso, queria agradecer ao Anselmo, pela orientação que permitiu a construção de um diálogo muito aberto, estimulante e em movimento; à Odette pela inspiração constante, conversas e incentivo à pesquisa; à Amélia pela abertura e ajudas nos momentos de maior dificuldades teóricas e práticas; e ao Dieter, pelo estímulo constante à crítica negativa, e que ainda me pergunta do “skate”...! Agradeço também aos professores Wilson Barbosa e Jorge Grespan, do departamento de História, por todas as questões levantadas ao longo de suas disciplinas.

Devo agradecer a todas e todos técnicos e funcionários do departamento de Geografia, da seção de pós, administração e outras dependências desta Universidade.

Agradeço ao pessoal de todas as bibliotecas que consultei ou utilizei: na USP, Biblioteca central da FFLCH, Faculdade de Educação, Instituto de Psicologia, FAU e FAU Maranhão; Biblioteca do Centro Cultural São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca Mário Schemberg (Lapa), Biblioteca Alceu Amoroso Lima (Pinheiros), Biblioteca da PUC-SP, Biblioteca Nacional de Brasília, Biblioteca da UnB e Biblioteca do Colégio São Luiz – esta última que me deu acesso a relevante material interno desta escola sobre a atuação de um dos movimentos desfaveladores analisados. Em todas, sempre fui prontamente atendido e manifesto aqui meus sinceros agradecimentos, pois sem sua ajuda muitos materiais simplesmente não seriam localizados.

Mas também devo muito a diversos sebos: grande parte dos descaminhos e percursos da pesquisa também foram influenciados pela busca a esmo por entre prateleiras infindáveis, que me colocavam em contato com um passado de livros já lidos e consultados; em três deles pude encontrar livros de grande valia: no sebo do Amadeu, que me forneceu os primeiros quatro livros do “Capital”; sebo Espaço do Livro – quando me deparei com uma recém recebida coleção de livros de um geógrafo; e um sebo de nome desconhecido, na liberdade, aonde encontrei algumas preciosidades que serviram como fonte documental.

Agradeço todo o pessoal do Museu Lasar Segall, que primeiramente me forneceu acesso a documentação da família Klabin, e posteriormente me autorizou o uso de uma imagem de Lasar Segall, com o tema da favela.

Agradeço ao pessoal do Arquivo do Estado e do Departamento de Patrimônio Histórico, ao acesso e auxílio na consulta de material variado.

Devo agradecer profundamente a cada pessoa entrevistada, cujos relatos enriqueceram e deram mais fundamentos para uma interpretação sobre a favela, baseado em seus relatos de vida: Francisco, Gijo, Dirceu, Amaral e Margot.

Agradeço a todas as pessoas colegas de trabalho, da Brasiliana, do Almanack, a quem agradeço a compreensão quanto aos dramas vividos por trabalhar durante a execução da dissertação. Agradeço também ao pessoal da FUNDAP, em especial a Neide Farran.

Agradeço também à simpatia e prestatividade que encontrei durante a pesquisa jurídica. Em primeiro lugar, a Andréia Gonçalves, pela orientações iniciais referentes à consulta de processos. Nas varas, agradeço à paciência e o bom humor ao atender aquele que sempre era o único não-advogado presente, leigo, me ajudando a localizar números de registros; a advogados e advogadas que encontrava nesses lugares e que me ajudaram dando pistas de como e onde acessar as informações que queria. No SPI, agradeço muito à orientação para a pesquisa no arquivo. No Arquivo do Ipiranga, ao porteiro do prédio que me deu a dica preciosa de como me cadastrar como pesquisador; a toda equipe do arquivo, pela ajuda, conversas e extrema prestatividade, em especial Isa e Luis Antônio, que me atenderam e assistiram na consulta do material.

Agradeço muito a minha mãe, meu pai, ao Rô, Fá, Diego e a pessoinha que está vindo para ser sua irmã ou irmão! Agradeço de coração à minhas duas avós, que infelizmente perdi durante a execução dessa dissertação, mas que sempre lembro em cada instante... vó Adelaide toda vez que mexo nas plantas do quintal e vó Lycia e as deliciosas conversas sobre a São Paulo antiga...

Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq.

Introdução

Nessa pesquisa buscamos discutir aspectos particulares da modernização brasileira através de um estudo sobre a favela do Vergueiro e sobre algumas das primeiras favelas paulistanas entre a década de 1940 e 1960. Procuramos analisar sua formação como parte dos desdobramentos da modernização brasileira em meio a um momento desenvolvimentista que considerava o industrialismo a forma de superar a chamada condição de “subdesenvolvimento” – ao que as favelas foram identificadas como símbolo. A visão dominante fez com que as favelas fossem tomadas como exemplos da ausência de desenvolvimento, e não como resultado da própria modernização. Consequentemente, as primeiras políticas que lidaram com elas tenderam a reforçar e ampliar a questão, tomado-a somente por sua aparência.

A presente pesquisa trata da oposição entre processo e sua aparência, e de como se deram análise e intervenção nas favelas. Antes de procurar “sujeitos responsáveis” pelas políticas de enfrentamento da situação, visamos situar a formação de favelas como parte do processo modernizador, a partir de diversas facetas passíveis de análise: a favela do ponto de vista da habitação, do trabalho, o lazer, a repressão, o desfavelamento, despejo etc.

A separação analítica da realidade constituiu talvez nossa maior dificuldade: para formular perguntas, escolhas e recortes são feitos. Compreender que tais separações só existem no nível do pensamento ajuda a perceber que nenhuma divisão é definitiva ou mais correta, mas tão somente resultado de um recorte da realidade. Qualquer escolha envolve responsabilidades e riscos.

As leituras e vivências distintas, a mescla entre leitura e pesquisa, e também os eventos ocorridos na vida deste pesquisador, se expressam num texto que reflete um processo de pesquisa que esteve longe de ser linear e sistemático: aprendemos a pesquisar durante o próprio processo de pesquisa, o que implica o surgimento de novas questões que foram sendo introduzidas por força da realidade. Por essa razão, reconhecemos que o texto nem sempre se organiza de forma a ajudar o

leitor, em especial quando a exposição teórica se separa demasiado da investigação empírica. Mais do que uma forma acabada de exposição, reflete nosso processo de pesquisa e as dificuldades em tecer, de imediato, as relações entre os fenômenos. Muitas vezes, as descobertas de novos textos e fontes de dados se deram em estágios avançados da escrita, como por exemplo a incorporação dos processos judiciais que só foi feita a menos de dois meses da data da entrega final do trabalho¹.

Queremos compartilhar algumas das motivações que nos levaram às escolhas realizadas e os caminhos percorridos: o tema, os recortes, os casos analisados e as reflexões paralelas que foram sendo adicionadas. Embora o texto seja nosso, ele é apenas parte de um processo amplo de reflexão coletiva que extrapola não só o período de realização da pesquisa como também o escopo acadêmico, tanto nos propósitos, como nas interlocuções.

Mesmo nunca tendo vivido numa favela, nosso interesse por elas é antigo, e inicialmente influenciado pelo imaginário musical dos anos 1990 e 2000 do rap nacional. Embora tardia, a vivência de rua e da cidade do pesquisador foi propiciada pelo skate, que além de nos apresentar a “outros mundos”, se relaciona ao rap nacional pela voz de Racionais Mc's, GOG, Consciência Humana, Nega Giza, Facção Central e tantos outros grupos, que tinham na temática da favela a origem e uma constante referência.

A fotografia foi outro vínculo, levando me, em 2003, a tomar contato com variados movimentos sem-teto. A princípio, conheci ocupações de edifícios e, no ano seguinte, me vincularia a um movimento de ocupação de terra urbana. A fotografia jornalística foi meu vínculo inicial com tal movimento, seja para garantir a segurança em face à possibilidade da violência policial, seja pela documentação e produção de material contra informativo. Por meio dessa atuação política, fui apresentado a inúmeras “quebradas” e favelas nos quatro cantos da metrópole. Conjuntamente, viria a amizade e vínculo com inúmeras pessoas de todas as origens as quais provavelmente nunca teriam

1 Embora de início buscássemos ter acesso a tais processos, as nossas dificuldades de compreender o funcionamento do sistema jurídico, ao lado dos problemas relacionados ao acesso às informações jurídicas, retardaram o acesso e a consulta aos documentos. Da mesma forma, o grande número de processos existentes sobre o assunto tornou-se um adicional complicador.

se encontrado sob outra circunstância, que o fizeram através do movimento social. Devo mencionar que o auge da efervescência foi vivido no período entre 2005 e 2007, nas ocupações Chico Mendes (Taboão da Serra) e João Cândido (Itapecerica da Serra), que propiciaram o encontro entre pessoas vindas da universidade (como eu), círculos ativistas independentes, movimentos culturais da periferia, militantes sociais de origem de outros movimentos (como o próprio MST) e uma maioria de pessoas da periferia que lutavam para conseguir uma casa. Face a um encontro tão profícuo, inúmeros questionamentos viriam à tona por todas as partes, fechando aquela breve mas importante janela temporal que propiciou uma ruptura nas vidas de *todas* as pessoas que viveram tais experiências.

Em 2007 passaria a questionar algumas das motivações daquele movimento, tendo dele me desligado no segundo semestre daquele ano. Muitas das inquietações daquele momento se expressam nessa pesquisa, levando a uma posição ingrata mas fértil: quais os limites da atuação política pautada pela questão do acesso à moradia? Quais os limites da atuação numa sociedade mediada pela mercadoria? Um dos grandes incômodos foi perceber que todas as possibilidades postas pelas ocupações com suas estruturas coletivas (cozinhas comunitárias, ciranda, bibliotecas etc) eram apenas efêmeras uma vez que as possibilidades postas como “conquista de casas” se transformou pela inclusão das pessoas em planos habitacionais construídos por grandes construtoras agenciadas pelo Estado. Ou seja: reiteração do mesmo, agravada pelo fato de se viver encaixotado em apartamentos minúsculos, mal construídos e sem possibilidades de ampliação – como seria uma casa de favela – ; ainda, erguidos por operários trabalhando a salários de mercado para empresas que seguiam a lógica da produção de mercadorias. Estaríamos atuando como assistentes sociais a serviço do Estado e do capital, ainda que nossas intenções fossem revolucionárias? Incômoda questão...

Entretanto, se os questionamentos persistiram, persistiu também a amizade com muitas das pessoas daquela época, que se viam na urgência de atuar contra uma série de 'barbaridades' do

mundo moderno: contra a violência policial, por condições mínimas de vida etc. A via acadêmica ressurgiu também como forma de mitigação das minhas próprias questões. Tendo vivido por alguns anos trabalhando com tecnologia da informação, sempre sob relações de trabalho precárias e fora do considerado “normal” – embora fosse a forma corriqueira das relações trabalhistas dos anos 2000 – me vi estimulado à realização de um mestrado, que poderia aliar tanto a possibilidade de estudar e refletir sobre essas indagações, como manter minha sobrevivência por meio de uma bolsa de estudos.

Mas... por que a favela do Vergueiro?

Esse tema surgiu como uma pequena pulga atrás da orelha, no ano de 2004. Esperando o horário de um compromisso de trabalho no bairro da Aclimação e munido de uma câmera fotográfica, iniciei uma volta no estilo “deriva”, na qual me depararia com “restos” do que muito tempo antes poderia ter sido uma favela. Eram apenas algumas casas ao lado de um vale pelo qual passava uma grande avenida: me dei conta de que a construção da avenida remetia a um despejo. A inquietação se somou a uma música de Adoniran Barbosa (“Mulher, patrão e cachaça”) que menciona a favela do Vergueiro. Logo pensei: que favela é essa e onde teria se localizado?

À união entre tais inquietações somou-se ao início da leitura de “O Capital” de Marx, em grupo de estudos o qual participo até hoje no Laboratório de Geografia Urbana, no departamento de Geografia da USP, potencializando e me introduzindo nas leituras desse e de outros trabalhos tão importantes para a interpretação do mundo presente. Além desse grupo, participei de outros grupos de estudos igualmente importantes para minha formação, como o *Grupo de Sexta/Krisis* e de estudos sobre a *Modernização Retardatária*.

Restaria ainda tecer algumas considerações sobre como o processo de pesquisa foi influenciado pelo contexto cada vez mais frenético da vida. Vida pessoal e pesquisa postos como movimentos da socialização moderna se misturam e os descaminhos refletem-se mutuamente. No âmbito da universidade, greves e conflitos para enfrentar o sentido produtivista e o aumento de uma

gestão crescentemente totalitária das ciências, nas quais se incluem também as humanas. A corrida contra o tempo, a participação em congressos e publicação de artigos, o cumprimento de normas burocráticas etc: toda uma série de elementos que conspiram *contra* a pesquisa, pautada por termos quantitativos e de inovação postos por necessidades do capital.

A crise do trabalho é por nós vivida, e também a favela. Se não morei numa favela isso não quer dizer que minha situação não o favoreça, dadas as condições cada vez mais instáveis em que se põe o trabalho; cada vez se tem que trabalhar mais para viver uma vida mais alucinada. A academia torna-se a possibilidade de um emprego público estável, com direitos trabalhistas etc, mas que impõe exigências produtivas em que a aparência (publicação de artigos em massa) se torna mais importante que a densidade da pesquisa². Verifica-se uma tensão entre a formação de mestres e doutores que não conseguirão ser incorporados em instituições de ensino superior; também dessa forma vivemos a crise do trabalho, por maiores que sejam as expansões universitárias: não há vagas para todo mundo, de modo análogo à formação do trabalho sem possibilidade de incorporação analisada no decorrer dessa pesquisa. Mas restaria ainda, na academia, algum espaço para o desenvolvimento de pesquisas de forma conjugada ao provimento de um meio de sobrevivência; mas lembrando que a pesquisa é mais ampla que esse ambiente e não pode a ele se restringir.

Há possibilidade de atuação enquanto *sujeito*? Ou nos resta somente aceitar a condição de *sujeição*, e assim nos conformar com a condição de alienar o próprio trabalho? A questão de fundo que nos move é: o que se pode fazer para superar a condição capitalista que nos coloca como trabalhadores para o resto da vida, potenciais favelados e seguidores de leis... Ou ainda, estamos combatendo ou reforçando o sistema?

Falar sobre as favelas de antigamente, entretanto, permite que estabeleçamos vínculos que podem remover algumas das inúmeras “camadas de fetichismo” que obscurecem nossa vista. Por exemplo, se tomarmos o novo cartão postal paulistano – a zona comercial de alto padrão da Avenida

² Vale dizer que os concursos públicos para docência se encontram cada vez mais e mais disputados, requisitando critérios como a produtividade acadêmica.

Berrini e entorno – pela aparência, não há relação possível a ser feita com, por exemplo, a favela do Vergueiro. Entretanto, onde a partir de 1990 e 2000 se ergueram enormes torres da Microsoft, Compact e Rede Globo, estava toda uma zona de favelas cuja origem remete às favelas do Aeroporto – contemporâneas à favela do Vergueiro. De modo corolário, é possível, também, compreender que essas favelas recentemente extintas foram se recompor, por exemplo, no Jardim Toca e e Parque Cocaia, no Grajaú.

Talvez a crítica possa ajudar a desarmar as armadilhas postas pelo mundo moderno, repleto de naturalizações, fetichismos e autonomias aparentes. E assim nos ajudar a entender que por detrás de uma favela há inúmeras relações que remetem a expropriações e violências em todos os níveis. Não basta “resolver” a questão da casa, assim posta de forma isolada, uma vez que permanece irresoluta a questão do “trabalho” e tantas outras. As cisões, autonomizações aparentes, interessam sobretudo para a produção de mercadorias: tudo que é separado pode ser apropriado, produzido, vendido. Mas como a lógica capitalista destitui sua própria base, resulta que vivemos numa socialização praticamente suicida... que se repõe de modo cada vez mais caótico, instável, violento, totalitário, acelerado, nervoso... O capital é a barbárie, sistêmica, experimentada em todos os âmbitos da vida numa crise que se manifesta em todas as esferas.

Há, também, algumas pequenas alegrias surgidas no processo da pesquisa. É gratificante saber que algo no fundo é diferente do que parece, especialmente quando se aplica ao nosso entorno imediato. Pesquisando a favela do Vergueiro, descobri que na rua vizinha de onde vivi por longos anos, no bairro da Pompéia, 50 anos antes havia uma favela... a favela da Bayardo! E também que um dos movimentos por nós analisados – o MOV – atuou na favela da Pompéia – desconhecemos a localização dessa favela, mas consideramos a possibilidade de ter se convertido no bairro da Vila Anglo. Ao encontrar uma notícia de jornal sobre o assunto, logo quis compartilhar a descoberta com ex-companheiros de casa, cujo trecho mais relevante reproduzo abaixo:

“Moradores reclamam obras na rua Francisco Bayardo

(...) Na rua Bayardo não há iluminação pública. Da pequena favela construída sobre a rua,

existem quatro ou cinco pinguelas de caibros velhos e tabuas de caixão de querosene, sem proteção lateral, que já causaram diversos acidentes. A ultima vítima de uma dessas pinguelas, um homem de 60 anos, teve varias fraturas expostas. Na esquina com a rua Cotoxó, está projetada a construção de escadas para facilitar o acesso dos moradores, mas as obras ficaram só nos estudos, ao que parece.” (FSP, 05/07/1965)

Algumas considerações sobre as fontes

Gostaríamos ainda de tecer considerações sobre as fontes consultadas. Além de teses, dissertações, livros e artigos científicos utilizados tanto como base para as considerações teóricas mas também como fonte de dados, acessamos uma longa lista de fontes, cada qual com suas particularidades: jornais periódicos e Diário Oficial; documentos internos e de divulgação de empresas; entrevistas; páginas da internet; processos judiciais; mapas e cartas; filmes, documentários, músicas e visitas de campo. A principal constatação oriunda de se manejar uma grande variedade de material é que cada fonte incorpora aspectos novos, contribuindo para evitar uma visão somente de “um lado” da história.

Assim, foram de grande valia os processos judiciais e o Diário Oficial, como forma de contraposição ao material de jornais – de longe a fonte mais utilizada. Destacamos aqui a importância dos sistemas óticos de reconhecimento de caracteres (OCR), que permitiram que fosse feita uma busca por termos. A princípio consultamos duas fontes mediante OCR: “Diário Oficial do Estado de São Paulo”³ e o jornal “Folha de São Paulo”⁴, nas quais primeiramente buscamos por “favela do Vergueiro” e posteriormente por “favela”. Para o jornal “Folha de São Paulo”, foi feita uma busca exaustiva por termos compreendendo o período de 1927 a 1970, sendo pesquisadas todos os resultados encontrados⁵ – no total foram pesquisadas mais de 1.500 matérias somente nesse diário; essa busca exaustiva se deu devido à existência de distintas denominações para cada uma das favelas, mas também permitiu que fosse estabelecida uma cronologia bastante detalhada sobre as favelas entre os anos 1940 e 1960, para nos concentrarmos em seguida somente na favela do

3 Por meio do sítio <http://www.jusbrasil.com.br>

4 Disponível em <http://acervo.folha.com.br>

5 A tecnologia OCR, entretanto, apresenta reconhecimento de apenas parte dos termos, não representando a totalidade dos resultados apresentados como a totalidade das matérias veiculadas por esse veículo.

Vergueiro. Já em meados de 2012, o jornal “O Estado de São Paulo” viria a disponibilizar seu acervo de forma digital⁶, permitindo que incorporássemos outras matérias, mas de modo pontual e não por varredura. Adicionalmente, pesquisamos alguns poucos diários diretamente no “Arquivo do Estado – como o Diário Oficial –, sem que fosse possível uma busca mais exaustiva. Dentre as matérias em que constava a palavra “favela”, localizamos muitas, as mais variadas: noticiário geral, policial, artigos de análise, editoriais, músicas e espetáculos teatrais, e também matérias referentes ao Rio de Janeiro – todas de grande valia para estabelecer um diálogo com temas afins.

A busca no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” foi extremamente importante pois deu conta das movimentações no executivo, legislativo e também no judiciário a respeito da favela do Vergueiro e dos proprietários da gleba – a família Klabin. Foi assim que nos deparamos com o extenso material da Comissão do Desfavelamento, documentado em suas sessões de trabalho. Muito importantes foram as falas dos deputados dessa comissão no sentido de evidenciar a proximidade dos agentes desfaveladores com órgãos de imprensa – que constatamos ser, especialmente a “Folha de São Paulo” e o “O Estado de São Paulo”. Infelizmente não consultamos dois diários que seriam de grande valia e poderiam adicionar novas questões, a saber o “Última hora” e o “Correio Paulistano”, cujas matérias nos deparamos de modo indireto, por outras fontes. Para todos os jornais e para o Diário Oficial, mantivemos as grafias originais no caso de citações em nosso texto.

Consultamos também dois processos judiciais referentes a questões fundiárias da área. Infelizmente, esse material só tardiamente foi por nós acessado, tendo sido relativamente pouco aproveitado no interior da pesquisa face ao seu potencial. Mesmo com todas as dificuldades encontradas – estado de conservação, linguagem jurídica, dificuldade de acesso –, ainda assim tal consulta foi muito frutífera, servindo especialmente de aprendizado para pesquisas futuras. Sobre o teor do material, tentamos observar que ele reflete pontos de vista ancorados no embasamento legal, e portanto reiterativo da ordem presente. Mas todos foram de grande valia mediante vistorias, fotografias, depoimentos e para o estabelecimento de cronologia sobre a ocupação da favela.

⁶ Disponível em <http://acervo.estadao.com.br>

Realizamos também cinco entrevistas, todas em formato aberto e no formato de conversas, preferencialmente nas residências ou local de trabalho de cada entrevistado. Foram feitos roteiros prévios de assuntos e na dinâmica, sempre que possível, buscou-se dar margem para que a pessoa entrevistada falasse livremente e contasse outras histórias não diretamente relacionadas à favela, mas que julgasse relevante. Ao final de cada entrevista, buscamos investigar possíveis indicações para novas pessoas a serem entrevistadas. A transcrição foi feita por nós mesmo, o que se mostrou de grande importância pelo fato de que muitas vezes, palavras não ditas puderam ser compreendidas por gestos e outras expressões. Durante a transcrição, diversas anotações foram feitas, o que consideramos positivo.

Utilizamos uma fonte literária para o caso de Carolina de Jesus; apresentaremos nossas considerações para esse material no capítulo 3, ao tratar desse material; adicionalmente, assistimos diversos filmes e documentários tanto como fonte de dados como para propiciar uma “ambientação” ao tema e ao momento estudado, permitindo uma melhor leitura inclusive do que era vivido nas visitas de campo.

Foram inúmeras idas à Chacara Klabin, de dia, de noite, de bicicleta, carro, metrô, ou a pé... Em cada uma delas tentamos desvendar inúmeras questões, buscando rastros, vestígios, sinais, pessoas... Em meio derivações da própria ideia de deriva⁷, foi possível encontrar dicas, inspirações e recuperar fios deixados pela favela do Vergueiro. Nesses descaminhos, num tipo de “arqueologia urbana”, nos deparamos com um conjunto de sobrados, um deles com um boteco no andar térreo, que, pela intuição, nos parecia muito com um bar situado à entrada de uma favela – *imagem 1*. De fato, o local era contemporâneo à favela do Vergueiro e sobrevivera porque estava fora da área sujeita à reintegração de posse. A partir desse local, conseguimos estabelecer contatos para entrevistas. Outras visitas serviram para verificar dados coletados em outras fontes, e não sem

7 A noção de deriva que entendemos consiste numa interpretação peculiar e que faz um desvio da própria deriva de Debord (DEBORD, 1958). Nossa prática consistiu em visitar o local seguidas vezes, em horários diferentes, à pé, de bicicleta, de ônibus, de metrô, literalmente errando pelas ruas e optando sempre pelo caminho desconhecido ou inquietante.

grande dificuldade conseguimos criar uma imagem mental do que seria a favela – o que contou com a ajuda das imagens de satélite.

Estrutura de apresentação da pesquisa

A pesquisa está dividida em seis capítulos. No capítulo 1 – *Fetichismo e desenvolvimento: elementos para uma análise da modernização* – apresentamos elementos preliminares, por meio de discussão situada no âmbito mais teórico partindo do desenvolvimentismo, para então abordar o fetichismo em Marx. A partir de uma discussão sobre a modernização em Marx, o objetivo foi o de nos situar em algumas discussões sobre o capital, identificando algumas de suas categorias fundantes: fetiche, capital, lucro, trabalho. Aponta-se para o sentido crítico da acumulação do capital – conceito que se nega na sua realização. Ao acumular, o capital expulsa o trabalho pelo aumento da produtividade. O estabelecimento de uma lógica posta pela forma capital levaria à formação de realidades simultâneas, mas aparentemente distintas. Ao invés de um sentido histórico, prefere-se considerar o desdobramento lógico posto pelo capital.

No segundo capítulo – *Modernização brasileira e condições para formação de favelas em São Paulo: industrialização e mobilização para o trabalho* –, seguimos o desenvolvimento de alguns dos argumentos iniciados no capítulo anterior, incorporando a discussão dos departamentos da produção social. A partir daí realizamos um diálogo entre diversos autores sobre como a industrialização periférica se colocaria a partir das contradições oriundas da acumulação capitalista nos países centrais, situando a chamada industrialização brasileira nesse movimento. Em paralelo, incorporamos reflexões sobre as dinâmicas populacionais que são postas pelo capital, com o estabelecimento de uma mobilidade do trabalho, manifestando-se em migrações. Ao final do capítulo, incorporamos material encontrado na pesquisa empírica e que remete ao incremento da migração que em parte implica na formação de favelas; já aparece a necessidade de controle dos fluxos populacionais, mostrando uma contradição entre as necessidades da indústria e os movimentos expropriatórios. Dessa situação se introduz primeiramente a questão do

desfavelamento.

No terceiro capítulo – *A favela e o deserto da monetarização: habitação, cortiços e primeiras favelas em São Paulo* –, buscamos estabelecer as condições relacionadas ao crescimento da cidade de São Paulo postas como problemas de habitação. Buscamos entender como as formas de moradia da população pobre são vistas e problematizadas, sobretudo por quem não vive nelas. Além de se situarem no nível do pensamento, se implementam pelo sanitarismo e pelas políticas de remoção. Analisando o período entre 1930 e 1950, identificamos alterações estruturais na cidade postas pela automobilização e alterações no mercado imobiliário, culminando em despejos de casas e cortiços que formariam as primeiras favelas paulistanas. Ao final do capítulo, fazemos uma breve cronologia das favelas paulistanas e sua interconexão, identificando um movimento da população entre favelas, do cortiço à favela etc.

Imagem 1: Ao lado, há uma escada que antigamente conduzia à favela. Por meio de deriva foi possível estabelecer neste local as primeiras entrevistas na Chácara Klabin. (Fonte: foto do autor, 11/10/2010)

Nos capítulos 4, 5 e 6, centralizamos a discussão na favela do Vergueiro, entrelaçando diversos elementos da pesquisa expostos em capítulos anteriores. Com vistas a agrupar temas por nós

escolhidos, delineamos três grandes eixos, que ainda que evidentemente interconectados, se apresentam como momentos distintos do recorte da problemática. Momento não em seu sentido temporal, mas enquanto facetas de um mesmo fenômeno observado sob diferentes pontos de vista.

No quarto capítulo – *Favela do Vergueiro: terra e capital* –, retomamos alguns aspectos discutidos no capítulo 2, referentes às formas pelas quais se determinam a estrutura fundiária da capital paulista, considerando como o capital se manifesta em seus movimentos em busca de valorização, seja no mercado de terras, seja na indústria automobilística e de base, e os resultados observados enquanto urbanização e metropolização. Sob tal perspectiva deve-se compreender a formação da gleba que viria a ser ocupada pela favela do Vergueiro e quais desdobramentos a puseram como local propício para tal tipo de assentamento. Em nosso caso, percebemos ser impossível tratar da gênese e estruturação da favela sem tratar da questão da locação e da renda fundiária. Logo, o foco é a terra, não entendida de modo autonomizado, mas sob a determinação dos movimentos do capital.

Se no quarto capítulo o objeto é o capital, no capítulo cinco – *Favela do Vergueiro: vida e trabalho* – tratamos de seu oposto necessário, o trabalho. Mas não apenas o trabalho enquanto negativo do capital, mas de modo a restabelecer a forma pela qual se dá a inserção da favela no mundo do trabalho, sob uma socialização monetária que se coloca como ruptura, expressa pela forma metropolitana. Uma favela do tamanho da do Vergueiro só foi possível inserida numa cidade cuja modernização se pôs como metropolização, como no caso de São Paulo. Em paralelo à constituição do mundo do trabalho, a vida interna à favela, o lazer, a diversão, são postos como negativo do mundo do trabalho, pondo-se enquanto formas particulares e específicas da favela. Desse modo, esse segundo momento trata da vida das pessoas habitantes da favela em vários sentidos: como mundo do trabalho e como mundo do aparente não trabalho, o lazer.

No sexto capítulo – *Favela do Vergueiro: o desfavelamento como formação do trabalho e liberação da terra* – apresentamos as formas pelas quais o Estado tratou essa favela. Ao falar de

Estado, evidentemente há um retorno ao primeiro momento (capital), mas mediado socialmente enquanto abstração jurídica e política. As diferentes formas pelas quais se tratou a favela evidenciam a tensão entre Estado e intenções do capital, mas como uma tensão constituída como vontade social. Assim, buscamos compreender os esforços de desfavelamento em sua relação com um desejo de mobilidade do capital, pondo a forma de habitação favela como algo necessário e descartável ao mesmo tempo. Há que se mobilizar trabalho mas também a terra, e o despejo expressa essa contradição – a retomada da terra como expropriação e restauração da propriedade.

Joga-se fora ao mesmo tempo em que se necessita, e porque há necessidade do trabalho, a favela se repõe, só que de forma ampliada, reproduzindo-se enquanto precário permanente como forma de ser da formação do trabalho no Brasil de princípios da segunda metade do século XX. Não se trata de considerar a favela e sua população como marginal à sociedade e ao mundo do trabalho, mas como evidência de uma formação acabada mas crítica do trabalho, indo muito além da explicação da “super exploração da mão de obra para garantir a acumulação industrial”, nos termos de OLIVEIRA (2003). As formas pelas quais o Estado e a sociedade civil – incluindo movimentos assistenciais que trabalharam com favelas na época – agem perante as favelas evidenciam visões modernizadoras próprias de um pensamento que se coloca como necessidade de ampliar e repor os pressupostos do capital.

Consideramos que a análise da favela do Vergueiro e de outras favelas pode, por meio desses momentos de interpretação, trazer contribuições importantes para o debate não apenas sobre favelas e da pobreza, mas sobre a modernização brasileira e mundial, rechaçando qualquer tentativa de análise restrita ao âmbito local. Tal localidade, pelo contrário, expressa justamente o quão é parte do processo modernizador universal, presente em cada momento por nós analisado.

capítulo 1

Fetichismo e desenvolvimento: elementos para uma análise da modernização

1.1. Apresentação

Nosso ponto de partida será a apresentação e o desdobramento de uma pergunta que moveu a pesquisa durante sua execução: por que razões o momento de surgimento de favelas na cidade de São Paulo coincide com o boom de industrialização vivido no Estado de São Paulo? Ou ainda, como se relaciona o desenvolvimento industrial com a formação de favelas, considerando que este se colocava como solução para a pobreza? A questão inicial seria: desenvolvimento gera pobreza? E as favelas são formas de expressão dessa pobreza? Em outras palavras, por que a favela inicialmente foi tida justamente como o oposto, ou seja, como símbolo do atraso, ou do subdesenvolvimento?

São Paulo até meados de 1940 não tinha favelas e disso muito se orgulhava:

“Em São Paulo não havia favelas. O que predominou para moradia da gente pobre foi sempre, em São Paulo, o cortiço. Algum terreno de centro de quarteirão, com pequenas habitações contíguas, com saída para a via pública por um corredor a céu aberto, entre muros. Ou então os porões habitados” (BONDUKI, 1982: 82)

Mesmo nos anos 1960, já face a seu aumento, ainda que tímido, a cidade se diferenciava quantitativamente de outras capitais brasileiras: enquanto nestas a população favelada atingia uma porção já elevada, em São Paulo não passava de 2% a população que nelas vivia: em Belo Horizonte essa cifra era de quase 10% da população, 20% em Recife, por volta de 30% no Rio de Janeiro e até 50% na recém-fundada Brasília⁸. Cabe ressaltar que esse tipo de dado é pouco fiável para uso em qualquer tipo de comparação intra anual, devido às diferentes metodologias utilizadas para cada levantamento. Mas não resta dúvida que havia uma diferença quantitativa expressiva. Começamos por esses dados pois o fato de as favelas surgirem em São Paulo e paulatinamente se avolumarem chocou a sociedade de então, visto que a pujança industrial da capital era inquestionável e considerada como principal forma de atenuar a pobreza. Reconhecia-se que outras capitais poderiam ter favelas já que não tinham o mesmo parque industrial e viviam ainda “no subdesenvolvimento”, num debate à época que polarizava São Paulo e parte do Centro-sul opostos a

8 Números aproximados (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 1962).

estados do norte e nordeste do país.

Para dar mais um exemplo de como a favela foi considerada pelo pensamento nos 1950 e princípios dos 1960, citamos um trabalho do sociólogo francês Jacques Lambert, a partir de uma compreensão dual de tempo, em que as favelas representam uma extensão do atraso na cidade:

“Sem dúvida, mesmo nas cidades, o Brasil arcaico ainda conserva alguns prolongamentos (...). ele está presente nas grandes cidades modernas, principalmente no Rio, na pessoa dos imigrantes deslocados que para lá se transferem e não são imediatamente assimilados; os morros, que se erguem no centro do Rio, constituem uma “zona de favelas onde uma população miserável e analfabeta constrói casebres de taipa, vive de expedientes, na semi-ociosidade, reproduzindo na cidade os estilos de vida do interior (...)

*Recém chegados das zonas rurais atrasadas, muitos operários das cidades ainda não se desintegraram completamente da sociedade colonial; seus níveis de cultura são muito baixos, seus **estilos de vida, arcaicos**; são “caboclos” que perderam seus quadros tradicionais e ainda não encontraram outros; estão, por conseguinte, em uma fase de desorganização; já não pertencem mais ao velho Brasil e ainda não se integraram no novo. (ibidem: 124, grifos nossos)*

Ainda que esse autor tenha uma compreensão de que as favelas estejam de algum modo relacionadas à mobilização de pessoas para o trabalho – face à dissolução de condições de vida anteriores – identifica essa forma de morar como pertencente ao mundo que chama de “arcaico” próprio de seus locais de origem e incompatível com as modernas indústrias e o desenvolvimento do sul. O dualismo, classicamente expresso na oposição desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, teve entretanto inúmeros expoentes e esteve representado em gerações do pensamento brasileiro, sendo ainda hoje presente em diversas interpretações.

Jorge Paulino, ao analisar os pensamentos e discursos sobre favelas paulistanas, considera que essa própria denominação trazia uma carga estigmatizadora. Ao tratar dos primeiros usos do termo ainda na cidade do Rio de Janeiro, identifica em diversas fontes a denominação *favela* como referente a uma associação a um arbusto da caatinga presente no sertão de Canudos:

“Era um termo que evocava um Brasil “arcaico”, “atrasado”, “rural”, “rebelde”, pois remetia em seu simbolismo, ao sertão nordestino e a campanha de Canudos. Engendrava-se ali, na escolha do termo que designava o fenômeno, a imagem de um espaço apartado da cidade, ainda que dentro dela. Ou ainda, o termo favela representava a própria negação da modernização republicana e burguesa que tinha a cidade como símbolo e marca desta modernização” (PAULINO, 2007: 26)

Lícia do Prado Valladares (2005) inclusive reforça a influência da obra de Euclides da Cunha

para que se chegasse à alcunha de favela, referindo-se a um arquétipo que a opunha à ideia de cidade. A favela, segundo a imprensa da época, remeteria a tais formas antigas e que se opunham à modernização, além de oferecer risco de contágio para o entorno: é considerada como *imagem*, baseada numa interpretação fetichista a partir da aparência do fenômeno.

Nesta pesquisa, consideraremos a favela sob dois aspectos principais: como condição e como o que foi chamado desta forma. *Como condição*, em primeiro lugar: mais do que um lugar, como subjetivação na vida das pessoas face à expropriação que as une, sujeitando todas as pessoas como possíveis moradoras de residências inferiores ao considerado como “média social” (ainda que se ponha como média fetichista); são situações variadas – incluindo-se aqui o cortiço, casas periféricas mal acabadas, conjuntos habitacionais e todas as “opções” que se oferecem – e transitórias da sujeição obrigatória à vida urbana, sob o capital; condição não como forma aparente, mas como forma social, precariedade eterna, instabilidade, insegurança da posse e propriedade: inseguranças próprias da condição expropriada, de ser sujeitada e jogada daqui para lá ao sabor das flutuações do capital que subordina as relações a si. Mas consideramos também favela como *o que foi chamado de favela*, nesse sentido como a forma aparente – que se expressa pela construção inacabada, pelo barraco de pau e papelão, pela posse com ausência do domínio; e que assim aparece na imprensa.

Considerando a favela sob tais aspectos, interessa sobretudo resgatar uma discussão sobre a temática da pobreza e do chamado subdesenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960, sem que isso seja uma anacronia para a pesquisa.

O este capítulo inicial busca, através da apresentação da discussão do fetichismo em Marx, dar elementos para uma desconstrução da ideia de favela como atraso. No máximo, restaria a compreensão de que se situa no polo aparente da questão, de que enquanto aparência do processo a favela cumpre papel velador do processo de desenvolvimento crítico da modernização. Assim tratada, a pobreza expressa nas favelas permite estabelecer discussões tanto sobre o desenvolvimentismo como sobre o pensamento que colocou a favela e a pobreza como o atraso em

si, e não o seu contrário – que se trata de uma pobreza moderna, própria do momento atual.

A partir daí, analisaremos as políticas que se propunham a enfrentar a questão – como despejos e desfavelamentos privilegiando a forma do morar centrada na casa. Tais políticas entretanto escondiam outro de seus objetivos: a liberação da propriedade privada e seu caráter formador e mobilizador para o trabalho. Ao fantasmagorizar a questão, um dos efeitos é não perceber o caráter da chamada industrialização brasileira e periférica na sua simultaneidade com o desenvolvimento do capital global – em que os capitais, na busca de valorização se expandem mundialmente com a queda na taxa de lucro, esta que se põe enquanto tendência que também força um maior investimento em capital constante, paulatinamente assentado em bases creditícias e estatais.

Analisar, ainda que brevemente, o desenvolvimentismo como forma de enfrentamento da pobreza, serviria na tentativa de não fetichizar ainda mais as análises sobre a modernização brasileira. No mundo moderno, o fetichismo se põe como efetividade social que permite a lógica da equivalência, legitimando e garantindo a socialização pelo valor. É assim, em nossa interpretação, categoria constitutiva do processo modernizador. Para refutar a ideia da favela como aparência do não desenvolvido, pensamos ser preciso se operar um processo de “desfetichização do olhar”⁹.

Em seguida, pretendemos apresentar algumas discussões a respeito de um processo lógico de desenvolvimento do capital, estabelecendo categorias que embora abstratas, se põe como reais e determinantes. Assim, entendendo o capital como lógica universal de nosso tempo, se pode entender como ela está presente no pensamento, em ações e práticas definidoras de como se dá a socialização, de como se estabelecem relações sociais, de poder e culturais. Identificando a prevalência da lógica enquanto modo de pensar – que é próprio do capital e não das pessoas – se chega à uma crítica não do sujeito pessoalizado, mas do “capital sujeito”, esse sim que sujeita e torna as pessoas sujeitas de si, da lógica do lucro, do ganho, da equivalência e de toda uma série de categorias desdobradas e específicas do mundo moderno.

A apresentação dessa discussão sobre a lógica do mundo moderno não é, no entanto, linear e

9 Enquanto olhar, trata-se de considerar sua importância como reveladora de um momento aparente do processo.

positiva: seu desenvolvimento é em si crítico e por isso contraditório: sua efetivação é sua destituição. Posto em outros termos: a efetivação do conceito leva a sua crise ao mesmo tempo. A crise é posta não como temporal mas interna ao próprio desenvolvimento. As categorias que se põe como efetividade, na medida em que estabelecem, fortalecem as bases lógicas de sua crise. Quanto *mais* se acumula capital, *mais* crítica a acumulação, *mais* se nega o trabalho que é sua fonte. A análise do mundo moderno, em nossa interpretação, deve considerar o desdobramento das categorias do capital – e da noção de Estado – inserido num processo lógico crítico dele mesmo, que temporalmente se coloca como sucessório enquanto tem a lógica simultânea como sua estabelecadora. Tempo se põe como ilusão de tempo, ocultando o simultâneo dos processos – chamado de espaço por Alfredo (2008).

Por fim, gostaríamos de ressaltar que a apresentação da lógica em primeiro lugar diz respeito à forma de exposição, em que preferimos primeiramente apresentar algumas das discussões consideradas mais teóricas, mas que estão entremeadas por toda a apresentação da pesquisa. Assim pretende-se fugir de uma interpretação meramente cronológica que privilegie o tempo enquanto explicativo de nosso objeto. Consideramos mais pertinente considerar a força pela qual a lógica da modernização se desenvolve enquanto forma histórica, enquanto processos desdobrados que refletem aprofundamentos do desenvolvimento crítico do capital.

1.2. Modernização e pobreza como atraso – a favela como aparentemente oposta ao desenvolvimento

1.2.1. Fetiche da mercadoria em Marx, separações e o sujeito na modernidade

Numa sociedade cuja base da socialização é a troca de mercadorias, o fetiche da mercadoria em Marx é uma categoria central. E deve ser a primeira a ser apresentada, uma vez que ela assume a função central de mascarar a verdadeira natureza da mercadoria e assim garantir a efetivação da troca. A mercadoria representa trabalho condensado, e não é apenas o que aparenta ser:

“[a mercadoria] reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como

características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais.” (MARX, 1983: 71).

O fetiche é um dos momentos necessários para a constituição do valor e do capitalismo; por meio do velamento da substância através de uma aparência, cria-se a aparência de uma relação entre coisas, quando na realidade se tratam de relações socialmente determinadas, mediadas por leis abstratas. Não que outras sociedades não tenham experimentado diversos tipos de mediações em sua socialização, mas é na sociedade moderna que a mercadoria sujeita praticamente tudo o que toca a seus princípios – da troca, da equivalência, do lucro; na mercadoria, coisa, está contida a abstração que opõe um valor de uso a um valor de troca, sendo o valor de uso a aparência necessária para a efetivação de sua finalidade essencial, a obtenção do valor de troca mediante sua venda ou troca por outra mercadoria. A aparência do processo mascara a abstração constitutiva da mediação.

Pelo valor, tudo se mede em quantidade de trabalho despendido, igualado como mera *“gelatina de trabalho humano indiferenciado”* (ibidem: 47). Pode-se falar de uma sociedade em que tudo se baseia na lógica da equivalência, em que desigualdades são igualadas pelo trabalho, pela medida de trabalho socialmente necessária para a produção de determinado objeto – assim tornado mercadoria. Embora na aparência seja uma sociedade que busca a satisfação dos desejos e necessidades, a finalidade não é o produto final mas o valor de troca. Por meio do valor de uso obtém-se o valor de troca; somente através de uma relação fetichizada isso é possível, pondo o valor de uso como aparência necessária, enquanto a finalidade é a obtenção de um valor de troca. O próprio valor de uso só se constitui quando opõe-se a um valor de troca: o diferente se afirma na relação necessária com o igual. Valores de uso diferentes são trocados por serem diferentes, mas isso somente é possível porque são igualados como valores de troca.

Trata-se de uma cisão, uma separação que estabelece valores de uso e valores de troca, criando por meio das diferenças entre valores de uso a possibilidade de seu intercâmbio. É uma separação que funda a mercadoria como algo que já nasce cindido, com a finalidade da troca. Nesse sentido

que consideramos que a socialização é mediada pelo valor¹⁰.

A socialização pelo valor requer tal separação. Valor de uso e valor de troca, a própria cisão só se efetiva quando há uma racionalidade que a permita, que o aceite logicamente. Coisa, objeto, fundados numa cisão que precisa da separação sujeito-objeto, dualidade numa oposição em que cada momento afirma o seu contrário. Dialogando com a filosofia transcendental de Kant, Adorno expõe a separação entre sujeito e objeto e a necessidade de se justificar a existência de uma transcendentalização desses conceitos como fundantes da socialização moderna, num momento em que à razão cumpre o papel de justificar e considerá-los como específicos da essência humana, naturalizando o que foi socialmente constituído, e que é por tanto histórico¹¹.

Reconhece-se tal separação como não *ontológica*, nem *humana*, mas historicamente constituída, pertencente ao moderno. A cisão sujeito e objeto separa a humanidade da natureza, e nesse sentido cria tanto a natureza como o humano – esse não natural e posto fora da natureza. Na base dessa separação está a constituição necessária de um sujeito transcendental abstrato, que requer o indivíduo como legitimação do sujeito abstrato, expressando a socialização abstrata pelo valor¹².

Trata-se de uma abstração real e necessária, a qual Adorno chama de 'sujeito vivente' – o que poderíamos chamar de aparência do sujeito – constitui-se como sujeito transcendental, e nesse sentido, como sujeito automático, que nega sua qualidade de sujeito para se constituir como autômato da racionalidade constitutiva da sociedade.

“O sujeito transcendental é mais real, a saber, mais determinante para a conduta real dos homens e para a sociedade formada a partir disso, que esses indivíduos psicológicos dos quais foi abstraído o transcendental e que pouco tem a dizer no mundo; que, por sua vez, se tornaram apêndice da maquinaria social e, por fim, ideologia. O homem singular vivente (...) é, enquanto encarnação do 'homo oeconomicus', antes o sujeito transcendental que o indivíduo vivente, pelo qual, contudo, deve se fazer passar imediatamente. (...) Se a

10 “Essa cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas” (ibidem: 71)

11 “A separação entre sujeito e objeto é real e aparente: verdadeira porque no domínio do conhecimento da separação real consegue sempre expressar o cindido da condição humana, algo que surgiu pela força; falsa, porque a separação que veio a ocorrer não pode ser hipostasiada nem transformada em invariante. Esta contradição na separação entre sujeito e objeto comunica-se à teoria do conhecimento” (ADORNO, 1969: 2)

12 “Quanto mais os homens individuais são reduzidos a funções da totalidade social por sua vinculação com o sistema, tanto mais o espírito, consoladoramente, eleva o homem, como princípio, a um ser dotado do atributo da criatividade e da dominação absoluta.” (ibidem: 4)

estrutura dominante da sociedade reside na forma da troca, então a racionalidade desta constitui os homens. O que estes são para si mesmos, o que pretendem ser, é secundário” (ibidem: 4)

O sujeito transcendental torna-se assim, apologético, pura ideologia. Para a constituição da racionalidade necessária ao valor, ele é indispensável e fundante:

*“Aquilo que se pretende mais evidente, o sujeito empírico, deveria propriamente considerar-se como algo ainda não existente; nesse aspecto, o sujeito transcendental é **constitutivo**. Presumidamente origem de todos os objetos, ele está objetificado (...) em sua rígida intemporalidade (...). Sua fixidez e invariabilidade que, segundo a filosofia transcendental, produz os objetos (...) é a forma reflexa da coisificação dos homens, consumada objetivamente nas relações sociais. O caráter fetichista, ilusão socialmente necessária, converteu-se historicamente no 'prius' daquilo que, de acordo com seu conceito, ele seria o 'posterius'. O problema filosófico da constituição inverteu-se como refletido num espelho; mas, em sua inversão, expressa a verdade sobre a situação histórica alcançada.” (ibidem: 5, grifos do autor)*

Para Scholz (1997) esse sujeito transcendental é, no entanto, também necessariamente masculino, e a dualidade posta pela modernização se põe também como cisão sexual, ou divisão binária entre sexos. Sua tese é de que:

“a contradição básica da socialização através da forma valor de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade, etc.)” (SCHOLZ, 1997)

Na separação homem-natureza, a mulher é lançada para fora da noção de indivíduo, sujeito, e é posta juntamente com a natureza. O sujeito, adicionaríamos, é não somente masculino, como branco e ocidental¹³. Mas não se poderia inferir a cisão diretamente da forma valor; tratar-se-ia de uma sombra lançada por ele lançada:

“As cisões de que resultam a esfera feminina, o contexto de vida feminino e o âmbito de atividades imputado às mulheres (administração do lar, educação dos filhos, “convívio social”, etc) são portanto elementos integrantes, por um lado, da socialização pelo valor, mas por outro, lhe são também exteriores. Como no entanto a cisão necessariamente faz parte do valor e com ele é posta, seria preciso criar um novo entendimento da socialização, capaz justamente de levar em conta o mecanismo patriarcal da cisão – não no sentido de um acréscimo externo, mas no de uma alteração qualitativa da própria teoria do valor, que seria assim também uma crítica do patriarcado”. (SCHOLZ, op. cit.)

A cisão valor seria, em nosso entendimento, constitutiva de uma socialização que não pode ser explicada unicamente pelo valor, mas que deve ser entendida em conjunto. A modernização e seu

¹³ “Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (GONZALEZ, 2011: 20)

processo de separações teria cindido não apenas valor de uso e valor de troca, sujeito e objeto, como também sustentado e ampliado uma divisão binária de sexos, que como o capital, caminhou para uma dominação sem sujeito, em uma naturalização de práticas, que por meio de instituições sociais começou a ter “vida autônoma”:

*“O domínio [masculino] baseia-se essencialmente na institucionalização e na internalização de normas sancionadas pela coletividade. (...) A dominação é **sem sujeito** por sua própria essência, ou seja, os depositários do domínio não são sujeitos autoconscientes, mas agem no interior de uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente. O valor sem sujeito remete ao homem sem sujeito, que na qualidade de dominador, de iniciador e realizador, colocou em movimento instituições culturais e políticas capazes de cunhar a história, que começaram a ter vida autônoma” (IDEM, grifos nossos).*

Consideramos a tese da cisão valor como pertinente ao dar conta do mecanismo de cisão paulatino que se dá através da instituição da modernização. Não somente o feminino, mas também o não branco, o não ocidental são cindidos num processo que, em nossa interpretação, coloca tais esferas como o negativo do valor. Enquanto negativo, não podem senão pela negatividade se constituir como momentos do valor e da valorização do capital.

Há que se referir que outra das separações próprias do moderno é a distinção público-privado, que constituiria um sentido fundante do fetiche e assim permite a valorização do valor:

“A esfera privada, conseqüentemente, é ocupada pelo tipo ideal “feminino” (família, sexualidade, etc.) ao passo que a esfera pública (“trabalho” abstrato, Estado, política, ciência, arte, etc.) é “masculina”. (...) Dessa relação (nossa velha conhecida no plano da aparência) entre esfera pública e privada pode-se deduzir uma diferenciação histórica do patriarcado” (IDEM)

Embora a dominação posta entre homem e mulher não ocorra somente no mundo moderno, é nele e através da mediação do valor que se constitui o moderno patriarcado, que se põe como separação público-privado. Num momento, as esferas externas – o público, o trabalho, a política etc – ficam reservadas exclusivamente ao homem, preferencialmente branco e ocidental. A constituição do valor enquanto patriarcado produtor de mais-valia, que se põe como produtor de mercadorias (já que a finalidade é o mais valor) é pertinente conforme se observou nas relações sociais internamente à favela, como por exemplo no caso de uma mulher que cozinha e lava roupa para outros homens solteiros, em sua maioria peões de obra, em troca do que recebe mantimentos e

algum dinheiro – mas nem sempre (KOWARICK, 1980: 125); e que sem esse recurso não seria possível a existência daquele trabalhador. O não idêntico, no caso a mulher, mas também o homem nordestino, índio etc, assumindo papel de não idêntico, aparece em oposição ao “tipo ideal”, que entretanto não se efetiva necessariamente. Aqui há também uma tensão entre uma moral e um movimento do capital, que por vezes se combina, por outras se opõe¹⁴.

Mas sobretudo, considerando a formação do trabalho no Brasil, há que se referir à parte cindida do trabalho enquanto momento negativo de sua formação, isto é, como negativo do valor, que ao mesmo tempo que não está fora dele é constituído a partir de uma externalidade que se torna constitutiva da forma valor. Considerando a formação negativa do trabalho no Brasil, a mulher se coloca no lado negativo mesmo do que se constitui como aparência de formação do trabalho positiva.

A mulher favelada raramente se colocará como força de trabalho aparentemente positiva, isto é, assalariada¹⁵, vindo a estabelecer outro tipo de relações internas à casa ou à favela, prestando uma série de serviços em troca de comida ou favores como a moradia.

Ao contrário da via simplesmente afirmativa, a crítica do mundo moderno requer a negatividade, reconhecendo as determinações abstratas nas formas pelas quais se dá a socialização. Tanto o valor, como o homem, a natureza, a educação, mas também a noção de universalidade, são categorias próprias do moderno, historicamente constituídas, e não podem ser naturalizadas. A partir do momento em que se propõe questões, problemas ou soluções universais, há que se

14 A forma da “família” ao mesmo tempo em que é posta e estimulada por uma moral predominantemente cristã, em determinados momentos se adequa à reprodução do capital, enquanto noutros torna-se por vezes antagonica. Ao mesmo tempo, o capitalismo tem um movimento que incorpora, no processo de sua expansão, a antiga “escória”, como prostitutas, mercenários etc – como bem aparece, por exemplo, na exploração e conquista de novas terras nas expansões ultramarinas.

15 Note que não chegamos ainda na problematização do trabalho assalariado na periferia do capitalismo enquanto momento da crise da acumulação, e nesse sentido sua constituição se daria de forma negativa. “A **negatividade categorial**, entretanto, é distinta daquela que se põe como o trabalho, negatividade do capital. Os processos expropriativos internos e externos à realidade brasileira tornaram impeditiva a reprodução ampliada interna desta relação negativa do capital. (...) A existência de trabalho assalariado ou de valorização do valor, de per si, não explicita este plano formativo. Isto se faz e somente se a reprodução ampliada das relações de produção valorativas se efetivar como reprodução ampliada da capacidade de exploração posta por elas mesmas. Ou seja, somente se houver reposição dos pressupostos desta mesma relação.” (ALFREDO, 2010: 17, grifos do autor)

considerar que a universalidade que está posta é a da forma da troca. É ela que se põe como universalizante e que passa a determinar a socialização, e que assim traz conceitos e ideias que se propõe para todas as pessoas e todo o mundo. E a *universalidade* é uma ideia que só existe por meio de concepção abstrata do mundo, através do fetichismo.

Uma sociedade cuja sociabilização se dá pela mercadoria tem no fetiche categoria fundamental, constitutiva. O fetiche permeia as relações sociais, transformando relações entre pessoas em relações entre coisas; a modernização, ainda que se apresente como passagem do período obscurantista para o período das luzes e do conhecimento científico, poderia ser entendida pelo seu contrário: enquanto um processo de naturalização do mundo, ao negar a imediação das relações sociais e impor separações. A criação de uma ontologia moderna, com categorias próprias se faz necessária para legitimar e viabilizar esse mundo novo que se apresentava. Sua auto instituição enquanto *universais* e *humanas* fez com que tais categorias tenham sido naturalizadas:

“representadas como se tivessem estado presentes desde sempre. (...) O esclarecimento projetou suas modernas categorias, por ele mesmo constituídas e legitimadas, em todo passado e em todo futuro. Os limites eram dados pelas perguntas: como eram o 'trabalho', a 'nação', a 'política', o 'valor', o 'mercado', o 'dinheiro', o 'sujeito' etc no antigo Egito, entre os celtas ou na Idade Média cristã (...)” (KURZ, 2004).

A constituição do moderno ao separar fisicalidade do momento abstrato e criar tal oposição, faz com que a aparência assuma o lugar da essência. Desse modo, a crítica ao mundo deve passar, necessariamente, pela crítica negativa. O aparente não pode ser tomado como forma acabada. A favela surge como momento aparente, e é posta como problema do ponto de vista de uma racionalidade particular que toma a cidade como um todo, tido como “são”, em que a favela é tida como “chaga”, “doença da cidade”. Numa visão dualista, simbolizariam o atraso, expressando não as contradições do processo modernizador mas a suposta falta da modernização. Todas as iniciativas face à favela tenderiam à sua supressão e um reforço da modernização. Por esse motivo pensamos ser necessário analisar a visão desenvolvimentista por meio do fetiche, a fim de analisar as políticas de desfavelamento e a visão sobre favela nos período estudado.

1.2.2 Desenvolvimentismo como fetiche da modernização

Consideramos necessário reconhecer enquanto históricas as categorias do capital, no sentido de que elas estão presentes apenas no capitalismo e não podem ser universalidades enquanto lógicas gerais, *ontológicas*. Tomá-las como trans históricas levou à concepção de evolução à ciência social, situando o passado como algo primitivo, inferior ou inacabado em relação ao progresso do moderno. Nesse sentido há o que Todorov considera como a superioridade da Europa na constituição do capitalismo, pensando na conquista da América: o outro é presumido como *a ser conquistado e dominado*, seja por meios brutais de violência direta, seja pela coerção dissimulada pelo humanismo da religião (TODOROV: 2003).

Para nosso estudo, interessa entretanto o papel da racionalidade enquanto forma de interpretação do mundo, que consideramos basilar para a própria constituição das categorias do capital. A razão do esclarecimento se forma em conjunto com a lógica do capital num processo em que seus elementos se confundem; não é mera coincidência que sua consolidação ocorra de forma integrada à constituição do capital e de suas categorias clássicas. Assim, essa racionalidade moderna serviu para enquadrar e dividir o mundo segundo seus critérios. Do ponto de vista moderno, tudo que não estava à sua imagem e semelhança era posto como externo:

“também todas as sociedades contemporâneas, ainda não – ou não completamente – compreendidas pela ontologia moderna, foram adaptadas ao mesmo esquema; elas eram vistas como “subdesenvolvidas”, “imaturas” e “inferiores”. A filosofia da história assim construída no esclarecimento serviu essencialmente como ideologia legitimadora da colonização interna e externa.” (KURZ, op. cit.)

Tomar a história como um processo evolutivo possivelmente levou à compreensão da existência de “etapas” do desenvolvimento, tendo como parâmetro o dito “centro do sistema” em oposição ao “periférico” ou “marginal”, frequentemente associado a uma diferença temporal. Uma visão da história demasiado presa aos aspectos temporais, sucessivos, possivelmente turvou a compreensão de processos simultâneos que estavam se dando em todo o mundo na modernidade. Uma vez que se desata o processo modernização, ainda que coexistam particularidades diferentes, há determinações gerais simultâneas, enquanto lógica de um processo que está presente

universalmente e ao mesmo tempo. Há um jogo entre a simultaneidade e particularidades, desdobramentos diferenciados que os processos assumem em cada parte. Mesmo a compreensão do subdesenvolvimento enquanto forma estrutural do sistema, na medida em que coloca as noções de atraso relativo ou retardamento, consistem em expressões temporais de uma forma que é simultânea:

*“Aquilo que Furtado (1974)¹⁶ considera de subdesenvolvimento, implica numa integração entre essas desigualdades de modo que o desenvolvimento das forças produtivas em áreas não desenvolvidas da produção do valor se faz a reiterate o centro. Esta é, certamente, a teoria de que o subdesenvolvimento é estrutural em relação à reprodução geral do sistema capitalista como um todo. O **atraso relativo** a partir de certo nível de desenvolvimento das suas forças produtivas passa a completar o sistema econômico internacional, ao contrário de ser uma independência nacional (FURTADO, 1974: 25). A noção de atraso e, mesmo de retardatário, não condiz com a forma simultânea, contraditória e negativa da unidade centro-periférica do valor. Pois que são expressões temporais.” (ALFREDO, 2010: 173, grifos do autor)*

Deste modo, centro e periferia poderiam ser compreendidos como momentos, simultâneos, oposições que se afirmam ao mesmo tempo em que se negam (cuja autoafirmação e negação consiste na sua unidade), estando sob uma mesma determinação. Justamente por isso não se deve considerar o “periférico” como excluído ou marginal ao sistema, mas como parte inerente, necessária. A ideologia modernizadora afirmará positivamente o mundo a partir de uma das partes, aquela cuja aparência é de novo¹⁷. A periferia, ao invés de ser compreendida na sua essência moderna, é tratada como atrasada, antiga, excluída, marginal. E o que se coloca como centro em determinado momento é afirmado, como polo positivo, a ser alcançado por todas as outras nações numa concepção de evolução histórica sucessiva.

O pensamento econômico nacional desenvolvimentista, que veio a se constituir no Brasil a partir de meados do século XX, entretanto, considerou em grande medida sua análise do ponto de vista da integração ao mercado mundial, considerando a pobreza como expressão da não integração, ou ausência de desenvolvimento propriamente capitalista.

Celso Furtado, um dos seus grandes expoentes, reconhece problemas do desenvolvimentismo e

16 O livro citado por Alfredo é “Mito do desenvolvimento econômico”, Celso Furtado (1974)

17 Há uma “luta constante entre o novo e o velho, mas sempre restrita a princípios novos e velhos dentro do próprio capitalismo” (KURZ, op. cit.)

o situa enquanto um mito, negando análises modelares que projetariam as possibilidades de se trilhar um mesmo caminho já percorrido por outros países, já industrializados. Mas defende a atuação por meio dos Estados Nacionais como forma de contornar os problemas oriundos dessa formação particular. Assim, a análise tem como objetivo mapear “*que opções se apresentam aos países que sofreram a deformação do subdesenvolvimento, em face das presentes tendências do sistema capitalista?*” (FURTADO, 1976?: 19). Há uma identificação com um “sujeito nacional”, que se considera existente e além disso, que seja capaz de atuar e se mover nas frestas do mercado internacional, por meio de um Estado Nacional que aja enquanto um sujeito consciente¹⁸. Sob a ilusão de um sujeito atuante em todas as esferas sociais – econômicas, sociais etc – se empreenderia uma modernização que longe de constituir como uma superação dos problemas inerentes ao capitalismo – fenomenicamente expresso na forma do subdesenvolvimento – somente os aguçaria.

Tal superação, acreditada possível através de um capital constituído sob uma economia nacional, resultou numa defesa desenfreada deste, como se o desenvolvimento nacional fosse a solução. A fala abaixo, de Juscelino, é um excelente exemplo de como se empenhou em fazer política desenvolvimentista como se ela fosse a solução para os problemas que aparecem como do subdesenvolvimento:

“O Brasil parou desde fevereiro”, afirma JK

O ex-presidente iniciou o seu discurso com referências à repercussão e o interesse despertado por Brasília no exterior, e afirmando que tinha conhecimento das críticas que lhe eram feitas em nosso país. Começou então a justificar a criação da nova capital e as obras de desenvolvimento do seu governo, garantindo que a mudança foi 'uma operação profunda necessária ao desenvolvimento e integração do país'. E, referindo-se aos argumentos de que a quantia gasta com a construção de Brasília daria para eliminar todas as favelas e mocambos existentes, disse que suas obras foram de ataque 'à grande favela nacional', culpando a 'mentalidade de estagnação' pela situação. 'Não terminou com meu governo o processo de desenvolvimento. A confiança de que somos uma nação em expansão é do povo', concluiu JK, encerrando sua defesa. ” (FSP, 30/11/1961)

18 Sobre a ilusão de sujeito no desenvolvimento recuperador, retomamos Kurz: “O fato de esse modo de pensar estar amplamente divulgado precisamente na esquerda deve-se à projeção iluminista do sujeito, isto é, à circunstância de esta apenas ser capaz de criticar como sujeitos os 'capitalistas' (e suas supostas intrigas, decisões etc.), mas não o capital, aquele 'sujeito automático' que ainda foi criticado por Marx na Crítica da economia política (...). Nesse caso, apesar de todos os engenhosos rodeios teóricos, parece que até na base do sistema produtor de mercadorias se possa chegar, mediante boa vontade e intervenções políticas, a decisões bem diferentes e muito mais filantrópicas do que são aquelas supostamente apenas 'erradas', tomadas pelos 'sujeitos errados'. Esse modo de pensar corresponde ao marxismo reduzido, 'sociologista', da Revolução de Outubro e do Terceiro Mundo, sendo um elemento da modernização burguesa cuja atualidade já passou completa e irrevogavelmente.” (KURZ, 1993: 171)

O fetiche faz, desse modo, com que exista uma ilusão de sujeito, pondo em lugar do sujeito automático tautológico – o capital – o Estado Nacional. Logo, para se curar os problemas do desenvolvimento, nada como reforçá-lo¹⁹.

O subdesenvolvimento posto como problema particular evidencia a impossibilidade, talvez devido aos próprios limites de época, de se considerar o subdesenvolvimento como particularidade própria e constitutiva do desenvolvimento, do moderno, e não sua ausência²⁰.

As políticas modernizantes consistiam tanto na afirmação do aparentemente novo como na recusa completa do que teria supostamente a aparência de atraso. De um lado estão as políticas industrializantes, que visavam o desenvolvimento do capital nacional e do mercado interno, que supostamente superariam a condição subdesenvolvida. De outro, tudo que se evidencia como pobreza – mocambos, cortiços ou favelas – é tido como problema e sinal do atraso por essa perspectiva que as toma em variados graus como “rural”, “arcaica”, “atrasada” ou “marginal”, “não integrada”. E é sob estas visões que se formulam e executam as políticas de desfavelamento, cuja essência é a formação da força de trabalho e a liberação da propriedade privada.

O fetichismo expressa-se como forma de pensamento, pela formulação e aceitação cada vez maior de uma visão científica sobre a sociedade, que formula a questão como “sujeito” e “objeto” separados. O objeto de intervenção, a sociedade, aparece como a ciência humana sociológica na qual os sujeitos intervêm. Sujeito aqui é, de fato, o próprio capital, muito embora nunca se coloque dessa forma; pelo contrário, o fetichismo faz pensar que o sujeito científico, ou “psicológico”, “individual”, age na sociedade de forma objetiva. Na medida em que se cindem as esferas do sujeito, pelo fetiche é possível considerar a existência de um sujeito “neutro”, e que através do Estado são atendidas demandas abstratas postas por uma “vontade social” identificada

19 “O fetiche (...) adquire condição de essencialidade na reprodução crítica da sociedade capitalista na medida em que a contradição, sem ele, não se efetivaria como sociabilidade. Não observar esta determinação fetichista do real permitiu a formação de um pensamento científico que viu no capital a solução das contradições que eram, elas mesmas, a sua identidade.” (ALFREDO, *op. cit.*: 5).

20 “A crítica fundamentava-se contra o “subdesenvolvimento”, o “atraso”, mas não contra uma sociabilidade posta e reposta como capital que fazia destas denominações um fetiche de sua razão irracional mundial. (...) Afinal, o valor é o universal, mas a análise por esta economia política pôs o particularismo do periférico como o equívoco a ser corrigido.” (*ibidem*: 15)

cientificamente, e efetivada como “plano de governo”, ou “projeto de desenvolvimento”.

Trata-se de investigar como se constitui a “vontade social” que considera favela como problema a ser combatido, primeiramente do ponto de vista sanitário, depois habitacional e mobilizador para o trabalho. Mas sempre partindo de elaborações universalizantes e externas, escolhendo e decidindo o que é melhor para a população favelada²¹; e efetuam-se através de políticas de desfavelamento e remoção, que mesmo dentre as soluções apresentadas são sempre do ponto de vista de quem não está nelas, e sim de uma administração pública autonomizada e da indústria da construção, que se conforma como política habitacional e do assistencialismo.

Para quem vive nas favelas, ela acaba sendo uma solução para problemas imediatos da *nova* vida, cidadina, já que dá conta de um aspecto fundamental da sobrevivência que é o morar. Não se trata aqui de uma positivação da favela, mas de considerar os significados imediatos para quem nelas vivem, e observar a sobredeterminação de uma suposta racionalidade universal, que objetiva lidar com um processo posto pelo moderno que assume a aparência de atraso ainda que seja posto pelo desenvolvimento.

1.3. Acumulação e crise – elementos de uma interpretação possível da acumulação capitalista

1.3.1. Apresentação

Nesse item apresentaremos elementos de uma reflexão sobre a lógica do processo de acumulação capitalista, que ao realizar seu conceito se efetiva de forma negativa, crítica. Pretendemos com tais elementos apontar para uma simultaneidade global posta pelo capital, como formação capitalista que se dá ao mesmo tempo de forma global; trata-se de uma passagem em que sua lógica se impõe como forma de socialização universal, manifestando-se em fenômenos tidos

21 Não queremos aqui fazer a defesa de que a simples participação popular resolveria a questão. Fosse esse o caso, nos contentaríamos ou com soluções do “mutirão” e derivadas; interessa destacar a desconfiança de que o problema parece trazer a “solução” já quando a falta de casa se coloca como problema, se aceita e internaliza-se que a solução é consegui-la: daí, resta ao debate e à participação definir se serão casas ou apartamentos, de cor vermelha ou branca, de madeira ou cimento etc. Não se questiona o morar na cidade na forma cindida “casa”, e aqui queremos destacar como a própria luta pela moradia se torna uma lógica interna à cidade moderna.

como aparentemente não modernos e não capitalistas. Nos distanciaremos, por hora, do objeto empírico por nós estudado para apresentar algumas das categorias que consideramos constitutivas que se expressam como fenômenos da favelização, para então propor uma articulação com processos gerais de desenvolvimento do capitalismo, baseando-nos sobretudo em discussões possíveis a partir da leitura do “Capital” de Marx²².

O movimento aqui apresentado consiste numa retomada de conceitos e discussões principais do “Capital”, em conjunto com bibliografias complementares que contribuem em determinados pontos e direcionam as formas pelas quais interpretamos a obra marxiana. Para tal, consideramos sobretudo uma leitura que dá importância ao fetiche da mercadoria e à interpretação da crise, como uma realização que nega o conceito, como forma de desenvolvimento da socialização capitalista.

Talvez uma das motivações que nos levaram a incluir essa discussão conceitual seria de apresentar uma perspectiva que toma o desenvolvimento capitalista como crítico, no sentido de que a acumulação de capital não pode ser tomada como infinita pois destitui sua base de valorização. A primeira implicação disto é considerar que há um sentido autodestrutivo do próprio capitalismo, que faz com que, paradoxalmente, os momentos de aprofundamento de sua crise se apresentem como seu crescimento e expansão. Mas não se trata de somente aparência que esconde seu sentido geral, na medida em que o aparente se efetiva, não é ilusório. O desenvolvimento se põe como possibilidade ao infinito, a busca pela contínua expansão do capital. De modo generalizado, fugiu-se muito da ideia de que há limites internos do capital²³, e no diálogo entre o infinito como projeção *versus* uma realidade finita, a projeção de desenvolvimento infinito mantém a possibilidade de o capital se aumentar e se legitimar²⁴. Nessa expansão, *crítica*, se deu toda o crescimento capitalista

22 A maior parte das reflexões que envolvem essa obra, aqui presentes, são fruto de debate e discussão coletiva, oriundos da leitura do “Capital” de Marx, realizada em grupo de estudos no Labor/DG-FFLCH/USP. O grupo existe desde 2007, e o autor participa nele desde 2008. Aqui devo manifestar o agradecimento a todas e todos que participam ou participaram dessas leituras e extensos debates.

23 Muitas vezes se aborda a questão dos limites como se a compressão salarial e a exploração da força de trabalho na periferia fossem capazes de dar conta, por meio da “mais valia absoluta”. O atual *caso da moda* é a China.

24 Até hoje as promessas políticas apontam para “crescimento nacional” e “fartura”, sempre projetados numa escala a ser alcançada, como se essa fosse possível. Surgiu a partir dos anos 1970 uma nova vertente que na aparência lidaria com possíveis limites para o desenvolvimento: a barreira ambiental. Entretanto, “resolve-se” a questão por meio do “desenvolvimento sustentável”, numa mescla fetichista que por meio de discurso e toneladas de propaganda torna

do século XX, englobando os esforços industrializadores e políticas orientadas para o desenvolvimento.

A acumulação do capital é, simultaneamente, sua crise, posta pela destituição paulatina de sua base de valorização que se dá num sentido tendencial, contemplando no interior dessa tendência movimentos que só aparentemente a destituem. Só é capital aquele que se reproduz ampliamente, ou que incorpora crescentemente novas fontes de valorização – isto é, trabalho gerador de valor, que adiciona mais-valia nova e aumenta o capital. Ao se expandir, o capital o faz incorporando mais massa de trabalho, mas relativamente aumenta a proporção do capital constante, que não gera valor. A consequência é que logicamente está no processo de valorização uma crise da valorização, que no entanto aparece como expansão e crescimento na medida em que em termos de massa pode haver aumento da força de trabalho e da produção de mercadorias com seu aumento de produtividade.

As discussões feitas nesse tópico deverão apontar para um sentido geral de interpretações possíveis, sobre como a formação categorial se dá na periferia do capitalismo, identificando o que é particular e o que é geral enquanto processo de acumulação primitiva global. Assim levantaremos elementos não apenas sobre o processo de constituição do capital, mas de como a expropriação é constitutiva, e de como a crise funciona não como momento mas como categoria central do capital.

As chamadas políticas de modernização retardatária foram incorporadas na análise compreendendo em primeiro lugar seu caráter de articulação com processos simultâneos, que movem processos que na tentativa de orientar e direcionar a sociedade, reforçam elementos críticos.

Não é por acaso que as favelas, já uma expressão da crise do capital, não apenas não diminuíram,

possível a conciliação entre capital e “meio ambiente”. Aqui, novamente, a pergunta que move o pensamento é: *como atingir o crescimento?* Para nós parecem evidentes os limites desse desenvolvimento que se diz sustentável; reconhecemos sim os limites naturais presentes (como os combustíveis fósseis e o encarecimento oriundo da dificuldade na sua extração, expressos na teoria do *Peak Oil**). Mas até hoje há muita dificuldade em se reconhecer que há *limites internos ao próprio capital*. E que qualquer tentativa em elaborar tais discussões desemboca em acusações de “alarmismo”, “catastrofismo” ou de estar tentando prever as coisas em ciências sociais, o que seria impossível.

* A teoria do Peak Oil, ou Pico de Hubbert, prevê o declínio da disponibilidade de petróleo contraposta ao aumento do seu consumo. Para demonstrá-lo, se projetou uma curva cujo pico encontra-se ao redor do ano 2000; passado o período de alta disponibilidade, além de mais escasso, o petróleo torna-se exponencialmente mais caro. Um exemplo são as recentes descobertas de petróleo na costa marítima brasileira, numa profundidade que torna a extração somente possível a preços acima de US\$100 o barril, mediante uso de alta tecnologia. (<http://peakoil.com/what-is-peak-oil>, acessado em 20/10/2012)

mas somente aumentam em escala global, não obstante a sofisticação das formas de combatê-las²⁵.

O percurso que faremos partirá da mercadoria e do entrelaçamento de seus circuitos que se põe como aparentemente autônomos, e que embora aparentem uma relação temporal, consistem em movimentos simultâneos. A seguir, discutiremos a autonomização das categorias posta pela cristalização de tais aparências, desembocando na crise de valorização posta pela queda tendencial da taxa de lucro e formas de se tentar contorná-la. Dentre as formas de redução dos custos, apresentaremos a dinâmica da centralização e da concentração, apontando para o surgimento de capitais excedentes que garantem a expansão imperialista e a constituição do capital financeiro.

1.3.2. Entrelaçamento da produção social: oposição simultaneidade x sucessividade

A mercadoria é fundamento e resultado do capital, mas a finalidade do capital não é sua produção e sim a valorização do valor. Reprodução ampliada produz e pressupõe a mercadoria, subordinando inclusive outros modos de produção às bases capitalistas:

“o ciclo do capital industrial se entrelaça, seja como capital monetário, seja como capital mercadoria, com a circulação de mercadorias dos mais diversos modos sociais de produção, desde que sejam também produção de mercadorias. (...) como mercadorias e dinheiro defrontam-se com o dinheiro e as mercadorias em que o capital industrial se apresenta e ingressam tanto no ciclo do mesmo quanto no da mais-valia portada pelo capital mercadoria (...)” (MARX, 1985: 81).

No momento da circulação podemos evidenciar o entrelaçamento entre diferentes capitais. Ao falar em circulação, não se trata de uma circulação espacial de produtos físicos, pessoas ou de dinheiro, mas do momento de realização da produção, em que ocorre a venda da mercadoria e sua transformação em dinheiro – ou sua mudança de forma; o período da circulação é um período em que o ciclo da produção é interrompido.

Por que a circulação do capital pressupõe a reprodução ampliada e a mercadoria? Tomaremos três figuras apresentadas por Marx no Livro II do “Capital” (1985b). A primeira é a figura da

25 Uma boa coleção das distintas formas de enfrentamento global à favela está presente no livro “*Planeta Favela*”, de Mike Davis (2006). O autor compartilha uma extensa pesquisa sobre o fenômeno em distintas cidades ao redor do mundo, contemplando experimentações ligadas a despejos, microcrédito e outras formas de intervenção nesse tipo de habitação – incluindo também cortiços e outras formas consideradas “abaixo da média” ou fora da norma.

circulação do dinheiro: (I: D-M...P...M'-D')²⁶, dinheiro é aplicado no processo produtivo para produzir mais mercadorias e com isso mais dinheiro; depois, da *produção* (II: P...M'-D'-M...P), tomando-a enquanto processo contínuo que requer o reinvestimento ampliado em compra de matéria prima e força de trabalho para a produção de novas mercadorias; e por último, da *circulação ou do capital mercadoria* (III: M'-D'-M...P...M'), em que a mercadoria adicionada é vendida para obter dinheiro adicionado, para reinvestimento no processo produtivo. Verifica-se que elas não podem ser lidas separadamente, uma vez que cada uma contém a outra como ponto de partida, passagem e retorno (ibidem.: 25-88). Quando o capital está fora da produção, ele está na esfera da circulação enquanto capital mercadoria em busca de sua conversão em dinheiro, para que possa voltar para a esfera da produção. No processo produtivo, compra dos meios de produção (MP – matérias primas e máquinas/ferramentas) e da força de trabalho é ao mesmo tempo o momento da venda para os setores dessas mercadorias; o que para um é produção, para o outro é circulação.

Tais figuras, postas enquanto formas da consciência, tem aparência de processos sucessivos e observadas separadamente podem esconder seu caráter de simultaneidade:

“O processo de circulação do capital é interrupção contínua, abandono de um estágio, ingresso no seguinte; abandono de uma forma, existência em outra; cada um desses estágios não só condiciona o seguinte, mas simultaneamente o exclui. (...) o verdadeiro ciclo do capital industrial é, em sua continuidade, não só a unidade do processo de circulação e de produção, mas unidade de todos os seus três ciclos” (ibidem: 76-77).

Por exemplo, analisando um processo produtivo individual, nos daremos conta que a matéria prima que entra enquanto meios de produção (na forma MP dentro da fórmula D-M(MP+FT)-D') é uma venda de outro setor produtivo, constituindo para aquele a mudança formal em que a mercadoria se transforma em dinheiro, para ser novamente reinvestido na produção. Desta forma refuta-se a possibilidade de entender o ciclo do capital enquanto meramente sucessivo. A passagem de um capital individual de uma forma à outra ocorre pela sucessão, mas implica em formas simultâneas. *“Cada parte descreve continuamente seu próprio giro, mas é sempre outra parte do*

26 Utilizamos as mesmas nomenclaturas apresentadas na tradução de “O Capital” da coleção “Os Economistas”, da Abril Cultural. Daqui por diante nos referiremos a: D, dinheiro; M, mercadoria; P, processo de produção; MP, matérias-primas, máquinas e ferramentas; FT, força de trabalho. Nos casos com o apóstrofe (ex: M'), trata-se de incremento; no caso, *maior quantidade de mercadorias*, ou para D', dinheiro adicionado.

capital que se encontra nessa forma, e esses giros particulares constituem apenas momentos simultâneos e sucessivos do giro global” (ibidem: 78). Há uma oposição, que não prescinde nenhuma das partes, mas as situa enquanto momentos uma da outra.

A valorização do valor, enquanto forma de existência do capital pela realização de seus ciclos produtivos e de circulação, é determinada pelo sentido tautológico de auto movimento do capital. A produção de mercadorias, ao se fazer em vista do valor – e não da produção de valores de uso – implica na possibilidade de se produzir acima do socialmente necessário, o que só é sabido após a produção das mercadorias e seu lançamento no mercado. Face à expansão do capital, são cada vez mais frequentes as crises de superprodução, que podem implicar na não venda parcial ou total, não repondo o capital com novo valor. O caráter sucessivo da venda opõe-se à simultaneidade da produção enquanto unidade. Ainda não considerando o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da composição orgânica, essa oposição impõe um sentido de *redução do tempo de circulação* que se coloca como imperativo à produção: é o momento em que a mercadoria tem que se realizar, e estando o capital na forma de capital mercadoria, interrompe-se o processo produtivo. Justamente para abreviar esse período que se desenvolve toda uma série de mecanismos na produção e no âmbito da circulação. Na produção, há tanto estratégias de aplicação de capital em períodos entrecruzados, de modo a manter sempre a produção de mercadorias, alternada em diferentes ciclos (ibidem: 193-218). Outro artifício para manter a produção é o recurso ao capital monetário, seja na forma de fundo de reserva, seja na de crédito, enquanto não se dá a realização do capital mercadoria e refluxo do valor ao capitalista. O próprio comércio é subordinado à indústria sob o capitalismo, desempenhando o primeiro a função comercial do segundo. Isso permite a continuidade da produção e o aumento da velocidade da rotação, uma vez que o comerciante adianta a compra da mercadoria do capitalista, ficando com a tarefa de realização do capital mercadoria em capital dinheiro e assim abocanhando uma porção da mais-valia enquanto lucro comercial (MARX, 1983: 203 et. Seqs.)²⁷.

27 Um dos sentidos apontados por Marx ao longo de todo o livro II (1985c) é a redução dos custos e o aumento dos

A aceleração da rotação requer o aumento da produtividade, lei obrigatória aos capitalistas. Capitais que levam muito tempo para valorizar-se têm de dispor de maiores reservas monetárias para manter a produção nesse período (considerando que a produção é contínua e constantemente ampliada). A concorrência entre capitais força diminuição dos custos de produção, que pode ser obtida por meio do aperfeiçoamento constante dos processos produtivos, cooperação, divisão do trabalho (especialização), e sobretudo pela implantação da maquinaria – possibilitando que um mesmo *quantum* de trabalho dispendido por um trabalhador tenha efeito produtivo multiplicado (maior produtividade do trabalho), redundando em mais mercadorias produzidas em menos tempo.

Uma das possíveis decorrências da contradição entre a tautologia da valorização do valor e de sua realização é a ocorrência das chamadas crises de superprodução, que levam à quebra dos capitalistas menores. Nesses períodos reforça-se tendência à centralização dos capitais: grandes capitalistas, dispondo de maiores reservas monetárias ou pelo fato de participarem em diferentes setores de produção, estão em melhores condições para enfrentar tais crises, já que podem resistir tanto à interrupção momentânea da produção e migrar seus capitais, assim como incorporar os menos produtivos e que sucumbiram à crise.

1.3.3. Autonomização das categorias do capital e formação do lucro médio

A lógica esboçada acima aponta para o processo de aumento da produtividade do capital, desembocando em discussões sobre a crise de valorização, suas implicações para o trabalho e as particularidades da industrialização brasileira. Para avançar nessa discussão, é importante derivar algumas conceituações que dizem respeito à autonomização das categorias do capital e que podem contribuir no entendimento da formação do preço, distinguindo-o do valor. Ressaltamos que a autonomia, embora como forma de pensamento, consiste numa efetividade; não se trata somente de uma aparência, um engano, mas de algo constitutivo de uma reprodução social baseada em formas

“falsos custos” – que seriam apenas deduções do lucro; tendencialmente se observa uma alta a todo tipo de falsos custos, ainda que se ponham como a formação de novos setores (como por exemplo, a contabilidade).

abstratas. Aqui, entendemos por autonomização o processo de naturalização de uma faceta aparente, congelando o processo ao retirar-lhe sua negatividade. Pensadas deste modo, resta somente um mero positivo em relação a determinado processo, retirando-lhe seu caráter contraditório e histórico, como algo que foi formado e que pertence à lógica de um tempo particular.

O obscurecimento gerado pela compreensão autônoma do preço leva ao não entendimento de sua fonte da valorização; para a ótica capitalista, usada para fazer seu cálculo, a remuneração de seu capital origina-se da circulação. Esse cálculo distingue capital fixo de capital circulante (capital fixo como os custos fixos e capital circulante como o que entra no custo do produto); nesse sentido, no capital circulante estão igualados tanto a porção variável (salários) como a que integra o capital constante (matéria prima e parte dos meios de produção que são repostos a cada ciclo da produção). Não se distingue a parte variável da parte constante e busca-se o rebaixamento do preço de custo (dos custos do capital circulante), obtido geralmente pelo aumento da produtividade e investimento em máquinas (da parte fixa do capital constante). O capitalista, atuando logicamente no sentido da redução do preço de custo, aumenta a composição orgânica e diminui o que considera como gastos, utilizando-se de maquinaria que necessita menos trabalho para produzir montante igual ou maior de mercadorias. A remuneração do trabalhador, então, pode até aumentar – já que seu trabalho é mais produtivo. Mas esse processo acaba por solapar as próprias bases de valorização do capital ao negar o trabalho. O processo de autonomização das categorias, nessa medida, acaba por levar à supressão do próprio ciclo da produção como valorização do capital, encurtando-o com a passagem do dinheiro para a forma aumentada de dinheiro (D-D'), sem trabalho e extração de mais valia.

A compreensão da autonomização das categorias do capital é uma importante forma de recolocar uma crítica à economia política desenvolvimentista, já que esta buscou atuar por meio de categorias aparentemente nacionais, que supostamente estariam separadas dos capitais internacionais, abstraindo ou dando menor importância a seu entrelaçamento. Igualmente não se teria considerado o papel do crédito enquanto capital excedente que é exportado, além de efetuar

uma autonomização do Estado em sua função de necessidade para com o capital. Face aos processos de separação do capital de sua base de trabalho, a presença do Estado e do crédito se coloca de modo a permitir uma reprodução do capital que se dá de forma cada vez mais fetichista, como se o capital se valorizasse por si só. Por isso, resgatamos aspectos sobre *custo, lucro, taxa de lucro*, formação de uma *taxa de lucro média, custos de produção e juros* sobre capital.

Custo, lucro e taxa de lucro são apresentados por Marx na seção I do livro III do Capital (MARX, 1983). E colocam-se no nível da consciência do capitalista. Preço de custo se define pelos custos diretos da produção, ou o mínimo que deve retornar ao capitalista de forma a garantir a continuidade do processo produtivo. Compõe-se dessa forma entre capital constante (separado entre depreciação da maquinaria e matérias primas) e o capital variável. Acima do preço de custo, situa-se o lucro, uma margem que permite o ganho do capitalista que se apresenta como uma remuneração por seu trabalho de agenciador da produção. Nesse ponto, distingue-se o lucro do valor, ponto em que Marx se distancia do que até então tinha sido compreendido pela economia política: *o lucro é apenas parte da mais valia*. Não por acaso a teoria do valor, tal como exposta por Marx, não foi considerada pela economia política; já que o cálculo baseado no preço de custo funciona e propicia ganho ao capitalista; não se pode com facilidade mensurar o valor, ao contrário do lucro, categoria aparente e mensurável, naturalizada.

O valor que não é considerado do ponto de vista da consciência capitalista – embora seja produzida pelo capitalista industrial – é distribuído por diversas classes de capitalistas, entre elas a capitalista industrial, na forma de capital industrial – e tido como margem de lucro do industrial²⁸.

Para o capitalista, há somente distinção entre capital fixo e capital circulante²⁹, na forma pela

28 “O preço de custo capitalista da mercadoria é, portanto, quantitativamente diferente de seu valor ou de seu verdadeiro preço de custo. Ele é menor do que o valor mercadoria. (...) A autonomização dessa parte de valor se faz valer o tempo todo praticamente na produção real da mercadoria, (...) o preço de custo da mercadoria precisa recomprar constantemente os elementos de produção consumidos em sua produção.” (ibidem: 24).

29 Capital fixo seria, na concepção capitalista, aquele imobilizado nas máquinas, enquanto o circulante o que entra na mercadoria e se renova mensalmente. Como a parte de máquina tem amortização lenta, interessa diminuir os custos da parte circulante, o que se obtém com economia de trabalho. Marx dá grande importância à distinção entre as oposições 'capital fixo x circulante' e 'capital constante' x 'capital variável'. A segunda distingue os tipos de capital empregados e dá conta de mapear o que origina valor do que não origina (*capital que permanece constante*, que não se valoriza x *capital variável*, que entra num montante e sai *adicionado* do processo), enquanto a primeira mescla elementos distintos como salários (capital variável) e matérias-primas (parte do capital constante). (MARX, 1983:

qual transferem seu valor para a mercadoria. No ciclo da produção, fica para tal consciência indiferente a composição entre capital variável e capital constante, unidos pela rubrica de custos de produção (salário e meios de produção igualados). Perde-se a dimensão da mais-valia e da extorsão de trabalho, e após o término de um ciclo produtivo, o “a mais” parece originar-se do capital posto em processo: *“pelo fato de que todas as partes do capital aparecem igualmente como fontes de valor excedente (lucro), a relação capital é mistificada”* (ibidem: 35).

Soma-se a isto a *crença* de que esse novo valor origina-se da circulação pela venda da mercadoria no mercado. Ora, se o processo de produção consumiu trabalho e meios de produção, e as mercadorias ao serem vendidas e convertidas em dinheiro,

“o excedente de valor, ou mais-valia, realizado por ocasião da venda da mercadoria aparece, por isso, ao capitalista, como excedente de seu valor sobre seu preço de custo, de modo que a mais-valia contida na mercadoria não se realiza pela venda desta, mas se origina da própria venda” (ibidem: 30).

Mas na circulação não se troca senão por equivalentes; caso seja considerado que a origem do valor esteja no “comprar mais barato para vender mais caro”, se estaria incorrendo num julgamento moral, como se o mercado fosse composto de pessoas que enganam umas às outras³⁰. Um dos princípios do capitalismo é justamente a igualdade jurídica entre pessoas, que permite o estabelecimento do dinheiro como equivalente ou “gelatina de trabalho morto”. Embora não seja na circulação que se origine o novo valor, é nela que o mais trabalho extraído na produção se realiza. Se a mercadoria não é vendida, ela não realiza a mais valia.

Uma vez que o capitalista faça cálculo de preço de custo + lucro e não distinga capital constante de capital variável, seu objetivo torna-se rebaixar o seu preço de custo individual para conseguir vender no mercado e, se possível, apropriar um quinhão maior de dinheiro. Isso porque o preço não é definido de antemão pelo cálculo capitalista: ele se forma no mercado, depois da

23-32)

30 O comércio é talvez o exemplo mais clássico de uma suposta “habilidade em enganar”. Na realidade, o lucro comercial também se origina da indústria. Há uma inversão da relação entre comércio e indústria sob o capitalismo (ibidem: 217), em que a indústria passa a determinar o lucro comercial, pois esse realiza a mudança formal de forma mercadoria para forma dinheiro e permite ao capitalista continuar sua produção (mesmo que a mercadoria ainda não tenha sido finalmente consumida). Por meio dessa tarefa, cabe ao capital comercial certa parcela da mais-valia produzida pelo capital industrial.

produção, estabelecido pela média social entre todos os capitais, sejam eles menos ou mais produtivos. Forma-se assim o *preço de produção*, que é “igual a seu preço de custo **plus** o lucro que de acordo com a taxa geral de lucro lhe é percentualmente adicionado” (ibidem: 123). Isso significa que o capitalista pode produzir e não conseguir vender, no caso de seu preço de custo estar acima do preço médio social, ou o *valor de mercado*³¹.

Na formação dos preços, vale a lei da concorrência. Aqui se coloca outra discussão central do Livro III: que as regras válidas na teoria do valor se invertem no momento da realização da produção³². Isto é, se no processo de produção os capitais com maior composição relativa de capital variável geram mais-valia maior ao capital investido, na venda os capitais mais produtivos (com maior proporção de capital constante) resultam em preço de custo menor, o que faz com que se apropriem da mais-valia que foi gerada pelos setores menos produtivos. Assim, na distribuição da mais-valia, vale a regra de propriedade de capital: mais capital abocanha maior quantidade de mais-valia socialmente produzida³³.

A equalização da taxa de lucro opera também pela concorrência: o capital migra de uma esfera da produção para outra, em busca de uma maior taxa de lucro, constituindo assim oferta e procura e formando uma taxa de lucro média. Inverte-se a interpretação realizada pela economia clássica, que defendia que oferta e procura determinavam o processo; Marx demonstra que ela é formada pela lógica do capital autonomizado, que passa a ser sujeito. Trata-se de vender seja qual for a mercadoria, para obter lucro acima do preço de custo³⁴.

Considerando que o lucro é menor que a mais-valia produzida, e que parte dessa mais-valia é

31 “O valor de mercado deverá ser considerado, por um lado, como o valor médio das mercadorias produzidas numa esfera, e, por outro, como valor individual das mercadorias produzidas nas condições médias da esfera e que constituem a grande massa dos produtos da mesma. (...) Se a oferta das mercadorias ao valor médio (...) satisfaz a procura ordinária, as mercadorias cujo valor individual está abaixo do valor de mercado realizam uma mais-valia extraordinária ou um superlucro, enquanto aquelas cujo valor individual está acima do valor de mercado não podem realizar parte da mais-valia nelas contida” (ibidem: 139).

32 Referenciamos essa discussão em leituras e debates realizados durante a disciplina “Estudos sobre o Materialismo Histórico - Uma Leitura de O Capital”, ministrada pelo Prof. Dr. Jorge Grespan.

33 Uma das consequências desse “mecanismo” é o fato de que capitais menos produtivos mas com maior composição orgânica – como os situados na periferia capitalista – atuarão de modo a transferir valor para o centro, no que foi identificado pelas teorias do imperialismo.

34 “Desta forma, o capital se torna consciente de si mesmo, como uma **força social**, em que cada capitalista participa proporcionalmente à sua parcela no capital global da sociedade” (ibidem: 150, grifo do autor).

apropriada pelo capitalista que exerce a função comerciante, o capital aplicado recebe um lucro médio anual, independentemente da esfera em que está investido – seja industrial ou comercial³⁵.

O capital enquanto capital, tornado mercadoria, tem a característica de render um lucro, o que teria caso estivesse investido na produção sob lucro médio. Por isso, capital que não está na função produtiva pode ser emprestado, cobrando-se um juro pelo seu uso. Assim como o capital comercial permite o abreviamento do período de rotação – ao permitir a compra de trabalho e meios de produção para reiniciar o processo produtivo – o capital a juros desempenha papel parecido: o capitalista toma empréstimos de dinheiro para investir como capital no processo produtivo, desempenhando o que é chamado na economia política de *capital de giro*. Esse uso cobra seu tributo, na forma de um juro que é igualmente deduzido da mais-valia produzida pelo capitalista industrial (nesse caso remunerando a propriedade do capital). O capital como mercadoria acaba por apagar a relação desse com o trabalho, naturalizando a valorização do capital. O capital, assim, *naturalmente* renderia juros, pelo simples fato de existir enquanto capital³⁶.

A autonomização do dinheiro é a perenização de uma forma que na reprodução do capital é apenas evanescente, momento de passagem. Assim, sai da produção e pode funcionar apenas enquanto dinheiro que rende juros, que não precisa necessariamente funcionar produtivamente uma vez que o juro está naturalizado como sua propriedade:

“Em vez da transformação real do dinheiro em capital [posto na relação capital] aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo. (...) O dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado, o que constitui a forma de venda dessa mercadoria peculiar. Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros. (...) O capital realmente funcionante se apresenta (...) como capital em si, como capital monetário” (ibidem.: 294)

A autonomização do capital aparece também na própria tendência de queda da taxa de lucro³⁷,

35 “Dinheiro (...) pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. (...) capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não pago, mais produto e mais-valia, e se apropriar dele. Assim adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. (...) o capital enquanto capital se torna mercadoria.” (Idem, op. cit.: 255).

36 “No capital portador de juros, a relação capital atinge sua forma mais alienada e fetichista. Temos aí D-D', dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos.” (ibidem: 293)

37 Marx observa também as causas contrariantes à queda da taxa de lucro, que incluem o barateamento dos elementos do capital constante, a intensificação da exploração do trabalho e a compressão salarial abaixo de seu valor além de

na medida em que se mantém mistificada a origem da mais valia, sendo o preço a forma aparente e pela qual se faz toda a contabilidade capitalista; o preço expressa o valor, medido em tempo de trabalho. E por meio do preço, forma pela qual aparece o valor, se chega às formas de reduzir os custos de produção: o rebaixamento do preço possibilita melhores condições de concorrência, mas sobretudo a apropriação de valor produzido por outros capitais. Na lógica da equalização dos preços, capitalistas que conseguem produzir a preços mais baixos que o preço médio se apropriarão de uma mais valia produzida globalmente.

Considerando capitais de diferentes composições orgânicas, tomados como diferentes setores (entre composições diferentes de capital variável e capital constante), mas levando em conta que todos estão produzindo a taxa de lucro equalizada, teremos preços de custo nos quais diverge o *quantum* de mais valia produzido e o quanto se obtém por meio da taxa de lucro média.

Tabela 1: Desvio do preço em relação ao valor³⁸

Capitais	Mais-valia (Mv)	Capital constante consumido ³⁹ (cc)	Valor das mercadorias (=cc + v + Mv)	Preço de custo das mercadorias (Pc)	Preço das mercadorias (=Pc + l)	Taxa de lucro (l) ⁴⁰	Desvio do preço em relação ao valor
I. 80c + 20v	20	50	90	70	92	22%	+ 2
II. 70c + 30v	30	51	111	81	103	22%	- 8
III. 60c + 40v	40	51	131	91	113	22%	- 18
IV. 85c + 15v	15	40	70	55	77	22%	+ 7
V. 95c + 5v	5	10	20	15	37	22%	+ 17
390c + 110v (soma)	110	-	-	-	-	-	-
78c + 22c (média)	22	-	-	-	-	22%	-

(Fonte: Marx (1983: 122-123), adaptação nossa)

Adaptamos duas tabelas apresentadas por Marx através das quais, se demonstra, com base em

outras possibilidades. Todas elas contribuem para mitigar ou por vezes reverter a queda tendencial por determinado período. Mas convém observar que, como contra tendências, situam-se no interior da tendência, que determina o sentido geral do processo. Para mais, observar Livro III, capítulo XIV (MARX, 1983: 177-182)

38 Marx originalmente apresenta duas tabelas, que mesclamos em uma para facilitar nossa apresentação. Destacamos também que as apresenta como parte do argumento que chega na equalização das taxas de lucro. Entretanto, as utilizaremos para observar alguns efeitos da diferença de produtividade entre capitais para observar a produção de valor e a apropriação da mais valia.

39 Capital constante consumido é a parte do capital constante (matéria prima + meios de produção), mas considerada como o que entra no produto. Ou seja, matéria-prima + parte da depreciação dos meios de produção. Aqui os valores foram chutados por Marx, tratando de observar como se dão os casos sob diferentes taxas de depreciação.

40 A taxa de lucro se aplica sobre o capital total, no caso, de grandeza 100. A 22%, será igual a 22. No caso, Marx trata da taxa de lucro global como sendo igual à taxa de mais valia global, para efeitos de demonstração. Há que considerar que o lucro divide-se em vários lucros aparentemente autônomos: industrial, comercial, de juros e para a renda da terra.

números hipotéticos, essa discrepância. Considerando os capitais I, II III, IV e V, de igual grandeza (100), sob uma mesma taxa de mais valia (100%), mas com diferentes composições orgânicas.

Há muitas interpretações para a tabela acima e pode-se inferir diversos elementos para discussão. Uma delas é o objetivo assumido de Marx: observar a divergência entre o preço e o valor. Valor não pode ser confundido com preço, tanto em termos quantitativos como do ponto de vista da origem. O valor está posto pelo processo produtivo, observando a proporção entre capital constante e capital variável, sob determinada taxa de mais valia. Estaria, em condições hipotéticas (da sua realização), estabelecido antes de ir para o mercado, na medida em que obedece a lógica da proporção entre constante e variável. O preço, por outro lado, se forma a partir do estabelecimento de uma taxa de lucro, que se dá a posteriori, e será formada fora da produção, por meio da equalização da taxa de lucro⁴¹.

Ainda que se trate de uma demonstração hipotética, envolvendo esferas da produção distintas, pode-se observar na formação do preço das mercadorias a transferência de valor que foi produzida nas esferas menos produtivas da sociedade para as mais produtivas, na medida em que partilham de uma taxa de lucro similar⁴².

Essa lógica dá elementos para pensarmos na transferência de valor da periferia ao centro do do sistema capitalista. Esse é um dos temas abordados por Ernest Mandel em “Capitalismo Tardio” (1983), e nos interessa na medida em que permite dialogar com uma literatura que trata da industrialização no Brasil e a exploração da força de trabalho. Mas não se pode fazer a transposição da exposição de Marx sobre a equalização da taxa de lucro entre diferentes esferas da produção para diferentes países sem observar considerações apontadas por Mandel.

A taxa de lucro a nível global não se equaliza mundialmente, já que não há mobilidade perfeita

41 “Em virtude da distinta composição orgânica dos capitais investidos em diversas esferas da produção, (...), capitais de igual grandeza põem em movimento quantidades muito diferentes de trabalho, quantidades muito diferentes de mais-trabalho são apropriadas por eles ou massas muito diferentes de mais-valia são produzidas por eles. Consequentemente, as taxas de lucro que prevalecem nos diversos ramos da produção são originalmente muito diferentes. Essas diferentes taxas de lucro são igualadas pela concorrência numa taxa geral de lucro, que é a média de todas essas diferentes taxas de lucro.”(ibidem: 123)

42 Para explicar como a taxa de lucro tende a uma equalização, nesse momento Marx considera a oferta e procura – a concorrência –, mas como sendo determinada pela produção do valor e não o contrário.

dos capitais entre países; verificam-se taxas diferenciadas de lucro coexistindo preços nacionais de produção (ibidem: 248). A equalização da taxa de lucro se dá desde que exista um sistema “nacional” ou similar, que permita a livre mobilidade dos capitais e da força de trabalho.

Mas, de modo análogo à equalização da taxa de lucro – em que capitais migram entre distintas esferas da produção em busca de taxas de lucro maiores – pode-se pensar na existência de uma lógica que transfere valor dos capitais menos produtivos para os mais produtivos, e no caso do nosso exemplo, entre sistemas nacionais para outros, mesmo que a taxa de lucro não seja igual – ainda que a própria existência de uma taxa de lucro desigual constitua num fator que atua na mobilidade de capitais entre países. Outro fator que pode ser inferido é um sentido que tende a um aumento na produtividade dos capitais menos produtivos, que se dá a partir da necessidade de baixa do preço de custo. Aqui surge a questão das *trocas desiguais*, que pautou toda a discussão da CEPAL⁴³ nos anos 1940 e 1950, motivando as políticas desenvolvimentistas. Por hora, somente apontaremos para sentidos de uma lógica que se estabelece, sem desenvolver as implicações e desdobramentos observados na história econômica do capitalismo.

1.3.4. Redução dos preços de custo: rebaixamento dos custos de matérias primas e tendência de aumento do capital constante

A concorrência entre capitalistas os leva a buscar reduzir seus preços de custo, sendo possíveis inúmeras possibilidades. Não cabe aqui enumerar todas elas, que são apresentadas por Marx ao longo de todo o “Capital”; entretanto, em linhas gerais, operam ou por meio do aumento da exploração do trabalhador (redução nos custos de salários, intensificação dos processos de trabalho, mais valia absoluta etc), redução nos custos de matérias-primas, melhorias técnicas que aumentem a produtividade (mais valia relativa) ou forneçam lucros diferenciais, assim como sua combinação.

As consequências da modulação de cada uma dessas variáveis é muito ampla, não podendo ser lida de forma simplesmente causal; desse modo, é importante considerar a articulação e interconexão entre cada uma delas, analisadas tomando o conjunto do desenvolvimento capitalista,

43 Comissão Econômica Para a América Latina.

e considerando a impossibilidade de se apartar determinada porção do mercado mundial – ou seja, compreendendo que existe uma articulação que se dá no mercado mundial e que insere a todas as partes como formas simultâneas. Mandel (1985) afasta a possibilidade de “análises monocausais” para identificar as motivações das oscilações da taxa de lucro. Preocupado em considerar a tendência à queda da taxa de lucro, mas de modo não modelar, estabelece a combinação entre seis variáveis principais, através das quais considera ser possível delinear o vai-e-vem de ascensão e queda da taxa de lucro:

*“Essa idéia implica, em certa medida, que todas as variáveis básicas desse modo de produção possam, parcial e periodicamente, desempenhar o papel de variáveis autônomas – naturalmente, não ao ponto de uma independência completa, mas numa interação constantemente articulada através das leis de desenvolvimento de todo o modo de produção capitalista. Essas variáveis abrangem os seguintes itens centrais: a composição orgânica do capital em geral e nos mais importantes setores em particulares (...); distribuição do capital constante entre o capital fixo e o circulante (...); o desenvolvimento da taxa de mais-valia (...); o desenvolvimento da taxas de acumulação (...); o desenvolvimento do tempo de rotação do capital (...) e as relações de troca entre os dois Departamentos” (ibidem: 25, grifos do autor, **grifos nossos**)*

Sob essa forma de compreender a queda da taxa de lucro, Mandel aponta seu caráter de *tendência*, ou seja: de um sentido que se estabelece, não de forma linear mas que se observa como lógica inerente ao processo de desenvolvimento capitalista. As formas pelas quais se estabelecem os capitais mundiais determinam diferentes interações entre tais variáveis⁴⁴.

Dentre as formas de o capital reduzir custos, é possível reduzir gastos com capital variável: por meio do prolongamento da jornada de trabalho, um mesmo trabalhador sob o mesmo salário, fornece maior quantidade de trabalho ao capitalista – mais valia absoluta⁴⁵; desse modo, aumenta-se a apropriação de trabalho não pago e assim se expressando em possibilidade de maior acumulação⁴⁶.

Outra forma é o rebaixamento dos salários, barateando custos de sobrevivência ou por meio do

44 “As flutuações na taxa de lucro são o sismógrafo dessa história, na medida em que expressam com maior clareza possível o resultado dessa interação em conformidade com a lógica de um modo de produção baseado no lucro (...). Mas tais flutuações são apenas resultados, que também devem ser explicados pela interação das variáveis.” (ibidem: 26)

45 Sobre mais valia absoluta, observar a seção III em MARX, 1985a. A mais valia absoluta requer condições particulares, dentre as quais destacamos a existência de um amplo exército industrial de reserva, forçando o salário para baixo mas também coagindo o trabalhador a aceitar imposições do capital para se manter empregado por ele.

46 Há situações em que a mais valia absoluta se combina com a mais valia relativa, e que não necessariamente o prolongamento signifique aumento na acumulação, nas situações em que capitais menos produtivos competem com capitais mais produtivos: nesse caso, a mais valia absoluta serve como forma de tentar rebaixar o preço de custo e competir com o capital de maior composição orgânica.

excesso de oferta de mão de obra – com a constituição de um exército industrial de reserva.

Outra forma de impedir a queda na taxa de lucro seria a redução nos custos das matérias-primas. Mandel expõe que o processo que força o barateamento desses custos levou a uma movimentação de capitais em nível mundial, redefinindo o mercado mundial. Aqui, faremos a exposição do momento lógico desdobrando-se na história, em que a lógica capitalista põe novas relações num movimento que evidencia que é o capital o sujeito.

Para Mandel, a busca pelo rebaixamento dos custos de matérias primas impulsionou o movimento de expansão do capitalismo do centro para a periferia durante sua fase imperialista, isto é, entre o final do século XIX até meados do século XX. Durante tal período, observou-se uma expansão do capital sob a forma de exportação de capital objetivando o barateamento das matérias-primas, produzidas então principalmente na periferia do sistema; o movimento levaria também à racionalização e especialização das funções dos países como forma de articulação no que considera como uma redefinição das formas de articulação a um mercado mundial pela expansão de formas propriamente capitalistas:

*“A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que (...) tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos. Como se sabe, isso significou que **eles deveriam concentrar-se na produção de matérias-primas vegetais e minerais**. A caça de matérias-primas veio de mãos dadas, por assim dizer, com a exportação de capital imperialista, e foi, em grande medida, um determinante causal da mesma. Assim, **o crescimento de um relativo excedente de capital nos países metropolitanos e a procura de mais elevadas taxas de lucro e matérias-primas formam um complexo integrado.**” (ibidem, 38, grifos nossos)*

Desse modo se articulam tanto o investimento em ferrovias e a atuação diretamente na produção de matérias-primas. Na periferia, a implantação de ferrovias seria uma forma de aplicação produtiva de um capital que estava excedente na metrópole; de quebra, ao melhorar as vias de comunicação se facilitaria e diminuiria os custos do escoamento desse tipo de produção, ampliando enormemente a possibilidade de produção de matérias-primas; era uma boa colocação para os capitais excedentes ainda que sua operação não rendesse lucro e sim juros, pelo enorme montante de capital fixo despendido para sua implantação.

Noutra frente, daria-se a aplicação direta de capitais na produção de matérias-primas, como no caso das *plantations*: nelas, seriam introduzidas melhorias no processo produtivo, envolvendo uma passagem de formas de produção baseadas em trabalho escravo para outras. A racionalização do trabalho e a aplicação de uma nova organização social do trabalho viria a rebaixar os custos, constituindo no que Mandel considera como análogas a um “*capitalismo pré-industrial (...): introdução de uma divisão de trabalho elementar entre os trabalhadores manuais, à maior disciplina e à organização e contabilidades mais racionais*” (ibidem: 39).

Mandel afirma que essa intervenção foi motivada pela alta crescente dos preços das matérias-primas observada na segunda metade do século XIX:

“A intervenção direta do capital ocidental no processo de acumulação primitiva de capital nos países subdesenvolvidos⁴⁷ foi portanto determinada, em grau considerável, pela pressão compulsiva sobre esse capital, no sentido de organizar a produção capitalista de matérias-primas em grande escala” (idem)

A força que impelia ao rebaixamento do custo das matérias-primas para a produção de artigos industrializados no centro seria suficiente para redefinir toda a produção de matérias-primas ao redor do globo, e desse modo reforçar uma condição de separação entre países que se industrializaram dos restantes. Esse movimento definiria uma *condição subdesenvolvida*⁴⁸, se pondo a subordinação da periferia pela metrópole uma vez que a força do capital metropolitano seria maior que qualquer condição nacional em formação, dificultando assim novos processos de industrialização, uma vez que se redefiniriam as condições de produção internas a cada país ou

47 Vale mencionar que Mandel considera acumulação primitiva como um processo que ocorre em diversos momentos: “Até hoje, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva **de capital** têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção.” (ibidem: 30, grifos nossos). Outra passagem reforça o aspecto *material* da acumulação primitiva para Mandel, ligada à acumulação de capital: “O que levou a Revolução Industrial a ter início no Ocidente foi o fato de ali se **terem acumulado**, nos trezentos anos precedentes, **o capital monetário e as reservas de ouro e prata internacionais (...)**” (ibidem: 40). Não desconsiderando a importância da acumulação material, optamos por uma leitura pela qual se considera a acumulação primitiva, além de seu aspecto material, como um processo de formação categorial; isto é, no momento a partir do qual se gestam as condições para o desenvolvimento capitalista. Esse momento não seria possível de repetir-se, e assim teria se dado apenas **uma** vez, e seria mundial.

48 “Com a exportação em massa de capital para os países subdesenvolvidos (...) a diferença quantitativa na acumulação de capital e no nível de produtividade entre os países metropolitanos e os economicamente atrasados foi subitamente transformada numa diferença qualitativa. Esses países tornaram-se dependentes, além de atrasados. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação de capital sufocou o processo de acumulação primitiva de capital, e a defasagem industrial em relação às áreas metropolitanas alargou-se regularmente. (...) Do ponto de vista marxista, isto é, a partir de uma teoria consistente do valor do trabalho, subdesenvolvimento é sempre, em última análise, subemprego, quantitativamente (desemprego em massa) e qualitativamente (baixa produtividade do trabalho).” (ibidem: 40)

colônia. Isto quer dizer que geralmente as taxas de lucro obtidas na produção desse tipo de produto eram maiores que as de uma produção manufatureira ou industrial nascente, levando aos capitais que se constituíam no interior de cada país a se moverem para os setores mais lucrativos.

O subdesenvolvimento, aqui, é posto por uma imposição dos maiores proprietários de capital, postos na condição de dominadores não mais coloniais mas imperialistas. E desse modo se articulariam capitais internacionais com capitais nacionais ligados à produção desse tipo de mercadorias, geralmente as classes dominantes de base agrária ou mineira. Esse tipo de associação é encontrado por exemplo no nordeste brasileiro na produção de algodão⁴⁹, mas também no caso das ferrovias em São Paulo, que impulsionaram e baratearam a produção de café.

Para nós, parece importante ressaltar que *o caráter tendencial da baixa na taxa de lucro força movimentações de capitais*, que se colocam como desenvolvimento, expansão – ainda que advenham de condições que revelam a crise do processo de acumulação. Na medida em que são postas, conseguem por vezes interromper a queda e até subir em alguma medida a taxa de lucro, mas sempre recolocando a questão sob novos patamares, mais críticos. As “soluções” nunca são definitivas, e conduzem a situações que se põe como tendencialmente cada vez mais complexas e que vão redefinir constantemente o mercado mundial e a articulação entre as variáveis. O subdesenvolvimento – posto por um movimento próprio do capital como um todo – trouxe novas questões, que foram sendo gestadas ao longo da vigência desse arranjo temporário do mercado mundial, vindo a estourar em situações em que o tênue equilíbrio se perde⁵⁰, como bem exemplifica a crise de 1929. De modo crítico, o estabelecimento de um equilíbrio provisório gesta o momento

49 Francisco de Oliveira considera que no caso brasileiro não há exatamente fazendas de “plantation”; mas que a partir da alta no preço do algodão com a Guerra de Secessão norte-americana, abriu-se espaço para esse plantio, cuja comercialização era feita por agentes do capitalismo internacional, numa combinação com uma estrutura local presa a fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros, no que considera como uma combinação entre “culturas de subsistência” com a produção de um artigo para exportação cuja exportação seria dominada pelas “três irmãs”, Sanbra, Clayton e Machine Cotton. (OLIVEIRA, 1977:46-48). Note-se que há grande convergência entre Mandel e Oliveira: “*Na era clássica do imperialismo (...) passou a existir uma aliança social e política a longo prazo entre o imperialismo e as oligarquias locais, que congelou as relações pré-capitalistas de produção no campo. Esse fato limitou de forma decisiva a extensão do “mercado interno”, e assim novamente tolheu a industrialização cumulativa do país, ou dirigiu para canais não industriais os processos de acumulação primitiva que, apesar de tudo, se manifestaram.*” (MANDEL, op. cit: 37)

50 A noção de equilíbrio para Marx é apenas uma *coincidência* (MARX, 1985c: 361).

de sua ruptura, externalizado na forma de uma crise: então, há uma nova reorientação de modo a restabelecer um novo equilíbrio, tendencialmente mais instável e crítico.

Outro elemento posto pela lógica interna da acumulação e que também redefine os arranjos do “equilíbrio instável” do mercado mundial é o investimento em capital constante para aumentar a produtividade de um capital, como forma de rebaixamento dos custos. A inovação técnica permitiu ao longo do desenvolvimento capitalista a otimização do trabalho fosse otimizado, produzindo com o mesmo dispêndio de forças, quantidade muito maior de mercadorias finais. Assim, a busca pela diminuição do tempo necessário de trabalho para a produção de mercadorias possibilitaria a apropriação de mais-valia relativa⁵¹. Entre as formas apontadas para diminuição da quantidade de trabalho necessário, Marx aponta para três formas principais: a cooperação, a divisão do trabalho e a maquinaria⁵² – que nos debruçaremos a partir de agora.

O sentido da introdução da máquina é sempre esse: ampliação da produção e barateamento do preço de custo por peça, diminuindo relativamente a quantidade de trabalho necessário para cada mercadoria, incrementando o capital constante. Entretanto, a mesma lógica que torna a produção mais barata significa um rebaixamento da taxa de lucro. Uma composição orgânica aumentada – isto é, com maior composição de capital constante – implica em taxa de lucro mais baixa, ainda que mediante preços mais baixos o capitalista mais produtivo se aproprie da mais valia gerada por outros capitais menos produtivos. Maior proporção de capital constante significa menor quantidade relativa de mais valia produzida, ainda que a massa de mais valia aumente. A cada incremento na produtividade, proporcionalmente menos trabalho vivo é adicionado ao sistema, avolumando-se a quantidade de trabalho morto⁵³.

É possível que a massa de trabalho posto em movimento aumente mas não acompanhe o ritmo

51 “O prolongamento do mais-trabalho corresponderia à redução do trabalho necessário, ou seja, uma parte do tempo de trabalho que o trabalhador até agora utilizava de fato, para si mesmo, transforma-se em tempo de trabalho para o capitalista. O que teria mudado não seria a duração da jornada de trabalho, mas sua divisão em trabalho necessário e mais trabalho.” (MARX, 1985a: 249)

52 Discutidas na seção IV do Livro I (1985a), (1985b).

53 “Parte alíquota cada vez menor do capital global despendido se converte em trabalho vivo, e esse capital global absorve (...), em proporção à sua grandeza, sempre menos mais-valia, embora a proporção da parte não paga do trabalho empregado, em relação à parte paga do mesmo, possa simultaneamente crescer” (MARX, 1983: 166).

em que cresce o capital constante. Ainda que se barateie os custos das mercadorias – o que por sua vez rebaixa os custos de sobrevivência e o salário, apresenta-se uma tensão na medida em que há possibilidade de diminuição do volume de salários pagos, impedindo a realização da maior quantidade de mercadorias⁵⁴. Tendencialmente, face à possibilidade de uma queda absoluta da massa de mais valia produzida, a possibilidade de consumo entraria em contradição com a produção, bloqueando a realização da mais valia contida nas mercadorias e assim paralisando o sistema, numa situação limite (MANDEL, op. cit.: 147):

Como a tendência ao rebaixamento da taxa de lucro, não existe um processo linear de descenso, e talvez seja mais difícil de mensurar porque aqui tratamos da expansão da indústria em escala global – quando ela passa a incorporar mercados novos e enormes contingentes populacionais potencialmente utilizáveis para o trabalho. Pode-se observar um grande incremento na população operária, e de fato o revolucionamento técnico propiciado pelo aumento da produtividade se expressa em ampliação da divisão social do trabalho⁵⁵, mas sem que necessariamente isso signifique um aumento relativo do capital variável. A expansão se dá de modo absoluto, mas progressivamente se incorpora menos capital variável. Mas numa observação a longo prazo, observa-se o oposto: cada vez mais, por meio do aumento da produtividade, se produzem mais mercadorias, sem que se acompanhe um aumento na população operária à mesma razão.

Dando um salto ao capitalismo tardio, dialogamos com reflexão posta por Mandel sobre a

54 “Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuísse o número absoluto de trabalhadores, isto é, que possibilitasse à totalidade da nação o cumprimento de sua produção total em menor período de tempo, provocaria uma revolução, porque marginalizaria a maior parte da população. Essa é outra manifestação do limite específico à produção capitalista, que mostra ainda que a produção capitalista não é de maneira alguma uma forma absoluta para o desenvolvimento das forças produtivas e para a criação de riqueza, mas, ao contrário, que em determinado momento entra em conflito com seu desenvolvimento.” (MARX, *Capital*, v. 3: 258, citado por MANDEL, op. cit.: 145)

55 “A empresa mecanizada leva à divisão social do trabalho incomparavelmente mais avante do que a manufatura, pois amplia a força produtiva dos setores de que se apodera em grau incomparavelmente mais elevado” (MARX, 1985: 59). Aqui nos parece que a aposta desenvolvimentista crê que a mão de obra deslocada pelo aumento da produtividade seria compensada pela criação de novos empregos em outros setores, com a ampliação ainda maior da divisão social do trabalho. Até que ponto há expansão e a partir de quando ocorre retração (falta de emprego de modo estrutural), é uma questão que se coloca. E a partir de certo ponto, os novos empregos abertos são acessórios à produção do valor, situados na rubrica dos custos, evidenciando o aumento do trabalho improdutivo e uma acentuação do caráter crítico da reprodução do capital. Sobre trabalho produtivo e improdutivo: “*Como el fin inmediato y [el] producto por excelencia de la producción capitalista es la plusvalía, tenemos que solamente es productivo aquel trabajo (...) que directamente produzca plusvalía; por ende sólo aquel trabajo que sea consumido directamente en el proceso de producción con vistas a la valorización del capital*” (MARX, 2009: 77).

automatização – entendida como um momento, por meio da terceira revolução tecnológica, em que a automatização dos processos passa a literalmente expelir força de trabalho. A concorrência entre capitais mais automatizados e menos automatizados força à automatização, ainda que se expresse pela impossibilidade de generalizar-se:

“Uma vez que a esfera de produção do capitalismo tardio seja visualizada como uma unidade contraditória de empresas não automatizadas, semi-automatizadas e plenamente automatizadas (na indústria e na agricultura⁵⁶, e por isso em todas as esferas da produção de mercadorias juntas), torna-se evidente que, a partir de certo ponto e por sua própria natureza, o capital deve apresentar uma resistência crescente à automatização. As formas dessa resistência incluem o uso de trabalho barato nos ramos semi-automatizados da indústria (...), o que desloca o limiar da lucratividade para a introdução de complexos plenamente automatizados.” (ibidem: 144-145, grifos do autor)

Outro efeito da maquinaria é observado através do aumento da massa absoluta de lucro, mas que encontra dificuldades crescentes em se valorizar no mesmo processo produtivo. Crescentes massas de capital passam a não poder ser imediatamente reinvestidas no mesmo setor, aumentando o descolamento entre o dinheiro e dos processos de produção⁵⁷.

Esse mesmo capital sobranete assumiria função imperialista, sendo investido na periferia como forma de expansão capitalista, mas que evidencia o movimento crítico da acumulação: devido à crise de acumulação, o capital se expande; quando se acumula, se dá criticamente.

Também a centralização dos capitais, impulsionada pela concorrência, é forma de redução dos custos. Ao ingressar na circulação, diferentes capitais se confrontam e disputam o mercado para poder, pela venda, passar da forma mercadoria para a forma dinheiro e retornar ao processo produtivo – dando continuidade à reprodução do capital possibilitando a compra continuada de matérias-primas e força de trabalho. Quando o capital sai da esfera da produção, nada garante que ele se realizará. A concorrência entre capitais é acirrada e determina um tempo médio (que tende à

56 Fabio Pitta, analisando a produção da cana-de-açúcar recente, encontra tanto capitais totalmente mecanizados, nos quais o corte da cana é totalmente feito por máquinas, como capitais semi-mecanizados, em que é feito por trabalhadores volantes. A super exploração da força de trabalho, motivando expedientes de mais valia absoluta, não corresponde a uma fase “primitiva” da acumulação, mas é posta pelas formas da mais valia relativa como forma de concorrência entre esses capitais (PITTA, 2011).

57 “O mesmo desenvolvimento da força produtiva social de trabalho se expressa no progresso do modo de produção capitalista, por um lado, numa tendência de queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, em crescimento constante da massa absoluta de mais-valia ou do lucro apropriado (...). Esse efeito dúplice como foi mostrado só pode se apresentar num crescimento do capital global em progressão mais rápida do que aquela em que a taxa de lucro cai.” (MARX, 1983: 171).

redução), e pode ocorrer que se forme um preço abaixo do que custou ao capitalista; se o objetivo é aumentar o capital, todos aqueles que produzirem acima do seu custo serão eliminados do processo.

Na disputa entre capitalistas, a escala da produção passa a ter peso crescente⁵⁸. Pela concorrência, capitalistas se veem obrigados a investir em formas que tornem sua mercadoria mais barata; com o desenvolvimento do mercado, o montante a ser investido na melhoria dos meios de produção torna-se maior, e maiores são os custos para ingressar no processo produtivo na condição de capitalista. Maior capital constante quer dizer uma porção maior que não se valoriza, já que só o capital variável adiciona mais valor por meio da mais valia. A sobrevivência de todos os capitais torna-se mais difícil: aqueles com maiores custos de produção tendem a sucumbir frente a capitais mais eficientes, que passam a constituir montantes cada vez maiores. A centralização, que em Lenin é chamada de monopolização (LENINE, 1979), surge como estratégia de sobrevivência entre os capitais face às crescentes dificuldades para valorizar seu capital⁵⁹.

São necessárias massas de capital cada vez maiores para reproduzir uma quantidade de valor menor proporcionalmente ao capital investido, que é compensado através de um crescimento extensivo – em maior produção de mercadorias (que possuem uma proporção de capital variável tendencialmente menor).

O processo de centralização dos capitais pode se acelerar em momentos específicos. Por exemplo, num momento de crise de superprodução, fica evidente o descolamento entre mercadorias produzidas e a capacidade de consumo: a crise evidencia o momento em que a autonomização entre formas aparentes se efetiva: a produção se descola do consumo. A situação força a um ajuste com o rebaixamento do preço face à oferta excessiva, podendo chegar à própria destruição de mercadorias. Rebaixamento de preços quer dizer falência para os capitais menos produtivos cujos preço de produção situam-se dentre os mais elevados; tendo produzido mercadorias na expectativa de venda

58 “A luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. A barateza das mercadorias depende (...) da produtividade do trabalho, esta porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam portanto os menores. (...) À medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização.” (MARX, 1985b: 197).

59 “É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores.” (MARX, op. cit.: 196)

a determinado preço, se veem frustrados uma vez que não são capazes de repor os pressupostos da produção. A liquidação dos capitais menores fortalece a centralização, em que empresas mais produtivas e com melhores condições de competição sobrevivem – seja pela sua maior produtividade (composição orgânica superior), por deterem fundos de reserva maiores, pela facilidade de acesso ao crédito e também pela verticalização dos investimentos (concentração).

A concentração acompanha a centralização, e consiste num agrupamento de empresas que unifica diferentes momentos do processo produtivo para otimizar sua produção e diminuir custos. Assim, uma mesma empresa produtora de aço, por exemplo, passa a controlar as reservas de minérios para baratear os custos com matérias-primas. Note-se que esse é o processo de constituição dos conglomerados internacionais imperialistas, que desemboca nas grandes empresas multinacionais. O controle das fontes de matérias-primas da fase imperialista reflete já o movimento de concentração e centralização dos capitais. É importante citar que as grandes concentrações de capital trazem também alterações qualitativas nas possibilidades de investimento⁶⁰.

Os monopólios se desdobram na concentração do capital em instituições bancárias, uma vez que devido ao tempo de rotação do capital, o capital produtivo se vê obrigado ou a dispor de fundos de reserva (mantidos nas instituições bancárias) ou de crédito bancário como forma de continuar a produção (o chamado “capital de giro” da economia política). Desta forma, é dado às instituições bancárias o privilégio de:

“conhecer com exactidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade” (LENINE, 1979: 601).

Na medida em que o capital bancário concentra uma massa de capital em proporções gigantescas, passa-se a carecer de fontes de valorização (reprodução de valor): os bancos, ao disporem desse dinheiro como um enorme fundo de investimento se transmutam em capital

60 “O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades de ações chegou a esse resultado num piscar de olhos.” (MARX, 1985b: 198)

financeiro, elegendo os setores produtivos para a colocação lucrativa desse capital *excedente* de acordo com critérios de lucratividade. Esse capital extrapola os sistemas nacionais, passando a se constituir enquanto *exportação de capital*, especialmente na forma de capital de empréstimo. A expansão do capital é resultado de sua crise de valorização: se expande porque a taxa de acumulação tende a diminuir. Essa natureza contraditória do capital merece ser explicitada: o que se apresenta como crescimento é ao mesmo tempo crise; e se põe como expansão, mas aprofundando as condições de dificuldades de valorização do capital, tendo de mover-se de uma esfera a outra e buscar novas formas de incremento – seja como lucro ou juro.

Nesse momento, a exportação de capital tinha como objetivo a colocação produtiva, uma vez que se observavam taxas diferenciadas (maiores) fora dos grandes centros capitalistas. Lenin trata desse momento, em que a financeirização apontava para essa possibilidade⁶¹. Em São Paulo, ao longo de nossa pesquisa, verificamos tanto a formação de capitais bancários nacionais, a partir do café, como a incidência de volumosos investimentos estrangeiros. Ao longo de nossa pesquisa, chegamos ao Banco União de São Paulo, que foi proprietário da gleba que originou a favela do Vergueiro. O citado banco, tendo constituído capital a partir do capital cafeeiro, se transmutou em instituição bancária de empréstimos a partir de garantias hipotecárias em propriedades fundiárias, para então vendê-las e converter-se exclusivamente num banco de investimento industrial:

*“Os bancos que começaram a se instalar durante a década de [18]70 tiveram a sua maior euforia na enxurrada de negócios do Encilhamento. **O setor bancário estrangeiro aparentemente estava mais ligado à prestação de serviços urbanos**, os quais, no geral, eram prestados por empresas de capital estrangeiro que utilizavam equipamentos importados. O setor bancário tinha vínculos mais diversificados com o processo de industrialização, tendo algum contato direto com a área da construção. Por exemplo, o Banco União de São Paulo, fundado em 1890, criou vínculos com a nascente indústria de material de construção. Esses bancos, é claro, além de manterem vínculos com o capital cafeeiro, diversificavam-os, fomentando a produção em ramos que mostravam possibilidade de expansão. Desse modo, a sua presença na área de investimentos urbanos correspondia às necessidades de expansão. Desse modo, **a sua presença na área de investimentos urbanos correspondia às necessidades de mobilidade do capital cafeeiro e às possibilidades que estavam surgindo**, dado o crescimento da cidade. (PEREIRA, 1988: 75-76, grifos nossos)*

61 Diferentemente da época atual, em que o capital parece ter se autonomizado das esferas produtivas, num descolamento entre dinheiro e produção. A esfera financeira parece determinar todas as outras a ponto de praticamente prescindir da esfera da produção, em que o dinheiro naturalmente torna-se mais dinheiro (D-D'). Essa questão não será abordada nessa pesquisa, mas parte de seu sentido está apontado nos elementos acima expostos. Sobre essa temática, ver: “A ascensão do dinheiro aos céus” (KURZ, 2002)

Localmente, a acumulação do café foi capaz de propiciar alguma concentração que culminou na formação de instituições bancárias de volume considerável, a ponto de alcançar importância na formação de investimentos industriais.

E se de um lado o café favorecia tal concentração de capital no Brasil, de outra parte, o capital internacional – já monopolista e imperialista – passou a atuar em diversas frentes, seja pela construção de ferrovias e serviços públicos. São Paulo, como principal cidade do café e metrópole em formação que era, passou a receber uma infinidade de investimentos desse capital financeiro internacional. Talvez o melhor exemplo que tenhamos seja a Companhia Light, truste estabelecido no Canadá, mas constituído majoritariamente por capitais ingleses, que investiu pesadamente nos setores de luz, energia, transportes urbanos, telefone, gás, esgoto, água. Através de suas operações na retificação do rio Pinheiros, atuou fortemente no mercado imobiliário (SEABRA, 1987). Outras grandes companhias, principalmente de capital inglês, atuaram no mercado de terras, destacando-se a Companhia City, que realizou vultosos investimentos na criação dos luxuosos bairros jardim – como o Jardim Europa, City Boaçaça, City Lapa entre outros.

Ainda que se considere a existência de um processo de acumulação eminentemente nacional com base no café, é possível que na história econômica sobre a industrialização brasileira, tenha se sobredeterminado a importância dos capitais nacionais em detrimento da exportação de capitais e da presença destes também na forma das máquinas que serviam à indústria nacional em formação. Apenas assinalamos a importância e a dimensão do embate entre os capitais acima descritos: se nacionalmente o café se constituía na forma de bancos que buscavam diversificar os investimentos em capital em São Paulo – como na indústria da construção –, a exportação de capitais internacionais reflete outro nível de grandeza de capital. Representa um desenvolvimento das forças produtivas e uma produtividade já tamanha que na sua concorrência, os capitais da Europa ocidental se deram conta que essa porção já não era o bastante, indo se expandir de forma imperialista especialmente na Europa oriental, Ásia e América Latina.

A exportação de capital através do que foi chamado de imperialismo é, entretanto, um elemento a mais no aprofundamento das contradições do capital. No movimento cego que busca viabilizar sua colocação produtiva, longe de resolver as contradições oriundas do seu processo de valorização, na medida em que dá prosseguimento à acumulação global e ao desenvolvimento das forças produtivas. Não se soluciona o problema dos capitais ociosos: a questão se agrava, o que se refletirá nos movimentos de industrialização do século XX na periferia e no bloco dos países socialistas. A exportação de capitais apenas inaugura um período em que o capital se expande como consequência de sua crise de valorização. Para nós, é imprescindível que a industrialização da periferia, como do Brasil, seja compreendida sob tal perspectiva. O movimento que se desdobra aponta para a própria supressão da produção com a definitiva autonomização do dinheiro.

No próximo capítulo, buscaremos articular uma interpretação sobre a industrialização nacional, estabelecendo em paralelo uma apresentação sobre os dois departamentos da produção social, em conjunto com uma apresentação de como se define uma dinâmica populacional particular ao capitalismo e no Brasil.

“Parecia indeclinável acabar de uma vez por todas as antigas práticas, transformar, quanto antes, as velhas tendências brasileiras de acautelada morosidade e paciente procrastinação. Ao amanhã de todo sempre, substituirá-se o já e já! Quanto moroso, senão estéril no natural egoísmo, o pesado trabalho da terra, com os seus hábitos arraigados, rotineiros! A indústria, sim, eis o legítimo escopo de um grande povo moderno e que tem de aproveitar todas as lições da experiência e da civilização: a indústria, democrática nos seus intuitos, célere nos resultados, a fazer a felicidade dos operários, a valorizar e tresdobrar os capitais dos plutocratas, sempre em avanço e a progredir, tipo da verdadeira energia americana e a desbancar, com os seus inúmeros maquinismos, que dispensariam quase de todo o auxílio braçal, tudo quanto pudesse haver de melhor e mais aperfeiçoado nos mercados estrangeiros!”

(Visconde de Taunay, 1890. in FAORO: 1977)

capítulo 2

Modernização brasileira e condições para formação de favelas em São Paulo: industrialização e mobilização para o trabalho

2.1. Apresentação

Nesse capítulo pretendemos apresentar leituras e propor discussões a respeito de duas frentes relacionadas à modernização brasileira: a industrialização e a mobilização da população para o trabalho, entendidas como aspectos mutuamente necessários para o processo de acumulação capitalista. Surgem como fenômenos de uma parte a industrialização, e de outra processos migratórios que se confrontam em nossa pesquisa no caso paulistano a partir dos anos 1930 e 1940, quando surgem as primeiras favelas na cidade.

Queremos apresentar uma tentativa de focar capital e trabalho continuando as reflexões estabelecidas a partir do capítulo I: de que há um sentido tendencial crítico na acumulação capitalista, que opõe aparências como positivities escondendo esse caráter intrinsecamente contraditório: a queda da taxa de lucro, que a primeira vista se verificaria como queda mas se apresenta por meio da expansão do capital; a superprodução, que se “resolve” continuamente pelo aumento ainda maior da produção. Simultaneamente, a constituição do mercado mundial se dá pondo processos expropriatórios contínuos, mas que não necessariamente formam trabalho num sentido positivo: daí, talvez não caiba dizer que se forma um exército industrial de reserva, visto que não há trabalho suficiente para empregar a população mobilizada.

Deste modo, apresentaremos elementos iniciais para um debate, reconhecendo a limitação de nosso levantamento bibliográfico nestes assuntos que se encontram possivelmente entre os mais discutidos nas mais variadas ciências sociais. O que queremos é apresentar uma discussão possível, fornecendo elementos que serão retomados ao longo dos próximos capítulos.

2.2. Industrialização e desenvolvimentismo

2.2.1. Os departamentos da produção social e industrialização da periferia capitalista

Nesse capítulo apresentaremos alguns elementos acerca do desenvolvimentismo e do chamado processo de industrialização brasileira até meados dos anos 1970. Para nós, a constituição das

favelas em São Paulo é indissociável da implantação de indústrias, ainda que aparentemente sua influência seja apenas indireta.

Deste modo, buscaremos apresentar a discussão dos dois departamentos da economia⁶², como abordagem possível para compreender a articulação das indústrias implantadas no Brasil com o capitalismo mundial. Assim recolocamos a questão da industrialização de “substituição de importações”, da década de 1910 até o final da Segunda Guerra Mundial. Evidentemente, há grandes variações na forma pela qual se deu a implantação industrial no extenso período assinalado. Analisaremos esse processo tomando a industrialização operada na periferia como momento simultâneo de uma acumulação crítica no capitalismo central, considerando esse processo sendo muito mais posto por aspectos de uma lógica simultânea do capital do que por vontades subjetivas ou decisões políticas. Não que as intervenções políticas não tenham exercido influência ou alterado determinados rumos dos acontecimentos.

Mas há que se considerar dois pontos: quais os limites de atuação para a intervenção política, ou como coloca Celso Furtado, “*que opções se apresentam aos países que sofreram a deformação do subdesenvolvimento, em face das presentes tendências do sistema capitalista?*” (FURTADO, 1976?: 19). Mas colocamos a questão de outra forma que Furtado, visto que, segundo as palavras acima, se considera a possibilidade de controle dos rumos da política econômica por meio da intervenção estatal. Por isso, colocamos duas questões como diálogo⁶³: *em que medida uma política econômica canaliza um anseio do capital, e não de uma vontade subjetiva?* E ainda, *por que se assume o ponto de vista de identificação com a nação*, como indivíduos que participam de uma economia nacional em sua condição subjetiva, tomando para indivíduos anseios que são de uma lógica? Aqui, antes de tudo, desejamos expressar um profundo desconforto com toda uma bibliografia e posicionamentos – inclusive de grande parte das posições políticas “de esquerda” – que defendem posições nacionais como um universal “nacional”, homogêneo e pelo qual se projeta

62 Essa discussão foi primeiro proposta por Marx, no livro II do Capital (1985c), capítulos XX e XXI.

63 A intenção das perguntas é propor um debate, mais expondo dúvidas do que como desenvolvimentos de tais questionamentos.

uma representação de um anseio abstrato em pessoas, pelas quais se age como sujeitos de uma determinação histórica. Por que é que se dá tanta importância à nacionalidade, defendida como “economia nacional”, pergunta que se estende também para a crítica do imperialismo? Em que sentido capital nacional seria melhor que um capital internacional, do ponto de vista de pessoas que vivem uma objetividade simultânea posta pelo capital?

Capital nacional e capital internacional são momentos de um mesmo capital enquanto força social, ainda que assumam aparências de coisas separadas e, entre si, compitam como inimigos. Aqui preferimos tentar uma trilha de crítica à ideia do capital como um todo, que põe capitais postos sob formas diferenciadas – desiguais – de modernização, constituindo um mesmo processo de socialização. E assim fazemos uma questão, que moveu o argumento a ser apresentado a seguir: quais as limitações de um pensamento que privilegia um dos polos da questão, no caso, o capital nacional? Ou ainda, o desejo do pequeno capital não seria tornar-se grande capital?

Os dois departamentos da produção social e a industrialização na periferia capitalista

A discussão sobre os dois departamentos da produção social nos parece uma boa forma de apontar questionamentos sobre as origens e impulsos para a chamada industrialização da periferia. Seu pressuposto é a existência de uma simultaneidade entre processo produtivo e consumo, já que a produção é consumo de matéria-prima ou capital constante – na forma do consumo produtivo – e também por meio do consumo dos trabalhadores e capitalistas (consumo individual) se mantém a reposição destes enquanto trabalho – seja do trabalhador ou do capitalista. A noção de entrelaçamento entre os capitais baseia-se na simultaneidade entre produção e consumo, uma vez que um possibilita e alimenta o outro, não de modo sucessivo mas *ao mesmo tempo*.

Como forma de distinguir tipos diferenciados do capital na forma de sua circulação, Marx⁶⁴ propõe a distinção entre os capitais que produzem mercadorias para o consumo produtivo – máquinas, matérias-primas e auxiliares –, chamado de departamento I; e os que produzem

64 Aqui utilizamos sobretudo os capítulos XX e XXI do livro II do “Capital” (1985c).

mercadorias para o consumo individual, final, o departamento II. O que é produzido pelo departamento I deve necessariamente ser consumido produtivamente – isto é, por um departamento de bens de consumo, enquanto que a produção do departamento de bens de consumo (II) é consumida por trabalhadores do departamento I e II, e mercadorias de luxo (parte do II) pelo consumo individual dos capitalistas, também de ambos os departamentos.

Marx aponta para uma correlação entre tais departamentos, verificando também a movimentação de aumento e diminuição internamente aos departamentos. O departamento II seria composto, por sua vez, de capitais para a produção de meios de subsistência necessários e de artigos de luxo. O balanceamento entre ambos faz com que em momentos de expansão capitalista, se aumente a produção de artigos de luxo, que podem inclusive ser incorporados temporariamente ao consumo de parte da classe trabalhadora. A retração econômica dos momentos de crise, faz com que cesse esse consumo, acarretando simultaneamente numa diminuição desse setor, que é o primeiro atingido – refletindo-se em cortes salariais ou de trabalhadores (MARX, op. cit.: 303). A crise da acumulação – como um processo simultâneo entre crescimento e retração – pressupõe a constituição de uma massa trabalhadora móvel, uma mobilidade do trabalho igualmente relacionada – e sujeita – às necessidades do capital. Isso pode explicar em parte porque, mesmo em tempos de crise, se force a mobilização do trabalho, que se expande e retrai conforme uma situação momentânea⁶⁵.

Além disso, Marx aponta para a circulação do dinheiro, observando como ele é pago como capital variável. A mais valia que retorna a seu bolso, originada da exploração dos trabalhadores, serve em parte ao pagamento de seu próximo ciclo. Mas aqui deve-se considerar que as massas de dinheiro estão em mãos dos bancos, que permitem por exemplo a antecipação dos salários antes da realização completa do consumo. Do ponto de vista do capitalista, a origem do dinheiro pareceria ser não dos trabalhadores mas desse departamento bancário. Caso não disponha desse dinheiro, o

⁶⁵ Isso não anula a diminuição relativa e posteriormente absoluta na massa trabalhadora, aqui entendida como capital variável, cujo sentido se opera pela redução da sua proporção conforme avança o desenvolvimento capitalista.

capitalista não paga salários, e com isso o consumo individual – de meios de sobrevivência – não se dá, impedindo a realização do capital como um todo. Faz parte da dinâmica de diminuição dos tempos de rotação a incorporação crescente do capital bancário como forma de garantir a própria circulação do dinheiro – lembrando que essa forma de circulação cobra um tributo, na forma de taxas bancárias e juro sobre um capital⁶⁶.

Com isso, consideramos que a circulação do capital tem em si um caráter crítico e que diminui os lucros capitalistas, na medida em que há uma necessidade social de acelerar sua circulação e que é efetuada pela classe trabalhadora. O tempo não simultâneo que constitui a realização da produção é problemático, evidenciando a necessidade do crédito, que para isso cobra seu tributo. Além disso, essa massa de dinheiro nas mãos dos bancos se avoluma, constituindo as já mencionadas imensas massas de dinheiro que formam capitais financeiros e a concentração do capital⁶⁷.

De outra parte, verifica-se a necessidade de o departamento I, de máquinas, ser consumido integralmente pelo departamento II e internamente ao departamento I. O consumo produtivo pressupõe que outros capitalistas necessitem desse tipo de mercadorias para que haja sua realização. Entretanto, há que se destacar que há diferenças temporais na velocidade de consumo entre ambos departamentos. No capital constante de ambos departamentos entram elementos de capital fixo (cuja depreciação é lenta) e de capital circulante (que entram em sua totalidade na mercadoria final). O tempo de duração de uma máquina, meio de produção, é distinto. Produz-se mercadorias que assumem a qualidade de capital fixo, mas não se pode perder de vista que parte do consumo produtivo do departamento II não se dá a todo ciclo produtivo, pelas máquinas que consome do

66 “O capital monetário transformado em capital variável – portanto o dinheiro adiantado em salário – desempenha, entretanto, papel fundamental na própria circulação monetária, porque – visto que a classe trabalhadora tem de viver da mão para a boca (...) – é mister adiantar capital variável em dinheiro simultaneamente em inúmeros pontos localmente diversos da sociedade (...). Em todo país de produção capitalista, o capital monetário assim adiantado constitui uma parcela proporcionalmente decisiva da circulação global, tanto mais quanto o mesmo dinheiro (...) percorra os mais variados canais e funcione como meio de circulação para inúmeros outros negócios.” (ibidem: 306)

67 A diminuição da taxa de lucro leva a um sentido crítico, levando a distintas formas de compensar sua redução ou temporariamente escapar dessa. Todas estas formas, entretanto, constituem-se como formas mais críticas, seja por aumentarem os falsos custos, por necessitar de capitais emprestados dos capitalistas do dinheiro, seja pelo aumento da composição orgânica – este que se refletirá numa condição mais crítica da circulação e apontando para uma crescente desproporção entre os departamentos da produção.

departamento I; há desproporção temporal entre a velocidade de produção e do consumo entre ambos departamentos.

Entretanto, a desproporção não é apenas na produção e consumo, mas na velocidade de acumulação e no fluxo de dinheiro entre ambos departamentos. O consumo das máquinas produzidas pelo departamento I por parte do departamento II requer que aqueles capitalistas disponham ou de um fundo de reserva ou o que é mais comum, um sistema de crédito que lhe possibilite a cada período longo de rotação desse tipo de mercadoria, atualizar o maquinário. O sistema de crédito, a partir do momento em que se estruturam os bancos de forma imanente à forma capitalista (ibidem: 360), cumpre a função de concentrar entesouramentos particulares de diversos capitais, que unidos disponibilizam capital para um capitalista individual realizar essa compra. Do entesouramento, passa-se ao predomínio do capital financeiro de modo articulado internamente à produção. No intercâmbio entre os departamentos e suas subdivisões, só no caso de uma coincidência as compras de um departamento serão iguais às vendas do outro (ibidem: 361).

Em algumas passagens, Marx aponta para a diferença entre a acumulação entre o departamento I e II (ibidem: 341, 366-379) destacando uma tendência à superprodução no departamento II e uma sobra de dinheiro não passível de reinvestimento imediato no departamento I. A acumulação no departamento II teria que efetuar-se de modo mais acelerado que em I para manter-se em condições de reprodução ampliada, e assim, conseguir acumular⁶⁸.

O sentido posto na exposição marxiana é o da impossibilidade do equilíbrio entre os dois departamentos, com tendência de sobra de dinheiro em vários momentos. Sobra no sentido da impossibilidade de sua aplicação produtiva imediata, sendo direcionado para o entesouramento ou para os sistemas de crédito. E aponta-se já em Marx para a possibilidade de uma desproporção na

68 “Assim como I tem de fornecer o capital constante adicional de II a partir de seu mais-produto, II fornece, nesse sentido, o capital variável adicional de I. II acumula para I e para si mesmo, no que se refere ao capital variável, ao reproduzir uma parte de sua maior produção global e, portanto, nomeadamente de seu mais-produto, em forma de meios de consumo necessários.”

Na produção sobre a base crescente de capital I ($v+m$) tem de ser $= IIc$, plus a parte do mais-produto que volta a incorporar-se como capital, plus a parte adicional de capital constante necessária à expansão da produção em II; e o mínimo dessa expansão é aquilo sem o qual não seria realizável a acumulação real, isto é, a expansão real da produção em I. (ibidem: 375-376)

produtividade do departamento I em relação ao II, no que leva também a uma apropriação diferenciada da mais valia produzida entre ambos departamentos.

Mandel faz uma discussão com Marx tomando como referência o desenvolvimento histórico da expansão capitalista. Sua análise⁶⁹ é um desenvolvimento da lógica de Marx dos capítulos XX e XXI do livro 2 do Capital, mas analisando em que medida se dá a implantação dos departamentos da economia e sua articulação na constituição do mercado mundial – elaborando uma temática que Marx aborda sem ter se debruçado de modo sistemático: o comércio exterior.

Para Mandel, da mesma forma que Marx, o sentido do equilíbrio entre ambos departamentos é apenas provisório, havendo de fato uma tendência ao desequilíbrio. Mas nessa análise estabelece uma periodização, distinguindo comportamentos distintos para ambos departamentos considerando o nível de tecnologia utilizado em cada um.

O primeiro momento seria o da própria revolução industrial. Para Mandel, nesse momento, o departamento II teria composição orgânica superior à do departamento I. Isto é, a produção de máquinas mecânico-industriais para abastecer o departamento de bens de consumo era feita em bases artesanais, proporcionando uma transferência de mais valia do I para o II (MANDEL, op. cit.: 130). Nesse período, segundo Mandel,

“o mais importante sentido da penetração da produção mercantil capitalista assumiu a forma de exportação de mercadorias, isto é, da exportação de bens de consumo; pois ao longo desse período foi esse setor que dominou a economia capitalista dos países metropolitanos, e toda vez que ocorreu uma superprodução cíclica ela tomou acima de tudo a forma da superprodução de bens industriais de consumo.” (idem).

Aqui, o consumo de matérias-primas ainda era local; isto é, serviam às indústrias as reservas de carvão mineral e a extração de lenha para aquecimento das caldeiras que moviam as indústrias desses bens; a acumulação não havia ainda atingido um ponto em que a pressão pelas matérias-primas necessitasse de mercados externos para sua aquisição.

A inflexão se deu a partir da época imperialista, refletindo paralelamente o avanço da acumulação e, em consequência, o desenvolvimento das forças produtivas, culminando em novas

69 Em especial, capítulo 6, “A natureza específica da terceira revolução tecnológica” (MANDEL, op. cit.).

tecnologias que alterariam também qualitativamente os processos produtivos. Na chamada segunda revolução tecnológica, se daria a substituição dos motores a vapor pelos elétricos – de produção mecânica –, que resultaria numa transformação radical da produção do capital fixo, já que a partir de então se abandonaria definitivamente qualquer possibilidade de produção artesanal no interior do Departamento I.

De outra parte, Mandel também assinala a importância trazida pelo aumento da produtividade das matérias-primas. De modo geral, verificou-se assim um grande incremento na composição orgânica do Departamento I, vindo a ultrapassar de forma definitiva a composição orgânica do Departamento II. No departamento II a única alteração mais significativa seria a adoção de motores elétricos em lugar dos a vapor, muito diferente do que se operou na construção de máquinas:

“A penetração do capital no Departamento I criou locais de produção que, nos termos de Marx, deviam operar com instrumentos ciclóticos de produção e, conseqüentemente, volumes ciclóticos de capital. Houve um crescimento enorme no mínimo de capital requerido para se poder competir nesse campo. Cada vez mais, a concorrência conduziu à concentração.” (ibidem: 132)

Aqui Mandel atribui um sentido histórico, identificando alterações qualitativas, como forma de estabelecimento de uma transferência de valor do departamento II para o I que Marx apontara pelas contas das transações entre ambos. O desenvolvimento das forças produtivas coloca esse desnivelamento, levando de um lado a uma superprodução de mercadorias por parte do departamento de bens de consumo (II), e de uma supercapitalização do departamento de bens de capital (I)⁷⁰.

Assim, o departamento I supercapitalizado desponta na formação de um montante sempre crescente de capitais que carecem de fontes de valorização. Aqui opera-se a transmutação em capital financeiro, inundando mercados estrangeiros na busca de melhores taxas de lucro e na continuidade de sua vida enquanto capital – ou seja, acumulando. Aqui fica patente a característica dessa expansão, que se dá por superacumulação. Essa expansão é, logo, resultante de uma

⁷⁰ “O resultado lógico foi uma alteração no impulso principal da tendência capitalista à expansão: a exportação de bens de consumo para regiões pré-capitalistas deu lugar à exportação de capitais (e de artigos comprados com esses capitais, especialmente vias férreas, locomotivas e instalações portuárias, isto é, aparelhamento infra-estrutural para simplificar e baratear a exportação de matérias-primas produzidas com o capital metropolitano).” (ibidem: 131)

impossibilidade de realização completa da acumulação, num aspecto crítico que tende a uma diminuição dos lucros como tendência constitutiva do mercado mundial e da expansão capitalista.

O sentido monopolista, com capitais de volumes “ciclóticos”, levou ao expansionismo que desencadeou-se nas guerras imperialistas, em que capitais nacionais de proporções gigantescas se confrontaram, matando uma população enorme, mas também aniquilando capital. A retração e fechamento do mercado mundial, durante ambas guerras e também na depressão dos anos 1930, levaria à redução no seu volume exportado aos países da periferia. A acumulação do capital global teria atingido um limite interno às características da acumulação, próprias do ciclo do capital fixo⁷¹.

Somente com a Segunda Guerra Mundial e a economia de guerra nuns casos e com o fascismo noutros, seria possível forçar um aumento na taxa de mais valia que permitiria uma alta temporária da taxa de lucros. O desenvolvimento tecnológico trazido na esteira da guerra acarretaria, também, a partir da supercapitalização do departamento I, no desenvolvimento de matérias primas sintéticas – como os plásticos, polímeros e fibras sintéticas – a partir da indústria petroquímica (ibidem: 42). Essa substituição teria efeitos no provimento de matérias-primas da periferia ao centro, ao diminuir severamente as importações de algodão, borracha, fibras naturais e internalizar no centro sua produção. De uma situação em que o capitalismo imperialista redefinia cadeias de produção de matérias-primas na periferia, passa-se à diminuição de sua compra, o que tem como consequência o empobrecimento e aumento do fosso entre centro e periferia do capitalismo.

Entre as tendências observadas no sentido de uma nova fase capitalista, que Mandel identifica como *capitalismo tardio*, estaria também a aplicação da segunda revolução industrial também aos bens de consumo; ou seja, na produção desses bens, se aumentaria a produtividade de forma dramática, encontrando alimentos e matérias-primas produzidas por máquinas; mas também na criação de um novo setor dos bens de consumo, chamado de *bens de consumo duráveis*, com a ampliação dramática na produção de automóveis e eletrodomésticos (ibidem: 133). Assim, reforça-

⁷¹ “O aumento considerável na composição orgânica do capital em resultado da eletrificação generalizada produziu uma tendência à queda da taxa média de lucros, a qual só poderia ser neutralizada por um aumento correspondente na taxa de mais-valia.” (ibidem: 132)

se o sentido de uma acumulação que precisa renovar todo um parque industrial por meio de maquinaria completamente nova, além da dependência para com essa indústria de bens de capital altamente produtiva.

Ainda, outro aspecto seria o revolucionamento das técnicas agrícolas mediante a aplicação de fertilizantes e agrotóxicos, oriundos do desenvolvimento da indústria petroquímica; e do uso da maquinaria pesada – que também ingressa pesadamente no campo da extração mineral:

“Longe de corresponder a uma “sociedade pós industrial”, o capitalismo tardio aparece assim como o período em que, pela primeira vez, todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados” (ibidem: 133-134)

As consequências são inúmeras, mas contém sempre o princípio do aumento da composição orgânica do capital de forma global, refletindo em maior produtividade, e, em diversos setores, dispensa de força de trabalho – o caso mais dramático é o da agricultura, mas muitos outros setores também veem reduzido o capital variável por meio da automatização dos processo de produção por meio dos computadores e equipamentos eletrônicos. A absorção parcial se daria pela ampliação dos setores improdutivos da sociedade, longe de constituir um “inchaço”, uma necessidade sistêmica de diminuição de custos com autonomização de funções antes privadas na forma de empresas especializadas. Assim, observa-se uma tendência de aumento da composição orgânica, ampliando condições já críticas da reprodução social; a partir de agora, diminui não apenas relativamente mas absolutamente a massa total de trabalho posta em funcionamento (op. cit.: 139-140).

Parece-nos que a industrialização brasileira refletirá muito mais uma correlação de entrelaçamento e inter-relacionamento dos capitais globais e particulares do que uma política orientada a esse fim elaborada em escala nacional. Possivelmente a preocupação com o desenvolvimento nacional reforçou de tal modo a categoria nação que turvou a importância destas articulações, fornecendo uma análise que sobre determinou a luta de classes nacionalmente e deixou de lado a questão lógica do capital como uma simultaneidade; necessário dizer, também, que desconsiderou o caráter crítico da acumulação capitalista, não observando os limites internos à realização do capital.

2.2.2 Articulação entre departamentos da produção global e industrialização brasileira

No presente ponto, pretendemos recolocar a questão da industrialização no Brasil e a tese da super exploração da força de trabalho como fundamento de uma acumulação nacional – baseada na concentração de renda. Estabelecemos um diálogo a princípio com desenvolvimentismo, que implantou uma política econômica nacional para estimular essa que foi considerada uma nova fase da acumulação; mas principalmente, queremos dialogar com um dos principais estudos sobre a questão, e que marcou época tanto nas discussões sobre a sociedade brasileira recente como sobre favelas e periferias: *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira (2003). Queremos dialogar com diversas questões levantadas por esse texto, tentando articular sua argumentação a uma discussão sobre o desenvolvimento crítico da acumulação capitalista e a relação entre os departamentos da produção. Para estabelecer tal diálogo, nos utilizaremos de Mandel (op. cit.); vale dizer que ambos textos foram escritos à mesma época, e ainda que sob contextos e enfoques ligeiramente distintos, discorrem sobre a mesma temática.

Partimos de que o desenvolvimento capitalista mundial se dá simultaneamente ao estabelecimento de uma indústria de bens de consumo e duráveis nacional, ao mesmo tempo em que o capital global (e não apenas o capital norte-americano) está tornando-se crescentemente ocioso, principalmente em seu departamento I.

Sob esse enfoque pode-se analisar a diminuição absoluta do trabalho vivo, observado a princípio só na produção estabelecida nos países centrais (mais produtiva), mas que convive com uma composição orgânica menor na periferia. A coexistência entre ambos níveis de produtividade, enquanto produção capitalista de mercadorias, é possível na periferia através da exploração da força de trabalho a níveis muito extensos (mediante baixos salários, recurso à mais-valia absoluta e outras “condições nacionais” oriundas do excesso de força de trabalho para além de um exército industrial de reserva). Mas a existência dessa indústria deve ser analisada com cuidado, partindo de um questionamento: há acumulação nacional, ou o que se dá é a transferência de valor para o centro? E

em que medida essa industrialização resulta de uma subjetividade de uma política econômica *nacional* voltada a esse fim, ou das necessidades reais do capital global?

Daí não importa tanto a competição em escala global entre produtos industrializados, considerando a impossibilidade prática de concorrência dos artigos feitos na periferia com os feitos no centro, dada a desproporção na produtividade nesse período – meados dos anos 1950. Nos interessa o papel que desempenha sua industrialização incipiente do ponto de vista de sua articulação com o departamento I global, tanto em termos de compra de máquinas como de uso de capital excedente na forma de capital creditício internacional. As condições que se gestam indicam uma transferência de mais-valia gerada nessa produção de menor produtividade para capitais globais superprodutivos.

Em primeiro lugar, teríamos de apontar para a industrialização de “substituição de importações” que se deu no Brasil e outros países. A partir de agora, não falaremos mais em nível genérico, mas particularmente do Brasil. É relativo consenso entre historiadores econômicos que a “substituição de importações” adveio de uma conjuntura de fechamento e retração da economia mundial, ocasionada em primeiro lugar pela Primeira Guerra Mundial, depois a crise de 1929 seguida da depressão, e continuada pela Segunda Guerra Mundial⁷². A escassez de artigos de bens de consumo teria favorecido a alta dos seus preços internacionais, tornando competitiva sua produção local. Evidentemente, a industrialização que substituíu a produção importada pela nacional contou com a ajuda de tarifas e formas de proteção cambial⁷³.

Crescentemente foi sendo colocada a questão dos limites da substituição e de seus gargalos. A exportação da produção primária seria uma forma de manter a importação de bens de capital, considerada por Prebisch como fundamental para aumentar a produtividade e assim elevar o padrão

72 Entretanto, CANO, 1998-A e FISHLOW, 1977 exploram as diferenças entre cada período de fechamento da economia nacional e os diferentes significados que assumiu, consequência dos diferentes momentos de substituição de importações. Em linhas gerais, destacam a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929 como benéficas para o desenvolvimento da indústria nacional, mas apontam a Segunda Guerra Mundial como período em que a indústria foi prejudicada pelo abastecimento deficiente de matéria-prima e peças.

73 Como por exemplo as políticas de defesa cambial do Café, que desvalorizavam a moeda brasileira para melhorar a competição internacional do produto, o que além de manter o afluxo de dinheiro para o país preservavam altos os preços para produtos importados. Sobre esse tema, ver Furtado (1963), especialmente capítulos 31 e 32.

de vida da população (PREBISCH, 2000: 73). Mas sobretudo se perguntava como diminuir tal dependência, substituindo esses artigos pela formação de capital nacional. A necessidade de poupança para investimento em maquinaria se põe como pressuposto para o aumento da produtividade; e aqui se formula uma crítica que coloca como se o padrão de consumo das elites fosse incompatível com as necessidades da acumulação, como forma de diminuir a dependência dos recursos externos para investimento (ibidem: 77).

Além disso, Prebisch tenta compreender porque os frutos do progresso técnico originado no centro capitalista não se distribuíram para a periferia, observando uma alta no consumo de matérias-primas. Partindo da observação da realidade, se dá conta que não há distribuição equitativa da renda – o que seria um pressuposto da ideologia livre-cambista; além de lamentar-se do fato, percebe que houve um movimento desfavorável da relação de preços, mas não consegue identificar, segundo Mandel, que não há nivelamento entre as taxas de lucro entre os países: coexistem diferentes taxas de lucro nacionais, que evidenciam que não há mobilidade perfeita do capital a nível internacional – logo não há equalização do lucro (MANDEL, op. cit.: 249). A impossibilidade do nivelamento seria dada pelas condições desiguais e combinadas do desenvolvimento, que a partir do desenvolvimento gera condições de subdesenvolvimento – tal qual comenta Andrew Gunder Frank, rechaçando a possibilidade da existência de “etapas” do desenvolvimento⁷⁴.

A troca desigual se estabeleceria, sobretudo, porque “*na era do capitalismo, a troca desigual deriva (...) da troca de quantidades desiguais de trabalho.*” (MANDEL, op. cit.: 248). Assim, a diferença de produtividade operaria uma transferência de valor dos capitais menos produtivos para os mais produtivos.

Mas para a CEPAL e Prebisch, o aumento da produtividade é perseguido baseando-se numa análise que embora reconheça as peculiaridades das diferenças de formação, cai numa análise em

⁷⁴ “Basta, porém, uma pequena familiarização com a história para saber que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional, e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em qualquer aspecto importante com o passado dos países hoje desenvolvidos. Os países atualmente **desenvolvidos** nunca foram **subdesenvolvidos**, embora possam ter sido **não-desenvolvidos**.” (FRANK, 1969: 26, grifos do autor)

grande medida modelar, conforme se observa abaixo:

“foi o aumento da produtividade que permitiu aos Estados Unidos, e, em menor grau, a outros países industrializados, reduzir a jornada de trabalho, aumentar a renda real das massas e elevar seu nível de vida, além de aumentar em grau considerável, os gastos públicos. E tudo isso sem prejuízo de uma enorme acumulação de capital.” (PREBISCH, op. cit.: 109)

O objetivo almejado – crescimento econômico e aumento da renda média per capita, só seria possível mediante tal aumento de produtividade tanto na agricultura como na indústria⁷⁵. Prebisch considera que a propagação da renda se daria por meio da ampliação da divisão social do trabalho, e que por meio da migração dos capitais para os setores mais produtivos – industriais –, a alta salarial seria distribuída, gerando assim um efeito cascata pelo aumento do mercado interno, retroalimentando a acumulação em bases internas. E para aumentar a produtividade, sempre se esbarra na limitação de capital – a poupança. Mas o próprio autor identifica que, dado o limite do mercado, só se consegue ampliá-lo mediante aumento da produtividade. Sendo assim, a proteção das matérias-primas – a forma de articulação com o mercado internacional – é a fonte da qual se impulsiona a industrialização, por meio do redirecionamento dos seus recursos para aplicação nos setores mais produtivos. Por outro lado, a taxaço do consumo de luxo permitiria seletividade nas importações, que tenderiam a se concentrar na importação de maquinaria que aumentasse os níveis de produtividade.

Entretanto, de um lado essa forma acaba por emperrar o aumento da produtividade na agricultura; por outro, verifica-se que na década de 1950 houve declínio relativo e absoluto nas matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo (MANDEL, op. cit.: 42), fonte de divisas. Inevitavelmente, para resolver a questão do financiamento, teria que se recorrer ao mercado creditício internacional – que é considerado com uma alternativa possível pela CEPAL.

A compra de maquinaria pelos países periféricos nos quais se dava esse tipo de industrialização se enquadra no que Mandel chama de alteração na estrutura do capital monopolista dos países

⁷⁵ “A assimilação da técnica moderna permitirá aumentar a produção por trabalhador, deixando mão-de-obra disponível para aumentar a produção nas mesmas condições em que já estava empregada, ou sendo deslocada para outras. Por outro lado, o deslocamento da mão-de-obra mal empregada, saindo de atividades cuja produtividade (...) não possa ser (...) melhorada para outras em que o progresso técnico possibilite essa melhora, também elevará o índice de produtividade.” (ibidem: 117)

imperialistas. Se no século XIX sua pauta de exportações constituía-se em bens de consumo, carvão e aço, a partir da recessão de 1929 e da Segunda Guerra Mundial se deslocaria para as máquinas, veículos e bens de capital, tornando-se indicativo do grau de industrialização de uma nação⁷⁶.

Ou seja, segundo essa crítica, mais do que nacional, o desenvolvimentismo teria motivação internacional, como forma de permitir a realização de um capital global de produção de máquinas. Trata-se dum desdobramento em novas formas de transferência de renda dos capitais periféricos para os centrais, em que se passa dos super lucros⁷⁷ para a troca desigual, em que produtividades diferentes – quantidades diferentes de trabalho – seriam trocadas.

Do ponto de vista do pensamento nacional desenvolvimentista, seria injusto afirmar que não havia consciência de tal transferência – ao menos em parte. A partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, fortaleceu-se a ideologia nacionalista, estimulando as indústrias como forma de superação da condição dependente, presa ao fornecimento de matérias-primas na divisão internacional do trabalho. O Estado Novo, por meio do já citado “confisco cambial”, atuou por meio de uma “política anticíclica” que preservaria o poder interno de compra e criaria um protecionismo espontâneo, que viabilizaria o desenvolvimento da indústria nacional (SANTOS, 2000: 82). A expropriação das divisas dos exportadores e sua apropriação pelo Estado definiu um novo papel, de caráter não mais livre-cambista mas nacionalista, assumindo um direcionamento voltado à realização interna crescente e transferindo a base da estrutura produtiva de agrário-exportadora para uma urbano-industrial (OLIVEIRA, op. cit: 35).

Seria também, na opinião de Oliveira (1977), o momento em que um processo nacional industrial em formação, oriundo do capital cafeeiro, hegemoniza relações de produção diferenciadas

76 “a exportação cada vez maior de elementos do capital fixo resulta no interesse crescente dos maiores grupos monopolistas por uma industrialização incipiente do Terceiro Mundo: afinal, não é possível vender máquinas aos países semi-coloniais, se eles não têm permissão para utilizá-las. Em última análise, é esse fato – e não qualquer consideração de ordem filantrópica ou política – que constitui a raiz básica de toda a “ideologia do desenvolvimento”, que tem sido promovida no Terceiro Mundo pelas classes dominantes dos países metropolitanos.” (MANDEL, op. cit.: 43)

77 A maciça transferência de lucros por parte da Cia. Light em sua atuação no Brasil exemplifica o que Mandel considera como “super lucros”. Sobre a atuação da Cia. Light em São Paulo e operações com mercado de terras e energia, ver SEABRA, 1987.

em outras partes do país⁷⁸, com o enfraquecimento da economia exportadora do nordeste (seja da cana-de-açúcar ou do algodão), liberando um vasto contingente de mão de obra que estaria preso a relações de dominação próprias ao complexo do latifúndio exportador – que contempla posseiros, meeiros, agregados e uma série de outras, articuladas em torno de uma fazenda que orienta-se para a produção de um artigo de exportação mas fazendo conviver produções de artigos para subsistência. A dissolução dessas formas de apresamento da população, por meio da extinção das guardas nacionais, mas também da desmobilização de capital que estaria preso a esta forma de produção, inauguraria um momento em que o Estado atua de modo a facilitar e estimular tanto a mobilidade do trabalho e da força de trabalho⁷⁹.

Em “Crítica...” (2003), Francisco de Oliveira defende a importância do estabelecimento do salário mínimo como forma de regulamentação da força de trabalho, no que seria um nivelamento por baixo, de igualar reduzindo – considerando que no jogo entre oferta e procura este pudesse subir para alguns setores (mais qualificados) e descer noutros (menos qualificados). Por meio do salário mínimo, se rebaixaria o preço da força de trabalho com a finalidade de criar condições para “*instaurar um novo modo de acumulação*” (ibidem: 38), a fim de que a população que afluía para as cidades fosse transformada em exército de reserva da indústria. Reconhecendo uma imposição que vem como “*intervenção do Estado na esfera econômica*”, é uma lei que força uma situação, não advindo de uma necessidade posta, mas *desejada*, logo uma antecipação fetichista de algo que não está posto que é o mercado de trabalho; o próprio autor aponta que o salário mínimo “*propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores*” (ibidem: 38). Na ausência da categoria, há que se falseá-la; diferentemente da legislação trabalhista inglesa descrita na

78 Francisco de Oliveira chama estas “partes”, que considera relações de produção diferenciadas, de “regiões”. Entretanto, não entraremos na discussão conceitual desse que é um tema clássico da geografia. Aqui pretendemos dar conta de algumas das implicações da industrialização no balanço nacional do ponto de vista do capital e da mobilidade do trabalho.

79 Nessa linha, consideramos pertinentes as reflexões feitas na dissertação de mestrado de Ana Carolina Leite (*Modernização do vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho*, 2010)

“Acumulação Primitiva” (MARX, 1985b: 261-294), aqui ela não é fruto de uma situação em que o capital punha a necessidade de forçar ao trabalho, mas de uma artificialização de um desejo de ser capital, que não estava efetivado⁸⁰.

Para explicar tal baixa no nível salarial, nos parece muito mais plausível considerar o excesso de oferta de força de trabalho oriunda das migrações do campo para a cidade; assim, assume a política trabalhista varguista mais um caráter de “crédito político” junto às classes assalariadas, como se a legislação trabalhista fosse uma concessão que atendesse a seus anseios; e às capitalistas, uma vez que a intenção era propiciar a possibilidade de um cálculo baseado numa definição não da efetividade, mas posta pelo Estado de forma a criar o efetivo através da ilusão – o que seria uma boa definição para fetichismo, uma ilusão que é meio, aparência, mas que carrega uma efetivação que só é possível devido à ilusão que provoca.

De outra parte, parece existir uma crença na força da política na determinação das regras do jogo, que ainda que em posição diferente da do desenvolvimentismo, como uma ação orientada pelo Estado como capaz de alterar a direção do desenvolvimento; compreendemos que ele atua como agente modernizador e assim serve aos propósitos do capital, logo não dispõe de uma autonomia em relação ao modo de acumulação capitalista (KURZ, 1994). E sobretudo, Oliveira acredita que as condições estariam definidas internamente, a partir de 1930:

“sua transformação estrutural [da economia brasileira], nos moldes do processo pós-anos 1930, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida dentro dela mesma; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global dos sistema, aprofundando a estruturação capitalista, ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista fosse adverso.” (OLIVEIRA, op. cit.: 62, grifos do autor)

Para ele, a luta de classes no Brasil teria forçado um outro tipo de expansão dentro das condições imperantes no mercado mundial – de retração – que teria possibilitado a superação das formas antigas de sujeição no mercado mundial, propiciando um crescimento nacional que teria permitido acumulação e a ampliação do mercado interno, como uma articulação entre as classes

⁸⁰ Parece próprio do capital que a modernização tardia ou recuperadora (KURZ, 1993) demande um Estado totalitário, como pensamento único; quanto mais se evidenciam os limites do livre-mercado, mais o capital deve ser reafirmado por formas ditatoriais, autoritárias e explicitamente fascistas – como no caso da ditadura militar brasileira.

como forma de se adaptar às mudanças estruturais e melhorar sua posição (ibidem: 75).

Mas nos anos 1950, sob Juscelino Kubitschek, há um novo momento mundial já mais consolidado, que se define não mais numa base nacionalista e sim numa recuperação do fôlego do centro capitalista. Se por um lado o fluxo de investimentos do capital ocioso agora privilegia as relações centro-centro – algo que também foi ressaltado por Furtado (1976?) – por outro se estabelece uma associação entre capitais nacionais e internacionais por meio do Plano de Metas, definindo a prioridade dos ramos automobilístico, da construção naval, mecânica pesada, cimento, expansão da siderurgia e da indústria de papel e celulose⁸¹ como objetivo para desenvolvimento da indústria nacional; por outro lado, a aceleração dos “cinquenta anos em cinco” só seria possível por meio do capital externo – que segundo Oliveira não era tanto pelo volume de capital mas pela tecnologia, ou maquinário (OLIVEIRA, op. cit.: 73).

Uma de suas considerações é de que a participação dos Estados Unidos teria sido irrisória em termos de capital – embora não a japonesa, holandesa, francesa, alemã, como o próprio autor frisa, mas que argumenta que teria como base uma incursão nas brechas policentrismo e não de uma “estratégia do capitalismo internacional em relação à aceleração da industrialização brasileira” (ibidem: 76). Mandel reconhece que o pioneirismo nesse campo, das *joint ventures*, seria do capital europeu, mas constituído na forma de sociedades anônimas. Aqui são de grande importância as análises sobre a influência das companhias transnacionais ou multinacionais, que constituídas por meio de sociedades anônimas ou de capital misto, atuam justamente nas lacunas da falta de tecnologia, uma vez que podem utilizar na periferia uma tecnologia já parcial ou totalmente amortizada (FURTADO, 1981), mas que permite ganhos de produtividade na economia periférica. Nesse sentido, há que se considerar que a atuação do capital internacional, por meio das multinacionais, não nacionalizando a tecnologia, opera tanto a transferência de mais-valia para o

81 Dentre as quais se situa a Klabin Papel e Celulose, que atuou não apenas enquanto empresa capitalista, mas participou ativamente da política econômica nacional – por meio de Horácio Lafer, ministro da Fazenda em 1951 e ministro das Relações Exteriores em 1959. A Klabin, conforme veremos no capítulo 4, está ligada à propriedade da terra na qual se originou a favela do Vergueiro.

centro como pelo consumo da maquinaria oriunda de uma supercapitalização do departamento I. Ou então as multinacionais dominariam estes pequenos mercados pela expectativa futura de sua ampliação (MANDEL, op. cit.: 246).

Mesmo considerando as variáveis externas, e o capital estrangeiro, é possível dizer que há, não apenas nessa formulação de Francisco de Oliveira, mas em praticamente toda a esquerda e na CEPAL, uma tendência a uma autonomização da esfera nacional – como se fosse possível um desenvolvimento de um capitalismo nacional já durante o capitalismo tardio e altamente produtivo. A defesa do nacional, e de seu desenvolvimento, ainda que crítica às classes que o operam, parece-nos um contínuo reforço de categorias que são próprias do moderno – trabalho, nação, Estado – e repõe a modernidade pelas políticas de modernização (KURZ, 2004)⁸². Nesse sentido, a leitura de Kurz parece mais pertinente, ao identificar que o socialismo estatista realizou a função de modernização e manteve o desenvolvimento como finalidade, tomando o trabalho e a própria classe trabalhadora como conceitos modernos e pertencentes ao capitalismo (KURZ, 1993: 46 *et seqs.*)⁸³.

A ditadura militar de 1964 também teria possibilitado uma maior taxa de mais-valia, na medida em que a repressão aos sindicatos fortaleceria o lado do capital na sua relação com o trabalho, impedindo conquistas trabalhistas no embate entre trabalhadores e patrões. Nesse ponto, há grande convergência entre Oliveira e Mandel, ao que consideramos importante estabelecer um diálogo. Oliveira considera como “um fato” a repressão salarial, como aprofundamento do

82 Em Oliveira (1977: 16), se aventa a possibilidade de superação por uma via socialista ou estatista – que é repetida, como através do desejo da industrialização, por Mandel (op. Cit.: 49, 264). No caso de Mandel há uma perspectiva universalista, de compreender que o socialismo só seria possível em escala global – que é a concepção trotskista da revolução socialista. Aqui, sem ter o que colocar no lugar, queremos apontar para o caráter moderno e portanto iluminista – ligado à própria gênese do capitalismo enquanto pensamento – que tem o conceito de *universalidade*. *Universal* é o capital, e seu anseio é totalizante, tendo sido o único sistema que logrou a universalização de uma lógica na história da humanidade.

83 Em seu capítulo sobre a “Assim Chamada Acumulação Primitiva”, é possível fazer uma leitura em que Marx considera o nascimento do Estado moderno de forma associada à regulação e normatização do trabalho, num momento em que a coação ainda não é econômica; assim o faz por meio das leis sanguíneas (MARX, 1985b: 275-280); enquanto não está internalizado o trabalho como forma de pensamento – lógica de socialização – é necessária a coação violenta, extra-econômica; na gênese da formação do trabalho, está a estruturação de uma justiça autonomizada, que tem de efetivar a ilusão de justiça numa sociedade que é injusta por natureza, escondendo o fato de que o que aconteceu foi um processo de expropriação, de separação de pessoas da terra, ou dos meios de produção. E assim autonomiza-se a função policial, monopolizada pelo Estado, como forma de garantia do cumprimento dessa Justiça.

rebaixamento dos salários. E Mandel coloca que uma das formas de se aumentar a taxa de exploração da força de trabalho seria justamente por meio do fascismo (MANDEL, op. cit.: 133), ao que concorda Oliveira. Para este, fascismo seria a “combinação entre expansão econômica e repressão” (OLIVEIRA, op. cit.: 106), anulando-se a possibilidade de um confronto entre classes que pudesse favorecer do ponto de vista salarial a classe trabalhadora.

Mas sobretudo, talvez a questão mais importante do argumento de Francisco de Oliveira seja relacionado à exploração intensiva da força de trabalho, entendendo as razões para a baixa nos seus custos. A primeira razão seria o baixo preço dos artigos agrícolas, que compunham os custos de alimentação. Para Oliveira, observa-se uma tendência à baixa dos custos ocasionada pela produção agrícola “primitiva” e que segundo ele garantiria o abastecimento de gêneros. De fato, há que se considerar que em termos de quantidade, possivelmente a demanda aumentada das cidades, forçada pela migração em massa, fez com que os gêneros alimentares fossem comprados não apenas da agricultura comercial – de maior extensão e maiores gastos com insumos – mas também ou até principalmente da agricultura menos produtiva. Aqui, vamos observar os dados apresentados pelo próprio autor:

“Chega a parecer paradoxal que a agricultura “primitiva” possa concorrer com uma agricultura que incorporasse a utilização de novos insumos, como adubos, fungicidas, pesticidas, práticas distintas de cultivo, e, sobretudo, com mecanização. Duvida-se teoricamente de que os custos daquela sejam competitivos e até mais baixos que os possíveis custos desta. No entanto, no Estado de São Paulo, em 1964, no município de Itapeva, a cultura do milho era economicamente mais rentável para os agricultores que praticavam uma técnica composta de tração animal com uso de pouco adubo em relação aos que praticavam uma técnica agrícola de tração motorizada e uso de muito adubo. Enquanto a primeira era utilizada nas lavouras de 1-4 e 5-8 alqueires, a segunda era praticada pelas lavouras de 40-80 alqueires: a renda líquida por alqueire era de Cr\$89,742 para as lavouras de técnica mais “atrasada”, enquanto para as lavouras de técnica mais “adiantada” era de Cr\$79,654 (...), ainda quando o rendimento por alqueire (Economias de escala de grande plantação) da técnica “adiantada” fosse 60% mais elevado que o da técnica “atrasada”.” (ibidem: 44)

No entanto, parece que aqui há uma confusão entre preço e rendimento: se o rendimento é mais favorável para pequenas produções, é na escala que se lucra na empresa capitalista agrícola, e nessa o preço conseguido é mais baixo, o que força o preço médio para baixo. Num momento de expansão do consumo, a fazenda mais produtiva se apropria de valor produzido na pequena lavoura,

e a demanda garante a compra da totalidade da produção – tanto da mais barata como da mais cara, regulando o preço pelo desta última.

Oliveira argumenta que esse custo da pequena lavoura seria mais baixo numa situação de fronteira, porque incorpora trabalho não pago por meio da abertura da mata, destocamento etc, e este incorpora-se no preço e o rebaixa; por meio da super exploração do trabalho se conseguiria competir com o grande capital na agricultura: ou seja, que o capitalismo cresce por elaboração de periferias através de uma acumulação primitiva estrutural. Ainda que se concorde que se expropria muito mais o excedente do que a terra, preferimos considerar esse fator como transferência de valor para as culturas mais produtivas. Mas mesmo aqui, pode-se observar um sentido que força a expropriação também da posse do pequeno produtor, na medida em que há uma tendência a expulsar a pequena produção do processo produtivo agrícola pelo estabelecimento de preços médios de produção. Pelo contrário, a pequena produção aumenta o preço médio na concorrência com capitais mais produtivos; entretanto o faz porque consegue prover em termos de quantidade a alimentação para as massas urbanas, e por isso entra no processo.

A segunda razão seriam os bens e serviços propriamente urbanos, aos quais corresponderia uma baixa no seu preço. Aqui, para Oliveira, a legislação trabalhista atuaria como parte do rebaixamento dos salários, em que a legislação seria uma forma de “*expulsar' o custo de reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais (...) para fora: o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa*” (ibidem: 66, grifos do autor). Uma destas formas de trabalho não pago seria justamente na habitação construída pelas próprias famílias:

“Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.”

(*ibidem*: 59)

Pode-se dizer que esse argumento influenciou toda uma geração de urbanistas, geógrafos, arquitetos e cientistas sociais que consideraram a questão da formação de favelas e a expansão das periferias a partir dos anos 1950. Os custos com moradia passaram assim a ser entendidos como postos para fora dos custos da força de trabalho, e aqui há concordância com Mandel. Entretanto, consideramos que se deve muito mais ao excesso de oferta de força de trabalho que se defronta com condições de industrialização limitadas por uma produtividade mundial, num descompasso que se incrementa progressivamente:

“[nos países subdesenvolvidos], o início da industrialização e o aumento subsequente na produtividade social média do trabalho permitem que os custos de reprodução da força de trabalho caiam consideravelmente, embora essa queda em valor nem sempre seja expressa em seu preço monetário – um resultado, entre outras coisas, da permanente inflação⁸⁴. Ao mesmo tempo, entretanto, esse acréscimo na produtividade social média do trabalho não conduz a um crescimento do custo, moral e histórico, da reprodução da força de trabalho. Em outras palavras, novas necessidades não são incorporadas aos salários, ou o são apenas em grau muito limitado.

(...) o fenômeno pode ser atribuído ao fato de que a tendência secular, nas semicolônias, é no sentido do crescimento do exército industrial de reserva, porque o vagaroso início da industrialização mostra-se incapaz de seguir o ritmo, cada vez mais acelerado, de afastamento dos camponeses pobres de suas terras.” (MANDEL, op. cit.: 44-45)

Dentre as novas necessidades, estão os novos custos de sobrevivência próprios da cidade, tais como os transportes, a moradia entre muitos outros, que permanecerão por longos anos sem poder ser atendidos⁸⁵, inclusive definindo movimentos sociais nos anos 1980 que lutariam justamente por essas melhorias urbanas, uma vez tornadas necessidades sociais. Mas aqui, sobretudo, há que se questionar se a superexploração da força de trabalho teria de fato compensado uma dinâmica de super acumulação, ou se também não se estaria defronte a uma transferência de valor para os centros capitalistas por meio da troca entre diferentes produtividades. Assim, ao invés de dizer que a favela garante a acumulação capitalista nacional, seria mais preciso dizer que quem nela vive

84 É importante assinalar uma tendência inflacionária sistêmica, que se reflete no excesso de dinheiro e desdobra-se também na indústria da construção. Não apenas evidencia-se a dificuldade de manutenção do capital com tal: o próprio dinheiro, uma vez que destituído de uma base de valorização permanente (o investimento em exploração do trabalho), é aplicado em imóveis como forma de preservar-se, de modo patrimonial.

85 Nos parece que a lenta velocidade com que se deu a “urbanização”, isto é, obras de implantação de saneamento básico, água, luz etc por toda a periferia paulistana mostra que na medida em que não estavam atendidas pelos salários, tiveram de esperar pelo poder público por períodos que atravessaram gerações, só se efetivando, sem generalizar-se, quando se observou uma tendência à estabilização populacional da cidade; a distância entre as condições das favelas dos anos 1990 e a periferia dos anos 1970 não é tão grande assim, mas o mesmo não pode se dizer de uma comparação entre 1990 e 2010, numa “inclusão” que se dá pela ampliação do consumo.

realiza além de capitais nacionais, os internacionais, mas num processo de agudização das contradições em que a alta exploração – mais valia absoluta – coexiste, simultaneamente, com taxas decrescentes de emprego da força de trabalho no centro. Até que ponto a economia na força de trabalho dá conta dessa reprodução crítica de capital é a questão que nos colocamos.

A implantação e expansão da indústria paulistana está longe de se constituir como capital suficiente para empregar produtivamente toda essa massa deslocada. De um lado, se expande baseado num mercado interno que tem dificuldades em se expandir, na medida em que a força de trabalho não consegue consumir em grande escala as mercadorias que produz; a acumulação força um efeito concentrador de renda e que mantém o mercado nacional limitado. Por outro, verifica-se um crescimento no setor dos serviços como principal empregador, que não pode ser entendido necessariamente como extração de mais valia⁸⁶.

Em diversas vezes se ressaltou a questão da limitação do mercado interno como impeditiva à ampliação da industrialização e acumulação capitalista⁸⁷. O argumento central é que, face a uma força de trabalho que é remunerada a baixo custo – por vezes abaixo dos custos de reprodução – seu consumo individual não será crucial para circulação das mercadorias produzidas pela totalidade dos capitalistas, mas apenas parcial – uma vez que a casa e os bens intermediários produzidos não são adquiridos por essa população, mas apenas por uma pequena classe média⁸⁸. Para Oliveira, com a concentração da renda havia escala suficiente para sustentar uma indústria de bens de consumo duráveis produzidos nacionalmente a partir de uma super exploração da força de trabalho. Essa produção nacional, entretanto, estava baseada no uso de maquinaria importada do departamento I global, elo pelo qual transferia mais valia não tanto para os capitais da indústria nacional (ou melhor, das suas *joint ventures*, não exatamente nacionais) para o departamento I global.

O próprio Oliveira reconhece que esse arranjo só funciona até certo ponto. A partir de dado

86 Seriam crescentemente os “faux frais” (falsos custos), tomando emprestada a expressão usada por Marx, em decorrência da ampliação da divisão social do trabalho como forma de acelerar a circulação da produção.

87 Encontramos exemplos desde Prebisch (op. cit.), Furtado (1963), mas também em Oliveira (op. cit.).

88 Como evidenciam os planos de habitação como o BNH e o SFH.

momento, a concentração de renda seria impeditiva à expansão ulterior do capital, tendendo o sistema a apresentar problemas de realização constantes. (OLIVEIRA, op. cit.: 105) Para Mandel, a forma pela qual se dá o desenvolvimento desigual, ao articular os departamentos da produção global, mantém o limite do mercado interno e que assim torna-se uma nova barreira à posterior expansão nacional⁸⁹.

Por outra parte, há a questão do crescimento do setor de serviços, também chamado de “terciário” segundo o modelo de Colin Clark. Em primeiro lugar, não se trataria de nenhum inchaço, ou segmento marginal da economia, mas que:

“o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil” (OLIVEIRA, op. cit.: 54-55)

Tal crescimento estaria ligado especialmente a serviços da produção e à expansão industrial – seja pela implantação de serviços auxiliares, de infra-estrutura, reparos, comércio etc. Na maior parte das vezes estão ligados mais à economia de custos do que à produção direta de valor. Francisco de Oliveira fala, entretanto, da transferência de mais valia dos serviços para a indústria, obtida pela super exploração da força de trabalho nos serviços para a indústria, transferindo mais valia dos serviços para a indústria. Esse processo seria uma transferência de mais valia ou redução de custos? Enquanto trabalhos que se situam como forma de diminuir o tempo de circulação do capital, ou resultantes de uma ampliação nas funções burocráticas associadas à produção de mercadorias, há que se levar em consideração que não necessariamente são produtoras de valor. O comércio, por exemplo, não produz valor algum, e, pelo contrário, é somente dedução do lucro; o que é extraído mediante a exploração da força de trabalho no setor do comércio se constitui em maior apropriação do lucro comercial, não em extração de mais valia⁹⁰.

89 “Os baixos salários que acompanham um vasto exército industrial de reserva e o subemprego colossais têm, portanto, a função de represar a acumulação do capital, e só podem ser explicados pela operação do sistema capitalista internacional.” (MANDEL, op. cit.: 249)

90 “Já que o comerciante, como mero agente de circulação, não produz valor nem mais-valia, (...) então é impossível também que os trabalhadores mercantis por ele ocupados nas mesmas funções criem diretamente mais-valia para ele.” (MARX, 1983: 221). Ou ainda: “O gasto com os mesmos [trabalhadores do comércio], embora feito em forma de salário, diferencia-se do capital variável, que é gasto na compra de trabalho produtivo: multiplica os gastos do capitalista industrial, a massa do capital a ser adiantado, sem multiplicar diretamente a mais-valia. Pois é um gasto, pago por trabalho, que só é empregado na realização de valores já criados.” (ibidem: 224)

Para Mandel, a grande ampliação do setor de serviços é resultado da crescente divisão social do trabalho, em que o capital, de um lado concentra-se – e amplia sua produtividade e economia de custos – e de outro necessita incorporar funções intermediárias para realizar sua produção, e sempre que possível diminui o tempo compreendido entre produção e circulação:

*“**Tecnicamente**, uma divisão crescente do trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das **funções intermediárias**: daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral. **Economicamente**, o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente do capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas, multinacionais e conglomerados.”*
(MANDEL, op. cit.: 269, grifos do autor)

As funções intermediárias cobram seu preço, na forma de custo, que não pode ser associada imediatamente a produção de mais valia⁹¹. Mas em geral, operam na lógica do barateamento dos custos de circulação, como reflete o caso do camelô: se consegue vender sem pagar impostos, seguridade trabalhista etc, de um lado significa a sobrevivência da pessoa por meio de trabalho objetivo; de outro garante a circulação do capital em condição crítica de acumulação. Em outros casos, a expansão dos serviços se dá devido ao alto custo do capital fixo, numa tentativa de reduzir o peso da alta composição orgânica do capital em termos de reprodução do capital⁹².

Conforme se industrializa cada parte da vida, novos serviços se tornam necessários, seja para sua instalação, seja para a manutenção – no que Mandel chama de “industrialização generalizada universal”. Se por um lado diminuem empregos a partir da especialização de funções em empresas capitalistas (como o são as companhias de gás, serviço de luz, água etc), por outro são criadas novas profissões – como eletricitas, encanadores, vendedores etc, como força de trabalho qualificada. Mas deve-se observar a tendência à autonomização e especialização dos capitais, que se concentram quando há a possibilidade de auferir lucro médio – como as firmas especializadas em manutenção etc. Estes aspectos apontam numa ampliação de funções não ligadas mais ao capital

91 Uma exceção se coloca pelos transportes, que Marx considera produtivo na medida em que possibilita a venda, adicionando seu custo (o transporte da mercadoria) ao preço final da mercadoria. Há que se observar a contradição entre uma tendência ao crescimento da necessidade de transporte de mercadorias com sua produção cada vez maior, e o barateamento que se busca nesse tipo de serviço, verificado por progresso técnico e diminuição da força de trabalho empregada mediante por exemplo, containerização etc.

92 “Essa socialização objetiva dos serviços é particularmente evidente onde a infra-estrutura exige o mais alto grau de racionalização em função dos altos custos fixos e das despesas de construção.” (ibidem: 270)

produtivo, mas a funções que não produzem valor, e se situam no âmbito da ampliação de uma sociedade de consumo que corresponde ao “fenômeno da supercapitalização”, em que capitais excedentes procuram por colocações que conseguiriam auferir uma taxa média de lucro⁹³.

Em nossa opinião, não se sustenta a tese de que o terciário de grandes dimensões e assentado na exploração da força de trabalho garantiria a transferência de mais-valia para uma acumulação urbano industrial. Nos parece mais plausível que a acentuação do caráter crítico da acumulação leve à tal expansão, que situando-se como redução dos custos dos capitais individuais, é mais uma fonte de dedução da mais-valia, contraditoriamente colaborando para o descenso da taxa de lucro.

O ponto chave de nosso diálogo com esse texto importantíssimo de Francisco de Oliveira é por em questão afirmações como a que segue:

“A resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é “resolvida” pelo aprofundamento da exploração do trabalho.”
(OLIVEIRA, op. cit.: 105)

Ao contrário, longe de resolver a acumulação, nos parece que se aprofunda seu caráter crítico, desembocando em novas formas, sempre mais e mais críticas de tentativa de resolução da tendência ao rebaixamento da taxa de lucros, dando à acumulação capitalista não um sentido positivo, mas crítico. A crise de super acumulação se desdobra na transferência de um processo de industrialização baseado num padrão concentrado, super explorador da força de trabalho mas com tendência a expulsar o trabalho em nível mundial. Caberia pensar nas formas favela e periferia como expressão das condições desses aprofundamentos mais e mais críticos.

E sobretudo, há que se reconhecer que o Estado deve, além do aspecto jurídico, atuar constantemente de forma a repor a modernização que atinge formas mais críticas de realização. Anseios do capital e também sociais se colocam crescentemente por meio das políticas econômicas e sociais, mas também de novas vontades da população que se autonomizam aparentemente como

93 “Enquanto o “capital” era relativamente escasso, concentrava-se normalmente na produção direta de mais-valia nos domínios tradicionais da produção de mercadorias. Mas se o capital gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores, e uma parcela considerável do capital já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia, onde tomarão o lugar do trabalho privado e da pequena empresa de maneira tão inexorável quanto na produção industrial de 100 ou 200 anos antes.” (ibidem: 272)

universais: a educação como formação do “cidadão” e do trabalhador, a moradia, os transportes etc.

Na medida em que o Estado é necessário para garantir a possibilidade da reprodução do capital através das políticas econômicas, se está em face de um momento já extremamente crítico da acumulação, uma vez que não se trata de possibilitar condições monopolistas como forma de aumentar seus lucros (OLIVEIRA, op. cit.: 101), mas como uma redução de custos que possibilite sua existência enquanto capital. Seja na forma da grande empresa estatal, ou dos subsídios via bancos de investimento (com destaque para o BNDE⁹⁴), a atuação capitalista do Estado como investidor é parte de um momento já ultra crítico. O financiamento para o aumento da produtividade também se revela, a longo prazo, impraticável. Em 1973, com todas nossas discordâncias já apresentadas, reconhecemos o acerto de Oliveira com grande prazo de antecipação ao pressentir o colapso das contas externas e o buraco sem fundo em que havia se metido a “acumulação nacional”, que viria a estourar com a crise das dívidas do Terceiro Mundo na década de 1980:

*“A tentativa de manter elevadas as taxas de remuneração do capital (...) cria, a curto prazo, uma capacidade insuspeitada de crescimento, mas a longo prazo reduz a margem de manobra global. Com o subsídio, aumentam-se as exportações, buscando melhorar as reservas internacionais do país, a fim de melhorar a capacidade de barganha internacional; mas somente os ingênuos podem continuar acreditando que o comércio internacional é realmente multilateral: o que é realmente multilateral é o sistema de pagamento desse comércio, mas no fim das contas, os países que se abrem para nossas exportações esperam tratamento idêntico de nossa parte para as suas. Como resultado, nossas [brasileiras] importações de bens de capital estão crescendo muito mais que o ritmo de crescimento da indústria e da economia como um todo e, a longo prazo, afetando a expansão do próprio setor de bens de capital da economia brasileira. A fim de incentivar e manter alta a taxa de lucro, o Governo abre mão de parte de suas receitas e, para financiar suas inversões, recorre em níveis cada vez mais altos, ao crédito externo; por outro lado, renuncia também a parte dos impostos, para ativar o sistema financeiro, o que comprime ainda mais a capacidade de gasto do Poder Público, **se não recorrer** ao crédito externo.” (ibidem: 105, grifos do autor)*

Não é nosso objetivo nessa pesquisa trilhar nem analisar a crise da “década perdida” – que está por demais pesquisada especialmente nas pesquisas sobre favelas dos anos 1980 e 1990 – nem pelo caminho de como o crédito estatal e sua relação com o Estado se deu na trilha da modernização do Terceiro Mundo. Mas apenas assinalar que se trata de um caminho fundamental na análise das novas contradições postas nos dias atuais⁹⁵, deixado em aberto para diálogo com outras

94 Banco Nacional de Desenvolvimento, atual BNDES; “S” de Social...

95 Como por exemplo a ascensão do crédito social, voltado para o consumo individual, em diversas modalidades de

investigações. Agora, cabe analisar, ainda que brevemente, a constituição do mercado da força de trabalho e a necessária formação de uma mobilidade do trabalho em condições críticas de acumulação.

2.3. População sob o capital

2.3.1. Dinâmicas populacionais e mobilidade do trabalho

Nesse item discutiremos a dinâmica populacional própria do capitalismo, dialogando com alguns enfoques que trataram de investigar de que modo a socialização capitalista impõe leis específicas para a população. Assim, negamos qualquer naturalização ou defesa de que estas dinâmicas tenham razões naturais ou biológicas: o viés privilegiado por nossa pesquisa considera que cada momento histórico produziu dinâmicas populacionais específicas, e que as dinâmicas vividas na modernidade, de um lado, não podem ser atribuídas a outras formas de socialização, assim como tem uma vinculação determinante com uma razão específica desse período⁹⁶.

O capitalismo produz a qualidade de excedente ou não a partir de suas necessidades; a determinação da população não se dá a partir dos meios de subsistência disponíveis mas das necessidades da acumulação do capital. Superpopulação nunca é um dado em si; sob o capitalismo, será sempre *relativa* a sua possibilidade de emprego, *na sua relação com o capital*⁹⁷.

Sob o capitalismo, a população é submetida ao capital como dotada de uma capacidade de trabalho, passível de alienação. Mas na medida em que o capital põe estas condições, de uma parte ele determina que a própria sobrevivência das pessoas está data pelo seu movimento – pois somente por meio do trabalho se alcançariam os meios de sobrevivência –; e por outro, que o que se põe para

“bolsas”, tanto nas esferas nacional, estadual como municipal: o “bolsa-família”, “bolsa-aluguel”, “Minha casa minha vida”; ou ainda as bolsas de fomento cultural, como “VAI” etc, apresentadas como medidas distributivas de renda, mas que cumprem ao mesmo tempo a função de estímulo direto com investimento estatal na indústria e comércio nacionais.

96 “Al desarrollo del plustrabajo corresponde el de la población excedente. En diferentes modos de producción sociales, diferentes leyes rigen el aumento de la población y la sobrepoblación; la última es idéntica al pauperismo.” (MARX, 2009b: 110 [498]).

97 “Que son los means of employment [meios de emprego] y no los of subsistence [de subsistência] los que lo ponen al obrero en la categoría de población excedente o no. Esto, empero, hay que concebirlo de una manera más genérica, y por lo común se relaciona con la mediación social a través de la cual el individuo se relaciona con los medios de su reproducción y los crea; por tanto, con las condiciones de producción y la relación del individuo con ellas.” (MARX, 2009b: 114) [501]

além do capital se situa como excedente, supérfluo⁹⁸.

Em formulações posteriores, Marx apontaria que a “*acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado*” (MARX, 1985b: 188), no sentido de que a reposição da reprodução ampliada – acumulação capitalista – necessita incorporar capital variável novo, ou pessoas transformadas à condição de vendedoras da sua força de trabalho. Essa incorporação de trabalho não é proporcional ao volume de capital, e sim à sua componente variável, que cai relativamente ao crescimento do capital global (ibidem: 199). Ainda assim, a massa incorporada pode aparecer como crescimento, uma vez que na expansão capitalista há aumento absoluto na massa de pessoas vendedoras da força de trabalho⁹⁹.

Antes de entrar na discussão relativa à incorporação ou não dessa massa trabalhadora, há que se perguntar pelos mecanismos que formam essa forma de relação que se torna obrigatória – como vendedora de sua força de trabalho. Uma população “livre” para vender sua força de trabalho para qualquer capitalista, resulta de um processo de expropriação que separa as pessoas da terra e dos meios necessários à sua sobrevivência; resta apenas uma propriedade a cada pessoa expropriada, que é a posse de sua força de trabalho. Sem meios de sobrevivência, há que se consegui-los pela venda da força de trabalho em troca de dinheiro. Posto nessa relação, o capitalista consegue transformar dinheiro em capital, por meio da exploração da força de trabalho subtraindo uma parcela de trabalho não pago¹⁰⁰.

98 “*La expresión población excedente se refiere exclusivamente a la capacidad de trabajo, o sea a la población necesaria; al excedente de capacidad de trabajo. Pero esto deriva simplemente de la naturaleza del capital. La capacidad de trabajo sólo puede ejecutar su trabajo necesario cuando su plustrabajo tiene valor para el capital, es valorizable para éste. Por consiguiente, si tal posibilidad de valorización se halla trabada por este o aquel obstáculo, la propia capacidad de trabajo aparece como: 1) al margen de las condiciones de la reproducción de su existencia; existe sin sus condiciones de existencia, y es por ende a mere encumbrance[estorvo]; necesidades sin los medios de satisfacerlas; 2) el trabajo necesario aparece como superfluo, porque el superfluo no es necesario. Es necesario sólo en la medida en que es condición para que se valorice el capital.*” MARX, 2009b: 116 [502]

99 “*Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente (...) uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital.*”(MARX, 1985b: 188)

100 “*Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisa ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica – a*

Observa-se uma relação de necessidade do capital para com o trabalho – sem a mercadoria força de trabalho, não há a possibilidade de o dinheiro ser posto na função capital. Essa venda só se dá quando se destituem das pessoas quaisquer formas de prover sua própria sobrevivência senão pelo trabalho – pela cisão como pessoa livre. A liberdade, posta como individual, é entretanto a liberdade de vender a força de trabalho a qualquer capitalista, ao mesmo tempo em que se trata de uma obrigação, ao ter de vendê-la a algum necessariamente¹⁰¹.

Jean Paul de Gaudemar considera que a força de trabalho deve ser móvel, para permitir o desenvolvimento do capital; capital e trabalho assim postos estariam numa relação de necessidade e negação, e para que haja mobilidade do capital o trabalho igualmente deve ser móvel. A liberdade da compra e venda é, ao mesmo tempo, liberdade para o capital contratar e despedir trabalho, como “liberdade” de vender o trabalho a qualquer capitalista. A mobilidade do trabalho para um ou outro capitalista – o que quer dizer tanto um ou outro ofício, mas também um ou outro local – está fundada nesse princípio, da dupla liberdade do trabalho. Isso quer dizer um rompimento com relações que não estejam baseadas nessa liberdade, como aquelas pelas quais mantinha-se dada população cativa ou necessariamente vinculada a uma terra e seus proprietários, por exemplo.

O estabelecimento da mobilidade do trabalho implica numa ruptura com outras formas de sobrevivência, dando lugar à criação de condições para que a população se converta em vendedora da força de trabalho, e assim o venda como mercadoria força de trabalho aos mais variados capitais. A formação dessa relação – a relação capital – requer a separação das pessoas das condições para sua sobrevivência, e é por meio de formas violentas, de expropriação, expulsão, confisco e roubo¹⁰²,

capacidade de trabalho ou a força de trabalho. (...) Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.” (MARX, 1985a: 139-140, grifos nossos)

101 “Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade. O trabalhador é então considerado como actor de sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e **na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre.**” (GAUDEMAR, 1977: 190, grifos nossos)

102 “Assim, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois

que se formam ambas categorias – capital e trabalho. Considerando que tal processo assume coloridos distintos ao redor do mundo (MARX, 1985b: 263), independentemente de como se deram tais processos expropriatórios, e da variedade observada quanto à formação de trabalho especificamente assalariado e outras formas, importa reconhecer um caráter geral do processo, que passa pela expropriação como sujeição ao trabalho e ao mundo do dinheiro¹⁰³.

A mobilidade do trabalho impõe a indiferença ao tipo de trabalho, além do lugar: quanto mais estabelecida a mobilidade, menos importam os conteúdos e localidades, e sim a quantia obtida:

“Móvel, quer dizer apta a deslocamentos e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem reforçar esta tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório.” (GAUDEMAR, op. cit.: 191)

Por meio dessa mobilidade, abrem-se as possibilidades mais amplas para que o capital se desloque de um setor a outro, contribuindo para a equalização de uma taxa de lucro intersetorial. Por meio da maquinaria, acentua-se um dos requisitos para a mobilidade entre diferentes produções com a simplificação dos trabalhos, tornados parcelares, em contraposição a a ofícios demoradamente aprendidos¹⁰⁴. Contraditoriamente, essa simplificação da tarefa se desdobra em diversificação da divisão do trabalho, que se amplia. O aprendizado desses serviços é assim pela simplicidade, ou possível por meio do treinamento da força de trabalho.

A disponibilidade de uma massa de pessoas potencialmente vendedoras de sua força de trabalho constitui um mercado de força de trabalho, que apesar disso não corresponde a seu

que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (MARX, 1985b: 262)

103 Não é nosso objetivo tratar dos processos expropriatórios da forma pela qual assumiu na formação colonial brasileira. Mas apontamos que o processo de separação da terra das pessoas de suas terras assumiu a forma do trabalho cativo africano, mas também indígena e europeu em suas variações; a inexistência de um passado feudal fez com que as relações postas pela expansão do capitalismo mercantil se confundisse com um processo de acumulação primitiva mundial, em que categorias capitalistas em formação se estabeleceram de modo simultâneo à metrópole; há que se desvendar as formas pelas quais assumiria, na forma fenomênica, o momento dessa categoria, que no entanto não deve se confundir com um modelo abstrato, tal qual “trabalho assalariado”. Sobre esta temática, observar discussão travada por PRADO JUNIOR, 1973, MARTINS, 1998, NOVAIS, 2005 e ALENCASTRO, 2008, entre muitas outras obras.

104 *“Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela [a indústria moderna] revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e lança sem cessar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro. A natureza da grande indústria, condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade em todos os sentidos, do trabalhador.” (MARX, 1985b: 89)*

emprego pelo capital. Inversamente, tende a exceder a quantidade necessária consumida pelo capital. Esse excedente constitui-se como exército industrial de reserva, servindo com sua grande oferta para regular o preço da força de trabalho para baixo. E, ao correr o risco de ser substituída, os trabalhadores são coagidos à produtividade e disciplina para o capital.

Com uma grande quantidade de pessoas que obrigadas a vender sua força de trabalho, o capital tem facilitada sua manobra para rebaixar os salários ao mínimo para a sobrevivência, ou mesmo abaixo desse mínimo – na medida em que o trabalho exaustivo literalmente consome a força de trabalho uma vez que esta pode ser prontamente substituída¹⁰⁵. A disponibilidade de um exército industrial de reserva constitui numa alavanca para a acumulação capitalista, seja para a manutenção do baixo preço, seja para contemplar a ampliação inerente à abertura de novos ramos do capital, acompanhando o movimento de expansão e retração da ocupação de trabalhadores. Novamente, a redundância aparece como relativa *ao capital*. E ao mesmo tempo em que se põe, a categoria já pressupõe sua destituição¹⁰⁶.

Nestas passagens, Marx diferencia as formas de existência que compõe a superpopulação relativa, chegando a descrições fenomênicas as quais dá atributos físicos de movimento, referentes às qualidades dessa: assim, diferencia entre populações líquidas, latentes e estagnadas. A primeira ora é repelida, ora atraída pelo capital; a segunda está em vias de ser liberada, como a população rural cujas relações de produção encontram-se em destituição; a estagnada estaria mais para um reservatório propriamente dito, caindo sua situação abaixo das condições médias da classe trabalhadora. Ainda há, entretanto, a esfera do pauperismo, constituída de aptos para o trabalho

105 Vale citar o documentário “Conterrâneos velhos de guerra”, sobre a construção de Brasília. Erguida no afã desenvolvimentista de JK por um batalhão de trabalhadores oriundos especialmente da região nordeste do Brasil, pode combinar baixíssimos salários com prolongamentos da jornada de trabalho excessivos – com relatos apontando para a continuidade de trabalho por mais de um dia seguido. Essa combinação teria levado à morte inúmeros trabalhadores – grande parte por casos de fadiga extrema que redundam em “acidentes de trabalho”, como nos casos relatados de quedas na construção do prédio do Congresso Nacional. Outro momento é a chacina de dezenas de trabalhadores que se revoltaram contra a má qualidade da comida nos acampamentos da construtora Pacheco Fernandes Dantas. Em ambos casos, a substituição da força de trabalho “automática” garante plenas condições para realização da produção capitalista, no caso, da indústria da construção civil.

106 “A produção de superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança ainda mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção de qualquer maneira já acelerada com o progresso da acumulação e o correspondente decréscimo proporcional da parte variável do capital em relação à constante.” (MARX, 1985b: 203)

(mas em piores condições); órfãos e crianças indigentes; e incapacitados para o trabalho, como inválidos (ibidem: 208-209). Mais do que consolidar uma “classificação” acerca das classes e tipos de existência enquanto excedente, nos parece importante a constatação de um desdobramento destas formas postas pelo capital, em que sua relação de necessidade e a qualidade dessa necessidade varia, e que identifica-se uma tendência sempre crescente para a ampliação da condição de reserva, associando a pobreza e miséria como momento necessário da riqueza e acumulação. E que como tendência repõe sua redundância de forma ampliada.

José Num resgata as categorias de superpopulação relativa e exército industrial de reserva para tratar de distinguir ambas, que não se confundiriam. Propondo as categorias de funcionalidade, afuncionalidade e disfuncionalidade¹⁰⁷, estabelece que o exército industrial de reserva é a parte da superpopulação relativa que tem funcionalidade para o capital (rebaixamento do salário, empregabilidade etc); enquanto que outra parte da superpopulação relativa teria para com o capital uma relação de afuncionalidade – seria prescindível. Deste modo, Num procura formas de analisar a massa que chama de “marginal”, que não vai estabelecer uma relação de funcionalidade com o capital a partir de sua redução absoluta no número de trabalhadores empregados. Analisando o capital monopolista, constata uma diferença em relação ao período concorrencial do capitalismo, considerando a diminuição da importância da parte variável em proporção ao capital fixo:

“Dominam a cena as empresas gigantescas, que se apropriam de uma parte cada vez maior do excedente econômico e se beneficiam com crescentes retornos de escala. (...) Por um lado, a produtividade da mão-de-obra se expande de forma notável; por outro, à medida que a mecanização avança, cada unidade de capital ou de produto requer uma maior especialização do trabalho. (...) Porém, sobretudo, perde sustentação a ideia anterior de uma reabsorção possível dos operários afastados pela máquina: a demanda industrial de trabalho tende a contrair-se ou, no melhor dos casos, a estancar-se (cf. Sylos Labini, 1966, p.153-163). Como escreve Seligman (1966, p. 261): “Este parece ser o fundo do problema: o caudal de trabalhadores excedentes que se vai acumulando é cada vez menos utilizável pelas técnicas existentes e não pode competir em realidade com as máquinas”. (...) A lei que a gera [a superpopulação relativa] continua sendo a mesma; porém, neste novo estágio da acumulação capitalista, se torna insuficiente conceituá-la apenas como um exército industrial de reserva, se se toma por eixo da reflexão o setor monopolístico hegemônico.” (ibidem: 97)

¹⁰⁷ Afuncional seria a relação que se define pela indiferença quanto à existência; disfuncionalidade, quando a função torna-se destrutiva à relação; e funcional, quando se estabelece uma relação de necessidade, recíproca (NUM, 1978: 80-81).

Nessa passagem aparecem algumas características que dão a particularidade da contribuição de Num, assim como se podem desdobrar pontos da discussão que propõe. Talvez a maior contribuição seja destacar que superpopulação relativa e exército industrial de reserva não se confundem, sendo o segundo parte do primeiro. Além disso, o autor reconhece que o capital tem como sentido, observado pela queda tendencial da taxa de lucro, redução progressiva da parte variável em relação ao capital global, e que na fase monopolista essa redução atinge proporções absolutas¹⁰⁸. Destaca também que “*o aumento na racionalidade da empresa tem por correlato uma irracionalidade crescente do sistema*”(ibidem: 109), ainda que reconheça nessa frase a possibilidade de o sistema capitalista ser racional – e não que sua racionalidade é irracional na medida em que aponta para a destituição de seus pressupostos.

Mas além disso, propõe que com mecanização, destituem-se os antigos postos que serviam à mão de obra não-qualificada e assim consistem em impeditivo ao acesso devido à desqualificação da força de trabalho – que no entanto apresentam também limites absolutos à incorporação dessa mão de obra. E destaca como um *setor* o capital monopolista, para o qual mantém suas afirmações quanto à afuncionalidade de parte dessa superpopulação.

De um lado, a formação da força de trabalho é contínua e sempre crescente, treinando a força de trabalho mesmo que não a utilize imediatamente. Evidencia disso é a escolarização permanente para alfabetização e formação de trabalhadores especializados – como encanadores, eletricitas, metalúrgicos etc. Assim, parece-nos insuficiente o argumento de que essa força de obra não será incorporada por impossibilidade de suas qualidades; mas mantemos a concordância com os limites absolutos na quantidade de postos requerida pelo capital monopolista.

Mas para Num, essa população deslocada que chama de “massa marginal” se constituiria *funcionalmente* como exército industrial de reserva do capital concorrencial que continuaria existindo, bem como ao capital mercantil em dissolução. Ainda que reconheça que a distinção é

108 Nesse ponto, parece haver uma concordância com Mandel. Mas devemos assinalar por ora a diferença de que para Mandel, já o capitalismo imperialista se constituiria como monopolista, identificando o novo momento de sua reprodução enquanto capitalismo tardio – esse sim efetivando a redução absoluta da força de trabalho.

puramente analítica e restrita ao plano conceitual na classificação das populações, compartimenta o capital no que considera “organizações produtivas” distintas:

*“A rigor, superpõem-se e combinam-se dois processos de acumulação qualitativamente distintos, que introduzem uma diferenciação crescente no mercado de trabalho e a respeito dos quais varia a funcionalidade do excedente de população. Desta maneira, os desocupados podem ser, ao mesmo tempo, um exército industrial de reserva para o setor competitivo e uma massa marginal para o setor monopolista. (...) sua funcionalidade dependerá do grau de satelitização do setor competitivo que, em muitos casos, pode estar trabalhando para as grandes corporações: apareceria, assim, uma nova forma de **putting out system**, e, de fato, as pequenas e médias empresas estariam contribuindo para reduzir os custos salariais do setor monopolista.” (ibidem: 101, grifos do autor)*

Em primeiro lugar, parece haver uma coexistência de tempos distintos, que poriam relações distintas. Em nenhum momento Num considera que o que chama de “setores” separados poderiam ser entendidos como expressões de distintos níveis de produtividade do capital. Essa argumentação parece considerar os setores menos produtivos como pertencentes a outro momento – o que chama de grau de satelitização.

Mesmo considerando a discussão acerca dos serviços, Num não trata esse aparente “setor concorrencial” como um desdobramento do mesmo sistema, monopolista. Não colocando a discussão em termos de trabalho produtivo e improdutivo, fica a impressão de que o trabalho nos setores concorrenciais viria a “salvar” aquela população posta para fora da valorização do capital¹⁰⁹.

Identificando a queda tendencial da taxa de lucro e a redução da quantidade necessária de trabalho, não considera entretanto as transferências de valor entre capitais – que preferimos tomar como momentos simultâneos de um mesmo capital – nem que o capital é crítico já antes disso, já que sua própria acumulação contém o momento da destituição de seu fundamento. E sobretudo, aqui há que se recusar que se tome os serviços ou outros setores como “não-capitalísticos”, mas tão somente como momentos aparentemente distintos, mas de um mesmo capital. A exploração da força de trabalho, em níveis de mais-valia absoluta, convive com a mais-valia relativa e por esta é posta.

109 Ainda que o autor coloque argumentos como “Uma parte cada vez maior da superpopulação relativa transforma-se numa massa marginal, cuja falta de funcionalidade não é uma consequência almejada do comportamento dos agentes econômicos, mas o efeito dessa contradição fundamental entre as relações de produção imperantes e o nível de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas (Isto não significa, é claro, que o regime esteja próximo a explodir, mas, sim, que declina seu dinamismo e que começa a enfrentar problemas que é incapaz de resolver).” (NUM, op. cit.: 110), mantém a diferenciação entre “setor hegemônico” como o setor dinâmico, e outro que por outro lado seria capaz absorver tal população.

Na favela do Vergueiro, vive essa população que em grande parte não está empregada pelos chamados “setores dinâmicos” do capital, mas que sobrevive, seja por meio da caridade, seja vendendo sua força de trabalho que será pago tendo origem os salários ou rendimentos da classe média ou capitalista (como empregadas domésticas etc), atividades do comércio e outras atividades.

Entretanto, há que se distinguir para que cada favela constitui uma realidade particular; diferente é o caso das favelas associadas ao centro industrial petroquímico e siderúrgico de Cubatão (DAMIANI, 1984). Sua formação estaria associada à instalação e expansão das plantas industriais, e a população moradora de favela se constitui em sua maior parte como imediatamente vinculada à indústria da construção ligada à expansão do capital constante da indústria pesada. Seja nas funções de implantação, mas também manutenção e ampliação, é contratada força de trabalho pela terceirização – que rebaixa os gastos com expansão capital constante –; a produção de máquinas para a produção de máquinas, como uma parte do departamento I, envolve a incorporação de força de trabalho por meio de sua compressão salarial, mas revela uma tendência crítica uma vez que o aumento do capital constante diminui relativamente a necessidade de capital variável nas indústrias do local, ao aprofundar a mais-valia relativa. Resta-nos perguntar em que medida se trata de dedução de lucros e extração de mais valia. Produção e ampliação do capital constante se situam como integrantes do departamento I ainda que tenham uma composição orgânica baixa, mas o mesmo não se pode dizer para as atividades de reparo, que não produzem valor mas apenas deduzem parte dos lucros. O que aparece como bico, nesse caso particular, é parte da necessidade de aumento e retração de um exército industrial de reserva, que está diretamente subjugado à expansão das indústrias, oscilando enormemente. Assim, a favela e o bico são necessários para dar conta dos movimentos da reprodução ampliada. Face à instabilidade vivida quanto ao seu emprego ou não pelo capital, é pela favela que se resolve parte da sobrevivência.

Queremos assim rejeitar qualquer associação que ponha a favela como necessariamente ligada à ampliação do trabalho improdutivo, deixando em aberto essa discussão, uma vez que essa

qualidade se põe a medida não apenas do tipo de trabalho, mas da qualidade de sua relação para com o capital, se cumpre função de capital variável ou não.

2.3.2. Breves notas sobre a migrações em São Paulo como mobilização para o trabalho e industrialização

“Já fui cassaco de engenho,
fui plantador de algodão,
já fui tudo que não levo das levas deste mundo,
escravo que fui do campo, ganhei correntes urbanas”
(*Conterrâneos velhos de guerra*, 1990)

Como forma de dialogar com interpretações sobre a migração no Brasil, apresentaremos alguns casos de como a questão se apresentou em nossa pesquisa, tanto através das entrevistas realizadas como nos jornais pesquisados. Nosso enfoque trata da migração de forma relacionada à mobilização para o trabalho, e de início pontuamos para tipos diferentes de processos migratórios vividos a partir do final do século XIX, assinalando as distinções de como se relacionam com a indústria paulistana: a migração europeia e a migração “nordestina”. Nordestina entre aspas porque esse é o nome genérico dado a uma migração que extrapolou os limites dessa delimitação do planejamento regional. A migração para a cidade se deu, evidentemente dos estados da citada região, mas em grande medida internamente ao estado de São Paulo e principalmente Minas Gerais, entre outros estados.

A distinção que deve ser feita entre ambos processos remete não apenas à origem, mas também aos distintos momentos de cada uma. Em linhas gerais, a primeira, *europeia*, se daria especialmente a partir de 1870, associada de uma parte a processos expropriatórios daquele continente, e também relacionados com a expansão do maquinismo que tornava redundante largo volume de força de trabalho; a outra, de *migrações internas* com destino aos grandes centros, remetia sobretudo à crise de relações de agregação à propriedade no campo, que veio a “liberar” enorme quantidade de população que viria a se converter em força de trabalho em condições críticas de sua incorporação (LEITE, op. cit.).

Em nossas entrevistas, encontramos um italiano nascido na Itália, outro filho de italianos,

outros dois do interior paulista; apenas uma entrevistada relatou ser nascida em São Paulo e não demonstrou vínculos mais próximos com algum tipo de movimento migratório (Margot). Dentre os dois de origem italiana, um consiste na primeira geração, filho de pai e mãe imigrantes (Gijo); o outro imigrou após o final da Segunda Guerra Mundial (Francisco). Dentre os paulistas, ambos relataram ter nascido no interior e vindo a São Paulo ainda crianças (Dirceu e Amaral). Levando em consideração que não conseguimos conversar com nenhuma pessoa que de fato morou na favela, mas somente vizinhos ou que se relacionaram com a favela de outras formas, não por coincidência nos deparamos apenas com a migração europeia e do interior paulista – estes, um negro e outro mestiço. Entretanto, nos relatos de praticamente todas as pessoas entrevistadas aparecem referências à migrantes que viriam a habitar a favela do Vergueiro.

“Nortistas” ou “nordestinos”, sempre, se incluindo nessas alcunhas os mineiros também. Um dos sentidos é que se forma uma identidade nordestina *depois* da migração; ou seja, que após pessoas de localidades distintas – migrando por processos similares mas distintos –, forja-se uma nova identidade “do norte”, que apaga processos particulares e homogeniza-os enquanto pessoas que rumaram para uma cidade com vistas a um emprego¹¹⁰. O que é visto na cidade de São Paulo como “data de chegada” ou “estado de origem” remete a diferentes processo de separação da terra e conformação dessa mobilidade¹¹¹.

De um lado, pode-se notar um movimento de mobilização não apenas de pessoas – na forma de mobilização para o trabalho – mas também do capital, apontando para um diferencial de lucratividade que fazia com que os capitais nordestinos fugissem para aplicações produtivas no sudeste (GDTN, 1959); a menor exportação de matérias-primas – como o algodão (Mandel, op. cit.:

110 “JÚLIO: Eu vejo dois motivos de que o pessoal vem praqui. Um deles é a condição de vida: o cara não tem condição de viver lá. Ou não tem terra, ou o pedaço que tem é muito pequeno – com esse negócio de tudo cercado – você fica sem poder criar mais nada e é obrigado a vender o o pouco que tem pra quem tem mais e vim pra cá. Outro motivo é a propaganda. Quem já veio, chega lá dizendo: “Olha, São Paulo é isso, São Paulo é aquilo” e o pessoal fica com vontade de vir.” (OLIVEIRA, 1982: 25).

111 Resta a identidade a nova identidade, do “nordeste”, unindo pessoas vindas de locais tão diferentes – ainda que exista o sentimento de pertencimento e afirmação do local de origem, aos olhos da cidade branca, do capital, cearenses, da Bahia ou de Pernambuco, são apenas “nortistas”, senão “caipiras”... O que se apresenta como dificuldade de pesquisa – o apagamento dos locais de origem – é determinado por um esquecimento próprio de uma relação social que sujeita a mobilidade populacional sob sua determinação.

43), bem como o aumento da produtividade no campo, apontando para a cercamentos, expropriação de áreas de uso comuns etc (LEITE, op. cit.); muitos são os motivos que levaram à constituição de uma mobilidade para o sudeste.

Essa migração verificada a partir dos anos 1930 se intensifica com a construção e asfaltamento de rodovias nacionais – como a Estrada Real, entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em 1944:

“O asfaltamento da Rodovia “União e Indústria

Da antiga Estrada Real surge hoje a primeira autoestrada de grande quilometragem no país – Em futuro próximo atingirá o vale do S. Francisco, ligando o Rio de Janeiro ao nordeste (...) Seu valor econômico-militar é enorme e muito maior será em futuro próximo, quando por ela transitarem os produtos do nordeste e as manufaturas do sul do país.” (OESP, 12/04/1944)

A inauguração das estradas interligando grandes centros como esta, e logo depois, a Rio-Bahia, em julho de 1949 (OESP, 23/06/1949), viria a facilitar o acesso e a migração para os grandes centros do sul. A matéria abaixo dá uma dimensão da questão, conforme aparece em quadro em que leitores fazem perguntas ao jornal:

“Emigração do Norte para o Sul

“Há dados sobre a emigração de elementos nacionais do norte para o sul?”

(A) RICARDO FONSECA – PARANAGUÁ.

Os únicos dados fidedignos referem-se à passagem pela rodovia Rio-Bahia (1952):

<i>Estados de emigração</i>	<i>Números</i>
<i>Piauí</i>	<i>174</i>
<i>Ceará</i>	<i>6.810</i>
<i>Paraíba</i>	<i>10.247</i>
<i>Rio Grande do Norte ...</i>	<i>1.445</i>
<i>Pernambuco</i>	<i>18.579</i>
<i>Alagoas</i>	<i>4.325</i>
<i>Sergipe</i>	<i>4.677</i>
<i>Bahia</i>	<i>15.801</i>
<i>Espirito Santo</i>	<i>15</i>
<i>Total</i>	<i>62.073</i>

Ao mesmo tempo, 25.515 pessoas voltaram pela rodovia Rio-Bahia, permanecendo no sul 40.588 pessoas (65%)

Nos primeiros meses do ano passado, 35.000 migrantes nacionais passaram, em média mensal, pela Hospedaria dos Imigrantes desta Capital, média que se reduziu a 16.000 no período de abril a dezembro.” (OESP, 05/04/1953)

Além de ilustrar a questão numérica, essa matéria mostra que a estrada, menos de três anos após sua inauguração já estava associada à passagem de migrantes. A ligação norte-sul viria a acelerar muito a velocidade com que se fazia a viagem, e em grande medida abria a possibilidade desse transporte, cuja viagem anteriormente só era feita em navios. Não desconsiderando

movimentos migratórios anteriores, acreditamos ser importante destacar a virada para a década de 1950 como a partir de quando se avolumou a migração a São Paulo e Rio de Janeiro.

Não tardaria para que a migração a São Paulo fosse associada às favelas. Em 1953, o tema já era mencionado na assembleia legislativa:

"Trata o sr. Araripe Serpa da situação dos moradores da "favela" existente ao longo da avenida Santa Elisa, em Villa Prudente, reclamando assistência dos poderes públicos para aquelas famílias, constituídas em sua maioria por imigrantes nordestinos" (FDM, 03/09/1953)

A incorporação de migrantes às favelas paulistanas se daria a partir de então, como nas favelas da Vila Prudente e favela do Vergueiro. Tal associação seria sempre repetida – a ponto banalizar a questão a medida em que se torna explicação automática para qualquer favela. Tanto que dentre as políticas de desfavelamento, sempre apareceria a opção “passagens para região de origem”, tomando quaisquer pessoas faveladas como possivelmente oriundas do norte do país. A origem e a condição migrante são então associadas a um suposto “desajustamento”:

“GRANDE É O NUMERO DE FAMILIAS QUE VIVEM DESAJUSTADAMENTE NAS FAVELAS DA CAPITAL - RETIRANTES NORDESTINOS

(...) A favela não é o que muita gente diz e pensa. Não é reduto de malandros ou valhaçouto de ladrões. É o refugio triste de gente pobre. De homens desajustados, de gente que vendeu tudo o que tinha na sua terra e que veio a São Paulo em busca de riqueza encontrando na favela a reprodução fatalista de seu antigo mocambo.

Em sua maioria, os habitantes das favelas são nordestinos. Do numero estimado de cinco mil favelados, pelo nosso calculo três mil são procedentes do chamado polígono da seca; estão São Paulo, a menos de cinco anos. Esses elementos são encontrados principalmente nas favelas de Vila Prudente” (FDM, 30/05/1954)

Em 1957 a palavra já não era mais migração, mas “êxodo”, não exclusivamente nordestino mas rural, sendo apontado um dos como principais “causadores” do aumento das favelas :

“ASCENDE A 15 MIL O NÚMERO DE FAVELADOS EM SÃO PAULO

A favela, que ainda não é problema social em nossa cidade, poderá desenvolver-se a tal ponto (suas populações estão crescendo) que será muito difícil fazê-las desaparecer em curto espaço de tempo (...) As favelas, em São Paulo, embora numerosas (...), não chegando a constituir um problema tão angustiante como no Rio (...). Entretanto, com o exodo rural e nordestino e com as difíceis condições de vida, São Paulo já corre o risco de ver agravado este problema, pois as populações faveladas, (...) aumentam continuamente.” (FDN, 20/10/1957)

No interior da Comissão do Desfavelamento¹¹², em sessão dedicada à uma análise geral da

112 Comissão instalada em 1967 na Assembleia Legislativa, sob a presidência do deputado Fernando Perrone. Várias vezes retornaremos ao farto material de transcrições das sessões dessa comissão, disponíveis no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP).

problemática de favelas no município paulistano, a migração é diretamente associada à formação de favelas. Um integrante do MUD¹¹³ convidado para uma de suas sessões, aponta a associação da favela à questão da migração, destacando a desqualificação da força de trabalho e más condições de saúde contribuindo para a manutenção de más condições de vida nessa nova “comunidade que foram obrigados a escolher”:

“O Sr. Lupércio de Souza Cortez Jr. - (...) Tínhamos visto o problema inicial no local de procedência dos moradores. Vimos também que a segunda fase que é a migração desordenada e vamos, agora, à terceira fase, que é o problema urbano, local onde chegam as populações. Estas populações chegam àquelas regiões onde esperavam encontrar emprego fácil. Não o encontrando, posteriormente se encaminham ao meio urbano maior mais próximo. No nosso caso específico devemos analisar só São Paulo. Chegando a São Paulo, em virtude da maioria das pessoas se constituir de pessoas analfabetas, com mão de obra não especializada e com uma série de problemas de saúde, também diminuem o rendimento do trabalho, êsses indivíduos vão encontrar dificuldades para conseguir um emprêgo que seja suficientemente rendoso para que possam adaptar-se à vida da comunidade que escolheram, a que foram obrigados a escolher.” (DOSP, 13/10/1967)

De um lado, essa nova condição na medida em que não está adequada à forma do emprego da cidade, deverá se adequar, provendo o Estado ou outras instituições tanto condições mínimas de saúde – como as inúmeras campanhas de vacinação que se deram na favela do Vergueiro e em outras – como nas variadas políticas de escolarização e educação, que consideramos sob o ponto de vista da qualificação para o trabalho.

Nessa mesma sessão, o debate segue tentando quantificar quantas pessoas chegavam à cidade, mas reconhecendo a insuficiência do número por contar somente com pessoas que passavam pelo Departamento de Imigração e Colonização, entrando pela ligação norte-sul (vindos de estrada pelo Rio de Janeiro). Adiante, reproduzimos um extenso mas interessante diálogo sobre o agenciamento de mão de obra pelos “gatos” e caminhões que chegariam ao Brás por vias não oficiais:

“O Sr. Salvador Julianelli – V. Exa. tem noticia de agenciadores que através de empresas desta natureza, trazem para cá brasileiros de outros Estados sob promessas de emprêgo fácil, retirando-os das suas áreas de trabalho para serem despejados em São Paulo, criando problemas sociais como êste?

O Sr. Dr. Paulo Soares Cintra - Já houve isso em grande escala mas hoje tenho impressão de que existem em número pequeno. Há dois, três ou quatro anos atrás, houve em grande escala. No Brás, ao lado da Estação Roosevelt, diariamente, chegavam duas dezenas de caminhões. Isto desapareceu, não sei se pela fiscalização nas estradas ou pelas melhores condições de vida no nordeste, ou pela programação da SUDENE que está com aplicação

113 Movimento Universitário de Desfavelamento.

de 50% do imposto de renda no nordeste, o que tem feito com que estas populações estejam se fixando lá. O fato é que me parece que exploração desta natureza esteja desaparecendo. (...)

O SR. LUPÉRCIO DE SOUZA CORTEZ – Realmente, houve um decréscimo no número de agenciadores aqui em São Paulo. No ano passado, fomos ao nordeste, até a Paraíba, pela estrada, e verificamos que há proibição da Polícia Rodoviária de que se transportem pessoas em caminhões. Aparentemente, o número de viajantes nestas estradas diminuiu, pois é a impressão que tivemos – e esta impressão é mais ou menos pessoal, não é fundamentada em números ou estatísticas que tentamos obter, mas não conseguimos – é a seguinte: os agenciadores funcionam no nordeste entre pequenas cidades, com escalas até chegar aqui, e este transporte continua sendo feito em caminhões, e estes caminhões são disfarçados em caminhões de carga.

Tivemos a oportunidade de, lá, acompanhar um destes caminhões na estrada. Saímos ao mesmo tempo. Por fora era um caminhão de carga, com todo o aspecto externo de tal, até chegar a São Paulo quando levantaram a lona. Então, existe uma armação de madeira que dá a impressão de caixotes, mas o que vai lá dentro são pessoas. Os agenciadores aumentaram em relação ao Paraná e Minas Gerais.

O SR. JACINTO FIGUEIRA JÚNIOR – V. Exa. Faz com isto uma grande denúncia que precisa ser fiscalizada com mais energia.

O SR. LUPÉRCIO DE SOUZA CORTEZ

Existe um outro dado muito conhecido nos postos de fiscalização de fronteira. Existe o problema cultural. O nordestino ou o mineiro quando chegam aqui, têm medo de vacina, e a vacina é obrigatória na fronteira. Então, há agenciadores que fazem o imigrante dar a volta para não passar pelos postos de fiscalização. Isto dá, nas estatísticas, um número menor de pessoas.

O SR. SALVADOR JULIANELLI – Esta informação que o ilustre representante nos traz configura, como disse o deputado Jacinto Figueira, uma grave denúncia.

Preocupado com estes problemas, quando passei pela Secretaria de Saúde, cheguei a conclusão, o que quero renovar nesta Comissão, para que se inscreva no final destas conclusões o seguinte: as declarações são unânimes, os estrangeiros que aqui aportam e que desejamos receber de braços abertos se incorporam à economia paulista com sinal negativo, não por culpa deles, mas por culpa das autoridades que não lhes oferecem as oportunidades de tratamento que merecem na sua condição humana. E a eles, em sua totalidade, vêm infestados de verminose e moléstias graves.” (idem)

A partir desse trecho, inúmeras considerações podem ser feitas. Dentro da própria comissão fica patente uma incapacidade dos dados estatísticos em mensurar a dimensão do processo, seja devido à burlas das regras – como o transporte escondido – ou a questão da vacina obrigatória¹¹⁴. Continuar trazendo mão de obra por parte dos gatos revela uma tensão posta entre as 1) necessidades de recrutamento de força de trabalho nova, 2) Estado e 3) processos expropriatórios: a formação de uma “vontade” de Estado começa a refletir quando é hora de “fechar a torneira” para a chegada de gente também pela constatação das implicações causadas pelo dramático incremento

¹¹⁴Esse episódio traz à tona a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, em 1904. A semelhança da recusa da vacina não é coincidência, e revela no desejo do Estado – de controle sanitário –, a necessidade de se “cuidar” da força de trabalho em formação. Cabe ao Estado a realização daquilo que o capital se exime. A saúde da força de trabalho torna-se problema na medida em que, nas palavras do deputado, “em sua totalidade, vêm infestados de verminose e moléstias graves.” (DOSP, op. cit.)

populacional da cidade; ao mesmo tempo as práticas de aliciamento ou transporte são vistas como “desumanas”, já que desregulamentadas¹¹⁵; por outro, persistem processos expropriatórios e há um volume constante de pessoas dispostas a migrar para o sul; há também necessidade de incorporação de trabalho novo, dada a continuidade dos gatos operando na cidade de São Paulo – ainda que não saibamos afirmar se há um aumento relativo ou absoluto, tampouco que tipos de empregos se oferecem (ou não) para essa nova população que chega.

Para o representante do MUD, a instabilidade de trabalho no local de origem, associada ao mito de que existe emprego farto no sul, leva à sua migração “desordenada” que é o caso geral que considera para as favelas:

“O sr. Lupércio Cortéz Jr. (...) A população favelada provém, fundamentalmente, das áreas agrárias da região nordestina, do norte de Minas Gerais e do sul da Bahia. Esta população, na região onde está, é instável pelo regime de trabalho, porque depende da monocultura que existe na região – criação de gado – e tem toda uma tradição cultural dependente disso. Ora, estas condições iniciais, regionais, dos locais de migração da população favelada implicam numa instabilidade econômica, já que esses indivíduos têm um regime de trabalho inconstante e sua subsistência não depende diretamente do seu trabalho, mas de aspectos climáticos. Fundamentalmente, o problema favela, na região de origem, é sinônimo de subdesenvolvimento, é igual a falta de planejamento agrário, educacional e de saúde. (...) Essa situação social instável do indivíduo leva a que ele migre em função, quase sempre, de um mito, que é o sul, o emprego fácil. E isto é feito de forma completamente desordenada – os poucos que voltam fazem com que esse mito de emprego fácil se estenda por toda a população, e aumenta a vontade de vir para o sul.

Essa migração desordenada constitui outro problema e causa de formação de favelas, pois não existe um órgão que coordene as migrações, ou seja que distribua as populações, que não têm condições locais de sobrevivência para regiões específicas, a partir de um plano global. Isso implica numa saturação dos grandes centros urbanos - Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente.

O sr. Salvador Julianelli – Em que nível e em que proporção a SUDENE, um investimento brasileiro na área do Nordeste, procura acolher os nordestinos que se encontram nessa situação?

O SR. Lupércio Cortéz Jr. - Ultimamente, com a instalação de usina hidrelétrica no Maranhão, foram criados novos empregos na região, e isso implica num trabalho da SUDENE em favor do desenvolvimento daquelas áreas. Esse trabalho foi o único planejado de mobilização de populações dentro de uma área no Nordeste. A SUDENE mesmo (...) conta com dificuldades. Em exemplo citado foi de um arquiteto de um grupo de planejamento de produção agrária, que chegou a um fazendeiro e sugeriu que vendesse parte das terras, e a SUDENE pagaria com maquinária, para aumentar a produção da fazenda, e empregaria os indivíduos que não tivessem condições de sobrevivência. Por razões culturais o proprietário da terra se negou, já que dentro daquela estrutura em que vive o poder é dado pelo tamanho da propriedade da terra, não pela produção.” (DOSP,

115 A preocupação humanista se põe pela lei, pois devido à irracionalidade do capital, na tensão de justificar o injustificável se buscam formas menos “bárbaras”, “humanas”. Face a situações tão “irracionais” a ponto de não haver formas possíveis de justificação, sua regulamentação efetiva-se pelo humanismo; mas na medida em que entra em conflito com a necessidade do capital, não se efetiva.

13/10/1967)

Ao mencionar a migração “desordenada”, reclama-se a ausência de uma política de coordenação das migrações, ou uma racionalização dessa mobilização para o trabalho, ao que os trabalhos da SUDENE interessam na medida em que esta atua por meio da mobilização de populações. A avaliação das políticas desenvolvimentistas revela uma necessidade constante de atualização destas, feita por meio também desse tipo de avaliação.

Ao contrário, o próprio planejamento estaria forçando a mobilização e expulsando as pessoas, na medida em que uma das políticas da SUDENE era a melhoria da produtividade, e a implantação de fazendas de eucaliptos em áreas antes comuns – como forma de garantir as necessidades da indústria siderúrgica (LEITE, op. cit.: 214-277). A indústria siderúrgica mineira se fez da combinação de capitais nacionais na forma de *joint ventures* para produção em terra nacional, mas com capital parcialmente estrangeiro, promovida por meio do planejamento estatal.

Anos antes, grandes obras no Nordeste já haviam movimentado contingentes consideráveis, como na construção de Paulo Afonso – conforme a coluna social de Maluh de Ouro Preto:

“Cronica do Rio - CARNAVAL EM PAULO AFONSO

Maluh de Ouro Preto (...)

Em consequencia das obras, surge a cidade de Paulo Afonso, uma cidade que já conta 4.000 habitantes e aumenta dia a dia, moderna, bem planejada, funcional, eficiente, confortável, adequada ao clima, com ruas largas, ladeadas de eucaliptos em crescimento e casas claras. Uma cidade dotada das utilidades da vida atual, hospital, serviços medicos, postos de puericultura, hospedaria, comercio, escola, agencias de bancos, clubes. Uma cidade em torno da qual apareceu outra, a Vila Poti, uma especie de favela suja e feia, cuja população, de 6.000 habitantes, fixa-se atraída pelas benfeitorias da dita Vila Operária”. (09/03/1952)

Apesar de não ser tão facilmente mapeável como no caso de uma hidroelétrica, a necessidade de força de trabalho abundante – devido à baixa composição orgânica do capital na indústria da construção – acompanhou a implantação do Plano de Avenidas e a forte verticalização que se deu em São Paulo e construção de estradas¹¹⁶ já nos 1940 mas em especial dos anos 1950. Possivelmente o conjunto de obras, espalhadas pela cidade, demandou uma dispersão desses muitos trabalhadores temporariamente contratados, ao que consiste uma facilidade para o capital – em termos de força de trabalho disponível.

116 Como nas favelas formadas por pessoal de obras e manutenção da Via Anchieta (FSP, 20/03/1966)

Possivelmente, a mobilização entre favelas mediante o despejo de uma para outra pode revelar tanto o acompanhamento da força de trabalho dos locais em que este está disponível, como também uma incapacidade em encontrá-lo, levando as favelas a locais cada vez mais distantes. O desenvolvimento metropolitano é o acentuamento desse caráter, pondo o fenômeno da favela, como moradia da força de trabalho, cada vez mais distante ao ser pressionada pelo custo da terra, entre outros fatores; ao mesmo tempo, disponibiliza força de trabalho nos mais variados lados da cidade – constituindo periferias associadas a zonas predominantemente compradoras de força de trabalho (às vezes indústrias, como Santo Amaro e Capão Redondo/Jardim Ângela/Interlagos/Grajaú, mas também ABC e periferias do Jardim Miriam, Diadema, entre outras).

O Estado é mobilizador populacional por meio das políticas de desfavelamento. Mas também atua como agenciador da mão de obra, e tenta mobilizá-la seja fazendo a ponte entre capitalistas como por meio de articulações inter governos. A atuação da CED – Comissão Estadual do Desfavelamento – se dá nesse sentido:

“CED protege favelados contra ação de despejo

Os moradores já começaram a ser entrevistados, e são colocados diante da alternativa de retornarem para seus lugares de origem, ou então ir para a lavoura. Ao mesmo tempo, estão sendo oferecidas colocações dos desempregados em serviços do DAE e DOP da Secretaria de Obras, registrando-se[?] uma média de 50 empregos por dia.” (FSP, 14/09/1965)

Dentre os “direcionamentos para áreas rurais”, um dos destinos seria o norte do Paraná¹¹⁷; mas ainda restam as pessoas que não conseguem se vender enquanto força de trabalho, ou que o conseguem de forma inconstante demais, a ponto de sua vida ser um trânsito entre favelas:

“[Zé Luiz e Dirce] Juntos, perambulam pelo interior de São Paulo à busca de serviço: “dizia que tinha emprego. Chegamos lá, tava uma seca danada. Não tinha trabalho., nem comida. Passamos uma semana na estação de trem. Andamos numas fazendas. Não arranjamos nada”.

De volta [para São Paulo], moram em inúmeros lugares, sempre em favelas: Osasco, Butantã, Pompéia, atrás do Clube Pinheiros, na Marginal do Tietê, e finalmente na favela de Cidade Jardim. Trabalhou de pedreiro, jardineiro, ambulante, fazendo toda espécie de “bico”. (KOWARICK, 1980: 141-142)

Por fim, além da mobilidade entre favelas, há o “regresso” para o local de origem. Durante a saída das famílias da favela do Vergueiro na ocasião do despejo final (1968-1969), 22 delas teriam

¹¹⁷ Referente ao norte do Paraná, agradecemos o diálogo com Renato Fujicava.

sido assistidas pelo MOV a regressar, conforme seu desejo dentre as possibilidades de

“encaminhamento” das famílias:

"Terceiro ato, a volta dos retirantes

João vai voltar e com ele retornam aos lugares distantes, de onde partiram um dia com o coração e o espírito cheios de sonhos e o estomago vazio, mais 7 famílias, todas de residência comum na cidade grande: a favela do Vergueiro.

O plano de desfavelamento organizado pelo MOV recambiou 22 famílias em três semanas. Cada uma leva um farnel – mesmo luxo que poucos deles se concederam quando decidiram enfrentar a estrada e o mundo, na condição de retirantes.

PRIMEIRO, JOÃO SEM FAMÍLIA

Este é João Pereira da Silva, que não sabe a própria idade, mas apenas que é velho. É índio da aldeia de Aguas Belas, Garanhuns, Pernambuco, de onde saiu há oito anos. João considera como sua a família da mulher que o acompanha, porque parente seu mesmo ele não tem lá em São Domingos Mariana, Minas, para onde vai agora:

- Quatro filhos e duas irmãs vão acolher a gente.

João é apenas um dos personagens do drama dos retirantes, que abre o pano com as secas, a fome e a epopéia da estrada, tem o segundo ato nas favelas, na sarjeta e no desemprego, para terminar de maneira imprevisível em qualquer parte do Brasil, num terceiro ato com marcações de tragédia.

SEGUNDO, A VIOLENCIA

No segundo ato, em São Paulo, João não teve um simples papel de figurante. Conseguiu, a duras penas, construir ao lado do seu, na favela do Vergueiro, outro barraco, que foi alugado a "um sujeito que andava sempre armado e que não pagava nunca", como conta Quiteria Luisa, a mulher com quem parte agora para um terceiro ato de comédia de costumes.

- Um dia, o velho mandou o sujeito sair. Depois ele voltou, querendo morar lá de novo e o velho não quis deixar. Então, ele tacou duas balas, uma no braço, outra no pescoço do coitado. (...)

Agora, João iniciará a longa viagem de volta. Desorientado, confunde o prédio da Secretaria da Agricultura e Imigração com o hospital onde esteve. (...)

O TERCEIRO ATO

Muita gente como João passa todos os dias pelo Departamento de Migração da Secretaria. Na

maioria, as famílias vieram de longe, e aqui não encontraram o mínimo de condições para levar a vida à frente. As sete famílias que serão recambiadas com João, por exemplo, voltam para os lugares onde levavam vida melhor. (...)
"- Lá [na roça], o trabalho era duro mas sempre havia"

Do grupo de João, quatro famílias vão para Minas Gerais, três para a Bahia e uma para Pernambuco." (...)

O DESTINO DE ANDAR (...)

Com 12 anos, José, que é da Paraíba, foi para a Bahia, onde trabalhou como operário de máquinas de beneficiar algodão. (...)

Veio então para São Paulo, <<o seu destino de andar>>. Aqui não arranhou nada que pague a pena>>. O serviço de migração o encaminhou para a lavoura, no Paraná.

- Mas fazia muito frio lá e eu voltei para cá.

Eles são os retirantes que iniciarão a viagem de volta

*Imagem 2: favelados do Vergueiro que voltarão a locais de origem, com legenda original
(Fonte: FSP, 09/05/1968)*

Os homens da migração novamente se encarregarão dele. Vão manda-lo para Brumado, <<onde mora o pai da Amalia>>. Lá o encontrará de novo a maquina de beneficiar algodão." (FSP, 09/05/1968)

O limite da mobilização para o trabalho é quando as pessoas, embora se concebiam como trabalhadoras, não tenham consigam trabalho, nem mesmo migrando, migrando... catando ferro, servindo aos bicos, ou indo embora quando a força já está gasta e não há possibilidade de seu uso.

*“Daria um filme,
uma negra
e uma criança nos braços,
solitária na floresta
de concreto e aço,*

*Veja, olha outra vez,
o rosto na multidão.
A multidão é um monstro,
sem rosto e coração,*

*Hey, São paulo,
terra de arranha-céu,
a garoa rasga a carne,
é a torre de babel,*

*Família brasileira,
dois contra o mundo,
mãe solteira
de um promissor vagabundo,”*

(RACIONAIS MC'S, Negro Drama, 2002)

*“...Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de
jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.”
(Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, 1960)*

capítulo 3

A favela e o deserto da monetarização: habitação, cortiços e primeiras favelas em São Paulo

3.1. Apresentação – a favela e o deserto da monetarização

Para iniciar uma abordagem sobre o que foi considerado como problemática das favelas, em primeiro lugar é preciso discutir o que significa a própria escolha da favela enquanto problema. Há que se perguntar em que medida o recorte dessa pesquisa foi influenciado pelo que Lícia Valladares considerou como os “dogmas” do olhar acadêmico sobre a favela:

*“O segundo “dogma” corresponde a uma outra ideia amplamente compartilhada da favela, e que diz respeito ao seu território e à caracterização social de seus habitantes: a favela é o **locus** da pobreza, o território urbano dos pobres. (...) Elegendo a favela como território privilegiado para o estudo da pobreza e das desigualdades sociais, os pesquisadores não hesitam quando se trata de estudar os pobres: vão para a favela. (VALLADARES, 2005:151)*

No entanto, cabe uma ressalva: a autora trata das pesquisas realizadas nas ciências sociais sobre favelas do Rio de Janeiro após 1980. Ela quer chamar à atenção para uma persistência analítica mesmo num momento em que o fenômeno já havia se alterado, e que a residência em favela não necessariamente significaria uma condição pobre; ou que a pobreza se localizaria também em outras partes da cidade e não *somente* na favela. Além disso, ao considerar como dogma entre pesquisadores o fato de se preferir o estudo da favela, Valladares quer chamar à atenção para um possível ciclo de estigmatização que estaria sendo reforçado ao se retornar à favela como local “pior” da cidade.

Acreditamos que essa autora faz a observação especialmente ao tratar da produção recente e que olha para o fenômeno nos dias atuais. Para um período como o nosso – os princípios das favelas na cidade de São Paulo – a distinção entre favela, loteamento clandestino e do cortiço ainda podia ser feita dada a relativa separação dos fenômenos. Tal distinção tornou-se cada vez mais difícil com o incremento da favelização a partir dos anos 1970, do encortiçamento do morar, ou das múltiplas combinações entre essas formas, incluindo também os conjuntos habitacionais¹¹⁸.

118 Gostaríamos de referenciar que tal discussão surgiu durante o exame de qualificação, durante o qual a Profa. Dra. Amélia Damiani apresentou este argumento ao comentar a dissertação de Jorge Paulino, da qual foi parte da banca examinadora. O debate teria surgido proposto em diálogo com o outro integrante da banca, o prof. Dr. Nabil Bonduki: a favela, o cortiço e o loteamento clandestino teriam tido um momento em que eram passíveis de diferenciação com facilidade, mas que atualmente é praticamente impossível traçar uma linha e dizer onde acaba uma forma e principia outra – conjuntos habitacionais com características de cortiços e favelas e assim por diante.

Reconhecemos que, ao menos no período estudado, pode-se dizer que as favelas chegaram a concentrar parcela da população dentre as mais pobres da cidade, ou nos dizeres de Lúcio Kowarick, utilizando dados do DIEESE, do Boletim HABI, entre outros¹¹⁹:

“os favelados constituem um estrato extremamente pobre da população de São Paulo, pois enquanto apenas 6% dos habitantes da capital têm um rendimento familiar inferior a 2 salários mínimos mensais e o conjunto da classe trabalhadora em 20% dos casos está nessa situação, 80% dos favelados não ultrapassam esta faixa de renda. (...) Pobre dentre os pobres, este estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime os salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis vitais de consumo, dos quais a moradia é um componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário.” (KOWARICK, 1980: 83-86)

Para Kowarick, a diferença entre os preços dos aluguéis nos cortiços em áreas centrais e nas favelas justificaria a ida a estas últimas devido ao seu custo mais baixo.

Nesse sentido, e nesse momento, ao considerar a favela como lugar de residência das pessoas mais pobres entre as mais pobres, esta conteria a capacidade de, na qualidade de fenômeno, explicitar determinados processos sociais. Ainda que se reconheça que nosso enfoque tome a favela como habitação das pessoas dentre as mais pobres da sociedade, não a entendemos como à margem da sociedade – o que também é o alvo da crítica de Valladares – mas justamente o contrário: ela consiste em expressão completa da modernização, e mais, dos sentidos negativos que ela impõe e aos quais deve adaptar-se para conseguir a sobreviver. O arranha-céu e a avenida são tão modernos e representativos da socialização pelo dinheiro quanto a favela, o cortiço e a rua de terra, sendo que muitas vezes é justamente nestes últimos que residem tanto as pessoas que construíram como mantêm os primeiros, sejam pedreiros, encarregados/as da limpeza etc.

Ao se discutir a partir da ideia de favela como conceito, unidade, há também uma generalização que traz consigo uma série de valores socialmente construídos. O que desemboca no que Valladares chama de “terceiro dogma”:

“O terceiro “dogma” afirma a unidade da favela, quer seja na análise científica ou no plano político. É no singular que se pensa a favela, na literatura científica, na ficção e, sobretudo, na ação. Ainda que todos reconheçam tratar-se de uma realidade múltipla, todos se deixam levar pelo hábito de reduzir um universo plural a uma categoria única.”

¹¹⁹Kowarick utiliza os dados BOLETIM HABI/COPED, Caderno especial no. 1, *Estudo Sobre o Fenômeno Favela no Município de São Paulo*.

(VALLADARES, *op. cit.*: 151)

A autora chama à atenção tanto em um como noutro caso para a ideia que já vem formatada da cabeça de quem pesquisa ou olha para a favela. De fato, observando os dados coletados sobre a favela do Vergueiro, percebeu-se que aos poucos, e com o passar dos anos, paulatinamente a favela passou a se diferenciar internamente, constituindo uma diversidade tanto em termos fundiários como em termos econômicos e de rendimento das populações.

Lícia, ao criticar o “terceiro dogma dos pesquisadores”, quer chamar à atenção para as pesquisas que “congelam” a favela como uma unidade, uma categoria que serviria a variados propósitos e que assim esconderia a diversidade e diferenciação extrema que o fenômeno viria a adquirir. Dialogando com essa autora, é possível dizer que se constituiu uma imagem da favela, e nesse sentido ainda que exista uma evidente diversidade e variação do fenômeno, o que foi chamado de favela passa a se constituir *efetivamente* como uma autonomia aparente, como algo que tem regras próprias e particulares – há sim alguns *quês* de geral em cada favela, particularidades articuladas com uma lógica universal. Para enfrentar tal questão, chegamos a uma constatação simples e que diz respeito à própria relação sujeito-objeto, que trata a favela como algo externo. Pois é justo aí que reside o problema: o sujeito pesquisador nunca se identifica com o objeto, sempre o trata idealmente como algo que está fora. A favela é problema acima de tudo para quem não vive nela, e que se incomoda com sua simples presença.

Trata ainda do mito fundador da favela carioca. O fenômeno das favelas seria anterior à categoria favela, termo que se difundiu apenas na segunda década do século XX (*ibidem*: 26). Para tratar da formação da categoria, estabelece ligação direta entre a obra de Euclides da Cunha sobre Canudos (“Os Sertões”) e as favelas no Rio de Janeiro. Para Lícia, “Os Sertões” influenciaram toda uma geração do início do século XX, associando o ambiente descrito nessa obra com a nova forma de ocupação dos morros, estimulando a interpretação das favelas como “enclaves rurais”, por exemplo. Dentre as inúmeras características de Canudos por ela citadas consideradas pertinentes para discutir as favelas, gostaríamos de destacar uma:

“comportamento moral revoltante para o observador, marcado pelo deboche, pela promiscuidade e pela ausência de trabalho, uma economia fundamentada no roubo e nas pilhagens. (...) João do Rio e Luiz Edmundo (...) referindo-se ao Rio, falam dos personagens do morro, em especial malandros, lavadeiras, feiticeiras e seresteiros, que têm um modo de vida particular do qual o trabalho assalariado parece ausente.” (ibidem: 35, grifos nossos)

A favela é problematizada pelo olhar externo, do observador. O problema se coloca sobretudo para quem está fora dele, e daí advém toda sorte de ideias preconcebidas, como a ausência do trabalho assalariado e a imagem da favela apartada da cidade.

Ao longo do processo de pesquisa, nos demos conta de que estudar a favela é estudar uma condição, não um objeto ou lugar. É uma condição inerente ao capitalismo: todas as pessoas que são desprovidas de quaisquer propriedade que não a de sua força de trabalho são potencialmente faveladas; quanto maior a dificuldade em vender em condições minimamente razoáveis a sua única propriedade, a força de trabalho, mais provável é que essa pessoa venha a recorrer à “favela” para solucionar um aspecto de sua vida que é o morar. E à medida em que a acumulação capitalista se dá sempre aprofundando sua crise, a favela torna-se uma possibilidade mais e mais presente, uma vez que é solapada a base de valorização a partir do trabalho. Logo, a favela seria uma racionalidade muito própria do moderno. Ou seja, ainda que na aparência a favela assuma uma infinidade de formas, seu entendimento enquanto uma *condição* poderia desarmar a armadilha teórica de focar apenas o aparente e tomá-lo como fenômeno em si.

No entender de Mike Davis, o morar para a pessoa pobre se define a partir de um difícil cálculo, que altera-se de acordo com as condições de trabalho e da cidade:

“Em toda parte do Terceiro Mundo a escolha da moradia é um cálculo complicado de considerações ambíguas (...). Os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança.” (DAVIS, 2006:39)

Favelado ou favelada em potencial significaria a situação em que se aceitam condições as mais adversas possíveis (por isso não homogêneas) para conseguir sobreviver face à imposição da monetarização, em que a moradia em favela ou similar está inserida num cálculo, como diz Davis, ou numa lógica plenamente moderna. Não se trata aqui de uma condição formadora positiva do

trabalho em que há articulação direta entre capital e trabalho na função da produção, mas como literalmente um “salve-se quem puder” e “como puder”, em que um dos aspectos da sobrevivência será buscado com os meios disponíveis.

Mas a mobilidade social – costumeiramente propagandeada como “para cima” – é para baixo também, e o demonstra o aumento recente da favelização nos países tidos como centrais do capitalismo¹²⁰. Nesse ponto, há alguma convergência com uma das ideias do livro “Planeta favela” de Mike Davis (op. cit.), que em alguma medida trabalha com essa tese: de que a favela, em sua variedade de formas, espalhou-se pelo mundo e é sistêmica, abrigando cerca de um terço da população mundial (ibidem: 35)¹²¹. Para nós parece que o enfavelamento amplia-se quanto mais crítica é a acumulação capitalista: face à socialização pelo dinheiro e a separação mais aguda das pessoas da terra, universaliza-se a dependência do dinheiro ao mesmo tempo em que torna-se mais exígua a possibilidade de constituição de uma classe trabalhadora remunerada por salário. Desse modo, as classes são entendidas como fenômeno, e na análise que as identifica como estruturantes perde-se a dimensão de sua efemeridade face ao sentido crítico da acumulação capitalista.

Condição favelada explicita que as pessoas que assim vivem não necessariamente são moradoras de favelas, mas também de cortiços, loteamentos clandestinos e conjuntos habitacionais, de favor etc. A própria ideia de favela seria uma categorização, que delimitou o que é e o que não é, e assim esteve sempre sujeita às mais variadas arbitrariedades de uma classificação. E há conexão

120 A recente crise imobiliária e de consequências profundas também no sistema bancário e de crédito, que estourou inicialmente nos Estados Unidos e agora abate a União Europeia, tem tido consequências profundas na estrutura econômica das populações de tais países, refletindo-se em despejos por hipotecas – para se ter uma ideia, em abril de 2012 havia mais de 350.000 pessoas ameaçadas de despejo por hipoteca somente na Espanha (LARA, 2012). Seria o “triplo D”: devedor, desempregado e despejado. Ou seja, a pobreza não é mais privilégio dos países tradicionalmente chamados do “terceiro mundo”, e já se notam processos de favelização em escala considerável também no que se habituou chamar de “primeiro mundo”.

121 Assinalamos que o entendimento de favela por parte de Davis é mais amplo que o que o termo assume no Brasil, incluindo em seu argumento formas consideradas como cortiços, loteamentos clandestinos ou outras, sejam localizadas nas áreas centrais ou periféricas das cidades, mas que se constituem como moradia permanentemente precária da população pobre. Para além da descrição do fenômeno de favelização ao redor do mundo, Davis trata do microcrédito, das ONGs e das “soluções” capitalistas para a pobreza, em que concordamos com o autor em parte de suas críticas. Gostaríamos apenas de afastar nosso ponto de vista quando este deposita esperança numa *terceira via*, pelos “Fóruns Sociais Mundiais” – que em pouco tempo se revelaram porta-vozes quase exclusivos de uma esquerda anti neoliberal, mas que não é propriamente anticapitalista (no sentido da proposição de uma ruptura com a forma valor), mas institucionalizada e nacional desenvolvimentista.

direta entre essa “condição favelada” com os processos expropriativos e a forma pela qual se dá a relação capital-trabalho. Em cada momento da modernização o que foi chamado de favela assumiu significados diferentes, podendo se afirmar que também Inglaterra e Irlanda as possuíam em larga escala durante o período de industrialização, com a diferença fundamental de que ali o processo tinha caráter positivo formador de trabalho. Ainda que não fossem chamadas ou consideradas “favelas”, o sentido era similar, conforme podemos observar em duas obras de Engels sobre os que foram considerados problemas da classe trabalhadora e na cidade, questionando-se a habitação como problema (1974 e 2007).

Se naquele momento as pessoas que moravam na favela viviam numa condição formadora de capital, com extração de mais-valia e em condições de reprodução ampliada do exército de reserva, há que se reconhecer uma mudança qualitativa na formação de favelas durante o século XX nos chamados países subdesenvolvidos. Nestes, estaria associada às formas pelas quais se integrou a população como força de trabalho, na simultaneidade global posta como socialização capitalista¹²².

A expropriação (seja formadora ou não de capital) possui conexão direta com a forma favela ou as formas da pobreza urbana. Expropriação aqui é entendida como a cisão da pessoa da terra, a separação que se opera tanto no nível da consciência como da prática social, isto é, violências econômicas ou extra econômicas – expressas como expulsão da terra, conformação das pessoas enquanto possíveis vendedoras de força de trabalho, ou como a mobilidade obrigatória para o trabalho. Ainda que exista uma unidade dada pela expropriação, a forma pela qual se dá a compra dessa força de trabalho é totalmente distinta nos diferentes momentos acima expostos. Se em dado momento pode ter se constituído como formadora positiva de capital, em outros aparece como pura negatividade do trabalho, ou a expropriação que forma trabalhadores mas não necessariamente os situa como função valorizadora do capital, os empregando sob a forma de redução de custos,

122 Assim como também foi diferente a partir do neoliberalismo dos anos 1980 e 1990, em que locais que até então não tinham favelas de modo generalizado o viveram. O caso dos *barrios* da Argentina é exemplar: com a privatização da companhia ferroviária nacional nos anos 1990, diversas pequenas cidades e vilarejos do interior do país literalmente colapsaram; os critérios econômicos da nova gestão privada levaram à desativação de diversos ramais que constituíam principal ligação com o resto do país; essa população migraria em massa para a Grande Buenos Aires. Tal processo é descrito no documentário *Memórias del Saqueo*, de Fernando Solanas (MEMÓRIAS, 2004).

serviços não produtivos etc, mas sempre reiterando a forma dinheiro.

Referindo-se a tal negatividade enquanto formação do trabalho no Brasil, há distinções evidentes e profundas entre o que é posto como trabalho assalariado (ainda que não formador de valor) e o que nem isso consegue ser, na forma de uma aparência precária do que na realidade é permanente. No negativo do trabalho há também outro nível de cisão, que passa por um recorte racial, de gênero ou étnico (ou a combinações destas). Não por acaso que as favelas contam com essa parte que está efetivamente no negativo do valor, e vive não de forma marginal, mas como uma efetiva socialização pelo valor em seu pior aspecto¹²³.

Ainda assim, isso não quer dizer que o homem branco pobre só por essa condição esteja no polo positivo da formação de valor. Destacamos ainda dessa citação a referência à África como atraso, como se sua miséria tivesse sido posta por seu subdesenvolvimento autóctone, e não pelo processo de acumulação primitiva global e o papel que coube à África durante a formação do capitalismo mundial, enquanto fornecedora das mercadorias mão de obra escravizada, minérios e produtos agrícolas.

Por último, destacamos que a favela como conceito não seria, segundo nosso enfoque, um problema, nem uma positividade, mas um fenômeno, uma aparência que expressa em cada situação faces distintas do processo de modernização. A posituação da “boa cidade” mascara a favela, seu negativo necessário. Por isso, começaremos a tratar a favela a partir da sua problematização enquanto problema de habitação, para a seguir tratar de como esse fenômeno se deu na cidade de São Paulo e o que ele representaria do ponto de vista da crise da valorização do valor.

3.2. Habitação enquanto problema autônomo

3.2.1. Habitação como problema e como parte dos custos da reprodução da força de trabalho

Nesse item, nosso foco é discutir como a modernização, na medida em que urbanizou a

¹²³ “Numa sociedade recém-saída da escravidão, era inevitável, entretanto, que as favelas, e sua maioria de população negra, fossem também identificadas como símbolos do atraso. Referências à ‘persistência da África no meio da civilização’ e à ‘ralé de cor preta’ são constantes nesta época”. (ABREU, 1994 apud PAULINO, 2007: 28)

sociedade, criou novos fenômenos e “problemas”. Dentre os que são próprios da cidade, a urbanização posta pelo moderno colocou o morar, como mais um momento de separação na vida das pessoas. Independentemente de como se dava o “habitar” antes do moderno, pode-se afirmar que essas separações que também criam o conceito cindido de “casa” enquanto habitação, posta pela consciência moderna. Não se quer dizer com isso que não se morava antes do capital, mas que seu parcelamento enquanto *aspecto particular da vida* só se põe nesse momento, quando a população passa a viver na cidade moderna, e como tal, se torna uma nova necessidade¹²⁴.

Numa relação que se medeia exclusivamente pela troca, como é a vida na cidade moderna, sem dispor de terra para plantar e prover o sustento por meios próprios, há uma mediação plena da vida pela forma monetária. O mesmo se dá no campo quando não se tem a posse de nenhuma parte de chão; mas na cidade moderna a mediação pelo dinheiro se põe de forma geral, já que ninguém consegue manter-se a partir do que poderia cultivar no solo urbano. No momento em que a pessoa expropriada se coloca como vendedora potencial de força de trabalho, a moradia torna-se parte dos custos de sobrevivência. A própria posse da terra para existência e construção da vivenda é mediada de algum modo pelo dinheiro – sejam relações legalizadas ou não.

O morar na cidade passa pela privatização e conversão do solo em propriedade capitalista. A casa, igualmente, em nova mercadoria, seja a mercadoria “solo”, seja a mercadoria “casa”, e também o barraco, pois mesmo não sendo feito de elementos comprados, sua finalidade e objetivo é se tornar uma casa “bem feita”, com tijolos, cimento, vaso sanitário, piso etc. Mesmo que o barraco seja inteiramente composto de materiais não comprados, sua posse cobra um tributo ao construtor.

O que em outros momentos não estava posto como esfera autônoma, pois estava ligado ao

124 “A medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõe, **o custo de reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos**: isto é, o custo de reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa. Em termos concretos, o transporte, por exemplo, não pode ser resolvido pelo trabalhador senão pelos meios institucionalizados e mercantilizados que a sociedade oferece, a energia elétrica que ele e sua família utilizam também não comporta soluções “primitivas”, a educação, a saúde, enfim, **todos os componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se industrializam, se transformam em mercadorias** (...); nas condições concretas do sistema capitalista, para não falar em direitos, tanto as classes médias como as classes trabalhadoras tem “necessidade” de consumir e de utilizar os novos meios técnicos, culturais, para sua reprodução;” (OLIVEIRA, op. cit.: 85, grifos nossos)

meio de vida (seja a comunidade, feudo, aldeia e outras formas aparentemente ou não modernas), passa a se cindir quando o capital impõe uma socialização necessariamente urbana e determinada pela separação das pessoas da terra; aí, eis que surge o morar como uma questão separada de outros aspectos da vida. E só se colocará como “problema de habitação” pela burguesia e pelo Estado.

Num movimento duplo, há tanto uma separação que se impõe como surge um pensamento que positiva e legítima essa autonomização. A ideia da casa como núcleo por excelência da vida será repetida exaustivamente em diversos momentos especialmente pelo Estado. Segundo Bonduki (2011), tal reconhecimento se daria de modo hegemônico a partir do Estado Novo, quando se identificam os limites da construção de casas pelo capital rentista como único provedor de casas populares¹²⁵.

Reconhecendo que a casa na vida socializada pelo valor é parte fundamental à sobrevivência, apontamos possíveis implicações do isolamento do morar como é posto pelo pensamento e pelo urbanismo, a ponto de se expressar como vontade política e assim se efetivar. Para Bonduki, o incentivo à aquisição da casa própria por parte do Estado Novo seria parte de um estímulo ao trabalho enquanto valor positivo, mas também de controle social¹²⁶.

O enorme aumento das cidades brasileiras a partir do início do século XX levaria ao surgimento de diversas formas de moradia para a população pobre. Cada uma expressava uma busca dessa nova população citadina por um abrigo, e o mercado imobiliário esteve sempre longe de dar conta dessa enorme e crescente demanda; no máximo, deu-se a produção de casas para aluguel, seja

125 “Dando a esses humildes trabalhadores seu lar próprio, outorgava-lhes o governo do Estado Novo a base física de sua liberdade econômica, o recanto amorável de sua vida de família e o símbolo de sua felicidade singela de trabalhadores e de chefes de cada uma daquelas mansões domésticas honradas e dignificadas pelo trabalho honesto de todos os dias.” (Discurso de Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, na inauguração da Vila Operária Waldemar Falcão, em 1938, apud BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO) (apud BONDUKI, 2011: 83)

126 “Para o trabalhador urbano, a casa própria simbolizava o progresso material. Ao viabilizar o acesso à propriedade, a sociedade estaria valorizando o trabalho, demonstrando que ele compensa, gera frutos e riqueza. Por outro lado, a difusão da pequena propriedade era vista como meio de dar estabilidade ao regime, contrapondo-se às ideias socialistas e comunistas. Com isso, o Estado estaria disseminando a propriedade em vez de aboli-la e, assim, promovendo o bem comum. Os trabalhadores, deixando de ser uma ameaça, teriam na casa própria um objetivo capaz de compensar todos os sacrifícios; já o morador do cortiço ou da moradia infecta (sic) estava condenado a ser revoltado, pronto para embarcar em aventuras esquerdistas para desestabilizar a ordem política e social.” (BONDUKI, op. cit.: 84)

formal ou informal, pelos cortiços. Se identificou uma oposição entre a casa “normal” e a que estaria fora do normal: havia o temor do “descontrole” e da “ameaça” comunista, ao mesmo tempo em que se impunham valores considerados corretos como moradia, com respeito à propriedade privada, aos padrões estéticos ou da proximidade (ou melhor, distância) dos bairros habitados pela população rica. A aproximação e reconhecimento do Estado para a questão da moradia parece reflexo de um momento político populista, que afirma o trabalho e a casa como doutrinação do trabalhador.

No momento da construção discursiva da casa como dignidade, e da favela ou cortiço como indigna, apela-se para uma visão externa, estetizante e moralista. O texto abaixo trata do estranhamento para com a presença das favelas no Rio de Janeiro; é muito ilustrativo da centralidade que assume a casa nessa dita *nova sociedade*:

“Urbanização de favelas

*(...) Sobre o dorso da cidade, que abriga fortunas e destinos felizes, alastrou-se a favela. Uma sociedade diferente aí se constituiu, vinda de toda a parte onde a miséria ou o espírito de aventura sacudiu, de seu "habitat" nativo, famintos e inquietos retirantes. (...) Quem vê de longe esses conjuntos desgraciosos, observa apenas a linha exterior do contraste arquitetônico, sem lembrar-se de que certas construções de concreto armado, lotando dezenas de apartamentos, são analogias muito aproximadas da habitação do morro, oprimida e promiscua. Desconhece o pior. **Pois a casa é feia**, mas não se compara com a vida de bichos que dentro dela se agita. Foi sem dúvida o drama dessa sub-humanidade das favelas que atraiu a curiosidade missionária de d. Helder Camara. Dar outra consciência moral a essa população que vive à margem de um padrão médio de vida importa em modificar seu ambiente. **E tem que se começar pela habitação, o primeiro apêndice exterior da vida, a base de uma convivência, o centro da atividade doméstica, onde a família sente o ar, a proteção, a consciência de sua função social.**” (FDM, 22/01/1956, grifos nossos)*

O parâmetro de satisfação social é a casa: se é bonita, grande, confortável e suficiente para comportar a vida na cidade, e *locus* da família e que lhe permite tomar consciência de sua função social, seu papel na sociedade – enquanto subjugada e dominada pelo valor, condenada ao trabalho.

A favela representaria o oposto da casa: quer dizer tudo menos uma moradia. Lícia Valladares aponta que é significativo que a própria evolução temática dos estudos sobre habitação tenha partido das favelas e então para outros temas, tendo brotado “*num tempo em que a chamada 'teoria da marginalidade' estava em voga na América Latina, centrando-se as discussões em torno da*

integração versus não-integração das camadas mais baixas da população urbana”

(VALLADARES, in VALLADARES, 1983: 25).

Jorge Paulino apresenta uma discussão sobre a habitação na cidade moderna, da qual compartilhamos parte de seus argumentos. Mas diferentemente, situa a questão no âmbito da cidade como palco das lutas sociais entre classes, o que de certa forma acaba por fazer uma positivação da cidade que tende a uma leitura ontológica. Dialogando com Raquel Rolnik, afirma que:

“A cidade capitalista se constitui em um cenário privilegiado das lutas sociais, na medida em que opera uma reorganização radical de seu espaço, marcada por dois elementos fundamentais (...). No seu desenvolvimento, a cidade moderna capitalista vai assumindo alguns traços característicos essenciais como “(...) a privatização da terra e da moradia, a segregação espacial, a intervenção reguladora do Estado, a luta pelo espaço”. (ROLNIK, 1988:71)”.

Entretanto, estes traços característicos são escamoteados por um discurso ideológico, que não revela a essência dos problemas urbanos.” (PAULINO, 2007: 33)

Utilizando-se de Manuel Castels, para Paulino tal essência estaria no fato de que problemas sociais se colocam como problemas urbanos de forma ideológica¹²⁷.

Embora reconheçamos e compartilhemos que os chamados *problemas urbanos* obscurecem a essência do problema e que são colocados por uma ciência social legitimadora do mundo presente, há que se fazer uma crítica à sua concepção de que os problemas sociais se originam apenas da divisão entre classes. Consideramos que a análise está escorada num pilar classista, predominando a concepção subjetiva das classes, ou de que há intenções de uma consciência de classe enquanto unidade de pensamento, universal. A própria concepção de controle social emanaria de uma classe e não de um movimento lógico que põe também a classe. Não estamos dizendo que as classes não executam tais pensamentos, mas aqui preferimos considerá-las como personificações.

Assim, buscamos compreender as políticas urbanas como desdobramentos de interesses do movimento tautológico do capital. No argumento apenas classista, não se coloca a questão do valor enquanto lógica de socialização, e nesse sentido consideramos que a perspectiva que permanece demasiado vinculada à estrutura de classes perde a capacidade explicativa quando o fenômeno

¹²⁷“Essa ideologia, como em toda ideologia, no sentido estabelecido pela professora Marilena Chauí, serviria para mascarar os problemas gerados pelas **contradições sociais intrínsecas a uma sociedade de classes** nos marcos histórico-estruturais da economia capitalista.” (PAULINO, op. cit: 33, grifos nossos)

muda – quando a estrutura de classes se altera. A estrutura de classes seria fenomênica: face à crise de acumulação capitalista, o trabalho gerador de valor diminui também em termos absolutos, e circunscrever a crítica à oposição entre capitalistas e proletários pode obscurecer o valor como lógica abstrata definidora da socialização. Assim, apresentamos a questão de outro modo: a habitação se põe como problema, assumido pelo burguês, quando importa a reprodução desse trabalhador enquanto fonte de valorização do valor, como ampliação de seu capital.

Engels situa a origem do problema da habitação como estrutural à sociedade capitalista, que se coloca com a dependência do dinheiro por parte da maior parcela da sociedade. Para ele, não se trata de buscar uma distribuição mais justa ou um simples ataque à propriedade urbana, já que é um problema inerente ao capitalismo. E assim, situa a questão no âmbito da reprodução da força de trabalho, de uma remuneração pelo salário que nunca lhe daria condição de ir além da mera subsistência e reprodução¹²⁸.

Mais de cem anos depois tal discussão persiste, o que torna suas observações ainda pertinentes – ao menos parte delas. Há que se tomar a habitação como um problema sistêmico, posto pelo capitalismo. Mas é preciso questionar algumas ontologias presentes e que foram largamente repetidas e tornadas quase que pressupostos, a tal ponto de quase tornarem-se dogmas: a casa como necessidade social é também naturalizada. Quando Engels diz que as pessoas se concentram nas cidades a uma velocidade superior à da construção das casas, há uma positividade que se resolve por meio de um hipotético provimento completo de casas, situando o problema como de falta de

128 “¿De dónde proviene el problema de la vivienda? ¿Cómo apareció? Como buen burgués, el señor Sax no puede saber que tal problema es un producto necesario de la forma burguesa de la sociedad: **una sociedad no puede existir sin problema de la vivienda cuando la gran masa de obreros no dispone absolutamente de ningún recurso fuera de su salario, es decir, de la suma de los medios indispensables para su subsistencia y reproducción**; (...) cuando éstos [trabajadores] son concentrados en las grandes ciudades a un ritmo más rápido que el de la construcción de viviendas, en las circunstancias actuales, en los que se encuentran inquilinos hasta para los tugurios más inmundos; y cuando el propietario de una casa, en su calidad de capitalista, tiene, no sólo el derecho sino, en cierta medida, debido a la competencia, el deber de obtener de su inmueble los alquileres más elevados que pueda, sin escrúpulos. **En una sociedad tal, el problema de la vivienda no es ninguna casualidad, sino una institución necesaria**; y no puede ser eliminada, ni pueden ser eliminadas sus repercusiones sobre la sanidad, etc., más que si el orden social de que deriva es completamente transformado. Pero el socialismo burgués no puede permitirse saber esto. No puede explicar el problema de la vivienda por las circunstancias. No tiene, pues, otro medio de explicarlo que recurrir a las consideraciones morales sobre la maldad de los hombres, remontarse, por así decir, al pecado original.” (ENGELS, 1974: 40, grifos nossos)

moradia, e não como a moradia ter se colocado de forma cindida na cidade moderna. O problema de moradia não é a falta de habitações ou o déficit habitacional, mas uma racionalidade que transforma a moradia cindida (da terra e da subsistência da vida) em mercadoria. Não há produção de casas para a satisfação dos valores de uso, mas para sua venda ou aluguel. Entendendo a própria habitação e a indústria da construção como uma de suas derivações, nunca se atinge a satisfação pois a finalidade é a reprodução do valor e não a produção de casas – que é tão somente seu veículo.

Esse texto clássico tem o mérito de situar a questão da habitação de forma associada à reprodução da força de trabalho. De fato a insuficiência do salário consistiria numa grande dificuldade para a aquisição da habitação por parte da classe trabalhadora, já que a oposição capital-trabalho e a extração de mais-valia remuneraria o trabalho somente em condições mínimas¹²⁹.

Tal argumentação iniciou-se a partir do que Lícia Valladares considera a “*ruptura com a teoria da marginalidade social, sob a marcante influência do trabalho de Francisco de Oliveira*”. (VALLADARES, 1983: 45). O texto em questão é “Crítica à razão dualista” (OLIVEIRA, 2003), e tal raciocínio deu suporte teórico para inúmeros trabalhos que marcaram época (BONDUKI, 1982), (KOWARICK, 1980), (MARICATO, 1982) entre muitos outros.

São muitos os avanços de Francisco de Oliveira em relação a seus antecessores: a crítica à ideia de que seriam práticas de “economia natural” (que serve para criticar argumentos como a da cultura da pobreza e da persistência da ruralidade no meio urbano), e especialmente ao situar a moradia no marco dos custos de sobrevivência, tentando destrinchar as funções que a favela e a autoconstrução teriam para a acumulação capitalista. Nossa divergência se dá ao questionar se um menor salário queira dizer maior acumulação capitalista, ou se, ao contrário, expressa uma condição crítica da acumulação, que se põe como desenvolvimento nacional.

Sem desmerecer sua argumentação, consideramos a importância do caráter concentrador de

129 “Finalmente, cabe destacar o papel da habitação nos custos de reprodução da força de trabalho. Quanto menos da riqueza social for gasto para vestir, alimentar, cuidar da saúde e abrigar o trabalhador, tanto maior a parcela dessa mesma riqueza que sobrar para entrar no circuito da acumulação gerando lucros” (VILLAÇA, 1986: 16-18, apud PAULINO, op. cit.: 37)

renda e a inegável super exploração do trabalho. Mas não se pode associar os expedientes de “mais valia absoluta” a uma necessária acumulação em favor de um capitalismo nacional; a expansão das favelas em escala global, primeiramente pelas chamadas periferias do capitalismo, é reveladora dessa simultaneidade que põe na expansão da massa de produção de mercadorias a necessidade e a impossibilidade de se pagar mais salário face a uma crescente massa de população mobilizada para o capital, que na maioria das vezes não se incorpora produtivamente – evidenciando os limites postos não apenas por realidades “nacionais” e escolhas políticas, mas de forma sistêmica.

A alta produtividade faz conviverem lado a lado momentos da mais-valia relativa e mais-valia absoluta, sendo a segunda posta pela primeira para tentar compensar diferentes custos de produção; ainda que possa gerar mais valor, se apropria de menos mais-valia. O sentido do aumento da composição orgânica põe o rebaixamento dos salários, ao mesmo tempo que expulsa força de trabalho globalmente.

3.2.2. Favelas, biologização da cidade e hausmanização

A aparição das favelas traz consigo reações de surpresa, espanto e mesmo asco, expressas nas indignadas manchetes de jornais. No Rio de Janeiro, os relatos remontam ao final do século XIX. Já em São Paulo, datam de meados da década de 1940, como a notícia abaixo:

“Duas mil casas de madeira serão construídas em São Paulo
É realmente desolador o espetáculo que oferece a “favela” improvisada da Avenida do Estado, onde centenas de famílias vivem na mais extrema miséria e desconforto. O quadro que aquele lugar oferece aos transeuntes é o mais constristador possível e revoltante.”
(FDN 15/02/1946, grifos nossos)

A questão é posta como problema, *entristecedor*, não para quem mora, mas sobretudo a quem passa, pois a favela é um quadro, que fornece um “espetáculo”. Muito comum é também a associação a problemas sanitários, de higiene e saúde, colocando-se como questão de saúde pública, passando pela condenação moral:

“Ambientes propícios à tuberculose
(...) A favela é uma nodosa na nossa civilização. Deve ser removida a todo custo. Além de originadora de doenças, traz outros inconvenientes, como a promiscuidade entre homens, mulheres e crianças.” (FDM, 14/10/1947)

É deveras importante identificar os conflitos e o que estaria por detrás dos discursos

sanitaristas e biológicos sobre a cidade e a moradia. Por isso resgataremos a historiadora Michelle Perrot que ao tratar da Paris do século XIX se depara com o morar na cidade do ponto de vista do operariado e da massa expropriada do campo que vai se fixar naquela capital: a questão mais importante para essa população não é a moradia, mas a cidade. Para ela, há um ponto de mudança na “grande depressão” de 1882-1890, quando há imigração maciça para a cidade, e o que era apenas transitório passa a se estabelecer definitivamente. “*Muitos migrantes trazem suas mulheres e instalam-se em Paris sem esperança de retorno*” (PERROT, 1988: 109). Essa passagem recoloca ampliadamente a questão do alojamento, fazendo crescer a multidão, as altas densidades populacionais e outros fenômenos que foram identificadas como “perigosos” para a nova ordem burguesa. Na burguesia surge a representação do “*campo virtuoso e paradisíaco e da cidade viciosa e infernal*” (ibidem: 115), enquanto que do ponto de vista operário “*Paris os atrai como uma oportunidade de ganho, de saída de um impasse econômico, como perspectiva de ascensão social*” (idem, grifos nossos). Do ponto de vista de quem foi expropriado do campo, as cidades são os locais por excelência para venda de sua última mercadoria, a força de trabalho; morar amontoadamente é a forma possível para se pagar menos¹³⁰.

A questão sanitária se coloca sob um ponto de vista burguês. Aparecendo como problema de saúde, nota-se uma correspondência entre as favelas daqui e os cortiços de lá expressa nos discursos burgueses. Para a teoria médica sanitária, haveria uma contraposição entre:

“[as virtudes] do ‘ar livre’, nos danos do ar ‘mefítico’, viciado pelas grandes densidades populacionais. [Os médicos do século XIX] atribuem à promiscuidade das multidões urbanas, aos amontoamentos dos cortiços (palavra dominante dos anos 1880) **a propagação de doenças difundidas por contato, por ‘contágio’: epidemias, e logo a tuberculose**” (PERROT, op. cit.: 110, grifos nossos)

A política urbana, fundada nessa nova ordem em nascimento, remete à sanitização da cidade, expressa pelas ações do Barão de Haussmann em sua abertura de avenidas no centro da cidade. Haussmannização que para Perrot seria “*essa operação conjunta de política e higiene que consiste*

130 “Para o operário o problema da moradia não se centra na sua insalubridade, na sua impropriedade como “habitação decente”, mas no seu custo. O dilema operário com a moradia é pois o do preço do aluguel e não a sua superpopulação ou da sua degradação.” (PECHMAN, 1993: 29-30)

em desafogar o centro da capital (ela foi imitada em outros lugares; trata-se de uma política urbana geral) pelo duplo movimento das aberturas de vias de circulação e alta dos aluguéis, gerado pelas demolições” (idem: 119). Não por acaso a própria hausmanização acaba por acentuar a densidade populacional da população pobre, que quando pode prefere o centro a viver nas longínquas periferias¹³¹.

O exemplo emprestado de Paris não fica invalidado para a realidade brasileira. Ele igualmente representa um período em que se dá imigração em massa oriunda da expropriação do campo. Mas cabe observar que se trata de um período que consideramos, juntamente com Pechman (1993), ser ainda de formação e consolidação de uma série de aparatos e mecanismos de controle na cidade, face à dissolução dos antigos meios de coerção rurais em crise¹³².

As grandes cidades europeias do século XIX receberiam milhares – senão milhões – de pessoas expropriadas, mas que não tinham ainda introjetado o disciplinamento próprio da cidade moderna, das formas que viriam a assumir no século XX. As multidões e aglomerados humanos representam uma novidade de fato, e um verdadeiro pavor para a burguesia – que lhes tomava como lugar do vício, do perigoso, do ameaçador à sua dominação. O urbanismo não havia ainda se autonomizado como disciplina parcelar, e seu momento de constituição passa por uma legitimação que recorre a critérios morais e biológicos¹³³.

A imagem da *cidade moderna* não poderia contemplar a realidade da rua, e contém necessariamente a intervenção e o estabelecimento da ordem pública, por meio da força policial e

131 “Por isso mesmo as classes dominantes fundam seu poder sobre a cidade a partir da intervenção no espaço, no sentido de coibir “usos e abusos” e principalmente, fundam seu poder por meio de representações que legitimam o que são os bons usos e o que seriam os abusos, todos estes nascidos nos “mauvais lieux” (BAUDELAIRE)” (PECHMAN, idem: 32). “Mauvais lieux” pode ser traduzido para “maus lugares”, mas assume sentido próximo ao que no Brasil é chamado de periferia urbana, “quebrada”.

132 “Frente à novidade das multidões na cidade e do povo na rua, a tese de que as antigas bases de subordinação e disciplina social se esboroavam, se confirma, a partir da redefinição dos elementos que deveriam constituir uma nova ordem social estável. As redes populares de pessoas, de famílias, de sociabilidade, de solidariedade em sua espacialização são crescentemente percebidas como perigosas e ameaçadoras” (PECHMAN, op. cit.: 32)

133 “A ideia da cidade viciosa se prestará plenamente a desqualificar – pelo discurso – a cidade real, onde vivem as camadas populares. Ali onde viceja a pobreza, onde chafurdam os miseráveis em busca das “sobras” da sociedade para seu sustento, ali, é o lugar do vício, é onde se presentificam a confusão e a imobilidade. É no miasma de aglomeração, segundo Didier Gille que reside o princípio do que se chamou de malária urbana, que produz a partir do nada doenças ou grupos de doenças” (PECHMAN, op. cit.: 31)

do planejamento urbano¹³⁴. Daí a necessidade de criar o controle, o planejamento da cidade, o urbanismo, inventando novas formas de coação e disciplinamento – que são o próprio capital assumindo, na figura da ciência planejadora, a função de arrumar o que tirou do lugar, as pessoas expulsas da terra e sujeitadas à violência da mercadoria e do dinheiro. Nessa linha surge a questão da biologização do discurso sobre a cidade, seja em Paris com seus cortiços, seja com as favelas de São Paulo:

“O discurso biologizante da cidade, presente nos documentos oficiais, eleva a cidade ao status de sujeito de si própria, naturalizando processos sociais. A cidade assume a identidade de um organismo vivo. Ela tem problemas, necessidades, doenças. Do ponto de vista dos órgãos oficiais e dos agentes interessados na redefinição do valor-de-uso deste espaço, a favela significava um <<cancro para a cidade>> (...) <<cáries urbanas>> (...) aos entendidos cabe sanar as <<patologias espaciais>>” (ALFREDO, 1999: 70)

A autonomização do urbanismo, enquanto esfera própria destinada a resolver os problemas de tais “patologias sociais” é primeiramente empreendida pelo higienismo:

“Diante do diagnóstico de que o corpo da cidade estava doente e que só o remédio higienista poderia salvá-la, constata-se com Gille, que o que surge após esse tratamento não é bem uma cidade curada, mas um modelo, <<o que unicamente pode ser uma cidade, o que deve ser uma cidade. Qualquer desvio ao ideal da cidade redefinida em termos de diferenciação e de circulação torna-se um sistema de perturbação sanitária. Pensava-se tratar de poções, remédios, panacéias para a cidade doente, mas ao final do processo admite-se que era uma questão de lei, de estrutura, de princípio >>(Didier Gille)” (PECHMAN, op. cit.: 32)

A favela em seu surgimento é igualmente tomada pelo embate entre um ideal de cidade moderna versus o que estaria aparentemente “fora” do modelo. Paulino (op. cit.), dialogando com Valladares, apresenta a modernização burguesa tendo a cidade como símbolo do moderno e a favela como seu oposto:

*“A favela representaria a negação desta ideia de modernidade, assim como, por analogia, a negação de uma ideia de cidade: “Nessa analogia, as respectivas representações aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas relativas à consolidação da jovem República, saúde da sociedade e entrada na modernidade. **A favela pertence ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização**” (VALLADARES, 2005:36)” (PAULINO, 2007: 26, grifos do autor)*

A cidade moderna, ressignificada pelo capital, representa a concretização da separação entre

134 “De acordo com Pechman (1996:354), durante os anos 1920, começa a ser expressa uma nova concepção de urbanismo que se opõe à simples ação pontual proposta pelo higienismo e pelos trabalhos de embelezamento. A visão puramente técnica dos problemas urbanos – moradia, saneamento, circulação – dá lugar à uma concepção mais sistêmica da cidade que se torna objeto de uma nova disciplina com ambições científicas: o urbanismo” (VALLADARES, op. cit: 43)

público e privado, “*desenhados pelo imaginário como estando drasticamente separados e passam a definir os novos padrões de conduta na cidade*” (IDEM: 33). A vida privada é elevada como conquista da humanidade, e por isso emerge a casa e a moradia enquanto problemas burgueses. Por isso ralham contra a “promiscuidade” os jornais burgueses, afinal, cada coisa deve estar no seu devido lugar. Assim define-se a organização científica da cidade.

A cidade entretanto não é tida para nós como coisa em si, e sim como o que virou sob o capital. Não se busca uma ontologia dessa “forma”, mas considera-se o “urbano” como esse momento novo, em que a socialização *se define a partir da mercadoria e da mercantilização das relações sociais*.

Sobre a hausmanização, Engels adiciona ao sanitarismo e à disciplinarização da cidade, a questão da obra urbana enquanto forma de empregar e tornar dependente do Estado um proletariado da construção¹³⁵. Já está presente a ideia de que as formas de habitação, ao mesmo tempo em que são “combatidas” e aparentemente destituídas, se recompõem – como um fenômeno que possui condições lógicas, e não puramente temporais: sua destituição é também o momento da constituição, da reposição do fenômeno.

Há que se diferenciar ambos períodos e contextos, da Paris do final do XIX e da hausmanização no Brasil – notadamente no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo por meio do “Plano de Avenidas”. Se em Paris tratava-se de um momento talvez de experimentação ou de experiência piloto, “Haussmann nos trópicos” (DAVIS, op. cit.: 103) se daria já a partir de um ferramental consolidado, tendo não apenas pés no sanitarismo como no urbanismo – aqui adotado como “a novidade da Europa”. E de braços dados com o discurso desenvolvimentista, como no

135 “*En realidad, la burguesía tiene un solo método para resolver el problema de la vivienda a su manera. (...) Este método lleva el nombre de “Haussmann”. Entendi aquí por “Haussmann” no solo la manera específicamente bonapartista del Haussmann parisino de trazar largas arterias anchas y rectas a través de los barrios obreros, de calles estrechas, y de bordearlas a cada lado de grandes y lujosos edificios – el objetivo buscado – aparte de su utilidad estratégica, al dificultar la lucha de barricadas – era la formación de un proletariado de la construcción, específicamente bonapartista, dependiente del gobierno, y la transformación de la ciudad en una villa de lujo. Entiendo aquí por “Haussmann” la práctica, ya generalizada, de abrir brechas en los distritos obreros, especialmente en los situados en el centro de nuestras grandes ciudades, ya responda esto a una preocupación por la sanidad, a un deseo de embellecimiento, a la demanda de grandes locales comerciales en el centro o las exigencias de la circulación, como instalación de vías férreas, calles, etc. Sea cual fuere el motivo, el resultado es en todas partes el mismo: callejuelas y callejones más escandalosos desaparecen, y la burguesía se jacta ruidosamente de este gran éxito... pero pronto callejuelas y callejones reaparecen en otro lugar, a menudo en la inmediata vecindad.*” (ENGELS, op. Cit.: 66, grifos nossos)

Plano de Avenidas de Prestes Maia na São Paulo dos anos 1930 e 1940, já profundamente permeada pela lógica automobilística. Ainda, interessa-nos retomar o argumento sobre a consolidação de uma indústria da construção “municipal”, e o sentido do emprego que isso acarreta.

Em São Paulo, a construção da avenida Nove de Julho é emblemática nesse sentido:

"Instantâneos da cidade

Os paulistanos sabem avaliar os benefícios que à cidade trouxe a bela avenida Nove de Julho. Riscada num vale, suprimiu essa nova via uma zona de favela, ligando ao centro urbano bairros residenciais da maior importância, como os Jardins América, Europa e Paulista.

[a prefeitura e comissão que realizou a obra] logrou realizar um trabalho interessante, não só quanto ao traçado da avenida, como também, no que respeita à aquisição de terrenos, feita, como se sabe, em condições muito favoráveis ao município. (...)

Coube ao sr. Prestes Maia concluir a avenida, entregando-a ao trânsito público. S. exa. procurou embelezá-la o mais possível, sendo, hoje, essa artéria uma das mais majestosas da nossa metrópole. E não está ainda encerrada sua tarefa: o sr. prefeito promove a ligação da avenida Ipiranga à Nove de Julho. O trecho da rua Consolação a Augusta vai se ampliando, segundo o padrão das nossas grandes vias." (FDM, 03/10/1941)

São atingidos diferentes objetivos em uma só obra: conseguiu suprimir as “desimportantes” favelas para garantir a ligação *arterial* do centro aos bairros residenciais dos que importavam, isto é os bairros Jardins da classe alta, para que estes pudessem circular na cidade em seus veículos automotores; a avenida em si foi um marco da arquitetura moderna, contribuindo com a ideia de cidade desenvolvida, moderna; de quebra, foi uma das primeiras de um tipo de obra que se tornaria largamente difundida na cidade de São Paulo: as avenidas de fundo de vale, em que o poder público se beneficiaria dos baixos preços da terra em termos de custos de desapropriação, já que se tratariam de locais ocupados pela população pobre e muitas vezes favelada¹³⁶.

A ideia de organismo continua pertinente na cidade automobilizada, em que a circulação dos automóveis é alçada a primeiro plano, sendo as avenidas principais chamada de *artérias*¹³⁷. Talvez quanto mais o automóvel tenha sido alçado enquanto mercadoria privilegiada pelo capitalismo

136 Uma das indagações que motivaram a presente pesquisa surgiu da desconfiança da existência de inúmeras favelas ou agrupamentos de casas em locais que posteriormente foram construídas avenidas de fundo de vale. Tal indício foi notado a partir de observação em uma deriva (DEBORD, 1958) por avenida na Aclimação, a menos de 1km da favela do Vergueiro.

137 Até os dias de hoje. A prevalência do automóvel e a visão da circulação atualmente é reposta também pelas rádios especializadas em “prestação de serviços” sobre o trânsito na cidade de São Paulo. Nada mais importa: um atropelamento, um incêndio numa fábrica, numa favela uma manifestação: nada interessa, mas somente na medida em que afeta a circulação dos automóveis – o pretenso “sangue” da cidade.

contemporâneo, mais imprima sua “vontade” na formatação da cidade¹³⁸.

Há que se considerar que a imposição da indústria automobilística como forma do cotidiano reflete o super desenvolvimento da acumulação, criando e recriando novas mercadorias, incorporando novas tecnologias postas como necessidade de desenvolvimento na medida em que são impulsionadas pelo departamento I da economia – como a indústria petroquímica, que tem na indústria automobilística um importante ramo associado. A automobilização da sociedade está, em nossa interpretação, associada à automação e mecanização crescentes, e reflete o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, bem como a força dos conglomerados globais. Nesse sentido, as reflexões de Mandel são extremamente pertinentes, tanto no tocante ao fornecimento de matérias-primas elaboradas (como o petróleo), a expansão do consumo e do seu nível de elaboração, mas também na medida em que se põe como necessidade – como é a questão dos transportes nas médias e grandes cidades modernas.

E analisando carros e trens como mercadorias, percebe-se que a ferrovia em seu conjunto – instalação dos trilhos, vagões, estações, manutenção etc – implica uma construção cara e com estrutura muito grande, cujo tempo de rotação é extremamente lento devido ao volume de capital. Na automobilização – enquanto novo setor que expressa um rearranjo da estrutura produtiva – há uma “socialização” dos custos, transferindo para a esfera individual parcela importante desse custo por meio de uma mercadoria relativamente acessível – mesmo quando o carro ainda é uma mercadoria de luxo. O pequeno mas concentrado mercado interno teria tamanho suficiente para que a automobilização pressionasse pela realização de obras viárias, com a implantação de avenidas e vias expressas. Assim seriam viabilizadas as condições urbanas para essa nova mercadoria, tomando o modelo cidades norte-americanas como Chicago.

Por último damos mais um exemplo de uma avenida, no Vale do Anhangabaú, citada no Plano de Avenidas de Prestes Maia, que teve a mesma dupla funcionalidade – de ser uma via coletora de

138 “*Concebe-se o espaço de acordo com as pressões do automóvel. O Circular substitui o Habitar, e isso na pretensa racionalidade técnica.*” (LEFEBVRE, 1991:110).

tráfego e de manter o local “a salvo” de uma proliferação de favelas:

“Não só o saneamento do valle e das zonas vizinhas ficou assegurado: desapareceu o perigo da transformação em novas “favellas” das encostas marginaes e do próprio valle. Alem disso ficou estabelecida a mais importante via collectora e distribuidora de trafego entre a cidade e as zonas extensamente povoadas de trans-avenidas Carlos de Campos, servindo ao sector Brig. Luiz Antonio-Consolação” (MAIA, 1930: III)

Em ambos os casos, casas consideradas “favelas” foram removidas para dar lugar a avenidas.

Para onde foram as pessoas, trataremos no próximo tópico, em especial ao falar das primeiras favelas.

3.3. Favelas em São Paulo

3.3.1 Antecedentes das favelas: casas unifamiliares e sanitarismo em São Paulo

Para falar do surgimento das favelas em São Paulo, trataremos ainda que brevemente de outras formas de moradia que abrigaram a população pobre durante a primeira metade do século XX. Seu surgimento é tardio em comparação a outras capitais, o que antes de expressar uma diferença em termos de “maior desenvolvimento” dessa capital frente às outras (como talvez quisessem as elites paulistanas), se deve ao fato de predominarem outras formas de moradia. Sua aparição em São Paulo é reveladora do momento social em que se confrontam um forte movimento de migração com uma industrialização desde o início baseada na dispensa de força de trabalho.

Nesse item trataremos da forma fenomênica que assumem as habitações da população pobre, tentando identificar em que medida as alterações refletem mudanças postas pela acumulação capitalista em escala global, percebendo os pontos de inflexão a partir dos quais formas anteriores às favelas tornam-se insuficientes. Interessa-nos apenas destacar duas formas de habitação predominantes no período compreendido entre 1870 e 1930: as *vilas operárias* e os *cortiços*.

As vilas operárias propriamente ditas foram produzidas somente no primeiro momento da indústria em São Paulo, e nunca chegaram a se constituir como uma generalidade social, sendo observados mais casos pontuais e apenas abrigando parcela restrita da população proletária:

“A expansão das indústrias, ao longo das ferrovias, particularmente nas zonas de várzea, deu-se concomitantemente a uma ocupação do espaço urbano pela habitação operária. Esta tanto pode ser a vila operária como os demais tipos de habitação ocupados pelos operários. (...) Os chamados bairros operários ocupam principalmente as zonas de várzea, inundáveis e insalubres. (...) As vilas operárias são sempre construídas nos bairros onde as fábricas estão instaladas”. (BLAY, 1985: 51)

Para Eva Blay, as vilas operárias surgiram num complexo ajuste entre a luta pela sobrevivência por parte da classe trabalhadora em constituição e a busca da acumulação por parte do capital:

“a vila operária vai ser construída pelo empregador (...) como um fator de intermediação das relações de produção. Desde o primeiro momento, representa uma forma de reduzir o preço da força de trabalho, ampliar a capacidade de acumulação e induzir o trabalhador a permanecer no emprego.” (ibidem: 53)

Essa autora situa a proposição e construção das vilas operárias como uma solução capitalista para a produção das habitações, evitando os problemas originados das outras formas de habitação operária. Através do relatório da *Comissão de Exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Efigênia*, diagnostica-se sua nocividade tanto nos aspectos higiênicos quanto políticos, propondo-se a construção de *vilas operárias* em substituição dos primeiros. Deveriam ser instaladas nos terrenos disponíveis e mais baratos que se situavam em torno da cidade de São Paulo, de 10 a 15 km do centro.

Segundo Blay, no citado relatório considerava-se ser possível preservar e reproduzir a mão-de-obra importada, identificada como principal problema na época, e que tinha sido obtida com sacrifício por meio dos subsídios estatais (ibidem: 77). Para manter os salários baixos e alta taxa de lucro, havia não só que se manter tal mão-de-obra como contar com um exército industrial de reserva. Além disso, seria parte da própria doutrinação ao trabalho¹³⁹.

A autora reconhece que tal intenção sinalizava uma politização do espaço urbano; o que limitaria sua execução seria o confronto com a propriedade privada do solo urbano, expressando-se em conflitos internos à própria classe capitalista – ao mesclar interesses industriais com a especulação da terra (BLAY, 1985: 78). Blay afirma que a questão não avançou e que ainda no

¹³⁹ “Sob a aparência paternalista, preocupada com o bem-estar do trabalhador, está encoberta a finalidade fundamental do novo empresariado, a de formar um padrão de comportamento a ser seguido pelo novo operário.” (BLAY, 1980: 149).

princípio dos anos 1900 teria suas discussões abandonadas pela Câmara municipal¹⁴⁰. Assim, a iniciativa não foi levada a cabo com o apoio pleno da prefeitura, mas apenas em iniciativas isoladas por parte de alguns industriais.

Nabil Bonduki discorda de grande parte do argumento de Eva Blay, relativizando o papel que as vilas operárias tiveram na formação do trabalho; para ele não há escassez de mão de obra¹⁴¹. Sendo pouco numerosas, as vilas operárias eram pouco significativas em relação à população trabalhadora. Prefere considerá-las como um investimento desses industriais no próprio mercado de imóveis:

*“Na verdade, se verificarmos que muitas das indústrias que possuíam vilas operárias na cidade de São Paulo cobravam aluguéis a preços correntes (...), percebemos que as indústrias atuavam na construção de vilas da mesma forma que os investidores, pois, não podendo expandir sua atividade produtiva pela **não-elasticidade do setor**, viam na aplicação do capital em casas um bom negócio, complementado pela possibilidade de manter sob controle seus operários.” (ibidem: 142, grifos nossos)*

A pequena magnitude da indústria paulistana, expressa em sua “não elasticidade”, reflete-se em pequena produção e capital movimentado. Até meados dos anos 1930, essa indústria concentrava-se na produção de bens de consumo daqueles itens que tinham a produção nacionalizada somente à medida em que as oscilações entre abertura e fechamento do mercado mundial proporcionaram, não se constituindo como um problema de peso para o capital nem a força de trabalho, nem a questão da moradia desses operários. Nesse sentido a terra torna-se mais atrativa como investimento que a produção industrial.

Para Bonduki havia dois tipos de vilas operárias: as promovidas por empresas, destinadas a

140 “É o caso de Penteado, Prado, Matarazzo, Street e muitos outros. (...) Ele está, antes de mais nada, construindo um instrumento que o ajude a pressionar a força de trabalho num período de frequentes crises de mercado e de conflito nas relações de trabalho. Neste período de crises, as empresas têm por norma enfrentá-las **diminuindo** os salários dos empregados ou **reduzindo-lhes** a semana de trabalho para apenas **dois ou três dias**. A vila operária assume um papel repressor quando os operários fazem reivindicações: em 15 de maio de 1906 (...) irrompe a greve dos ferroviários de Jundiaí (...), uma das ameaças para que os grevistas voltassem ao trabalho era o despejo das casas em que moravam na vila construída pela ferrovia. Em 1909 os empregados da Fábrica de Santa Marina Vitraria que reivindicavam uma melhoria salarial (...) são despejados das casas da vila operária de propriedade da indústria.” (BLAY, 1985: 97, grifos da autora)

141 “Na cidade de São Paulo, entretanto, essa justificativa não parece procedente, pois a crise da falta de mão de obra provocada pela decadência do trabalho escravo teve solução distinta. A economia cafeeira em expansão preferiu financiar a imigração estrangeira, promovendo a entrada no estado de São Paulo de uma quantidade de trabalhadores suficiente não só para a lavoura do café, como também para suprir o mercado de trabalho urbano, além de criar um amplo exército industrial de reserva, como os próprios índices de crescimento da população urbana, superiores aos índices de crescimento do emprego industrial, demonstram.” (BONDUKI, op. cit.: 141)

seus funcionários (a vila operária propriamente dita, assim considerada por Eva Blay) e a produzida por investidores privados diretamente, com a finalidade da locação (ibidem: 47). Pode-se considerar que as vilas operárias eram similares às casas unifamiliares que predominavam no mercado formal de construções de casas de aluguel, sujeitas aos preços que eram considerados altos para a maioria da população, com a diferença de servirem também ao maior controle dos operários por parte dos industriais. Não por acaso, mas devido aos preços pagos no aluguel, acabavam servido apenas a uma parcela mais qualificada do operariado, conforme apontam Lúcio Kowarick e Clara Ant¹⁴².

Se às vilas operárias coube papel secundário, e face à produção de casas para aluguel, foi nos cortiços que a maior parte das classes populares habitou até praticamente os anos 1950, quando despontaram os loteamentos em áreas distantes do centro, os chamados “loteamentos periféricos”¹⁴³.

Diferentemente das vilas operárias, os cortiços assumiram distintas formas, se repondo continuamente e de variados modos, se readequando e reaparecendo ao longo de todo o século XX até chegar à atualidade. O fenômeno que foi chamado de “cortiço” variou muito e teve uma ampla gama de “tipos”. A definição abaixo parece-nos suficiente para o fenômeno que queremos tratar, e surge na intenção de forjar uma unidade entre fenômenos tão distintos como o cortiço na atualidade e no início do século:

“Há necessidade da conceituação adequada do que é o cortiço, designação genérica de diversos tipos de habitação coletiva precária. Esse traço é essencial ao caráter coletivo de habitação, com coabitação involuntária de várias famílias ou de indivíduos sós ou ainda grupos de residentes que se associam para fazer frente aos custos de moradia e que ocupam cômodos alugados.” (VÉRAS, 1992: 112, grifos da autora)

Interessa-nos identificar suas características e seu significado em dois momentos: no final do

142 “Caracterizadas por melhores condições de habitabilidade [que o cortiço], alojavam número ínfimo de proletários. Ademais, as várias isenções de impostos concedidas pelo Estado, destinadas às empresas que se dispusessem a construir casas a serem vendidas ou alugadas (...) levaram a empreendimentos de diminutos resultados e voltados à faixa de poder aquisitivo que excluía a totalidade dos trabalhadores, salvo pequeno número dos mais especializados. Isso porque o aluguel de habitações adequadas correspondia, na melhor das hipóteses, a mais da metade da remuneração auferida pelos trabalhadores: ‘casas desse preço há muitas, e quem mora nelas não são operários: são os pequenos empregados; os operários moram nos cortiços.’” (KOWARICK & ANT, 1994: 75)

143 Abordaremos apenas marginalmente a questão dos loteamentos periféricos. Para essa questão, ver Bonduki (2011), Maricato (1982) entre outros. Durante a execução dessa pesquisa, dialogamos com Daniel Manzione (2012), que estudando a expansão dos loteamentos periféricos se dá conta de que essa expansão é ao mesmo tempo a reprodução da forma favela, mas sob um loteamento irregular. Nos anos 1980 já se vivenciaria o colapso (KURZ, 1993), aqui expresso pela crise da dívida e recessão por toda uma década, momento pelo qual a expansão habitacional se dá predominantemente por meio de favelas.

século XIX e até o período por volta dos anos 1940, quando alteram-se as condições de sua reposição e o cortiço se transmuta em outras formas.

Os cortiços não inauguram a habitação da população pobre em São Paulo, apenas surgem como uma nova forma de acomodação própria e particular ao novo período econômico e ao tamanho da cidade. Assim, para Clara Ant e Lúcio Kowarick:

“Antes havia habitações precárias, pois pobres sempre existiram em São Paulo. Assim, o cortiço desponta e expande-se em decorrência de uma nova relação de exploração, na qual o trabalhador precisa adquirir, com o salário que aufera, os meios de vida para sobreviver. Mão de obra livre, não pode mais viver acorrentada em senzalas, que, por sinal perduram até o tardio ano de 1888. Mão de obra sub-remunerada, não tem condições de adquirir ou alugar uma casa, pois o custo da mercadoria habitação transcende em muito o preço da força de trabalho.” (KOWARICK & ANT, op. cit: 74)

Face às formas anteriores de habitação, o cortiço, a vila operária e as novas que viriam a surgir representam um momento da socialização pelo trabalho, da separação entre meios de reprodução, terra e da constituição da pessoa enquanto ser dissociado, cuja identidade se forja pelo trabalho. O cortiço representaria a obrigatoriedade da venda da força de trabalho para se poder morar¹⁴⁴. E talvez, mais do que simbolizar uma redução dos custos de moradia da classe trabalhadora, se apresenta como uma forma de proprietários de imóveis e construtores aumentarem seus os lucros por meio da multiplicação de um edifício em moradia de muitas famílias (PEREIRA, op. cit.: 85), seja na sua construção como na adaptação de casas para esse fim – tornado possível face a uma população galopante.

Para Maura Vêras, o cortiço se colocava em anteposição direta à vila operária, tanto no que representava para as classes dominantes como no caráter disciplinar:

“Com o crescimento da cidade, o estoque de casas existente foi sofrendo adensamento, adaptando-se, e surgiram ainda novas “habitações coletivas”. Essas habitações só seriam contestadas quando, a nível do interesse público (medo de epidemias), pusessem em risco os interesses das classes dominantes. (...) Havia uma correspondência entre o grau de acumulação do período e a modalidade “casa alugada”. Os “cortiços”, “vilas” e “quintalões”, representavam variações de um mesmo padrão, o da construção de habitação coletiva. (...) Os cortiços marcavam sua presença nas epidemias e o poder público, preocupado com a invasão pestosa, que poderia pôr em risco a saúde da burguesia, também temia a

¹⁴⁴ A mediação não é extra econômica ou baseada em favores (ainda que no limite estas relações tenham sido postas pelo capital), mas postas pela dependência direta do dinheiro, já que deve-se pagar pela moradia – seja comprando ou alugando, sejam casas unifamiliares, casas coletivas e cortiços.

aglomeração operária, o anarquismo e os movimentos de rebeldia. Propunham a “vila operária”, a cidadela isolada, disciplinada, mas que não foi expressiva quantitativamente entre nós. A vila operária seria o contraponto disciplinado, o outro ponto extremo do cortiço.” (VÉRAS, op. cit.: 105)”

Se considerado do ponto de vista de sua produção, o cortiço em si não era tão diferente. Era igualmente uma exploração capitalista do aluguel, seja na forma de casas convertidas para tal fim, seja na construção já programada para atender essa finalidade¹⁴⁵.

O discurso higienista, que expressa uma pretensa “vontade” da burguesia, limita-se pelos seus interesses econômicos rentistas ou como capitalistas construtores. Ou seja, além da impossibilidade de manter a mão de obra industrial em moradias tidas como “normais” (normatizadas), percebe-se que a inação do Estado no sentido de realizar seu discurso tem dupla origem, já que se observava forte contradição entre os investimentos imobiliários feitos por quem também executava a política pública em consolidação por meio da prefeitura municipal.

Em termos de regulamentação do uso do solo, Bonduki (ibidem: 28) defende que diferentemente da Europa ocidental – em que somente após uma forte e longa tensão entre capital e trabalho se desenvolveu alguma forma de intervenção estatal na cidade –, em São Paulo tal processo se deu em paralelo ao crescimento da cidade, levada a cabo pelos higienistas, médicos e engenheiros que ocupavam os cargos públicos na constituição do Estado a nível municipal. E houve de fato intervenção no saneamento das habitações através da criação da Diretoria de Higiene, da adoção de legislação construtiva mais restritiva e no saneamento das áreas de baixada, com ampliação da rede de água e esgoto na área central, ainda no final do século XIX. Sob a ameaça permanente do desenvolvimento de epidemias, a Diretoria de Higiene realizou diversas intervenções nas moradias pobres usando de extremo autoritarismo:

145 “Pequenos, médios ou até grandes empreendedores passaram a explorar o aluguel de moradias com características de cortiços, pois semelhante forma de habitação, alicerçada no cubículo, tornara-se altamente lucrativa, representando em relação à “casa higiênica e unifamiliar” maior rendimento ao capital empregado. (...) [Pela leitura de relatório apresentado à Câmara Municipal], não só casarões e outras modalidades de edificações foram readaptados para este ‘fabuloso negócio’, como também se construíam casas com o propósito de abrigar o maior número de pessoas que, sob o mesmo teto, muitas vezes provenientes de várias famílias, se amontoavam em flagrante promiscuidade.” (KOWARICK & ANT, op. cit. : 76). Ou ainda: “O investimento nesses alojamentos era altamente rentável em virtude do intenso aproveitamento do terreno e da economia de material possibilitada por sua organização espacial, da péssima qualidade da edificação e da inexistência de custos de manutenção.” (BONDUKI, op. cit.: 25)

“Os agentes da ordem sanitária não hesitavam em invadir casas, remover moradores (doentes ou não), desinfetar móveis e objetos pessoais, demolir e queimar casebres, isolar quarteirões, prender suspeitos, atacar focos.” (...) A cidade ficou à mercê da ordem sanitária: a inviolabilidade do domicílio tornou-se letra morta, casas foram interditadas, demolidas ou queimadas.” (ibidem: 31-32)

No entanto, excetuando-se os períodos de epidemias, a intervenção em casas e demolições foram apenas pontuais nesse período, ainda que se lançassem os cortiços no rol de edificações “a serem demolidas” potencialmente. Mas a intervenção nas casas e a estigmatização das moradias pobres permaneceu, não servindo em nada para a melhorar as condições de habitação – numa prática que seria continuada pelo assistencialismo¹⁴⁶. Tais formas de controle social combinam também com a tônica política da época, que primava pelo liberalismo e não intervencionismo direto na sociedade pelo Estado, se mantendo até a subida de Vargas ao governo.

Nos parece importante resgatar esta discussão e episódios pois eles estão na base da constituição de uma visão sobre a moradia pobre que permaneceria por todo o século XX e que constitui uma das matrizes “teóricas” das teorias da marginalidade (o sanitarismo), que justificaria a intervenção em favelas e que, conforme constatamos ao longo da pesquisa, fizeram do Estado um dos principais formadores de favelas. Consideramos que o sanitarismo foi uma forma fetichista de impor o controle de uma cidade moderna em constituição, como uma face aparentemente humanizada do capital – uma vez que se põe o discurso científico-médico como “a serviço” da sociedade. O capital necessita do sanitarismo para garantir a produção da cidade moderna como produção capitalista – seja ela por capital industrial ou imobiliário. O sanitarismo em si não é autoritário: o autoritarismo torna-se forma necessária da sociabilidade capitalista como sua legitimação – por meio do sanitarismo. A polícia, os poderes sanitários – em suma o Estado – seriam formas de viabilizar a produção capitalista, seja por manter a população trabalhadora sob controle, seja evitando epidemias que a dizimariam, seja por liberar a propriedade privada por meio

146 “A estratégia de visitas domiciliares e desinfecções em nada contribuiu, porém, para melhorar as péssimas condições de moradia e saúde ou eliminar suas causas: pobreza, superexploração e baixos salários, subnutrição, falta de saneamento e de moradias dignas. Gerados por uma ordem social e econômica injusta, esses problemas permaneceram intocados. Os higienistas enxergaram na própria moradia a origem dos males e contra ela voltaram suas armas: “São as casas imundas o berço do vício e do crime” (VEIGA 1894: 82)” (ibidem: 34)

de despejos. Para Bonduki, a fiscalização entretanto não fez da lei letra morta¹⁴⁷, ainda que não tenha sido vigorosa; ainda assim, colocou alguns obstáculos à expansão irrefreada dos cortiços e moradias precárias, o que perdurou até meados dos anos 1930.

Do ponto de vista de sua produção, os cortiços e as vilas operárias empresariais – as casas feitas para locação – constituíam um continuum que variava de acordo com o capital disponível para investimento e o público desejado¹⁴⁸. Pode-se considerar que até meados dos anos 1930 e 1940 predominou um modo de provimento da habitação vinculado à construção de casas para locação, em que pouco ou nada se lucrava com a construção em si da casa, e sim com os rendimentos que ela forneceria aos proprietários. Possivelmente a riqueza estivesse associada a uma riqueza patrimonial, e o investimento na propriedade da terra era predominante; tanto é que há pouca referência à uma indústria da construção propriamente dita, no sentido de uma empresa capitalista na qual o investimento é feito para extração de mais-valia e assim obtenção de lucro por meio da construção em si. No caso observado até então, a finalidade não é a construção da casa, mas seu aluguel. Ao invés do lucro, predomina o rendimento.

A passagem da construção de casas para aluguel para outras formas não quer dizer que esse tipo de investimento tenha cessado, mas que deixou de ser o modo predominante pelo qual se expandiu a cidade de São Paulo. Aos poucos tornaram-se mais significativas as construções realizadas por uma indústria da construção, que buscava obter lucro pela construção de casas; de outra parte, na profusão de loteamentos localizados na periferia da cidade surgiam as “casas de fim de semana”, construídas pelos próprios moradores em seu tempo disponível.

147 “O fato de o higienismo ter transformado suas posturas em leis não significava que essas normas eram obedecidas na prática. Pelo contrário, já no final do século XIX começou a se ampliar o fosso entre os padrões legais e a atividade de construção de moradias populares, empreendida quase sempre por particulares que visavam obter delas rendimentos por meio da cobrança de aluguel.

A construção barata era uma exigência intrínseca ao negócio, pois os níveis de remuneração dos trabalhadores não permitiam aluguéis elevados. Os cortiços e as casas coletivas eram, portanto, essenciais para a reprodução da força de trabalho a baixos custos e, enquanto tal, não podiam ser reprimidos e demolidos na escala prevista pela lei e desejada pelos higienistas.” (BONDUKI, op. cit.: 39)

148 “Havia uma gradação descendentes, das vilas mais sofisticadas aos cortiços mais precários, refletindo a escala social (...). O mesmo se dava com os aluguéis, que se adequavam aos vários níveis salariais. Abaixo de certo nível de qualidade, o empreendimento deixava de seguir os padrões municipais e tornava-se “clandestino”, deixando de ser vila (...) e passando a ser cortiço, condenado e estigmatizado. Para os investidores o objetivo era o mesmo: obter lucros através do aluguel de moradias populares.” (BONDUKI, op. cit.: 54)

O aprofundamento da chamada industrialização brasileira, ainda que tenha se desenvolvido principalmente nos chamados bens de consumo (ou do departamento II da economia, para Marx), iniciou uma nacionalização da produção de materiais básicos da indústria da construção que integram parte das indústrias de bens de capital. O desenvolvimento da indústria do cimento e a ampliação da siderurgia possibilitaram que a alteração nas técnicas construtivas se generalizasse, não apenas pela indústria da construção como mais tarde na própria autoconstrução de periferia – que era baseada em cimento, tijolo, vergalhões de aço e laje.

De outra parte, há uma série de alterações ocorridas na cidade de São Paulo que influenciam na forma pela qual se deu a expansão urbana. Bonduki aponta para elementos que contribuíram para alterar as condições urbanas, dentre os quais destacamos: a alteração na estrutura dos transportes, o estímulo à casa própria dado pelo governo Vargas e a saturação das casas de aluguel como solução privada para a habitação popular (BONDUKI, 1983: 143). Pode-se considerar que em parte tais alterações decorrem dos movimentos expostos acima, refletindo a industrialização brasileira como parte do movimento de exportação dos capitais ultra produtivos do centro, como forma de circular sua produção.

E em nível municipal, um sistema de transportes baseado em bondes era impeditivo a uma expansão mais ampla dos loteamentos periféricos para locais mais longínquos, longe do alcance dos trilhos. Vale a pena fazer referência ao embate entre projetos de transporte que se deu na cidade, opondo de um lado a Cia. Light – operadora dos bondes – e os partidários dos automóveis. Na década de 1920 o automóvel passou a se fazer cada vez mais presente, passando a literalmente competir por espaço com os bondes nas estreitas ruas da cidade; é também quando surgem os primeiros congestionamentos e quando se instala a primeira fábrica montadora de automóveis do país, a Ford – em 1925. Adiciona-se a construção das primeiras rodovias no estado por Washington Luís, e percebe-se que há uma nova conjuntura, que tendencialmente daria aos automóveis papel de destaque (ibidem: 153).

A partir dessa mesma década também surgem os primeiros ônibus utilizados como transporte público. Ainda que precariamente, desenvolvem-se rapidamente e se contrapõe ao monopólio da Cia. Light na operação dos bondes. Destacam-se pela competitividade: enquanto a operação do bonde exigia percursos fixos, investimentos na instalação e manutenção de trilhos e rede de energia, os ônibus poderiam ser operados por qualquer pessoa que comprasse um ônibus, e ter seus trajetos alterados sem maiores dificuldades. Ou seja, possuíam custos fixos muito inferiores. O aumento da circulação de automóveis no centro e os congestionamentos gerariam, para Bonduki, crescente oposição à circulação dos bondes no centro da cidade.

A dimensão da cidade, com sua população em franca ascensão, rapidamente levou a sérios problemas de transportes, expressando-se na demanda pela reforma do sistema viário municipal. Nesse contexto, surgem duas propostas, em sentidos opostos: uma apresentada pela Cia. Light, e outra por Prestes Maia, conhecida como “Plano de Avenidas”.

A proposta da Cia. Light era um plano de ampliação dos transportes urbanos que já oferecia: mantinha-se, obviamente, a base ferroviária, sendo prevista a construção de corredores exclusivos para bondes, e trechos subterrâneos – na primeira menção a um projeto de metrô na cidade. Exigia também a manutenção do seu monopólio, e incorporava o serviço de ônibus como complemento à rede de bondes e os submetia a seu controle.

Já o engenheiro Prestes Maia – que seria prefeito entre 1938 e 1945 –, não abandona os trilhos em seu “Plano de Avenidas”, mas abertamente privilegia o automóvel e o transporte viário. Sua proposta previa a construção de uma série de avenidas na porção central da cidade, alargamento de ruas existentes e implantação de vias arteriais de circulação em direção aos bairros, com forte intervenção por toda a área central. Para executá-lo, seria necessário demolir uma série de prédios e cortiços, ao mesmo tempo expulsando a população mais pobre e favorecendo o mercado imobiliário – que já nesse momento se direcionava no sentido da verticalização. Diferentemente da produção de casas de aluguel, os prédios de maior número de pisos eram erguidos por companhias, no sentido

capitalista do termo, incorporando a expectativa de aumento do preço da terra – no que Pereira (op. cit.) considera mais relevante que a exploração da força de trabalho do ponto de vista da formação do preço imobiliário. Nesse sentido, o Plano de Avenidas estava sincronizado simultaneamente com os interesses dos capitais norte-americanos, mas também de um novo tipo de indústria que estava surgindo, se consolidando como indústria imobiliária e da construção.

Face a tamanha discrepância entre ambos planos, incompatíveis entre si, prevaleceu o segundo. Aqui, concordamos com Bonduki em seu argumento que destaca a força do *lobby* das companhias automobilísticas norte-americanas no sentido de estimular a perspectiva rodoviarista:

“a opção da Prefeitura pelo Plano de Avenidas, que começa a ser implantado na década de 1930 é fácil de entender, pois se situa na perspectiva rodoviarista que na época passa a ser, em todo o país, regra da atuação do poder público. Essa opção é mais um fator que impulsiona o desenvolvimento do padrão periférico e a transformação da área central”
(BONDUKI, op. cit: 155).

Pode-se também observar nesse embate o prenúncio de uma alteração conjuntural mundial que se concretizaria nos anos 1950. Perde força o tipo de imperialismo de “exportação de capitais” que é o caso da Cia. Light, e ganha impulso uma rearticulação das relações entre o grande capital global e capitais da periferia. Não é mais uma companhia toda poderosa¹⁴⁹ mas uma série de outros capitais também internacionais, tão ou mais *ciclóticos*, só que “invisibilizados” na maquinaria das indústrias paulistanas – e também expressos como capital imobiliário. E também pela difusão do automóvel, mercadoria por excelência que agrega tecnologia e toda uma cadeia produtiva assentada em matérias-primas processadas – o petróleo, o aço e outros metais, que compõe o que Mandel chama de alteração na base produtiva das matérias-primas (MANDEL, op. cit.: 134 *et seqs.*).

Do ponto de vista do provimento habitacional, o transporte rodoviário permite a efetivação de uma ocupação não mais concentrada nas áreas centrais, como até então, mas esparsa e longínqua. Assim dava condições plenas para a profusão dos loteamentos periféricos, que pipocaram em locais então muito mais distantes, por volta de toda a cidade.

149 “O polvo”, como dizia um morador de Santo Amaro à época da enchente de 1929 para falar da Cia. Light:
“- As represas da 'Light'?
- Perfeitamente. O 'polvo' até a água açambarcou, a ponto de lhe sahir pelo vão dos dedos e que não coube na mão...” (FDM, 15/02/1929, citado por SEABRA, op. cit.: 188)

Há ainda a chamada crise habitacional dos anos 1940, longamente discutida por Bonduki. As leis do inquilinato implicaram no congelamento dos aluguéis, entre outras medidas que buscaram regulamentar as relações entre inquilinos e proprietários. Observam-se entre as consequências desse processo um influxo na produção de moradias para o aluguel, de base rentista. Bonduki defende que a sucessão de leis do inquilinato implantadas pelo governo Vargas eram parte de um plano de mobilização dos capitais aplicados em imóveis, na tentativa de tornar tal tipo de investimento (para obtenção de rendimentos) menos atrativo e assim liberar o dinheiro imobilizado nas casas de aluguel, para aplicação como capital no parque industrial em expansão; além disso, atuaria em conjunto com a regulamentação e estabilização, ou mesmo redução dos custos da força de trabalho. Esta argumentação é muito influenciada pela tese de Francisco de Oliveira quanto ao papel do Estado Novo no estímulo à industrialização e no rearranjo produtivo que teria se dado após 1930¹⁵⁰.

De 1942 a 1963, seriam elaboradas inúmeras versões e atualizações do que se chamou de Lei do Inquilinato. Em linha geral, determinavam o congelamento dos aluguéis. Na aparência e no discurso, era uma medida que favoreceria as classes populares em meio à carestia vivida durante a Segunda Guerra Mundial: congelando os preços de um dos itens principais do custo de vida se estaria defendendo a economia popular face à alta inflacionária – desencadeada por um lado pela emissão de moeda para custos de guerra e por outro pela exportação de gêneros alimentares antes destinados ao mercado interno para o *front*. Entretanto, o aluguel foi o item de consumo que menos subiu, em comparação com gêneros alimentares, vestuário, móveis e combustíveis, conforme analisa Bonduki (ibidem: 224)¹⁵¹.

A lei conseguia ao mesmo tempo ter apoio popular ao tornar desinteressante o investimento imobiliário para locação, conseguindo redirecionar parcela importante da poupança nacional para

150“Ao analisar o papel da agricultura no período pós-30, Oliveira (1971:15-18) mostrou como foi possível reduzir o custo da alimentação nas cidades. Caberia levantar a hipótese de que, na mesma época, também no caso da habitação criaram-se mecanismos similares de redução do custo deste que era o segundo item mais importante no orçamento dos trabalhadores” (BONDUKI, op. cit.: 236)

151Vale destacar que Francisco de Oliveira aponta também a redução do salário mínimo real no período: “Podem-se perceber claramente três fases no comportamento do salário mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, reduz pela metade o poder aquisitivo do salário (...)” (OLIVEIRA, op. cit.: 78, grifos do autor). Essa fase coincide com a crise do aluguel, incidindo em maior carestia.

atividades produtivas industriais, acentuando um movimento que já ocorria¹⁵².

Os efeitos observados na cidade foram diversos, desestruturando as condições que favoreciam a construção de casas para aluguel. Dentre os grupos básicos de locadores, Bonduki identifica quatro tipos genéricos, que investiam no mercado imobiliário como forma de obtenção de rendimentos: 1) *indivíduos que dispunham de grandes recursos* tais como herdeiros, viúvas, órfãos etc; 2) *parcela do capital produtivo* que investia parte do seu capital por se tratar de investimento seguro; 3) *pequenos poupadores* que tem nesse tipo de imóvel uma renda complementar; 4) *instituições de previdência privada e companhias mutuárias* (BONDUKI, op. cit.: 231). Os grupos 2 e 4 se adequaram com relativa facilidade, simplesmente experimentando uma mudança do investimento através da desmobilização de seus capitais e reaplicação em outros setores, mais rentáveis. O mais atingido seria o primeiro grupo, das pessoas tidas como “tipicamente rentistas”, e que foram forçados a vender seus imóveis, despejar e usar da força para se readequar à queda nos rendimentos. Já o terceiro grupo, de pequenos proprietários, permaneceria sem ser muito afetado dadas as dimensões reduzidas dos imóveis – que se constituíam como cortiços, casas de cômodos ou casas de periferia de baixo padrão, em que o proprietário reside junto aos inquilinos – se pautando pela informalidade dos contratos e formas diretas de coerção.

Uma das consequências imediatas dessa lei seria o incremento dos despejos: donos de imóveis, sem conseguir reajustar os aluguéis, muitas vezes preferiram despejar inquilinos antigos e para então reajustar os aluguéis com novos inquilinos, com base na legislação nova; mas muitos venderam ou demoliram as casas para a construção de edifícios maiores. Para despejar os inquilinos, eram usados recursos que iam de medidas legais às fora da lei, passando por ameaças verbais, e físicas. Muitas vezes, proprietários se utilizavam de argumentações falsas (como a alegação de que seria erguido um edifício de maiores dimensões) para conseguir junto à justiça

152 “Se (...) numa época caracterizada por um crescimento geral da taxa de lucro, um único ramo da economia não acompanha a tendência geral, sua rentabilidade não é satisfatória, não exerce atração nenhuma sobre novos capitais. Bem ao contrário: os capitais empregados em empresas pertencentes a esse ramo econômico tentarão fugir para investimentos mais lucrativos. (...) A taxa de lucro que proporciona a locação de casas de moradia caiu, nos últimos anos, em comparação com a taxa alcançada em inúmeros outros ramos econômicos.” (HELLER, 1944, apud BONDUKI, op. cit.: 228)

ordens de despejo¹⁵³.

Entre o início da vigência das Leis do Inquilinato até quase o final da década de 1940, se deu uma grande onda de conflitos entre senhorios e inquilinos, resultando numa avalanche de despejos. Muitas vezes, os imóveis despejados eram cortiços¹⁵⁴. Como consequência, se abarrotaram os cortiços existentes que não haviam sido despejados; e aumentou a população que não tinha para onde ir. Muitas ocuparam terrenos e fizeram favelas novas, ou foram para outras já existentes:

“Finalmente ficou resolvido o caso da rua Fortaleza. [...] Um oficial de Justiça mais dois praças executaram o mandado de despejo. [...] O pessoal na rua, os móveis idem e a angústia se estampando no rosto de cada um. As dez famílias que residiam no cortiço mudaram-se para a favela da várzea do Penteado, indo aumentar o número dos que moram sobre o brejo, respirando os miasmas do charco e dando um colorido diferente à paisagem urbana desta capital.” (Correio Paulistano, 05/10/1946, apud. BONDUKI, op. cit.: 261, grifos nossos)

Aqui há uma relação direta entre moradores que viviam em cortiços e que se mudaram para a favela. Mas parte dos despejos se deram também devido à execução das obras do Plano de Avenidas. Em conjunto, ambos processos, arrancariam populações dos porões dos cortiços e dariam nova visibilidade à pobreza urbana a partir da formação de favelas.

Por último, desconfiamos que o padrão de crescimento dos loteamentos periféricos de certa forma continua o movimento de investimento em que o objetivo não é a produção estritamente capitalista – no sentido da extração da mais-valia – mas da obtenção de rendimento¹⁵⁵. O investimento patrimonial, na terra, toma o lugar do investimento produtivo como realização de uma modernização que é posta pela negatividade; isto é, a impossibilidade da industrialização torna a terra investimento privilegiado. O que mais impressiona é a velocidade com que a cidade se

153 Tal processo é descrito com detalhes por Bonduki (2011) no “Capítulo 6 – Da crise da habitação dos anos 40 ao auto-emprego da casa própria”. Nos restringiremos apenas aos fatos que consideramos cruciais para o desenvolvimento simultâneo e posterior de favelas.

154 “Num período de 25 meses [entre 1945 e 1947] houve a concretização de um total de 8.226 despejos! O número é significativo, pois uma única ação podia significar o despejo de várias famílias (no caso dos cortiços) e essas ações foram as que chegaram a julgamento, sem contar os despejos realizados de maneira informal. Considerando apenas uma família por despejo, as 8.226 ações representavam cerca de 45 mil pessoas desalojadas no curto período de dois anos, numa conjuntura de absoluta carência de moradias na cidade.” (BONDUKI, op. cit.: 257)

155 Tão interessante quanto de difícil execução seria uma tentativa de mapear o mercado imobiliário do município do ponto de vista da composição de seus capitais, bem como de suas dimensões. Há desconfianças de que tanto pequenos como grandes capitais teriam investido nesse tipo de empreendimento, conseguindo altos rendimentos através dos loteamentos periféricos. Embora utilizando de mecanismos distintos, o loteamento periférico mantém a característica de pouco ou nenhum investimento em trabalho e alta lucratividade.

expandiu através desse tipo de loteamento, que inegavelmente foi o modo predominante de moradia encontrado pela leva de imigrantes que chegava à cidade¹⁵⁶.

Marta Dora Grostein chama à atenção que já em 1931, citando pronunciamento do então prefeito Luiz de Anhaia Melo, “*a cidade possuía três vezes mais ruas particulares – abertas sem licença da prefeitura – do que ruas oficiais, significando que a área urbana havia se estendido sem obedecer aos parâmetros urbanísticos*” (ibidem: 132). Tais ruas situavam-se no interior dos loteamentos, que na maior parte das vezes eram erguidos de modo clandestino, ou se utilizando de brechas na legislação. Novamente, percebe-se que o investimento é na propriedade da terra, e não numa aplicação produtiva capitalista: a mobilização para o investimento na expansão da cidade se dá por meio da expectativa de obtenção de rendimentos, seja oriundos do aluguel, como no período anterior, seja por venda dos lotes: “*Do ponto de vista empresarial, o loteamento clandestino era um empreendimento de sucesso e exigia pequeno capital inicial*” (ibidem: 136). Usualmente os lotes eram adquiridos em áreas então rurais, mas convertidas, por meio do loteamento, em terra urbana. Ainda assim, embora os loteamentos em si fossem irregulares, dificilmente eram áreas griladas (VILLAÇA, 2004: 152)¹⁵⁷.

Nesse tópico, tínhamos como objetivo apresentar uma interpretação de como as formas apresentadas se repuseram no período em questão – cortiços, favelas, vilas operárias, casas unifamiliares, loteamentos periféricos. E destacar que a alteração conjuntural subsequente iria recolocar tais formas sob novas determinações, observando assim a variação e a própria confusão entre elas, que possivelmente no período entre 1940 e 1950 ainda se apresentavam de modo razoavelmente diferenciado¹⁵⁸.

156 “No período 1940-1960, enquanto a cidade central, o trecho urbano da metrópole, apresentava sua população aumentada em 171%, os seus arredores cresciam 364%, impulsionados pelo que se convencionou denominar posteriormente padrão periférico de urbanização ou padrão periférico de crescimento urbano.” (GROSTEIN, 2004: 130)

157 Posteriormente, os loteamentos periféricos receberiam em parte a população despejada de favelas que conseguiu adquirir lotes, como também suas áreas comuns viriam a ser ocupadas por favelas.

158 Por exemplo, o cortiço – originalmente localizado nas porções centrais – já nos anos 1960 e 1970 se expandiria também pela periferia, mas passaria a ocupar imóveis em áreas desvalorizadas comercialmente (VERAS, op. cit.: 117); a favela, inicialmente mais presente no centro, se expandiria para locais cada vez mais longínquos e se mesclaria de forma complexa aos loteamentos periféricos, mas também como forma de “puxadinho” mesmo dos conjuntos habitacionais.

No próximo tópico, retomaremos alguns aspectos discutidos nesse item, mas centrando a análise nas favelas: *qual sua origem na cidade de São Paulo?*

3.3.2. Surgimento de favelas em São Paulo - o sentido do favelamento

Talvez a pergunta “quando surgiram as primeiras favelas em São Paulo” seja um tanto quanto complicada de ser respondida. Pela falta de registros? Sim. Mas, especialmente, porque o que foi chamado de “favela” se referiu a uma infinidade de formas, sendo a palavra utilizada de maneira pejorativa, geralmente para designar conjuntos de casas rústicas e pobres.

O caso paulistano difere em parte do processo carioca, ainda que guarde muitas semelhanças. As diferenças mais marcantes dizem respeito à data de surgimento e à quantidade da população abrigada nas favelas. Mas alguns elementos são muito semelhantes. Gostaríamos de destacar um deles, citado por Lícia Valladares:

“Estudos sobre os cortiços do Rio de Janeiro demonstram que esse tipo de hábitat pode ser considerado o 'germe' da favela. Segundo pesquisa realizada por Vaz (1994:591), o célebre cortiço Cabeça de Porco, destruído pelo Prefeito Barata Ribeiro em 1893, possuía barracos e habitações precárias do mesmo tipo identificado em seguida no Morro da Previdência. Outros autores também estabeleceram uma ligação direta entre as demolições dos cortiços do centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX” (Rocha, 1986; Carvalho, 1986; Benchimol, 1990) (VALLADARES, op. cit.: 25, grifos nossos)

Ou seja: por um lado a forma da favela teria se originado dentro dos cortiços, e que assim não pode ser estudada em separado; e por outro, as favelas se estabeleceram numa continuidade desdobrada do cortiço, que varia na forma, a partir do despejo destes últimos. E que possivelmente a racionalidade que visava extinguir o cortiço teria contribuído na formação de favelas, além do fato de que se repetiria posteriormente com as políticas de desfavelamento e remoção.

Se no Rio de Janeiro a formação de favelas data do final do século XIX, em São Paulo, conforme já vimos, o cortiço foi a forma predominante de moradia para a população pobre até meados dos anos 1940. E uma das particularidades desse processo seria sua ligação direta não apenas com o planejamento higienista que despejara os cortiços, mas com a junção entre o higienismo e a automobilização.

No tópico anterior, citamos duas avenidas de fundo de vale (Anhangabaú e Nove de Julho), e

em ambas há referências a favelas que teriam sido removidas para dar lugar às vias. Em ambos casos, em especial no da Avenida Nove de Julho, as obras realizadas pela prefeitura, como alargamentos ou abertura de avenidas se constituíram como as principais formadoras de favelas nesse primeiro período, que compreende a década de 1940. Diversos quarteirões foram rasgados e muitos edifícios desapropriados, despejando uma população considerável:

“Pelos anos de 1942 a 1945, quando então prefeito o Dr. Prestes Maia, com as desapropriações feitas em virtude da abertura de avenidas, como a Nove de Julho e outras, nos Campos Elíseos etc., muitas pessoas ficaram sem abrigo. Improvisaram-se uns barracões no local onde se acha instalado o Parque Changai, e assim se iniciou a primeira favela que era denominada 'Favela Prestes Maia' ao longo da avenida do Estado.” (GODINHO, 1955: 8).

Imagem 3: Favela da Várzea do Penteado, junto à Avenida do Estado e próxima ao centro da cidade. Década de 1940.

(Fonte: foto de Sebastião Pereira. Acervo da Divisão de Iconografia e Museus do DPH. APUD BONDUKI, op. cit.: 270)

Jorge Paulino traça uma reconstituição que dá conta da origem similar de outras favelas que estavam localizadas em terrenos públicos: todas tinham tido apoio direto da prefeitura, não se constituindo exatamente como “invasões” (PAULINO, op. cit: 80-81). Aldaíza Sposati também traça forte relação entre a prefeitura e as favelas, ressaltando vínculo com a expansão da cidade¹⁵⁹.

¹⁵⁹ “O favelamento é um processo que tem início no princípio da década de 40 e, pelos dados de Marta Terezinha

Nos jornais, encontramos as primeiras referências a favelas na cidade a partir de 1945:

"Nas favelas do Parque Dom Pedro II – gente que nem trabalho encontra porque não tem onde morar

Visitamos (...) o Parque Dom Pedro II, bem perto da cidade. Ali as favelas brotam como cogumelos, espantosamente.

A reportagem da "Folha da Noite" esteve em uma dessas favelas, junto ao centro de diversões Changai. A primeira vista nota-se logo que esta favela possui ar condicionado às situações climáticas e água corrente das frinchas das portas, das paredes e dos pseudos telhados. A umidade que sobe do chão de terra batida e se alastra pelo corpo dos moradores das favelas, manifesta-se num reumatismo, numa paralisia ou numa tuberculose que não conseguem as competentes autoridades descobrir porque ataca quase um terço da população brasileira.

Vendo que nos dispunhamos a fotografá-los, disse-nos a moradora de uma casinhola:

"Moço, isso vai sair no jornal? Não deixe. Cada vez que um jornalista aparece por aqui, logo depois vem um homem que diz ser de um Instituto de Aposentadoria qualquer e manda a gente embora. Ameaça e diz que se nós não sairmos por bem, os bombeiros vêm por a gente p'ra fora". **"O dono do nosso quarto vendeu a casa porque precisavam derrubá-la a fim de alargar a rua e assim, tivemos que ir embora.** Agora essa gente pensa que somos vagabundos e nos tratam desse jeito" – [declarou] Aléa Gomes, outra residente da favela. (FDN, 10/11/1945, grifos nossos)

Nessa mesma favela encontramos bons indícios acerca das pessoas que ali viviam. Nessa mesma reportagem, encontramos evidências de que as pessoas que ali viviam eram predominantemente aposentadas, ou ganhando muito pouco, como é o caso de três das pessoas entrevistadas abaixo, que tentam contar com a assistência previdenciária para o que puder:

"Trabalhei no Almoxarifado do Exército por muitos anos e agora estou aposentada.

(...) Os quartos que existem são muito caros, de casas também e os apartamentos... Bem, isso nem é para a gente comentou Maria Rosario Campos, que ainda encontra tempo para mostrar prendas domésticas, organizando uma pequena horta ao lado de seu casebre, a fim de poupar alguns difíceis centavos.

Um funcionário da Light, também puxou sua prosinha: Meu nome é Jeronimo Campos. Estava esperando há muito tempo que a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos de São Paulo, de onde sou contribuinte, mandasse me chamar para escolher uma das casas que ela constrói para seus associados. Mas, qual o que. Nunca chegava a minha vez. Então fui lá. Na seção da Carteira Predial me informaram que só havia casa para quem ganhasse de Cr\$800,00 para cima. **O meu ordenado não dava.** (...)

- 'Moro com minha mãe num desses casebres'. Informou-nos um dos moradores. Ele estava (...) em Vila Mascote, mas fugiu de lá porque não a tratavam bem. Agora está aqui exposta à friagem e a umidade. **Sou pensionista** da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Sorocabana, desde que **adquiri um reumatismo articular muito forte** e assim, sem casa e com uma assistência quase que só nominal da Caixa de Aposentadoria, mal posso manter a nós ambos'. " (idem, grifos nossos)

Parece-nos relevante que uma das primeiras favelas tivesse grande número de aposentados e pensionistas em suas casas, representando um lugar para onde vão as pessoas as quais o mercado já

Godinho, que analisa o fenômeno no início da década de 50, a Prefeitura de São Paulo tem forte vínculo com sua expansão na cidade. Não é gratuito que uma das primeiras favelas no Glicério receba o nome de Prestes Maia. A abertura da avenida Nove de Julho desabrigara famílias que foram para os barracões da Prefeitura." (SPOSATI.1988:256, apud PAULINO op cit.: 75, grifos nossos)

não quer mais comprar sua força de trabalho. Trata-se de pessoas tidas como descartadas, ou no máximo um funcionário da Light mas que não consegue atingir a remuneração mínima para beneficiar-se do sistema previdenciário. Em outras matérias, praticamente se falava em carestia:

“Favela – breve compêndio sobre das mazelas nacionais

(...) Para os sociólogos, a favela é o melhor compêndio. Resume toda a história social da nossa gente. Descreve com um realismo frio, (...) a tragédia nacional.

Favela - Breve compêndio das mazelas nacionais

A história das favelas em São Paulo [começa] em 1949 (...) A picareta do progresso derrubava o casario velho do Piques e ruíam os cortiços do Bexiga e de Santa Ifigênia. Novas avenidas destruíram as moradias. A vida tornou-se difícil. Os aluguéis subiram assustadoramente e tudo faltava, até o sal. Casas não havia. Gente chegava do interior (...) Aos poucos as malocas vão sendo construídas junto ao [muro] de um grande terreno do IAPI na Varzea do Carmo. Meses depois, aquilo era uma verdadeira cidade. Os que tinham [empregos] não conseguiam cobrir com (...) os gastos com a família. As mulheres e os filhos vasculhavam os montes de lixo nas imediações do mercado e junto às margens do Tamanduateí. Eram mercadorias sonegadas que seriam vendidas no cambio-negro e que o tempo deteriorara. (FDN, 13/01/1954, grifos no original)

Nessa mesma matéria as favelas em São Paulo são postas em revista; é feito um paralelo entre a ação da prefeitura em conjunto com a construção de casas por institutos de previdência. Se parte da população agora era atendida pelos institutos de previdência, às pessoas que não usufruíam destes, cabia a solução de ir morar na favela, como o citado funcionário da Light :

*“O prefeito Abraão (...) mandou construir barracos nos terrenos do IAPI, no Cambuci. Arrumou o chão. Construíram sanatórios, tanques para lavagem de roupa e abasteceu aquele conjunto de moradias de emergência com água. Um posto médico, uma escola, delegacia e igreja. Alojou ali as famílias de outras favelas e iniciou a destruição das malocas. Eram medidas de emergência. **Enquanto isso, os institutos de previdência anunciavam seus planos de casa própria.** Conjuntos residenciais na Mooca, em Osasco e por fim no mesmo local onde a prefeitura construíra os barracões. Os aluguéis, embora baratos, não estavam ao alcance de todos. **E, ademais, os trabalhadores não pertenciam, em sua maioria, a autarquia nenhuma. Eram biscateiros, ajudavam aqui e ali. Gente do interior (...) e que nada entendia de indústria.** Mais famílias desalojadas. Demolições atrás de demolições e prédios de apartamento nascendo na cidade. Os aluguéis subiram, a despeito dos tais Despejos e as favelas tiveram um novo impulso.” (idem, grifos nossos)*

Na interpretação de Nabil Bonduki, as primeiras favelas “foram um produto da crise de habitação na década de 1940. (...) Elas significavam uma resistência dos inquilinos em deixar as áreas mais centrais e mudar-se para a periferia”(BONDUKI, op. cit.:261). Bonduki trata da crise da moradia durante a Segunda Guerra Mundial:

“A crise de habitação que atingiu os não-proprietários nas principais cidades brasileiras a partir da década de 1940 foi conseqüência de profunda mudança no mercado de provisão habitacional. (...) De fato, a falta de materiais de construção em decorrência da guerra reduziu o ritmo de construções de moradias, num contexto de escassez generalizada (...).”

(BONDUKI, op. cit.: 247)

O autor concorda com Francisco de Oliveira e considera a alteração para uma estrutura produtiva de base urbano industrial, citando também o êxodo rural, que abarrotaria os cortiços e a carência na construção de novas moradia, sejam elas casas, edifícios. Tal desequilíbrio seria devido ao desestímulo à construção de habitação em função do controle nos aluguéis, face ao suposto privilegiamento dado pelo Estado à industrialização fabril¹⁶⁰.

Para além das condições habitacionais e municipais, nos perguntamos: a favela propiciou redução de custos – por meio do rebaixamento da força de trabalho –, ou representaria aquilo que não se incorpora ao capital? Sem uma resposta precisa – também porque o fenômeno parece evidenciar uma tensão entre ambas partes –, retomemos a compreensão de uma formação do trabalho que se dá pela via negativa, cujo sentido está posto pela necessidade de redução dos custos para o capital: rebaixamento dos custos da força de trabalho; racionalização dos processos; dispensa de força de trabalho por meio da maquinaria; ampliação das atividades improdutivas, que não são geradoras de valor mas custos para o capital e assim são deduções do lucro que impedem o aumento de sua acumulação. Estas condições apontam para uma tendência de diminuição da taxa de lucro que põe a acumulação em termos críticos de realização. A industrialização brasileira, ao se colocar já pela determinação de uma indústria mundial, se dá já expulsando trabalho e reduzindo custos.

A formação do trabalho negativamente é sua formação enquanto força de trabalho para muito além de qualquer excedente do consumo de capital variável por parte do capital, implicando num processo que evidencia a separação do dinheiro do valor – a aparência de sua essência¹⁶¹. O trabalho da população favelada evidencia tanto superexploração com base em trabalhos produtivos em condições críticas (da concorrência com capitais mais produtivos), como sua incorporação crescente por esferas improdutivas do ponto de vista da valorização do valor. O êxodo rural e as alterações na

160 “A crise de moradia dos anos 40 é consequência, portanto, deste dilema. A lei do Inquilinato desestimulou a produção habitacional privada, ao passo que as iniciativas estatais no setor sempre foram insuficientes. A construção de casas, pelos próprios trabalhadores, nas favelas e loteamentos periféricos, apenas começava a se tornar uma prática corrente e somente a médio prazo pôde arrefecer a crise.” (BONDUKI, op. cit.: 248)

161 A relação se formaria sem repor seus pressupostos. “Enquanto abstração, o trabalho assalariado estava aqui posto, impedindo que se o fizesse internamente de forma positiva. Só negativamente isto era efetividade da realidade periférica brasileira.” (ALFREDO, 2010: 18)

base produtiva realizam a expropriação de agregados, sitiantes, posseiros etc, que ao mesmo tempo se deparam com uma condição já posta pelo grande desenvolvimento das forças produtivas.

Há ampliação do mercado de força de trabalho em termos absolutos, mas ocorre em condições tendencialmente piores, que se expressam num aumento da miséria e do dispêndio de horas para se conseguir sobreviver (piora dos salários). Ou então, em estratégias de sobrevivência com recurso à caridade, coleta de materiais ou mesmo o lixo como alimento, esta última como negação absoluta da possibilidade de incorporação enquanto força de trabalho.

Explicações as mais variadas eram dadas, e é demonstrativo de suas intenções analisar os significados presumíveis além do que era proposto como solução para os problemas habitacionais. Encontramos diversos artigos de análise sobre a situação, e cada um deles traz à tona elementos que compõe o pensamento sobre os problemas da época. Maragliano Junior num artigo com tom levemente sarcástico próprio de quem no fundo faz uma crítica moral fundada na propriedade, trata das vantagens de se morar na favela, mas que ainda que em meio a preconceitos e inverdades, toca em pontos cruciais:

"Conversa de cada dia - "As vantagens da favela"

*Essa gente não está ali por gosto, por vadiagem, para gozar dos encantos gratuitos da grande cidade. Na sua maioria, evadida do campo (...), essa gente fugiu paradoxalmente da terra, que a todos sustenta, para salvar-se da fome no trabalho das fabricas. Quase todos foram bons braços na lavoura, ótimos trabalhadores da enxada, assalariados ou sitiantes, que ao fim de cada colheita enchiam os paiois com o fruto do seu trabalho. Contudo, quando não perdiam todo seu esforço, vendo mirradas as lavouras sob a ação das pragas ou pelo excesso de sol ou da chuva, de nada lhes servia o que acaso tivessem colhido. **O produto nas suas mãos valia pouco mais que uma miséria**, apesar de seus preços na cidade valerem uma fortuna. Por isso, desesperados e desiludidos, atiraram para longe os instrumentos do seu ofício, vindo acorrentar-se, como escravos, junto às maquinas das fabricas.*

*Aqui, pelo menos, o trabalho não lhes falta. Uma família composta de seis pessoas, ainda que os rebentos sejam mulheres, pode obter de ordenados, trabalhando todos para o conjunto, para mais de dois mil cruzeiros. Entram para as fábricas, de inicio, como aprendizes, posto que nada conhecem dos segredos da maquina. Ao fim de pouco tempo estão, porém, familiarizados com o oficio, **e passam a ganhar o que jamais perceberam no fundo do mato**, onde sofriam de maleita, de verminoses e do desamparo dos poderes públicos.*

A única coisa que lhes falta, vindo para a cidade, é a casa onde morar. Mas isto é o menos. Ali está, na Varzea, naquele imenso terreno baldio, o espaço suficiente para erguer um casebre. Erguem-no. Depois, aparecem os homens da saude pública que lhes dão o que nunca tiveram: uma assistencia sanitaria. Finalmente, a Prefeitura constrói-lhes um pavilhão decente, a preço razoável. Eles olham aquilo tudo, lembram-se do que sofreram no

*campo, e exclamam: - afinal, por que não viemos há mais tempo?
E aí está, leitor, a vantagem que a favela oferece a essa gente." (FDN, 11/10/1946, grifos
nossos)*

De fato as pessoas passam a ganhar o que jamais perceberam, e a diferença entre não ganhar nada e ganhar uma miséria, posta pela necessidade de ter que ganhar alguma coisa, move os processos migratórios do ponto de vista da população, que assim se constitui como possível vendedora de sua força de trabalho. Mas de um lado a matéria enfatiza desmedidamente os fatores climáticos – o que enquanto explicação fetichizada, naturaliza a seca como problema e apaga os processos expropriatórios nos seus variados fenômenos –, por outro dá importância ao diferencial de renda – num ponto de vista da economia política que entende “renda” como indicativo de melhoria de vida que de por si já naturaliza a monetarização das relações sociais.

Mas a paulatina imposição de um preço médio na agricultura faz com que confrontem-se em mais duras condições de concorrência produções situadas em diferentes níveis de produtividade, que com o desenvolvimento da produção acentuam o caráter expropriatório da pequena pela grande produção – desdobrando-se em violência não apenas pessoal ou política, mas também econômica.

Léo Ribeiro de Moraes, de uma família cafeicultora, identifica o êxodo rural, em combinação com o pequeno desenvolvimento da indústria da construção como razões para o problema:

*“A CIDADE - Ainda e sempre a crise da habitação - Léo Ribeiro de Moraes
Em primeiro lugar é preciso notar que o fenômeno [da crise da habitação] não está
ocorrendo apenas nas grandes cidades. Todas as cidades, grandes e pequenas, estão
sofrendo deste mal. É evidente que não tendo a população do Brasil aumentado do dia para
a noite, o que houve foi o abandono do campo, indo os trabalhadores rurais, ou
diretamente para os grandes centros industriais como São Paulo, ou via cidades menores,
ou mesmo apenas abandonaram a vida miserável na roça para ir viver na cidade mais
próxima. O que há portanto preliminarmente, é o seguinte: os brasileiros nunca tiveram em
sua grande maioria casa pra morar, mas como viviam espalhados num grande território,
isso não causava incômodo a ninguém e por conseguinte ninguém se dava conta de que
existia um imenso e doloroso problema de habitação. A súbita transformação ocasionada
pela guerra, favorecendo o desenvolvimento da indústria, tornou possível a um número
maior de brasileiros a vida urbana, e como não temos ainda no país indústria de
construção digna deste nome não foi possível atender a uma súbita solicitação de dezenas
de milhares de casas. Foi só aí, quando a crise se agravou dentro dos grandes centros, onde
moram os donos do país que o problema passou a preocupar.” (FDN, 10/07/1946, grifos
nossos).*

Nessa argumentação, a questão se coloca como falta da mercadoria “casa”, passível de resolução por meio do desenvolvimento de uma indústria da construção de porte. A moradia

enquanto problema particular não é algo exclusivo da cidade, mas muitas vezes, senão a maior parte, a população que migra vem do campo e está completamente destituída de tudo, especialmente dinheiro; a moradia passa a ser nesse novo contexto, da cidade, uma necessidade cuja ausência é calamitosa. E a falta dela aparece com mais força devido a seu caráter concentrador, que é o que o autor considera como um problema que antes estaria disfarçado pela pulverização dos locais de origem das pessoas que migram para as cidades – e problema é tornar-se visível.

Mas inversamente, não é a falta da indústria da construção, mas justamente seu desenvolvimento que desestimula a construção habitacional. Pode ser que o autor representasse os capitalistas cafeicultores desejosos em investir no setor industrial, e que por meio de sua argumentação analítica jornalística articulasse um *lobby* pró-desenvolvimentista, que pedia estímulos do Estado para incentivar o setor tornando-o organizado e lucrativo:

“Casas para milhões – Léo Ribeiro de Moraes

(...) Acontece, porém, que entre nos [Brasil] o problema da habitação se apresenta com características inteiramente diversas, pois o que a imensa maioria dos brasileiros dispõe como alojamento, está longe, muito longe de se parecer com habitação. (...)

Se voltarmos os olhos para as cidades, vamos verificar que mesmo nelas a maioria da população vivem em situação muito precária. Ora em porões e cortiços, ora em barracos de favela, ora em casas tão toscas e primitivas, que a bem dizer essa gente não mora, mas apenas se abriga da intemperie em tais cubículos. (...)

*No setor da habitação veio a furo toda uma serie enorme de erros, descaminhos e imprevistos. É o fruto onde as consecuencias do desconjuntamento da economia brasileira se fazem sentir com mais agudez. **O problema da habitação não é propriamente problema, é apenas sintoma da desordem geral reinante. Nada adianta portanto querer remediá-la com paliativos. Sua solução só a encontraremos quando arrancarmos definitivamente o país do atraso semi-colonial em que vegeta e o lancemos na senda do progresso através da modernização da agricultura e da criação das indústrias basicas.**” (FDN, 11/07/1946, grifos nossos)*

Por meio de um discurso técnico que aparenta a preocupação social, considera o problema da habitação mais profundo; podemos inferir que identifica todas as moradias não modernas como impróprias¹⁶², numa mistura de preconceito civilizante, que ao mesmo tempo julga como barbárie o

162 Sobre a criação de novos padrões de vida, citemos o caso da cozinha: em lugar do fogão à lenha, o fogão a gás e a parede azulejada. Na sua diversificação de investimentos, a Klabin atuou nesses setores. Um interessante texto da companhia destaca essa alteração de “hábitos”, que reflete a alteração da indústria...: “Em 1931, foi arrendada, do Visconde de Moraes, uma fábrica de louças sanitárias, a Manufatura Nacional de Porcelanas S.A. (MNP). Fundada em 1919, no bairro carioca de Del Castilho, e iniciando sua produção em junho de 1923, a MNP era uma fábrica de 320 mil m², destinada a produzir azulejos e louças domésticas. Já em 1930, era considerada a maior fábrica do setor, na América do Sul. Na época, **um novo padrão de moradia se impunha na sociedade. Banheiros e cozinhas azulejadas e a presença obrigatória de louças sanitárias tornaram-se quesitos essenciais nas residências. Considerado mais higiênico**, o novo padrão se colocava como ponto chave, sobretudo com as graves doenças e

outro, ignora que é a própria civilização que com métodos bárbaros relega tais populações ao que se torna uma má condição de vida. E a solução que o autor propõe é o que para nós impulsiona o processo originador – a modernização; o aumento da produtividade na agricultura contribuirá na aceleração das expropriações e da migração rural para as cidades (LEITE, 2010). Tratando-se de política desenvolvimentista, o que há de fato é uma reposição em escala ampliada do problema, e não por acaso as favelas explodiram numericamente durante o período de maior desenvolvimento industrial, conforme se verificaria na década de 1970¹⁶³.

O desenvolvimento das forças produtivas é assim determinante na formulação de políticas de Estado, cujo sentido era a modernização. Durante o pós guerra, aparecem nos debates da constituinte de 1946 queixas face ao aumento dos custos da produção e desejo de uma maior racionalização da construção, por mecanização, uso de novas técnicas e materiais, treinamento da mão de obra etc. Isto é, aumento do capital constante para diminuição dos custos, evidenciando o movimento de acumulação do capital de uma atividade que passava a se constituir de fato como ramo industrial. Os investimentos passaram a privilegiar edificações de porte maior, voltados para as classes médias e altas, muitas delas sendo construídas via incorporação. Se a habitação popular não era industrialmente viável naquele momento, a crise habitacional evidencia a necessidade social posta pelo processo, em que cabe ao Estado atuar no sentido de viabilizar a exploração dessa como ramo de negócio: isenções fiscais e alfandegárias, educação profissional, crédito etc. A fala de José Armando Afonseca é muito elucidativa em uma série de pontos:

epidemias que assolavam as cidades, provenientes da falta de infra estrutura e planejamento urbano, e das precárias condições de higiene.” CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN, 2010). O “higienismo” entra dentro das casas primeiro das elites para então se generalizar, servindo como legitimação também para o fogão a gás quando este elimina a “sujeira” da fuligem; vale lembrar que o fogão a gás representa o deslocamento da base energética de vegetal (lenha) para um derivado da indústria petroquímica (gás) – e que junto trazem novas panelas, novos hábitos alimentares e novos produtos de limpeza, num sentido sempre de ampliação do consumo de mercadorias, agora incluindo uma aceleração do desenvolvimento tecnológico também na forma do consumo feito dentro da casa, com eletrodomésticos (geladeira, fogão, liquidificador, batedeira, televisão etc).

163 A progressão do crescimento de favelas nos anos 1970 em São Paulo foi muito rápida. Suzana Pasternak Taschner apresenta os seguintes números para a população favelada: **1971:** 41.000; **1973:** 71.840; **1975:** 117.237; **1976:** 208.000; **1978:** 321.259; **1979:** 266.506; e **1980,** 335.344 ou 594.525; tais números são de fontes variadas e por vezes são conflitantes, mas todos dão ideia que a população em favelas cresceu no mínimo quase dez vezes em menos de dez anos (TASCHNER, 1984).

“O momento político

A situação atual, em que grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro e São Paulo estão coartadas no seu impulso construtor, pela falta dos materiais de construção mais elementares, não pode perdurar.

*O problema da mão de obra terá de ser enfrentado pela educação profissional, aperfeiçoamento das leis trabalhistas, imigração e mecanização de muitos serviços. As betoneiras substituirão as pás; as perfuratrizes elétricas ou de ar comprimido substituirão as picaretas; as escavadeiras mecânicas, as covoqueiras; os caminhões e os "decauville" as carroças. Mesmo os sistemas de construção terão que evoluir. **E isto será grandemente facilitado pela construção em larga escala e em moldes estandardizados, quando da execução dos grandes conjuntos de casas populares.***

A importação dos materiais e do maquinário estrangeiro deverá ser facilitada por um entendimento da organização encarregada das casas populares, dos construtores, e do comércio, reduzindo as formalidades, as tarifas aduaneiras, os embaraços bancários ou de crédito.

O DESINTERESSE PELAS CONSTRUÇÕES DE CASAS RESIDENCIAIS

A situação da indústria construtora não é responsável por toda a crise. Paralelamente, há o desinteresse particular pelo emprego imobiliário de caráter mais modesto. As iniciativas voltam-se para as construções industriais ou para as de luxo, objeto de especulação, favorecida pelos lucros extraordinários. O preço da construção, as dificuldades do inquilinato, e a indiferença dos industriais, e dos empregadores em geral, por este aspecto complementar de suas atividades reduziram consideravelmente as construções residenciais. Para corrigir o desinteresse atual pela construção urge, portanto, eliminar tais dificuldades apontadas nos seus excessos; resumir as exigências, colocar crédito fácil à disposição dos pretendentes à casa própria; colocá-lo mais fácil ainda, à disposição dos construtores de casas residenciais; conceder favores tributários e isenções razoáveis, sem desequilíbrio das finanças públicas; promover o decréscimo das tarifas em especial das ferroviárias; incrementar os meios de transporte urbanos, coibir o abuso praticado pelos intermediários e fabricantes ocultos sob a capa de agentes vendedores; facilitar as locações.” (FDM, 27/04/1946)

As pequenas empreitadas paulatinamente perdem espaço para a grande indústria da construção, articulada por empresas de construção e que vão se especializando na construção de arranha-céus de concreto e aço. A alteração na indústria acarretava uma alteração também dos padrões construtivos: ganhavam espaço os edifícios que consumiam o aço e concreto feitos pela indústria nacional; perdiam espaço o tijolo e a telha feitos nas olharias e por mão de obra de empreitada.

A migração para as grandes cidades e a expansão fabril se expressaram como crise urbana, tendo a crise da moradia como fenômeno, e a favela como igualmente posta pelo processo em curso. Assim, pensamos que trata-se de um processo concomitante de formação da favela com a chamada crise da moradia, agravado pelo fato de que aumentava o afluxo de imigrantes que chegava a São Paulo. Ou seja, além da saturação dos cortiços, as favelas passariam a absorver uma

parcela crescente das pessoas que chegavam à cidade e que não tinham passado por cortiços ou casas de aluguel. Para os jornais da época, como no fragmento abaixo, era imediata a relação entre os despejos da crise da habitação com o surgimento das favelas, agravados pelo fluxo migratório vindo “do interior”:

*“No dinâmico esforço do prefeito Prestes Maia, cooperaram os lucros extraordinários [...]. Na falta de mais seguro e rendoso empate de capital, os arranha-céus erguem-se às dezenas, orgulhosos e indiferentes aos míseros mortais que não dispõem de posses para habitá-los. Incomensurável quantidade de pequenas casas desaparece e mais e mais se agrava a crise de habitações, já por si acentuada pela contínua afluência de gente do interior, em busca de melhores condições de vida [...]. **Então surgem os barracões, as favelas, em um canto qualquer.** Assim fica-se abrigado ou, pelo menos, tem se a impressão. E a crise de habitação continua, porém não para os moradores da original “Avenida Prestes Maia” - grupo de barracões construídos no terreno baldio da avenida do Estado - que a resolveram a seu modo. (HOJE, 04/11/1945, citado por BONDUKI, op. cit.: 249, grifos nossos)*

Tão gritante era o problema que a prefeitura se sentiu compelida a atuar, e encampou a questão da moradia através de uma política emergencial, que previa a construção de casas de madeira. O choque das elites paulistanas face à aparição de favelas em lugares visíveis fica evidente nas notícias da época; São Paulo perdia assim seu “privilégio” de única grande cidade brasileira sem a presença de favelas:

“Duas mil casas de madeira serão construídas em São Paulo

É realmente desolador o espetáculo que oferece a “favela” improvisada da Avenida do Estado, onde centenas de famílias vivem na mais extrema miséria e desconforto. O quadro que aquele lugar oferece aos transeuntes é o mais constristador possível e revoltante. Em pequenos quartos improvisados, com uma área de pouco mais de 2x2 metros vivem em comum famílias numerosas. Se não há conforto, que se dirá do lado higiênico? Que perigo representa para a cidade aquela “favela”! E que contraste ela oferece aos turistas! Foi esse lugar que o Prefeito Abraão Ribeiro visitou ontem à tarde. Sua impressão foi dolorosa. Revoltou-se e condoeu-se ante aquele quadro de abandono de centenas de famílias que vivem como animais na encosta do orgulhoso planalto de Piratininga. À vista dessa situação, julga o Governador da cidade ser de caráter urgente a aquisição de casas de madeira e pensa fechar o mais breve possível o primeiro contrato para a remessa de duas mil casas. Nestas, pelo menos, - pensa S. Exa. - a população pobre encontrará melhor conforto, ambiente saudável e condições econômicas mais em conta. Por isso, S. Exa. apressará a aquisição de casas de madeira e pretenderá extirpar aquele [ilegível] da civilização.” (FDN, 15/02/1946)

“O orgulho cívico, em relação à cidade que até então não conhecia a favela, estava ferido. Nesse sentido, cabia ao poder público tomar medidas urgentes para acabar com esse mal” (PAULINO, op. cit.: 80, grifos nossos).

Se a prefeitura agiu impelida por motivos eleitoreiros ou por acreditar ser essa uma forma de “encarar o problema”, para nós é indiferente. O que nos chama a atenção é o fato de uma política

como essa, o chamado “urbanismo de favela”, não apenas foi formulada como implementada; trata-se da primeira política urbana para favelas na cidade, tendo removido os barracos originais.

j
A

Imagem 5: Parque Proletário Provisório No. 1, Gávea, Rio de Janeiro.

(Fonte: Arquivo da Cidade. VT/MS/19390207 – APUD VALLADARES, op. cit.: 62)

Mostra da superficialidade do programa era que já no anúncio havia reclamações a respeito das condições de saúde que ofereceria tal tipo de casa, qualificada como “*imprópria para nosso clima, nossa organização, nossa saúde*” (FDM, 15/12/1945). A ironia é que a visão administrativa embebida pelo higienismo evidencia que seu objetivo principal era meramente estético:

*“Casas de madeira como solução da crise de moradia em S. Paulo
– medida adotada em caráter de emergência – Oito mil habitações poderão ser construídas dentro de quatro meses*

*Embora não seja estritamente um problema municipal, o prefeito Abraão Ribeiro tomou a decisão de remediar a crise de habitação que atualmente assoberba a população paulista, iniciando-se uma forma que julga ser a mais prática: **vai introduzir o sistema de casas desmontáveis de madeira. Essa medida tem um caráter (...) de emergência**, isto é, até minorar os efeitos da crise. Mesmo porque não poderia ser uma solução definitiva **visto como todas as opiniões mais autorizadas julgam esse processo de habitação impróprio para nosso clima, para nossa organização, para nossa saúde**. Contra esse “**urbanismo de favela**”, assim denominado pelos motivos expostos, prevalece, porém, o caráter transitório e de emergência que o Prefeito Abraão Ribeiro deu à sua iniciativa.” (FDM, 15/12/1945, grifos nossos)*

Em princípios de 1946, parte dos barracões de madeira anunciados de fato seria erguida, mas

ao que tudo indica, apenas para a população favelada do Parque Dom Pedro II. Encontramos uma referência em matéria em que infelizmente só as chamadas são legíveis; entretanto elas já são elucidativas: *“Iniciada a construção de vinte e um barracões – para substituir a “favela” da av. do Estado – cada unidade abrigará doze famílias – ótimas condições higiênicas (...)”* (FDN, 18/03/1946). Ou nessa outra notícia: *“Não há dúvida, que se trata de medida provisória, mas incontestavelmente vem remediar a situação aflitiva daquela gente. Por isso foram unânimes os aplausos a essa providência do governador da cidade.”* (FDN, 11/03/1946). Diferentemente do primeiro anúncio, nessa já se nota um esforço da imprensa em dar novo aspecto, agora mais positivo, para as casas. Mas não demoraria muito para a “farsa” vir à tona:

“Já era tempo de se mudar a “Favela” da Avenida do Estado”

- Pronta a construção de 28 pavilhões de 12 residências, com 2 quartos cada uma - Onde será a cozinha? - Defeitos de construção - Em 6 meses estará ruindo o conjunto de banheiros - Ansiedade na “Favela” - Os únicos moradores - Outros pretendentes”

O ASPECTO DA VILLA NOVA

Vinte e oito barracões, cada comportando 12 residências de dois quartos (...) O pessoal da “Favela” terá mesmo que continuar cozinhando do lado de fora, se não quiser botar panelas e fogão no quarto de dormir.” (FDN, 10/07/1946)

Em pouco tempo seria apelidada de “Vila Abrahão Ribeiro” (FDM, 31/10/1946), e dois anos depois, favela – *“Abandono e desolação na Favela Abrahão Ribeiro”* (FDN, 07/06/1948). Trocando em miúdos: a favela anterior havia recebido o nome do prefeito anterior (Prestes Maia); foi transferida aos galpões e recebeu o nome do novo prefeito, como Vila Abrahão Ribeiro; pouco depois, tornou a ser chamada de *favela*. Mas recebeu outros nomes: *“A estes galpões, os favelados deram o nome de Vila, ‘Favela Nossa Senhora da Conceição’ que também era conhecida como ‘Favela do Glicério’.”* (GODINHO, op. Cit.: 80). Aqui é o próprio Estado o criador e recriador de favelas. Esse padrão, longe de ser isolado, foi reconhecido já nas pesquisas de Marta Terezinha Godinho, de que a prefeitura não somente autorizava e apoiava, como muitas vezes cedia terrenos ou mesmo incentivava a ida de pessoas para tais locais, despejando de uma área e em seguida cedendo autorizações para que fossem erguidos em outros locais; ou então, tolerava a existência por meio de autorizações para favelas consolidadas nos terrenos municipais. Se enquadram nessa

descrição a Favela do Piqueri, originada do despejo da favela da Lapa, obtendo autorização para ficar no local; autorização semelhante seria dada tolerando a ocupação de terrenos municipais, como nos casos das favelas do Canindé (1948), favela da Barra Funda e Ibicaba (GODINHO, op. cit.) e (PAULINO, op. cit.: 80-81).

Pode-se dizer que a “Vila Abrahão Ribeiro” foi inspirada nos Parques Proletários Provisórios, do Rio de Janeiro, ainda que numa versão mais tosca e simplificada. Os Parques Proletários (ao todo três deles foram construídos) foram erguidos entre 1941 e 1944, na Gávea, Caju e Praia do Pinto, e segundo Lícia Valladares, incluíam-se numa ótica populista de Vargas.

“Dentro da nova política, não seria mais sustentável incendiar as zonas urbanas ocupadas irregularmente ou simplesmente expulsar os pobres, conforme foi feito na época da guerra contra os cortiços, durante o mandato municipal de Pereira Passos. (...) Levantamos aqui a hipótese de considerar que, de alguma forma, a política dos parques proletários dá continuidade a algumas das proposições anteriores como as de Mattos Pimenta e Agache, fortemente marcadas por uma postura higienista e estética. É importante lembrar que estes dois últimos personagens haviam ressaltado a importância da luta contra a favela, e que suas propostas de realojamento dos favelados não foram retomadas pelas autoridades de sua época.” (VALLADARES, op. cit.: 61)

Valladares compreende que ainda que inaugurando um novo tipo de intervenção em favelas, no fundo a medida era uma continuação radicalizada de propostas anteriormente apresentadas na cidade por prefeitos e planejadores anteriores. No entanto, há que se chamar à atenção à diferença no tocante à presença do Estado, e o maior poder atribuído às assistentes sociais, no sentido de ter maior controle sob a vida das pessoas¹⁶⁴. Os parques proletários continham vários equipamentos sociais – escolas, creches e equipamentos esportivos – e eram acompanhados por assistentes sociais, que incentivavam o caráter da pessoa enquanto trabalhadora, só considerada possível em “ambiente sadio e higiênico”.

Em São Paulo, como no Rio, após a construção dos barracões teriam sido erguidos também capela, posto médico, sede para administração, educação sanitária e polícia. Os barracões teriam sido, segundo Bonduki,

¹⁶⁴ “ Não se tratava apenas de retirar as famílias dos espaços insalubres das favelas, fornecendo-lhes novas moradias de acordo com as regras sanitárias. O objetivo era também dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios modificassem as suas práticas, adequando-se a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e moral. As moradias dos parques proletários eram concebidas como moradias provisórias, um hábitat de transição, para assegurar a integração posterior dos habitantes à vida urbana.” (VALLADARES, op. cit.: 62)

“uma forma de enfrentar o problema das favelas em São Paulo que criou uma tradição, comandada pela assistência social da Prefeitura e baseada na construção de alojamentos provisórios como uma etapa do processo do desfavelamento, educação e remoção.”
(BONDUKI, op. cit.: 264)

Não por acaso, os Parques Proletários do Rio de Janeiro acabariam tendo o mesmo destino da “Vila Abraão Ribeiro”: tornaram-se favelas¹⁶⁵. Em ambas cidades, as políticas de despejo e transferência da população para galpões “provisórios” em pouco tempo repetiriam as velhas formas, sob novas roupagens. Nesses casos, fica flagrante que a política dita habitacional era falaciosa e também se limitava à simples expulsão dos favelados de um lugar para outro, atuando também o Estado como um agente favelador pelo seu planejamento e ação.

3.3.3. A expansão das favelas paulistanas

No final da década de 1940 e início dos anos 1950 começa a tornar-se mais comum a aparição das favelas no noticiário. Não eram mais somente as do Parque Dom Pedro II, mas de uma série de outros núcleos; alguns deles ainda bem pequenos, outros nem tanto. Nessa época também nota-se uma mudança na própria atitude da prefeitura, que de iniciativas provisórias passa a formular políticas mais elaboradas para o “enfrentamento do problema”. Tais iniciativas foram de uma atuação assistencialista por meio do CASMU¹⁶⁶ indo chegar na formulação de uma política de desfavelamento com a experiência do Canindé em 1960. Paralelamente, o Estado armado dava conta à sua peculiar maneira, ocasião em que todos estigmas de marginalidade no sentido criminal vinham à tona.

No final da década de 1940 as favelas passaram a ter lugar cativo no noticiário policial, talvez por sensacionalismo, mas também porque tais locais não eram mais tão únicos, e passavam a se constituir como uma nova parte da cidade. Agressões, tiros, facadas etc que recheiam os periódicos passam a ter como pano de fundo privilegiado as diversas favelas que estavam surgindo, e num

165 “Um dado curioso é constatar a presença, na lista de favelas do recenseamento de 1950, do Parque Proletário da Gávea. Concebido como solução provisória para o realojamento dos favelados, oito anos mais tarde essa solução já era considerada um fracasso. O que poderia ter sido uma alternativa tornou-se um equivalente à favela.” (VALLADARES, op. cit.: 69)

166 Comissão de Assistência Social Municipal: “Era presidida por Leonor Mendes de Barros, esposa de Adhemar de Barros, e funcionava junto ao gabinete do prefeito, naquele período, Armando Arruda Pereira. Na gestão seguinte, do então prefeito Jânio Quadros, a CASMU assume novos encargos; era o início da ação em favelas.” (PAULINO, op. cit.: 79)

momento em que ainda não teriam nenhum outro motivo para figurarem nos jornais, é por meio desse tipo de informação que encontramos as favelas de então, dando inclusive a dimensão de que elas eram muito mais espalhadas e numerosas do que se anunciava: “Favela do Penteado”, também conhecida por “Favela do Viaduto” (FDN, 14/03/1946); “Favela da Vieira de Carvalho”, no Arouche (FDN, 14/11/1947); “Favela Paulista” na Avenida do Estado (FDM, 08/07/1948); “Favela do Glicério” (FDN, 14/11/1947); “Favela da Rua Brigadeiro Tobias” (FDM, 04/02/1949); “Favela do Carmo” (FDN, 08/02/1950); “Favela do Bom Retiro” ou “Favela do Lixão” (FDM, 08/11/1947).

Toda uma série de favelas foram surgindo perto do centro, nos piores terrenos – locais na maior parte das vezes próximos a rios e sujeitos a inundação. Próximo ao centro estavam as favelas da Avenida do Estado e Tamanduateí, Várzea do Penteado, Glicério e Carmo. Rio abaixo e próxima ao Rio Tietê, a favela do Canindé, de Carolina Maria de Jesus. Mais adiante, havia a favela da Lapa – que seria despejada por ocasião da construção do Mercado da Lapa (20/02/1951) e de lá transferida para o outro lado do Rio, no Piqueri, dando origem à Favela do Piqueri¹⁶⁷.

Em direção à zona leste, são apontadas “Favela do Ivaí”, possivelmente a Favela do Tatuapé (FDM, 15/01/1952); “Favela do Hipódromo” na Moóca, na Vila Matilde:

“Vila Matilde, abandonada

Há em Vila Matilde o que há aqui no coração da cidade, “favelas” - barracões feitos de caixas de sabão, onde moram as maiores vítimas da crise da habitação, que já atingiu aos subúrbios. Pedem os moradores a sua extinção. Esse, entretanto, é um caso difícil, pois nem o poder público municipal conseguiu até hoje extinguir a “favela” existente aqui no centro, entre o largo do Arouche e a praça da República. (FDN, 31/05/1948)

Também na zona leste, só que bem mais distante do centro, estava a Vila Guilhermina. A considerar pela matéria abaixo, tem-se a impressão das pessoas que lá vivem como desimportantes, sem que haja necessidade de sua incorporação na produção de valor. Nesse local, muito mais afastado, a favela certamente tinha condições ainda mais precárias que as localizadas nas zonas centrais – uma vez que estas últimas contavam com as possibilidades postas pelo centro da cidade para a realização de pequenos ofícios, comércio, coleta de ferros e papelões etc. Mas segundo o

¹⁶⁷ Ainda encontramos matérias esparsas sobre pequenas favelas como sobre a “Favela da Av. Henrique Schaumann” (FDM, 21/08/1952), Favela Beco da Onça, na Rua Newton Prado e que teria se incendiado (FDM, 06/08/1952)

jornal, a distância física significava também uma distância temporal, ficando nítida a visão da favela como atraso, e não como posta pelo próprio processo de modernização:

“Do Viaduto do chá à favela da Vila Guilhermina, diferença de séculos!

Constitui mal inerente de todas as grande cidades a existência de aglomerados de habitações (...) nas proximidades das zonas centrais urbanas nas quais moram miseráveis em condições de [miséria] (...), [em] numerosa parte [de] Nova York, Chicago e todas as grandes cidades norte-americanas (...).

A FAVELA DE VILA GUILHERMINA

Não fica longe (...) do viaduto do Chá. (...) Mas a pequena distância, que diferença! É como se passássemos da época atual ao século XVIII em alguns minutos. Tudo que foi inventado, descoberto e aperfeiçoado – já não dizemos [nem] para o luxo – mas para a higiene, o conforto e o bem estar do homem moderno, inexistente, ali.

PROMISCUIDADE

É uma baixada, mede cerca de duzentos metros quadrados e tem o solo coberto por uma vegetação crescida e agreste. Sobre esse cenário (...) [estão] cinquenta ou sessenta construções indescritíveis. Algumas de madeira, cobertas de zinco. Outras de tijolos, umas poucas de alvenaria e (...), uma contando com um cômodo apenas. Esse compartimento é dormitório, cozinha, sala de jantar e tudo o mais. Só não é WC porque essa função está reservada aos espaços existentes entre uma e outra fila de habitações. Esses terrenos constituem, aliás, o depósito coletivo de lixo. Ai se acumulam detritos de todas as espécies. Restos de comida, colchões, peças inutilizadas, farrapos e excrementos, principalmente. A vida na favela da Vila Guilherme é irregular em tudo. Assim é, por exemplo, que alguns dos seus habitantes ainda não haviam almoçado à hora em que estivemos lá - 16 horas. Outros, com aparência de embriaguez, dormiam ao ar livre. E uma velha septuagenária, a única ocupante sozinha de um barraco, acendia velas a uma mistura de santos cristãos e ícones fetichistas..." (FDN, 20/08/1954)

Fetichismo seria a palavra adequada para expressar o estranhamento às favelas que continuava presente nas falas da imprensa paulistana, e que “durou mais de três décadas, em que a questão foi tratada sob a ótica da repressão, reeducação e remoção” (BONDUKI, op. cit.: 263). Irregulares, desimportantes e especialmente despossuídos de praticamente tudo, inclusive de morar, personificando a formação negativa do trabalho que se impõe a essas pessoas.

A remoção foi a tônica de todo o processo, desde o princípio. Se muitas favelas originaram-se de casas, cortiços e núcleos despejados para a construção de avenidas ou edifícios mais altos, as subsequentes seriam fruto do despejo destas primeiras favelas. Face a um despejo, piora a situação imediatamente com o afastamento para local mais distante. As favelas, agora não mais exclusividade do centro, surgiam também em outros bairros, como a Moóca:

“Necessária em São Paulo a cidade dos menores

(...) enquanto nas cocheiras do velho hipódromo surgiu uma favela que se vai alastrando e que dentro em breve criará para a Prefeitura um problema social tão difícil como para o IAPI foi a remoção dos casebres erguidos na várzea do Glicério." (FDM, 01/07/1952)

Aqui já se fala da favela do Glicério no passado. O despejo desta favela se constituiria “caldo” para engrossar as novas e ainda pequenas favelas nessa parte intermediária da cidade, não tão próxima dos centros nem tão afastada, como o eram a favela da Vila Prudente e favela do Vergueiro. Seu despejo teria ocorrido em 1951, conforme assinala Marta Terezinha Godinho:

“Em 1951, quando então prefeito o Dr. Asdrubal da Cunha, o Iapi, requisitou a área em que estava a favela [do glicério], para construir. Foi então feito o despêjo daquelas famílias, sendo que a prefeitura lhes dava o material do cômodo em que residiam, bem como lhes fornecia caminhão para transporte desse material. Essas famílias, na sua grande maioria, foram para terrenos particulares e outras se encaminharam para outras favelas, então já existentes” (GODINHO, op. cit.: 12)

O despejo da favela do Glicério ocasionou talvez um dos primeiros movimentos de pulverização para outras favelas, mas também essa mobilidade entre favelas implica em empobrecimento ainda maior¹⁶⁸. Esse trânsito entre favelas inaugura uma mobilidade dessa força de trabalho, entre favelas, que não se interromperia mais. Com o despejo de favelas no centro da cidade, outros núcleos mais afastados do centro e até então pequenos foram sendo paulatinamente aumentados. Em outra passagem, ao falar da CASMU, Godinho reconhece a experiência de do Glicério como muito insatisfatória, e aponta a mudança de gestão novamente motivando a intervenção em favelas criadas pelo antecessor, jogando as pessoas que moravam nestas favelas para lá e para cá ao sabor dos ventos da política municipal:

“Não se trata, como de outras vezes, na “favela do Glicério e do Floresta” em que a solução foi atear fogo nos barracos ou passarem com os tratores por cima deles. Isto não resultou extinção de favelas, mas quando muito sua mudança para outro local e um desajustamento maior de sua base” (GODINHO, op. cit.: 82).

Rumo ao sudeste, em torno dos rios Tamanduateí e Ipiranga, surgiram as favelas da Vila Prudente (na baixada do Tamanduateí) e favela do Vergueiro, respectivamente. Consideramos que a partir do surgimento destas duas últimas o processo passa a assumir novas características. Não

168 Há que se considerar os despejos como formas que incrementam o empobrecimento, na medida em que pode se dar a “destruição de ativos” da família, no sentido proposto por Francisco de Oliveira: “É preciso reconhecer que a família também é um agente que acumula; se não acumula bens de capital, com o sentido da reprodução, acumula ativos, e ao longo do tempo essa acumulação somente tende a crescer, mesmo em presença de salários reais constantes ou até decrescentes. Apenas na ocorrência de catástrofes, tais como enchentes, incêndios etc., é que ocorre **destruição** dos ativos.” (OLIVEIRA, op. cit.: 90, grifos do autor). Muitas vezes, as famílias perdem todos seus objetos pessoais mas também telhas, madeiras e portas. Há dificuldade em prover transporte para todos os objetos para o novo local; mas também sendo esse local possivelmente a rua, muita coisa é deixada para trás pela impossibilidade de levá-las. Sem mencionar os incêndios, muitas vezes provocados de forma proposital como forma de forçar a saída das pessoas.

apenas pela dimensão de ambas, que por longo tempo seriam as maiores da cidade, como pelo fato de que um fenômeno de tal magnitude certamente já refletia a incorporação nas favelas de parte do afluxo migratório em direção à cidade.

Curiosamente, a favela da Vila Prudente surgiu justamente numa área da Superintendência dos Serviços do Café e que teria sido transferida a uma companhia industrial. Como não houve impedimento à ocupação, ali se ergueu a favela:

“Mil e um rumores antecedem o fim da mais imunda favela de São Paulo

(...) A antiga propriedade da Superintendência dos Serviços do Café, transferida agora para uma grande firma industrial não poderá mais ser ocupada por aqueles que ali se plantaram simplesmente porque ninguém impediu que o fizessem.

Contam alguns moradores antigos daquela zona que, mais ou menos em 1927, a Superintendencia dos Serviços do Café adquiriu aquela extensa faixa de terras para ali construir um grande armazém. O terreno permaneceu, porém, abandonado. Um dia, levantou-se ali um barracão miserável, erguido por quem não tinha direito algum sobre a terra. Depois outro e mais outro. Lembra-se os mais antigos que em 1948 a favela já estava formada.” (FDN, 14/05/1955)

A favela da Vila Prudente é também citada por ser não de pessoas que antes viviam no centro, mas de migrantes, nomeadamente nordestinos:

“Grande é o numero de familias que vivem desajustadamente nas favelas da capital

(...) Em sua maioria, os habitantes das favelas são nordestinos. Do numero estimado de cinco mil favelados, pelo nosso calculo três mil são procedentes do chamado poligono da seca; estão em São Paulo a menos de cinco anos. Esses elementos são encontrados principalmente nas favelas de Vila Prudente, enquanto que nas favelas da Barra Funda e do Piqueri residem os antigos moradores da favela “Prestes Maia”, que se localiza na varzea do Carmo.” (FDM, 30/05/1954)

*Imagem 6: Favela da Vila Prudente, 1955?
(Fonte: DINIZ, 1956)*

Referências apontam que em 1954, com o fim da favela do Glicério, muitas pessoas teriam sido transferidas para essa favela, constituindo um momento de grande crescimento da favela (FDN, 12/02/1954). Entretanto, depoimento de um antigo morador rebate a tese e apresenta também a favela da Vila Prudente como tendo se originado de outra favela despejada do centro:

*“A favela da Vila Prudente tem a sua história. Ela é a mais antiga de São Paulo. Existe desde 1940, mas não neste local atual. **Originalmente assentada na região do Cambuci,** onde hoje estão os prédios do Exército, **deslocou-se para essa área de propriedade do Estado em 1941.** (...)” (ESPÍNDOLA, Manoel Francisco. “A favela foi a maior das minhas escolas.” Depoimento presente em (SÃO PAULO (Governo do Estado), 1983. grifos nossos)*

Se num geral os noticiários mostravam as favelas como lugares violentos, na favela da Vila Prudente quase que se exaltou a repressão policial, que a partir de então deu as mãos para as favelas para não soltar mais. E ao observarmos tais fenômenos, nos damos conta de que no fundo há uma generalidade que une momentos aparentemente distintos como os que estamos tratando e os atuais anos 2010, com sua repressão aos morros, UPPs, muros, cercos de favelas etc.

Nesse sentido as favelas do Rio de Janeiro sempre foram muito “adiantadas” em relação às de São Paulo. Em 1947, encontramos referência a um “comando policial” em favelas do Rio (FDN, ,

18/12/1947); em 1948, um protesto na favela da Praia do Pinto contra a ação violenta da polícia nas ações da chamada “Batalha do Rio de Janeiro” (FDM, 17/07/1948).

*Imagem 7: Presença da polícia na Favela da Vila Prudente - 1955?
(Fonte: DINIZ, op. cit.)*

Em São Paulo, alguns anos mais tarde, aos olhos da polícia e do Estado, a favela da Vila Prudente “personificava” a violência e a criminalidade; em 1955, um efetivo com onze viaturas cercou as onze entradas da favela, controlando o acesso de entrada e saída e obrigando residentes a mostrarem documentos (FDM, 08/02/1955), ao que se teria seguido uma reação dos supostos “bandidos”; menos de um mês depois o cerco viria a se repetir: “*desta vez não houve reação. Os ladrões entregaram-se com facilidade*” (FDN, 05/03/1955). Chegou-se até a considerar a construção de um muro para isolar a favela, durante sessão da câmara legislativa:

“No expediente da sessão, o sr. João Francisco de Haro, da bancada do P.S.D., reclamou providências para a extinção da favela da Vila Prudente. Sugeriu ao poder publico que construa uma muralha separando a favela do bairro ou que promova o isolamento da favela "pela construção de uma cerca de arame, eletrificada". (FDM, 01/03/1955)

O muro não chegou a ser erguido¹⁶⁹, mas o fato de ser cogitado dá indícios de como a imagem

¹⁶⁹ Ao contrário dos onze muros erguidos ao redor de favelas no Rio de Janeiro em 2009, sob alegação de “*conter o crescimento desordenado das comunidades e a devastação da mata*” (OESP, 05/04/2009). À visão segregacionista,

da favela estava associada à de marginalidade social, da força do que Janice Perlman chama de “mito da marginalidade” (1977), e de como desta forma a ideia de marginal associa-se com a de criminoso; logo, cuida-se da favela por meio da polícia. Dois anos depois, entretanto, a violência policial passaria a ser questionada por moradores:

“Violências e arbitrariedades

Comissão de moradores da favela de Vila Prudente solicitou audiência ao governador do Estado a fim de apresentar queixa contra os desmandos do subdelegado Heliodoro Ribeiro de Moura, 30 anos, residente na rua Dinopolis 17, naquela favela que, por força da autoridade de seu cargo e da de presidente da Sociedade de Amigos da Favela de Vila Prudente teria cometido uma série de delitos, entre os quais se destacavam violências, extorsões, furtos, invasão de domicílio e conluio com ladrões.” (FDM, 22/09/1957)

Se por um lado ia a polícia, passaram a frequentar as favelas também o serviço social, sendo defendido na mesma assembleia legislativa a atuação assistencial às famílias, identificadas como migrantes nordestinos. Nota-se uma modificação no sentido assistencialista, como que constatando que as favelas não eram mais temporárias e sim uma nova forma de moradia, e que como tal deveriam ser assessoradas:

“Assembléia Legislativa

(...) Trata o sr. Araripe Serpa da situação dos moradores da 'favela' existente ao longo da avenida Santa Elisa, em Villa Prudente, reclamando assistência dos poderes públicos para aquelas famílias, constituídas em sua maioria por imigrantes nordestinos” (FDM, 03/09/1953)

Em outra matéria, a vereadora e assistente social Helena Iraci Junqueira anunciava em discurso na câmara municipal a inauguração de “*duas torneiras e um posto policial*” na favela, num reconhecimento da permanência mais alongada desta (FDM, 22/03/1956); logo, era preciso vigiar e minimamente oferecer condições. Talvez, até então *as moradoras* tinham de caminhar muito mais longe para conseguir água¹⁷⁰; por mais inusitado que possa parecer, a inauguração de torneiras foi batalhada em outras favelas, como se fosse o máximo que poderia ser feito.

Mas já em 1955 a favela seria ameaçada por um despejo. O fato foi quase comemorado na notícia abaixo, como se o jornal compartilhasse a visão de que a favela era a criminalidade, uma coisa só. A extinção da “*perigosa, imunda, sórdida e criminosa*” favela era assim comemorada, já

adicionou-se o discurso pseudo ambiental – o “fascismo verde”.

¹⁷⁰ **AS** moradoras, pois eram essencialmente as mulheres que iam buscar água na fila da torneira, conforme se observa também na leitura de Carolina de Jesus(1960)

que uma “grande firma industrial” iria fazer justiça ao ocupar o local:

"MIL E UM RUMORES EM O FIM DA MAIS IMUNDA FAVELA DE SÃO PAULO

- Vai ser extinta a favela de Vila Prudente - Da miséria à delinquência, apenas um passo - Tristemente famosa: a mais perigosa, a mais sordida, a mais imunda e a mais criminosa das favelas de São Paulo

A antiga propriedade da Superintendencia dos Serviços do Café, transferida agora para uma grande firma industrial não poderá mais ser ocupada por aqueles que ali se plantaram simplesmente porque ninguém impediu que o fizessem.” (FDM, 14/05/1955)

Segundo Manoel Espíndola (SÃO PAULO, op. cit.) teria ocorrido um grande despejo entre 1953 e 1954, que levou à mobilização para criação da Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente. Desconhecemos as minúcias desses casos, mas a favela permanece ainda hoje no local (2012). No início dos anos 1950, a favela de Vila Prudente foi a maior da cidade, com mais de 3.000 pessoas, até ser superada pela favela do Vergueiro. E “fez par” com esta favela como as duas principais da cidade em número de habitantes, constando em todos os principais planos de desfavelamento e intervenção em favelas.

Nos anos 1950, surgiram diversos núcleos de favelas que existem até os dias de hoje, em variadas partes da cidade. Na zona sudoeste formariam-se a “Favela Real Parque” em 1956 e o Jardim Panorama, 1957 (D'ANDREA, 2008), que existem até a atualidade; outras, como a favela da cidade Jardim, descrita por Lúcio Kowarick (1980) que formou-se no início dos 1950 e existiu até meados dos anos 1970; para sul, toda uma série de favelas ao longo do córrego Águas Espraiadas até o Aeroporto – que abrigou favela homônima. Dessas, muitas ainda existem, enquanto várias foram sendo despejadas em distintos períodos – especialmente a partir da construção da avenida Águas Espraiadas e operação urbana associada à tal localidade¹⁷¹. Tendo exposto um panorama geral das favelas dos anos 1950, resta tratar de uma: a favela do Canindé, que nos debruçaremos a seguir.

171 Sobre a constituição e despejo de parte das favelas das Águas Espraiadas, ver ALFREDO, 1999.

3.3.4. Carolina Maria de Jesus e a Favela do Canindé

*“Daria um filme,
uma negra e uma criança nos braços,
solitária na floresta de concreto e aço”
(RACIONAIS MC’S, Negro Drama, 2002)*

Nesse tópico apontaremos alguns elementos sobre a favela do Canindé. Não apenas ser contemporânea ao primeiro momento da favela do Vergueiro, mas porque sua existência foi marcante na história das favelas paulistanas do período. Se por um lado suas particularidades foram representativas de outras similares em tamanho e constituição, de outro há que reconhecer que foi a partir da favela do Canindé, primeiro pela mão de Carolina Maria de Jesus, e depois em virtude de enchente de grandes proporções, que as favelas foram alçadas à ordem do dia nos assuntos cotidianos e na política paulistana. Foi a partir dessa favela que se iniciou um planejamento mais sistemático em torno do “desfavelamento” como política de erradicação¹⁷².

Iniciaremos tratando brevemente da importância do livro “Quarto de Despejo”, apresentando a autora e justificando a importância de obra em variados sentidos. Sua autora, Carolina Maria de Jesus, foi uma escritora favelada, negra e que trabalhava como catadora de lixo, tendo vivido na favela do Canindé entre 1948 e 1960¹⁷³. O livro é estruturado como um diário em que a autora conta o cotidiano de sua vida na favela, considerando aspectos como o trabalho, a família, as relações entre vizinhos, com a polícia, políticos etc. Considerando entrevistas e outros materiais coletados sobre a favela do Vergueiro, notamos grande semelhança com os casos relatados por Carolina que dizem respeito à vida na favela entre uma e outra favela. Desse modo o material se presta como precioso relato literário sobre a vida nas favelas em São Paulo dos final dos anos 1950 e princípio dos 1960, além de ser uma excelente forma de “mergulhar” no universo do ponto de vista de quem é negra, favelada e cujo emprego é catar lixo para vender e conseguir comida.

“É uma grande galeria de personagens – algumas melhor caracterizadas, outras apenas esboços – que abrange especialmente os moradores da favela, mas que se estende ainda

172 Produziu-se excelente material pela prefeitura avaliando o êxito da experiência do desfavelamento do Canindé, situando-na como modelo para outras favelas. Ver PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1962)

173 Além de “Quarto de Despejo”, a escritora publicou mais três livros, alguns contos, poesia e peças de teatro, todos após o lançamento do primeiro livro.

pelas vias que levam à cidade, incorporando mendigos, vendedores ambulantes, donos de lojas do comércio, mulheres de classe média em suas casas bem montadas, atendentes de hospitais e delegacias. De cada um deles temos um vislumbre de vida, no momento exato em que sua existência cruza com a da protagonista. E esses encontros são, evidentemente, literários, usados para preencher a necessidade de dizer alguma coisa sobre o outro e, talvez, esclarecer para si o mundo. ” (DALCASTAGNÈ, 2007)

A tônica da narrativa, do princípio ao fim, passa pelo reconhecimento do dinheiro como finalidade mais importante da vida, uma vez que sem ele se passa fome. A finalidade da vida – inclusive das crianças – é o tempo todo correr atrás de dinheiro; é a necessidade de vender o trabalho sem incorporação produtiva, como negativo do capital. Carolina personifica tanto o negativo do trabalho como do que está dissociado do valor, na sua condição de mulher e negra.

Jorge Paulino (op. cit.) destaca algumas citações de Carolina Maria de Jesus em que a associa a uma dupla visão, que por um lado reproduz preconceitos que colocam a favela como marginal, “ulcera”, “quintal”. Por outro expõe alguns dos preconceitos sociais para com as pessoas faveladas. Entretanto, gostaríamos de tratar um aspecto não discutido por esse autor, e que diz respeito à tônica de nossa pesquisa. Podemos fazer uma leitura distinta, que constata de que não há nada de marginal nessa vida favelada, já que a todo instante há o mais profundo reconhecimento da crueza da lógica moderna, do dinheiro, da concorrência e do individualismo. Para Carolina, nada há de rural: a favela é parte da cidade, e sua presença reflete a “crise do mundo”, a de ser |“*escrava dos custos de vida*”¹⁷⁴:

“... Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando à primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer: - Muito bem, Carolina. Os generos alimentícios deve ser ao alcance de todos” (JESUS, op. cit.: 39, grifos nossos)

“Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela” (ibidem: 42)

*“15 de julho de 1955. Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. **Mas o custo dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida.** Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros.*

174 Para todas as citações de Carolina Maria de Jesus, preservaremos a o texto e ortografia da primeira versão, de 1960. A esse respeito, compartilhamos da visão de Regina Dalcastagnè sobre a não revisão de seu texto pelas editoras: “A manutenção dos erros gramaticais nos livros da autora é uma demonstração de preconceito das editoras, que julgam que, de outra forma, a “autenticidade” do relato seria comprometida. Mas o texto dos escritores “normais” (isto é, de elite) é sempre cuidadosamente revisado.” (DALCASTAGNÈ, op. cit)

Comprei 20 de carne. 1 Quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se.” (ibidem: 13, grifos nossos)

Para Carolina, a base dessa vida é ganhar o suficiente para pagar os custos de vida. Ela reconhece também que vive uma situação nova, não algo que pertencesse a um “tempo antigo”, mas um profundo reconhecimento de que “atualmente somos escravos do custo de vida” – isto é, na cidade moderna, monetarizada, há que se pagar para viver. O novo tempo é também quando as pessoas pobres e desempregadas substituem os corvos nas margens dos rios:

“...Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não se vê os côrvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os côrvos.” (ibidem: 59)

E no caso dela e de muitas pessoas que moram na favela por ela descritas, muitas vezes não se consegue sequer o mínimo para atender a sobrevivência. Daí se recorre aos tomates e linguças no lixo, às doações de móveis, à caridade etc; e quando não se consegue nenhuma dessas há que se encarar a crueza da fome. Suas passagens em que descreve tais momentos remetem à experiência urbana da pobreza e da fome particular do século XX: passa-se fome justamente numa sociedade de fartura; há comida demais, mas ela é mediada pelas leis do preço e da oferta. Diferentemente do dualismo, que associa a fome ao atraso e ao subdesenvolvimento, ou que há falta de gêneros, para Carolina a coisa é simples: ela tem a ver com o preço, o custo de vida e a falta de dinheiro, e se passa fome porque trata-se de mercadorias:

*“A lentilha está a 100 cruzeiros o quilo. Um fato que alegrou-me imensamente. Eu dancei, cantei e pulei. E agradei o rei dos juizes que é Deus. Foi em janeiro quando as águas invadiu os armazens e estragou os alimentos. **Bem feito. Em vez de vender barato, guarda esperando alta de preços:** Vi os homens jogar sacos de arroz dentro do rio. Bacalhau, queijo, doces. **Fiquei com inveja dos peixes que não trabalham e passam bem.**” (ibidem: 60, grifos nossos)*

*“7 de janeiro ... Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! **Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir.** Temos bacalhau nas vendas que ficam anos e anos a espera de compradores. As moscas sujam o bacalhau. Então o bacalhau apodrece e os atacadistas jogam no lixo, e jogam creolina para o pobre não catar e comer.” (ibidem: 145, grifos nossos)*

*“Saí pensando na minha vida infausta. Já faz duas semanas que eu não lavo roupa por falta de sabão. As camas estão sujas que até dá nojo. ... Não fiquei revoltada com a observação do homem desconhecido referindo-se a minha sujeira. Creio que devo andar com um cartás nas costas: **Se estou suja é porque não tenho sabão.**” (ibidem: 97, grifos da autora)*

Há plena consciência de que a cidade é o lugar em que só se pode sobreviver pelo dinheiro, seja o comer, seja o morar, seja o lavar as roupas. No caso contado abaixo, trata-se de um negro, pobre e idoso, que sabe que atingiu o ponto em que tornou-se completamente inútil à uma sociedade que só lhe tem interesse quando este pode vender seu trabalho – e como idoso e preto também encarna a dissociação do valor:

“Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes róticos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. (...) Estava comendo uns doces que a fábrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro e comia os doces. (...)

- O senhor espera que eu vou vender este papel e dou-te cinco cruzeiros para o senhor tomar uma media. É bom beber um cafezinho de manhã.

*- Eu não quero. A senhora cata estes papeis com tantas dificuldades para manter os teus filhos e deve receber uma migalha e ainda quer dividir comigo. Este serviço que a senhora faz é serviço de cavalo. Eu já sei o que vou fazer da minha vida. Daqui uns dias eu não vou precisar de mais nada deste mundo. **Eu não pude viver nas fazendas. Os fazendeiros me explorava muito. Eu não posso trabalhar na cidade porque aqui tudo é a dinheiro e eu não encontro emprego porque já sou idoso.** Eu sei que vou morrer porque a fome é a pior das enfermidades” (ibidem: 56, grifos nossos)*

A dimensão da fome e da privação passa a invadir os sonhos; o desejo é conseguir comprar, ter dinheiro para fazê-lo, e assim poder comer bife, festejar aniversários, comprar panelinhas etc:

*“21 de maio. Passei uma noite horrível. Sonhei que residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. **Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo.** Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga. Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha” (ibidem: 40, grifos nossos)*

A realidade do deserto dessa monetarização negativa, sem dinheiro, é então descrita como lamacenta, fria, fedida, faminta, amarga. E a favela, ainda que nessa passagem seja posta de fora da cidade, consiste no depósito de coisas inutilizadas, a pior da cidade, o *quarto de despejo*:

*“...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. **E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.**” (ibidem: 37, grifos nossos)*

E considerando que esse é o local para onde vão as pessoas nas piores condições, ela relata a chegada de novas pessoas que vão residir na favela:

“Percebi que chegaram novas pessoas para favela. Estão maltrapilhas e as faces

desnutridas. Improvisaram um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras reservadas aos proletários. Fitei a nova companheira de infortunio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças pauperrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. Talvez ela não mais tem ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida.”(ibidem: 47)

Retornaremos a algumas passagens desse livro adiante. Por hora consideramos suficientes as passagens apresentadas para dar uma dimensão geral de determinados pontos de vista de Carolina referentes à monetarização, mas também por permitirem nossa reconstrução mental do que seria o ambiente das favela daquela época, a partir de sua representação enquanto ponto de vista de uma moradora escritora.

E assim, podemos chegar aos impactos do lançamento desse livro¹⁷⁵. Em matérias de jornal, as referências são de as vendas terem sido tamanhas a ponto de ultrapassar Jorge Amado, Carlos Lacerda e Alzira Vargas (FSP, 20/08/1960). Isso dá uma ideia do alcance que teve seu livro e permite compreender o contexto já dos anos 1960, que tendia a um reforço de uma política assistencialista e desfaveladora¹⁷⁶, que chegaria aos movimentos organizados e socialmente respaldados – como o MUD – Movimento Universitário de Desfavelamento.

Depois da favela de Vila Prudente – e posteriormente a favela do Vergueiro – a favela do Canindé junto com a do Piqueri figuravam como as maiores favelas – que no entanto ainda não chegavam aos pés das favelas cariocas:

“O numero de barracões nas favelas de Vila Prudente é superior a duzentos. No Piqueri há 169 barracões. No Canindé, 150; em Ibicaba, 10, e na Barra Funda, apenas 35 barracos. Latas velhas, pedaços de madeira, pregos usados, papelão e entulho são empregados na construção daquele mundo de zinco.” (FDM, 30/05/1954)

Em pouco tempo a população do Canindé teria dobrado e atingindo 300 barracos (FDN, 16/10/1957), ainda que haja muita controvérsia a respeito de tais levantamentos. No levantamento feito pela prefeitura em 1960, tínhamos o que segue:

175 “No ano de lançamento chegou ao número de cem mil exemplares vendidos. No mesmo ano, a autora é homenageada na Academia Paulista de Letras (...)” (PAULINO, op. cit.: 92)

176 Lícia Valladares conta que o livro “Quarto de Despejo”, traduzido ao inglês sob o nome de “Child of the dark”, fazia parte da formação dos *Peace Corps*, programa de voluntariado criado nos Estados Unidos durante o governo Kennedy como forma de intervenção nos países do Terceiro Mundo; um dos principais objetivos dos *Peace Corps* era a melhoria das relações dos EUA com o resto do mundo por meio de um ideal humanitário. (VALLADARES, op. cit.: 104-107).

“Localização - Iniciada há 15 anos (1946), situava-se à margem esquerda do Rio Tietê, (...) no bairro do Canindé, ocupando uma área aproximada de 34.500 metros quadrados, em terreno da prefeitura.

Número de famílias – em 168 barracos viviam 230 famílias, atingindo um total de 904 pessoas (...)

Tipo de habitação – Barracos de madeira precariamente construídos e em péssimo estado de conservação, aglomerados em vielas, dos quais uma parte apenas possuía luz elétrica.

Condições sanitárias – Não havia água encanada nem esgoto. Seus moradores serviam-se de alguns poços e de duas torneiras públicas. Havia algumas fossas, mas a maioria dos habitantes se servia de vasilhas e atiravam ao rio ou em valas abertas os excrementos.” (PMSP, 1962: 21)

No final de 1960, fortes enchentes atingiram a favela e provocaram uma situação de calamidade pública. Observando matérias de jornal da época, nota-se que o volume de chuva foi muito grande e que afetou fortemente toda a cidade. Entretanto, as favelas, por situarem-se nas áreas mais baratas – sujeitas a enchente – estiveram dentre as mais castigadas. A mais atingida certamente foi a favela do Canindé:

“Inundações – Anualmente era duramente castigada pelas enchentes, tendo as inundações de dezembro de 1960 a fevereiro de 1961 atingido proporções calamitosas, exigindo a retirada temporária da quase totalidade de seus moradores.” (ibidem: 24)

O plano de desfavelamento para essa favela teria surgido durante o período em que esteve inundada e que recebeu visita dos bombeiros, serviços sanitários etc. A ideia era que na próxima cheia tais pessoas não estivessem mais naquele local. E assim foi feito. O plano foi pensado no início de 1961 e implementado ao longo do ano. No caso, preferiram-se as soluções individuais a uma solução coletiva, como a construção de um conjunto habitacional.

“Pelas entrevistas com os favelados verificou-se que vários estavam adquirindo terreno em pequenas prestações, e pensou-se, então, em encaminhá-los, a todos quantos apresentassem um mínimo de recursos ou possibilidades econômicas, para uma solução definitiva – a casa própria” (idem)

Dentre as outras possibilidades de “solução” oferecidas, estavam: o retorno à cidade ou à região de origem; pagamento de aluguel por alguns meses aos que não tivessem condição de adquirir uma casa; reconstrução de casa de madeira em terrenos de propriedade do favelado; empréstimo para compra de material de construção e construção em alvenaria em próprio do favelado; e empréstimo para prestação de casa ou terreno.

Seriam privilegiadas aquelas pessoas que estivessem minimamente em condições de poupar

para construir uma casa e pagar um terreno, já que as opções oferecidas a quem não tivesse condições eram a saída de São Paulo ou aluguel temporário. Num caso, as pessoas que saem da favela vão habitar loteamentos, que pressupomos irregulares e periféricos; no outro, em patamar inferior, vão formar ou engrossar outras favelas. A casa própria é considerada como núcleo básico da socialização da família, mercadoria, que deve ser comprada ou construída não a partir de materiais improvisados e sim de tijolos, cimento, ferro etc, comprados mediante pagamento em dinheiro.

Ao longo da execução do projeto, constatou-se que havia grande número de *indigentes*. Para estes, outro caminho – evidentemente, mais caro para o Estado – teria de ser adotado:

“Verificou-se (...) que entre os moradores da Favela havia um certo número de indigentes, definitiva ou temporariamente. Alguns aposentados percebendo pensão reduzidíssima, outros, deficientes físicos ou mentais, outros, inválidos e ainda mulheres abandonadas com filhos menores. (...) Depois de serem estudadas várias soluções para êstes casos, chegou-se finalmente a um plano ao que parece o melhor – a construção de um conjunto – pos êsse grupo necessitava de assistência próxima ainda por muito tempo.” (ibidem: 33)

Em terreno adquirido no Jabaquara, seriam erguidas casas cedidas pelo prazo de 5 anos, durante os quais as famílias seriam acompanhadas pelo Serviço de Assistência Social.

A estatística das destinações dadas aos casos individuais fornece elementos para alguma reflexão em termos do que significava a experiência particular dessa favela, nesse momento:

“Soluções propiciadas para as 230 famílias:

<i>Aquisição da casa própria</i>	<i>57</i>	
<i>Construção da casa própria</i>	<i>83</i>	<i>Total: 140 60%</i>
<i>de alvenaria – 62</i>		
<i>de madeira – 21</i>		
<i>Construção de madeira em terreno cedido por terceiros</i>	<i>6</i>	
<i>Passaram a residir em um conjunto construído pela Assistência</i>		
<i>Vicentina dos Mendigos</i>	<i>18</i>	
<i>Adiantamento para aluguel</i>	<i>23</i>	
<i>Auxílio para viagem de retorno</i>	<i>18</i>	
<i>Passaram a residir no emprêgo</i>	<i>3</i>	
<i>Não necessitaram de auxílio financeiro</i>	<i>13</i>	
<i>Saíram mediante intimação</i>	<i>9”</i>	

(IDEM: 41)

Nesse momento o desfavelamento teria dado conta integralmente de uma favela que não era muito grande – já não era a maior da cidade – conseguindo que a maior parte das pessoas fosse

encaminhada para casas próprias, o que é reconhecido pelo material da prefeitura municipal como dado “auspicioso”. Mas entre as conclusões desse processo de desfavelamento, são destacados os altos custos para a aquisição de material de construção de forma individualizada, e a ocorrência de complicações referentes a questões de ordem imobiliária ou técnico construtivos de cada um dos terrenos. Essa constatação, por parte da prefeitura, se coaduna com as posteriores políticas de habitação popular que preveem soluções massivas, centralizadas e industrializadas, como os conjuntos habitacionais. Entretanto, é comemorado o fato de se ter extinguido aquela que “*foi sempre considerada uma das piores de São Paulo*” (IDEM: 42), além da repercussão que levou à constituição do MUD em meio a um estado de sensibilização para o tema, dando força à opção desfavelamento como um “amplo movimento”. O pequeno número relativo de favelas e favelados em São Paulo permitiria a possibilidade do seu “controle”, ainda que não sua erradicação:

“A meta desfavelamento não se confunde com a erradicação das favelas, pois que, alguns núcleos incipientes sempre surgirão, enquanto os planos de desenvolvimento econômico e social das regiões subdesenvolvidas do país não produzirem amplos efeitos. Mas o desfavelamento reduzirá a um mínimo o fenômeno favela, atuará como um processo de assimilação mais racional e humano de todo êsse rico manancial de mão de obra que representam as correntes migratórias e se constituirá em poderoso instrumento de promoção humana dessas populações.” (ibidem: 50)

A intenção, aqui assumida, é estética mas também de controle social das populações; enquanto força de trabalho, devem estar disponíveis ao capital. Para nós, surge uma discussão importante: quais são os limites das políticas de desfavelamento (enquanto impossibilidade de efetivarem-se por meio do aparato estatal, tanto por critérios técnicos como orçamentários), e em que medida entram em contradição com as necessidades de expansão e retração da necessidade de mão de obra por parte do capital, considerando as necessidades descendentes de trabalho pelo capital.

No capítulo VI, retomaremos tais aspectos analisando dois momentos do desfavelamento: um até certo ponto similar ao do Canindé (primeira gleba despejada, em 1962) e outro já totalmente distinto, que diz respeito ao despejo final da favela do Vergueiro. Cada momento contém desdobramentos diferentes do desfavelamento, mas que mostram os limites que já se anunciavam para as políticas de erradicação de favelas.

Imagem 8: “Favela”
(Lasar Segall, 1891 Vilna - 1957 São Paulo)
1957, carvão sobre papel, 132 x 94 cm
Fonte: Acervo do Museu Lasar Segall-IBRAM/MinC

capítulo 4

Favela do Vergueiro: terra e capital

4.1. Terra e capital: aspectos sobre a questão fundiária da favela do Vergueiro

4.1.1. Considerações sobre a constituição do mercado de terras na cidade de São Paulo

O modo como se constituiu a gleba na qual viria a localizar-se a favela do Vergueiro foi determinante para a forma das relações fundiárias no interior da mesma. Possivelmente tal área só se tornou favela devido à existência de relações de arrendamento levadas a cabo pela família Klabin, dona da área à data do surgimento da favela.

Por isso traçaremos um histórico do local remetendo às origens do que veio a ser a “Chácara Klabin”. O que hoje é chamado dessa forma de fato foi uma chácara, e que pertenceu à família Klabin, e teria se originado de uma transferência de terras da União à província de São Paulo, no final do século XIX (FSP, 14/02/1963).

Nessa época a cidade de São Paulo já tinha começado a experimentar um súbito crescimento populacional e de área, em função do desenvolvimento da cafeicultura no interior do Estado. Odette Seabra considera que os circuitos propriamente urbanos da cidade, no qual se enquadra o mercado de terras, experimentaram um crescimento a partir da segunda metade do século XIX, quando a terra passaria a *“assumir funções econômicas, que se expressam no seu preço como equivalente geral da riqueza”* (SEABRA, 1987: 28).

Negócios com terrenos, por meio de doações de datas, num momento em que a terra já possuía preço de mercado, já se impunham com a força de uma lei, e a finalidade era a especulação pelo seu preço, não interessando a ocupação imediata:

*“Mesmo bloqueada, a produção de mercadorias para consumo interno **exacerbava o significado da propriedade imobiliária** na apropriação do excedente na forma de valor. À indústria de fazendas no campo correspondia a “febre de loteamento” na cidade. A valorização imobiliária era mais favorecida pelas mudanças gerais na economia – emissões de dinheiro, aprofundamento da divisão do trabalho, produção de infra-estrutura... - do que pelo acréscimo da demanda que poderia significar, por exemplo, o afluxo de imigrantes. A valorização da propriedade da terra pelo desenvolvimento das condições gerais (...) antecipava-se ao processo de valorização que adviria do trabalho da construção diretamente incorporado na terra.”* (PEREIRA, 1988: 62, grifos nossos)

No final do século XIX se aceleraria a “*diferenciação dos espaços da cidade com a definição de uma nova localização para o mercado (1860), e o Triângulo [central da cidade] definindo-se como área puramente comercial, sendo na segunda metade do século XIX o verdadeiro centro da cidade.*” (SEABRA, op. cit.: 29). Para Seabra, interessa em que medida o poder público atuou no sentido de expandir os horizontes possíveis do mercado de terras por meio da incorporação das várzeas, tornando-os internos e orgânicos à cidade. E a retenção de terras seria elemento constitutivo do crescimento da cidade, “*com vistas à apropriação de rendas fundiárias que o crescimento da cidade por si só tornava possível*” (ibidem: 32). Assim, a expansão da cidade:

“engendrara uma especulação imobiliária que repousava em grande parte na certeza de que os terrenos tinham valorização assegurada, em função do crescimento urbano. A especulação imobiliária por sua vez provoca sempre a aquisição de lotes visando apenas fins lucrativos, os quais consequentemente permanecem desocupados” (LANGENBUCH, Juergen, 1971: 83, apud SEABRA, 1987: 41)

Já nesse período, deve-se considerar o café como constituinte da economia urbana paulistana, que à data já esboçava as novas formas que viriam a se constituir enquanto relações de trabalho e de exploração comercial para exportação próprias da cafeicultura paulista. O país – e em especial o Estado de São Paulo – começava a receber um enorme afluxo imigratório, que seria em grande parte absorvido pelas fazendas de café; a cidade de São Paulo em poucos anos se transformou ao abrigar serviços monetários, financeiros, bancos e casas exportadoras. Não apenas o capital do café, mas havia também “*a forte presença estrangeira em setores fundamentais da vida social brasileira. Uma presença que se fez a partir das cidades, através das agências de bancos internacionais, e também de investimentos diretos em capital produtivo*” (ibidem: 32). Aqui nota-se o entrelaçamento com capitais internacionais, de um capital financeiro mundial que, ocioso, passa a ser exportado com vistas de valorização, e constitui-se como exportação de capital (LENINE, 1979).

O próprio mercado de terras e a produção da infra-estrutura urbana passariam a se colocar como possibilidades de investimento capitalista, seja para o capital em formação do café, seja para os capitais internacionais – se é que é possível fazer tal distinção de forma tão “nítida”, uma vez que o capital internacional foca o café como investimento também, como o são as casas exportadoras.

Monbeig (2004) também analisou o crescimento da cidade, identificando que a burguesia aos poucos foi deixando de habitar o centro para ir viver em novos bairros, que iam sendo loteados por essa mesma burguesia. Ainda que tal processo fosse tocado por empresas de caráter familiar, o sentido da constituição desses novos loteamentos – como Campos Elíseos e Higienópolis, organizados pelos alemães Nothmann e Glete – era profundamente atrelado às leis de mercado em sua plenitude:

“A expansão de seu povoamento urbano foi realizada sem ordem alguma e de conformidade aos interesses imediatos dos indivíduos. (...) Que eram de fato esses loteamentos, e quem eram os seus loteadores? Na maioria das vezes, os novos bairros foram surgindo ao acaso. Por ocasião do falecimento de um dos proprietários das velhas chácaras, seus herdeiros (...) decidiam-se a dividi-las e a colocar suas parcelas à venda. Para tanto constituíam uma pequena sociedade, cujo capital se originava da herança. Algumas vezes, os herdeiros acharam mais cômodo vender em bloco suas propriedades a agrimensores brasileiros ou estrangeiros, e outras vezes, a decisão de lotear e vender as terras era tomada pelos seus proprietários ainda em vida” (MONBEIG, 2004: 55)

A abertura de loteamentos, baseada num caráter especulativo e no anseio de converter a propriedade da terra, representante de riqueza, em dinheiro vivo, moveu um processo incessante e difundido que daria a nota de como se expandiria a cidade:

“Enquanto isso, São Paulo passava a ser construída ao mesmo tempo por muitos e de muitos jeitos. O que os articulavam era uma ideia do espaço da cidade, uma imagem construída coletivamente. O processo de formação dessa imagem era “cego”, mas a imagem produzida era perfeitamente visível a todos. Através da obtenção de um consenso sobre a cidade que se queria ter – sem plano e obedecendo aos interesses imediatos de cada um – era que se construía a cidade. Os bairros surgiam ao acaso, das oportunidades imobiliárias advindas do crescimento urbano, da morte de antigos proprietários, das vantagens topográficas e do loteamento, como uma maneira particular de acumulação. Neste quadro instaurava-se um pacto, onde interesses diversos aceitavam conviver com as diferenças, ou imaginavam que essas fossem transitórias; o calçamento só estava a duas quadras, logo ele chegaria.” (PEREIRA, op. cit.: 81)

Num momento posterior, passariam a atuar no loteamento imobiliário também os trustes internacionais. Já não se tratava apenas de investimentos familiares, mas de um ramo de negócios desenvolvido e complexo constituído enquanto setor de urbanização. Os bairros jardim para a elite são expressão desse novo momento, cabendo destaque a dois famosos grupos, a Companhia Light e a Companhia City, a primeira de capitais canadenses e a segunda de capitais inicialmente paulistas e depois tornados ingleses (MONBEIG, op. cit.: 79). Ambas companhias, além de investimentos variados, realizaram loteamentos para as classes altas como os luxuosos bairros-jardim, destacando

o Jardim Europa, City Boaçava e City Lapa, mas também Jardim América, Vila Romana, Pacaembu, Butantã e Alto de Pinheiros.

Monbieg afirma que a Cia. City alterou a forma pela qual se faziam loteamentos na cidade:

Imagem 9: Situação da gleba em 1897, com localização aproximada da Chácara Klabin assinalada.
(Fonte: Planta geral da capital de São Paulo, organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim, Intendente de Obras, 1897. Acervo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento. Apud COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, op. cit.)

“Com efeito, a Cia. City pôde empreender uma obra de amplo fôlego, diversamente das pequenas empresas imobiliárias de cunho familiar ou amigável. Ela teve a possibilidade de praticar uma política de urbanização que correspondia simultaneamente a seus interesses de longo prazo e às esclarecidas concepções de seus administradores. (...) Seu sucesso foi considerável, pois, pela primeira vez, pode-se ver comerciantes imobiliários esmerando-se no traçado das ruas de seus terrenos e na organização de suas redes de esgotos, água, gás e eletricidade, bem como na arborização de avenidas e ruas sinuosas. (...) O caso da City é comparável ao de uma outra empresa inglesa, a Companhia de Terras do Norte do Paraná, que desenvolveu seus loteamentos nas áreas rurais da franja pioneira. (...) A City acabou fazendo escola: sob pena de insucessos, todas as sociedades loteadoras de alguma envergadura e voltadas para uma clientela de maior poder aquisitivo tiveram que passar a praticar políticas de urbanização.” (IDEM: 80-81).

O investimento imobiliário de luxo, no início do século XX, firmou-se como um ramo

próspero e que abocanharia parte expressiva dos investimentos capitalistas na cidade. Era também uma boa forma de proteger os capitais das fortes oscilações cambiais da virada do século e que eram originadas pelas políticas de proteção ao preço do café; foi o caso na crise de 1892 (SEABRA, op. cit.: 45-46), mas também durante a Segunda Guerra Mundial (MONBEIG, op. cit.: 76).

Mas ao se constituir como mercado em rápida expansão, o mercado de terras atraiu pequenos e grandes capitais, que foram aos poucos redefinindo o que antes eram terras rurais, mas que progressivamente adquiriram usos urbanos. O negócio estabelecido como compra de terras rurais para finalidade urbana passou, já em fins do século XIX, a redefinir tais áreas como potencialmente urbanas, alçando seus preços a cifras muito mais elevadas que as obtidas por uma terra rural, mas ainda irrisórias em comparação ao que se conseguiria mediante o desmembramento e implantação de infraestrutura propriamente urbana. Desse modo toda uma parcela das terras ao redor da cidade de São Paulo e que tinham usos rurais ou “semi-rurais”, “semi-urbanos” – tais como sítios e chácaras, e algumas vezes tinham um uso para produção de hortaliças – foram sendo apropriadas como potencialmente valorizáveis mediante incremento do preço da terra. Não se trata propriamente de *valorizar*, uma vez não há função enquanto capital produtivo aplicado em trabalho, mas meramente captação de mais-valia já produzida socialmente, enquanto rendimento.

A constituição da terra enquanto propriedade urbana se daria, no entanto, aos poucos, observando a convivência entre tributos propriamente rurais ao lado dos tributos urbanos. Citando a formação do Sítio Traição (Águas Espraiadas), Anselmo Alfredo afirma que:

“o processo de formação da propriedade, portanto, realiza uma reinserção de atividades antes feitas diretamente, contudo agora devem passar pelo seu crivo porque, apesar de ainda permanecerem rurais cobram um tributo. Esta tributação dá o sentido inicial à formação da propriedade privada da terra, na sua forma concentrada, nos arredores da cidade de São Paulo. Atividades rurais, ainda não tributáveis, devem agora um tributo ao proprietário e isto se dá, historicamente, por um processo de concentração para posterior fragmentação do Sítio Traição em pequenas chácaras particulares ou arrendadas pelo proprietário maior, fenômeno reconhecido por esta pesquisa até o ano de 1971. Isto permite-nos afirmar que o processo de renda urbana da terra, conviveu lado a lado, com a renda rural. Na verdade, a utilização rural aí existente – através do aluguel de chácaras – era uma forma de extração da renda da terra à espera da viabilização de uma renda tipicamente urbana do solo, através de uma fragmentação em lotes da área em questão” (ALFREDO, 1999: 48)

Procuramos por meio dos trabalhos de Seabra (1987), Monbieg (2004), Alfredo (1999) e Pereira (1988) realizar um breve diálogo que desse conta da constituição do mercado de terras na cidade, e não por acaso em diversos momentos há elementos em que a gleba da família Klabin expressa-se como particularidade que coincide com o quadro até aqui traçado. No próximo ponto, retomaremos alguns destes aspectos, discutindo a formação do que viria a ser a Chácara Klabin.

4.1.2. Terra e Capital na formação da Chácara Klabin

De modo particular, a gleba que viria a ser adquirida pela família Klabin contém vários dos momentos acima expostos em seus diversos momentos: desde sua comercialização como terra potencialmente urbana em fins do século XIX até seu desmembramento em loteamento de luxo após a remoção da favela do Vergueiro, na década de 1970. E marginalmente também nos ajuda a tratar de momentos importantes tanto da expansão da cidade como da formação dos grupos industriais paulistas.

As primeiras referências sobre o local apontam para um uso como de fazendas e chácaras, sem maiores especificações sobre seu uso ou posse (COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, s/d). Em 1877, a área teria sido transferida da União para o governo provincial:

“[a] gleba [foi] transferida pelo governo da União, em 1877, à então Província de São Paulo, gleba essa que se estendia pela atual rua Neto de Araujo¹⁷⁷, seguindo pela avenida Lins de Vasconcelos, indo até ponto situado além do largo Cambuci. Após receber as terras, o governo local passou a vendê-las a interessados, a 40 mil réis o lote, que compreendia, cada um 150 (?) mil metros quadrados. “ (FSP, 14/02/1963)

No mesmo jornal, em data anterior, é citado que a área teria sido doada por Dom Pedro II para a instalação de uma colônia, mas não teria sido comercializada:

“Toda a area ocupada hoje pelos bairros de Vila Mariana e vizinhos fôra doada por Dom Pedro II a familias de imigrantes italianos.” (FSP, 16/01/1962)

Doad a ou comercializada em tais lotes, ali se instalou uma colônia italiana em 1878, que o utilizou para produção de gêneros alimentares e moradia (COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, op. cit.). Mas o primeiro proprietário cujo uso seria especificamente urbano seria

¹⁷⁷ A rua Neto de Araújo foi renomeada para Lins de Vasconcelos, ampliando esta, que antes se restringia ao Cambuci e Jardim da Glória – conforme observação feita à Planta da Cidade de São Paulo / 1924 (Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - 1924)

o Banco União de São Paulo, que tornou-se proprietário do lote após execução hipotecária, depois de ceder de crédito mediante garantia hipotecária.

A súbita ampliação do crédito ocorrida no *encilhamento* revela processos que se entrecruzam na explosão do mercado urbano de terras. A emissão de papel moeda se apoiou sob base patrimonialista, em que coube ao Estado gerenciar a emissão e circulação do dinheiro, ainda que por meio de bancos autorizados a emitir. A emissão de meio circulante foi feita como se ele fosse o fator produtivo da sociedade, e não seu veículo; invertia-se a ordem dos fatores, como se por meio do dinheiro o progresso dele decorresse¹⁷⁸, sendo a emissão de moeda um “atalho” à modernização.

O dinheiro, sem base possível de valor (trabalho), teve de projetar sua riqueza na terra; os bancos hipotecários constituíram seus ativos para alavancar crédito garantindo-os pela propriedade fundiária e acelerando a mercantilização da terra. Se dá uma antecipação do aparato estatal em relação à realidade, que Raymundo Faoro chama de “capitalismo politicamente orientado”.

Consequentemente, evidencia-se por um lado um surto industrializador, eufórico, que se defronta em pouco tempo com a realidade de “bolha” que é. Face a um diminuto tamanho do mercado interno – além de disperso e fragmentado –, a ausência de um mercado farto de força de trabalho e a dependência da indústria para com muletas estatais fez com que esta última não se sustentasse, ainda uma parte tenha persistido e ampliado seu capital posteriormente. A terra, sem base de valorização, é o investimento por excelência de “refúgio” aos dinheiros, especulativos e conservadores, que não conseguem uma aplicação enquanto capital, por meio do trabalho.

O Banco União foi um dos bancos emissores de papel moeda durante o *encilhamento*, e constitui-se como Banco Universal¹⁷⁹, tendo atuado como banco hipotecário e emissor de moeda.

178 “O progresso se faria com dinheiro emitido, acelerando o comércio e fomentando a indústria, em homenagem à peculiaridade do país novo e promissor” (FAORO, 1977: 510)

179 Os bancos universais foram criados durante as reformas da Primeira República, em janeiro de 1890: “A segunda reforma introduziu os bancos universais, com amplo direito de atuar como instituição de múltiplas funções de crédito, para estimular o desenvolvimento econômico. Estes bancos foram autorizados a executar uma variedade de serviços, que incluíram atividades de crédito comercial, como, por exemplo, a provisão de empréstimos de curto prazo, descontos e câmbio; as atividades de crédito agrícola e hipotecária, como a provisão de financiamentos de longo prazo garantidos por propriedades imobiliárias rurais ou urbanas, e adiantamentos contra colheitas futuras; crédito industrial para a construção de prédios, ferrovias, docas, melhorias portuárias, comunicações; e atividades administrativas como a propriedade e operação de interesses industriais.” (HANLEY & MARCONDES: 2007)

Assim, de um lado as emissões eram feitas com base nos papéis do tesouro federal, e crédito (dinheiro) era levantado por meio de aplicações que tinham como garantia a terra¹⁸⁰.

Sua autorização de funcionamento obtida em 1890, por João Baptista de Mello Oliveira e Antonio de Lacerda Franco – o primeiro, coronel, de família de militares; e o segundo de família cafeicultora (SILVA, 2011: 238)¹⁸¹. Constituído sobre base familiar e hereditária, as atividades desse grupo econômico tinham origem e base familiar, hereditária – baseada na prática das elites de casar entre si. Contou em sua diretoria com vários nomes de famílias da elite paulista, tais como Antonio Paes de Barros (sobrinho do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar¹⁸² e filho do Barão de Piracicaba), João Tobias de Aguiar (filho da Marquesa de Santos), entre outros. Muitos destes foram senadores em períodos entre 1890 e 1903, e figuravam como nomes importantes do Partido Republicano Paulista (PRP) e integrantes do grande capital cafeeiro (ibidem: 259)¹⁸³.

Foi também o maior banco paulista em ativos durante o *encilhamento* (ibidem: 262). Como banco de função hipotecária, assumia terras como garantia para concessão de crédito, e ainda que tenha sido um dos dois maiores bancos hipotecários domésticos, foi aos poucos concentrando seu foco de investimentos nos empreendimentos industriais e de construção. Foi assim que o grupo que começou como um banco, adquiriu a Companhia Melhoramentos de São Paulo:

“Ao absorver a Melhoramentos, o banco União de São Paulo, além da capacidade emissora de cédulas, passou a operar com carteiras de empréstimos, descontos e câmbios, hipotecas e penhores agrícolas, financiamento de máquinas, construção de edifícios, compra,

180 Tratando da construção de moradias e provimento da habitação, Paulo Cesar Xavier Pereira aponta para um dos traços marcantes da ocupação da terra paulistana, marcado pela especulação que antecipa em muito a construção: *“Numa São Paulo em transformação colocava-se como alternativa **assegurar a riqueza representada pela terra em detrimento da opção de produzi-la**. Neste sentido extensas áreas permaneceram desocupadas ou escassamente ocupadas. Os terrenos desocupados, mais versáteis do que uma mercadoria estocada para uso determinado, poderiam ser destinados a qualquer fim, desde o consumo produtivo até o individual. Em ambos os casos, sempre teriam seus valores representados pela finalidade que atingisse maior preço.”*(PEREIRA, Op. cit.: 77, grifos nossos)

181 Silva (2011), ao analisar as origens e a constituição do capital da família Lacerda Franco, identifica que o capital familiar teria se originado por meio da produção de mantimentos, animais e aguardente para o mercado interno durante o início do século XIX, tendo por meio de matrimônios entre famílias pequenas capitalistas constituído o que o autor chama de um “capital nacional”, que viria a ser investido posteriormente na atividade cafeeira.

182 Não é demais lembrar que Rafael Tobias de Aguiar foi o patrono da ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar – polícia de elite e conhecida por seu papel em diversos conflitos urbanos e rurais da primeira república (como a guerra contra Canudos), e atualmente pela sua atuação policial extremamente violenta – como a denúncia imortalizada no rap *“Deus cria a Rota mata”* – Sistema Negro e Dina Di (2000).

183 Também não é demais lembrar que tais famílias (Lacerda Franco e Paes de Barros) continuaram presentes na vida econômica e política do país, com representantes ministros da Economia e outras pastas, bem como atuação forte enquanto capitalistas dos mais variados setores.

parcelamento e venda de terras, colonização de grandes áreas, levantamentos topográficos e abertura de estradas . Dentre os projetos anunciados pelo banco, em julho de 1890, constava a montagem de um moinho de farinha na cidade de São Paulo, a formação de fábrica de calçados e a compra de uma fábrica para a produção de algodão e tecidos de lã ” (ibidem: 260)

No mesmo ano de fundação, começaria a construção de uma barragem em cachoeira próxima a Sorocaba, iniciando atividades de tecelagem numa povoação que veio a ser o município de Votorantim; a indústria – que chegou a instalar uma vila operária para mais de 4.000 pessoas – veio a constituir o que após sua falência (oriunda de um grande incêndio e uma forte greve no ano de 1917) tornou-se o Grupo Votorantim.

Tanto essa indústria como outros investimentos de construção executados pelo Banco União de São Paulo tinham à frente a coordenação de Francisco Ramos de Azevedo, Victor Dubugras e Maximiliano Emilio Hehl, arquitetos renomados que vieram a construir as casas e prédios públicos em *meia* São Paulo. Ramos de Azevedo chegou a ser diretor da Carteira Imobiliária do Banco União, além de ter participado na fundação da Escola Politécnica e sido diretor do Liceu de Artes e Ofícios – ambas instituições que buscavam a interiorização da formação da mão de obra técnica (PEREIRA, op. cit.: 108) e da racionalização das técnicas construtivas, apontando para a constituição de uma indústria da construção de modo articulado à indústria imobiliária.

Parece-nos muito relevante compreender que a constituição imobiliária do citado Banco União teve origem em garantias hipotecárias e para emissão de crédito, no momento da transmutação de parte importante do capital cafeeiro paulista em capital bancário, industrial e financeiro. Enquanto capitalistas, diversificaram seus investimentos em atividades bancárias e posteriormente industriais:

“De modo geral, os bancos costumavam remunerar com melhores taxas os detentores de seus papéis do que, por exemplo, os títulos da dívida do governo brasileiro. Além disso, e como caracterizava a maioria dos outros bancos paulistas das décadas de 1880 e 1890, eles eram investimentos prioritariamente formados e buscados por membros do grande capital cafeeiro como forma de acumulação ou diversificação de seus capitais.” (SILVA, op. cit.: 261)

Percebe-se no fato da fundação desse banco a importância da articulação entre uma elite econômica cafeeira com a política, conseguindo obter a autorização para funcionamento como banco. A distinção muitas vezes feita entre “capital cafeeiro” e “capital industrial”, ao nosso ver

seria meramente analítica; já que uma vez constituídos enquanto capitalistas, não se apegavam à produção de café, mas à reprodução de seu capital. Observa-se nesse movimento tanto a articulação entre capital e Estado como o desenvolvimento da mobilidade do capital, que não distingue setores, apenas taxas de lucro¹⁸⁴.

Se num momento a opção de investimento não existia, era na terra que se preservava a riqueza. Quando estas opções surgiam, se partia para outras formas de investimento, mas sem nunca abandonar a forma da riqueza patrimonial. Para que o Banco União pudesse focar numa carteira de investimentos industriais, que podiam se apresentar como mais lucrativos, tal migração demandou que o Banco União se desfizesse, no início do século XX, de seu patrimônio imobiliário acumulado desde o encilhamento. Ao invés de juro pela terra, se buscava o lucro, industrial. Mas na ausência do lucro, havia a terra, para a qual se podia retornar.

As reformas econômicas do encilhamento, ao injetar meio circulante sem base real, permitiram o alavancamento do crédito por meio das hipotecas, fazendo terras que praticamente não tinham preço adquirirem-no na formação do mercado de terras na cidade de São Paulo. Mas na medida em que as terras eram vendidas e especuladas, há a distribuição de uma riqueza já existente na forma da propriedade fundiária:

“A especulação financeira do Encilhamento deixou como rastro uma cidade três vezes maior em área, loteada e com arruamento previsto para os trinta anos seguintes, como podemos perceber comparando o mapa de 1897, no qual foram inseridos os loteamentos aprovados no período do Encilhamento, com os de 1920 e 1930.” (GLEZER, 1993: 171)

Desse modo, assim entendemos o leilão de terras feito em 1903, no qual Maurício Klabin obteve os lotes 111 e 112 em leilão feito pelo Banco União (125.475/1956, fls 1026), tendo desembolsado cerca de 900 contos de réis (COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, s/d.). Do mesmo modo que consideramos pertinente resgatar a constituição do Banco União – em sua relação com o capital cafeeiro –, o faremos para Maurício Klabin, que já no início

184 “A produção capitalista é, em si mesma, indiferente ao valor de uso determinado e geral, à particularidade da mercadoria que ela produz. Em cada esfera da produção só lhe importa produzir mais-valia, apropriar-se no produto do trabalho de determinado quantum de trabalho não pago. (...) O capital, porém, retira-se de uma esfera com baixa taxa de lucro e se lança em outra, que proporciona lucro mais elevado.” (MARX, 1983: 150)

do século XX integraria o seleto grupo de empresários industriais de origem imigrante, como também foram Matarazzo, Scarpa, Crespi e Siciliano (SILVA, 2011: 292). Se o Banco União abandonava a terra para buscar outro investimento, era na terra que outro capitalista em ascensão depositaria sua riqueza, mantendo-a como reserva, *em paralelo* ao investimento industrial empreendido. Essa reserva de dinheiro na forma propriedade imobiliária revela a impossibilidade de sua aplicação ampla como capital, na forma produtiva; *não estava posta uma ruptura social que pusesse estas últimas como formas sobre determinantes.*

A história dos Klabin enquanto capitalistas começa ainda na Lituânia, quando Moishe Klabin adquiriu ainda em 1885 uma porção de terras florestadas em Possélvia, sua cidade natal, a fim de iniciar um negócio de lenha. Sua origem judia, entretanto, enfrentou a perseguição do Czar Alexandre III, da Rússia – pois era vedado aos judeus a posse de propriedades de terra. Desse modo rumou para a Inglaterra, onde não prosperou, mas adotou o sobrenome “Freeman”. De lá dirigiu-se ao Brasil com a finalidade de iniciar um negócio: “*com nove libras esterlinas e 20 quilos de tabaco, papel e ferramentas para fazer cigarros*” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN, 2010). Aplicou o que trouxe na forma de capital e iniciou assim um pequeno negócio de fabrico de cigarros. A empresa foi para frente e logo Maurício Klabin trouxe o resto da família – junto com a família Lafer, sua parente. Daí partiu para o setor da tipografia, tendo primeiro atuado como representante comercial, para em seguida adquirir o negócio. Em 1890, fundaria com os irmãos a M.F. Klabin e Irmão, “*que, além das atividades de tipografia, importava artigos de escritório.*” (IDEM), e em 1899 fundaria junto com os irmãos e o primo Miguel Lafer a Klabin Irmãos e CIA (KIC), produzindo artigos de papelaria.

O ano de 1902 marcaria a entrada na produção de papel, com o arrendamento da Fábrica de Papel Paulista de Vila do Salto de Itu – esta que seria uma das primeiras fábricas de papel do Brasil, aproveitando-se das forças motrizes existentes naquele município. Com vistas a dominar o mercado de produção de papel nacional, importou tecnologia papeleira da Europa e em 1909 criaria a

Companhia Fabricadora de Papel (CFP), cujo funcionamento data de 1914, em fábrica instalada no bairro de Santana. No processo de nacionalização da produção de papel, em 1916 passou a contar com celulose produzida localmente, e aos poucos foi abandonando a produção tipográfica para se concentrar na produção de papel e celulose. Já em 1924 a empresa era a terceira maior produtora do setor no país (idem).

Em 1923, morreria Maurício Klabin, e após algum tempo seus filhos e filhas deixariam a sociedade com os tios, ficando “apenas” com suas extensas terras. A Klabin no entanto, continuaria como um negócio da família: ainda que os herdeiros não tivessem mais relação com o negócio, teriam entre seus tios e primos os donos de um império da indústria nacional, muito influentes durante o período de Getúlio Vargas.

Após 1930, os negócios não pararam de progredir, muito ajudados pela amizade que um primo de Maurício Klabin, Wolff Klabin, fizera com um estancieiro gaúcho em 1914. O neto de Maurício descreve a história:

“Wolff era filho da irmã do meu bisavô. Ele chegou ao Rio de Janeiro quando os irmãos Klabin já tinham fábrica de papel. Era um subordinado do meu avô. Foi vender papel no Rio Grande do Sul e ficou amicíssimo de um estancieiro chamado Getúlio, que ainda era um caipira de São Borja, em 1914. Wolff era uma pessoa inteligentíssima, maravilhosa, contava histórias da Europa, e Getúlio se encantou com ele. “Getúlio chegou ao poder em 1930 e a vida inteira financiou a Klabin, a construção da fábrica do Paraná e forneceu o dólar baixo. Naquele tempo, o dólar tinha diferentes cotações, e a Cacex resolvia qual era a cotação do dólar que cada um merecia. Deram dinheiro ao Wolff a 16, quando o câmbio negro já estava a 60. Carlos Lacerda berrava pelos jornais, pela televisão”, diz Mauris. ” (SOLNIK, Alex. “O Klabin ‘pobre’”, Gazeta Russa)

A KIC seguiria assim num movimento ascendente, tendo protagonizado a substituição de importações, no setor de papel e celulose, mas também atuou em negócios imobiliários¹⁸⁵. Nesse processo, foi feita em 1934 a aquisição da fazenda Monte Alegre, no atual município de Telêmaco Borba (Paraná), para a futura instalação de uma unidade papeleira. Num “sertão”, como é descrito na página da prefeitura municipal¹⁸⁶, instalou-se uma fábrica, um núcleo de casas para trabalhadores e posteriormente uma usina hidroelétrica, levando ao surgimento do atual município, desmembrado

185 Em 1929 a KIC teria parte na Sociedade Anônima Jardim Europa, cuja finalidade era comercializar os terrenos do futuro bairro Jardim Europa.

186 http://www.pmtb.pr.gov.br/a_cidade/historico/historico.php, acessado em 09/05/2012.

de Tibagi – de modo análogo à já citada Votorantim, cidade igualmente surgida diretamente devido a investimentos do capital industrial:

“Fazenda Monte Alegre e a primeira fábrica integrada de celulose e papel do Brasil
Em 1934, a Klabin adquiriu um terreno na Fazenda Monte Alegre, no município de Tibagi (PR), para a construção da primeira fábrica de papel integrada do país. A nova unidade fabril, denominada Indústrias Klabin do Paraná (IKP), **contava com sólida base florestal, capaz de fornecer a matéria-prima necessária para sua produção de celulose e papel.** Por se tratar de investimento de grande porte, a Klabin se associou ao Grupo Monteiro Aranha e Companhia Ltda., acionistas com 20% do capital. Em 1942, era lançada a pedra fundamental da nova fábrica, que passou a se chamar Indústrias Klabin do Paraná de Celulose SA (IKPC).

Em 1946, mesmo tendo enfrentado grandes dificuldades, provocadas principalmente, pela importação de maquinário durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945), finalmente a nova unidade fabril foi inaugurada, produzindo inicialmente pasta mecânica e papel imprensa, e, alguns meses depois, celulose e papel Kraft. O início das atividades da IKPC constituiu um marco histórico na produção de papel no Brasil, pois uma parcela da demanda de mercado interno de papel imprensa passa a ser suprida por uma indústria nacional.” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN, op. cit., grifos nossos)

O crescimento do capital da Klabin passava, já na década de 1940, a ampliar a concentração dos processos, dominando toda a cadeia produtiva do papel: produção de eucalipto, produção de papel base e também variedades distintas de papel processado: papel de imprensa, papel moeda, papel higiênico etc, suprimindo uma demanda de bens de consumo efetuando a substituição de importação destes itens – em especial, papel moeda e de imprensa. O crescimento do grupo – que já assumia a forma de um conglomerado – favoreceu suas condições competitivas, propiciadas pelo investimento na importação de máquinas, ainda que essa importação tenha enfrentado dificuldades durante a Segunda Guerra Mundial – corroborando afirmação de Albert Fishlow (1977).

Segundo Mauris Klabin, a ótima relação entre a família e o Estado Novo faria com que um Lafer fosse indicado para compor o governo federal. O cargo, de ministro da fazenda:

“Essa amizade do Wolff com o Getúlio também deve ter produzido a ida de Horácio Lafer para o Ministério da Fazenda. Por indicação do Wolff. O Wolff não podia ser ministro. Primeiro, porque ele tinha documentos falsificados. Getúlio podia arrumar qualquer documento que precisasse, só que ele tinha um sotaque horroroso, não poderia nunca fazer um discurso como ministro da Fazenda.” (SOLNIK, op. cit.)

Em 1941 seria iniciada a construção de uma grande planta industrial para produção de papel, e em 1953, a Usina Hidroelétrica Presidente Vargas¹⁸⁷. Esta usina seria inaugurada pelo então

¹⁸⁷ [http://www.klabin.com.br/MA1100/\(Smvjoll3kxcfs04454amyzc45\)\)/pt-br/perguntas.aspx](http://www.klabin.com.br/MA1100/(Smvjoll3kxcfs04454amyzc45))/pt-br/perguntas.aspx), acessado em 09/05/2012

Presidente Getúlio Vargas, na companhia de seu Ministro da Fazenda, Horácio Lafer – diretor e co-fundador da Klabin Papel e Celulose juntamente com seus primos Klabin.

Horácio Lafer, da família Lafer (parente da família Klabin e que emigrou após a consolidação dos negócios de Maurício Klabin), além de Ministro da Fazenda entre 1951 e 1953, assessorou diretamente o gabinete presidencial nos assuntos econômicos durante o mesmo período, dando conta do projeto de desenvolvimento econômico varguista que previa uma política industrializante e a diversificação econômica do país. De 1959 a 1961, viria a ser Ministro das Relações Exteriores do governo de Juscelino Kubitschek, justamente por sua “orientação política desenvolvimentista e favorável à participação do capital estrangeiro” (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930, 2001)¹⁸⁸. Em 1963, seria eleito presidente emérito da FIESP.

Ainda, a atuação da KIC não se restringiu ao setor papeleiro:

*“Mas não era apenas com a compra de carros, geladeiras e TVs que os 50 milhões de brasileiros se empolgavam. Ao lado das jaquetas e dos blusões de couro, os tecidos de nylon passaram a ser a nova sensação. Não foi por menos que, em 1951, a Klabin se coligou com a Nitroquímica Brasileira e a S.A. Indústria Votorantim, fundando a **Rilsan Brasileira SA**, para a produção de fios sintéticos.” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN, op. cit.).*

Queremos ressaltar com essa contextualização que não se pode separar o grupo Klabin dos herdeiros de Klabin: numa mesma família, uns eram donos das terras em que viria se erguer a favela do Vergueiro, enquanto outros mantinham uma atuação industrial amplamente diversificada, que identificamos em nossa pesquisa como estando estreitamente relacionada à política desenvolvimentista e que corroborou a seu modo para o surgimento de favelas na cidade de São Paulo. Talvez por um acaso, talvez pela própria circunstância, tivemos a “sorte” de dar-nos conta de que nas suas origens, o grupo que detinha a propriedade fundiária estava ligado, ainda que indiretamente, não apenas à produção industrial, mas também à política econômica nacional desenvolvimentista.

188 Horácio Lafer é tio Celso Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores (1992 e 2001-2002) e Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999) nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Desenho 1: Bela Vista, Liberdade, Paraíso, Cambuci, Aclimação, Vila Mariana e Vila Clementino.
 A área na qual viria a se constituir a favela é a porção não preenchida por arruamento localizada entre a Vila Mariana, Chácara do Castelo e Ipiranga.
 Fonte: AZEVEDO, 1958.

Imagem 10: Mansão da família Klabin, em construção e finalizada, vista da Rua Afonso Celso
Fonte: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, op. cit.

Em 1923, com a morte de Maurício Klabin, seus herdeiros se retiraram da sociedade, que ficou com seus irmãos e primos, dentre os quais Horácio Lafer. Um dos familiares decidiu manter investimentos no setor industrial numa cerâmica situada ali mesmo, dentro da gleba de seu pai:

“Em 1929, o filho [Emmanuel Klabin] cria a Cerâmica MKF, que seria a primeira olaria de forno contínuo em São Paulo, entre as atuais ruas Ricardo Jafet e Arcipreste Ezequias.” (METRÔ)

A cerâmica MKF seria um investimento industrial com vistas a alta produtividade, com investimento pesado em maquinário, evidenciado pelo citado “forno contínuo”. E também garantiria um outro uso para a gleba, além da mansão da família e dos arrendamentos: a de fonte de matéria-prima, o barro para a cerâmica, que era transportado numa vagoneta sobre trilhos. Esse episódio é apontado tanto no material da Companhia do Metropolitano, e também por Francisco, um de nossos entrevistados:

“O Klabin disse que tinha comprado tudo, porque o Klabin novo onde tem ali o Extra lá [hoje Avenida Ricardo Jafet], lá tinha uma cerâmica. E ela passava por cima do rio, deste tamanhinho assim, vinham do lado de cá, vinham aqui em cima. Como que faziam a cerâmica? Vinham aqui em cima [buscar terra], então, inclusive o Klabin fez muita casinha pros empregados dele lá, era uma cerâmica do Klabin.” (Francisco, 24/03/10)

Apesar disso, possivelmente o principal ramo de negócios das herdeiras e herdeiros de Klabin seria o imobiliário. Maurício Klabin deixaria um legado de vastas propriedades, por variados

bairros, dentre as quais a gleba da Vila Mariana. É possível que essas terras tenham lhe rendido alguma renda, ainda que não saibamos ao certo a partir de quando esse negócio deixou de pertencer a uma gestão familiar para se especializar na forma de uma empresa. Em consulta à biblioteca do Musel Lasar Segall, encontramos documentos da família que atestam o investimento em imóveis – compra e venda de lotes e execução de loteamentos – em várias partes da São Paulo e Guarulhos, por meio da empresa “Terrenos Klabin Sociedade Imobiliária LTDA”¹⁸⁹. Vale lembrar que posteriormente o grupo viria a integrar uma grande incorporadora e construtora, a Klabin/Segall, existente até hoje.

4.1.3. Surgimento da Chácara Klabin

Os lotes que formariam a Chácara Klabin foram adquiridos em 1904¹⁹⁰. A aquisição teria se dado no já citado leilão das terras do Banco União, e foi também a residência da família por muitos anos, que construiu inclusive sua mansão na porção da Rua Afonso Celso (imagem 9). Mas consistiam num negócio de longo prazo, que atravessaria gerações e só seria finalmente loteado mais de 70 anos após sua compra.

À data das aquisições, a área se situava completamente fora da cidade, mas entre o recém aberto loteamento da Vila Mariana, a Chácara da Glória e o já consolidado bairro do Ipiranga, de ambos os lados da estrada do Vergueiro até o córrego do Ipiranga¹⁹¹, mas indo também até as proximidades da Avenida Domingos de Moraes. Estando no limite próximo da cidade, era evidente que o local tinha grande potencial imobiliário urbano, funcionando como investimento imobiliário. Se trataria de uma típica retenção de terras, à espera da “chegada da cidade” para futuramente ser desmembrado na forma de loteamento urbano; seriam alcançados preços não mais rurais mas urbanos.

189 Desconhecemos qual foi o período de funcionamento dessa empresa; os documentos encontrados dão conta do período entre 1949 e 1969. Os dados foram obtidos mediante consulta de pastas da família Klabin, biblioteca do Musel Lasar Segall, São Paulo, em especial pastas J-133 e J-342.

190 De acordo com o processo 125.475/56, fls 1065.

191 A estrada do Vergueiro data do período colonial, remetendo à passagem do gado que seguia para o matadouro da Vila Mariana.

Antes de continuar a tratar das relações internas à propriedade dos Klabin, trataremos de situar melhor a área em estudo durante a passagem do século XIX até meados dos anos 1950, buscando compreender as formas pelas quais se expressou a expansão urbana do município. Para isso, retomaremos a obra de Monbieg (op. cit.), cotejando com a pesquisa sobre a cidade de São Paulo levada a cabo pelo grupo de geógrafos dirigidos por Aroldo de Azevedo (AZEVEDO, 1958).

A expansão a sul, que acabaria por formar bairros como Vila Mariana e Cambuci, se deu a partir da abertura das avenidas Paulista e Brigadeiro Luis Antônio – a primeira entre 1890 e 1895 e a segunda logo a seguir. Brigadeiro Luis Antônio leva o nome do proprietário da terra e loteador, que ainda nesse momento experimentava caráter sumamente familiar (MONBIEG, op. cit.: 54-56).

Mais a leste, bordeando o Rio Tamanduateí estava a estrada de ferro “Santos-Jundiaí”, ladeada com construções fabris. E entre esse rio e o córrego do Ipiranga estava o bairro do Ipiranga, cujo loteamento dataria de fins do século XIX, seguindo o velho “Caminho do Mar” até o córrego do Moinho Velho, já no Sacomã (AZEVEDO, op. cit.: 265). Segundo Azevedo, à época de sua pesquisa (início da década de 1950) no Ipiranga coexistiriam as funções comerciais, industriais e residenciais, contemplando tanto moradias modestas quanto da classe alta. Para nós, interessa ressaltar que toda a porção a leste do córrego do Ipiranga já estava loteada e ocupada em meados da década de 1950. Monbieg cita o trecho ao longo da ferrovia, do Parque da Moóca em diante (sentido Santo André), como tendo dado origem a uma área suburbana industrial englobando também a Vila Prudente, São Caetano e Utinga, já em Santo André, no que descreve como a *“expansão urbana foi rumando em direção ao Alto da Serra. (...) um prolongamento dos distritos industriais da capital.”* (MONBIEG, op. cit.: 63).

Um pouco mais ao norte da chácara da família Klabin estava a chácara da Glória, que deu origem ao bairro homônimo. É citado como tendo sido um núcleo colonial a partir de 1877; pela data e localização, inferimos que seja a mesma colônia italiana citada como antecessora da chácara Klabin. Diferentemente desta, foi loteada ainda em fins do século passado (AZEVEDO, op. cit.:

262). Essa parte, que segue a Avenida Lins de Vasconcelos e suas transversais, é citada como exclusivamente residencial na década de 1950.

Entrevistamos dois moradores das cercanias da favela, mas que residiam fora dela. Um deles é Francisco. Imigrou da Itália em 1950 com seus outros quatro irmãos; com o dinheiro da venda de uma casa no local de origem, compraram um terreno no que ainda não se chamava “Chácara Klabin”. Era relativamente próximo do centro, bem provido de transportes, mas ainda assim um local sem casas e cheio de mato:

“Achamos que aqui era mais fácil, pelo seguinte (...), [bastava andar] 600m 700m chegava em casa, a qualquer hora, tomava o bonde [da rua Domingos de Moraes]. (...) lá em cima, na Lins, lá, tinha um ponto de ônibus também (...). De condução era bom. Mas [tinha que subir] com 2 par de sapato, um embaixo do braço, que era aquele pra andar. E aquele outro, que era pra se sujar, guardava lá em cima, (...) tinha uma valetinha, pegava e botava lá dentro, na volta pegava pra usar pra descer pô. Não tinha onde, onde você vai por o sapato?! Não tinha condições. Era muito barro. (...) Aqui se chamava a "barroca do sapo (...) E tinha gente a noite que vinha com a lanterna, pra pegar rã lá embaixo, tinha muita rã, e muita rã porque era mato pô, brejo, era baixo e a rã tava lá.”. (Francisco)

Ao sul da Vila Mariana, a expansão teria sido intensa, segundo Monbieg porque “*não havia obstáculos capazes de detê-la.*” (MONBIEG: Op. cit.: 64), por meio dos loteamentos que se abriam na direção de Santo Amaro – tais como Indianópolis e Brooklin Paulista, para onde rumaria parte da burguesia paulista. Considerando os mapas 1 e 2, de 1897 e 1950, percebemos que em 50 anos, a ocupação já tinha se dado por meio de loteamentos com arruamento regular em toda a área ao redor da gleba da favela do Vergueiro, restando o local praticamente como um enclave não arruado, que por uma série de motivos foi mantida sem loteamentos, até ser finalmente vendida após o despejo da favela, já na década de 1970.

Imagem 11: “Casa e chácara das inquilinas Margarida Gomes de Souza e Izabel Gonçalves Martinho, quase à margem da estrada Vergueiro.”

Fotografia juntada ao processo em 22 de março de 1954.

(Fonte: Processo 125.475/56 - legenda original)

A convivência entre favela, chácaras e indústrias cria a imagem da coexistência desses processos, que poderiam entretanto ser tomados como um embate entre “atraso” com o “moderno” – tal como sugerem as imagens 10 e 11. De um lado do rio, um uso agrícola, ainda que posto por uma propriedade fundiária urbana, que por outro coexiste com o uso propriamente urbano (para moradia); na outra margem, a ultra moderna cerâmica que destoa da imagem das olarias convencionais, pela sua maquinização. São sobretudo reveladoras das condições postas pela modernização brasileira: o investimento na terra como reserva de valor (riqueza patrimonial) convive com a impossibilidade de absorção de parcela da população como função do capital, e uma industrialização que se põe desde o princípio como economizadora de braços. Evidencia-se uma forma de ser da modernização em que o capital não se realiza pela valorização do valor mas pela riqueza patrimonial; essa expressão como formação negativa do capital, que não pode manter-se em movimento *como capital*, é a forma de realização de seu conceito na modernização brasileira, sem que isso seja um arcaísmo.

O arrendamento, em que a posse era cedida mediante pagamento em aluguel, foi a forma

adotada para tentar manter o domínio da propriedade e preservar uma reserva de valor já acumulado; a família logrou manter a propriedade, mas às custas de uma extensa e desgastante briga judicial com vários de seus arrendatários e com um usucapiente, sublocando suas áreas. Em meio a um emaranhado de processos referente a áreas distintas, surgiria a favela do Vergueiro.

4.2. Formação da favela pela sublocação da terra

4.2.1. Arrendamentos e primeira disputa judicial

Uma das particularidades da favela do Vergueiro é o fato de ter sido predominantemente baseada em relações de aluguel. Da origem – a lenta e gradual construção de barracões junto às casas existentes de arrendatários – a sua massificação, pode-se dizer que a maior parte das casas do Vergueiro tinha algum tipo de relação desse tipo: mesmo nos casos em que se compravam barracos, costumava-se pagar aluguel pelo terreno. E esse aluguel era pago a algum sublocador localizado numa longa cadeia de sublocações que tinha origem em algum contrato de arrendamento feito com a família Klabin – ou chegava à família Botecchia nas terras em que esta tentava obter o usucapião.

A renda não era o objetivo da família Klabin, mas tão somente a manutenção da posse numa área povoada – considerando também que os aluguéis pagos tinham valores baixos, até ínfimos¹⁹². Arrendar foi a solução adotada para manter a terra em alqueive, esperando para o momento certo para vender. Entre 1913 e 1914, diversas chácaras foram arrendadas no local, nas quais se produziam hortaliças e cultivos pequenos¹⁹³; de acordo com ambos processos consultados¹⁹⁴, as áreas alagadiças (onde situa-se a atual Rua Fábio Prado) e próximas ao córrego do Ipiranga eram privilegiadas e tomadas por plantações como as da imagem 11.

192 Conforme observamos no processo 29.771/55.

193 No processo judicial de no. 125.475/1956, volume 7, constam 6 contratos de arrendamento datados a partir de 1914, realizados entre Maurício Klabin e arrendatários.

194 Processos 29.771/1955 e 125.475/1956.

Imagem 12: Favela do Vergueiro, 1965~1968

As chácaras conviveram com a favela, como aparece na imagem abaixo, de data desconhecida, e de acordo com entrevistado Amaral.

(Fonte: LACOSTE, 1975)

Para aquela família, dentre as mais ricas da cidade, foi possível manter a terra em “suspensão” por muitos anos sem que fosse comercializada. As rendas muito provavelmente não deveriam dar conta dos custos crescentes da manutenção da posse e da propriedade¹⁹⁵ – impostos, gastos com zeladoria e contratos jurídicos – especialmente a partir do momento em que a questão foi passada para os tribunais.

Talvez a maior dificuldade representada por manter a terra nessa condição foi com honorários, sem falar do desgaste provocado por disputas que se estenderam da década de 1950 ao final da década de 1960. Encarar diversos processos jurídicos simultâneos¹⁹⁶, contra diversos arrendatários, implicava na mobilização de vultosos recursos por meio da contratação de advogados; mas

195 Em depoimento ao processo 29.771/1955, no ano de 1962, Joviano dos Santos afirma que os aluguéis recebidos pela família eram ínfimos: “aliás, pode o depoente assegurar que quase todos os locatários da gléba a que vem aludindo fazem a mesma coisa, isto é, pagam aluguel irrisório à família Klabin e depois operam sublocações com alugueres avultados” (Depoimento de Joviano dos Santos, 28/05/1962, Processo no. 29.771/1955)

196 Encontramos referências a ao menos cinco processos: 1) Mina Klabin e outros contra José Augusto Lopes e outros (29.771/1955), por sublocação; 2 e 3) Família Klabin X Antonio Cruz, Antonio Rodrigues ou Alfredo Antonio (não localizados); 4) João Botecchia x Prefeitura de São Paulo (125.475/1956), usucapião; 5) Família Klabin contra João Botecchia (não localizado). Todos eles estão relacionados à favela do Vergueiro, e possivelmente há mais processos.

certamente a retenção da terra foi um negócio fabuloso, mesmo descontando tais gastos¹⁹⁷.

Inicialmente pensávamos que se tratavam apenas de duas ações, uma que dizia respeito à pequena parte – despejada em 1962 – e outra referente ao resto da favela. A segunda envolveria a disputa com João Botecchia:

“Duas partes

A favela do Vergueiro tem duas partes distintas: a grande e a pequena favela. Na primeira moram perto de 1.200 famílias e na outra, 100. São vizinhas, mas têm proprietários diferentes. A família Klabin é proprietária de todo o terreno ocupado pelas duas partes e dos que a cercam, contando a área total com quase um milhão de metros quadrados. Todavia, um problema jurídico envolve a posse dessas terras. (...)

A pequena favela

A pequena favela tem 10 mil metros quadrados e estava até há pouco locada ao sr. Alfredo Gomes, por 120 cruzeiros por mês. Os Klabin conseguiram, através de ação judicial, a reintegração de posse do terreno, o que implica no despejo dos favelados ali estabelecidos e que eram sublocados pelo sr. Gomes. O prazo de despejo encerra-se no próximo dia 30. (FSP, 20/02/1962)

Entretanto, analisando os processos judiciais, nos demos conta que havia outras questões que não apareceram em momento algum em nossa pesquisa em jornais. Isso porque foram muitos os casos de sublocação, e não apenas casos isolados. Pelo contrário, tornou-se a regra pela qual procedeu grande parte dos arrendatários.

As complicações originadas nos arrendamentos tiveram desdobramentos profundos, culminando na formação da favela do Vergueiro. Nas décadas seguintes, enquanto todo o entorno era comercializado e edificado, a gleba da família Klabin permanecia em sua função “rural”, guardada por meio dos arrendamentos que a princípio eram agrícolas. Com o passar dos anos, foi aumentando a pressão para que fosse dado um uso urbano – como moradia – àquela terra. Sem autorização dos proprietários da área, diversos arrendatários passaram a sublocar suas terras, numa lenta incorporação de barracos, cujo ritmo se aceleraria no final dos anos 1950.

A partir do primeiro processo que encontramos¹⁹⁸, temos a impressão de que a família Klabin

197 Tal processo poderia ser o objeto de uma pesquisa inteira, sobre a conversão da propriedade dos Klabin em Chácara Klabin enquanto empreendimento imobiliário, passando pela favela e outras sublocações. Deixamos o assunto em aberto, abordando aqui apenas o que se refere à favela do Vergueiro.

198 Segundo a petição inicial do processo: “*Dona Mina Klabin Warchavchick, assistida de seu marido dr. Gregory I. Warchavchik, dona Luiza Klabin, assistida de seu marido dr. Luiz Lorch, dona Jenny Klabin Segall, assistida de seu marido Lasar Segall e Emmanuel Klabin, solteiro, todos brasileiros, proprietários (...), querem propor ação ordinária de despejo (...) contra José Augusto Lopes e outros locatários (...). Que, na qualidade de proprietários de uma gleba situada entre os bairros de Vila Mariana e Ipiranga, nesta capital, confrontando com as ruas Arcipreste Ezequias, Francisco Cruz, Avenida Lins de Vasconcelos e Estrada do Vergueiro (...) alugaram-na,*

decidiu processar todos os seus arrendatários por sublocação. Nada menos que **26(!)** locatários são incluídos em um mesmo processo; os magistrados consideram a existência de uma comunhão de fato entre diversos desses arrendatários, dada a dificuldade em se distinguir onde terminava a posse de um e começava a de outro. Sem dar conta da fiscalização de suas terras por si só, a família Klabin precisaria utilizar-se da Justiça para reapossar-se de sua propriedade. Entretanto, um processo judicial contra tantas pessoas ao mesmo tempo significava uma demora grande – uma vez que foi preciso notificar cada uma das partes, aceitar suas apelações, preparar o caso para a vistoria, realizar a vistoria, para então ouvir todas as testemunhas nas audiências. Essa demora foi determinante para a intensificação da formação da favela do ponto de vista imobiliário.

Inclusive percebe-se a ansiedade da família no sentido de que se acelere o andamento da causa, evidenciando a consciência que a situação há muito havia fugido ao seu controle e rapidamente suas terras estavam sendo transformadas numa favela:

“Dona MINA KLABIN WARCHAVCHIK (...) requer a v. Excia. se digne a ordenar a intimação do oficial de justiça (...) para que no prazo improrrogável de tres (3) dias, apresente em cartório, devidamente cumprido, o mandado inicial, aplicando-se-lhes as penas cabíveis pelo excessivo retardamento no cumprimento da diligência. Esclarece a suplicante que a ação foi requerida há mais de um ano e, apesar disso, a ação ainda não foi proposta por culpa exclusiva do referido oficial, que ainda não completou as citações iniciais.” (29.771/1955, fls. 114, grifos originais)

Após quatro anos de iniciado o processo, por fim seria realizada a vistoria, na qual um perito percorreria a área exaustivamente, atestando as condições do local de cada uma das partes citadas. Essa vistoria seria feita em 1959, levando semanas para percorrer toda a propriedade de 750 mil metros quadrados (29.771/1955, fls 223 *et seqs*) . De acordo com o perito, que faz constantemente referências à complexidade da tarefa, vários problemas surgiriam: moradores não encontrados, não

*discriminadamente a José Augusto Lopes, José Blanco, Kenjun Kaneshiro (...), José Augusto Nunes (...), A. da Silva Moreira (...), Aurério Prado (...), Manoel Henriques Coelho (...), João Silvino Pereira (...), Constantino Pagliarini (...), Manoel Barreiros (...), Manoel Guerreiro (...), Maria de Lourdes Guerreiro (...), Benedito Justino dos Santos (...), Francisco Digon (...), Aires do Nascimento (...), João da Silva (...), Alípio Ramos (...), José Ferreira, Joaquim Antônio, Francisco Gouveira (...), Antônio Rodrigues (...), A. Caomo, Antônio da Cruz (...), Gomes, Pires & Cia. (...), Tiago Pereira da Costa (...), José Antônio Teixeira (...), e a Casemiro Augusto dos Santos (...), todos brasileiros, casados, chacareiros, domiciliados nesta capital. (...) **Que, no entanto, acabam os suplicantes de averiguar que, sem seu consentimento, os aludidos locatários clandestinamente introduziram, no imóvel locado, pessoas completamente estranhas à locação** (...). Que este procedimento dos locatários importa em **infração de obrigação legal** (...), razão pela qual querem os suplicantes **propôr contra os referidos locatários ação ordinária de despejo.**” (Processo no. 29.771/1955, fls 2)*

receptivos e em “estado de ebriedade”. Sua vistoria é um rico relato sobre o que é encontrado nessas terras: apenas uns poucos arrendatários mantêm cultivo de hortaliças, enquanto a maior parte é ocupada por habitações residenciais, descritas como “rústicas”, e em muitas delas não são encontrados os arrendatários contratualmente estabelecidos¹⁹⁹, mas tão somente seus sublocatários.

Na vistoria, são relatados casos em que o morador se mudou e vende o barraco a terceiros, e nenhum aluguel é pago a ninguém; noutros, parentes que assumem a moradia de um locatário que faleceu; há também desdobrados níveis de sublocação em que uma casa é alugada de um sublocatário de um sublocatário dos Klabin; encontram-se também uma olaria velha ocupada por uma família e também garagens sublocadas para que padeiros deixem ali suas carroças.

Dentre os locatários, muitos apresentaram contra-argumentação, ficando evidente a distinção entre as pessoas que ali exerciam atividades rurais – como Kenjun Kaneshiro, entre outros –, daquelas que tentaram batalhar sua permanência no local como moradia, resistindo por até 10 anos.

Alguns dos acusados valeram-se da argumentação de que a lei do inquilinato não se aplicaria àquelas áreas, de utilização rural; entretanto, em muitos casos é evidente a manobra na tentativa de escapar ao processo. No trecho abaixo, a apreciação do magistrado desqualifica tal argumentação, evidenciando que o uso predominante era exclusivamente para residência, logo urbano:

*“pequeníssimas chácaras **com prédios residenciais urbanos habitados pelos inquilinos.** Não será possível dizer que a destinação principal seja o cultivo da terra porque êsses imóveis, pela exiguidade de suas áreas, apenas ofereceriam possibilidade de excassa (sic) cultura como destinação **secundária, servindo principalmente como residência dos locatários.**”* (Arguição do emérito magistrado, fl. 3 – Processo 29.771/1955, fls 149 , grifos originais)

Mais adiante, o mesmo magistrado qualifica as sublocações de uma “quase favela”:

“Ocorre, contudo, que os locatários celebraram um tão grande número de sublocações, que agora se confundem completamente as áreas por êles ocupadas, tornando-se quase impossível identificar e caracterizar cada uma delas (...): as áreas praticamente se tornaram comuns, imbricadas umas nas outras e insuscetíveis de individuação quanto às partes locadas. Quase uma favela: e o número das pessoas citadas já é suficientemente eloquente a esse respeito. Daí a imprescindível necessidade do litisconsórcio porque os próprios réus, com suas inúmeráveis sublocações, criaram a comunhão de fato dentro da gleba.” (Processo no. 29.771/1955, fls 150)

¹⁹⁹ Nesse processo, a julgar pelas condenações e absolvições, os Klabin passaram a tolerar a locação das casas sem finalidade agrícola, desde que não mantivessem relações de sublocação.

Entretanto, nesse momento ainda era possível distinguir tais casas – localizadas à Estrada do Vergueiro no. 3847 – do que era chamado por favela do Vergueiro – na rua Francisco Cruz 602. Percebendo a consolidação da favela no local alugado por dois de seus arrendatários, a família abriu novo processo específico para essa questão, como forma de acelerar a reintegração da posse:

*“Dona MINA KLABIN WARCHAVCHIK e outros (...), nos autos da ação ordinária de despejo que move contra JOSÉ AUGUSTO LOPES e outros, - vêm desistir, como de fato desistido têm, da ação contra os co-réus ANTONIO RODRIGUES e ANTONIO DA CRUZ, **uma vez que contra êsses co-reus já propôs outra ação de despejo**, em curso perante o M. Juízo de Direito da 3a. Vara Cível desta comarca.” (06/06/1958, Processo no. 29.771/1955, fls 101(?), grifos nossos)*

E observando informações constantes na vistoria, nos demos conta que os citados como co-réus desta outra ação de despejo tinha relação direta com Alfredo Antonio²⁰⁰:

*“79) Favela da Rua Francisco Cruz no. 602
Segundo informações obtidas pelo signatário, em barracões existentes nesta favela moram [diversos nomes] (...). São sub-locatários de Alfredo Antonio, dono do Empório Primavera na Avenida Lins de Vasconcelos no. 3090.
Alfredo Antonio é inquilino dos Autores, estando no lugar de seu cunhado, Antonio da Cruz. (...) Segundo informações obtidas pelo signatário, Antonio da Cruz está atualmente em Portugal, permanecendo em seu lugar Alfredo Antonio que paga alugueis mensais aos Autores.” (Vistoria: 18-19, in Processo no. 29.771/1955)*

No final de 1961, seria dado ganho de causa à família Klabin contra Alfredo Antonio. Para os proprietários, seria resolvida a querela naquela parte – que no entanto era somente uma parte da favela. O despejo, realizado em 1962, teria a participação do MUD, conforme será relatado no capítulo 6. A velocidade do crescimento da favela pode ser vista observando que, em 1956, 26 pessoas teriam sido citadas como moradoras da gleba que era sublocada por Alfredo Antonio²⁰¹. À época do despejo da parte que diz respeito a Alfredo Antonio, são 103 famílias, ilustrados pelo mapa 3, e diziam respeito apenas à extremidade da área, demonstrando que a sublocação continuou

200Infelizmente não conseguimos localizar a tempo os referidos processos judiciais, de número 90.173-5, da 3a. Vara Cível, de Mina Klabin contra Antonio Rodrigues, e 901864-7, da 9a. Vara Cível, de Mina Klabin contra Antonio de Oliveira. Ambos são discriminados no sistema do Superior Tribunal de Justiça de São Paulo como despejos por falta de pagamento.

201 “Certifico e dou fé eu Oficial de Justiça (...), que (...) me dirigi a Rua Francisco Cruz, no. 602, e sendo aí deixei de citar Ao Spdo. Antonio Cruz que também é conhecido por Antonio Apolinario Cruz, em virtude de o mesmo aí não mais residir. Outro sim, que **no local existe uma favela que pelos moradores fui informado que os barracos aí existentes, eram alugados por Alfredo Antonio** estabelecido à (...), me dirigi ao referido endereço e aí citei o referido Alfredo Antonio por todo o conteúdo do mesmo mandado (...), e em seguida me dirigi a referida favela, e aí dei ciência aos ocupantes dos barracos que são os seguintes: [são citadas 26 pessoas](...), que a todos li o mesmo mandado e dei que o lesse, e entreguei contra-fé que aceitaram. São Paulo, 25 de Janeiro de 1956. O Oficial de Justiça.” (Processo no. 29.771/1955, grifos nossos)

e se ampliou.

Desenho 2: Porção despejada referente ao processo movido contra Alfredo Antonio. Acima, lê-se “Rua Francisco Cruz”; no interior da favela, as ruas “São Paulo”, “Rio de Janeiro”, “Ipê”; as outras são ilegíveis (infelizmente não dispomos de resolução melhor para essa imagem)

(Fonte: “Planta do levantamento cadastral da Favela do Vergueiro” - 07/01/1962 – consultado em TANAKA, 1995)

Se no processo contra Alfredo Antonio as coisas andaram mais rápido, isso não quer dizer que os Klabin conseguiram frear o crescimento da favela. Mas ainda assim, em virtude da consolidação da posse ser já antiga, atrasava-se a reintegração de posse:

“Possessória: Mina Klabin Warchavchik e outros contra Alfredo Antonio: - Trata-se de ação de reintegração de posse proposta por Dna. Mina Klabin Warchavchik e seu marido, Gegori I. Warchavchik, Jenny Klabin Segall, Luiza Klabin Lorch e seu Marido e Emmanuel Klabin contra Alfredo Antonio. - A prova produzida não autoriza a reintegração liminar. - “Se a turbação ou violência datar de menos de um ano e dia...”, diz o artigo 371 do C.P. Civil, “poderá o autor requerer mandado de manutenção ou de reintegração in totum”... - Um dos requisitos é a data da turbação ou violência praticada pelo réu. - No caso dos autos o réu ocupa o imóvel onde aliás existe uma favela desde 1954 (fls. 34) ou desde 1950 (Fls. 35). A terceira testemunha afirmou pagar aluguel pelo seu barracão desde 1956 ao réu Alfredo Antonio. - É o quanto basta para se negar a reintegração liminar. (...) (DOSP, 26/04/1960)

Em dezembro de 1961 esta seria, entretanto, autorizada. Ao mesmo tempo, os processos contra os arrendatários seguiam ainda em sua fase de coleta de depoimentos das testemunhas de cada uma das partes. O processo contra os sublocadores só seria decidido em agosto de 1965, absolvendo uma

parte e condenando outra – no total foram oito réus condenados por sublocação. A justiça consideraria que a gleba, estando localizada em zona urbana, mesmo que dividida em pequenas chácaras, tinha destinação urbana:

“Não se pode, realmente, afirmar que se trata de prédios rústicos, por sua destinação, não obstante se deva reconhecer a existência de algumas pequenas chácaras. Na maioria, prepondera o prédio de destinação urbana, para residência, coqueiras, botequins, depósitos, olarias, garagens e chácaras de hortaliças e flores, além de uma pequena favela, situada na rua Francisco Cruz. Não se há de falar, assim, em prédio rústico por sua destinação. Cada qual dos locatários, ou sub-arrendatários aproveitou o prédio no uso que lhes aprouveu consoante o interesse eventual.” (Resultado da audiência, 03/08/1965, Processo no. 29.771/1955, fls 304)

Mas durante o transcurso da ação, aqueles que eram apenas barracos isolados à época da visita do perito, à data da decisão judicial haviam sido incorporados à favela. Nos demos conta de que entre 1955 – data do início do processo – e 1965, aqueles locais que em 1959 eram descritos como uns poucos barracos, em 1965, durante a execução do despejo, eram parte integrante visivelmente inseparáveis da favela do Vergueiro. Considerando as notificações feitas a diversas moradoras e moradores, feitas entre os dias 15 e 20 de outubro (29.771/1955, fls 313 a 319), todas as pessoas residiam no endereço que depois é apontado como dentro da favela do Vergueiro:

*“Auto de despejo e entrega de chaves
[Em 14/01/1966] (...) dirigimo-nos, nós Oficiais de Justiça no final assinados, à rua Vergueiro no. 3.847, e sendo aí, após preenchidas as formalidades legais, passamos a fazer o despejo dos bens, móveis e utensílios **dos favelados que se encontravam em uma parte da Favela do Vergueiro**, deixando o terreno completamente livre de pessoas e bens.”
(29.771/1955, fls 357, grifos nossos)*

No total, contamos como 50 as pessoas notificadas – e em seguida despejadas – pelo oficial de justiça, além de mais 6 que não seriam notificadas e que tentariam ainda, de variadas formas, conseguir tempo. Seja pela contestação da ação dos oficiais de justiça, ou a suposta ausência de papéis, ou por não citar adequadamente as pessoas referidas no caso de mudança destas, ou mesmo pelo impedimento físico da execução dos trabalhos dos oficiais de justiça – motivo pelo qual Mina Klabin apelaria ao Juiz para uso da Força Pública como forma de garantia da execução da reintegração da posse (29.771/1955, fls 343). Como última consideração a ser feita a respeito desse processo, interessa constar que se tratou de um despejo de não tão pequenas dimensões, atingindo a no mínimo 56 pessoas (possivelmente acompanhadas de familiares), umas agrupadas em barracos,

outras dispersas. Tratou-se de um despejo que não encontramos evidências em jornais, mas que integrou a retomada da posse pela família Klabin.

4.2.2. João Botecchia e a tentativa de usucapião

Além dos processos já apontados, assinalamos que a maior gleba da favela estava na área disputada por João Botecchia. São dois os processos que envolvem Botecchia: um em que tenta usucapiar a área²⁰²; e outro em que a família Klabin, após a derrota de Botecchia, pede a reintegração de sua posse, tomada pela favela do Vergueiro. Só localizamos o primeiro processo, e ainda assim sua complexidade é tamanha que não cabe nessa pesquisa nos aprofundarmos em seus méritos. Mas cabe puxar algumas informações que são pertinentes para nossa investigação, em especial extraídas do laudo pericial e das apreciações dos magistrados. Para compreender e julgar o processo, foi necessário que fosse elaborada uma cronologia pelos magistrados, a fim de dar conta da sequência de compras e vendas, e entender se havia cabimento para o pedido de João Botecchia ou não.

A ligação de João Botecchia com a área é antiga, e remonta ao Império, quando Dom Pedro teria destinado terras para colonos italianos. Assim, seu pai e diversos outros imigrantes italianos foram para o local:

“Toda a area ocupada hoje pelos bairros de Vila Mariana e vizinhos fôra doada por Dom Pedro II a familias de imigrantes italianos. ” (FSP, 16/01/1962)

“Os lotes que constituíam esse nucleo colonial, foram vendidos, mediante condições, a diversos colonos para que os cultivassem.” (Processo 125.475/1956, fls 1016)

Contrariando a matéria de jornal, preferimos ficar com a versão de que os lotes foram adquiridos, de acordo com o laudo de um perito desempatador, incluído no processo judicial²⁰³. Uma porção da área – de 145 mil metros quadrados, referente ao lote 111 – seria registrada em nome de Paula Rosagle. Já o lote seria 112, de 164.400 m² seria registrado no nome de Giovanni Botecchia.

202 Processo 125.475/1956, pedido de usucapião de João Botecchia contra a municipalidade de São Paulo.

203 Até que se informe, as indicações aqui foram todas extraídas desse laudo do perito desempatador, que fazia a defesa da municipalidade de S. Paulo contra Botecchia.

A primeira área, do lote 111, seria incorporada em 1891 à Companhia Ipiranga de Tramways e Construções, numa escritura de aumento de capital (ibidem, fls 1017).

*“Em 1891, a Cia Ipiranga contraíra um empréstimo do Banco União, dando como garantia hipotecária **três imóveis** de sua propriedade, num dos quais localizava-se o primitivo lote número 111.” (ibidem, fls 1019).*

Passado à propriedade do Banco União em data desconhecida, o imóvel fora vendido a Maurício F. Klabin em 1904. Na escritura, diz-se que a propriedade confrontava-se com lotes de propriedade de Botecchia (consta só o sobrenome). Teria área de 774.500 m² (ibidem, fls 1021).

João Botecchia já residia no local, no lote 112. Com a morte do genitor, Giovanni Botecchia, em 1884, decidira-se pela divisão das terras entre os irmãos. De uma área de 164 mil metros, dois lotes seriam desmembrados e vendidos por dois irmãos, *antes da realização da partilha*:

*“a) – A primitiva área, de propriedade do “de-cujus”, (164.400,00 mt².) com as alienações feitas ANTES da abertura do inventário, **REDUZIU-SE** a cerca de **100.800,00 mt²**,” (idem, fls 1039, grifos originais)*

Essa porção e sua divisão seriam ratificadas no inventário e partilha, abertos em 1890, e por meio do laudo de averiguação incluído no processo, se chegaria à medida de 99.000 m²²⁰⁴. O lote seria dividido entre os filhos, cabendo a João a parte ideal, de 16.500 m² (ibidem, fls 1041). Entretanto, em um dos momentos da transmissão do lote, se considerou erradamente a dimensão da área, deixando de contar com a alienação das duas áreas vendidas antes da partilha – assim totalizando 164 mil e não 99 mil metros quadrados. Em 1891 seria requerido pelo irmão mais velho (José Botecchia) ao juiz uma apelação que considerasse que a área que cabia ao órfão (João) seria de 44 mil e não 16.500 mil metros quadrados, que no entanto foi repelida pelo juiz (ibidem, fls 1044), justamente considerando o fato de que a partilha deveria se referir ao terreno de 99 mil metros quadrados. Ao insistir no assunto, José Botecchia recebe a resposta definitiva do magistrado, de que a partilha já havia sido julgada, homologando-a.

A partir de então foram sendo vendidas, uma a uma, as partes de cada um dos herdeiros da família Botecchia, dentre as quais uma de João Botecchia, para Maurício F. Klabin. Essa sucessão

²⁰⁴ Uma nota do processo dá conta das dificuldades relativas à quantificação das áreas à época: “**Frisamos**: a maior parte das escrituras que estudamos, eram **omissas** quanto às áreas respectivas, as quais foram por nós **reconstituídas** tanto quanto possível, com base nos seus respectivos dizeres.” (125.475/1956, fls 1040)

de vendas se deu entre 1918 e 1920 (ibidem, fls 1049-1052, 1071)²⁰⁵.

Segue-se uma complicada descrição das transferências das áreas que tinham pertencido aos filhos e filhas de Giovanni Botecchia, que uma a uma foram sendo adquiridas por Maurício Klabin, até que o domínio fosse reconhecido pelos magistrados como exclusivamente de Maurício Klabin, englobando integralmente os antigos lotes 111 e 112.

A partir de agosto de 1950 (ibidem, fls 1802?), quase 50 anos depois, João Botecchia se basearia num suposto erro na partilha dos bens de seu pai para tentar retomar as terras; segundo sua versão, existiria um resto a partilhar – de 65.400 m². Entretanto, apontam os magistrados que Botecchia no meio do processo passa a argumentar que sua posse era muito maior, abrangendo a totalidade do antigo lote no. 111 – com 147.075,00 m².

Durante o estudo da posse, teriam sido encontradas provas que o próprio Botecchia reconhecia a posse exercida por Klabin. O magistrado apresenta as testemunhas dadas por Botecchia como fornecendo informações inconsistentes, e a respeito de datas nas quais já havia feito a venda a Klabin. Mas como “pedra de fecho”, o perito apresenta uma fotografia aérea de 1929 (imagem 12) que foi anexada ao processo. Segundo a fotografia,

*“a) inicialmente, verifica-se **INEXISTENCIA**, (na área usocapienda), **de quaisquer benfeitorias**, tais como: casas, barracões, plantações, campos de futebol. O que se vê, **DENTRO da área usocapienda**, são terrenos com característicos de vegetação natural;” (ibidem, fls 1076)*

O perito associa, então, ao lote reconhecido pelo autor da ação (João Botecchia), que a área já era de domínio e posse de Klabin, invalidando as testemunhas apresentadas por ele, confirmando-se um falso testemunho ao confrontar depoimentos a respeito de 1925 e a fotografia de 1929. Ao que parece, tentou-se atribuir por parte de Botecchia uma idade muito mais antiga às benfeitorias que lá se encontravam à época em que ingressou com o pedido de usucapião:

“O confronto entre as declarações dessas duas testemunhas e a fotografia aérea, nos lembra velho brocardo chinês, citado pelo mestre norte-americano GEORGE L.SCHMUTZ, em seu

205 “**Confirma-se** assim, **mais uma vez**, a declaração de João Botecchia na **última** escritura de venda (20/02/1920) (...), que outorgou à Maurício Klabin.

---ooo---

61) – Os estudos feitos até agora, dizem respeito ao **retalhamento total**, sofrido pelo primitivo lote n. 112, após o falecimento de Botecchia Giovanni.” (ibidem, fls 1056, grifos originais)

notável 'CONDEMNATION APPRAISAL HANDBOOK': 'Mais vale uma fotografia, que dez mil palavras²⁰⁶...' (ibidem, fls 1078)

Imagem 13: Foto aérea da área supostamente em 1929

Na área central, assinalada em verde, a área usucapiada por João Botecchia. Adicionamos para localização: 1) Estrada do Vergueiro; 2) Atual Rua Dionísio da Costa; 3) Domingos de Moraes; 4) Fundo do vale, atual Av. Pref. Fábio Prado.
(Fonte: 125.475/1956, v. 6, fls 1290?)

Em meio à tal argumentação, encontramos informações relativas aos trabalhos planimétricos e altimétricos para execução de arruamento, que iniciados em agosto de 1940, seriam aprovados pela Prefeitura Municipal em alvará expedido em 28/08/1950. O arruamento remete à possível intenção de lotear e vender a área, denominada por Vila Glória²⁰⁷.

O perito ainda apresenta depoimento duas testemunhas, locatárias dos herdeiros de Klabin:

“... em meados de 1951²⁰⁸, foram construídos 3 barracões de madeira ... para cima do campo de futebol (na área usucapienda) ... que fica próximo à rua Francisco Cruz... que há cerca de um mez foi construído outro barracão junto ao outro campo de futebol o depoente ignora quem mandou construir esses barracões ... que o campo de futebol fica mais perto da chacara do depoente existe há cerca de 15 anos, enquanto que o outro, data de dois ou trez anos somente....”

NOTA: -Os grifos e o parêntese explicativo são nossos.
Os depoimentos desas testemunhas, acordam:

206 É bem possível que o advento da fotografia aérea tenha causado uma “revolução” no direito imobiliário. Essa passagem evidencia a importância da imagem aérea para resolução de conflitos de partilha, como o citado. A alegação da divisão imprecisa perde força mediante a adoção de técnicas modernas de delimitação e mapeamento da propriedade privada. No processo, João Botecchia arguiu como falsos o laudo e a fotografia aérea, tendo sido seu pedido negado em primeira e segunda instância.

207 A favela viria se constituir antes da realização do arruamento, mas após o despejo da favela, o traçado do antigo plano foi mantido e o negócio de comercialização pôde sair da gaveta.

208A perícia teria sido realizada no ano de 1951. 125.475/1956, v.8: fls 1729.

(...) b) -Dá-nos indicações, de quando devem ter, presumivelmente, se iniciado a ocupação da área usucapienda;” (ibidem, fls 1081-1082, grifos originais)

“O perito signatário esclarece, todavia, que dentro da área usocapienda (área que abrange partes desses dois lotes [111 e 112]), as construções são simples barracões de madeira, tipo “favela”.

(...) os barracões existentes dentro da área usucapienda, foram feitos, mais ou menos, nas seguintes épocas:

- os 7 (sete) primeiros, depois de 1940; os demais, posteriormente.” (ibidem, fls 1103, grifos originais)

Assim, parece por essa argumentação, plausível que os primeiros barracos tenham sido construídos aos poucos, por João Botecchia, confirmando por parte de Maurício F. Klabin a “posse efetiva, mansa, pacífica e ininterrupta sobre a área usucapienda, a partir do ano de ... 1904 até o ano de 1940;” (ibidem, 1083), e que assim, ruiriam as provas apresentadas por Botecchia – que alegava posse desde 1925 – e que sua posse exercida seria no mínimo posterior a 1940. Assim, conclui que “no máximo, essa posse poderia se remontar a: 1951 – 8 anos ~ mais ou menos 1943.” (ibidem, fls 1089).

Botecchia teria voltado a residir na área em 1937, e ao que parece, tentou exercer a posse a partir de 1943; mas possivelmente, também sub-arrendando a área que estava tentando usucapiar, passou a construir barracos para alugá-los. Mais adiante, outra passagem dá indício que a favela teria surgido em 1951:

“133) Esclarece, (...) a existência de “... 20 moradias de madeira...”)
Lembrando-nos que os engenheiros-peritos na ação de atentado, ao vistoriarem esse imóvel, em ... 12-11-1951, (...) só encontraram 7 (sete) ranchos, - conclue-se, que os demais encontrados pelo D. Perito, foram construídos APÓS esse ano de 1951.” (ibidem, fls 1097, grifos originais)

Imagem 14: Campos e barracos ao fundo, que segundo a defesa de Botecchia teriam sido construídos mediante sua autorização.

*No plano de fundo, possivelmente está a cerâmica MFK e o bairro do Ipiranga. Fotografia juntada ao processo em 22 de março de 1954.
(Fonte: Processo 125.475/1956, v.2?, fls 617)*

João Botecchia morreria em 1957, passando o processo para seu espólio. Em 1963, a ação seria considerada improcedente em primeira instância; recorrendo ao Tribunal de Justiça, também ali os magistrados considerariam improcedente a tentativa de Botecchia, argumentando entre muito do já exposto, que o autor no início da ação nem sabia as dimensões do que lhe pertenceria, mas já ao depoimento de suas testemunhas, já o sabia. Um dos magistrados sugere que a ação entretanto serviria para despertar os réus (família Klabin):

“29. - Dir-se-ia que todo este trabalho, em tantos vols. foi inócuo? Serviu, pelo menos, para “despertar” os réus – principais, os Klabins, que, quanto antes, loteiem essa – área, encravada, como já requereram, afim de ela entrar no domínio de muitos e não ficar no domínio exclusivo de poucos.

30. - Muito pouco estudada, em nosso direito, foi a ação de usucapião. Muito a medo, um ou outro tratadista procurou dar-lhe a natureza, sempre com o receio de tomar posição quanto à natureza da posse – direito ou fáto.” (125.475/1956, v. 8, fls 1854)

Enviado ainda ao Tribunal de Justiça, é rechaçado veementemente pelo desembargador:

“1. - Esta de usucapião EXTRAORDINÁRIA conceitua-se em breves e justas palavras: é uma perfeita impostura urdida para usurpar terras que o mesmo pseudo prescibente, JOÃO BOTECCHIA, HAVIA SOLENEMENTE VENDIDO AO SR. MAURÍCIO F. KLABIN, PAI DOS RECORRIDOS!” (125.475/1956, v. 8, fls 1785?, grifos originais)

E em paralelo à suas tentativas junto ao tribunal, teria se constituído a favela, segundo

interpreta o desembargador:

“O obscuro início de tal posse coincide com o REPENTINO SURGIMENTO DE IMENSA FAVELA NA GLEBA – a chaga social a que se deu o nome de “FAVELA DO VERGUEIRO” - que marca o princípio das atividades do Botecchia, após o indeferimento da sôbrepartilha...” (ibidem: fls ?, 25/03/1963, caixa alta original)

Resolvía-se, em 1963 a questão, anulando as pretensões de usucapiante e dando pleno direito à família Klabin. Seguiu-se a esse processo a reintegração da área, que seria decidida no fim de 1967 – em processo por nós não localizado. Aquela área já era então considerada como bilionária:

“Não conseguiram em juízo a area que vale bilhões (...). É curioso observar que a area, onze anos atrás, quando a ação foi proposta, tinha o valor consignado de 400 mil cruzeiros. Presentemente, calcula-se que ascenda a alguns bilhões de cruzeiros.” (FSP, 14/02/1963)

Agora, imagina-se em 1969, com as obras do metrô norte-sul se iniciando, tem-se a dimensão do preço daquela terra: daí se pode ter alguma ideia da pressão para o despejo e liberação da área.

Em meio às discussões da Comissão do Desfavelamento da Assembléia Legislativa (1967), o deputado Fernando Perrone se pronuncia em favor da diminuição dos prazos do usucapião, sem se referir especificamente à favela do Vergueiro, mas a ação para favelas em geral:

“A primeira providência consistiria no encurtamento dos prazos da prescrição aquisitiva. O instituto do usucapião do direito brasileiro tem suas origens no Direito Romano da fase imperial, isto é, quando Roma deixaria de ser uma república de economia agrária e se tornara potência imperialista. A prescrição aquisitiva na Roma Republicana era de 2 anos; a dilatação do prazo ocorreu em Roma quando ela estendera suas fronteiras dos extremos da Ásia Menor até as Costas da Península Ibérica. No primeiro período, o usucapião protegia a propriedade ligada ao aproveitamento econômico, isto é, ao trabalho; na segunda fase, o usucapião protegeu o direito da propriedade desvinculado do seu aproveitamento. A manutenção da prescrição longa do direito brasileiro contemporâneo só pode ser explicada pelas forças do tradicionalismo e da inercia, completamente em desacôrdo com os intrêsses econômicos e morais da sociedade. Encurtados os prazos da prescrição aquisitiva, dar-se-ia remédio fácil, prático e barato às incertezas relativas ao domínio das terras, facilitando a sua comercialização, em benefício da economia do País.” (DOSP, 30/09/1967)

O autor não está defendendo Botecchia e sim que a persistência de prazos dilatados para se expirar a prescrição aquisitiva tem origens num uso da terra desvinculado à sua posse, o que leva ao surgimento de latifúndios não utilizados. Isso faz sentido junto com nossas observações a respeito do caráter de riqueza *em si* representado pelo patrimonialismo, que faz com que Klabins mantenham a terra parada, à espera de um preço maior para sua comercialização, ao mesmo tempo

em que a existência de um “latifúndio urbano” como aquele estimulou a aparição de João Botecchia como pretendente a latifundiário.

Instalada a confusão jurídica, muitos dos arrendatários quiseram tirar proveito, talvez percebendo a iminência do fim daquela condição, e a comercialização dos lotes que já se visualizava num futuro próximo. Assim, não se trata de condenar Klabin ou Botecchia, ou os arrendatários do primeiro. Para nós é mais importante perceber que em suas ações, *todos* tinham plena consciência de que havia uma terra com potencial de venda altíssimo, e que um uso rural era somente uma forma de postergar a venda urbana. Percebido o limite entre manter a retenção da terra e a possibilidade de perder a propriedade, os Klabin já haviam decidido pelo loteamento da área em 1940, mas a intensidade dos processos que levaram à demanda por casas do tipo “favela” na cidade de São Paulo frustrariam os planos da família por quase 30 anos, sem no entanto que isso tenha acarretado prejuízo – muito pelo contrário.

Impossível dizer o que faria a família Botecchia caso ganhasse a disputa. Entretanto, tal suposição é interessante como exercício de reflexão: *manter-se-ia o aluguel de barracos e a favela no local, como um grande negócio de arrendamento? Ou procederia da mesma forma como o fez a família Klabin, que removeu as famílias para execução de um loteamento?* Parece-nos que a favela ali posta foi somente uma forma de tentar garantir sua posse, uma vez que os barracos eram alugados a Botecchia. Mas sem uma resposta a tal questionamento, consideramos que a chave para tal resolução figura no cálculo econômico em relação aos custos para manutenção da posse, sejam eles custos em dinheiro ou “sociais” - ameaças, cobranças etc. Com uma favela de mais de 10.000 pessoas, com nenhum tipo de formalização quanto à posse, é possível que estes “custos pessoais” para a cobrança de aluguel fossem constantemente aumentando; ou ainda, que outras pessoas contestassem a posse do espólio de Botecchia da mesma forma como João Botecchia fizera com os Klabin. O processo que engendrou a formação de grandes “alugadores de barracos”²⁰⁹ sugere isto.

De todo modo, tais suposições parecem-nos relevantes pois em alguma medida consideramos que a

²⁰⁹ Alguns alugadores possuíam até 50 barracos para sublocação, conforme veremos logo adiante.

sublocação ganhou espaço na medida em que se punha a possível disputa jurídica, em que a situação da propriedade estava indefinida. Uma vez solucionada, muito possivelmente o espaço para informalização do uso seria dificultado, face às dificuldades quanto à manutenção da posse por parte do proprietário; possivelmente a própria família Botecchia procederia com um processo de despejo se dispusesse dos meios. Por outro lado, para realizar a retomada da posse teria de dispor dinheiro para custear o processo, e força – inclusive física e coercitiva – para realizar o despejo.

4.2.3. Considerações sobre o desdobramento da sublocação internamente à favela

Uma vez apresentados alguns dos processos judiciais referentes à situação fundiária da favela do Vergueiro, e de como o aluguel se desdobrou das relações de propriedade ali postas, restaria apenas apresentar alguns exemplos de como a sublocação se deu internamente à favela. E aqui, nos valem das matérias de jornais e passagens da Comissão do Desfavelamento.

Numa primeira referência, em paralelo ao processo de despejo da gleba de Alfredo Antonio, tal sublocação é descrita, apontando-se os Botecchia como proprietários dos barracos:

"Enquanto isso, a grande favela conta com mais de 1.200 barracos, e a posse de sua area está sendo reivindicada pelo sr. Fortunato Botecchia, através de ação de usucapião contra a familia Klabin. Os Botecchia são proprietarios de todos os barracos e os alugam aos favelados, sendo que a ação impetrada se arrasta há mais de dez anos." (FSP, 16/02/1962)

Em outras matérias e também na Comissão do Desfavelamento também há depoimentos em que a família Botecchia é também citada como alugadora de terrenos:

"A familia Alves foi uma das primeiras a ir para a favela, 15 anos atrás. Virgulina Alves veio com seu segundo marido Sebastião Roberto. A origem era Ponte Nova, Minas Gerais. (...) O barraco era da familia Botecchia, a quem a familia pagava, até a ordem de despejo, 350 cruzeiros velhos por mês." (FSP, 05/05/1968, grifos nossos)

"O SR. PRESIDENTE [deputado Fernando Perrone]: - Quando o senhor foi para a favela, alugou ou comprou o terreno?"

O Sr. Sebastião Nunes de Oliveira [morador da favela do Vergueiro]: - Aluguei e fiz o barraco. (...)

O Sr. Joaquim Formiga [deputado]:

De quem o senhor alugou o terreno?

O Sr. Sebastião Nunes de Oliveira:

Da família Botecchia. (DOSP, 02/12/1967: 61, grifos nossos)

Mas além de Botecchia, a sublocação desdobrou-se numa cadeia infindável de relações. Assim, aquelas primeiras pessoas que chegariam ao Vergueiro poderiam se aproveitar dessa condição para

construir novos barracos e assim conseguir alguma renda complementar. Uma casa multiplica-se por três ou mais, e pensamos que desse modo foi se ampliando a favela. No depoimento para a Comissão do Desfavelamento, um morador da favela relata o processo:

“O SR. PEDRO GERALDO COSTA [deputado estadual]: O senhor tinha vida idêntica à dos favelados?

O Sr. João Felix Veloso [morador da favela do Vergueiro]: – Sim, eu era pobre e trabalhava como todos os favelados.

O SR. PEDRO GERALDO DA COSTA: - Hoje o senhor aluga barracos?

O Sr. João Felix Veloso: – A pessoa que me alugava o barraco disse que eu poderia cercar o que estivesse desocupado, pagando só o terreno. Então eu cerquei uma média de 15 metros de frente por 40 de fundos. Lá eu tinha quatro pés de uva, pés de limão, de abacate, tudo dando frutas.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA: De quem o senhor comprou o terreno onde está o terreno?

O Sr. João Felix Veloso: Comprei de um tal José Inácio, por 3 mil cruzeiros. (...)

O SR. PEDRO GERALDO COSTA: - Quantos barracos o senhor aluga atualmente? O senhor fez mais barracos?

O Sr. João Felix Veloso: - Quando cheguei lá, entre 1955 e 1958, meu patrão tinha uma empregada, lavadeira. Então ele me pediu para dar um geito (sic) de arranjar uma acomodação para ela. Fiz um barraco para ela, atendendo o pedido de meu patrão, para pagar 700 cruzeiros. Quando os filhos dela foram ficando maiores, ela deixou o barraco que hoje é meu. Eu tenho lá 3 barracos, mas consta dois, porque aquele que eu fiz para a empregada do meu patrão é anexado ao meu. (...)

O SR. PEDRO GERALDO COSTA: - O senhor não paga aluguel?

O Sr. João Felix Veloso: - Eu pagava para a família Botecchia até o dia 26 de setembro último [1967]. (...)

O SR. PEDRO GERALDO COSTA: - O senhor pagava 1.350 cruzeiros pelo terreno?

O Sr. João Felix Veloso: - Pago 450 cada um, pela ocupação do solo. O que está em cima é tudo meu. Desde que entrei foi para pagar isso. Agora suspendi, porque não há quem cobre.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA: - E o senhor arrecada 15 mil?

O Sr. João Felix Veloso: - Mas também tem a luz.

O SR. PEDRO GERALDO COSTA: - A luz é tirada de outro particular?

O Sr. João Felix Veloso: - Não, há uma rede de luz que fornece a mim, e eu forneço a eles. Quem me fornece é a Light, mas a conta vem em meu nome e em meu nome é paga na Light. (...) Eu pago quatrocentos e tantos mil por mês²¹⁰.” (Comissão do desfavelamento, DOSP, 02/12/1967: 60)

Nesse caso, João Felix Veloso teria alugado um terreno de um tal José Inácio, que por sua vez devia pagar aluguel a João Botecchia. O diálogo acima é ilustrativo da relação que viria a se estabelecer nessa favela – mas também por outras favelas e por toda a periferia de São Paulo²¹¹, referente à construção de casas para obtenção de uma renda – que no caso é significativa. Assim, João Felix, no caso, paga suas despesas (aluguel e luz) e ainda consegue obter mais de 13 mil

210 Devido à alteração de moedas no período, o que aparece como “quatrocentos e tantos mil por mês”, certamente deveria ser apenas “quatrocentos e tantos”.

211 Nesse sentido contribuiu o relato de uma amiga do pesquisador cuja mãe adquiriu um terreno para construir três casas e alugá-las, no bairro periférico de Jardim Ângela na zona sul paulistana.

cruzeiros em rendas. Há que se notar um certo medo do entrevistado em ser enquadrado como sublocador, que a todo momento busca se justificar, o que reflete uma defesa face à campanha empreendida pelo MOV e pela imprensa contra os por eles chamados “exploradores da favela”. O entrevistado, assim, afirma que vive de sua aposentadoria e que essa renda seria apenas um complemento:

*“O SR. Geraldino dos Santos [deputado estadual]: - O senhor aluga os dois barracos apenas para aliviar sua despesa ou há intuito de lucro? As vezes a gente mora numa casa grande e, por não poder pagar o aluguel, subloca. Talvez o senhor tenha conseguido fazer outro barraco e – como é comum nos porões – subloque os demais compartimentos.
O Sr. João Felix Veloso [morador da favela do Vergueiro]: - Êsses barracões foram feitos a pedido de quem mora lá. Eu sou aposentado e vivo da minha aposentadoria, por isto aquela quantia não me faz diferença. Os próprios inquilinos dizem que não pagam aluguel que é um favor que eu lhes faço. Eles pagam 15 mil e têm casa, luz e água encanada.” (IDEM)*

Há um reconhecimento do favelado de um processo necessário para a legitimação social da reprodução capitalista; tendo de sobreviver, há certa “consciência” de uma desconformidade para com as formas mais aceitas, que ao mesmo tempo considera que construir para alugar é uma lógica própria do seu tempo, que assim leva João Felix Veloso a construir um barraco para tal fim.

O mesmo ocorreu em outras favelas, e de fato consistiu não apenas em elemento que atuou na formação das favelas como uma forma de, por meio da obtenção de rendimentos obtidos pela posse ilegal, permitir o acesso à propriedade – essa sim, comprada e legalizada. Sem ter como acessar a propriedade ou o dinheiro por meio do trabalho, recorre-se à terra como fonte de riqueza. Aqui, procuramos compreender em que medida esse tipo de relação é constituinte da expansão da favela e sobretudo de seu adensamento²¹².

Gostaríamos assim de situar a favela do Vergueiro face a uma particularidade sua, que a distingue de outras favelas. Não é porque é favela que a posse dispensa pagamento, mesmo sendo propriedade alheia ocupada. É para algumas pessoas, quando o é. No caso da Vergueiro, a gleba

212 “*Criador de favelas*

O sr. José Cruz, residente à rua Moacir Concilio, s/no., que fora locador do terreno acima referido [favela no tatuapé], é o responsável pela edificação da favela. Seu meio de vida – segundo foi revelado à reportagem – consiste em arrendar terrenos baldios, nele construído barracos, que depois aluga ou vende. Após a venda da construção, ainda recebe aluguel do terreno ocupado pelo imóvel. Conforme ainda as mesmas informações, essa atividade do sr. José Cruz já lhe proporcionou lucro suficiente para a aquisição do terreno onde tem sua residência (de tijolo) e mais alguns barracos” (FDN, 10/06/1959)

toda da favela, *em si*, era alugada, ou arrendada da família Botecchia, e noutras partes, de arrendatários de Klabin. Klabin arrenda um terreno para várias pessoas, dentre as quais muitas sublocam; em paralelo, Botecchia tenta conseguir a propriedade por meio da posse, em que obtém aluguéis. E as pessoas que, tendo “chegado primeiro”, constroem e sublocam também, para quem acaba de chegar. Sempre há, nesse caso, a relação de aluguel. Ou seja, nem a posse, em hipótese alguma na cadeia fundiária estabelecida, está isenta do aluguel – somente para Botecchia, em sua tentativa de apossar-se da terra por usucapião.

Pode-se dizer que a favela do Vergueiro de certo modo diferencia-se por não ser propriamente uma ocupação²¹³ no sentido “clássico” – em que a terra não cobra tributo por ser alheia – mas por estabelecer um contínuo processo de subdivisão de lotes e barracos, todas mediadas pelo pagamento em dinheiro para usufruto da posse. Pelo que vimos, não há nuances da favela do Vergueiro: todos os barracos tinham que pagar algum tributo para algum sublocador, arrendatário ou posseiro. Processa-se na formação da favela do Vergueiro sempre um desdobramento do aluguel, numa paulatina subdivisão que vai definindo a construção de novos barracos; passa-se de uma ocupação esparsa de uso rural a um uso indiscutivelmente urbano; o pagamento de rendimentos é dessa forma coletado como mais uma forma de dedução, dos já baixos rendimentos das pessoas que vão morar na favela. “*A renda imobiliária independe do trabalho de construir.*” (PEREIRA, Op. cit.: 105), e no caso da favela, diversos níveis usufruirão da renda extraída: o monopólio da propriedade cobra seu tributo (dos arrendatários para os Klabin); novamente, a posse, como monopólio da propriedade, cobra seu tributo (pago aos Botecchia); e as casas construídas, que agregam trabalho, agregam ao aluguel que é pago aos construtores de casas. Coexiste e sobrepõe-se uma lógica que “distribui” rendimentos de origens variadas, todos no fim das contas pagos “socialmente” pelos

213Preferimos utilizar o termo “ocupação” a “invasão”. O segundo remete diretamente a uma violação da propriedade privada, enquanto o termo “ocupação” altera o ponto de vista considerando a posse como elemento fundamental e não o domínio. Adiciona-se o fato de que o termo “invasão” é utilizado costumeiramente nos jornais em sentido depreciativo, associando a um suposto crime. Em contraposição, o termo “ocupação” é usado por movimentos sociais justamente para evidenciar um questionamento à forma da propriedade privada, visto que “invasão” parte do princípio de que algo foi violado (a propriedade), e não se faz referência à usurpação que coloca toda uma população sob a única condição de vendedora de sua força de trabalho – que nem isso consegue direito.

moradores finais através do aluguel, fruto das mais variadas formas de trabalho. Mas mesmo considerando todo esse elo de relações, trata-se de um aluguel mais barato que o de uma casa ou dum cortiço, permitindo a sobrevivência daquelas pessoas através da moradia favela (sobrevivência tanto de somente moradores como de moradores sublocadores).

Tentando compreender o ponto de vista desses moradores sublocadores, constata-se a difusão desse tipo de prática como evidência de uma lógica própria da socialização pela mercadoria, através da monetarização das relações. Assim, salário e renda de aluguel são constituintes dos custos de manutenção de muitos favelados mas não somente. Tanto que um de nossos entrevistados, Francisco, que construiu a própria casa a uma quadra da antiga favela do Vergueiro, e que não é um capitalista, relata que para conseguir construir e finalizar sua casa própria teve que alugar os cômodos já finalizados e trabalhar fora em obras.

Em outra favela no Tatuapé verificamos a mesma questão: um aluguel baseado numa posse irregular, mas que por meio dessa se pagava aluguel ao suposto proprietário:

"Continuaram a derrubar os barracos, deixando os moradores ao relento

(...) A reportagem ouviu o sr. Manuel Alves Feitosa, construtor e proprietário de 10 barracos, onde residem seus 10 filhos casados e respectivas famílias. Afirmou que arrendou do sr. Luís dos Santos Nascimento, que se dizia proprietário do terreno (e que exibia escritura datada do tempo do Império), um lote de 6x25m e outro de 20x30m e que pagava mensalmente por eles 1.500 cruzeiros. Disse, ainda, que gastou 52.000 cruzeiros na construção dos barracos - 11.000 dos quais somente para uma ligação de luz elétrica. Asseverou que não sabe para quem apelar e que não pode sofrer os prejuízos, pois pagava os aluguéis do terreno a quem pensava ser dono dos mesmos." (FDN, 29/12/1959)

Até algum nível essa pequena sublocação situa-se, dentro e fora da favela, como uma fonte de rendimento, patrimonial, para além do salário, como complemento à sobrevivência – no caso para construção da própria casa. A partir de uma certa quantidade de casas, barracos ou terrenos alugados, passa a se constituir um tipo de pequeno capitalista que desenvolve funções rentistas como um de ramo especializado de negócios. Em alguns casos são negociantes que imobilizam determinado capital mediante a compra de barracos para extração de renda mediante aluguéis; em outros casos, erguem barracos para alugar e arcam com os gastos dessa construção; em outros casos ainda, somente se aluga o terreno, sem assumir os custos da construção. Esse último caso é

plenamente possível quando se trata de um custo bem baixo de material, já que os barracos são inicialmente feitos com materiais conseguidos de acordo com as possibilidades de quem o constrói: assim, no período em questão é relatado que são utilizados materiais coletados, tábuas, latas, cartões, metais etc. Logo, o caso “aluguel do terreno” é possível e amplamente realizado.

Entretanto, para a imprensa e para o pensamento intervencionista em favelas da época, era a parte pelo todo: havia uma condenação moral da atividade que passava por todos os níveis, igualando os grandes “proprietários” aos “pequenos”, e isentando, sempre, a grande propriedade imobiliária, como a da família Klabin. Os chamados “exploradores de barracos” são muito frequentes nas páginas dos jornais:

“Anuncia-se despejo da favela Vila Prudente

(...) O proprietário, favelado também algumas vezes, ou gente alheia à vida da favela, colhe os frutos desses aluguéis que, quase sempre, permitem uma boa renda.” (FDN, 14/05/1955)

Essa visão já estava presente nos projetos de prefeituras, como o presente no Código de Obras de 1937 do Rio de Janeiro, que em meio à proibição explícita da construção de barracos e favelas, considera agravante a construção de barracos para aluguel:

“Art. 349 (...)

7o. Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro” (BRANDÃO, 1964, Apud VALLADARES, op. cit.: 52)

Marta Teresa Godinho também não escapa a essa condenação em um artigo seu, que pensamos ser o indício de um preconceito classista e moralista muito forte: que só poderia morar numa favela quem não teria mais onde cair dura, as pessoas trabalhadoras e ordeiras, ajustadas ou ao menos “ajustáveis”, numa subjetivação que culpabiliza tais pessoas:

“Espertalhões exploram as favelas

Dentro da objetividade de suas observações as assistentes sociais que pesquisaram as favelas não deixaram de notar a existência, entre as populações faveladas, de espertalhões, que ali vivem para explorá-las. Essa “classe” vai desde o alugador de barracos até aquele que empresta dinheiro a juros, vende bebidas ou fornece roupas usadas a prestações. Já fizemos referência, aliás, à existência nas favelas, de gente que ali não precisaria residir, pois possui casa em outros bairros, residências essas alugadas, às vezes por altos preços. Permanecem esses parasitas, porem nas favelas, morando de graça, em meio a promiscuidade apenas para amealhar o dinheiro proveniente das residências que possuem, formando, assim, naquelas comunidades, a “casta” dos agiotas, dos negociantes inescrupulosos, dos exploradores, enfim. (Marta Teresa Godinho – FDN, 25/10/1957)

Curioso é que todas as funções desenvolvidas pelos favelados que não sejam de trabalhador propriamente dito – o que vende sua força de trabalho para obtenção de salário – são consideradas exploradoras e parasitas, mas que curiosamente só consegue subjetivar e identificar o “explorador” quando este está na favela; o fetichismo aqui atua de modo tão absurdo que é permitido especular com a terra quando se trata de um grande proprietário – como os Klabin –, e se pode emprestar a juro, vender bebidas, roupas etc, produzidas sob a “justiça” de uma empresa. Talvez seja porque haja uma pressuposição de que tais pessoas seriam tão desprovidas de dinheiro que estariam simplesmente fora do mercado, se constituíam como marginais²¹⁴.

"Exploradores agem na favela do Vergueiro

Na Favela do Vergueiro - que tem 7 mil habitantes e é considerada maior de São Paulo - há exploradores que cobram aluguel por barracos minúsculos, sem as menores condições de habitabilidade e exigem aumentos frequentes dos aluguéis, sob pena de expulsar os moradores. Essa foi a denúncia feita ontem pelo sr. Wilson Abujamra, dirigente do MOV (...) à imprensa e ao delegado Alvaro de Campos Góis, da 6.ª Delegacia de Polícia, que mantém um posto policial naquela favela.

EXPLORADORES

Manuel Saturnino Loureiro, José Paulo de Oliveira, Wilson Costa, Geraldo Pimenta, João Felix Veloso, Assis Barbosa de Oliveira, Antonio Rodrigues Fagundes, Lindolfo Batista de Carvalho, entre outros, dizem-se possuidores de barracos e sentem-se no direito de cobrar aluguéis por eles. Com isso vão acumulando fortunas, como é o caso de José Bina, que é <<dono>> de inúmeros barracos, um taxi, caminhões, um empório na favela e loja de materiais de construção fora dela.

Luis Alfredo é outro que tem empório, explora rede de luz, e tem casa, e cinema fora da favela. A rede de luz que Luis Alfredo e outros utilizam como fonte de rendas é um fio puxado de um poste de iluminação ou de uma casa vizinha, ao qual são ligados os "bicos de luz". Cada lampada ligada acresce o aluguel em 3 mil cruzeiros velhos.(...)

OPINIÃO DO DELEGADO

Na favela, diz o delegado Alvaro de Campos Góis -(...) A 6.ª Delegacia investigou e descobriu que Antonio Televisão tinha vários imóveis em bairros da capital e um salão de bailes na favela. Nesse salão promovia festas, durante as quais bancava o jogo, vendia bebidas e explorava o lenocínio.

"É preciso acabar com isso - completa o delegado - com esses maus elementos, exploradores da miséria alheia". (FSP, 26/04/1967)

Mesmo Carolina Maria de Jesus fica indignada com quem aluga um barraco na favela, considerando esse como um dos piores crimes possíveis – “porque será que o pobre não tem dó do

214 Esse tipo de questionamento lembra um episódio que o pesquisador presenciou, durante uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em Taboão da Serra, no ano de 2005. Em certo momento, a secretária de habitação do governo do município, compareceu ao local e fez uma declaração infeliz: “mas vocês estão tão limpinhos para serem sem-tetos”. Na sequência um coro respondeu: “nós somos pobres mas somos limpinhos”. Nessa fala fica novamente reforçado o estigma do favelado, a carga de ser o pior, mais pobre da sociedade – e além de pobre sujo, imundo – ao que se defronta com um higienismo entranhado socialmente mesmo nos grupos ditos da esquerda. A citada secretária pertencia à época ao Partido dos Trabalhadores, e integrava o grupo de Nabil Bonduki. Tal diálogo pode ser visto no filme “A dignidade que não se rende” (MTST, 2005).

outro pobre?” (JESUS, op. cit.: 81). Possivelmente “não tem dó” porque é posto como um desigual mas igualado sob o mercado, e assim concorre com o outro, assumindo a lógica do dinheiro.

Em ocupações recentes de terra, é estimulado um “senso comunitário” que tende à divisão em porções iguais²¹⁵; logo, alguém que toma terrenos para construir barracos e especular estaria “subvertendo” tal ideia. Entretanto, porque alguém que aluga um barraco na favela é igualado a um assaltante, enquanto quem faz isso do lado de fora da favela é não apenas tolerado como estimulado, como um valor positivo do capitalismo²¹⁶? Nesse sentido, concordamos com Davis:

“A locação, na verdade, é uma relação social fundamental e divisiva na vida favelada do mundo todo. É o principal modo para os pobres urbanos gerarem renda com o seu patrimônio (formal ou informal), mas, com frequência, numa relação de exploração de pessoas ainda mais pobres. A mercadorização da habitação informal incluiu o crescimento rápido de distintos subsetores da locação: construção entre as casas de favelas mais antigas ou prédios multifamiliares em loteamentos clandestinos.” (DAVIS, op. cit.: 52)

Ou ainda, em Engels, há a defesa de que não se pode colocar o aluguel como exploração, já que se trata de uma relação de troca – da venda de uma mercadoria (usufruto de uma moradia por determinado período) –, o que difere da exploração capitalista, e assim não se pode afirmar que o inquilino está para o proprietário assim como o proletário está para o capitalista. Isso é diferente da relação capital-trabalho, em que o trabalhador vende sua força de trabalho abaixo do valor que produz, e que o capitalista se apropria dessa diferença de trabalho não pago (mais-valia)²¹⁷.

O motivo de nosso questionamento a esse respeito se estender tanto é que há na visão desfaveladora um sentido planejador, que outorga ao favelado somente a condição de mão de obra,

215 Essa é uma prática predominante nos movimentos sem-teto recentes, que defendem que “nessa ocupação ninguém vende lote”; é muito melhor não pagar do que pagar um aluguel – nessa há um senso de “justiça” possível numa condição injusta por natureza (a separação dos meios de produção); ainda assim, não se compara à outra condição, com aluguel – em que há apenas a pura lógica do “mais esperto”, que não deve ser condenado moralmente mas enquanto capital: *tirar vantagem, lucrar*, as regras máximas do livre mercado.

216 No limite, aqui tangenciamos uma discussão pertinente que se refere ao que é considerado crime, o que é tolerado socialmente e o que não é, enquanto funcionamento do capital. E o que o capital altera as leis, como um jogo entre seu funcionamento “puro” e uma moralidade que é por ele posta, extrapolada até o limite do aceitável. Jogos, prostituição, comércio de entorpecentes e investimentos imobiliários: todos podem ou não ser considerados crimes por códigos jurídicos que variam conforme o país e o momento. Entretanto, todos estão profundamente permeados e são simplesmente a expressão do capital enquanto forma de socialização.

217 *“Sean cuales sean las ventajas excesivas que el propietario obtenga del inquilino, nunca tiene lugar aquí otra cosa que el traspaso de un valor ya existente, producido con anterioridad; la suma total de los valores poseídos conjuntamente por el propietario y el inquilino no experimenta variación alguna. (...) se trata (...) de una transacción comercial de tipo corriente, efectuada según las leyes económicas que regulan la venta de las mercancías en general y, en particular, la de esa mercancía que es la propiedad territorial.” (ENGELS, 1974: 18)*

de trabalhador como valor positivo no sentido weberiano, do enobrecimento pelo trabalho. O favelado como rentista, assim, torna-se uma afronta. Sendo a propriedade símbolo e depositário da riqueza, logo, ela deve ser vetada ao pobre.

Na realidade, quase não há limites para a sublocação, e ela reflete um dos aspectos determinantes da socialização moderna: a monetarização total da vida, que impõe leis abstratas mas reais que dizem como será a vida em todos seus aspectos, inclusive *dentro da casa*.

“Favela, escola de delinquência

(...) Mas há uma coisa que é preciso contar, com vistas a quem interesse. Parece-nos que isto vai com endereço certo para o meritíssimo juiz de menores: moram no barracão seis pessoas, pai, mãe, três filhos, entre os quais uma menina de catorze anos, e um rapaz, a quem alugam uma cama. Serão necessários comentários?” (FDN, 29/09/1955, grifos nossos)

Pensando desse modo, parece mais inteligível que a sublocação chegue ao nível não mais da casa ou do cômodo, mas da própria cama – seria esse o limite ou ainda é possível sublocar a própria cama? Aqui não falta nada em termos das categorias do capital: está presente tanto o capital, como o trabalho, o dinheiro e o valor, nada mais que em seus aspectos negativos. A favela e a favela dentro da casa – com a sublocação dos cômodos e da cama – são reflexo do capital enquanto impossibilidade do trabalho tanto positivo – formador de valor – como sequer da sua possibilidade de remunerar a sobrevivência e reprodução do trabalho. Nesses momentos há que se recolocar a pergunta: o capital precisa dessas pessoas ou elas são descartáveis, descartadas?

*“Num barracão da favela do vergueiro
Onde se guarda instrumento
Ali, nós morava em três.
Eu, Violão da Silveira, seu criado,
Ela, Cuíca de Souza,
E o Cavaquinho de Oliveira Penteado
Quando o cavaco centrava e a cuíca soluçava
Eu entrava de baixaria
E a ximangada sambava, bebia, sacolejava
Dia e noite, noite e dia. ”*
(Adoniran Barbosa e Osvaldo Molles , *Mulher, patrão e cachaça*, 1968)

capítulo 5

Favela do Vergueiro: vida e trabalho

5.1. Origem das pessoas – despejos anteriores e mobilidade entre favelas – início do Vergueiro do ponto de vista da moradia

No capítulo anterior tratamos da questão da terra urbana e dos grupos capitalistas que nela investiam, constituindo tanto as grandes glebas próximas à cidade já constituída, quanto estabelecendo condições para relações fundiárias variadas – com destaque para a sublocação em níveis desdobrados. Entretanto, somente este aspecto não daria conta de explicar a formação das favelas, pois é apenas parte da questão. E de onde viriam as primeiras pessoas que alugariam tais terrenos? Embora tal pergunta seja de difícil resposta, uma vez que estamos diante de motivos aparentemente subjetivos e individuais, buscamos situar o que há de geral nos processos particulares do “ir morar na favela”. Trabalho e população, ou as pessoas que viveram na favela do Vergueiro, serão objeto do item presente.

Anteriormente já identificamos um movimento simultâneo de formação e despejo de favelas na cidade de São Paulo a partir da década de 1940, que por outro lado “dispunha” de um mercado de terras propício à sua formação; e daí que a formação de favelas se sucede aos despejos, ou seu inverso: que favelas despejadas redundaram na formação de novas favelas.

Esboçando uma divisão analítica na forma de uma periodização, dando conta dos primeiros momentos da formação de favelas em São Paulo, há uma distinção a ser observada e que nos pareceu importante: em primeiro lugar há uma “formação primitiva” das favelas, originada diretamente de despejos ocasionados pela construção de obras públicas – principalmente avenidas – e despejos de cortiços na área central. Essa fase inicial compreenderia fins da década de 1930 a princípios da década de 1950, e as favelas se caracterizariam em grande medida por se situarem em terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de São Paulo; eram compostas por uma população sobretudo despejada de cortiços, mas também de miseráveis – aposentados, inválidos. O segundo momento consiste também no despejo, mas já dessas primeiras favelas, que passariam a compor a partir de então uma sempre crescente população favelada que se moveria pela cidade. Só que agora

dentre os locais em que se formavam tais favelas já havia muitos terrenos particulares, e sua população era também engrossada pelas milhares de pessoas que chegavam à região metropolitana todos os anos oriundas do interior de São Paulo, Minas Gerais e estados do nordeste brasileiro.

Se no primeiro “momento” as favelas não chegaram a ser massivas e por vezes existem por menos de cinco anos, nesse segundo período passam a se constituir favelas de maiores proporções, até então não conhecidas na cidade de São Paulo. A favela do Vergueiro e a favela da Vila Prudente são já originadas desse movimento de despejos de outras favelas e com grande população migrante, e perduram não por anos, mas décadas – a favela da Vila Prudente por exemplo existe ainda hoje.

Encontramos um depoimento e outro indício forte que nos permitem estabelecer uma vinculação direta entre o despejo da favela do Glicério e a formação inicial da favela do Vergueiro

“Favela da vergueiro, eu vi o primeiro barraco fazer aqui. (...) 1952. (...) esse pessoal que veio aqui era da favela do glicério. (...), então começaram a subir aqui, e aqui, na [rua] dionísio da costa, e tinha um caminho que subia lá em cima, não tinha quase casa, a dionísio não tinha quase casa, não tinha asfalto, não tinha nada. Então subia lá em cima, então parou um caminhãozinho, descarregou aí e subiu lá em cima. Olha, o que eles estão fazendo ali em cima? Então, como tinha em frente, tinha um armazém (...), do tal de Ventura. Então eu disse, então Ventura, o que eles tão fazendo aí? Eles tão fazendo barraco lá em cima, na favela. Que lá em cima era favela. Eu jogava bola ali em cima também. E lá em cima era favela. (...) Me parece que tomaram o terreno que era na baixada do glicério, tomaram aquele terreno, então eles tiveram que sair. Então eles saíram e vieram pra cá.” (Francisco, 24/03/2010, grifos nossos)

“Em 1951, quando então prefeito o Dr. Asdrubal da Cunha, o Iapi, requisitou a área em que estava a favela [do glicério], para construir. Foi então feito o despejo daquelas famílias, sendo que a prefeitura lhes dava o material do cômodo em que residiam, bem como lhes fornecia caminhão para transporte desse material. Essas famílias, na sua grande maioria, foram para terrenos particulares e outras se encaminharam para outras favelas, então já existentes” (GODINHO, op. cit.: 12, grifos nossos)

Ou seja, às pessoas despejadas da favela do Glicério o destino era ir para outras favelas ou terrenos particulares caso o tivessem. Mas fica uma ambiguidade interpretativa, uma vez que Godinho se refere a “terrenos particulares” sinalizando uma diferença face aos terrenos públicos como o da favela do Glicério; e porque acreditamos que o destino das pessoas poderia ser tanto terrenos particulares já de sua propriedade como em favelas situadas nesse tipo de área. De todo modo, chamamos à atenção para o fato de que por essa fala o auxílio estatal no momento se restringiu apenas ao transporte de móveis e do material do próprio barraco – tábuas, portas, telhas

etc. Se o despejo clamasse pela extinção da favela, era de fato somente por estar em local muito central; logo, bastaria despejar para outro bairro que a questão estaria “solucionada”, já que sabia-se que se formaria uma outra favela²¹⁸.

Os moradores da varzea do Glicerio foram transferidos para esta favela

Imagem 15: Barracos na favela de Vila Prudente em 1954

(Fonte: FDN, 12/02/1954)

Há ainda outros relatos que dão substrato à nossas suposições. Ambos falam da favela da Vila Prudente e associam os dois fatores por nós citados, o fim do Glicério e a migração, aqui identificada como procedente do nordeste:

*"[Em debate na assembléia legislativa] Trata o sr. Araripe Serpa da situação dos moradores da "favela" existente ao longo da avenida Santa Elisa, em Villa Prudente, reclamando assistência dos poderes públicos para aquelas famílias, **constituídas em sua maioria por imigrantes nordestinos**" (FDM, 03/09/1953, grifos nossos)*

"Os moradores da varzea do Glicerio foram transferidos para esta favela"

"Vivem nas favelas da capital mais de cinco mil pessoas

Algumas delas possuem mais habitantes que muita sede de municipio da nossa hinterlandia

- Dados incompletos, em que não figuram os números relativos à população 'em transito' -

***Predomina o elemento procedente do Nordeste** - Favela não é reduto de malandros -*

Tambem ali se fazem transações 'imobiliárias'" (FDN, 12/02/1954, grifos nossos)

Outra matéria, essa já de caráter analítico, identifica justamente para as favelas do Piqueri e da Vila Prudente (então as maiores da cidade) a questão da migração como explicação para o seu

218 Esse caso, de transferência de uma a outra favela, lembra o despejo da favela da Lapa, que foi praticamente transferida para um próprio municipal no Piqueri e com toda ajuda da prefeitura, conforme jornais da época. Ali se constituiria outra favela – que existe até os dias de hoje, embora já extremamente verticalizada (com casas de 3,4 5 e até 7 andares!).

tamanho. Por se tratar do mesmo período, consideramos tal material relevante para tratar também do Vergueiro – embora nesse caso se refute que a favela do Glicério tenha se desdobrado nas citadas favelas, mas em outras:

“Grande é o numero de familias que vivem desajustadamente nas favelas da capital Em São Paulo existem cinco favelas. Duas são grandes, com população superior a muitas sedes de municípios de nosso interior: a favela do Piqueri, localizada em terrenos municipais, e a favela da Vila Prudente, plantada em terras que pertencem ao Instituto Brasileiro do Café. A população dessas favelas sobe a mais de cinco mil pessoas, não se podendo calcular o número de pessoas em transito.

RETIRANTES NORDESTINOS

(...) Em sua maioria, os habitantes das favelas são nordestinos. Do numero estimado de cinco mil favelados, pelo nosso calculo três mil são procedentes do chamado poligono da seca; estão São Paulo, a menos de cinco anos. Esses elemento são encontrados principalmente nas favelas de Vila Prudente, enquanto que nas favelas da Barra Funda e do Piqueri residem os antigos moradores da favela "Prestes Maia", que se localiza na varzea do Carmo.” (FDM: 30/05/1954, grifos nossos)

De todo modo, é fato que as pessoas despejadas do Glicério foram para outras favelas constituindo uma população permanentemente favelada mas móvel entre favelas, reforçada numericamente pela citada população migrante. A mobilidade do trabalho se daria não apenas na ida à cidade através migração para São Paulo e Rio de Janeiro, mas também na própria mobilidade entre favelas, como fica explícito também no caso da favela da via Anchieta:

“Estado cria favelas na via Anchieta

Ha 25 anos, o Estado vem promovendo a formação de favelas, com o nome de acampamentos, à margem da Via Anchieta. Isto para dar casa e comida, que realmente não existem, aos trabalhadores - funcionarios e pessoal de obras - empregados na conservação da rodovia.” (FSP, 20/03/1966)

No caso acima, é automática a relação entre a construção e manutenção da rodovia com a necessidade de manter pessoal empregado residente nas proximidades. Em nosso caso há outras sutilezas e tal relação não pode ser estabelecida de modo tão automático. Ainda assim, a possibilidade de dispor de força de trabalho barata e que pode ser utilizada e depois jogada fora, de um lado a outro, parece-nos um bom exemplo de como seria a mobilidade do trabalho em níveis que já beiram o excesso de oferta. Para Kowarick, a existência das favelas pode ser cômoda para inúmeras atividades econômicas:

“Dentro da cidade, a possibilidade de maior locomoção residencial serviria para seguir os caminhos itinerantes da construção civil. (...) serviria como mão de obra flutuante, constante e periodicamente atraída e expulsa pelos surtos tanto urbanos como agrários,

podendo se deslocar mais facilmente em função das necessidades do processo de acumulação.” (...)

“Enquanto caso exemplar de mão de obra que se apresenta como 'pau-para-toda-obra', o favelado pode facilmente preencher as necessidades mais imediatas da engrenagem produtiva que na cidade e no campo, frequentemente precisa mobilizar de maneira rápida contingentes ponderáveis de força de trabalho não-qualificada”. (KOWARICK, op. cit.: 91)

Paga-se menos que o necessário à sobrevivência, e por isso as casas são de tão má qualidade; compra-se trabalho somente quando convém, por isso a alta taxa de trabalhos considerados “biscates”, “ambulantes” ou à margem da lei. A favela reflete a necessidade de adaptação dessa pessoa socializada pelo valor, que se vê na necessidade urgente de vender seu trabalho sem que tenha certeza de sua própria sobrevivência²¹⁹.

A necessidade do capital em tornar móvel o trabalho levaria à estes grandes deslocamentos populacionais, que no caso brasileiro se dão num movimento aparentemente descontínuo de retenção da população na terra e liberação, ambos próprios da modernização²²⁰. Ainda que ambos processos (fixação na terra e expropriação) ocorram paralelamente, não se pode negar que há uma tendência expropriante que atinge o nordeste brasileiro que se intensifica a partir de 1930 e que expulsa milhões de pessoas de suas terras (ou de suas posses):

Recoloca-se a questão: a favela permite o rebaixamento da força de trabalho para o capital, ou sua existência denota um processo de acumulação crítico, em que se defronta trabalho formado enquanto tal, sem comprador mas tão somente redução de custos para o capital? Na medida em que o desenvolvimento da indústria no Brasil, mesmo durante sua fase de “substituição de importações”, se põe também como reflexo da superprodução de um departamento de bens de capital global (departamento I), e que precisa exportar máquinas e forçar o consumo industrial, já se industrializa reduzindo a força de trabalho necessária, em que a mais-valia relativa impõe também

219 “A mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior” (GAUDEMAR, op. cit.: 194)

220 “Esta mobilização (...) é acompanhada da mobilização de todos os cultivadores expropriados. Na agricultura, a conjugação do declínio do modo feudal e da introdução da maquinaria acelera ainda mais a supressão e o deslocamento dos trabalhadores. As novas indústrias povoam-se, portanto, de antigos cultivadores. Este povoamento é permitido pelo maquinismo, já que doravante ele pode suprir a falta de qualificação do operário” (GAUDEMAR, op. cit.:244, grifos do autor). Lembrando que Gaudemar trata da realidade europeia, em que houve feudalismo. Aqui não há nenhuma defesa desse modo de produção, preferindo assumir que desde a conquista o que existe é um capitalismo em formação (FRANK, op. cit.), (MARTINS, 1998).

os expedientes de mais-valia absoluta.

Os baixos salários ou nem isso, que aparecem na favela, podem revelar de um lado a incapacidade de incorporação produtiva do trabalho que é mobilizado pela modernização; e por outro, os níveis pelos quais tem que ser jogados os salários para que se consiga produzir mercadorias de um departamento de bens de consumo nacional (departamento II) em condições de rotar ainda que de forma crítica a produção de máquinas externa; ambos se deparam com processos expropriatórios que formam o trabalho mas sob uma condição negativa.

Mesmo sob condições de baixos salários – na pequena parcela que os recebe regularmente enquanto aparência de capital variável – muitas vezes o que se dá está ligado à expansão de atividades como da redução dos custos provocada pelo aumento do capital constante. Enquanto dedução de lucros, há que se considerar que parte desses salários entram na rubrica dos falsos custos, não sendo geradores de mais-valia.

Assim, recolocamos o “começo” da favela do Vergueiro, que não é entendida como um começo propriamente dito dum processo, e somente enquanto fenômeno pode ser compreendido como iniciado naquele momento. É nada mais que a continuidade de um processo que expressa-se na busca pela moradia face a variadas condições mas que tem como chão comum a expropriação, a ausência de qualquer posse que não a da sua força de trabalho, que ainda assim não se vende por um preço suficiente para provimento da sobrevivência.

O surgimento da favela do Vergueiro foi em parte do despejo de outras favelas, em parte adensada pela migração, em parte por uma série de outros motivos que fazem com que paulatinamente aquele morro ocupado esparsamente por chácaras passe a comportar lotes urbanos ilegais. Assim, aos poucos surgem casas aqui e ali, até que o processo se intensifique pela presença exatamente de ocupantes que vão subdividir seus lotes. Outro relato que coletamos na imprensa dá conta desse desdobramento paulatino da sublocação:

“Favelados do Vergueiro visitam obras do BNH em Santo Amaro

(...) O COMEÇO

Um alemão alto, os cabelos já brancos, morador vizinho à favela, é quem conta como tudo começou:

<<Foi assim: veio um português aqui, já faz muitos anos, alugou a chacara da Da. Mina Klabin. Então ele mandou vir um parente dele lá de Portugal. O parente veio, ergueu um barraco para o burro e foi morar junto. Logo depois, eles começaram a alugar uns pedacinhos da chacara para gente que não tinha onde morar. Foi quando começou a favela>>.” (FSP, 03/03/1969)

Talvez nesse princípio a formação não tenha sido rápida, e até 1954 o local passaria despercebido pela imprensa. A primeira referência que encontramos inclusive a trata por outra denominação, sendo chamada de “favela da Glória”, no noticiário policial:

“Assaltados por um grupo de desordeiros

*- O plantão do 5.o Distrito Policial tomou conhecimento, na manhã de ontem, que por volta das 22 horas da noite de domingo, Adão André, 20 anos, casado, e Adão Pedro dos Reis, seu cunhado, 25 anos, solteiro, ambos serventes de pedreiro, residentes na rua Pero Correia 2551, quando transitavam na **rua Dionísio da Costa, nas proximidades da favela da Glória**, foram atacados por um grupo de desordeiros não identificados, em número aproximado de dez. Os operários reagiram aos assaltantes e ambos receberam ferimentos generalizados. Adão André, que sofreu fratura da perna, foi removido para o Hospital das Clínicas, e seu cunhado medicado no Pronto Socorro Municipal.” (FDM, 28/09/1954, grifos nossos)*

A partir de então, se nota que as referências na imprensa sobre essa favela oscilam entre dois pontos: a criminalidade que se “originaria” desse local²²¹, bem como o suposto incômodo propiciado à vizinhança pela favela, talvez numa ótica que ainda considerasse a favela como algo que devesse ser extirpado rapidamente para evitar sua proliferação. Nesse caso, a favela é imediatamente identificada com sujeira, como doença mesmo:

“PRAÇA MONTEIRO DOS SANTOS: AUTÊNTICA ARAPUCA DE VOTOS

*(...) a cem metros da praça, existe uma **favela imunda** que está pedindo uma visita dos Serviços Sanitários. **Reclamam os moradores da vizinhança** que grande parte do lixo armazenado na praça vem da favela.” (FDN, 05/09/1955, grifos nossos)*

O incômodo reclamado pela vizinhança por meio desse jornal permite-nos – além de constatar a existência de uma tensão posta – comprovar a dimensão da favela e a partir de quando passaria a ser considerada não mais um núcleo pequeno, mas uma favela de grandes dimensões:

*“O leitor reclamava contra favelados de Vila Mariana. Dizia ele que os mesmos faziam muita algazarra, perturbando a paz e a ordem dos moradores das ruas Dionísio da Costa, Francisco Cruz, João Lopes e adjacentes, pois **a favela é bastante grande**, abrangendo centenas de famílias.” (FDN, 28/11/1955, grifos nossos)*

²²¹ Em 1960 seriam presos na favela do Vergueiro dois dos companheiros de “Promessinha”, assaltante famoso que inspirou o filme “Cidade Ameaçada” – algumas cenas da locação foi feitas na favela do Canindé (JESUS, op. cit.); já no título a notícia dava destaque à favela: “Varejada pela polícia a favela do Vergueiro”. (OESP, 29/04/1960)

Desse ponto em diante, consideramos que já não se pode mais considerar a favela do Vergueiro como uma favela “pequena” ou principiando apenas, mas como já sendo o que viria a se reproduzir enquanto processo de favelização na antiga Chácara Klabin, que tomou todo um vale e uma extensa área onde nos dias atuais estão situadas dezenas de ruas. Na sequência, adentraremos em aspectos mais internos à vida da favela, de suas pessoas e de seus trabalhos.

5.2. Trabalho na favela

5.2.1. Favela como um momento da socialização pelo valor

Neste tópico pretendemos tratar das formas pelas quais as pessoas moradoras da favela do Vergueiro vendiam sua força de trabalho. Nos deteremos apenas naqueles que encontramos referências mínimas, dada a dificuldade de se encontrar antigos moradores e moradoras daquela favela. Assim, fizemos entrevistas com moradores antigos da hoje “Chácara Klabin”, vizinhos, comerciantes e também uma ex-diretora de uma escola municipal que atendeu a favela. De grande valia foram as matérias de jornais e as relatorias da *Comissão do Desfavelamento* da Assembleia Legislativa. Também serviram os relatórios e levantamentos feitos por prefeitura, COHAB e movimentos de desfavelamento, mas obtidos não diretamente e sim por como saíam na imprensa. Por último, mas não menos importantes, foram as referências a trechos do livro de Carolina Maria de Jesus²²², que apesar de tratar de outra favela (Canindé) dão conta de aspectos que consideramos gerais e comuns entre favelas do mesmo período – ainda que se deva observar as diferenças relativas à localização de cada uma e as diferentes possibilidades de trabalhos e bicos a serem exercidos por seus moradores.

A favela se põe como momento durante o qual a socialização do capital se impõe dramaticamente, através da busca pela sobrevivência mediada pelo dinheiro. Morar em favela torna-se parte de socialização do trabalho negativa, e uma vez que a favela não constitui mundo à parte

²²² Ainda que se trate de uma obra literária, a forma pela qual foi escrito – um diário – revela histórias que, se não todas aconteceram com a autora, ao menos dão a dimensão dos valores e comportamentos, do que poderia acontecer em dada situação (QUEIROZ, 2008)

(ou “à margem”), sua existência e reprodução pressupõe uma forte ligação com a forma pela qual se estabelece a compra da força de trabalho.

Num paradoxo em que há procura de mão de obra, mas que o que é pago pela força de trabalho está bem abaixo do nível de sobrevivência, as alternativas a fim de compensar o baixo salário (ou rendimento) não são nenhuma resistência ao capital enquanto tensão capital-trabalho, mas justamente uma imposição que aparece como sobretrabalho, e que nessa aparência é associada, como diz Francisco de Oliveira, a formas não capitalistas, como “*sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades*” (OLIVEIRA, op. cit.: 59). Mas ao contrário de afirmar que esses expedientes se casam “*admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho*” (IDEM), o capital “nacional” não tem esse dinamismo todo e sua intensa exploração da força de trabalho é a forma pela qual pode existir confrontando baixa produtividade com níveis altíssimos nos países centrais e que expulsam força de trabalho do processo produtivo.

Na medida em que se generaliza e expande como fenômeno de maior escala, essa casa feita de forma improvisada, o barraco de madeira e sucata – em outras palavras, feito a partir do lixo –, evidencia que o que pode ser pago como salário, a uma parcela da força de trabalho, é ínfimo. O estabelecimento dessas populações, sob baixíssimo custo de sobrevivência mediante apelo a formas não salarizadas, de fato estabelece uma nova “média” salarial muito baixa, uma vez que há uma grandíssima massa de força de trabalho que tem dificuldades para se vender. Mas não se pode afirmar categoricamente que esse rebaixamento estaria impulsionando a acumulação capitalista uma vez que ela não se apresenta como forma geral (o capital produtivo não compra a totalidade da força de trabalho; quando muito uma parcela restrita).

A super exploração do trabalho decorrente dessa relação é inegável. Mas encontramos indícios de que, nos trabalhos exercidos pela população favelada, se situe além do limiar de uma superpopulação relativa à indústria, ou mesmo de suas funções auxiliares. Não queremos afirmar

que não existam favelados ligados à indústria, mas que há uma tendência ascendente para que esse tipo de moradia estivesse associado a funções crescentemente improdutivas. Dentro da favela coexistem trabalhadores “formalizados” – com carteira assinada, empregos estáveis etc – e aqueles cuja inserção no mundo do trabalho se dá de modo cada vez mais instável.

Entre 1949, no surgimento do Vergueiro, até o final dos anos 1960, com seu despejo, observa-se que cresce o movimento entre favelas, aumentando numericamente a porção de pessoas que não tem para onde ir, que não adquirem terrenos e cuja sobrevivência se dará, no quesito *casa*, por uma *mobilidade entre favelas*. Talvez constituam um prenúncio dos anos 1980 do que Kurz chama de colapso (1993) – em que a crise da dívida dos assim chamados países “em desenvolvimento” se expressou em maior arrocho salarial, desemprego e recessão, fazendo explodir a formação de favelas, aqui já evidenciando os limites da reprodução capitalista como internos à produção. A favelização se colocaria no sentido de uma urbanização crítica²²³ posta pela acumulação capitalista numa formação negativa do trabalho.

Na favela do Vergueiro, verificam-se funções que podem ser entendidas como cada vez mais ligadas a um movimento que revela tal crise, expresso pelo aumento do setor de serviços, do pequeno comércio, criminalidade, prostituição etc, mas também da indústria da construção e os serviços domésticos. A expansão do mercado de força de trabalho turva a compreensão de que essa se dá sob caráter crítico, que consiste na sua própria auto destituição como movimento lógico.

Recoloca-se a questão de tentar pensar em como o aprofundamento crítico da acumulação capitalista, com aumento das forças produtivas e rearranjo entre os departamentos da produção global, põe a industrialização na periferia e os termos da superexploração do trabalho. Assim, parece-se, mesmo estando em evidência de menores níveis de produtividade, estar sob uma determinação da alta produtividade, da extração da mais-valia relativa impondo uma combinação da

223 “É a impossibilidade do urbano para todos (...). Trata-se de **um momento negativo, daquilo que Marx definiu como negatividade absoluta: o trabalho como puramente negativo; como miséria absoluta.** (...) É quando o trabalho não chega a constituir sua positividade: como atividade, como fonte viva do valor, possibilidade universal da riqueza como sujeito. Há proletarianização, sem inserção produtiva; aqui eu estenderia sem inserção urbana. Ou melhor, prolifera-se a inserção precária.” (DAMIANI, s.d, grifos da autora)

mais-valia relativa com a absoluta, expressa na indústria periférica – posta pelas necessidades da produção do departamento I global –, e que não incorpora a força de trabalho deslocada.

Considerando que a queda tendencial da taxa de lucro se observa como tendência, mesmo que haja causas contrariantes, o sentido da acumulação do capital é crítico, e sua crise de valorização tem como desdobramento o aumento da produtividade (MARX, 1983a: 163-200). Assim, coloca-se a questão: *até que ponto a periferia é capaz de, por meio da superexploração do trabalho, circular toda a produção de um departamento de máquinas global? Ou ainda, quando a produtividade torna-se alta também na periferia, até que ponto se pode falar que a superexploração do trabalho consegue remunerar toda essa montanha de capitais pela transferência de valor ao centro?*

Desse modo queremos recolocar a discussão entre a capacidade de mobilização de um capital e a efetividade de sua absorção. Seguindo o raciocínio acima, a tendência é que a necessidade de trabalho decresça relativa e até absolutamente, considerando este como diretamente gerador de valor, e por isso dentro dos padrões estabelecidos como “salário mínimo”; uma vez que os capitais periféricos estão entre os menos produtivos, e face à ultra disponibilidade de trabalho mobilizado (expropriado), há condições para uma superexploração do trabalho e uma exploração ainda maior nos setores auxiliares e improdutivos.

Na cidade, local para onde vai o expropriado completo, as possibilidades de sobrevivência devem necessariamente envolver a busca pelo dinheiro, da forma pela qual for; o acesso aos gêneros alimentares, remédios e roupas passa a se dar crescentemente mediante doações e assistencialismo. E a casa é parte importante da sobrevivência. Considerando o nível salarial possível – que mesmo nos setores industriais é baixo, ainda que em outros os salários sejam ainda menores – os baixos rendimentos empurram para a necessidade de se economizar mesmo com os elementos mais básicos da vida urbana: moradia, transportes, remédios, comida, roupas. Se nos últimos é mais difícil economizar, nos primeiros – moradia e transporte – será estabelecida uma equação mental na cabeça de quem vive na cidade, que num caso privilegia o lote auto construído

da periferia, e do outro, as favelas próximas da cidade e os cortiços: casa longe, custos baixos de moradia, custos altos de transporte; casa próxima, num cortiço ou casa de aluguel, custos altos de moradia, mas custos menores de transporte; na favela, pode ocorrer tanto economia com transportes como com moradia – o que, entretanto não é exatamente o caso da favela do Vergueiro na medida em que o aluguel continue se pondo, diferentemente de favelas cuja posse não cobra nada.

Nos depoimentos abaixo, encontramos primeiro uma e depois a outra justificativa para residência na favela:

“O Sr. PEDRO GERALDO COSTA²²⁴ – Quando o senhor chegou à favela, tinha condições idênticas à dos favelados?

*O Sr. Félix Veloso²²⁵ – Eu fui para a favela porque **morava em Diadema e trabalhava no Cambuci, precisando, portanto, tomar duas conduções** para lá chegar. Eu trabalhava como jardineiro e um dia, a serviço, passeando por lá, resolvi comprar esse barraco, onde moro até hoje.” (...)*

“O Sr. Geraldino dos Santos²²⁶ – O senhor nunca pretendeu se afastar da favela?

*O SR. ANTONIO RODRIGUES FAGUNDES²²⁷ – Nunca, **porque lá fora eu pagaria um aluguel muito caro**. Minha filha teria que trabalhar para sustentar a casa, e pagaríamos um aluguel de 50 a 100 mil cruzeiros. **O aluguel que pagamos na favela, atualmente, dá para viver.**” (DOSP, : 69, grifos nossos)*

Assim, revelar as ocupações das pessoas que moram na favela permite-nos visualizar as maneiras pelas quais as pessoas que ali vivem equacionam sua sobrevivência. E daí veremos que há grande diversidade na favela, posta como possibilidade de custos de vida mais baixos, que permitem em muitos casos, inclusive, um momento de poupança para posterior aquisição de lote na periferia da cidade – se isso significa uma real ascensão ou melhoria de vida, cabe nos questionar, ou se o que ocorre é uma reposição em novos termos da condição favelada.

Dentre as fontes que dizem respeito ao comércio ou ao aluguel de barracos, há algumas considerações que devem ser feitas antes de se analisar o material propriamente dito – especialmente notícias do jornal *Folha de São Paulo*. É importante tentar, ainda que minimamente, problematizar a fonte pesquisada, uma vez que muitas das referências por nós utilizadas para resgatar os aspectos internos da favela do Vergueiro aparecem em jornais. Percebemos uma

224 Deputado estadual, integrante da Comissão do Desfavelamento.

225 Morador da favela do Vergueiro, chamado para depor na Comissão do Desfavelamento do dia 20/11/1967.

226 Deputado estadual, integrante da Comissão do Desfavelamento.

227 Morador da favela do Vergueiro, chamado para depor na Comissão do Desfavelamento.

articulação muito forte entre órgãos de imprensa e agentes desfaveladores – o que se percebe analisando as sessões da Comissão do Desfavelamento. Cabe tentar distinguir o quanto tal consciência é imputada pelo denunciante e o quanto ela já estaria socialmente aceita e referendada. Ou seja, estamos aqui nos questionando se tratam-se de matérias que explicitam ideias correntemente aceitas ou de uma posição restrita, expressas por força política dos grupos desfaveladores. No caso dos jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*, consideramos que se tratam de um órgãos de imprensa que veiculam as ideias políticas de um pensamento dominante. Suas condenações, análises, interpretações, todas elas devem ser rigorosamente criticadas ao serem utilizadas, pois as presenças e ausências desses textos refletem intencionalidades na formação de uma consciência fetichizada. Ainda mais, lembramos que boa parte do material coletado data do período da ditadura militar.

Não cabe a nós fazer um julgamento sobre se o comércio era ou não explorador. O comércio assim como a sublocação, na favela, torna-se uma forma de sobrevivência e complementação de renda, mas que pode converter-se numa atividade principal e especializada – e enquanto negócio, prosperar e ampliar-se. Deve ser criticado enquanto capital, não como algo que transcenda-o ou que mascare a importância do capital que explora o trabalho. Mas é deveras revelador identificar quais aspectos que são positivados nesse discurso. Daí, identificaremos os valores associados ao trabalho, ao bom comportamento e à obediência, como no livro de Wilson Abujamra:

*“Aquêles maus elementos exploram todo tipo de comércio, lícito ou ilícito. Há em funcionamento em algumas favelas, desde os grandes empórios ao menor tipo possível de comércio. Felizmente é a minoria, 5 ou 10%, mas é quem manda na favela, **porque o restante é gente pacata, que trabalha e que tem medo de sofrer represálias**” (ABUJAMRA, 1967: 34, grifos nossos)*

Assim, o que parece mais evidente é que esse discurso revela um profundo desejo de enquadrar tais pessoas enquanto meras vendedoras de trabalho assalariado, naturalizando a obediência e a aceitação de sua condição restrita à ser explorada somente pelo capital – o que revela um obscurecimento do trabalho como exploração em si, para ao invés disso, positivá-lo.

De fato o comércio não pode envolver, como afirma Abujamra, mais do que 10% das pessoas

da favela. Ainda que numericamente não disponhamos de nenhum material para tal, consideramos a partir do material coletado que o predominante é a venda do trabalho em dois setores principais, cindidos pelo sexo: no caso dos homens, a construção civil, e para as mulheres, os afazeres domésticos. Tanto em um como noutro, são muitos e variados os tipos de serviços, mas todos se inserem sob esses grandes grupos. E em ambos, não necessariamente se constituem enquanto trabalho assalariado típico – salário mensal atrelado ao salário mínimo, registro em carteira, benefícios etc.

Imagem 16: Empório comercial em favela ignorada
(Fonte: ABUJAMRA, 1967)

Marta Teresinha Godinho se refere à questão do trabalho entre favelados, ainda que em sua visão como assistente social personalize o problema no indivíduo, que é mal habituado, pouco esforçado e não é treinado, além de uma série de outros preconceitos que reforçam o caráter doutrinador para o trabalho expresso pelo assistencialismo. Ainda assim, considerando que assistentes sociais foram dos primeiros grupos a irem à favela fazer trabalhos de campo, acreditamos ser muito importantes alguns elementos que ela traz, como o fato de situar os tipos de

trabalhos e o caráter flutuante do trabalho das pessoas que moram nas favelas:

“Tem-se geralmente, a impressão de que as favelas são formadas por vagabundos. Não são só êles que lá estão. Existe muita gente que trabalha, mas como geralmente existem muitas mulheres abandonadas e mães solteiras com muitos filhos, elas formam a grande população que permanece na favela, sem trabalho. O que se nota nas favelas, quanto à profissão, é a falta de preparo técnico, o que leva os favelados a trabalhos avulsos e não classificados. Assim, vamos encontrar dentre os 561 adultos, 328 que trabalham, o que corresponde a uma porcentagem de 59%. As profissões mais comuns são as seguintes, doméstica, servente de pedreiro, lavadeiras, operários, serviços avulsos, operários públicos. (...) Daí, dizer-se que os favelados se prendem ao grupo de mão de obra flutuante, isto é, gente que fica de dois a três meses em cada emprego.” (GODINHO, 1955: 46-47)

*“O que é notório é a falta de preparo técnico, que leva os favelados a árduos trabalhos avulsos. **As profissões mais comuns são as de doméstica, servente de pedreiro, lavadeira e operário.** Fazem parte do grupo de mão de obra flutuante numerosos favelados, que permanecem de dois a três meses em cada emprego, fato que lhes prejudica direitos profissionais, como férias, estabilidade e aqueles ligados a previdência. Habitados, contudo, a esse sistema de vida e ao ambiente, não se esforçam, entretanto, no sentido de melhorar sua situação profissional.*

Reina entre os favelados a idéia arraigada de que trabalho é algo difícil de ser encontrado. Muita gente, assim, passa fome e não tem coragem, sequer, de procurar ocupação lucrativa. Mulheres com muitos filhos na miséria, não pensam em conseguir alguém que fique com as crianças, a fim de sair para trabalhar” (FDN, 25/10/1957)

Nota-se a visão entremeada pelo desejo de disciplinar as pessoas para o trabalho, que está presente também no jornal Folha de São Paulo. Em meio a essa fonte encontramos tentativas de fugir aos estigmas da época, recolocando a questão sobre os baixos rendimentos e a migração, embora recaiam em rasgos profundamente marginalistas – expressos pela ideia de que ali se reproduzem as pessoas de forma análoga à sua condição anterior. Consideramos que passado o choque inicial que os taxa como “marginais”, “não integrados”, generaliza-se a ideia de que são pessoas mal pagas, e por isso vivem em tais condições. No caso abaixo, igualmente, reaparecem os ajudantes de pedreiros, mas aqui também biscateiros e camelôs, mas repete-se que não possuem qualificação profissional – numa qualificação cujos significados são constantemente alterados:

*“**Grande é o numero de famílias que vivem desajustadamente nas favelas da capital** (...) A favela não é o que muita gente diz e pensa. Não é reduto de malandros ou valhaçouto de ladrões. É o refugio triste de gente pobre. De homens desajustados, de gente que vendeu tudo o que tinha na sua terra e que veio a São Paulo em busca de riqueza encontrando na favela a reprodução fatalista de seu antigo mocambo. Seus moradores são, na maioria homens sem qualificação profissional. **Alguns são biscateiros e camelos, outros são ajudantes de pedreiros.** Os paulistanos que residem nas favelas em geral tem profissão definida. Moram ali porque os salarios não permitem o pagamento do aluguel de uma casa decente. (FDM, 30/05/1954, grifos nossos)*

Ou ainda, um pedreiro que não consegue estabilizar seus rendimentos por motivos de doença.

E por isso mesmo a condição na favela é instável:

“Favela, escola de delinquencia

(...) O ASPECTO ECONOMICO

*Uma das moradoras nos conta que ela e o marido compraram o barracao. Compraram? Isto é, pagam cinquenta cruzeiros por mês. Pagarão ao todo quatro mil e quinhentos cruzeiros. **Pagam quando podem, porque o marido, pedreiro que vive doente, nunca chega a ganhar o salario minimo.** Quando tiverem de sair dali por qualquer motivo, não terão o direito de levar sequer as tabuas do barracão que "compraram"...” (FDN, 29/09/1955, grifos nossos)*

Esse caso faz lembrar as primeiras favelas do Parque Changai, tratadas em capítulo anterior, em que a favela abrigava muitas pessoas inválidas, idosas ou pensionistas. Acreditamos que na favela do Vergueiro, essa população também está presente, mas ao lado evidentemente de outras em condições variadas. É importante deixar registrado para dar conta da complexificação do fenômeno das favelas, que se desdobra mantendo características anteriores e incorporando novas, condizentes com um novo contexto. Entre 1940 e fins da década de 1960, o fenômeno de enfavelamento se alteraria muito e não pararia de incorporar novos atributos, sem, no entanto, abandonar condições anteriores.

5.2.2 Empregos e tipos de trabalhos de moradores e moradoras do Vergueiro

Constatamos uma grande diversidade de profissões dentre as pessoas que viveram na favela do Vergueiro: as que vivem do rendimento obtido por meio do aluguel de barracos, comerciantes, funcionários públicos, motoristas, operários da construção civil, lavadeiras, empregadas domésticas, faxineiras, vendedores de rua, vigias, catadores de papel; mas também, assaltantes, prostitutas, cafetões... Numas existe a figura do salário, noutras a remuneração é instável e variada, ou arriscada. Não há ninguém marginal, no sentido de não estar inserido no mercado de trabalho: todas as pessoas se socializam pelo dinheiro. A questão que novamente se coloca é como identificar a produção de valor nesse tipo de força de trabalho.

Em seu livro, Wilson Abujamra²²⁸ trata do emprego do “favelado genérico” – que

²²⁸ Wilson Abujamra era o presidente do MOV – Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado. Figura controversa, seu nome aparecerá ao longo de toda a história da favela do Vergueiro, e será tratado exhaustivamente ao longo deste e do próximo capítulo.

possivelmente se aplica às suas observações na favela do Vergueiro, a favela em que esteve mais envolvido. Para ele:

“Aproximadamente 30 ou 40% são desempregados e grande parte faz os mais variados serviços, predominando o servente de pedreiro, catador de papéis e os vários biscates. Há favelas em que são encontrados funcionários públicos.” (ABUJAMRA, op. cit.: 46)

O MUD, por meio de seu presidente em depoimento à Comissão do Desfavelamento, confirma em parte o acima mas traz outros detalhes a respeito da situação de emprego, desta vez a partir de dados compilados em levantamento feito em 1962, por ocasião do primeiro despejo ocorrido no Vergueiro:

“O SR. LUPERCIO CORTEZ JUNIOR - (...) Não temos aqui especificado por trabalho. Os que declararam trabalhar foram 41,7% do total de moradores, sendo 35% de mulheres e 47% de homens. A ocupação feminina mais frequente era a de dona de casa, empregada doméstica e lavadeira. (...) No campo econômico, verificamos que 70% dos chefes de família recebiam o salário mínimo vigente, em 62, enquanto o restante não. (...) Os moradores, em sua maioria, trabalham mais por não possuírem mão de obra qualificada, e ganham menos que o salário mínimo, ou, na maioria das vezes, um pouco acima disto. (DOSP, 13/10/1967: 41-42)

O destaque aqui fica por conta da constatação de que a maior parte ganhava o salário mínimo, e não um salário anormalmente baixo. Isso pode querer dizer que, do ponto de vista do cálculo dos custos de sobrevivência, o nível salarial extremamente baixo forçava opções como a favela – que nesse caso se assemelhava ao cortiço pelo pagamento do aluguel como generalidade.

Entretanto, há que se tomar cuidado para não cair numa generalização, pois ao longo da existência da favela, foi se dando uma diferenciação interna significativa do ponto de vista dos níveis de rendimento, expressa pelos variados trabalhos e materializada em casas de melhor ou pior qualidade.

Assim, constitui-se também o que na voz de moradores se apresenta como uma “classe média” ou “classe alta” da favela, de acordo com o tipo de trabalho exercido por cada pessoa. Ou seja, que há uma diversidade nos trabalhos, ainda que sob os olhos da grande mídia e dos grupos interessados no desfavelamento, seja quase um crime não ser miserável e ainda assim morar na favela. E a diferenciação de rendimento, própria do capital, é criticada moralmente pelo olhar externo, que

acusa essa “elite” de “explorar a favela”. Sob a perspectiva dessa pesquisa, trata-se de mais uma fetichização da questão, que a transfere de modo superficial à uma suposta “questão de classe” – que ainda deixa muito a desejar mesmo em relação às análises classistas por nós criticadas.

Acreditamos que a crítica moral dessas “classes altas” da favela, longe de expressar uma crítica mais profunda, serve mais para dar legitimação às medidas desfaveladoras e próprias de uma visão desenvolvimentista e por isso intervencionista, como se vê pela alcunha de “exploradores da favela”. A então diretora do Grupo Escolar São José, localizado na favela do Vergueiro, nos relata:

“Dona Margot: olha, a favela tinham os comerciantes da favela, que eram tidos assim como a classe alta.

[mas eram moradores da favela?]

sim, o comércio dentro da favela, então esses moravam na favela e tinham comércio lá dentro. Então eles exploravam os outros. E tinham aqueles que realmente tá dentro daquilo que eu falei "exploravam", exploravam mesmo, eles construíam o barraco e alugavam. Então ele ganhava dinheiro com subaluguéis. E os trabalhadores mesmo eram aqueles coitadinhos que pagavam pra eles. Se bem que comerciante não, eles tinham o comércio. Mas o pior eram esses que subalugavam, esses exploravam mesmo. Exploravam os coitadinhos, que realmente eram operários, eram empregos mais subalternos. Até caçoavam, falavam na época, que aqui tem as três classes, tem a classe baixa, tem a classe média que seriam os comerciantes e teria a classe alta que são os que subalugam.” (Dona Margot Veras, grifos nossos)

A constituição e construção da favela, ocorrida em diferentes momentos, conecta processos variados e de diferentes períodos. Em pouco tempo pode-se diferenciar a parte antiga da favela – consolidada e com barracos melhor localizados – daquela mais miserável, distante das torneiras e situada na porção mais inacessível, onde vivem as pessoas que chegaram por último e que necessariamente estão sujeitas a mediações de aluguel já internas à favela. Se os primeiros a chegar alugavam diretamente dos arrendatários de Klabin, os seguintes alugam de “intermediários”:

“Três histórias da favela que vai chegando ao fim

(...) O barraco era um comodo apenas, Sebastião Roberto aumentou. Onde está o barraco da familia Alves é no começo da favela, o ponto de onde ela expandiu em direção da avenida Agua Funda. A parte proxima da Agua Funda é a parte mais pobre. Aí moram os favelados que têm vergonha de ir até a parte menos pior da favela, porque são muito miseraveis. Nesse setor os aluguéis dos barracos eram mais baratos, porque longe das torneiras de agua e de construção pior.

Onde mora a familia Alves eles chamam de "Jardim América" da favela.” (FSP, 05/05/1968)

Assim, se por um lado dentre as primeiras pessoas que chegaram à favela muitas vinham de despejos de outras favelas, na medida em que “chegaram primeiro” algumas delas puderam

construir barracos para si e também para outras pessoas – seja para amigos, parentes ou mesmo diretamente para aluguel, e assim conseguir um rendimento extra para além do salário. Como já vimos, essa viria a se constituir como uma das lógicas de expansão e adensamento dessa favela, e que do ponto de vista de uma diferenciação interna, geraria as condições para a formação de uma “classe” de proprietários de barracos, e que seria duramente atacada durante o processo do desfavelamento. Pensamos que a sublocação não deve ser criticada como algo moralmente condenável, mas como lógica interna e constituinte da favela: na cabeça de todas as pessoas que chegaram antes, essa é uma possibilidade. Assim, há uma compensação para as pessoas que tiveram a “sorte” de se instalar antes no local. Chegar antes queria dizer conseguir lotes maiores, visto que ainda havia espaços vagos:

“O SR. GERALDO AVELINO²²⁹ – Estou na favela desde 1959. Comprei uma área do Sr. Joaquim Araújo, a qual media mais ou menos 40 metros de fundos por 10 de frente. Nessa área havia um barraco de três cômodos, que aumentei por minha conta. (...)

O SR. PRESIDENTE²³⁰ – Atualmente, quantos barracos o senhor tem ?

O SR. GERALDO AVELINO – Eu tinha 18 barracos (...)” (DOSP, 02/12/1967: 62)

Há que se distinguir o pequeno alugador de barraco de outros que passam a se constituir como “pequenos grandes”, ou seja, como os “rentistas da favela”. E em alguns casos largamente explorados pela grande mídia, tais figuras concentram negócios variados dentro e até fora da favela:

“Concluindo, o sr. Joviano dos Santos²³¹ disse que 92 comerciantes foram despejados da área porque, além de possuírem propriedades em outros locais e casas comerciais <<bares, armazens e padarias>> construíam diversas casas por preços que variavam de acordo com o tamanho do barraco.

<<João Padeiro, como era conhecido por aqui, era proprietário de três padarias e um armazem e possuía 30 barracos alugados. Ele e outros foram despejados imediatamente>>.” (FSP, 30/04/1969)

Dentre os negócios possíveis de serem executados dentro da favela, havia o fornecimento de

229 Morador da favela do Vergueiro, chamado para depor na Comissão do Desfavelamento. Na reunião do 20/11/1967, foram chamados quatro moradores que supostamente seriam alugadores de barracos, acusados de “exploradores” por Wilson Abujamra.

230 O presidente da Comissão do Desfavelamento era o deputado Fernando Perrone, do MDB. Na comissão, representava o interesse de investigação do abuso policial que era cometido na favela, sendo ferrenho opositor do desfavelamento. Defendia na comissão a urbanização das favelas e uma política para coibir a especulação imobiliária, com a redução dos prazos para realização do usucapião. Em seus discursos, faz condenações à Cia. Light, chamando a de “causadora de inundações”. Teve o mandato cassado após o AI-5.

231 Joviano foi a princípio empreiteiro da família Klabin, tendo trabalhado na construção de um hospital dentro da gleba e na abertura de ruas. Posteriormente viria a ser capataz, tomando conta das terras a partir do momento em que se iniciou a ocupação por parte dos arrendatários. Teve papel relevante no período final da favela, fiscalizando a paulatina desocupação da área que retornou a posse da terra para seus patrões. Foi citado por três de nossos entrevistados: Gijo, Amaral e Francisco.

luz, armazéns, bares e botecos, salão de baile e até cinema. Mas além da existência dos comércios, nos interessa a citada reação da imprensa e de grupos de interesses, que vão condenar taxativamente o comércio como se esse fosse o pior delito – além do crime de violar a propriedade privada. A já citada matéria abaixo, além de elucidativa sobre o tema, contém essa condenação:

"Exploradores agem na favela do Vergueiro

Manuel Saturnino Loureiro, José Paulo de Oliveira, Wilson Costa, Geraldo Pimenta, João Felix Veloso, Assis Barbosa de Oliveira, Antonio Rodrigues Fagundes, Lindolfo Batista de Carvalho, entre outros, dizem-se possuidores de barracos e sentem-se no direito de cobrar aluguéis por eles. Com isso vão acumulando fortunas, como é o caso de José Bina, que é <<dono>> de inumeros barracos, um taxi, caminhões, um emporio na favela e loja de materiais de construção fora dela.

Luis Alfredo é outro que tem emporio, explora rede de luz, e tem casa, e cinema fora da favela. A rede de luz que Luis Alfredo e outros utilizam como fonte de rendas é um fio puxado de um poste de iluminação ou de uma casa vizinha, ao qual são ligados os <<bicos de luz>>. Cada lampada ligada acresce o aluguel em 3 mil cruzeiros velhos". (FSP, 26/04/1967)

Aqui é importante reconhecer a diversidade da favela enquanto diversas faixas de rendimento, não podendo fechar-se sua análise na identificação de uma realidade homogênea. Afinal, de fato constituiu-se o que é chamado de “elite” da favela ao lado da existência de uma população extremamente pobre. E acreditamos que não por coincidência, esse conjunto de pessoas com maior renda acabava por monopolizar alguns dos recursos locais e mesmo da posse da terra. Valladares identifica esse processo também para as favelas do Rio de Janeiro:

“era preciso reconhecer a presença de uma “burguesia favelada” que assegurava o seu poder através do controle dos recursos locais (como as redes de água e eletricidade, mesmo precárias) e muitas vezes também pelo controle das associações de moradores.”
(VALLADARES, 2011: 116)

Há que se considerar que essa “burguesia favelada” era entretanto pouco numerosa. No capitalismo, as funções comerciais se apresentam como uma especialização que serve à necessidade de converter as mercadorias em dinheiro e assim realizar a produção de forma mais rápida e barata – do ponto de vista do capital industrial. Sendo realizada por um capital especializado – o capital comercial –, lhe cabe uma parte enquanto dedução dos lucros. Aqui não há produção de valor, nem mesmo no caso da exploração do trabalho por meio de funcionários do comércio (MARX, 1983: 220-221). Cabe, novamente, ressaltar o caráter não marginal da favela na medida em que nela, e por meio desses armazéns, botequins e empórios, a produção industrial e agrícola circula e é

consumida – além de outras formas de produção artesanal produzidas para a venda, como bolos, doces, salgados etc.

Na outra ponta, estavam os piores trabalhos, os mais instáveis ou arriscados: os bicos, a coleta de papelão e ferros, os pequenos serviços etc. Sem dispor de um universo empírico suficiente, baseando-se nas entrevistas e nos jornais da época, pode-se considerar que a generalidade, no entanto, estava ligada à construção civil, no caso dos homens, e nos afazeres domésticos, para as mulheres – sejam eles remunerados ou não, fora ou dentro da favela – que trataremos mais adiante.

Por meio das referências nos jornais aos levantamentos e relatórios de desfavelamento, também conseguimos informações importantes. O primeiro que citaremos foi realizado pelo MUD em 1962, por ocasião do despejo de uma gleba da favela do Vergueiro.

“Os moradores, em sua maioria, trabalham mais por não possuírem mão de obra qualificada e ganham menos do que o salário mínimo, ou, na maioria das vezes, um pouco acima disto.” (DOSP, 13/10/1967)

Em outro levantamento do MUD sobre a favela do Tatuapé encontramos os seguintes dados:

“Naquela época contava a favela com 400 barracos, com total de 1.588 pessoas. (...) No campo econômico, verificamos que 70% dos chefes de família recebiam o salário mínimo vigente, em 62, enquanto o restante não. [recebiam abaixo]” (DOSP, 13/10/1967)

Em 1966, a recém-criada COHAB realizou um levantamento geral para a cidade de São Paulo, com a finalidade de mapear as possibilidades de implantação de habitação para a população favelada. Segundo matérias de jornal²³², cerca de 10% dos favelados da cidade não dispunham de nenhuma possibilidade de pagamento de financiamentos habitacionais (FSP, 19/03/1966). Considerando que a população do Vergueiro era similar à média municipal, essa parcela seria aquela que não dispõe de nenhuma renda fixa, ou somente a consegue de forma muito instável.

Em 1968 foi publicado um levantamento sócio econômico junto aos moradores do Vergueiro, sendo motivo de inúmeras matérias de jornal²³³. Em algumas delas, há detalhamentos de

232 Não foi possível localizar tal levantamento junto à COHAB, visto que este órgão só dispõe de dados posteriores ao ano de 1975. Ignoramos também se o material foi destruído ou se está em posse de outras instituições. Significativo, também, que a página da COHAB a respeito de sua memória estivesse em branco (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/cohab/organizacao/memoria/index.php?p=17541>), acessado em 28/08/2012)

233 Infelizmente não foi possível localizar tal levantamento, que seria de grande valia para nossa pesquisa.

informações a respeito das possibilidades de moradia para cada família após a saída da favela. Tais perspectivas permitem-nos vislumbrar um quadro geral de seus habitantes:

“Favelado: governo já sabe quem quer casa

Das 1.802 famílias residentes atualmente na favela do Vergueiro, 644 querem comprar casa do governo para melhorar de vida e 169 pretendem voltar às suas terras de origem.

(...) A Secretaria de Planejamento do Estado, a pedido do MOV, incumbiu o Departamento de Estatística de fazer o levantamento. Por esse estudo, ficou constatado que existem 1 802 famílias morando na favela, com um total de 7.613 pessoas. (...)

Ficou constatado, ainda, que 80 famílias querem voltar para a zona rural, 313 têm condições para pagar os primeiros aluguéis, 28 estão construindo fora da favela, 91 querem voltar à companhia de familiares em outras cidades ou mesmo na grande São Paulo, 401 querem construir em terreno já adquirido e 7 famílias são doentes.” (FSP, 17/04/1968)

A partir desse levantamento a respeito do período final da favela, traçamos um quadro (Tabela 2) de modo a facilitar algumas interpretações a respeito de generalidades quanto a renda, além de dar uma ideia da perspectiva de ascensão ou descenso econômico e permanência na cidade.

Tabela 2: Expectativa de moradia após saída da favela – 1968 – (em número de famílias)

Permanecerão em São Paulo					Sairão de São Paulo		Outras		TOTAL
Com terreno		Sem terreno							
a	b	c	d	e	f	g	h	i	
Estão construindo	Querem construir	Querem comprar casa do governo	Continuar pagando aluguel	Casa de familiares / grande sp outras cidades	Voltar para zona rural	Voltar para terras de origem	Doentes	Outras	TOTAL
28	401	644	313	91	80	169	7	69	1802
1,5%	22,2%	35,7%	17,3%	5,0%	4,4%	9,3%	0,4%	3,8%	100,0%
28,2%		58,1%							
81,9%					13,8%		7,3%		100,0%

(Fonte: FSP, 17/04/1968. Adaptação nossa)

A partir desta tabela, podemos nos perguntar sobre os possíveis significados expressos pelos rendimentos. Desse modo, pode-se interpretar que a maioria esmagadora (82%) deseja ficar em São Paulo, dentre os quais apenas 28% do total já possuem terreno para construir – o que comprova que não é possível afirmar que as pessoas teriam a favela como momento de “poupança”. E na outra ponta, nota-se que quase metade dos moradores – composta pelos grupos **d,e,f,g,h** e **i**, ou 41,2%, não cogita adquirir uma casa ou terreno, que pode ser um indício de renda instável ou demasiado baixa²³⁴. Trata-se de um instantâneo, que dá uma ideia da composição e da distribuição de

²³⁴ A respeito da Tabela 2, consideramos difícil inferir conclusões considerando a população que declarou desejar sair

rendimentos na favela.

Dáí, notamos que possivelmente a maior parte da população tenderia a se mover para outras favelas e cortiços caso não houvesse intervenção no sentido de fornecimento de casas. Ou seja, que mesmo se tratando de uma favela considerada “antiga” – a essa altura com quase 20 anos de existência – cerca de 40% de seus habitantes não estão em condição de separar parte da renda para comprar um terreno, constituindo-se a população mais pobre e até miserável da favela.

Diversas matérias de jornal discorrem sobre essa miséria que está presente na favela, e a fome dela decorrente. Em meio a preconceitos de uma visão que tende a criminalizar o pobre por sua miséria, encontramos fragmentos que revelam aspectos da necessidade de se comprar tudo o que se precisa, bem como da dificuldade de conseguir dinheiro, tendo de recorrer aos mais variados métodos para garantir a sobrevivência:

“Favela, escola de delinquencia

(...) Quando a nutricionista, ao encontrar sinais de avitaminose na criança, indaga: “Ele não gosta de frutas?” - A mãe responde, com a maior naturalidade: encontrando, ele gosta... E diante do ingenuo espanto de que a dona do barracão, sendo mineira, não toma leite: a senhora sabe, aqui o leite é caro. Lá em Minas a gente tomava...”(FDN, 29/09/1955)

Aqui, além do fosso existente entre assistente social e repórter em relação à família favelada, há evidências de que a alimentação é complementada pelo que se encontra na rua; o leite, presente num contexto rural, aqui é plenamente mediado pela mercadoria e deve ser pago.

Este relato se aproxima de Carolina de Jesus, e portanto consideramos plausível utilizar de alguns trechos que, apesar de permeados por uma figuração literária e tratarem de outra favela, dão elementos para nossa análise, no tocante à população mais miserável que vivia nas favelas do período. Selecionamos alguns e que comentaremos ao longo das próximas páginas. Todos eles tratam de formas extremas de se conseguir dinheiro, a maioria passando pelo reaproveitamento do lixo. Em certos casos, em se tratando de materiais que podem ser aproveitados pela indústria, permitem alguma renda (papelão, ferros, vidros etc). Quando estes não são encontrados, há que se recorrer a outros meios:

da cidade. Ainda que seja possível que razões subjetivas motivem esse tipo de mudança, consideramos tais casos (f e g) como pessoas que não tiveram sucesso em vender sua força de trabalho.

*“15 de julho de 1955. Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. **Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.**” (JESUS, op. cit.: 13, grifos nossos)*

*“2 de maio de 1958 (...) **Passei o dia catando papel.** A noite meus pés doíam tanto que eu não podia andar. (...)*

*3 de maio ...**Fui na feira** da Rua Carlos de Campos, **catar qualquer coisa.** Ganhei bastante verdura. Mas ficou sem efeito, porque eu não tenho gordura. Os meninos estão nervosos por não ter o que comer. (...)*

*9 de maio ... **Eu cato papel,** mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando. (...)*

*11 de maio (...) A **D. Teresinha** veio visitar-me. Ela **deu-me 15 cruzeiros.** Disse que era para a Vera ir no circo. Mas eu vou deixar o dinheiro para comprar pão amanhã, porque eu só tenho 4 cruzeiros.*

*...Ontem eu **ganhei metade de uma cabeça de porco** no Frigorífico. Comemos a carne e guardei os ossos. E hoje pois os ossos para ferver. E com o caldo fiz as batatas. Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar. ”(ibidem: 30, grifos nossos)*

*“14 de junho ... Está chovendo. **Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga.**” (ibidem. 61, grifos nossos)*

*“21 de junho ... (...) Quando eu estava na rua, comecei ficar nervosa. Todos os dias é a mesma luta. **Andar igual um judeu errante atrás de dinheiro,** e o dinheiro que se ganha não dá pra nada. Passei no frigorífico, **ganhei uns ossos.** (...) Percorri várias ruas e **não havia papel.** Quando ganhei 30 cruzeiros, pensei: já dá para pagar os sapatos da Vera. Mas era sábado e **precisava arranjar dinheiro para domingo.** (...) Na Avenida Tiradentes eu **ganhei uma folhas de flandres** e fui vender no depósito do Senhor Salvador Zanutti, na rua Voluntários da Pátria. (...) Ele me deu 31 cruzeiros. Fiquei alegre. Saí correndo. Ia comprar os sapatos para a Vera.” (ibidem: 67, grifos nossos)*

*“16 de julho... Não havia papel nas ruas. Passei no Frigorífico. **Havia jogado muitas linguças no lixo.** Separei as que não estava estragadas.. (...) Eu não quero enfraquecer e não posso comprar. E tenho um apetite de Leão. Então **recorro ao lixo.**” (ibidem: 92, grifos nossos)*

No caso da coleta, trata-se de um tipo de trabalho sujeito à disposição dos materiais – em alguns dias não há, como aos domingos; noutros, interferem as condições climáticas – quando chove, o papel molha e a coleta fica inviabilizada. Em todos os casos, encontrando-se ou não, trata-se de uma atividade cansativa e exaustiva. E quando não há nada, há que se recorrer à coleta do lixo propriamente dito, como no caso, as linguças, os ossos, a cabeça de porco, as verduras da feira...

A coleta de materiais recicláveis, desde então, permite alguma conversão em dinheiro devido a sua inclusão na cadeia produtiva, enquanto fornecedora de matéria-prima já processada – como ferro, papelão, vidros e metais. Sem ter como objetivo a definição do que significa o “catador” enquanto tipo de trabalhador, ressalta-se que não há uma inserção enquanto trabalhador assalariado. Por meio de um trabalho longo e extenuante, consegue-se uma quantia ínfima que é paga por peso.

A necessidade da intermediação – da função comerciante de ferro velho, do dono da balança e do depósito – e a grande quantidade necessária para conseguir vender a uma indústria fazem com que o preço dessa matéria-prima seja ínfimo em relação ao trabalho necessário para consegui-la. O avanço da necessidade da reciclagem revela o crescimento da produção do papel e do aço, que de um lado necessitam de mais matéria-prima, e de outro aumentam os “restos” de mercadorias que são descartados sob a forma “lixo”. Da forma “lixo”, por meio da coleta, é aproveitada por já ser pré processada.

De um lado a expansão da produção dessas indústrias demanda a incorporação de mais matéria-prima a ponto de criar um novo setor por meio da reutilização do lixo; de outro, deve-se colocá-lo em concorrência com a extração direta, de fontes vegetais – tal como o plantio de madeira para celulose (como a própria Klabin) ou carvão para siderurgia – e minerais, como a extração do ferro e outros metais, e nessa tensão pode ser visto como nova fonte de matéria-prima²³⁵.

Vale lembrar que tanto a siderurgia como a indústria papelreira possuem maior composição orgânica de capital do que outros setores da indústria, e que a ampliação da produção requer aumento do consumo da matéria-prima, verificando-se uma tendência à racionalização da produção destas. O crescimento do capital da Klabin se expressaria em necessidade de aumento da maquinaria para ampliar a produção, mas também favoreceriam à concentração, unindo produção de papel e celulose às de suas matérias-primas – como o já citado caso da Fazenda Monte Alegre, que fundaria Telêmaco Borba (PR).

Entretanto, para produção do papelão ondulado, a indústria abriu fábricas na cidade de São Paulo, em 1952 (aquisição) e 1961 (construção). Tanto na paranaense quanto nas paulistas, nota-se a grande composição orgânica do capital, evidenciada pela necessidade de grande investimento em capital fixo, grandes instalações e máquinas avançadas; mas também por revelarem uma maior

235 Caberia investigar mais detidamente o assunto para verificar os diferentes preços de produção entre “extração” e “coleta”, ainda que verifique-se uma tendência para o aumento na composição orgânica também da reciclagem nos dias recentes e inclusive exclusão de coleta manual da concorrência, conforme pesquisa em andamento de Leonardo Mamede de Lacerda. Sobre a temática também, consultar a tese de doutorado de BURGOS, Rosalina. “*Periferias urbanas da metrópole de São Paulo – Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico*”. Tese de doutorado. São Paulo. DG-FFLCH-USP, 2008.

composição orgânica na própria fabricação da matéria-prima e adoção de materiais sintéticos

(MANDEL, op. cit.: 41):

“O Papelão Ondulado

Ao mesmo tempo em que investia em novas áreas, a Klabin continuava atenta às transformações da indústria papeleira. Nos anos 50, houve uma preocupação mundial com a escassez de matéria-prima. Com o crescimento do setor papeleiro, além dos usos tradicionais, o papel passou a substituir materiais²³⁶ como o vidro e o plástico²³⁷. Foi com esta perspectiva, que a Klabin resolveu criar uma fábrica para a utilização do papelão ondulado, como produto substituto de outros materiais para embalagens. Em 1952, a empresa comprou uma onduladeira e a instalou no setor Ponte Grande (Companhia Fabricadora de Papel), em São Paulo. O objetivo era não só converter o papel e o papelão ondulado em caixas e acessórios, mas formar e treinar especialistas na nova área.

Na década de 1950, a Klabin Irmãos e Cia. já era um dos maiores complexos industriais do país. Sempre respondendo pelo avanço tecnológico da indústria papeleira brasileira. Em 1955, criou a Unidade de Del Castilho, no Rio de Janeiro, para a fabricação de embalagens de papelão ondulado. A unidade foi equipada com o mais moderno maquinário, e marcou uma nova fase na história da indústria de papelão ondulado no Brasil. Em pouco tempo, as previsões de produção mais otimistas foram ultrapassadas e a marca de 1 milhão de m2 mensais foi superada.

(...) Ainda como parte do Projeto, em 1961, o setor de papelão ondulado é ampliado com a construção da Unidade de Vila Anastácio, para atender o crescente mercado de embalagem.” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN, op. cit.)

O papel ondulado possivelmente passou a incorporar parte do fornecimento de matéria-prima destas indústrias, intermediadas por ferros-velhos, ainda que não saibamos sua proporção²³⁸. Além disso, a maior produtividade leva à produção de maior volume de mercadorias, e por conseguinte, força o consumo de matérias-primas.

Nosso entrevistado Gijo também relatou a existência de catadores de ferro e sucata em geral, da mesma forma que Carolina. Seria o apelidado “Marta Rocha”:

“E assim tinha diversos apelidos, Frankenstein, Marta Rocha. Porque que chamava Marta Rocha? Tinha um carroceiro, que ele pegava esses carrinhos, pegava esses bagulho e ia vender. E naquele tempo não tinha esse... esse marta rocha deixava o cabelo comprido que

236 Encontramos referência à substituição da madeira pelo papel ondulado no tocante ao transporte de mercadorias - e “Papelão ondulado em vez de madeira”, acerca da substituição de caixas de madeira por papelão para exportadores de frutas espanhois, comprados de produtores de papel suecos (OESP, 29/05/1958)) e “Os produtos frágeis – os princípios estabelecidos pela associação de estradas de ferro norte-americanas”, acerca das novas técnicas e materiais para transporte de mercadorias (OESP, 29/12/1954).

237 Possivelmente a menção de substituição do plástico está equivocada, uma vez que tal material estava justamente sendo introduzido no mercado, por meio da diversificação da indústria petroquímica.

238 Dispomos apenas de dados recentes, referentes à produção atual (2012): “A Klabin está entre as maiores recicladoras de papéis do Brasil com capacidade de produção de 200 mil toneladas de papel por ano, tendo plantas de reciclagem em Guapimirim (RJ), Piracicaba (SP) e Goiana (PE). A empresa usa cerca de 40% de papéis reciclados na produção de suas caixas de papelão ondulado. Anualmente, são utilizadas 540 mil toneladas de papel para fabricação de embalagens e, desse total, 340 mil toneladas referem-se a papéis de fibra virgem e 200 mil toneladas de papel reciclado.” (GRUPO KLABIN, <http://www.klabin.com.br/pt-br/a-klabin/reciclagem.aspx>)

nem de mulher, naquele tempo não tinha essas coisas. Então chamavam ele de Marta Rocha, ele ficava loco.” (Gijo)

Mas por vezes, há os biscates, que contemplam serviços os mais variados possíveis, em que qualquer tipo de serviço é possível em troca de dinheiro. Aqui, cachorro morto serve para se conseguir sabão...:

“...Ganhei bananas e mandiocas na quitanda da rua Guaporé. Quando eu voltava para a favela, na avenida Cruzeiro do Sul 728 uma senhora pediu-me para eu ir jogar um cachorro morto dentro do Tietê que ela dava-me 5 cruzeiros. (...) O cachorro estava dentro de um saco. (...) Quando voltei ela deu-me 6 cruzeiros. Quando recebi os 6 cruzeiros pensei: já dá pra comprar sabão” (JESUS, op. cit.: 48)

Carolina relata episódios em que se descartavam alimentos deteriorados nas proximidades da favela. É bom lembrar que a favela do Canindé localizava-se na beira do rio, na várzea, local comumente utilizado para se jogar o lixo. Acontece que a favela estava na várzea, junto ao lixo. Por isso, possivelmente o título do livro ser “Quarto de Despejo”, onde se atira tudo o que não serve mais. Sem dinheiro, resta a coleta da comida do lixo:

*“...Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. Penso: é assim que fazem êsses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganancia de ganhar mais. **E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados.***

Não houve briga. Eu até estou achando isto aqui monótono. Vejo as crianças abrir as latas de linguiça e exclamar satisfeitas:

- Hum! Tá gostosa!

A Dona Alice deu-me uma para experimentar. Mas a lata está estufada. Já está podre. (ibidem: 34)

“...Achei um cará no lixo, uma batata doce e uma batata solsa. Cheguei na favela os meus meninos estavam roendo um pedaço de pão duro. Pensei: para comer êstes pães era preciso que êles tivessem dentes elétricos.

Não tinha gordura. Puis a carne no fogo com uns tomates que eu catei lá na Fabrica de Peixe. Puis o cará e a batata. E agua. Assim que ferveu eu puis o macarrão que os meninos cataram no lixo. Os favelados aos poucos estão convencendo-se de que para viver precisam imitar os corvos. Eu não vejo eficiencia no Serviço Social em relação ao favelado. Amanhã não vou ter pão. Vou cozinhar a batata doce. (ibidem: 41-42, grifos nossos)

“27 de maio ... Percebi que no Frigorifico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer.” (ibidem: 45)

No limite, prefere-se contaminar a comida atirada ao lixo que disponibilizá-la sem ser como uma mercadoria. Nessas passagens, reconhece-se essa fome e miséria como indissociáveis de uma condição citadina moderna: de um lado, considerando os motivos pelos quais aquelas pessoas vivem na cidade; de outra, porque se situam no limiar entre a sobrevivência e a morte. Parte

importante da responsabilidade pela sobrevivência dessa população cabe às classes médias e baixas pela forma da caridade²³⁹, além das possibilidades postas pela existência do lixo da cidade e da indústria. Assim, mesmo aqui não se pode falar em vida marginal, uma vez que há a possibilidades de sobrevivência estritamente relacionadas ao que a cidade produz – e descarta. Em muitos casos prospera a fome e a morte, seja por falta de alimentação adequada, seja por envenenamento pela ingestão de comida já estragada²⁴⁰. Aqui mais uma vez evidencia-se que a finalidade da produção não é o produto final, mas a produção de mais valia, ou o produto enquanto na forma mercadoria – passível de um uso que encontra preço.

Outros trechos demonstram até que ponto chega a dependência do dinheiro, à medida em que as pessoas se colocam como vendáveis, ou que suas deficiências o permitam:

*“...O dinheiro não deu para comprar carne, eu fiz macarrão com cenoura. Não tinha gordura, ficou horrível. A Vera é a única que reclama e pede mais. E pede:
- Mamãe, **vende eu para a Dona Julita**, porque lá tem comida gostosa. (ibidem: 42, grifos nossos)*

*“vTem um mocinho que mora na Rua do Porto. É amarelo e magro. Parece um esqueleto ambulante. A mãe lhe obriga a ficar só na cama, porque ele é doente e cança atôa. Ele sai com a mãe só para pedir esmola, porque o seu aspecto comove.
Aquele filho amarelo é seu ganha pão.” (ibidem, 132, grifos nossos)*

No primeiro caso, a filha da autora, uma criança de 4 anos de idade, pensa na comida melhor na casa de outra pessoa, mas que para isso já tem perfeitamente interiorizada a ideia da mercadoria, a ponto de se enxergar como passível de venda. No segundo caso, a doença é a forma de se conseguir mendigar melhor: sendo amarelo e magro, consegue-se mais dinheiro. A própria autora acaba reconhecendo que sua literatura pode ser uma forma de conseguir dinheiro²⁴¹.

Na Comissão do Desfavelamento, selecionamos um diálogo que dá conta de uma relação entre

239 “O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército de ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. **Ela pertence ao faux frais da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média.**” (MARX, 1985b: 209, grifos nossos). A caridade aqui é prestada por menos pobres e classes médias. Entretanto, há que recordar que se trata de outro momento que não contempla a caridade “autonomizada”, que se expressa pelas “fundações” e iniciativas caritativas oriundas de grandes capitalistas, como veremos no capítulo 6 para o caso do Club Lions entre outros.

240 Como um caso relatado por Carolina, de um homem que, faminto, come carne podre, vindo a morrer no dia seguinte (JESUS: 40-41).

241 “É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela.” (ibidem: 28)

locador e locatários, tanto por explicitar os empregos de quem alugava barracos, como as contingências a que estariam sujeitos os locadores, face à indisponibilidade de pagamento regular. No caso abaixo, nota-se também a alegada proximidade entre locador e locatário:

“O sr. Pedro Geraldo Costa: O senhor dizia que eles pagam 15 mil cruzeiros mensais – onde eles ganham o dinheiro?”

O sr. João Veloso – Um é pedreiro e está separado da mulher. O outro é lavador de canos e mora com a mulher. O outro é motorista, tendo atualmente 4 filhos e a mulher, está inutilizado de um braço. Quem está trabalhando é a mulher, que mora com ele sendo que sua senhora deu à luz recentemente.

O sr. Pedro Geraldo Costa – A dificuldade do morador altera o pagamento?

O sr. João Veloso – Ele está há três meses sem me pagar, e não sai de jeito nenhum, porque mora há 5 anos e é correto. Ainda agora me convidou para ser padrinho, com minha patrôa, do garoto.” (DOSP, 02/12/1967, grifos nossos)

Outra fonte pesquisada na busca de pessoas antigas moradoras do Vergueiro foi em entrevistas já realizadas, presentes em outras pesquisas. Encontramos ex-moradores em um dos depoimentos coletados por Lúcio Kowarick na favela da Cidade Jardim – extinta nos anos 1980. Zé Luiz e Dirce²⁴² são um casal que após se conhecer teria ido viver na favela do Vergueiro. Zé Luiz nos faz lembrar dos personagens de Jack London²⁴³, e trabalhou em diversas profissões: carroceiro, pedreiro, jardineiro e vendedor ambulante. Quando mudou para o Vergueiro, vendia coisas na rua; à época da entrevista (1973) sua principal forma de conseguir dinheiro era através da mendicância, mas além desta era também servente de pedreiro, pelo que era registrado e ganhava salário mínimo (KOWARICK, 1980: 139-143). Não por acaso, em ambos casos (Carolina de Jesus e Zé Luiz), questiona-se o trabalho nessa condição, já que com ou sem ele, passa-se mal:

“Estou triste porque não tenho nada para comer.

Não sei como havemos de fazer. Se a gente trabalha passa fome, se não trabalha passa fome.” (JESUS, op. cit.: 125)

“[Zé Luiz:] aqui tem trabalho. Se trabalhar, como. Se não trabalhar, come a mesma coisa.” (KOWARICK, op. cit.: 139)

242 É possível que dentre as entrevistas presentes nesse livro seja a que conte a história de vida mais conturbada e instável, marcada por prisões, facadas, trabalhos e mulheres. Vale a pena a consultar esta e outras entrevistas, realizadas em 1973 e apresentadas no capítulo 6 – “Nos barracos da Cidade Jardim” (KOWARICK, 1980: 117-158).

243 Jack London foi um escritor estadunidense que viveu entre 1876 e 1912, tendo relatado em seus contos e romances a expansão da fronteira dos Estados Unidos, e a conformação de um mercado de extrema mobilidade do trabalho. Exerceu os mais variados serviços e ofícios, em diversas cidades do oeste, tendo inclusive ido viver no Alasca. Suas histórias possibilitam uma percepção do que seria a experiência da mobilidade do trabalho num momento de intensa absorção da força de trabalho naquele país. Há que se considerar as inúmeras diferenças entre este e o momento que tratamos nessa pesquisa; entretanto, a experiência do consumo intenso de trabalho da super exploração do ponto de vista do trabalhador nos parece similar. Sobre tais reflexões, nos referimos a LONDON, 2005.

Na Comissão do Desfavelamento, encontramos referências a esse “ofício”; e além: que seu exercício era controlado pelos “donos da favela”, por meio da cessão de uma “licença de mendicância” como forma de exercer tal poder:

*“O SR. PRESIDENTE [Dep. Fernando Perrone] – Quando esta senhora foi dizer a êle [Wilson Abujamra] que não tinha onde morar, êle respondeu que conseguiria **licença para ela pedir esmola**. Isto foi dito ao deputado Jacinto Figueira Jr. e a mim. Para outro casal, que foi despejado êle prometeu **licença para vender amendoim**. Quando a mulher disse que o marido era muito velho para sair às ruas com caixão de amendoim, êle perguntou “Por que a senhora casou com um velho? Devia ter casado com um moço, como eu” (DOSP, 02/12/1967)*

Encontramos relatos em jornais que contam sobre famílias que viveram no Vergueiro. Seleccionamos algumas das que encontramos, pois contém elementos importantes para uma discussão relacionada ao trabalho e mesmo a uma possibilidade de ascensão verificada na segunda geração, dos filhos, que após frequentarem a escola, conseguem empregos mais qualificados:

“Três histórias da favela que vai chegando ao fim

*(...) A família de Cicero da Silva veio de Pedra Branca, Ceará, num pau de arara que demorou dez dias. Vieram com três filhos e uma filha, 9 anos atrás. **Cicero foi ser servente de pedreiro**. A esposa, **dona Chiquinha, foi passar roupa**, apesar da idade pequena dos quatro filhos: Raimundo com 10, Geralda com 9, Francisco com 7 e José com 6. **Foram direto para a favela, no barraco de uma cunhada**. Depois compraram o barraco que habitaram até outro dia por 7.000 cruzeiros velhos.*

- No começo eram quatro filhos. Depois vieram mais duas meninas. Nasceram aqui mesmo na favela. Compramos o barraco sabendo que o terreno não era nosso e que amanhã poderíamos ser despejados, diz dona Chiquinha. (...)

*- <<Fiquei muito endividada para educar os meninos. Todos tinham menos de 10 anos quando chegamos. Mas pus todos na escola. Raimundo, o mais velho, que está agora com 19 anos e é mecânico, estudou até o 2.o ginasial. A **Geralda**, hoje com 18, **foi até a primeira serie ginasial e está trabalhando numa fabrica de violão**. O **Francisco, de 16 anos, parou na segunda serie e agora trabalha no escritorio de uma construtora**. O José, o que veio menor do Ceara e hoje está com 13 anos, é um grande orgulho: está na primeira serie do Colegio Arquidiocesano. A Lucia e a Hilda, com 8 e 7 anos, e que nasceram na favela, estão no primario.*

***Nos tempos mais difíceis, de oito em oito dias eu ia e voltava a pé até a Brigadeiro Luiz Antonio, para pegar comida na casa de um dentista**. O alimento não dava e tive que pegar essa ajuda durante um ano e meio. O Cicero ganhava o salario-minimo. Eu tinha que **lavar capas de açougueiro alem de passar a ferro**, conta dona Chiquinha.*

Para Sto. Amaro

Seo Cicero está construindo a casa para onde a família esta se mudando. É na rua Projetada, n.o 11, Vila Clara, em Santo Amaro. Vai la todos os sabados e domingos. O terreno custa 2.000 cruzeiros velhos pro mês. Estão construídos 3 comodors. Seo Cicero está fazendo a casa há três anos.” (FSP, 05/05/1968, grifos nossos).

A trajetória contribui com uma série de discussões que estamos tratando. A primeira delas é a origem da família, do sertão cearense, que chega numa favela já consolidada mas ainda em

expansão, fortemente composta por migrantes (como a citada cunhada que os teria acolhido). Esse depoimento reforça constatação anteriormente levantada, quando observamos uma alteração na origem da população que iria viver em favelas da cidade de São Paulo, vinculando-se especialmente à intensificação do processo migratório. O período inicial, de fortes privações, reflete tanto a dificuldade na venda da força de trabalho, sendo que nem o trabalho de Cícero como servente de pedreiro, nem os bicos exercidos por Dona Chiquinha davam conta para as despesas com alimentação, sendo necessário recorrer à doações para complementar a renda. Após a estabilização, a família pode poupar o suficiente para construir uma casa na Vila Clara²⁴⁴, em área de loteamentos periféricos. Por último, há uma extrema positividade da educação como meio de ascender socialmente através do trabalho, tanto por parte do jornal como das pessoas entrevistadas. O emprego dos filhos é significativo: um mecânico, outro trabalha no escritório de uma construtora e apenas a menina trabalha numa fábrica – de violões. Um, ligado à indústria da construção; outro, um serviço; apenas uma das pessoas, já educada para o trabalho, assumiria um trabalho fabril propriamente dito.

Outra entrevista, na mesma matéria, conta uma história com algumas semelhanças, à diferença que o principal trabalhador da família – o homem, pai – está doente, recaindo para o filho mais velho, de 15 anos, essa tarefa:

“Favelados do Vergueiro visitam obras do BNH em Santo Amaro

*(...) Na fila que aguarda a partida dos onibus, uma mulher de aparência fragil conversa com outra já entrada em anos. A seu lado, um dos filhos. Tem 13 anos. Os outros são todos pequeninos, com exceção do **primogenito, que tem 15 anos, trabalha numa fabrica 10 horas por dia e ganha NCr\$2,70 por hora.***

*A mulher é branca, veio de Pernambuco. **O marido é da Paraíba e está muito doente. Há quase um ano não trabalha.** Dos oito filhos, a menorzinha tem só dois anos. **A mulher às vezes lava roupa para fora, quando sobra tempo.***

*Faz 11 anos que estão na Favela do Vergueiro e agora querem comprar uma casa. Assim mesmo, **sem o homem trabalhar, só o menino com seus NCr\$ 60,00 por mês e os outros sessenta que o Juizado de Menores lhes dá.***

Edinaldo, o menino, quando chega da fabrica às 19 horas, vai correndo para a Igreja. Ele é crente, pentecostal. Volta às 11 horas. Não quer ir para uma escola noturna, porque “a igreja salva a alma e a escola é só pra quem pode”. (FSP, 03/03/1969, grifos nossos)

244 Localizamos um bairro Vila Clara na zona sul através de uma linha de ônibus com esse nome. O local é próximo à rodovia dos Imigrantes, já na divisa com Diadema.

Apesar de não podermos contar com os dados numéricos para qualquer análise²⁴⁵, percebe-se que o filho até consegue um emprego na fábrica, mas trabalha muito, não tem estudos e com esse salário tem que sustentar todo o resto da grande família – de 10 pessoas.

Noutra situação, ficando a mulher sozinha na responsabilidade do sustento dos filhos, tenta conseguir auxílio por meio do juizado de menores que não dá conta dos pedidos. Há um dado interessante que aponta que parte considerável das famílias teria conseguido utilizar o dinheiro do juizado – pensões etc – para comprar terrenos na periferia. Percebe-se na notícia a positividade desse modo de resolução da moradia para tais pessoas – nesse momento, em situação iminente de despejo:

“Favelados do Vergueiro visitam obras do BNH em Santo Amaro

(...) Uma mulher jovem com três filhos de 4, 3 e 2 anos e um bebezinho, foi abandonada pelo marido. Não tinha onde morar: foi para a Favela do Vergueiro. Também é lavadeira. Foi pedir ajuda ao Juizado de Menores e não conseguiu nada, por causa da falta de verba. Sua situação é aflitiva.

Uma assistente social voluntária, da. Giomar Ferreira de Almeida, diz que o Juizado está aguardando um reforço de verba por parte do governo. Das 300 famílias que receberam essa ajuda no ano passado, quase todas compraram um terreno e mandaram construir uma pequena casa.” (FSP, 03/03/1969)

Quanto ao emprego fabril propriamente dito, encontramos relatos que dão conta da dificuldade de obtenção de emprego nesses estabelecimentos por parte dos favelados, justificando-se por motivos discriminatórios devido à condição favelada. O trecho abaixo trata da atuação do MOV para recolocação de favelados, numa das ações assistenciais para as favelas praticadas no período:

“Polícia impede construção de barracos na favela do Vergueiro

(...) Sobre os favelados desejosos de continuar em São Paulo, o sr. Wilson Abujamra disse que, nesses casos, a Comissão servirá como instrumento de ligação entre eles e a indústria. Dada a percentagem de desempregados, na favela do Vergueiro, mais da metade, segundo um deles afirmou ontem, o sr. Wilson Abujamra disse que <<será necessário um intenso trabalho entre os industriais para que os favelados encontrem colocação. Um dos favelados disse que os industriais não aceitam empregados que morem em favelas.” (FSP, 31/07/1965, grifos nossos)

É preciso também considerar que as cercanias da favela do Vergueiro estavam longe de ser uma zona industrial. Ainda que existissem, eram poucas: encontramos referências a apenas duas

245 Não entendemos a conta feita pelo jornal. Isso porque o “menino” ganharia Ncr\$2,70 por hora e Ncr\$60,00 por mês, segundo a fonte. Se no entanto fizéssemos uma estimativa, tomando seu trabalho como de 60 horas semanais, em quatro semanas, somaria Ncr\$648,00 – o equivalente a 4 salários mínimos – de acordo com o Decreto 64.442/1969, 01/05/1969, estava fixado em Ncr\$156,00. Desse modo, há dois números possíveis, de Ncr\$60,00 e outro, de Ncr\$648,00, mais de dez vezes maior.

fábricas de maior porte: a Cerâmica MFK (dos Klabin) e a Mecânica de Precisão APIS²⁴⁶:

“[Fernão: uma outra coisa, como que era a indústria, as fábricas nessa época? Você falou que tinha cerâmica, as outras, e o pessoal da região trabalhava nelas?]

*Ah não, **aqui não tinha não [indústrias].***

*Eu tinha um conhecido, ele tinha uma industria aqui atrás da favela, até onde era a venda, do mesmo italiano. Apis, chamava se **APIS. Fazia registro de fogão.** Só eles que faziam.*

***Tinha muita gente que trabalhava aí, tinha até italianos que trabalhavam lá dentro.** E ele era italiano também, eu conheci ele, o dono, e outro irmão do dono, lá em cima, encostado na favela*

[mas o pessoal da favela trabalhava lá dentro?]

*Não tinha muito, **é que esses da favela também, não estão muito apto pra isso, era ajudante, uma coisa assim.** Se precisava mesmo, ele pegava mais era gente daqui, daqui de baixo, desta rua aqui, lá em cima. Conheci bastante gente que trabalhou ali. Tinha bastante gente que trabalhava lá, mas a única fábrica que tinha aí era essa, a Apis.” (Francisco)*

Nesse caso, há divergências entre as entrevistas. Enquanto Francisco afirma que os favelados não trabalhavam na APIS ou só faziam trabalhos assessoriais, Gijo cita de modo genérico que sim, que trabalhavam, mas sem especificar mais detalhes:

“[Fernão: você falou que o pessoal [da favela] trabalhava em obra, muito]

É, a maior parte em obras, tem uns que trabalhavam também em escritório, alguns que trabalhavam em bancos. tinha gente muito boa na favela

[tinha gente que trabalhava em fábrica?]

Tinha, tinha.

[mas tinha fábrica aqui perto?]

Tinha a fábrica de mecânica de precisão APIS, aí tinha o pessoal que trabalhava que era morador da vergueiro. Por sinal uma fábrica excelente, era do Anibal Alferri, inclusive foi um italiano que se formou no Liceu de Artes e Ofícios, e ele dava lições pra muito engenheiro de precisão.” (Gijo)

De qualquer modo, há que se considerar possíveis diferenças entre a favela do Vergueiro e outras favelas localizadas em zonas industriais – como a favela da Vila Prudente. E que, no caso do Vergueiro, o emprego industrial não se constitui em momento algum como generalidade. As generalidades, como ocupação, viriam a se constituir na indústria da construção, para os homens, e os serviços domésticos para as mulheres. Por isso, merecem tratamento a parte.

246 Além de fabricar registros de fogão, conforme declarado pelos entrevistados, a APIS também forneceu componentes para irrigação, conforme aparece em notícia do dia 01/11/1952 (FDM). Tal matéria cita uma reunião entre Ministério da Agricultura e industriais, e revela aspectos da política desenvolvimentista varguista: o governo queria que o fornecimento dos equipamentos para irrigação fosse feito por companhias locais, num esforço que de um lado buscava aumentar a produtividade do campo, e do outro fortalecer a indústria nacional, ainda que se reconhecessem os gargalos existentes: *"A contribuição que a indústria nacional pode dar ao programa de irrigação é imensa. Quase completa. Diríamos completa não fosse a necessidade de importação de motores a combustão interna, notadamente os Diesel, que ainda não são fabricados em nosso país. Isso, todavia, nos casos onde não se pode usar a energia elétrica para as bombas. Conforme ficou patente na reunião havida no gabinete ministerial, a industria nacional já está aparelhada para produzir bombas que satisfazem a quase totalidade dos casos de irrigação."* (FDM, 01/11/1952).

5.2.3. Generalidades do trabalho: mulheres e empregos domésticos, homens e indústria da construção civil

“Ah, a maioria era tudo gente de obra. Mas vou dizer uma coisa pra você: o que você encontrava lá dentro, de gente boa era empregada doméstica. Nossa senhora! Tinha empregada que trabalhava lá em casa, era uma maravilha. Trabalhava pá pá pá, 17:00 ia embora pra casa, de manhã plim, gente boa pra caramba.” (Francisco)

No tópico anterior, discutimos variadas formas pelas quais ex-moradores e ex-moradoras sobreviviam, seja pela venda de sua força de trabalho em variadas atividades, seja por meio do assistencialismo e da caridade. *Identificamos os dois extremos: de um lado comerciantes e alguns grandes alugadores de barracos consistiam numa “elite” da favela, mais bem instalada e com rendimentos acima da média para aquela população. Na outra ponta, verificamos a existência de coletores de sucata, lixo e o recurso à caridade, como forma de sobrevivência daquelas pessoas mais pobres, seja por motivo de doença dos integrantes da família, por abandono ou impossibilidade de conseguir qualquer tipo de trabalho. E alguns casos do emprego industrial propriamente dito, que ao que tudo indica, esteve restrito à segunda geração – filhos e filhas de migrantes.*

O que está entre ambos extratos constitui a generalidade do trabalho, que é marcada por uma cisão pelos sexos. Homens vão trabalhar na indústria da construção civil, enquanto as mulheres, como empregadas domésticas, lavadeiras e afazeres afins. Aqui nos interessa discutir em que medida ambas profissões coexistem e inclusive formam um par que anda de mãos dadas.

Iniciando pelas mulheres, destacamos em primeiro lugar o fato de termos encontrado muito menos fontes a respeito de suas ocupações. Assim, nos basearemos apenas em algumas das fontes que conseguimos, para assim propor algumas discussões. As duas formas de trabalho mais citadas: empregadas domésticas e lavadeiras – aqui adicionamos as donas de casa, que embora não sejam “empregadas” num sentido estrito, executam tarefas no interior da casa e que tomam muito do seu tempo, estando associadas à reprodução da família como um todo.

O emprego de pessoas para realização de afazeres domésticos, como instituição brasileira, advém de processos que não investigaremos aqui. Cabe apenas observar que, por meio dos baixos salários que lhes são pagos, são permanências desdobradas, e portanto de algum modo alteradas, de

funções servis oriundas do período escravista. E enquanto forma particular de emprego salariado, entram no consumo individual das casas de famílias de classe média e alta. São assim uma dedução de seus rendimentos, em relações tratadas diretamente com empregadores mas diretamente relacionadas ao empregador.

E esse emprego era abundante, conforme conta Francisco sobre as mulheres da favela do Vergueiro:

*“[você falou que tinha muita empregada doméstica]
Nossa senhora, **empregada doméstica tava cheio!**
[e elas trabalhavam por onde, você sabe?]
Tudo por aqui, em casa, todo mundo tinha empregada.
[aqui na região mesmo?]
Na região mesmo e fora também. Mas aqui na região, elas gostavam de trabalhar mais aqui na região. Porque? Olha, minha cunhada tinha, eu tinha, outro tinha, todo pessoal tinha, todo mundo tinha. **E mesmo pagava bem mais em conta, meio salário, que na ocasião não tinha salário que tinha que pagar, era "pago X e acabou"**. Se quer quer. Ah quero sim. Se vai ser um favelado em casa, [teria que] [...] a trabalhar. Comia, comia e quando que acabou, 17:00, quando voltava, ajudava alguma coisa em casa, era dois irmãos, três irmãos menor, às vezes maior. Tanto é que as vezes eu converso com a minha mulher, assim, Dorotéia, você lembra? Pois é, **a favela foi embora e perdemos todas as empregadas**. Porque? Tava cheio, tinha bastante. **Saia uma entrava outra, não tinha problema, e gente boa. Gente boa mesmo.**” (Francisco)*

“Então o pessoal era empregado por aqui mesmo, as mulheres trabalhavam em casa de família, que aquela época tinha empregadas assim.” (Amaral)

A considerar por ambos depoimentos, não apenas havia muitas mulheres se oferecendo como empregadas domésticas – a ponto de sua substituição ser fácil e rápida – como o salário pago estava abaixo do mínimo, sem ainda contar com qualquer tipo de regulamentação trabalhista.

Interpretamos de sua fala que o que se pagava era muito menos do que se paga hoje, atuando o excesso de oferta como elemento que rebaixava o seu preço. Na medida em que entra como uma dedução dos salários da família, esse tipo de emprego se situa como uma distribuição de rendimentos já gerados, mas cuja quantia é pressionada para baixo também pela ausência de qualquer embate sindical ou trabalhista no sentido da regulamentação. Adiciona-se aqui que a paulatina inclusão das mulheres de classe média no mercado de trabalho se teria dado às custas de se manter uma ou mais empregadas realizando as tarefas da antiga dona de casa.

Tratando das alterações impostas às mulheres pela migração, expressas pela mudança da vida

rural à vida urbana, Kowarick afirma que suas atividades não se alteram tanto quanto as dos homens, mas que sua posição dentro da economia familiar é diminuída. E isso se reflete numa condição mais submissa do ponto de vista do trabalho, uma vez que cabem aos homens a maior parte dos empregos da grande cidade. Aqui evidente que tratamos da mulher pobre, que não pode pagar por alguém para realização das tarefas de dona de casa:

“O trabalho feminino remunerado na Metrópole é utilizado pelas camadas de renda média e alta ou pelos próprios moradores das favelas e trabalhadores que vivem nas redondezas. (...) O grande atrativo da cidade é o trabalho assalariado e este absorve fundamentalmente os homens.

A mulher enquanto mão-de-obra braçal não sofre, pois, uma grande mudança em suas atividades com a urbanização. Esta continuidade garante também a permanência dos resultados de uma socialização que privilegia estes trabalhos e relaciona de modo preponderante a condição feminina aos trabalhos domésticos. (...) Neste processo [migração], as mulheres se liberam dos trabalhos agrícolas, mas têm também reduzida a sua autoridade e autonomia dentro da família²⁴⁷. (...) Estas mesmas mulheres, como moradoras das favelas, são apenas donas de casa, dominam mal a cidade – o que as retém nos arredores imediatos da favela -, e são consumidoras de produtos industrializados, produzidos para simplificar o trabalho doméstico.” (KOWARICK, op. cit.: 100-101)

E que assim, opera-se uma combinação entre uma relação posta pelo capital e a expressão de quem não se iguala, de não-idêntica; a reposição, *combinada*, instaura uma nova condição feminina, reiterando sua posição *dentro de casa*, ainda que verifiquemos também sua presença delas em fábricas mas em número reduzido. A reposição se põe combinando formas de dominação patriarcal com necessidades do capital (SCHOLZ, op. cit.), subjugando à mulher pobre a condições piores que as do homem. Isso em termos de rendimentos, mas também de jornada múltipla, uma vez que cabe a ela também o provimento da comida, lavagem da roupa e da casa na divisão interna do trabalho da casa. O fato de existir alguém – uma mulher – executando tais tarefas torna possível a sobrevivência do homem mesmo nos casos de baixos salários – como em caso já citado apresentado por Kowarick, em que uma mulher lava e cozinha para outros favelados, homens; por sua parte, aos homens cabe garantir o dinheiro para comprar o arroz, feijão e a mistura, além de algum vintém a mais que é irrisoriamente deduzido de seus já reduzidos salários. Ou seja, combina-se uma

247 Uma vez que no meio rural, como cita o autor em outra passagem, cabia às mulheres um papel no cultivo da roça: *“De participantes em um trabalho cooperativo familiar, realizado nas roças de subsistência das pequenas propriedades ou nas “tarefas” das fazendas de agricultura comercial, as mulheres, ao se urbanizarem, também limitam seu campo de atividades ao cuidado da casa e dos filhos, ou se transformam em empregadas domésticas.”* (KOWARICK, op. cit.: 100)

dominação patriarcal que mantém esse papel de donas de casa relegado às mulheres, com condições exíguas de venda da força de trabalho fora de casa. E, na mais das vezes, ambos expedientes se somam: cuidar da casa e dos filhos da patroa e cuidar da casa e dos filhos do marido.

Outra discussão que surge é a presença dos eletrodomésticos voltados para a gerência da casa. Máquina de lavar roupa, fogão a gás, enceradeira elétrica, ferro de passar roupa: é grande o rol de novas mercadorias, criadas e introduzidas paulatinamente durante a segunda metade do século XX nas casas. Em primeiro lugar, essas mercadorias entram na casa rica, para aos poucos serem incorporadas nas casas de classe média. De outra parte, representam a expansão de um setor de bens de consumo duráveis, incorporando itens eletrônicos, de aço e ferro, em paralelo com um aumento no consumo de energia elétrica e derivada do petróleo, de acordo com tópicos já discutidos. Nesse momento, grande parte de tais itens entram como consumo de luxo, não se constituindo como generalidade. O caráter poupador de tarefas dentro da casa por esses produtos propiciado nem sempre significa diminuição do tempo dispendido; por exemplo ocorre a introdução de novas tarefas de manutenção e limpeza como no caso do azulejo, que traz consigo a cultura da higiene e assim a necessidade de deixá-lo limpo, utilizando-se dos novos produtos de limpeza da indústria química; o ferro de passar elétrico igualmente é uma tarefa que demanda tempo, sendo no entanto mais limpo e menos desgastante que o ferro de brasa.

Entretanto, um desses eletrodomésticos tem relação direta com uma profissão feminina existente na favela, e que se põe em xeque: o ofício das lavadeiras. É inegável que a máquina de lavar diminui o tempo necessário para execução dessa tarefa, o que deve ter levado a uma diminuição crescente da demanda por esse serviço. Conforme verificamos em pesquisa a jornais²⁴⁸, apesar de se tratar de uma máquina relativamente antiga, foi pouco difundida até meados do século XX. No Brasil, a introdução da máquina de lavar só iniciou a “popularizar-se” a partir do pós-guerra e década de 1950, com sua produção em massa e internalização da produção por indústrias

248 Nos baseamos em propagandas de máquinas novas, mas também anúncios de venda destes produtos usados. Sobretudo OESP, entre 1930 e 1960.

nacionais, mas por meio de uma introdução ainda lenta. Até então, a existência desse aparato esteve restrita a hotéis, lavanderias automatizadas, hospitais ou casas; até 1945, encontramos sobretudo lavadoras de marcas importadas: Maytag Washing Machine (que viria a constituir o grupo Whirlpool Corporation, que incorporou a Brastemp, nacional), General Eletric, Westinghouse, Bendix). Somente depois dessa data que passaram a marcar presença nos anúncios as fabricantes nacionais – Alaska, do grupo industrial e comercial Isnard & Cia; e Brastemp, em 1950.

As consequências dessa difusão lenta se refletem na permanência da importância das atividades das lavadeiras até ao menos meados dos anos 1960, quando a julgar pela quantidade de anúncios, se teria dado difusão maior desse artigo entre as classes altas e médias na capital. Tanto é que no final dos anos 1950, Marta Godinho falava das lavadeiras como generalidade dos trabalhos, baseada em suas observações como assistente social nas favelas paulistanas, e mesmo no final da favela – em 1969 – essa profissão persistia:

“Espertalhões exploram favelados e enriquecem à custa da miséria

(...) O que é notório é a falta de preparo técnico, que leva os favelados a árduos trabalhos avulsos. As profissões mais comuns são as de doméstica, servente de pedreiro, lavadeira e operário.” (FDN, 25/10/1957, grifos nossos)

*“A mulher é branca, veio de Pernambuco. O marido é da Paraíba e está muito doente. Há quase um ano não trabalha. Dos oito filhos, a menorzinha tem só dois anos. **A mulher às vezes lava roupa para fora, quando sobra tempo.** (...) Uma mulher jovem com três filhos de 4, 3 e 2 anos e um bebezinho, foi abandonada pelo marido. Não tinha onde morar: foi para a Favela do Vergueiro. **Também é lavadeira.**” (FSP, 03/03/1969)*

Entretanto, há também que se considerar as dificuldades da favela para o exercício dessa profissão, dada a ausência de uma rede de água, somente existindo torneiras, demandando-se tanques como medida emergencial:

“Vacinação na favela

(...) O governador determinou ao DAE a instalação urgente de tanques de lavar roupa, chuveiros e instalações sanitárias...” (03/03/1966)

Desse modo, consideramos possível que grande parte das lavadeiras da favela do Vergueiro prestassem esse serviço diretamente nas casas de classe média da vizinhança. E da mesma forma como nos empregos domésticos, seu pagamento se inclui no consumo individual, que é deduzido dos rendimentos da família.

Há também que se considerar, ainda que não como generalidade, que havia também algum trabalho das mulheres em fábricas. Na medida em que elas se punham de forma desvantajosa na competição com a força de trabalho braçal, a parcelarização dos trabalhos propiciada pela maquinização permitia a incorporação das mulheres e das crianças como componentes também da força de trabalho industrial, mais barata que a masculina:

“E assim, homens, mulheres, das mulheres, em que elas trabalhavam, se você via elas saírem pra trabalhar.

A maioria era doméstica né, ou então em fábrica. Mas trabalhavam sim.” (Margot)

Por último, cabe mencionar a tarefa de dona de casa como restrita exclusivamente às mulheres. Aqui se inclui a criação das crianças, provimento de sua comida, limpeza, educação e lavagem das roupas. Pode-se considerar que o cuidar das crianças se situa como forma de reprodução da força de trabalho: cabe à mulher garantir essa criação, que lhe toma muito de seu tempo – como nos dois casos citados acima, em que mulheres com 4 e 8 filhos lavam – trabalham para fora – somente na medida em que conseguem se desvencilhar da tarefa de cuidar das crianças, que é ainda mais difícil na medida em que seus maridos as abandonam. Isso se resume a jornadas muito extensas para conciliar algum sustento com a criação das crianças.

Pensando na imagem da mulher que é mãe solteira, sem marido, que tenta se sustentar e à família vivendo na favela, novamente não há como não nos lembrarmos de Carolina Maria de Jesus, que acumula todas as tarefas de dona de casa, cuidando dos filhos em meio à batalha diária por comida e algum trocado por meio da coleta de tudo que é tipo de objetos descartados e em expedientes que podem ser convertidos em dinheiro; face a uma negatividade absoluta posta pelo trabalho, resta trabalhar cada vez mais e mais²⁴⁹.

Em paralelo, a generalidade punha que os homens saíam para tentar vender sua força de trabalho. O principal trabalho era em obras, como serventes de pedreiros, pedreiros e operários da

249 Carolina Maria de Jesus conseguiu prosperar por algum tempo com o resultado da venda de seus livros. Mas, passada a “moda” da exposição de sua vida miserável, retornaria às ruas para catar lixo na década de 1970 no final de sua vida, vindo a falecer em 1977.

construção. Mas antes de pontuar alguns desses elementos, cabe apontar breves reflexões de caráter teórico-metodológico propiciadas pelo processo de pesquisa.

A princípio pensávamos em considerar as articulações entre a população favelada com o setor da construção, distinguindo entre diferentes formas – a empreitada e a indústria da construção. Analisar as distinções de como se põe o mercado da força de trabalho – considerando as particularidades de cada uma dessas, mas entendendo-as como unidade de um setor da construção – daria elementos para compreender alguns dos porquês daquela população ter de se constituir como favelada.

Entretanto, durante o processo de pesquisa nos demos conta de que há uma série de novos elementos que deveriam ser considerados e que fogem ao propósito dessa pesquisa – mas que podem integrar futuras indagações. Se na análise até então realizada se privilegiou a articulação entre capital e trabalho, tentando ao longo da pesquisa desvendar os nexos de suas relações, ao

*Imagem 17: Chácara Klabin vista da saída do Metrô Imigrantes
Os prédios da foto localizam-se exatamente no local anteriormente ocupado pela favela. (Foto do autor, 11/10/2010)*

analisar a indústria da construção nos demos conta de que é necessário incorporar a questão da terra de forma mais aprofundada, a fim de analisar aquilo que é particular da indústria da construção como mais um setor da produção. E assim, nos demos conta de que precisaríamos nos adentrar nas questões postas pelas necessidades postas pela da produção do mercado imobiliário²⁵⁰. Ou seja, que não se pode compreender a indústria da construção sem incorporar uma discussão sobre as formas que se põe a renda da terra, seja pela renda fundiária ou pela renda imobiliária.

Considerando que nosso percurso trata de entender a articulação da industrialização brasileira, posta em condições críticas de acumulação mundial, ao nos depararmos com a indústria da construção nos demos conta da necessidade de incorporar a questão de como a produção imobiliária se constitui como um ramo particular da indústria, na medida em que articula a terra e não se comporta do mesmo modo como outros setores industriais. Daí, a necessidade de se entender como a indústria da construção atua na produção imobiliária, influenciando para tal ramo o preço da terra e os movimentos do capital na cidade, como forma ou através da exploração intensiva (verticalização, em que se cria novo espaço construído por meio da verticalização, como forma de compensação dos altos preços da terra) ou da extensiva (por meio da construção espalhada pela cidade)²⁵¹.

Daí, por nos darmos conta de que essa investigação abriria as portas para uma nova pesquisa, preferimos apenas apontar, *preliminarmente*, alguns rumos possíveis de interpretação a partir da favela do Vergueiro, que surgiram ao longo do processo de pesquisa.

Essa discussão surgiu no interior do processo de pesquisa: em primeiro lugar, a partir da entrevista feita com um então empreiteiro morador da vizinhança – Francisco –, que chegou a

250 Essas descobertas nos levaram a pensar na necessidade de incorporar em nossa discussão acerca da “crise do aluguel” (tratada ao longo do capítulo 3) a importância de um estudo mais detido em aspectos da produção imobiliária, considerando em que medida tal “crise” se põe pelas necessidades da produção do setor imobiliário, que se constituía paulatinamente como indústria da construção.

251 “A produção imobiliária combinava diferentes estratégias de valorização. **De um lado, onde os preços finais de mercado eram elevados, construía em altura e subdividia edifícios em unidades menores para serem alugados a várias famílias. De outro, agia extensivamente, com a construção deslocando-se para áreas menos centrais da cidade, onde o preço dos terrenos não havia se elevado muito e podia proporcionar lucro extraordinário ao construtor.** Tanto uma como outra estratégia tendia a elevar os preços do mercado imobiliário, se bem que de modo diferente; no primeiro caso, através da utilização mais “racional” do espaço, intensificando a renda da terra pelo aumento do valor locativo; no segundo, tornando maior a parte da mais-valia que se transforma em renda fundiária.” (PEREIRA: 93, grifos nossos)

contratar serventes de pedreiro e assistentes de carpintaria oriundos da favela do Vergueiro para realização de seus trabalhos. Em paralelo, da observação do local nos dias de hoje, tanto em visitas de campo à Chácara Klabin como na observação das imagens de satélite (anexos 1 e 2)

Percebe-se um nítido contraste entre duas partes desse “bairro”: uma delas é composta por uma mescla entre casas e prédios, com predomínio às casas – ainda que em rápido processo de demolição para construção de edifícios –; a outra é o miolo do “Klabin”, no qual se ergue um bloco quase maciço de prédios, alguns dos quais de até 30 andares. Não por acaso, toda a parte mais verticalizada coincide com o local em que se localizou a favela do Vergueiro: a “liberação” tardia dessas terras como propriedade urbana parcelada fez com que quando de sua venda pela família Klabin, todo o entorno já estivesse edificado. A favela permitiu a existência de uma “bolha” não construída, na qual após um lapso de quase 20 anos foi disponibilizada uma imensa gleba²⁵² de uma só vez, conforme pode ser visto nas imagens do local após o despejo da favela (imagem 18).

Em contraste, verificou-se o local da favela após despejado verticalizou-se dramaticamente e a uma velocidade muito rápida, conforme se vê na imagem 18 e pelo relato de Amaral:

“Ficou um tempo parado, sem vender nada. Primeiro começaram a limpar, aí limparam. Aí depois começaram a asfaltar, e quando foi pra vender, começaram a asfaltar, fizeram o loteamento. Mas ficou um bom tempo fechado. (...) E aí começaram a vender, (...) aí o negócio foi um mega negócio, que todo mundo queria comprar.

[mas era caro?]

Era caro na época. Quer dizer, antes de começar o loteamento mesmo, diziam, não sei se é especulação o que era, (...) que era mais barato, o pessoal comentava isso né? aí depois começou o loteamento mesmo, aí começou, e era caro.

[Então aí era bairro, logo depois da favela só teve casa mais chique]

Aaah, quando construiu só começou mansão mesmo, predição, mansão.

[esses predições aí são de quando, [19]90?]

Ah sim, [19]90, [19]80. [19]80 começaram a construir mais ou menos, [19]85, daí começaram a construir. Aqui a pizzaria inaugurou em [19]96. [19]93. Já tinha o Klabin, pô, já tavam saindo os prédios, de [19]80 pra frente já começaram a construir, até [19]90 foi uma febre de construção, foi muita construção. muita gente trabalhando aí.” (Amaral)

Para os objetivos dessa pesquisa, interessa apenas apontar a distinção entre o casario erguido ao redor da Chácara Klabin (visível na imagem 17c) e a porção verticalizada, dos dias atuais. Face a

252 Sem mencionar o aspecto da venda somente nos anos 1970 – que constituiu um excelente negócio para os Klabin –, chamamos à atenção para a diferença entre terreno vazio e aquele já inteiro tomado de construções. O prolongamento da retenção da terra, devido à existência da favela, fez com que após o despejo, nesse local rapidamente fossem erguidos prédios sem que fosse necessária a compra de casas para sua demolição. O resultado foi a extrema verticalização, observada pelo elevado preço da terra e que multiplica seu lucro pela forma “prédio”. Mas deixemos essa questão em aberto, bem como da situação atual da Chácara Klabin.

tais diferentes aparências nos demos conta da existência de diferentes relações de trabalho postas em cada uma dessas construções, expressas em formas aparentes distintas: *a casa unifamiliar* e o *edifício vertical*. Ambas sugerem uma distinção no interior do setor da construção, em que uma parte se situa como construção por *empreitada*, e a outra como *indústria da construção*. Ambas expressam momentos distintos, mas que coexistem até hoje, se expressando em significados diferentes para o trabalhador e do ponto de vista da produção de mais-valia social. As duas empregaram força de trabalho masculina da favela do Vergueiro, ainda que disponhamos de poucos dados mais aprofundados a esse respeito.

Ilustração 18: fotografias da área após o despejo
a) 1977, b) 1982 e c) 1986 (sentido horário)
(Fonte: COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, op. cit.)

Assim, ao invés de empreender uma análise mais aprofundada, apontamos elementos ainda que a partir de uma discussão que se põe *a posteriori* ao despejo da favela. Entretanto, aqui queremos chamar à atenção para a coexistência dessas formas de produção durante a existência da favela – a produção para aluguel, e a produção para a venda. Pode-se adicionar inúmeras outras oposições: cidade de tijolos e cidade de concreto e aço vertical; produção pessoal, por empreitada e produção como indústria da construção. Essa oposição se pôs como mercado da força de trabalho na indústria

da construção, que se distinguia entre estes dois – além do setor público de construções – mas de ponto de vista do trabalhador se apresentava como um mercado único: se vender enquanto pedreiro ou assistente de pedreiro. Para a indústria, estão postas severas distinções para o trabalhador entre trabalhar para um empreiteiro e trabalhar para a indústria de construção – em especial considerando a racionalização do trabalho, a supervisão e a tendência à parcelarização do saber e dos trabalhos na construção – ; e o principal, que era o fato de que na indústria o trabalho se põe necessariamente com extração de mais valia²⁵³.

Mas sobretudo, há que se destacar o caráter absorvedor de força de trabalho particular à indústria da construção, que o põe como generalidade para a população migrante e que mora na favela para sobreviver. Analisando Cubatão, Damiani se dá conta de um momento em que a população favelada se põe em função da oscilação do capital da indústria da construção – no caso por ela analisado posta pela necessidade do complexo siderúrgico petroquímico – em seu movimento de expansão e retração:

*“a indústria da construção é apontada como absorvedora de migrantes vindos às cidades, sem profissão definida ou qualquer qualificação passível de aproveitamento de acordo com os padrões de suas estruturas produtivas, especialmente aqueles de procedência rural, que encontram nessa indústria uma forma de integração. Consequentemente, **a construção se evidencia como reservatório de força de trabalho para as demais indústrias.** (...) O peão, trabalhador ou pobre que privilegiamos, é muitas vezes um nômade, que, preso a uma remuneração irrisória e, como trabalhador temporário, ao cotidiano de um mercado de trabalho sempre a alcançar, move-se sob a influência do mercado da indústria da construção.” (DAMIANI, op. cit.: 97, grifos nossos)*

Para Paulo Cesar Xavier Pereira, a condição de “depósito de força de trabalho” se daria pelas particularidades da indústria da construção. Para isso, considera que nesse setor há uma formação do preço de venda de forma quase independente do preço de produção, estando muito mais associado ao preço da terra e as dinâmicas da renda. O preço de produção se estabelece considerando capital constante e capital variável dispendido, mas não o preço da terra; este é transferido para o consumidor, que no preço do imóvel finalizado, paga o preço da terra:

253 “O que diferencia a produção imobiliária de mercado face às demais formas de produção é que ela é a única que, necessariamente, se dá com a extração de mais-valia; as outras formas – de encomenda e estatal – podem, conforme o caso, ocorrer com ou sem produção de mais-valia, enquanto que na produção doméstica, exclusivamente um sobretrabalho, nunca gera mais valia.” (PEREIRA, op. cit.: 159, nota 23)

“Na produção e comercialização do edifício, como mercadoria imobiliária, o preço do terreno não é elemento do preço de produção, mas aparece como elemento do preço de mercado. O preço da terra não faz parte do custo de produção ($c + v$), mas deverá ser repostado no valor da mercadoria como parte do custo imanente da mercadoria ($c + v + m$) na parcela da mais-valia ($m = l + r$), que em parte se transforma em renda (r) e em parte se transforma em lucro. Esta reposição é o fundamento do processo de valorização e gera a diferença da produção imobiliária em relação à produção de mercadorias móveis.”
(PEREIRA, op. cit.: 102)

A partir disso, a indústria da construção, diferentemente de outros ramos da produção industrial, está mais pressionada pelo preço da terra (que somente aumenta conforme são produzidas as mercadorias imobiliárias) do que pela necessidade de aumento da produtividade pelo capital constante. Desse modo, as inovações técnicas se põe a uma velocidade incrivelmente menor do que em outros ramos, contando esse setor com baixa composição orgânica do capital.

Quando o preço da terra é mais alto, para se conseguir pagar a renda se investe na verticalização, dissolvendo-a entre cada mercadoria individualizada (apartamento, bloco). Para isso, há que se investir na construção que cria essa nova terra já privatizada, através da exploração da força de trabalho. Mas esse mecanismo ao mesmo tempo em que busca tornar possível a reprodução do capital imobiliário nas áreas mais caras, contraditoriamente força o aumento do preço da terra na medida em que eleva o preço justamente através da verticalização. Assim, cria-se uma tendência à alta constante dos preços e uma posição que põe o mercado imobiliário a produzir sempre bem aquém da demanda – em sua interpretação, o que leva isso sim à gestão da crise da moradia na cidade de São Paulo a partir do desenvolvimento da indústria da construção.

A verticalização coexiste com a construção espalhada de casas, uma vez que a segunda busca construir justamente onde o preço da terra é mais baixo; lá, no entanto, não há a mesma necessidade de compensar a renda fundiária como em áreas supervalorizadas, fazendo com que a construção de casas se apresente como possível. Ainda assim, ambas contribuem, de diferentes formas, para a elevação do preço da terra *na cidade inteira*, ainda que de forma heterogênea.

Nosso entrevistado Francisco teria atuado como empreiteiro a partir de 1950, quando emigrou com os irmãos da Itália. Realizava todos os tipos de serviço e ainda contratava mão de obra de fora.

Seu relato dá conta também de um processo também descrito por Pereira (op. cit.), que é a construção para si. No seu caso, o trabalho para fora durante algum tempo serviu para conseguir dinheiro para construir a própria casa. Enquanto a casa não ficava pronta, alugava os quartos para terceiros. E nas obras que fazia para fora, contratava peões que moravam na favela do Vergueiro. Pela riqueza de detalhes do relato, reproduzimos abaixo um trecho grande:

*“[Fernão: e o senhor trabalhava em que?]
Então, em obra.
[e que tipo de serviço?]
Tudo. Qualquer serviço.
[... de tudo, de carpintaria até...]
De carpintaria até encanamento, eletricidade, pedreiro, azulejo e piso, tudo.
[e nessa época que tipo de obras vocês pegavam?]
Coisa pequena porque a gente trabalhava por conta. De empreita, só empreitada.
Às vezes tinha algum, naquela ocasião lá nós fizemos umas 4, 5 casas, pequenas, e tinha umas 3 garagens, e tinha um armazém também, na Vila Matilde. Era dum português, que morava aqui na rua oratório, aqui na Moóca. Aí então a gente fazia, terminava aí, depois que terminou aí eu trabalhei em Santana, depois de Santana, trabalhava aqui, e depois aqui já tinham começado, trabalhei aqui dentro. Enfim, éramos em 4 irmãos, mesma profissão. E tinha mais uns dois italianos também que eram serventes, trabalhavam conosco também. Então às vezes trabalhava dois lá, 3 aqui, 2 aqui, e na ocasião de ficar eu sozinho aqui dentro, colocando os pisos e os azulejos, os outros trabalhavam fora. Eles tinham que ganhar, pra botar aqui dentro, pra poder terminar a casa. Depois de 2 anos a casa tava terminada.
[e então quando terminava vocês pegavam serviço em outros bairros]
Sim, em outros bairros. Depois tem uma coisa, isso aqui era pra família, alugava aqui.
[essa casa aqui?]
Alugamos, alugamos. Eram 3 inquilinos que tinha, um aqui, outro em cima e outro lá no fundo. E como tinha uma garagem no fundo, eu dormia dentro da garagem. É, ainda mais porque é difícil, porque se a gente vem, de longe, pra fazer uma coisa, e se você ganha 10, e gasta 11... não tem condição. Você não vai pra canto nenhum. Agora, hehe, se você ganha 10 e gasta 8, então 2 você pode aplicar ou fazer qualquer outra coisa. Isso foi de 1950 até 1952 aqui. (...) Às vezes a gente até precisava de algum servente, de um carpinteiro, de um pedreiro, então se conhecia, pois eles moravam lá em cima, são gente que vinha do norte (...). Tudo do norte. Ou era mineiro. Ou era baiano, ou era alagoano, sergipano, pernambucano, tudo gente de lá. Eu não fazia discriminação nenhuma, eu sempre trabalhei com eles, era baiano, era pernambucano, alagoano. Por que interessante, vou dizer uma coisa pra você, o interessante era o seguinte. Eu sempre trabalhei em obra, sempre queimei lata, dormi embaixo da escada, quando o serviço era um pouquinho mais longe, a primeira coisa, fechava a escada, dormia lá dentro, ficava lá dentro da obra, não tem problema nenhum.” (Francisco)*

Francisco foi empreiteiro de construção de casas, armazéns, pequenas obras realizadas por encomenda. Trata-se sobretudo do pagamento por obra: o objetivo é terminar a construção o mais rápido possível para garantir maior remuneração pelo tempo trabalhado; caso a obra se prolongue, isso se converte em prejuízo para o empreiteiro. Por isso, dorme embaixo da escada assim que sobe

o primeiro cômodo. Ao mesmo tempo, aluga a própria casa ainda durante o período da construção para economizar dinheiro, embora nesse caso a finalidade não seja a da construção para aluguel e sim para a própria moradia.

Também a distinção entre o empreiteiro e os peões contratados não chega a ser tão grande como no caso da obra feita na indústria da construção, a notar pelo afeto e proximidade que expressa para com os companheiros de trabalho. Em outro trecho da entrevista, chegou a relatar a persistência da amizade para com antigos colegas antigos moradores da favela; a amizade é também, mutuamente, uma forma de manter uma rede de relações para conseguir trabalhos:

“Eu comia junto com eles. Parece que o meu feitio era esse, eu me dava bem com eles todos. Até hoje. Eu te falo uma coisa. Quando foi o que, 3 dias, 4, o sujeito me telefonou. Da Bahia. “Francisco, tem? [obra]” (...) Porque esse, o irmão dele, disse “Francisco, vai telefonar pro Elano vim aqui. Digo, “bate um papo com ele”. Ele me disse: “não, não preciso nem bater papo, eu sei que se é o senhor que tem o serviço, ele vai vir, se é o senhor ele vem”. E ele vem mesmo. Amizade que a gente faz! Tinha um outro baiano aqui, do Morro do Chapéu, perto de Diamantina. Pingou aqui, a mulher dele era mineira, ele era baiano, criou a filha aí até acho que viveu uns 30 anos aí, mais, depois morreu, a filha também saiu, e ela trabalhava aqui comigo. Ensinei serviço pra muita gente.” (idem)

A amizade que está posta também é evidenciada por uma relação que se aproxima da estabelecida entre mestre e aprendiz, que também evidencia que não há como na indústria da construção uma relação posta por uma tendência de aumento da racionalização do trabalho e parcialização das tarefas. O saber fazer, embora permeado por materiais industriais – como o cimento, tijolo, ferro, janelas, canos – consiste num conhecimento artesanal, mas que se restringe a determinado tipo de construções, as casas baixas e sobrados ou no máximo armazéns.

Mas há, evidentemente, uma relação que põe o empreiteiro como aquele que trava contato com o contratante. Cabe observar em que medida se estabelece o preço da construção do ponto de vista do empreiteiro. Nesse sentido, observa Pereira que:

“Na produção por encomenda, embora possa haver alguma arbitrariedade do consumidor na determinação do custo da obra, esse custo resulta da soma do preço de custo da construção com o lucro do empreiteiro.” (PEREIRA, op. cit.: 107)

Um empreiteiro como Francisco não age como capitalista, no sentido de investir para obter um ganho; pode até, por meio de seu trabalho – e dos que contrata – permitir que seu contratante o faça,

no caso da construção de casas para aluguel como parece ser o caso das 4 ou 5 casas feitas para o português da Vila Matilde. Mas seu trabalho é pago pelo serviço, não interessando diretamente ao empreiteiro o aluguel que se esperava conseguir naquela construção, e a obra seria avaliada no momento da entrega do imóvel finalizado. E, ainda,

“A construção por encomenda – uma negociação direta entre proprietário e construtor – permitia ao proprietário desembolsos parcelados para pagar os materiais e o trabalho de construção conforme o andamento da obra, podendo mesmo até modificá-la no transcorrer de sua construção.

A construção por encomenda interessava ao proprietário, que construía para morar ou alugar, permitindo a este construir a seu gosto e conforme sua disponibilidade, e ao construtor tornava possível um ritmo que se adaptava à chegada de novos inquilinos.”
(PEREIRA, op. cit.: 137)

Muito diferente seria o caso da indústria da construção, uma vez que essa unifica os momentos da construção com a venda e o financiamento. Ganha espaço a figura do engenheiro em lugar do construtor. Lhe cabia, além do saber técnico, o saber econômico, agindo como um profissional que unificava ambas decisões²⁵⁴.

De um lado, aponta-se para a ampliação do capital necessário para a execução das obras; de outro, para uma racionalização do trabalho com aumento da divisão do trabalho e organização empresarial da construção. E aqui, surge o empréstimo hipotecário como viabilizador, da construção pelo proprietário e para sua aquisição pelo consumidor. Se alavancava dinheiro com garantia posta na propriedade imobiliária, viabilizando a construção.

Na produção, a racionalização do trabalho, se havia ainda o predomínio das máquinas, levava a fiscalização da obra para o momento do processo de construção e submetia os pedreiros e demais trabalhadores da construção às ordens do engenheiro, que por meio de sua aliança entre saber técnico e econômico, forçava melhorias na produtividade constituindo um “trabalhador coletivo de construção”, como uma articulação complexa que somava seus trabalhos como uma forma de

254 “O diploma de engenheiro conferia ao profissional, além de uma posição privilegiada no mercado de trabalho, uma autoridade técnica que lhe permitia definir e dirigir o processo de trabalho na construção. (...) Tal posição tornava-se mais acentuada quando o engenheiro, como profissional-proprietário, fazia acrescentar à sua autoridade técnica a condição de proprietário do capital. Ampliava-se o campo de definição das decisões técnicas até as econômicas, colocando sob a mesma direção o controle do saber técnico e do poder econômico da produção imobiliária.” (ibidem, 129)

cooperação²⁵⁵. O trabalho é aqui intensificado por meio da exploração da mais-valia absoluta, em combinação e posto por uma determinação da mais-valia relativa.

A ampliação da divisão do trabalho na indústria da construção reflete-se na separação definitiva entre canteiro de obras e o escritório. Nesse sentido, se por um lado a ampliação da necessidade de força de trabalho se põe pelas determinações do preço e do mercado imobiliário – e não do preço de custo da mercadoria –, pode-se apontar, como uma questão a ser investigada, em que medida aumentam também as funções postas como custos para o capital, que não podem ser interpretados apenas como geração de mais valia. O crescimento da divisão social do trabalho, no âmbito da indústria da construção, se por um lado a situa como grande produtora de mais-valia, por outro lado também vive o crescimento das funções improdutivas e que entrarão como dedução da mais-valia gerada e assim redução da taxa de lucro – que é dividida crescentemente com a renda da terra.

Longe de querermos resolver tais questões, interessa compreender que ainda que o desenvolvimento da indústria da construção se situe como ramo em que a composição orgânica do capital é muito mais baixa que em outros setores, há que se considerar que é mais um ramo industrial. Fica como um questionamento tentar perceber em que medida também na indústria da construção se introduzem os melhoramentos técnicos e se evidenciam contradições postas pela queda tendencial da taxa de lucro. E mesmo tentar relacionar em que medida o aumento do montante a ser pago como renda, ascendente, se choca com uma queda na produção global de valor, remetendo ao descolamento entre valor e preço, em que se necessita tendencialmente cada vez mais do crédito para viabilizar uma reprodução desse setor – além de ser esse um dos setores atualmente que se põe como enigmáticos do aprofundamento das contradições da reprodução capitalista, tal como seriam os edifícios gigantescos de Hong Kong ou Dubai – em grande parte desocupados.

A apresentação dessa oposição – entre empreitada e indústria da construção – aqui feita tem

255 Para Marx, a cooperação é considerada no âmbito da mais-valia relativa, na medida em que, de uma alteração quantitativa, altera-se qualitativamente o processo de trabalho. “*Em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais a jornada de trabalho combinada produz maiores quantidades de valor de uso, diminuição do tempo necessário para produzir determinado efeito útil.*” (MARX, 1985a: 261).

caráter apenas preliminar, sendo essa tarefa também dificultada pela carência de material empírico da favela; era nosso objetivo aqui apenas situar a problemática.

Parece-nos relevante que cada um dos dois tipos representa possibilidades diferentes quantitativamente, que expressam-se em qualidades distintas enquanto produção de mercadorias. Ainda que possam ser realizadas por empreitada também obras grandes, nosso entrevistado Francisco, por exemplo, se restringiu à construção de pequenas construções; nas obras grandes evidencia-se a necessidade, posta pela concorrência, de melhoramentos do ponto de vista da organização do trabalho. Com o ingresso do crédito na produção imobiliária, altera-se sobremaneira não apenas as formas de produção como a magnitude distinta destes investimentos, possibilitando a construção face à situação posta pelo aumento do preço da terra; a partir de determinado momento, é impossível construir edifícios verticalizados sem contar com uma organização do trabalho empresarial e um sistema de crédito. E a forma pela qual se estabelece tal mercado reflete-se na formação de um extenso mercado de trabalho, que engloba não apenas o trabalho braçal do peão de obras como também o dos escritórios:

“Três histórias da favela que vai chegando ao fim

(...) O Francisco, de 16 anos, parou na segunda serie e agora trabalha no escritorio de uma construtora.” (FSP, 05/05/1968)

O sentido do trabalho na indústria da construção também se altera, apontando para uma proletarianização e especialização do trabalho, em contraposição ao pedreiro que consegue dominar a execução de toda uma casa. Em contrapartida, a construção de um edifício não tem possibilidade de acontecer sem dispor dessa ampliação da divisão do trabalho. Haveria que se considerar entretanto toda uma gama de possibilidades postas pela divisão interna entre empresas, com especializações assumindo a forma de empresas autônomas e nas formas da sub contratação, evidenciando-se em formas oscilantes e precárias que são transferidas aos subcontratados (DAMIANI, op. cit.).

Por último restaria ainda considerar que as obras públicas e o serviço na construção são postos pelos movimentos de desfavelamento como a “pedra de salvação” para resolver os problemas de emprego na favela. Aqui, o agenciamento é feito diretamente por tais iniciativas, que fazem a ponte

entre favelados e empresas ou órgãos públicos. Mas deixaremos essa questão para o último capítulo.

5.3. Outros aspectos da vida na favela

Neste item apresentaremos aspectos ainda não apresentados, com os quais nos deparamos durante o processo de pesquisa. Faremos apontamentos, que consideramos de crucial importância para compor um imaginário sobre a favela; são histórias que encontramos que envolvem outros aspectos que não estão diretamente relacionados ao trabalho, e que são lembrados por quem lembra da favela. É a criminalidade, a malandragem, mas também a vida dos bares e botecos e os bares de baile, o futebol e a vida musical da favela.

Ainda que não estejam diretamente relacionados ao capital, da forma pela qual ele se relaciona com o trabalho (pela sua compra), a diversão ou a criminalidade estão postos como momentos de uma nova forma de sociabilidade, posta pela vida que em muitos aspectos é coletiva na favela. A reunião de pessoas de origens as mais variadas tem resultados múltiplos, se refletindo no futebol e na música. Mas de algum modo, há diferenças entre um sentido interno à favela, em relação ao que está fora. Assumindo que não há marginalidade ou algo que esteja “fora” de uma socialização imposta pelo capital, há diferenças no tocante à normatização da vida: elementos não enquadrados, mas em franco processo de normatização e sujeição ao Estado, em especial por meio de seu braço armado. Não se pode falar que há um senso comunitário, mas sim aspectos inomináveis que não estão sob o jugo completo do que se chamou de cotidianidade.

Daí o temor e receio que permeiam o olhar sobre a favela e os favelados, sobre suas formas de divertimento, e nessa esteira estão as medidas normatizadoras empreendidas por diversos órgãos, que vão da assistência social, as entidades assistencialistas e as ligadas à Igreja Católica. A cachaça, o futebol, os bailes, todos estes são associados a um confronto ao mundo do trabalho, à uma suposta exaltação do ócio, da vagabundagem e da malandragem. Por isso, atuam paralelamente polícia e entidades moralizadoras, tentando impor uma vida cotidiana – esse conjunto de imposições, repressões e normas próprias de uma sociedade que rumo no sentido da burocratização. Assim é

também a própria política de separar e individualizar a habitação, apontando sempre para a casa própria como solução para os problemas morais; a solução pela integração é a forma de controle pelo consumo, num processo o qual o moderno põe a cotidianidade como dupla legitimação:

*“O estudo desse nível fundamental – o cotidiano – faz então aparecerem contradições novas, de importância diferente, mas numa escala global. Uma das mais importantes situa-se entre a **ideologia da tecnicidade e os mitos da tecnocracia**, de um lado, e de outro a **realidade do cotidiano**. A mais grave se determina pelo conflito entre o conjunto das opressões, consideradas como constitutivas de uma ordem social e de um plano, o cotidiano, e a ideologia da Liberdade mantida como aparências, apesar de todas as opressões e repressões reveladoras de um trajeto e de um projeto muito mais essenciais.” (LEFEBVRE, 1991: 88, grifos nossos)*

No breve período durante o qual existiu a favela, de não mais que 20 anos, se deu o conflito entre pessoas postas na condição de faveladas, em variados momentos e impulsionadas pelos mais variados caminhos oriundos do processo modernizador, fazendo surgir espaços para além do mundo do trabalho, ainda que formados por e sujeitados a ele. Há grande diferença entre o que havia dentro e o que estava fora da favela. Não fosse assim, não seriam seus vizinhos frequentadores costumeiros daquele local, seja em seus campos de futebol, seus botecos ou casas de baile.

Sem sombra de dúvida, o grande “evento” que havia na favela era o futebol. Todas as pessoas que entrevistamos, ao falar da favela do Vergueiro, mencionaram seus campos, rachões, clubes e campeonatos que aconteciam ali:

“O maior evento que existia era o futebol que era assim, (...), que vinha gente de fora”. (Amaral, grifos nossos)

“[Fernão: e tinha campeonato, rachão, como era?]

Eh, fim de semana!

[vinha time de fora?]

*Ah vinham de fora, precisa ter coragem, acho que era de outra favela que vinha, porque aí, a hora que dava uma briga, a venda aí de baixo, da portuguesa, puta, tinha vezes que subia correndo, pra não apanhar! Vou te contar viu! (...) eu não subia, **eu subia, quando tinha jogo lá em cima.**” (Francisco, grifos nossos)*

“[Fernão: me falaram muito do futebol lá dentro, dos clubes]

*Acredito, porque **tinha aqueles campos enormes.** (...) Eu lembro que passava dois campos e aquela criança brincando, e eu mexia com todos eles, que era tudo aluno meu.” (Margot)*

Entre nossos entrevistados, Amaral foi quem deu mais detalhes sobre a vida em torno do futebol. Os campos seriam frequentados por crianças em vários horários, mas era mais considerada como uma atividade “adulta”, tanto que Amaral, então criança, só ia aos campos para ver seu irmão

jogar bola num campo que localizava-se onde atualmente está a esquina da rua Carolina Ribeiro com a avenida Fábio Prado. O futebol era para Amaral o único evento em que vinha muita gente de fora; eram os campeonatos, vindo para disputá-lo times de outros bairros:

“Tinha campeonato, deles ai dentro eles faziam campeonato, então juntava com o pessoal por exemplo lá da portuguesinha, (...) vinha o pessoal do Ipiranga do outro lado lá que vinha também e depois a gente jogava, e fazia esses campeonatos (...) [e aí era colado, cheio de barracos, ou tinha espaço, e era bem aberto?] Não, o campo era bem aberto, tinha o campo grandão, era bem aberto. quer dizer, não era tão assim né, porque eles ocupavam tudo quanto era espaço. Mas era até legal, era um campo bom assim, perto de... era um terraço assim.” (Amaral)

Outra mostra de que o futebol movia a vida do local nos foi dada pelo depoimento de Dirceu.

O entrevistado afirmou conhecer os bares da favela, além de frequentá-la para assistir ao futebol:

“É, agora essa favela aí, eu já assisti futebol, bebi muito aí. (...) Eu ia assistir jogo.” (Dirceu)

Outro fato relatado foi o “conflito” entre os campos e os barracos. Isso porque o campo ao ter o mato já cortado, consistia numa facilidade para se armar barracos em cima. Como no Vergueiro havia mais de três campos, aqueles que não foram protegidos foram ocupados:

*“Os campos, o campo, do Bahia, já existiam. Porque **o do cruzeiro, foi embora**²⁵⁶, **começaram a construir [barracos] em cima.** (...) O da Bahia não, sabe porque, porque esse rapaz o conhecido lá, era o Bahia, ele que era o mestre, ele que era o técnico do clube lá. **Então não deixava entrar ninguém lá dentro.**” (Francisco, grifos nossos)*

Mas nem sempre o futebol era sinônimo de lazer. Para o MUD, era uma das formas de juntar jovens e adolescentes, numa perspectiva ligada à inclusão pelo trabalho e por meio dos escoteiros mirins, na favela do Tatuapé:

“tínhamos trabalho de escoteiros, ligado à União dos Escoteiros do Brasil, e não a nós. (...) Um clube de futebol foi a forma que se encontrou de aglutinar os jovens e adolescentes, para que a partir disso se pudesse levantar indústrias auxiliares, ou seja um trabalho de artesanato” (DOSP, 13/10/1967)

E se Amaral lembrava da favela devido ao futebol, Dirceu apontou para o movimento nos bares que frequentava, nos quais também estavam aquelas pessoas consideradas mais “perigosas”:

256 Conforme os processos de número 29.771/1955 (Mina Klabin e outros X José Augusto e outros, a respeito da sublocação de terras arrendadas), e 125475/1956 (João Botecchia X Município de São Paulo, de um pedido de usucapião), havia inclusive contratos de cessão dos campos dos Klabin com clubes de futebol, dentre os quais o “Cruzeiro do Sul Futebol Clube”, além do “Esporte Clube Lins de Vasconcelos” e o “Esporte Clube Mocidade de Lins de Vasconcelos”. O contrato com o Cruzeiro do Sul data de 1948, mas há registros de que os campos existem um desde ao menos desde 1929 e outro mais antigo, constante na cronologia do laudo realizado para o segundo processo.

“E eu tive muitos amigos aí, amigos de beber. Hoje eu não bebo mais, faz 33 anos que eu não bebo mais. (...) Eu bebia junto com eles, mas sempre meio, né, despistando. Eu bebi muito com nego aí meio perigoso daí. E era tudo gente boa. Veja, aqui tinha a padaria, bar grande aqui, eles vinha aí, tomava pinga aí, (...) às vezes tomavam conta até, chegava no bar assim e “qualquer coisa pode falar pra nós que a gente dá um jeito no cara aí”. Era desse jeito. Tudo gente boa. (...) Mas num era ruim não. Eu saia meia noite e encontrava eles aqui na rua. “oopa! E aí Dirceu, como é?” Todos ele. Nego perigoso hein. “tá bebado já?” Tudo desse jeito. Nunca fizeram nada pra mim, sempre fui lá, andava por tudo, tomava minha pinga, cerveja, batia um papo com eles, nunca maltrataram eu. Sempre levando as coisas no sério, que as vezes uma pessoa tem medo “é favela, não sei o quê”. Não, não é assim não. As vezes na favela você encontra gente que mora na favela, mais do que muitos que andam por aí, chega e encontra na rua e te assaltam. Mas aqui nas voltas do bairro eles não mexiam com ninguém. (Dirceu)

A partir do depoimento de Dirceu nos vem à cabeça passagens literárias como “Malagueta, Perus e Bacanaço”²⁵⁷, bem como “Dedo Duro”²⁵⁸, da obra de João Antonio. Tais personagens tem como cenário a frequência de bares, botecos e espeluncas da São Paulo dos anos 1950 e 1960, palco de malandros, prostitutas, cafetões e cafetinas, assaltantes, pungistas, bêbados, boêmios, policiais etc, e frequentemente uma mescla entre inúmeras dessas qualificações. Como testemunho literário de uma passagem pouco documentada e marginalizada pela historiografia, através desse tipo de fonte é possível desenhar uma ambientação possível daquelas partes que não eram positivadas pela visão progressista hegemônica. Assim é possível dar conta de uma “fauna inclassificável”, que integraria um exército de mão-de-obra excedente e não qualificada que desempenharia atividades como trabalhos irregulares, mendicância, ambulantes, mas também roleiros, camelôs e um ambiente propício para a vadiagem de bar em bar (CISCATI, 2000: 97).

Essa vida contrapunha-se a uma moral burguesa e um doutrinamento para o trabalho, ou um sentido que força para o cotidiano nos termos de Lefebvre (op. cit.). Se a favela era mais um destes lugares que concentravam tanto malandros como bares e salões de baile, cabia à ordem pública a repressão moralizadora:

“Nas mãos das elites concentra-se o controle dos espaços públicos e a “receita” de que o pobre precisa estar ocupado com coisas úteis para não perturbar a ordem ou degenerar-se;

257 Malagueta, Perus e Bacanaço são três malandros que vivem desventuras na noite paulistana e na vida da malandragem dos anos 1950 (ANTONIO, 2005).

258 A personagem principal de “Dedo Duro” vive a pele do informante policial, sendo um malandro frustrado, mas que ainda que não consiga “se garantir” pelas artes desse “ofício”, se aproveita do fato de fazer parte do ambiente da boemia e da malandragem para conseguir sua sobrevivência de modo informal junto aos órgãos policiais. Sob ameaça de cana e oferecimentos de um cargo de escrivão, o protagonista vive de entregar e comunicar à polícia das atividades de assaltantes, traficantes e da malandragem em geral (ANTONIO, 2003).

devia-se pois, evitar-lhe (...) certas “diversões perniciosas”, como o boteco, o sexo fora de casa ou o jogo. Para os parâmetros de uma ordem burguesa, aliás, tais atividades são sempre tidas como vícios, nunca consideradas como uma opção de lazer que pudesse satisfazer os anseios prazerosos dos setores excluídos. Essas diversões “perniciosas” e os desocupados são problemas que se complementam e que parecem se colocar acima a das diferenças políticas ou partidárias de grupos distintos, ou seja, apresentam-se como inimigo comum. Em nome da segurança e da ordem, polícia e imprensa empenham-se na luta contra a vadiagem.” (CISCATI, op. cit. : 52)

Na imprensa aparecem referências constantes ao suposto incômodo que a favela causaria à vizinhança, como no caso já citado da praça Monteiro dos Santos. A matéria teria sido feita mediante solicitação de alguns moradores da praça:

“A praça Monteiro dos Santos vai virar 'praça de guerra'

(...) Os moradores da praça Monteiro dos Santos, zona residencial, próxima a locais de grande movimento, como a avenida Lins de Vasconcelos, estão alarmados com a situação. Diversas famílias já transferiram residência daquele local e outras pensam em fazer o mesmo. À noite, mulheres de vida fácil exercem suas atividades na pracinha, às escancaras, fazendo algazarra e gritando palavrões que são ouvidos até dentro das residências. Durante o dia a garotada da favela não dá sossego ao bairro, furtando tudo o que por momentos é deixado nas calçadas, sejam brinquedos, ferramentas, peças de automoveis, carrinhos de criança, etc. Ainda anteontem, na favela próxima, ocorreu crime de morte. O "clima", pois, naquela zona, no que toca à segurança pessoal, é dos piores e tende a agravar-se.” (FDN, 09/12/1958)

O impacto causado pelo surgimento e rápida densificação daquela favela teria sido grande, uma vez que seu crescimento se dava a velocidade incrivelmente maior que o “bairro de alvenaria” à volta. E a existência de uma aglomeração tão grande de pessoas evidentemente levaria ao surgimento de uma série de formas de divertimento, que serviriam não apenas à população da favela como também à vizinhança.

Sem o ressentimento das pessoas denunciando a matéria acima, Gijo recorda que, pelo contrário, tinha na favela um local de grandes divertimentos, destacando a presença de salões de baile “risca faca”, nos quais havia música e bebidas:

“Lá tinha de tudo, inclusive tinha um salão de baile que chamava-se risca faca. Eu inclusive de vez em quando, numa sexta feira ia riscar lá, e tinha um aperitivo que chamava-se “Beijo de nega”, e a dona do risca faca, do salão, chamava-se “Maria Lotação”. E esse aperitivo, chamado beijo de nega, era com groselha, vinho, cachaça e gelo. Era uma bomba atômica! Mas mas era muito divertido. Então, você vê, a dona do bar chamava Maria Lotação porque era muito grande. O primo dela chamava “pé de ferro”, tinha um pé do tamanho de um elefante. Depois tinha um negão que era muito boa gente também, o nome dele era João, a turma chamava ele de Pato Donald, tinha um beijo muito grande. E assim tinha diversos apelidos, fransktein, marta rocha. (...) Funcionava na sexta feira, de sexta pra sábado, e sábado tinha o baile a noite, ia até as 23 horas depois fechava.” (Gijo)

Os mesmos botecos exaltados por Gijo, no entanto, são alvo da repressão policial e depois da política desfaveladora. Sempre, a acusação é a mesma: que os bares, botecos e venda da maconha são atentados aos bons costumes, num lugar no qual, segundo visão preconceituosa, só chega a polícia por parte da civilização:

“Auxiliares dão batida na zona sul mas prendem pouco

As delegacias auxiliares realizaram sabado nova batida, desta vez na Zona Sul. Poucas detenções foram feitas: das 600 pessoas revistadas, especialmente no Cambuci, Vila Mariana e Ipiranga, só os marginais e portadores de armas foram levados. E na favela do Vergueiro, "um mundo à parte", – como dizem os policiais – de onde alcool e maconha mandaram embora os bons costumes, a Polícia, agressiva, ataca os marginais, que o vício já tornou indiferentes.

O Vergueiro desafia a civilização a chegar até lá. Enquanto ela não vai, a Policia aparece de vez em quando, limpando botequins, o “inferno do sonho” e os “bailinhos”.

Mundo a parte

O primeiro ponto vasculhado pela Policia de choque que estava em frente da batida foi a favela do Vergueiro, um mundo a parte, como denominam os policiais. E uma favela onde a alegria existe por causa do alcool e da maconha.

Em cada maloca existe um botequim e não precisa ser [ilegível] para que todos se embriaguem. Numa viela barrenta há um "interno de sonho", onde viciados em maconha estão em franca atividade. Eles sorriem, apenas, indiferentes à ação da Polícia, agressiva e temperamental, na sua missão de combater o crime.

Logo depois, na mesma rua, há um salão de baile. Ali a erva não entra, é proibida. Só pinga e cerveja. A musica é atordoante, mas os favelados gostam e assistem.

Mais em baixo, há outro salão. A mesma coisa. (FSP, 24/08/1964)

A repressão à vida dos bares, considerados como “antros da malandragem”, somente aumentaria, refletindo o endurecimento das políticas de desfavelamento. Aqui, tratamos especificamente do MOV, que atuou no Vergueiro e em muitas outras favelas, tendo constituído um conjunto de técnicas e um “saber” no assunto. No tocante à política em relação aos bares e afins, a tônica foi sempre repressiva, associando o álcool à bandidagem e ao descontrole da ordem interna da favela, conforme aponta a “cartilha” do desfavelamento proposta por Wilson Abujamra. Dentre as atividades do congelamento de favelas, estava prevista a proibição da venda do álcool:

“f) contrôle do comércio interno nas favelas;

g) proibição de vendas de bebidas alcoólicas e porte de armas nas favelas. (Há portaria da Secretaria da Segurança Pública legalizando essa proibição.” (ABUJAMRA, op. cit.: 67).

Na favela do Vergueiro, a proibição da venda do álcool, segundo a imprensa, teria se dado após a instalação de um posto policial:

“O sr. Abujamra esclarece que o MOV pediu à Policia, no ano passado, que criasse um posto policial na favela do Vergueiro. Depois da instalação desse posto, houve proibição de venda de bebidas alcoolicas, e de porte de armas na favela. Alem disso, alguns maus

elementos foram retirados e a vigilância policial – que no começo provocou até tiroteios com os marginais – conseguiu impor certa ordem no local.”(FSP, 30/05/1967)

Fig. 10 — Foi necessário a solicitação de reforço para manter a proibição de venda de bebidas alcoólicas na favela do Maranhão. A foto mostra um dos botecos daquela favela, na ocasião em que se processava a retirada das bebidas, cujo proprietário não acatara as determinações.

*Imagem 19: fiscalização da venda de Álcool nas favelas
(Fonte: ABUJAMRA, op. cit: 49, legenda original)*

A política repressiva para com os bares somente se intensificou, atingindo seu ápice no final da década de 1960. Possivelmente o clima policialesco instalado após o AI-5 deu espaço a uma maior intervenção nesse tipo de comércio, considerando a grande liberdade de atuação da polícia verificada pela atuação de esquadrões da morte²⁵⁹.

Em 1969, as políticas de desfavelamento passaram a incluir fechamentos deliberados de bares,

²⁵⁹ Os esquadrões da morte eram compostos por policiais e/ou justiceiros, dedicados ao extermínio de supostos criminosos. Sua ação intensificou-se dramaticamente em 1969, aparecendo quase diariamente nos jornais pesquisados referências a mortes, muitas vezes de mais de uma pessoa. Através das notícias, verifica-se o apoio implícito a tal tipo de crime dado pelos órgãos policiais, como na matéria abaixo: “*ESQUADRÃO DA MORTE: Indagado se atribuía à ação do “esquadrão da morte” a redução da criminalidade em São Paulo, o secretário da Segurança Pública, Hely Lopes disse: “ignoro o esquadrão. A redução do índice de criminalidade é resultado da eficiência da polícia”.* (FSP, 03/01/1969). Ou então: “*Omissão judiciária: Apesar das reiteradas denúncias solicitando providências para coibir a ação do “esquadrão da morte”, a Corregedoria dos presídios e a Polícia Judiciária nenhuma medida tomou até o momento.*” (FSP, 14/01/1969)”. As denúncias seguidas e pressão amparados por “valores cristãos” levaram à abertura de inquéritos, sem nunca interromper de fato tais crimes, que se difundiram de forma assombrosa pelas periferias, na forma dos “justiceiros”. À data da finalização dessa dissertação (outubro-novembro/2012), novamente chegaram aos jornais notícias sobre “encapuzados” agindo em favelas empreendendo execuções a esmo.

em atuações conjuntas entre movimentos desfaveladores, Secretarias da Saúde e forças policiais, atuando em diversas outras favelas da cidade:

“Iniciada ofensiva para fechar bares das favelas da capital”²⁶⁰

(...) E o fechamento dos botecos, em todas as favelas de São Paulo, sempre por ação dos elementos do SPAP [Serviço de Policiamento da Alimentação Pública] e representantes do MOV, terá prosseguimento hoje e nos dias subsequentes, até a extinção total desses focos de reunião de maus elementos e marginais que residem nas favelas ou a elas vão ter para encontros suspeitos com marginais de toda especie.” (FSP, 09/01/1969)

“Saude Publica fecha tambem os botequins da favela do Aeroporto

Os barracões e botequins da favela do Aeroporto que vendiam bebidas e produtos em condições de insalubridade, foram interditados, na manhã de ontem, pelo Serviço de Policiamento da Alimentação Pública, da Secretaria de Saude, a fim de destruir os focos propícios à formação de maus elementos e nocivos à saude publica.

A medida foi solicitada pelo MOV (Movimento de Desfavelamento) e atingiu todos os bares existentes na favela, por serem considerados, pela entidade, centro de malandros, toxicomanos e de prostituição. (...)

Na região baixa da favela, chamada <<buraco frio>>, são apontados, pelos assistentes do MOV, barracos onde se verifica o comercio de maconha.” (FSP, 11/01/1969)

Mas a essa altura, a favela do Vergueiro já não tinha mais seus bares, que foram removidos em princípios de fevereiro de 1968, na primeira leva a ser despejada – compreendendo todas aquelas pessoas que explorassem o comércio na favela (FSP, 20/02/1968).

Durante a pesquisa, encontramos muitas referências à favela do Vergueiro e uma série de outras favelas no noticiário policial. Mais do que fatos que aconteciam nesses locais, a maior parte das matérias dizia respeito a crimes praticados ou sofridos por parte de pessoas que viviam na favela. Por meio destas, estavam indicadas as ruas de domicílio: eram as ruas Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, Amazonas...; todas estas eram ruas estabelecidas no interior da favela, com denominação própria paralela ao arruamento oficial. Apesar de muitas as referências, preferimos não analisar este tipo de dado, apenas utilizando-o para situar as favelas que surgiam na cidade, bem como estimar a dimensão de cada uma delas por meio da frequência de aparições naquelas seções dos jornais. E por meio desse dado encontramos inúmeras pequenas favelas, mas também referências seguidas às favelas grandes, destacando-se a favela do Vergueiro. Devido à dificuldade de análise desse tipo de material e à exiguidade do tempo, preferimos não avançar por esse tipo de

260 Infelizmente a notícia está ilegível em grande parte, mas reproduzimos alguns trechos a respeito.

material, mas deixamos relatado como parte do processo da pesquisa, que pode integrar futura investigação.

Além destas, há situações que consideramos importantes para o contexto de nossas indagações, que também dizem respeito a outros aspectos da vida na favela do Vergueiro. A dificuldade de obtenção de água é uma delas, e que aparece tanto nas entrevistas como nos jornais – talvez pelo caráter chocante que traz consigo.

Uma das formas de se conseguir água era por meio de poços. A favela se situava num local cheio de minas d'água, conforme apontou nosso entrevistado Amaral, com uma parte inclusive mais encharcada – na atual avenida Fábio Prado. Como indica a matéria abaixo, possivelmente seria um poço contaminado por fossas, situação observada com frequência em áreas similares:

“E a agua que tomam todos é do poço. Um poço ultracontaminado. A nutricionista explica que é preciso ferver a água. Resposta: “É, eu costumo coar só...” Isto dá uma idéia de como deve ser limpida aquela agua, para que se pense em coá-la, mesmo sem a menor noção de higiente.” (FDN, 29/09/1955)

A “alternativa” seria dada pelas torneiras²⁶¹. Margot e Francisco relataram as dificuldades para obtenção água, como algo que lhes comovia do ponto de vista de quem estava de fora:

“sabia que tinha uma torneira pra 5 mil pessoas, que é essa dificuldade que a gente fica sabendo.” (Margot)

“Acontece que a gente botava um ponto de água, uma torneira, e deixava a água ligada, pra obra, pra avaliar a casa. Então deixava lá em cima, lá em cima, e lá tinha sempre fila, pra enche uma lata. Não tinham água os coitados, eles iam lá e... precisavam né. É a vida.” (Francisco)

Encontramos referências em 1965 e 1966 sobre a questão da água na favela. Na primeira, constata-se a questão da contaminação, apontando-se para algum tipo de provimento por parte da prefeitura. Somente inserido num plano mais amplo de saúde sanitária que se conseguiu avançar alguns milímetros a questão:

“Água na favela

O prefeito Faria Lima, antes de viajar para a Guanabara, enviou ofício ao dr. Agato Migioni, diretor-geral do Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, informando que a Prefeitura está tomando medidas para melhorar as condições das favelas, como a limpeza e o desassoreamento dos correios e remoção de lixo.

261 Carolina de Jesus (op. cit.) refere-se inúmeras vezes sobre as filas para apanhar água em torneiras similares. Grande parte das vezes a torneira é palco de brigas, frequentemente ocasionadas pela existência de no caso apenas uma torneira para a favela inteira.

Disse o prefeito que "torna-se necessario solucionar o problema, uma vez que a agua utilizada pelos favelados está fortemente poluida". " (FSP, 05/08/1965)

"Vacinação na favela

Foi iniciada ontem a vacinação das pessoas residentes na favela do Vergueiro, a cargo de sanitaristas, como parte do programa de assistencia permanente aos favelados de São Paulo. O governador do Estado esteve presente ao ato e visitou varios pontos da favela, acompanhado pelos secretarios da Saude e do Planejamento. Foram inauguradas, no local, diversas torneiras. O governador determinou ao DAE a instalação urgente de tanques de lavar roupa, chuveiros e instalações sanitárias. A favela contará, brevemente, com postos de policiamento e escolas." (FSP, 03/03/1966)

Não encontramos, no entanto, nenhuma referência à continuidade da instalação desses tanques e instalações sanitárias. Possivelmente a disputa judicial emperrou qualquer iniciativa de instalação de equipamento urbano pelo significado da sua implantação: conforme aparece nos debates da Comissão do Desfavelamento no debate entre desfavelamento *versus* urbanização, os defensores do desfavelamento viam no provimento desse tipo de melhorias a consolidação da favela, legitimando a invasão como forma de solução.

No próximo capítulo, aprofundaremos a análise sobre as políticas de desfavelamento, na medida em que influíram diretamente na vida da favela, normatizando a vida e a convivência, e estabelecendo em grande medida o encaminhamento das pessoas que saíam da favela.

Imagem 20: pixação na av. Fábio Prado, Chácara Klabin
(Fonte: foto do autor, 25/08/2012)

“Audiência ao Prefeito
Eu vou pedir audiência ao
prefeito
porque não está direito
com a favela acabar
sou sambista da nova geração
vou fazer o meu apelo
pra não acabar com a favela,
não...
(eu vou)

Lá na favela
o samba tem outra sensação
batucada todo o dia
com tamborim, cavaquinho e
violão
lá o samba é mais quente
mexe com a gente
favela do meu coração...”
(minha favela – samba de Tobis
e Orlando Libero – gravação de
Germano Mathias – publicado em
FDN, 04/09/1958)

capítulo 6

Favela do Vergueiro: o desfavelamento como formação do trabalho e liberação da terra

6.1. Apresentação: o enfrentamento da favela do Vergueiro: educação, congelamento e despejo

Nesse capítulo nosso objetivo é passar por algumas das formas pelas quais o Estado e a sociedade, por meio de movimentos assistenciais, lidaram com a favela do Vergueiro. Note-se que mesmo observando as variações entre cada forma, em todas havia a concordância de que a favela não deveria ficar ali – ao menos não naquele local. Permeia a política educacional oficial, mas também a atuação dos movimentos a certeza de que a favela era um local ruim, assumindo que se moraria melhor fora da favela e em casas de alvenaria, mesmo que muito longe dali. O desfavelamento nos parece desse modo enigmático como um primeiro momento da política para as favelas: sem saber o que fazer com elas, era o mais fácil era removê-las e assim tirá-las da vista.

Entretanto, já durante o desfavelamento do Vergueiro surgiram as primeiras oposições a essa política, dentro do próprio Estado, conforme são observadas as colocações do Deputado Fernando Perrone (MDB), presidente da Comissão do Desfavelamento. Sua defesa em favor da urbanização é expressa em mais de uma reunião dessa comissão²⁶², em conjunto com mais ao menos dois deputados também do MDB. Esse mesmo deputado seria cassado no ano seguinte por ocasião do AI-5, e desse modo se daria continuidade a uma política para as favelas baseada na remoção e no assistencialismo. O debate entre desfavelamento e urbanização como política para favelas só seria retomado no final dos anos 1970 e início dos 1980, com a explosão do fenômeno de favelização e a articulação de movimentos organizados de bairros, somadas à impossibilidade do Estado em intervir na totalidade das favelas; ainda assim, a política de remoção agrada diversos setores ainda hoje – especialmente o setor imobiliário –, o que faz com que ela coexista nos dias atuais com a urbanização de favelas.

Dos processos de despejo ocorridos na favela do Vergueiro, destacamos dois deles, que foram encaminhados pelo desfavelamento. Um deles foi um litígio mais curto, mais facilmente resolvido:

262 “[Dep. Fernando Perrone] A transferência compulsória dos favelados para conjuntos habitacionais implantados em outros locais, geralmente distantes, não atende o interesse do favelado, e geralmente constitui um processo violento e hipócrita de encarar a questão. <<Exa. Da Vila Kennedy>>” (DOSP, 30/09/1967)

tratava-se de uma sublocação feita por Alfredo Antonio. Essa, que consiste na “pequena favela”, foi despejada em 1962, tendo tido intervenção direta do MUD para execução do desfavelamento.

A segunda área se referia a uma disputa muito mais complexa do ponto de vista jurídico, que se desdobrou num despejo também mais lento e atravancado. Referia-se à gleba que João Botecchia tentava na justiça o usucapião. Nessa área – a “grande favela” – atuavam diversos movimentos assistencialistas e afins, dentre os quais se destaca o MOV, capitaneado por Wilson Abujamra.

Apesar de não serem muitos os anos que separam ambos despejos, o contexto político e urbano se alterara drasticamente, contribuindo o clima autoritário para o endurecimento do enfrentamento à favela – o que se percebe na ação da política e na diferente atuação entre ambos movimentos. No final dos anos 1960, já não havia mais espaço para a existência de uma grande favela como a do Vergueiro num local como aquele, em que o preço da terra disparava e todo o entorno já há tempos estava edificado por casas e prédios – vale citar que em fins dos anos 1960 foram iniciadas as obras da linha 1 do metrô paulistano e em 1970 no trecho da Vila Mariana²⁶³. O ganho de causa dos Klabin permitiria que a favela chegasse ao fim, mas reafirmando a forma pela qual se deu a expansão da metrópole paulistana: por meio do aumento do preço da terra e expulsão da população pobre para as periferias.

Pode-se pensar em que medida o desfavelamento criou mais favelas do que extinguiu, uma vez que a população que saiu do Vergueiro foi viver nos mais variados cantos da metrópole (anexo 3). Outro sentido das políticas desfaveladoras foi o da formação para o trabalho, enquanto treinamento técnico e ensino. Assim, pareceu-nos que o desfavelamento atuou muito mais como uma política que forçou a adaptação às duras condições postas pela modernização. Ou seja, forçou a formação do trabalho mesmo que ele não existisse; naturalizou o ter que se morar longe porque o preço da terra era impeditivo nas áreas centrais. E atuou para reforçar as estruturas do Estado, focando esse canal como o que possibilitaria a “solução” de quaisquer problemas surgidos face à migração para o sul.

263 De acordo com informações constantes no sítio web da companhia: <http://www.metro.sp.gov.br>. Acessado em 10/08/2012.

Sobretudo, aqui trata-se senão do período inicial das favelas, de um primeiro momento de sistematização da intervenção em favelas enquanto política de desfavelamento, que se defronta com um processo migratório intenso e em andamento.

Dialogando com a fotografia do início do capítulo (imagem 19), apesar de compreender a indignação da pixação face a um bairro que hoje praticamente só há prédios de alto padrão, São Paulo criou e recriou espaços apartados como forma de ser da cidade, em que a população pobre é jogada para longe das vistas.

6.2. Educação e qualificação do trabalho na favela do

Vergueiro pelo Estado e outras entidades

Neste item, pretendemos tratar dos modos pelos quais a educação foi pensada e exercida na favela do Vergueiro e enquanto política para as favelas. Não é nosso objetivo adentrar em discussões sobre os propósitos da educação para com a sociedade; aqui nos detemos numa análise de como ela foi pensada e exercida como formadora da força de trabalho, além de se tornar disciplinadora de uma socialização propriamente urbana.

Por isso, não trataremos de autores e autoras especificamente do campo da educação ou pedagogia: queremos tentar compreender os processos que moveram a autonomização de um conjunto de técnicas e práticas educacionais que paulatinamente se constituíram como um campo disciplinar, observando o caso da educação para as favelas. Podemos ser acusados de simplificar a questão, mas nosso propósito é falar de aspectos pelos quais a educação se articula ao trabalho na socialização capitalista. Identificamos o desejo de formação de uma força de trabalho e controle social, que se defronta com a impossibilidade de executar esse projeto dadas as contingências particulares da sociedade brasileira. Até se conseguiria formar trabalhadores que se entendem como tal, mas que não necessariamente se inserem como força de trabalho para o capital – no sentido do trabalho que valoriza o valor, inserido como trabalho produtivo.

Também na educação há um projeto modernizador que se confronta com limitações próprias de uma sociedade “periférica” que busca industrializar-se; os limites e a crise da educação que se gesta desde então, pensamos, não podem ser dissociados do contexto da implantação industrial. A ausência de um atendimento educacional total da população pode ser compreendido como aspecto crítico de uma sociedade cujo desenvolvimento se faz não por processos “nacionais” mas numa simultaneidade com a expansão crítica do capital global. Através dos documentos analisados, foi possível verificar o descompasso entre a não formação e qualificação de toda a população que foi mobilizada para o trabalho na cidade, adicionado com o momento de maquinização da produção que leva já à economia de mão de obra por parte das indústrias aqui implantadas.

Há ainda o sentido que a educação se põe de forma em que participa da realização da missão civilizatória do capital, como formadora de necessidades de consumo novas. Há, evidente, tanto novas necessidades postas pela cidade, como também as que não estão nesse âmbito, mas que se constituem como esferas crescentemente apropriadas por um circuito de produção centralizada, sob forma empresarial – como por exemplo a paulatina conversão da música popular e manifestações culturais, como o samba da favela, em mercadoria produto por excelência, no sentido daquilo que a põe como finalidade. Aqui, a escola entra na formação e constituição dos pressupostos de um projeto de “sociedade de consumo”, que não se realiza imediatamente²⁶⁴.

A modernização altera os sentidos da escola face a formas anteriores do ensino. As qualidades desejadas passam a ser determinadas pelas necessidades do capital enquanto qualidades desejadas da força de trabalho, em detrimento da formação humanista que era dada nas escolas anteriores, sobretudo ligadas a instituições religiosas:

“¿Cómo se pasa de una escuela – instrumento de orden público – a la escuela contemporánea, dispensadora de cualificaciones formales menos significativas de

264 Sobre estas temáticas, observamos MANDEL (op. cit.: 276-277), mas consideramos que o tema foi também desenvolvido e discutido longamente por Henry Lefebvre (op. cit.) e integrantes do movimento situacionista (JACQUES, 2003). Aqui deixamos em aberto a questão sobre as consequências da função civilizatória na própria superação de si mesmo (de uma condição moderna), tendendo a considerar a múltipla determinação posta pelo desenvolvimento da individualidade. Caberia perguntar: em que medida devemos nos apegar à individualidade, ou ela é, também, própria do mundo moderno que queremos criticar e superar? Essa própria noção também não carregaria uma ontologia do “humano”?

capacidades reales que de normas de validación de una inserción jerárquica?”
(GAUDEMAR, 1981: 80)²⁶⁵

Para esse autor, por meio de uma transformação da razão do Estado, há uma conversão do sistema escolar em sistema de mobilização para o trabalho. E cita, para o caso francês, a *Lei Guizot* – que obrigou a implantação de escolas em todas as comunas maiores de 500 habitantes – como marco para a instituição universal da escolarização, que de uma parte serve para a interiorização da disciplina, das normas burguesas, mas que de outra parte serve diretamente à formação para o trabalho²⁶⁶.

Assim, quando se fala em “mão de obra não qualificada”, trata-se de um privilegiamento de novas qualidades, distintas tanto das ensinadas pelas instituições pré-modernas ou anteriores, mas também das próprias habilidades das pessoas expropriadas e lançadas à cidade e aos empregos urbanos. A noção de qualificação surgiria somente após a Primeira Guerra Mundial, face à separação entre formação do trabalho e aprendizado – entendido como período em que se aprendem ofícios determinados. E Gaudemar aponta para a combinação entre a escola e o ensino técnico, ambos sob tutela do Estado, como forma combinada de doutrinação para o trabalho, aceitação da hierarquia e docilização dos corpos²⁶⁷:

De modo similar, mas tratando da atuação educacional em favelas cariocas, Vincent Valla critica a “educação popular”:

“Embora houvesse sempre atividades educacionais proporcionadas para, ou mesmo realizadas pelas próprias classes subalternas, é nosso pressuposto que o surgimento da educação popular está intimamente relacionado com o surgimento do processo de

265 Utilizamos sobretudo o capítulo I.2, “Las clases: de la socialización a la profesionalización por medio de la escuela” (GAUDEMAR, op. cit.)

266 “**La escuela no sólo crea aptitudes para la integración social, como capacidades mínimas para la integración económica; crea, también, hábitos de regularidad y disciplina en el tiempo y en el espacio**, pero la orientación profesional no forma, sin embargo, parte integrante de sus funciones: la instrucción no está pensada en base a una finalidad profesional precisa. (...) Así, la escuela del siglo XIX se ocupa menos de reproducir las desigualdades sociales que de esforzarse por integrar al pueblo en una estructura social que les extraña y respecto a la cual aparece como los nuevos bárbaros. (...) Tras la escuela, después del paso por una institución investida de una misión <<civilizadora>>, de la misma manera que después del servicio militar, tras esa remodelación según otros ritmos y otros hábitos, se hace imposible la involución, el regreso a la situación anterior. (ibidem.: 87, grifos nossos)

267 Vale mencionar duas frases citadas por Gaudemar: a primeira, de Guizot: “La ignorancia vuela al pueblo turbulento y feroz”, que seria uma versão de Adam Smith: “Un pueblo instruido e inteligente es siempre más decente en su conducta y mejor dispuesto al orden que un pueblo ignorante y estúpido.” (GAUDEMAR, op. cit.: 81)

industrialização e urbanização nos países industrializados e periféricos do sistema capitalista.

Na realidade, os processos de industrialização e urbanização fazem exigências de qualificação de mão de obra que os sistemas escolares nunca foram nem estão capacitados a satisfazer. Assim, as atividades de educação popular que surgem no decorrer e como resultado do processo de industrialização e de urbanização tendem a se agrupar em torno de três eixos: alfabetização de adultos, treinamento de mão de obra e desenvolvimento comunitário.” (VALLA, 1986: 17, grifos nossos)

O autor afirma que após a Segunda Guerra Mundial tal tipo de educação seria implantada no Brasil, em conjugação com a natureza da industrialização aqui implantada; mas que também teriam sido não apenas influenciados mas originados de acordo com interesses norte-americanos. Isso seria possível pela aceitação e naturalização da educação pela sociedade, e de que toda a população passe ao menos oito anos da vida na escola²⁶⁸.

Encontramos diversos empreendedores dessas ações: Igreja, movimentos assistenciais, assistentes sociais do Estado e, evidentemente, o sistema educacional do Estado. Mas todos eles compartilham motivações muito parecidas entre si²⁶⁹. Entretanto, compartilhamos da diferenciação feita por Valla, encontrando no Vergueiro as três formas por ele descritas.

Consideramos relevantes dois momentos da escolarização na favela do Vergueiro: a escola primária, ou o ensino para crianças e jovens; e a escolarização para adultos e ensino técnico, que envolve tanto a alfabetização de adultos como o ensino profissional. Trataremos de ambas compreendendo o sentido geral da educação ligado tanto à necessidade do capital de formar mão de obra para que possa explorá-la como de seu aspecto disciplinador. É preciso dispor de uma população ordeira, tornada força de trabalho treinada e apta para migrar de um ramo produtivo a outro, constituindo uma mobilidade do trabalho disponível para seguir o movimento de migração do capital, que também se desloca de um setor a outro conforme variam as taxas de lucro auferidas.

268 *É justamente esse reconhecimento universal da educação, como direito básico, que favorece o aparecimento da educação popular, inicialmente como “capacitação da mão de obra substitutiva”, através de alfabetização e/ou treinamento profissional de adultos, e, posteriormente, através do desenvolvimento comunitário.” (VALLA, ibidem: 19)*

269 Aqui, vale citar Say a sobre o respeito das leis e à propriedade: “Un obrero estúpido no entenderá jamás cómo el respeto de la propiedad es favorable a la prosperidad pública ni por qué él debe estar más interesado en esta propiedad que el hombre rico; mirará todas las fortunas como una usurpación. Un cierto grado de instrucción, algo de lectura, algunas charlas com outras personas de su mismo estado y condición, unas cuantas reflexiones durante su trabajo bastarían para cultivarlo en este orden de ideas y pondrían incluso, de esta manera, más delicadeza en sus relaciones de padre, esposo, hermano, ciudadano” (SAY, J.-B. 1802: 496, citado por GAUDEMAR, ibidem: 83).

Para isso, há que se considerar o momento vivido pela indústria paulistana que engloba a existência da favela do Vergueiro, bem como a estrutura do mercado de trabalho. Baseando-nos em alguns indícios presentes no material consultado, verificamos que os anos 1960 possivelmente apontam tanto para alterações no tipo de empregos como na composição da força de trabalho, identificando uma passagem do predomínio do operariado de origem imigrante europeia para uma de migrantes nacionais. Para que essa passagem fosse possível, foi necessário um momento de formação da mão de obra que passou pelas instituições escolares. Entretanto, não se pode afirmar nem que a substituição operada foi completa (que após dado período somente migrantes internos ou seus descendentes constituíam o operariado industrial), nem que a totalidade dessa população foi “convertida” em força de trabalho apta a mobilizar-se para os mais variados ramos produtivos. Coexistem parcelas da população sem qualificação profissional com outras que foram treinadas em algum nível – alfabetizadas, por exemplo. Além disso, não se pode perder de vista que o fato de determinada força de trabalho ser treinada e estar apta a mobilizar-se entre os variados ramos produtivos não significa que ela vá converter-se em operariado, já que a indústria que se instala é economizadora de força de trabalho e altamente produtiva – ainda que a níveis de produtividade muito abaixo dos níveis verificados pela indústria mais produtiva global.

Temos a impressão de que a mobilização de um enorme contingente populacional – que se expressa pelas migrações internas dos anos 1940 em diante – desemboca na constituição de um amplo mercado de força de trabalho que estaria disponível tanto para permitir a manutenção ou achatamento dos salários²⁷⁰, como possibilitar a expansão em setores em implantação potencial²⁷¹. E que a ampliação do mercado de força de trabalho contém um movimento do Estado que busca converter parte da população em força de trabalho mobilizável para a indústria, baseada numa

270 Conforme Oliveira (2003).

271 *Se a variação do trabalho agora se impõe apenas como lei natural preponderante e com o cego efeito destrutivo de uma lei natural, que se defronta com obstáculos por toda parte, a grande indústria torna, por suas catástrofes mesmo, uma questão de vida ou morte reconhecer a mudança dos trabalhos, e portanto a maior polivalência possível dos trabalhadores, como lei geral e social da produção, adequando as condições à sua realização normal. Ela torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades de exploração do capital., pela disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho” (MARX, 1985b: 90, grifos nossos)*

projeção futura de sua possibilidade de emprego²⁷².

Mas não se deve perder de vista que no período estudado estão presentes diversas formas de venda da força de trabalho, então entendidas como “precárias”, “provisórias”, “flutuantes”, que em nenhum momento deixam de existir – e que, pelo contrário, se intensificam e combinam-se com outras formas ditas mais qualificadas, por meio do acúmulo de empregos para possibilitar a sobrevivência. Não queremos dizer que a conversão de parte da força de trabalho em mobilizável para o trabalho industrial signifique sua efetivação enquanto tal, mas apenas que seja possível que essa esteja à disposição do capital. É fundamental para o capital treinar e tornar possível a conversão dessa população migrante em operariado, mesmo que essa realização não se dê, ou somente ocorra enquanto possibilidade que não se efetiva.

Assim, se no princípio da favela – anos 1950 – praticamente só existe força de trabalho não qualificada, parcela considerável das gerações seguintes – de filhos e filhas de pessoas que migraram – estaria já no final dos anos 1960 apta a vender sua força de trabalho para a indústria de bens de consumo e bens duráveis em expansão.

Coexistiram formas de exploração do trabalho ligadas ao trabalho industrial e serviços auxiliares à indústria e comércio, e que exigem algum nível de treinamento da força de trabalho; de outro lado, há uma mão de obra sem qualificação profissional, que se movimentará pelos meios que também a necessitam – como a indústria da construção, toda uma gama de serviços gerais e serviços domésticos.

Num primeiro momento da pesquisa encontramos fábricas inclusive próximas ao Vergueiro, mas que empregam força de trabalho qualificada com grande parcela de origem imigrante europeia:

*“Eu tinha um conhecido, ele tinha uma industria aqui atrás da favela, até onde era a venda, do mesmo italiano. Apis, chamava se APIS. Fazia registro de fogão. Só eles que faziam. Tinha muita gente que trabalhava aí, tinha até italianos que trabalhavam lá dentro.”
(Francisco)*

272 Não está no escopo dessa pesquisa analisar o período dos anos 1970-1980 em diante, quando verifica-se o descompasso entre a população mobilizada e seu efetivo consumo enquanto força de trabalho. Mas há desconfiças de que inclusive a explosão numérica da população favelada verificada no pós-1970 está intimamente relacionada à ampliação dessa força de trabalho em quantidades muito além das necessitadas pelo capital.

Nesse momento, Francisco revela que considerava que os favelados não estavam aptos ao trabalho, servindo apenas como ajudantes para esses serviços:

*“[mas o pessoal da favela trabalhava lá dentro?]
Não tinha muito, é que esses da favela também, **não estão muito apto pra isso**, era ajudante, uma coisa assim.” (idem, grifos nossos)*

Mas não podemos tomar como definitiva essa afirmação pois encontramos divergências entre entrevistados, pois outros dois afirmaram que sim, que havia moradores da favela que trabalhavam na Apis (Gijo e Amaral).

De todo modo, possivelmente o período de existência da favela do Vergueiro tenha compreendido a passagem entre dois momentos da indústria paulistana, referentes ao operariado que nelas trabalhava. Num primeiro, seus operários são imigrantes europeus e descendentes. Compreendendo do início do século até meados dos anos 1950 e 1960, quando se altera a base produtiva e, aparentemente, social, do trabalho. A expansão escolar dos anos 1950 e 1960 teve de responder aos requisitos mínimos de uma indústria que se expandia com a implantação de além das indústrias de bens de consumo, as de bens intermediários – automóveis, autopeças etc – no processo já descrito de expansão da indústria pela periferia. A implantação do parque automobilístico demandou a formação de uma nova força de trabalho, mais qualificada, que se expandiria ao longo dos anos 1960 e consolidaria a partir dos anos 1970²⁷³.

Tomamos para reflexão a família de Cícero e Geralda, já citada anteriormente (FSP, 05/05/1969). Oriundos de Pedra Branca (CE), ambos são analfabetos, mas filhos e filha conseguiram estudar – em níveis variados – e em virtude disso se situam em condições de maior mobilidade do trabalho, pois podem vender sua força de trabalho também para empregos não braçais: o pai era servente de pedreiro, a mãe lavava capas de açougueiro, enquanto os filhos

273 Um exemplo de mobilidade ascendente entre diferentes gerações pode ser dado pelo ex-operário e ex-presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Nascido em 1945, seu pai analfabeto migrou de Pernambuco para ser estivador (trabalho braçal) no porto de Santos em 1945. O pequeno Lula foi encontrá-lo com o resto da família em 1952; alfabetizado e com passagem pela escola até os 12 anos, conseguiu trabalhar em tinturaria, escritório e depois, já aos 14 anos, foi trabalhar numa siderúrgica que lhe renderia um dedo decepado. Diferentemente do pai, migrante analfabeto, o filho, com instrução rudimentar, pode qualificar-se pelo SENAI, ascendendo a um posto operário de uma indústria em franca expansão. Nesse caso, ainda observa-se que o pai trabalhara como estivador, profissão que viria a diminuir dramaticamente a partir dos anos 1970 com a containerização do transporte marítimo, reflexo do desenvolvimento das forças produtivas na indústria dos transportes. (A VIDA DE LULA, 2002).

trabalhavam como auxiliar de escritório em construtora, numa fábrica de violões e outro seguia numa escola da elite (Colégio Arquidiocesano), o que provavelmente lhe permitiria enquanto trabalhador ascender a um trabalho muito acima do patamar de seus pais.

É possível afirmar que em relação à geração de seus pais, os filhos “avançaram” rumo a trabalhos não braçais e assim acenderam do ponto de vista salarial, atingindo o que são considerados correntemente como trabalhos “melhores”; e que houve, assim, ascensão social. Entretanto, é possível dizer que há ascensão quando toda uma classe – a dos filhos e filhas que passariam ao menos pela instrução básica – “ascende” em conjunto, ainda que observando diferentes níveis de escolarização²⁷⁴?

É possível considerar essa suposta ascensão como uma necessidade de o capital ter a sua disposição uma mobilidade do trabalho que permite a disponibilidade de um tipo de força de trabalho novo, num momento de expansão absoluta de vagas²⁷⁵. Assim, há superação da condição anterior, que reforça o caráter crítico da acumulação, na medida em que reafirmam condições baseadas na economia de custos de produção ou no desenvolvimento de novos setores, em condições de reposição mais críticas (MANDEL, op. cit. 272).

Pensando no sentido que adquire o treinamento da força de trabalho, a função da escola para o capital – e aqui não nos referimos apenas ao ensino técnico – num momento de predomínio da indústria maquinizada, seria de ultrapassar o nível anterior, e assim dissolver formas que já ficaram antigas²⁷⁶. Desse modo, a constituição de uma nova mobilidade expulsa os antigos trabalhadores da

274 “As formas de mobilidade do trabalho que derivam da intrusão da escola na estruturação do trabalho, respeitam assim as clivagens fundamentais. Não só pelas barreiras introduzidas pelas dificuldades de acesso à escola, **mas também porque toda a escola reproduz a divisão social do trabalho**. Se a escola pode assim produzir processos individuais daquilo a que hoje se chamaria mobilidade social ascendente, estes processos não são mais do que <<tempestades em copo de água>>, movimentos interiores a uma estrutura que se mantém idêntica ou se move pelos efeitos de uma outra dinâmica.” (GAUDEMAR, 1977: 250, grifos nossos)

275 Ainda que situado num movimento de expansão que reflita um sentido crítico da valorização do capital, na medida em que paulatinamente os trabalhos migram para setores não produtores de mais valia, como nos serviços auxiliares e setores autonomizados que vão absorver a crescente disponibilidade de capital não aplicado produtivamente.

276 No limite, em face da busca da constituição de uma mobilidade perfeita por parte do capital, a estabilidade laboral será questionada. A possibilidade de mobilidade entre trabalhos, por parte do trabalhador se coloca como aparência de liberdade para escolher o trabalho; para o empregador, como possibilidade de renegociar em novas bases, mais vantajosas, o contrato salarial.

mobilidade anterior²⁷⁷.

Observando não o processo particular que descrevemos, mas o sentido das alterações estruturais do trabalho, tem-se a necessidade da inovação constante, em que *o sapateiro teria de ir além de suas chinelas*²⁷⁸. Um dos momentos da conversão da massa expropriada em força de trabalho é sua adaptabilidade a qualquer tipo de serviço, não importando os conhecimentos prévios.

No fundo, a escolarização se impõe como necessidade, já que sem as “qualificações” almejadas, ou a “capacitação” profissional, pioram as condições de sobrevivência numa sociedade socializada pelo valor. Ao mesmo tempo em que é posta pelas necessidades do Estado e do capital, é desejada como forma de ascensão social, pois sem ela se está em piores condições.

Face a uma população favelada e que é tida como inapta a qualquer trabalho, busca-se sua qualificação – que é parte das políticas de desfavelamento de forma integrada às políticas para o trabalho –, ao mesmo tempo em que esta é desejada pela população favelada. Mas queremos destacar que as políticas de desfavelamento e de educação acabam por confundir-se ao lidar com as favelas, sendo ambas tidas simplesmente como formação de mão de obra:

“Plano de emergencia do MUD para a favela do Vergueiro

(...) A favela do Tatuapé (a maior de São Paulo), por sua vez, está ainda na fase primaria do levantamento geral, devendo no proximo dia 4 iniciarem-se os trabalhos de educação psicologica. **O Serviço Especial de Mão de Obra**, da Secretaria do Trabalho do Governo do Estado, fará paralelamente um levantamento censitario educacional, para a obtenção de dados que possibilitem a **instalação de cursos especiais de emergência para qualificação de mão de obra**, já que a maioria dos favelados não tem qualquer especialização.” (FSP,

277 “Um momento (...) desse processo de revolucionamento são as escolas politécnicas e agrônômicas, outro são as écoles d'enseignement professionnel, em que **filhos de trabalhadores recebem alguma instrução de tecnologia e de manejo prático dos diferentes instrumentos de produção**. Se a legislação fabril, como primeira concessão penosamente arrancada ao capital, só conjuga ensino elementar com trabalho fabril, não há dúvida de que a inevitável conquista do poder político pela classe operária há de conquistar também para o ensino teórico e prático da tecnologia seu lugar nas escolas dos trabalhadores. Mas tampouco há dúvida de que a forma capitalista de produção e as condições econômicas dos trabalhadores que lhe correspondem estão na contradição mais diametral com tais fermentos revolucionários e seu objetivo, a superação da antiga divisão do trabalho. O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova. (...) A força dos fatos obrigou (...) a reconhecer finalmente que a grande indústria, junto com o fundamento econômico do antigo sistema familiar e do trabalho familiar, que lhe corresponde, dissolve também as próprias relações familiares antigas. **O direito das crianças teve de ser proclamado.**” (MARX, 1985b: 90, grifos nossos)

278 “**Ne sutor ultra crepidam***!, o nec plus ultra da sapiência artesanal tornou-se uma tremenda bobagem a partir do momento em que o relojoeiro Watt inventou a máquina a vapor, o barbeiro Arkwright a máquina de fiar, o joalheiro Fulton, o navio a vapor.” (MARX, 1985: 90, grifos no original)

* “Que o sapateiro não vá além das chinelas. Apelando para essas palavras, Apeles, o pintor grego da Antiguidade, rebateu a crítica de um sapateiro a seus quadros. (MARX, 1985: 90 – nota 74)

02/01/1962, grifos nossos)

A adaptação de populações de origem rural deve assim passar pelo ensino formal, seja em seus níveis básicos e pela paulatina incorporação do ensino técnico. Em outra matéria, também sobre a favela do Tatuapé, o MUD desenvolveria ação conjunta com a prefeitura treinando a força de trabalho em áreas identificadas como necessárias:

“Faria Lima promete apoio ao MUD para desfavelar o Tatuapé

*O prefeito Faria Lima prometeu ontem apoiar o Movimento Universitario de Desfavelamento (MUD) na erradicação da Favela do Tatuapé, dentro de um programa do Serviço de Assistência Social da Prefeitura que incluiria a **alfabetização**, a assistência medico-sanitaria e a **formação de mão de obra qualificada através de cursos rápidos de mecanico, pedreiro, carpinteiro e encanador.***

*Para o desenvolvimento desse programa a Prefeitura construirá, ao lado da Favela, na av. Marginal do Tietê, galpões de madeira nos quais o Serviço de Construções Escolares do Municipio instalará as oficinas e lavanderias e uma seção de artesanato para as mulheres. A Prefeitura comprará ainda o equipamento necessário e cederá alguns funcionarios para o corpo de instrutores dos cursos. Os universitarios pediram também onibus para o transporte do pessoal ao trabalho, nos sabados e domingos, dias em que se intensificariam as aulas, e para levar as crianças da favela a passeios nos parques e no jardim zoologico, aos teatros infantis e aos museus. Com esses passeios, **os universitarios pretendem mostrar aos filhos dos favelados outros ambientes e dirigir o seu interesse para libertar-se dela.**” (FSP, 30/07/1965, grifos nossos)*

Além do MUD, outra associação autodenominada como movimento, defendia a importância da educação como forma de integrar a população à sociedade. Wilson Abujamra, em seu livro *“Realidade sobre o problema favela”* (op. cit.), inclui aspectos educacionais ao que seria um plano completo de desfavelamento:

“É necessário um plano de preparo educacional, visando a família como parte integrante da sociedade e não apenas como inquilino que deve trocar de habitação.” (ABUJAMRA: 21)

Nesse caso, a educação é vista como também o “ensino dos modos de se viver corretamente”.

Embora observando diferenças severas entre os movimentos de desfavelamento que analisamos (MUD e MOV), há um traço comum e que diz respeito à compreensão de que é preciso adequar a vida do favelado à sua vida fora da favela. Assim, entre as orientações pós-desfavelamento do MUD encontramos:

- “- acabamento e **uso adequado** da casa;*
- **organização do orçamento familiar face às despesas acarretadas pela nova habitação**, como prestação do terreno, reembolso do financiamento, condução para o trabalho e escolarização;*
- participação e utilização dos recursos da nova comunidade (educação e saúde, principalmente) na qual a família se inseriu.” (TANAKA, 1995: 26, grifos nossos)*

Aqui o objetivo é a adequação daquelas pessoas que estariam supostamente desadequadas à vida na cidade. Percebe-se grande similaridade destas com a política de desfavelamento sistematizada a princípios da década de 1970 pela Prefeitura, expostas no relatório “Projeto de remoção de favelas” (1971). Ali encontramos os chamados “VHPs”, que podem ser considerados mais uma variação das já conhecidas “Vilas Proletárias” cariocas:

“6 – Centro de Triagem – V.H.P. - É um equipamento da Sebes destinado ao controle e tratamento adequado do problema favela, a ser criado nas Administrações Regionais do Município de São Paulo, e para as quais será transferida a população residente em favela que ali será objeto de um processo educativo de inserção no contexto urbano.” (SÃO PAULO, 1971: 67, grifos nossos)

Consideramos importante retomar trecho já citado páginas atrás:

“Não se tratava apenas de retirar as famílias dos espaços insalubres das favelas, fornecendo-lhes novas moradias de acordo com as regras sanitárias. O objetivo era também dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios modificassem as suas práticas, adequando-se a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e moral. As moradias dos parques proletários eram concebidas como moradias provisórias, um habitat de transição, para assegurar a integração posterior dos habitantes à vida urbana.” (VALLADARES, op. cit.: 62, grifos nossos)

Pode-se dizer que entre um momento e outro, praticamente não se altera a visão dos movimentos desfaveladores e do Estado para com as favelas, já que continua-se a considerar a população favelada como não adaptada e desqualificada para o trabalho, mas também para a vida em sociedade.

Ressaltamos que por família, unidade de análise de tais políticas, se entende como sua concepção patriarcal, que relega à mulher a condição doméstica, privada, auxiliar da reprodução da força de trabalho (masculina); e que dentre as iniciativas de reforço desse papel encontramos até os “cursos de mãezinha”²⁷⁹, oferecidos pelo SESI na década de 1950. Não queremos com isso dizer que não havia tal separação em condições anteriores à urbanidade, mas que reforça-se o papel da mulher como auxiliar e responsável pela criação das crianças, constituindo-se como auxiliar da reprodução da força de trabalho já viva – o marido – mas também da nova que estaria por se formar – os filhos. O papel da Igreja é determinante, mesclando moralismo cristão com valores do trabalho,

²⁷⁹“II – Promoção de “cursos de mãezinha” para meninas de 9 a 14 anos, a fim de as prepararem para os afazeres domésticos.” (GODINHO, op. cit.: 214). Segundo Godinho, essa iniciativa teve origem da constatação de que meninas tomavam conta dos irmãos menores sem o saber, na ausência de pai e mãe. Dentre as atividades, estavam também cozinhar, lavar, passar etc; em suma, toda sorte de tarefas relegadas ao trato da casa e do marido.

combinação que sob o capitalismo relega à mulher o papel de responsável pelo cuidado da casa e da esfera privada, da casa.

A relação entre movimentos desfaveladores é assim com o Estado e com a Igreja. Reforçamos que não se trata de um pensamento isolado, mas corrente e predominante. Acreditava-se – ao menos em discurso – na educação em sua variedade como o modo de orientar moralmente e formar trabalhadores, pois assim garantir-se-ia que estes não permaneceriam em sua condição de favelados.

Em 1967, em conjunto com o cardeal arcebispo paulistano dom Agnelo Rossi, o MOV, inaugurou capela e conjuntos que seriam utilizados para fins educativos²⁸⁰:

*“No edificio de madeira, de dois andares, funcionarão, no terreo, a capela, e, nas sete salas superiores, **cursos noturnos de alfabetização de adultos e, durante o dia, cursos primarios.** (...). Quando não houver nenhum, funcionarão no andar terreo os chamados clubes de mãe e clubes de menores, **alem de cursos de educação e orientação moral** (...). Os **clubes de mães**, administrados pelo MOV, reúnem as mães moradoras nas favelas para dar-lhes **orientação educacional, alfabetização**, aulas de arte, culinária e economia doméstica, puericultura, etc. Os <<clubes de menores>> funcionam com a mesma estrutura, com o*

Imagem 21: Fotos das Escolas Reunidas da Vila São José – 1967

As duas fotos de cima são da fachada da escola (a, b); as da parte de baixo são as indicadas por Dona Margot como da hora do lanche (c, d).

(Fonte: Arquivo pessoal, Dona Margot)

Imagem 22: Formatura nas Escolas Reunidas da Vila São José – 1967

Na foto à esquerda (a) e na à direita abaixo (c), integrantes do Lions Club colocam broches nos alunos formandos. Na foto à direita e acima (b), a então diretora Dona Margot cumprimenta aluno formando.

(Fonte: arquivo pessoal, Dona Margot)

objetivo de orientar as crianças no sentido de adaptá-las à sociedade no futuro, através da obtenção de empregos e colocação em escolas.” (FSP, 10/04/1967, grifos nossos)

Há elementos que permitem a interpretação de que tais ações estariam situadas mais no nível do discurso. Entre estes há uma fala na Comissão do Desfavelamento, em que um deputado acusa que as iniciativas “educacionais” realizadas pelo MOV e Wilson Abujamra teriam finalidade apenas eleitoreira e de fachada, o que era obtido por meio de uma forte ligação de Wilson com a imprensa²⁸¹.

Sendo eleitoreiras, de fachada ou não, consideramos que há por um lado a atuação junto à

²⁸¹ “O Sr. Jacinto Figueira Júnior - Convém adiantar que todos os barracos estavam marcados para êle controlar os votos. Infelizmente ele teve 400 e poucos votos e precisava de muitos. Felizmente o Sr. Wilson Abujamra não conseguiu a vigéssima suplência. Agora, com êsse ódio rancoroso, mordaz, está fazendo o que os senhores tiveram a oportunidade de ouvir. Não sei como esse moço tem tanta influência nos jornais. Um dêles noticiou: “Favela do Vergueiro tem curso de alfabetização graças ao MOV”. Ele está fazendo esta propaganda toda porque sabe que há uma comissão trabalhando.” (DOSP, 02/12/1967)

população adulta por meio dos cursos profissionalizantes, enquanto que com as crianças se atuaria “demonstrando” a favela como reprodutora da “cultura da pobreza”²⁸², e que deste modo a educação infantil seria um modo de romper o “círculo vicioso da pobreza” nas próximas gerações.

Educação e a alfabetização tornam-se obrigatórios para a vida na cidade, socializada pelo trabalho; e a forma pela qual se estabelece não é exatamente “emancipadora”, como desejam as classes operárias que Marx fala acima (nota 287). Talvez seja, de fato, libertadora, no sentido de formar a liberdade da venda da força de trabalho; e inclusiva, permitindo sua adequação a um mercado de compra de força de trabalho. Se as favelas são identificadas como “excluídas” do ponto de vista da qualificação para o trabalho, urge atacar o problema, seja pelas medidas desfaveladoras, seja pela educação básica. Assim entendemos o discurso do deputado José Lurtz Sabiá:

*“O SR. JOSÉ LURTZ SABIÁ - (...) Hoje visitei dois grupos escolares. **Num deles, prédio construído na administração passada, com 18 classes, apenas 7 estão sendo ocupadas, e com móveis emprestados! Isto não é possível!** O Estado de São Paulo, com orçamento de trilhão e 300 bilhões de cruzeiros, e as professoras e diretoras tiveram de recorrer a moradores de vila pobre, para arranjar algumas cadeiras emprestadas a fim de que 7 classes funcionassem. É um doloroso e triste espetáculo: as crianças estão completamente subnutridas, e não há um fogão ou fogareiro para esquentar um copo de leite. São crianças da favela do Vergueiro, que frequentam esse grupo escolar de Vila São José. **E agora vamos fazer uma campanha, já que não existe governo, para pedir ao povo a ajuda necessária para manter aquelas crianças.** O Brasil possui, no computo geral, um índice de analfabetos imenso. Como poderemos sair desse índice, se o Estado de São Paulo, que é o líder da Federação, colabora decisivamente para a continuação e para o aumento do analfabetismo?” (DOSP, 03/06/1965, grifos nossos)*

Embora se compreendam as intenções apontadas anteriormente, a respeito da educação enquanto formação de uma força de trabalho qualificada, a escola a qual se refere o deputado era a única a oferecer ensino primário (até a quarta série)²⁸³ para a favela do Vergueiro, e enfrentava situação difícil.

A escola da Vila São José, ou “Escolas Reunidas da Vila São José”, foi uma unidade municipal

282 “Esta expressão relaciona-se ao trabalho de Oscar Lewis, mas os conceitos correlatos foram adotados e são amplamente empregados tanto nos Estados Unidos como na América Latina. A literatura sobre a cultura da pobreza postula a emergência de um estado de privação, traços esses que se perpetuam mediante o processo de socialização a gerações subseqüentes, persistindo mesmo depois de alterações objetivas nas circunstâncias econômicas e sociais. Considera-se que esse fato cria um círculo vicioso da pobreza, supostamente, mais difícil de vencer que a própria penúria econômica.” (PERLMAN, 1977: 148-149)

283 Havia também o Grupo Escolar da Água Funda, estadual, que atendia a outras séries. Atendia crianças de todo o bairro, e possivelmente também da favela do Vergueiro (Margot).

que atendeu à favela do Vergueiro possivelmente entre 1957²⁸⁴ e 1969 (data da remoção da favela).

Encontramos referências a seu respeito também na imprensa e diretamente por meio de uma de suas diretoras, a professora Margarida Veras – ou dona Margot, como gosta de ser chamada – com quem realizamos uma entrevista.

Professora desde 1956 pelo ensino municipal, assumiu sua primeira direção em 1964:

*“(...) em 1964, me deram a primeira direção, que foi lá na favela do vergueiro. Aí que eu cheguei lá. (...) [A escola] não era dentro da favela, era ao lado. Era naquela pracinha, que tem a pracinha assim [Praça Monteiro dos Santos] que tem a rua que vem vindo e tem aquele ladeirão [Rua Dionísio da Costa]. (...) [que tamanho que tinha a escola?]
Era pequenininha. Eram 120 alunos. (...) [e era a maioria mesmo da favela]
Não, todos, **não tinha nenhum que não era da favela. Atendia a favela do vergueiro.**”
(Margot, grifos nossos)*

Ao longo da conversa, Margot revelou severas dificuldades para o próprio funcionamento da escola, que confirmam o depoimento do deputado José Lurtz Sabiá referentes à precariedade de condições. Entretanto, sua tremenda disposição em lidar com a escola possivelmente dava melhores ares para uma situação de dificuldades, considerando a enorme paixão demonstrada ao longo de toda nossa conversa. Faltava tudo, ao que tinha que se recorrer à ajuda da vizinhança:

*“[apontando para fotografias - imagens 21c e 21d] E aqui na hora do lanche. E outra, a merenda, isso eu tenho orgulho de contar, **a merenda a gente conseguia** - não era supermercado, então **era a vendinha, o açougue eles mandavam os ossos pra gente fazer sopa, a carcaça dos frangos que eles desossavam, mandavam a carcaça.** [faziam canja...]
É, canja, **e o verdureiro mandava as verduras que não eram compradas**, como a gente pega fim de feira, mandavam pra escola, era essa a sopa que a gente fazia. Era essa ajuda. [Tudo de ajuda. Não tinha dinheiro...]
Eu conseguia, as crianças ficavam doentes, **eu conseguia ajuda das farmácias do lado, a gente batia de porta em porta.** (idem, grifos nossos)*

Não por acaso, da mesma forma que muitas pessoas que viviam na favela tinham a necessidade de recorrer às doações e à caridade alheia para manter-se, o mesmo passava com a escola²⁸⁵. Quanto aos uniformes e material escolar, contava-se com a colaboração de entidades como Rotary e Lions

284 A escola foi criada pelo decreto 3307 de 18 de outubro de 1956, como 5a. Escola Mista Municipal da Vila São José.

285 Quando questionada sobre o fornecimento de merenda para as escolas municipais, já fora da Vergueiro, denuncia que a partir desse momento instaura-se a possibilidade da corrupção: “Olha, isso da comida foi mais tarde que foi um inferno quando começou, porque daí começou a entrar dinheiro pra eles. Porque ai não [no Vergueiro], era luta nossa.” (Margot)

Club²⁸⁶, bem como escolas vizinhas:

“E aqui você vê, quem está fazendo a formatura? É o Lions, você entendeu? Então os uniformes eu conseguia com o Rotary, com o Lions. Aqui é o pessoal do Lions, esse senhor aqui [apontando fotografias, imagens 22a e 22c], então eles que davam, punham o diploma, eles que tinham feito a festa, então lá vinham eles. Então mas pelo menos as crianças tinham uniforme. E tinha por exemplo uma escola, não me lembro, ali perto, que eles faziam campanha para mandar material pra gente. Então a gente tinha ajuda de tudo quanto é lado, material escolar, roupas pras crianças, era assim. Era muito gostoso.” (idem)

As doações não vinham apenas do comércio, escolas e da vizinhança “de alvenaria” mas de dentro da própria favela também:

*“Ah, eu não sentia dificuldades, eu adorava aquilo. Principalmente quando eu ia visitar o pessoal. Eram lá da favela, sabe quando tem aqueles presidentes de bairro, tinha a **Dona Rosa**. Essa é uma história boa de contar. Ela era danada, ela segurava a turma. Tinha lá um favelado que tinha sido jogador de futebol. E ele deu pra beber, então ela controlava. Então ela não via só a parte de melhoria da favela, nada disso. ela via também da vida social de cada pessoa. E ela era interessante, ela se pendurava toda de coisas [fazendo gestos demonstrando brincos e colares], sabe, ela se sentia importante. (...). Então **dessa ajuda deles, ela entrava em contato com a escola justamente pra ver esse intercâmbio**, pra ajudar.” (idem, grifos nossos)*

Há semelhanças entre o trabalho feito pela diretora com a atuação do MUD, com dedicação “militante” à causa, em que dificuldades se convertem em orgulho e motivação para execução das tarefas. E a cruzada era a educação, o que não quer dizer que tais pessoas diretamente *desejassem* que o ensino fosse função do capital. Mas pode-se considerar o ensino como missão civilizatória, de uma luta pela inclusão na sociedade do trabalho, e além, de prover condições mais “iguais” para aquelas pessoas tidas como “excluídas”.

Considerando os grupos assistenciais que contribuía com a escola, destacamos o Lions Club. De acordo com seu sítio na internet²⁸⁷, foi fundado em 1917 pelo estadunidense Melvin Jones, empresário de uma companhia de seguros. Observando seus objetivos, pode-se ter uma ideia das ações desenvolvidas pelo clube:

“Coordenar as atividades e padronizar a administração dos Lions Clubes.
Criar e promover o espírito de compreensão entre os povos da Terra.
Promover os princípios de boa governança e boa cidadania.
Interessar-se ativamente pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade.
Unir os clubes com laços de amizade, bom companheirismo e compreensão recíproca.
Oferecer um fórum para a discussão aberta de todas as questões de interesse público, desde que partidarismo político e sectarismo religioso não sejam debatidos pelos sócios do clube.

286 O Lions Clube ainda hoje mantém um monumento situado na praça Monteiro dos Santos.

287 [Http://www.lionsclubs.org](http://www.lionsclubs.org). Acessado em 29 de agosto de 2012.

***Incentivar** pessoas interessadas em prestação de serviços a servir sua comunidade sem recompensa financeira pessoal, e incentivar a eficiência e promover altos padrões éticos no comércio, na indústria, profissionais, nos serviços públicos e iniciativa privada.”²⁸⁸ (grifos originais)*

Segundo o Lions Club seria possível conciliar boa governança, bem estar cívico e moral da comunidade com alto padrão éticos no comércio, indústria, serviços públicos e na iniciativa privada. Evidentemente, garantindo a reprodução do capital sob padrões “éticos”. Assim o princípio da educação seria reafirmar o mundo tal como ele é, sob o pressuposto da neutralidade, já que não se admite a discussão política. Parece-nos suficiente compreender que a ação do Lions situa-se no âmbito da filantropia norte-americana praticada por grandes empresários²⁸⁹.

Assim, caso o governo não conseguisse, outras entidades e instituições se esforçavam para “lidar com o problema favela” no tocante à educação, mas também em outras questões. Daí novamente a presença da Igreja, talvez expressando ainda uma não total separação e autonomização da educação em relação à outras esferas da vida, mas também uma presença dessa instituição como implantadora do controle social e moral:

*“Naquela época, **pela constituição a escola pública tinha ser católica**. Então aí eu ia na igreja próxima e levava catequistas pra escola. Tanto é que você vê, aqui na formatura nos fomos na igreja. [mostrando fotos da formatura, imagem 21a, 21b e 21c] (...) Tá vendo, é a igreja do bairro. então eu fazia a formatura, **tinha missa de formatura, entendeu?**” (Margot, grifos nossos)*

A escola atendia somente a favela. Todos os alunos e alunas eram do Vergueiro, e só havia salas para as primeiras séries, centrando-se no trabalho de alfabetização, ou escolarização básica:

“Os professores eram ótimos também. E tivemos trabalhos lindos, inclusive de alfabetização, eu tinha uma professora que trabalhava com a Ana [Maria] Poppovic]. E ela trouxe - engraçado, ninguém fala da Ana Poppovic -, e é um programa de alfabetização fabuloso. E nós empregamos nas crianças da favela. Esse da Ana Poppovic²⁹⁰. Com a Iara,

288 <http://www.lionsclubs.org/PO/about-lions/mission-and-history/our-purpose-and-ethics.php>. Acessado em 29 de agosto de 2012.

289 Dentre os quais há inúmeros exemplos, tais como “Rockefeller Foundation”, “Ford Foundation” e, recentemente, “Bill & Melinda Gates Foundation”...

290 Sobre o método de Ana Poppovic, encontramos referências que apontavam sua preocupação em juntar a educação com preocupações psicológicas. Consideramos, para nosso objeto, uma preocupação técnica face a uma situação diferente da “média social” de aprendizado, entendendo o posicionamento da escola e profissionais da educação face a situações de “carência cultural” ou “marginalização cultural”, conforme é afirmado: “No bojo desses trabalhos se apresenta de forma cada vez mais evidente a conjunção de três aspectos importantes na trajetória profissional desta pesquisadora, quais sejam : a) a preocupação com uma determinada faixa etária, ou melhor, com o período imediatamente anterior ao início da alfabetização; b) as imbricações entre ambiente cultural e funções psiconeurológicas e, finalmente, c) um posicionamento sócio-institucional em relação ao fracasso escolar que num primeiro momento se fazia presente pelos estudos sobre carência cultural para, mais tarde, vir a se designar como

Iara professora. Então nós tivemos muita coisa bonita lá.” (Margot)

Por último, além do aspecto educacional, a escola tinha função assistencial, uma vez que tinha acesso privilegiado à favela. Questões sanitárias e de saúde eram trazidas pelos alunos e alunas:

“[e seus alunos, alunas, eles trabalhavam também?]

*Não, que eu saiba não. Eles eram pequenos né. Tinha aqueles problemas familiares. Por exemplo quando a gente dava aqueles desenhos, que também foi um estudo que a gente fez na época, **eles punham muito aquelas crianças comidas por ratos**, sabe? Eles desenhavam isso. Então a gente descobria isso. Certos problemas que eles passavam na favela, por causa da sujeira, e refletia nos desenhos. Ou então tinha coisas assim por exemplo, muito interessante. Tinha uns alunos, tinha um que era japonêsinho, outro mulatinho, outro pretinho dos olhos verdes, e eram todos irmãos. “Vocês são irmãos?” – “Somos sim dona Margot, o meu eu sei qual é o meu pai, o deles eu não sei não”. (...)*

*Tinha um aluno, que era bem deixado de lado, e **nós descobrimos que ele tinha uma ferida, ele tinha sido atropelado e não tinha sido cuidado**. Então tava gangrenando a perna dele. E o hospital que nos ajudava era o Hospital São Paulo. Então a gente correu no hospital São Paulo, o médico tratou, depois quem continuou o tratamento fui eu. A coisa era tão feia que um dia eu tava fazendo o curativo no aluno, a professora entrou ela desmaiou só de ver. Que você tinha que tirar bicho por bicho antes de fazer o curativo. Essas coisas nós tivemos também. E acho que era assim, era a avó que cuidava dele. Cuidava... não cuidava!, ele morava com a avó.” (Margot)*

Chama nossa atenção que a escola cumpra um misto, em parte função de assistência social, em parte de enquadramento para o trabalho, e também como forma de manutenção da ordem, como instituição que objetiva a disciplina dos corpos. Não por acaso situamos tais reflexões no capítulo sobre o desfavelamento: há uma continuidade entre a visão desfaveladora e a formação da força de trabalho, por um lado; e por outro no enquadramento social, no que dialoga com a própria visão sanitaria da sociedade, cuja implantação culminou em despejos de cortiços e favelas. Não por acaso, esse mesmo sanitarismo culminaria com a formação de novas favelas. O mesmo pode-se dizer do desfavelamento, como política de simples deslocamento para outros lugares. Esta será a temática do próximo item.

6.3. O fim da favela do Vergueiro

6.3.1. O primeiro fim (1962): primeiros movimentos de desfavelamento - a intervenção do MUD

6.3.1.1. O MUD

No início dos anos 1960, as favelas paulistanas eram assunto falado, noticiado e que ganhava

marginalização cultural. ”(PIMENTEL, s/d)

debates na imprensa (SÃO PAULO, 1962: 45). Com a ampla difusão do livro de Carolina Maria de Jesus, e logo a seguir com a enchente de 1960, a favela do Canindé ganhou destaque, motivando ação emergencial por parte da prefeitura. A experiência “bem sucedida” reforçou a crença de que era possível acabar com as favelas na cidade; a prática de intervenção – seja assistencial ou de desfavelamento – foi crescendo conforme cresceram as favelas. Tinha-se a ideia de que face a seu número ainda limitado, seria possível controlá-las. Assim dizia o relato oficial do desfavelamento:

*“A cidade de São Paulo oferece **condições muito favoráveis a execução de um plano geral de desfavelamento** – o número relativamente pequeno de favelados, as **pequenas proporções da grande maioria das favelas**, pois, das 141 referidas na Pesquisa Urbana (...) 110 eram constituídas por menos de 50 barracos, **amplas possibilidades do mercado de trabalho** desta cidade, sua topografia, possibilitando **aproveitamento de vasta área de terra da periferia**, ao longo das vias de comunicação e **nas proximidades das indústrias que lá se instalam.**” (SÃO PAULO, *ibidem*: 17, grifos nossos)*

Ou seja, que ali, perto do centro, as favelas não eram bem vindas, já que há toda a periferia para construírem – aliás, junto das fábricas que de vez em quando precisam de gente para trabalhar. Pode-se dizer que o desfavelamento representou uma continuação da visão higienista sobre a cidade, e não atoa o palavreado médico se denuncia ao falar das favelas:

*“Um esforço de promoção da população das favelas e consequente **estipação dêsses quistos pode ser eficaz**, embora não se espere tão cedo a erradicação total das favelas, pois a situação econômica do país ainda por algum tempo não o permitirá.” (ibidem, 1962: 17)*

O discurso sobre o desfavelamento se apresentava como uma política progressista, na medida em que seu propósito de intervenção pensa ser possível dessa forma atingir o objetivo da integração social, como um passo além do assistencialismo. As atuações do Padre Lebreton com suas experiências em favelas no Rio de Janeiro, e de Dom Hélder Câmara em São Paulo, fariam com que setores ligados à Igreja Católica buscassem transcender a ação assistencial e espiritual, em ações de caráter mais político – mas sempre numa perspectiva cristã (TANAKA, 1995: 12).

Por esse contexto, surgiria o Movimento Universitário de desfavelamento, o MUD, em maio de 1961, congregando estudantes universitários de várias áreas – arquitetura, direito, assistência social, pedagogia e engenharia, mas especialmente estudantes da faculdade de medicina da USP. Teve forte influência das *bandeiras científicas*, espécie de estágio médico realizado em favelas e

comunidades carentes. E foi fruto sobretudo da efervescência política do momento, clamando por reformas de base – dentre as quais a reforma urbana²⁹¹. Para a prefeitura, entretanto, o MUD seria seu “filho direto”:

“A repercussão [do desfavelamento do Canindé] no meio universitário entre os grupos que vinham já de algum tempo prestando assistência aos moradores de várias favelas de São Paulo foi das mais fecundas.

Uma comissão procurou o Serviço Social da Prefeitura para informar-se em detalhe sobre a extinção da Favela do Canindé e, ao término dessa entrevista, decidiu-se que iniciariam um

Imagem 23: Jantar em benefício do desfavelamento da Favela do Aeroporto
De modo análogo à família Klabin, os Matarazzo tinham muitas propriedades na cidade de São Paulo, tendo vivido delas após a morte do Conde Francisco Matarazzo – talvez por esse motivo fossem entusiastas do MUD, conforme aponta Perez (2006)
(Fonte: FSP, 04/04/1964)

movimento entre os universitários para orientarem e ampliarem suas atividades em prol dos favelados, não mais na linha assistencialista, mas com vista ao desfavelamento.” (SÃO PAULO, op. cit.: 45)

Para Marta Tanaka, seu objetivo seria atuar “em torno de uma luta pela promoção dos favelados” (TANAKA, op. cit.: 11), tendo o desfavelamento como objetivo prático de sua atuação. Ela também atribui como causas para o seu surgimento o desfavelamento do Canindé e o livro de Carolina de Jesus. Assim, em 1961, na FMUSP, seria fundado o MUD, numa tentativa de superar o

²⁹¹ Tanaka sobre os objetivos do MUD: “Contribuir para que profundas mudanças estruturais, (na época chamadas <<reformas de base>>), pleiteadas por parcelas significativas da sociedade, pudessem vir a ser implantadas no país.” (TANAKA, *ibidem*: 16).

“neo-assistencialismo” das ligas científicas, mas manter a atuação de base em favelas:

“Carolina e uma enchente deram a ideia ao MUD

(...) reforma agrária, com a finalidade de fixar o homem do campo à terra e fomentar a produção agrícola; reforma da estrutura urbana, para melhorar o uso do solo urbano e coibir explorações imobiliárias. Reforma de estrutura econômica, favorecendo melhor distribuição da riqueza, proporcionando remuneração adequada e justa ao trabalho; reforma etc...” (FSP, 03/08/1964)

Do ponto de vista político, muitas das pessoas que integraram o MUD atuavam também em organizações católicas de esquerda, tais como a JUC (Juventude Universitária Católica) e AP (Ação Popular). Não se pode dizer assim que era um movimento conservador, mas progressista: era favorável às reformas modernizadoras, embora nunca tenha tido um programa revolucionário. Sua concepção entendia a pessoa favelada como marginalizada, excluída da cidade e da sociedade, e que a sociedade – capitalista – mediante ajustes, poderia integrá-las:

“era fundamental o resgate do favelado (então considerado um habitante menor e marginal da cidade), como homem e cidadão. (...) permitindo-lhe o acesso a condições de vida mais decentes, dentro de um processo maior, que deveria lhe garantir a integração na sociedade urbana” (SÃO PAULO, ibidem: 17)

Sua atuação junto a comunidades carentes contou com o apoio direto da Divisão de Serviço Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, em figuras como a assistente social Marta Teresinha Godinho. Mas mesmo Marta Tanaka destaca que “*ele [MUD] nunca foi o mais atraente dos movimentos da época*” (ibidem: 14), sendo o único que conseguia reunir “*grupos de estudantes de direita, centro e esquerda, governo e favelado num só projeto*” (Carlos Régis Bastos Rampazo, apud TANAKA, op. cit., p. 46). Sua existência foi abreviada pelo contexto repressivo da ditadura militar, tendo encerrado suas atividades no ano de 1967.

Feita esta breve apresentação, interessa-nos tratar do MUD a respeito do que foi sua atuação na favela do Vergueiro.

6.3.1.2. O natal e o ano novo de 1961/1962 na favela do Vergueiro

No ano de 1961, a favela do Vergueiro já era presença certa nos jornais, sobre os mais variados assuntos. Já atuavam lá, há muito, inúmeros movimentos, associações e entidades, todos de caráter mais ou menos assistencialista. Em dezembro, os religiosos da Congregação dos Padres dos

Corações tinham sua ação divulgada nos jornais:

“No Vergueiro Natal é difícil mas todo mundo vai ter presente

(...) 'Nosso maior problema é não podermos contentar a todos. Queríamos fazer uma festa no proprio local onde moram os favelados. Mas isto é impraticavel. (...) Porisso decidimos distribuir vales, com os quais os favelados retirarão os presentes de Natal no deposito onde estão armazenadas as mercadorias' (...)

Os religiosos da Congregação dos Padres dos Corações pretendiam dar este ano um presente diferente, pois chegaram à conclusão de que a simples entrega de suprimentos e brinquedos não surte resultados. Porisso desejavam entregar aos favelados um galpão para a educação das crianças, e a instalação de um curso de alfabetização de adultos.”(FSP, 07/12/1961)

Brinquedos e donativos seriam pouco, e um presente de fato seria o treinamento daquela população tida como não integrada. Outra notícia de natal era dada pelo governo, que anunciava a ausência de dinheiro para tarefas de desfavelamento:

“Vai continuar (sem verbas) o desfavelamento

Vencida a experiencia-piloto do plano de desfavelamento da capital paulista (erradicação da favela do Canindé), as autoridades e pessoas interessadas na solução do problema estão voltando agora suas vistas para as mais de 150 favelas, catalogadas e já objeto de estudos iniciais. (...)

União e verba

Não existe qualquer especie de verbas voltadas pela União, Estado ou Municipio para os gastos com o desfavelamento em 1962. Entretanto o Serviço de Assistência Social da Prefeitura, aliado ao Movimento Universitario de Desfavelamento (de que participam todos os centros academicos de São Paulo) e fortalecido pelo prestígio de entidades como a Sociedade Amigos da Cidade, Legião Brasileira de Assistencia, e ainda as sociedades de amigos de bairros, espera produzir tanto ou mais que em [19]61. Algumas grandes [famílias] e industrias já [prestaram] o seu apoio financeiro, esperando-se que deste apoio saiam os fundos indispensaveis para o andamento da campanha.” (FSP, 26/12/1961)

O desfavelamento da favela do Canindé havia sido amplamente divulgado, mas apesar dos holofotes, políticas para favelas – sejam elas quais fossem – ainda estavam longe de ser incorporadas de forma definitiva ao Estado.

Dois dias depois, eis que se anuncia: “Ameaçados de despejo os favelados do Vergueiro” (FSP, 28/12/1961). O presente dado pelos tribunais para o final do ano seria bem mais amargo. Estava autorizada a justiça a despejar a gleba de Alfredo Antonio, que compunha-se de mais de 100 barracos; face à prefeitura sem verbas, cabia ao MUD empreender o desfavelamento.

Diante da aterradora situação de um despejo iminente já no segundo dia do ano novo e ao destaque que ganhou a questão na imprensa, os próprios autores da ação pediram sua suspensão por 30 dias. Rapidamente, o MUD entrou em contato com a família e iniciou as conversações, buscando

prorrogar o prazo da reintegração a fim de que os trabalhos de desfavelamento pudessem ser feitos:

“Soluções de urgência do MUD para a favela do Vergueiro

(...) Apresentado o plano, o sr. Oscar Klabin Segall, em nome dos proprietários propôs-se a colaborar com o MUD, fornecendo a seus membros uma planta da área referida a fim de que se promova, a partir de quarta-feira, um levantamento estatístico dos barracos assim como de seus habitantes. (...)

Os proprietários da gleba forneceram aos universitários todos os pormenores relativos à ação de reintegração de posse que movem desde 1949 quando começaram a surgir os primeiros barracos. Adiantaram que haviam alugado a gleba a determinada pessoa que, por seu turno, a sublocou a terceiros. Estes, por sua vez, passaram a explorar os barracos. A ação relativa a uma das áreas da favela culminou, conforme foi divulgado, com o ganho de causa, em primeira instância, e foi confirmada depois pela 6.ª Câmara Cível. E, por decisão dos próprios autores a ação de despejo foi sustada por 30 dias.” (OESP, 31/12/1961)

A primeira tarefa era a realização de um levantamento sócio-econômico, a fim de compreender as possibilidades de destinação para cada família. O levantamento serviria para traçar um plano de desfavelamento conjuntamente com a Divisão de Assistência Social da Prefeitura.

*“A grande preocupação do Movimento não é apenas o de fazer que famílias inteiras abandonem a favela mas especialmente o de integrá-las em bairros populares, em casas que lhes ofereçam condições melhores para uma vida digna. Para isso, o MUD os auxilia e, **tal como ocorreu no Canindé**, consegue quando possível empregos melhor remunerados aos favelados, empréstimos, transporte etc.” (idem, grifos nossos)*

A experiência do Canindé é modelar, e seguida pelo MUD. Reforça a ideia da “não-inclusão”, forçando sua adequação a seu lugar: os bairros populares. Ainda que tenha prestado assistência jurídica, o objetivo do MUD nunca foi o de confrontar frontalmente os proprietários e as motivações dos despejos; nesse sentido, parece-nos que cumpre ainda que não o queira, função de liberar a terra sem a possibilidade de um litígio explosivo²⁹². Ou seja, intermedeia a reintegração de posse, consegue sua suspensão em vários momentos, mas somente enquanto forem realizados seus trabalhos de desfavelamento: a transferência das pessoas para outras áreas e a formação do trabalho.

A transferência se dá para locais nos quais se consegue comprar a terra – distantes. O objetivo acaba sendo o enquadramento social: mutirões para registro de casamentos, regularização de documentos etc. Talvez por esses e outros motivos a existência do MUD seja tão festejada pelo Estado e pela imprensa.

Nessa e noutras favelas em que atuou, o MUD conseguiu trazer à tona e “resolver” a questão

²⁹² Dentre as entidades patrocinadoras do MUD, constam “bancos, o Jockey Club, o governo estadual e a prefeitura municipal, além de empresas multinacionais como a Willys Overland do Brasil, a General Electric S.A., a Avon Cosméticos Ltda, a Singer Sewing Machine Co. e a Pfizer Corporation do Brasil, entre outras.” (PEREZ, 2006: 38).

das favelas a seu modo e de acordo com suas possibilidades, mantendo ativa como pauta do dia o desfavelamento. E para tal, atuou junto a diversas entidades, sobretudo católicas:

“Com o MUD vêm colaborando ativamente várias entidades particulares, sendo de destacar-se a contribuição valiosa da Confederação das Famílias Cristãs, Associação Cristã de Moços e Cruzada Pio XII. A Divisão de Serviço Social, através de seus assistentes sociais, por solicitação do grupo dirigente do MUD, vem assessorando-o em sua programação geral e nas realizações concretas.” (SÃO PAULO, op. cit.: 48)

Nesse sentido, atua no sentido de potencializar o trabalho assistencialista que já era feito, adicionando novos elementos. Mas enquanto cristão, estava sujeito a outras condicionantes²⁹³. Essa era a visão que orientava a ação também da Divisão de Serviço Social. Esse órgão teve origem no Casmu, especificamente criado para atender às favelas, ao seu modo²⁹⁴.

Para Valladares, a assistência aos pobres tem origem antiga mas que é remodelada e profissionalizada durante o governo Vargas, quando esse papel passa ao Estado:

“Até o governo Vargas, a ajuda social aos pobres tinha um caráter quase exclusivamente privado e religioso, e era organizada segundo práticas e instituições que remontavam ao Brasil colonial. Durante os anos 1930, pela primeira vez, a Prefeitura do Rio de Janeiro começou a empregar assistentes sociais. (...) Após jornalistas, engenheiros, médicos e urbanistas, as assistentes sociais aparecem, então, como um novo tipo de ator importante na história do conhecimento das favelas. (...) a orientação populista e clientelista da ação pública, (...) foi também seguida no trabalho das assistentes sociais. Colaboradoras de funcionários municipais, estas assistentes participaram de uma gestão da pobreza que misturava uma certa proteção social ao controle dos pobres.” (VALLADARES, 2005: 57)

Sob essa visão cristã, mantinha-se a estigmatização da favela, que era considerada como questão a ser “tratada”. Dentre as soluções do assistencialismo, estavam as ações de caráter educativo. Jorge Paulino (op. cit.) aponta fala de Godinho em que fica evidente a visão religiosa do mundo na sua relação com o trabalho técnico e social:

*“<<Educação é hierarquia, é ordem, é direção. Educar é realizar o homem: é ordená-lo e dirigi-lo à finalidade transcendental de sua natureza, nessa mesma natureza, uma hierarquia de valores, que o levem à sua finalidade: DEUS. A finalidade do Serviço Social é instaurar ou restaurar a ordem social.>>(GODINHO, op. cit.: 198-199)
(...) Fica claro qual era o objetivo principal da CASMU nas favelas, qual seja; impor a ordem urbana nos territórios populares onde não haveria controle por parte do poder*

293 Importante dizer que algumas das entidades assistenciais cristãs impunham regras religiosas. A Assistência Vicentina aos Mendigos cederia casas para moradores da favela do Canindé pelo prazo de 5 anos, renováveis, desde que se aceitassem as condições como as seguintes: “observar os princípios da Moral Cristã, que norteiam os costumes da família brasileira. (...) [e] não praticar, no prédio “cedido” e suas dependências, atos de fetichismo como ‘macumba’, ‘terreiro’, etc.” (SÃO PAULO, op. cit.: 63)

294 “(...) [Que] a Casmu ficasse encarregada de promover a vigilância, a extinção das favelas, a recuperação dos favelados, bem como regular o ingresso de novos moradores. (GODINHO, op. cit.: 57)

*público, como assinalado pela própria autora.:
<<que o objetivo do Serviço Social nas favelas é reajustar para depois desfavelar e que para tanto, um dos grandes trabalhos é integrar aquela comunidade, que vive mais ou menos à parte, na grande vida social da cidade para que eles queiram se desfavelar.”
(GODINHO, 1955: 213)>> (PAULINO, op. cit.: 84)*

Troquemos “Deus” por “trabalho”, e possivelmente teríamos aqui o mesmo princípio de outros movimentos desfaveladores, em especial o MOV²⁹⁵. Novamente os sentidos da educação e do desfavelamento, parecem ser a disciplina para o trabalho e internalização das leis. Ao defender a melhoria das condições de vida na cidade, efetiva a recolocação das pessoas repondo o fenômeno, talvez de forma piorada: considerando o preço da terra que pode ser comprada pelos favelados, os deslocamentos provocados pelo desfavelamento sempre serão para a periferia da metrópole; e a ordem interessa, por exemplo, para domesticar e controlar qualquer forma de resistência à ação policial, no caso do despejo.

De fato, uma centena de pessoas desabrigadas – como na gleba de Alfredo Antonio – constituiria um rompimento da ordem, tal qual o era a favela, atrapalhando os negócios e as vistas das pessoas. A restauração se daria pelo “encaixe” em qualquer trabalho, numa casa longínqua, onde não incomodasse nenhum proprietário de terras com perspectiva de preços tão altos como no Vergueiro. Por disciplina leia-se também a aceitação passiva de sua condição de força de trabalho que está à disposição do capital quer seja necessário quer não – não é problematizada a questão de se há algum interesse na compra de sua força de trabalho. Sob uma formação categorial negativa que não se legitima pelos fundamentos do capital (pelo trabalho) há que se recorrer à educação e a força bruta para promover sua aceitação.

6.3.1.3. Congelamento das favelas

A ordem internamente à favela era o primeiro passo. Para isso, havia que “congelar” a área. O congelamento foi uma medida adotada por todas as entidades que praticaram o desfavelamento. Consistia no controle da construção de barracos, impedindo que os vazios fossem reocupados ou que novas casas fossem erguidas. Essa prática seria tornada regra, constante nas práticas da

²⁹⁵Wilson Abujamra em seu livro (ABUJAMRA, op. cit.), ainda que conte com a ajuda de várias pessoas da igreja, não cita Deus como motivação de seus trabalhos em nenhum momento. Prefere, por outro lado, “ordem” e “trabalho”.

prefeitura ao menos até 1971²⁹⁶. Apresentamos algumas definições do congelamento:

MUD (1962)

“O levantamento topográfico foi a base para o trabalho de “congelamento” da área, que impediu que novos moradores se apossassem de espaços vazios criados no processo de desfavelamento.” (TANAKA, op. cit.: 25)

Wilson Abujamra / MOV (1967)

“O CONGELAMENTO DAS FAVELAS é medida por demais importante, porque (...), sabemos que de nada adianta desfavelar, visando apenas uma área, porque enquanto desta saem algumas famílias, as outras favelas são acrescidas em número dez vezes superior ao desfavelamento efetuado. (...) O mesmo exemplo temos na Favela do Vergueiro (hoje com aproximadamente 7.000 favelados) que, enquanto saíam 89 famílias por ação de despejo (...), essa favela recebia no mesmo período, cento e cinquenta famílias. (...)

Para se processar o congelamento, sugerimos as seguintes normas:

- a) instalação de postos policiais, com policiamento especial e patrulhamento*
- b) eliminação dos maus elementos e dos exploradores das áreas faveladas (...)*
- c) proteção da população através de plano de segurança para as favelas*
- d) proibição de construção de novos barracos ou cobrança de aluguéis dos já existentes, bem como da entrada de novas famílias;*
- e) proibição da entrada ou permanência de maus elementos;*
- f) controle do comércio interno nas favelas;*
- g) proibição de vendas de bebidas alcoólicas e porte de armas nas favelas. (...)*
- h) cobertura ao órgão encarregado da demolição do barraco desocupado*
- i) orientação e educação do favelado, para que tenha conhecimento da proteção que recebe, e que só deverá deixar a favela, quando tiver melhores condições de vida fora dela, e, isso se consegue pelo trabalho. (ABUJAMRA, op. cit: 65-67)*

Secretaria de Bem Estar Social / Departamento de Habitação e Trabalho / Divisão de Habitação (1971)

“As áreas para onde foram transferidas as famílias serão congeladas, ou seja, será controlada a mobilidade de sua população. A fiscalização do congelamento poderá ser efetuada de duas maneiras:

1- Através da Política (sic)²⁹⁷ Militar do Estado de São Paulo, pelo período de 12 horas diárias (...)

2- Através de empresa especialmente contratada para tal mistér.” (SÃO PAULO, 1971: 21)

Ainda que no caso do MUD o descongelamento estivesse desprovido de vestes militares como nos planos posteriores, o sentido de controle da área estava dado. O que corrobora com nossa interpretação de que o desfavelamento tinha uma função eminentemente restauradora da ordem pública, liberando a terra para o proprietário com o encaminhamento das pessoas para situações “em tese” melhores. Há uma naturalização que permeia todas as definições de que a intervenção direta do Estado na vida das pessoas é não apenas desejável como legítima. Desse modo, o congelamento pode ser entendido como uma intervenção do Estado nas favelas como *política de controle populacional*, seja ela empreendida por meio da força ou do convencimento.

²⁹⁶ Nosso material de pesquisa dá conta até esse ano, por meio da publicação citada (SÃO PAULO, 1971).

²⁹⁷ Trata-se de erro de grafia; onde se lê política, leia-se polícia. O detalhe é que em 1971 essa polícia, militarizada, já havia sido subordinada ao comando do exército em 1970 em substituição à Força Pública.

Há distinções evidentes entre o MUD e movimentos posteriores, de orientação muito mais centralizadora e autoritária; mas não se pode perder de vista que o tipo de intervenção defendida em ambos casos é similar. E que não se pode negar que a presença do policiamento contribuiria para seus trabalhos.

“Guardas e cerca no Vergueiro

Cerca de arame farpado, policiamento preventivo permanente da Guarda Civil, dois oficiais de justiça de plantão no local e a colaboração do MUD e dos proprietários do terreno deverão ajudar a extinção mais rápida da parte da favela do Vergueiro, atingida pela ordem judicial de despejo.

A finalidade da cerca é impedir que elementos estranhos à favela construam novos barracos no lugar dos que vão sendo derrubados à medida que são desocupados e, por outro lado, facilitar o policiamento preventivo, segundo consta no despacho do juiz encarregado do processo de despejo.

A autorização judicial para a construção da cerca, iniciada segunda-feira, encontrou protestos de alguns elementos principalmente daqueles qualificados pela Polícia como "de alta periculosidade", pois vivem de expedientes, sem emprego fixo. Protestaram também os moradores da parte baixa da favela (do lado da Estrada do Vergueiro) que tinham seu ponto de reunião na parte de cima e que se julgam "ofendidos" com a colocação da cerca. (...)” (FSP, 16/05/1962)

Os abusos para se acelerar o despejo são, no entanto, denunciadas na Câmara pelo deputado estadual Luciano Lepera²⁹⁸, que dá outra versão do episódio e apela para que o governo do estadual libere verbas para o MUD:

“Requerimento no. 246 de 1962

*(...) Além de todos os outros aspectos desse problema social, constata-se a pressão de todos os tipos contra aquelas famílias. Pressão que vai do oferecimento de dinheiro (cinco mil cruzeiros) para que os favelados deixem o local, à violência a coagir famílias a que façam o mesmo. **Constantes são as ameaças do espancamento por parte de um empregado, ou capanga, dos interessados na expulsão dos favelados.** Tudo isso abertamente, livre e impunemente, sem que as autoridades competentes tomem as devidas providências. **Um chefe de família já passou uma noite no xadrês, por ter protestado. Há denúncias, ainda, de que certos policiais fazem propostas desonestas a moças na referida favela.***

Como se todas essas violências não bastassem, uma cerca de arame farpado, foi erguida, cercando os lotes já desocupados. A cerca tem dois metros de altura. Autêntico campo de concentração. Que agravou e vem agravando o problema e suscitando protestos generalizados por parte dos favelados. A imprensa tem registrado esses fatos absurdos. Ainda no dia 19 de maio último, “Última Hora”, na seção “São Paulo Aflito”, comentava essa arbitrariedade e transcrevia palavras da sra. Helena Iraci Junqueira, diretora do

298 “Luciano Lepera que era jornalista, foi Deputado eleito pelo PTB também naquela época, mas sabidamente comunista.” (ABREU & NETTO). Teve seus direitos políticos cassados em 1964 por indicação do Conselho de Segurança Nacional (MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, 1964: 42). “Ele era uns dez anos mais velho do que nós e um sujeito que a gente sempre respeitou muito”, completa Barbieri. Lepera ergue a bandeira da campanha do “Petróleo é nosso”, e manda construir uma torre simbólica na Praça 15 de Novembro, lidera discussões no chamado “senadinho” – em frente a cafeteria A Única, onde todos os cidadãos de Ribeirão palpitavam sobre política – e finalmente, candidata-se a deputado estadual pelo PCB e vence. “A gente pichava a rua para a campanha dele. Para nós, era quem mais se aproximava, em conceito e gesto, do ‘Che’ Guevara”, lembra Barbieri.”. (Biblioteca Virtual Sérgio Arouca, <http://bvsarouca.iciet.fiocruz.br/pessoal02.html>).

Serviço Social da Prefeitura, combatendo essa humilhação. O pessoal do MUD (...) vem trabalhando ativamente a fim de minorar a situação, lutando porém contra a falta de verbas necessárias, enquanto que a Prefeitura não cêde terrenos onde poderiam ser erguidas novas casas, nem que fossem de madeiras, e enquanto o Estado não contribui com verba de montante indispensável a esse trabalho de grande relevância social.” (DOSP, 14/06/1962, grifos nossos)

A citada assistente social e diretora do Serviço Social da Prefeitura, Helena Iraci Junqueira, chegaria inclusive a afirmar que:

“Os proprietários do terreno exageram nessa construção, que fazem da favela um cruel campo de concentração.” (DOSP, 14/06/1962)

Infelizmente não conseguimos pesquisar material no citado jornal Última Hora, impedindo-nos de nos alongar nessas denúncias. Por esse depoimento, percebe-se que o MUD ganhou a simpatia mesmo de comunistas como Lepera, pois ainda que se divergissem os métodos, fica-nos a impressão de que houve uma aceitação generalizada do desfavelamento nesse período.

Para além do que se passava naquele momento no Vergueiro, havia a consciência de que a questão das favelas se punha por uma problemática nacional. Se sabia que a intervenção na favela era apenas uma parte da questão, a sua consequência²⁹⁹; surgia como demanda política a necessidade de se controlar as migrações ou mesmo interrompê-las – o desfavelamento se daria em paralelo a tais ações. Note-se na matéria abaixo que o que é relatado pelo jornal não condiz exatamente com os objetivos do MUD, evidenciando no entanto a posição do jornal:

“Tatuapé será a próxima etapa do desfavelamento
(...) Em Vergueiro, (...). 103 famílias que estavam prestes a conseguir condições favoráveis à sua remoção para a terra natal – o Nordeste, foram prejudicadas pela interrupção dos trabalhos do MUD (...). Da mesma forma, outros favelados, que só seriam beneficiados com a remoção, viram frustrados, pelo menos por hora, os sonhos de morar <<na cidade>>. Governadores
Aproveitando a presença dos governadores do Nordeste em São Paulo, para o Ciclo de Estudos Sobre o Nordeste, agentes do movimento de desfavelamento se avistarão com os mesmos, a fim de estudarem as possibilidades de remoção de algumas famílias nordestinas para as suas cidades de origem. A remoção - declarou a sra. Marta Tereza, do MUD - só será efetuada se tivermos certeza de que estas famílias encontrarão, em sua terra, condições favoráveis para viver. Caso contrario, providenciaremos para que se localizem mesmo na Capital” (FSP, 18/02/1962, grifos nossos)

No início da matéria, se toma a parte pelo todo – que se encaminharia todas as famílias para o Nordeste. Fica nítido o enviesamento da imprensa, que toma a migração como que tendo passado da

²⁹⁹ No livro da prefeitura municipal, lê-se: “Embora a favela possa ser considerada antes de tudo um efeito, enquanto se cogita de atacar as causas, o efeito aí está desumano e anti-social a exigir medidas de ordem curativa.” (SÃO PAULO, op. cit.: 17)

medida, um problema que não é de São Paulo. Somente no final são citadas outras possibilidades de encaminhamento. De acordo com o levantamento feito pelo MUD, somente 10 das 103 famílias despejadas nesse primeiro momento optariam pelo regresso aos locais de origem. O MUD chegou a tratar com governadores e com a SUDENE, como nos conta Tanaka sobre as atividades realizadas pelo movimento:

“– Encontro com governadores do nordeste e com o superintendente da SUDENE, discutindo medidas atinentes à fixação do homem ao campo e controle das migrações internas desordenadas” (TANAKA, op. cit.: 23)

Essa conexão já havia sido proposta pela prefeitura municipal, tomando como forma de enfrentamento o controle das migrações:

“Tratamento do Problema – Em se tratando de problema que é fundamentalmente consequência do subdesenvolvimento, é evidente que a solução de base para as favelas está na execução de planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social das zonas de origem da maioria dos seus habitantes. Êsses planos, uma vez em fase de execução, reduzirão, espera-se, de muito as migrações para o sul. Mas, enquanto não lá chegamos, (...) algo de positivo deve fazer-se no plano nacional, como seja execução de um programa efetivo de orientação e proteção às migrações internas, fenômeno natural que não desaparecerá e que apresenta também seus aspectos positivos.” (SÃO PAULO, op. cit.: 14)

Apontar em que medida tais políticas de desenvolvimento regional contribuíram no sentido desejado acima não é objetivo dessa pesquisa, mas pode-se dizer que atuaram justamente reforçando a mobilização para o trabalho, como nos conta Carolina Leite (op. cit.); o planejamento antes serviria no sentido de interiorizar a subordinação ao trabalho, inclusive apontando para a alteração qualitativa do tipo da pobreza das populações de pobres a miseráveis – esta última como condição de sua subordinação ao capital (LEITE, op. cit.: 259). Desse modo, preferimos considerar que o planejamento, ao invés de fixar a população – como pretendido pela prefeitura – teria liberado esta como população vendedora da força de trabalho. Entendemos que, havendo demanda de trabalho – seja qual tipo fosse –, uma vez mobilizada essa população, não se interromperia o fluxo de migração. Como vimos ao longo de toda a pesquisa, o efeito dessa formação negativa do trabalho, ou uma mobilização negativa, se expressaria pelo crescimento de periferias e favelas.

A colocação dessas pessoas mobilizadas enquanto trabalhadoras punha o problema para ser

“resolvido” na própria cidade. Assim, o então prefeito Prestes Maia, em reunião com o MUD, propunha:

“[Prestes Maia] Aventou, também, a hipótese de se colocar favelados na Divisão de Limpeza Pública, desde que se submetam aos exames exigidos.” (OESP, 24/01/1962)

A colocação profissional, embora desejada pelo MUD, era lenta. Pouco antes era noticiado que haviam sido conseguidos catorze empregos para favelados do Tatuapé (FSP, 15/11/1961).

Encontramos poucas referências sobre esse tema durante o desfavelamento da primeira gleba do Vergueiro. Tudo indica que se tratou, como no caso do Canindé, de uma operação de emergência e que se concentrou no encaminhamento habitacional. A atuação ainda assim era lenta e difícil:

“A tarefa é difícil porque aos estudantes não interessa apenas que o favelado saia da favela e vá morar num cortiço. Desejam promover o favelado, integrá-lo na sociedade, tornando-o um homem útil. Dessa forma, para “desfavelar” qualquer conglomerado humano, os estudantes em primeiro lugar procuram adquirir a confiança do favelado, visitando-o todos os sábados e domingos. Isto posto, dar-lhe assistência jurídica, regularizando a sua situação e a de sua família. Este é um trabalho que toma muito tempo. A seguir, o MUD procura arranjar um terreno e tratar dos papéis para, na parte final, ajudar o favelado a construir a sua residência e a mudar-se.” (OESP, 10/04/1962)

Dentre os trabalhos feitos pelo MUD na favela do Vergueiro, além do levantamento topográfico e cadastral, destacamos alguns: *grupo de trabalho jurídico* (faziam o estudo imobiliário dos terrenos que estavam sendo adquiridos e assessoravam em questões trabalhistas e documentos laborais); *grupo de higiene e saúde* (realizavam exames laboratoriais e tratamentos, vacinação, higiene infantil etc); grupo de planejamento da construção e financiamento da habitação (composto por engenheiros e arquitetos, elaborando projetos de habitações e supervisionando-as).

Além destes, havia os grupos de visitantes. Eram de 3 a 4 famílias atendidas por estudantes de várias áreas – serviço social, pedagogia, psicologia e educação sanitária (TAKANA, op. cit.: 25). A finalidade era estudar e organizar orçamento da família, dar noções de economia doméstica e vida familiar – ou como “aprender a usar o dinheiro”. Mas era também uma forma de analisar as formas pelas quais a família poderia ser atendida: se teria condições de pagar aluguel, de comprar um terreno etc. Foram feitas em média 20 visitas por família. Tem-se a impressão de um trabalho educativo para adaptação à condição da cidade, do enquadramento dessas pessoas como

trabalhadoras – homens – e donas de casa ou responsáveis por afazeres domésticos – mulheres. Em conjunto, foram dadas orientações pós-desfavelamento às famílias, sobre como usar bem a nova casa de alvenaria, quais seriam as novas contas etc³⁰⁰.

De outro lado, a família Klabin se esforçava a seu modo para acelerar a saída das famílias:, oferecendo dinheiro a quem deixasse seu barracão numa espécie antecessora do “cheque-despejo”³⁰¹: Cr\$5.000, mais o transporte dos imóveis, o que teria sido aceito por algumas famílias (OESP, 19/04/1962), (FSP,23/04/1962).

A outra frente da atuação do MUD necessitava de verbas, pois verificando as possibilidades das famílias, o levantamento resultou no que é demonstrado na tabela 3.

Tabela 3: Distribuição das famílias procedentes da Favela do Vergueiro – 1962

OPÇÃO		TOTAL DE FAMÍLIAS	
Casa Própria	construção	38	
	comprada pronta	2	
	remanescente	7	
Total de casa própria		47	48%
Aluguel		4	4%
Viagem ao local de origem		10	10%
Saída por iniciativa própria		26	27%
Outra opção		11 ³⁰²	11%
TOTAL		98	100%

(Fonte: “Relatório do Trabalho da Favela do Vergueiro” - MUD 1962 – consultado em TANAKA, 1995)

Analisando tais dados, são possíveis várias conclusões: a primeira é que apenas uma pequena parte optaria pelo regresso ao local de origem (10%); um quarto sairia por conta própria, dentre as quais se encontram as famílias que fizeram acordo direto com a família Klabin; parte ínfima se destinaria ao aluguel; e quase a metade desejava comprar casa ou já tinha um terreno.

Mas em abril de 1962, houve mais apreensão diante da possibilidade de o despejo acontecer

300 “organização do orçamento familiar face às despesas acarretadas pela nova habitação, como prestação do terreno, reembolso do financiamento, condução para o trabalho e escola.” (TANAKA, op. cit.: 26).

301 “Cheque-despejo” é o apelido dado à atual política de Bolsa-Aluguel. Em 2009, estava em R\$5.000. Para Carlos Loureiro, coordenador do Núcleo de Habitação da Defensoria Pública do Estado, “O cheque-despejo não equaciona o problema habitacional, pois cria população flutuante entre favelas.” (OESP, 18/09/2009).

302 Entre as outras opções, possivelmente estão incluídas as casas de parentes ou de favor – essa “solução”, em maior escala, significa maior adensamento de pessoas por casa.

por ordem judicial. Foi preciso que o MUD apelasse não apenas ao juiz, mas diretamente ao governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, que pediu ao secretário de Justiça do Estado que garantisse que o processo se resolvesse da forma mais humana e pacífica possível; além disso, autorizou a liberação de verba para o MUD. No dia 24/04, era noticiado que a Secretaria da Justiça do Governo do Estado havia comunicado ao juiz da 16a. Vara cível sobre uma negociação ocorrida entre procuradores, família Klabin, MUD, Serviço Social do Estado e Serviço Social de Menores, de modo a permitir que fosse finalizado o trabalho de desfavelamento por parte do MUD³⁰³.

Garantida sua atuação, o MUD pode se concentrar na finalização do desfavelamento. As possibilidades de apoio se punham de acordo com as verbas conseguidas: ao final de uma ampla campanha de arrecadação, se teria conseguido Cr\$17.321.653,30 – equivalentes a US\$48.000 ou 1.310 salários mínimos à época (TANAKA, op. cit.: 30), por meio de doações:

“...da indústria e do comércio e das pessoas de boa vontade há dois meses, mediante ampla campanha de mobilização da opinião pública. O MUD não conseguiu, apesar da campanha, reunir a décima parte da importância necessária.” (OESP, 19/04/1962).

Como essa quantia era pequena, decidiu-se privilegiar as famílias “remanescentes”, isto é, desejosas de ir para uma casa própria mas que não dispunham de recursos:

“Das 98 famílias desfaveladas, 47 tiveram acesso à casa própria através do MUD. Destas, duas adquiriram unidades já prontas, sete construíram as chamadas “famílias remanescentes” e as restantes 38 construíram suas casas por auto-construção, mutirão, e mão de obra paga.” (TANAKA, op. cit.: 26)

“Não foi possível chegar-se a uma apropriação de custos mais precisa, que permitisse o conhecimento dos custos indiretos do projeto. Nem ao menos saber se o MUD arcava com os custos totais da habitação e depois os repassava no todo, ou em parte, à família, se garantia a entrada dos terrenos, as primeiras prestações da casa comprada pronta, ou o financiamento do material de construção. Sabe-se apenas que, no caso das habitações do município de Jandira, todos os custos ficaram a cargo do Movimento. (...) Sabe-se (...) que do total gasto, 54,2% referem-se às sete casas para os remanescentes; e portanto, os restantes 45,8% garantiram habitações para 40 casos.” (TANAKA, op. cit.: 30)

Ou seja, grande parte do recurso foi destinada para a construção dessas casas, alugadas a preços considerados módicos, sendo passada a escritura definitiva dos imóveis dentro de certo prazo³⁰⁴. Desse modo, a exiguidade de verbas guiou a execução dos projetos, que foram já a época

303Diversas matérias da Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, entre os dias 17/04/1962 e 25/04/1962.

304A escritura definitiva só foi assinada em 1993, ao que interpretamos que possivelmente motivado pela elaboração do caderno de pesquisa do LAP, que congregou participantes do MUD na sua execução (TANAKA, op. cit.: 31, nota 64).

criticados pelo seu pequeno tamanho (37,5m²). A água vinha de poço, não havia pia no banheiro e as janelas eram tijolos vedados com vidro; em contrapartida se privilegiava o espaço comum, compartilhando quintal (TANAKA, op. cit.: 31)

Trinta famílias já mudaram; faltam cem.

Imagem 24: Saída de famílias da favela do Vergueiro no primeiro despejo - 1962

*Na legenda, lê-se: “Trinta famílias já mudaram; faltam cem”.
(Fonte: FSP, 18/04/1962)*

A transferência final das pessoas se daria em agosto de 1962, liberando definitivamente a gleba para os proprietários:

“Mudanças na favela do Vergueiro

(...) Os estudantes que lá trabalharam cumpriram o programa para reintegrar aquelas 103 famílias à sociedade e dar-lhes condição digna ao ser humano. A maioria das famílias optou pela construção da casa própria. A equipe de planejamento e construção teve de se desdobrar, noite e dia, à procura de terreno, materiais mais baratos, e pedreiros.” (OESP, 12/08/1962)

“Já têm onde morar os favelados do Vergueiro

O MUD reuniu, ontem cedo, na rua Francisco Cruz 630, autoridades e populares para comemorar o encerramento dos trabalhos na favela do Vergueiro, onde residiam 103 famílias. Os terrenos dessa favela foram restituídos à posse de seus proprietários e as famílias que ali residiam tiveram seus problemas solucionados pelo MUD, que construiu casas para alguns dos favelados e transferiu outros para suas cidades de origem. Dando conta do trabalho desenvolvido pelo MUD, o sr. João Yones, presidente da entidade, leu relatório circunstanciado. Em seguida, falou o sr. Lori Caneppele, coordenador do trabalho na favela do Vergueiro. Achavam-se presentes d. Antonio Maria Alves de Siqueira, do arcebispado de São Paulo; o juiz Luís Correia Fragoso, titular da 16.ª Vara Cível, que

ajuizou os casos de desfavelamento de varias familias, e representantes de autoridades estaduais e municipais.

Para transferencia de familias da favela do Vergueiro, o MUD fez construir 40 casas, entregando-as a igual numero de familias que pagarão pequenas prestações; encaminhou às cidades de origem outras 5 familias; conseguiu, mediante aluguel, habitação para mais 5; outras 5 familias foram para casa de parentes; 19 mudaram-se por conta propria e 5 passaram a residir do outro lado da favela, em casas de alvenaria. Homens da Guarda-Civil impedem que novos barracos surjam, da noite para o dia, no local da antiga favela, que está cercado com arame.” (FSP, 13/08/1962)

Estava então finalizado o primeiro despejo da favela do Vergueiro. Dentre alguns significados que ainda não apontamos, destacamos que se trata de um momento de articulação de uma política habitacional pelo Estado, ainda como uma lacuna. A COHAB surgiria somente em 1965, já atrelada a um sistema de financiamento habitacional, e em bases industriais de construção, massificada. Fica para nós evidente que ainda que houvesse o desejo de fazê-lo, não havia verbas para o desfavelamento; mas na medida em que a questão ganha relevo, é necessário que alguém o faça. Se Estado não faz, um movimento com apelo humanista fez. A aceitação e reconhecimento do Estado para com o MUD – evidenciado pela declaração de utilidade pública do movimento pelo projeto de lei número 1.379 de 1964 – reitera a afinidade entre os projetos do MUD com os propósitos da administração pública, como movimento modernizador urbano. Por meio da intervenção em cada família, altera a casa e tenta alterar os padrões de vida – consumo, economia doméstica etc.

6.3.2. Despejo final (1963-1969): endurecimento do desfavelamento e atuação do MOV

6.3.2.1. Nova atuação do Estado: BNH e CED

Considerando os dois grandes despejos que se deram na área da favela do Vergueiro, embora apenas seis anos os separem, são muitas as diferenças entre cada um dos casos. Seja pela forma de atuação dos movimentos desfaveladores, também pelo aumento da importância das favelas na cidade de São Paulo e por um contexto político crescentemente repressor, que traria novos contornos com a ditadura militar e o “golpe dentro do golpe”, o AI-5.

Desconfiamos que a partir de 1964, houve incremento sensível na formação de favelas, que pode ser evidenciado pelo surgimento constante de novas favelas em áreas mais e mais distantes do

centro. Sua velocidade de crescimento também aumenta, o que se percebe pela tomada completa das áreas vazias do Vergueiro, mas também em outras favelas espalhadas pela capital. Por exemplo, encontramos uma favela na Vila Formosa, que tendo sido noticiada no começo de abril de 1965 como tendo 100 barracos (FSP, 01/04/1965), apenas um mês e meio depois já abrigava 5 mil pessoas (FSP, 18/05/1965), data na qual era anunciado o seu possível despejo. Outras favelas surgiam e eram noticiadas em locais como Tatuapé, Jaçanã / Vila Galvão (04/01/1966) entre outras.

“A Comissão de Desfavelamento quer coordenação dos esforços

(...) As principais [favelas] eram as do Vergueiro (a maior, com ... 10.000 pessoas), da Casa Verde, Anastacio, Santo Amaro, av. Bom Jardim, Bairro do Limão, Butantã, Vila Olimpia, Mooca, Estrada das Lagrimas, Francisco Bayardo, Aeroporto, Vila Prudente (a segunda em tamanho, com 6.250), Tatuapé e Piqueri. Atualmente, com o crescimento, a estimativa é de 60.000 favelados para cerca de 50 favelas.” (FSP, 21/05/1965)

Para dar conta desse novo e galopante fenômeno, a política de desfavelamento seria incorporada pelo governo estadual, deixando de ser objeto apenas das secretarias de serviço social municipal. Ainda assim, deve-se assinalar a forte influência que o assistencialismo manteria sobre a formulação dessas políticas. Basicamente, mantinha-se a ideia de que o desfavelamento serviria para adaptar a população favelada à vida urbana. Mantinha-se a tônica do período anterior, identificada com um sentido desenvolvimentista que advogava a inclusão pelo trabalho³⁰⁵:

“O favelado deve receber ajuda, mas antes se verificará o motivo por que a necessita. Os alimentos, agasalhos, etc., devem ser dados, mas forçando-o ao trabalho, as crianças às escolas, orientando as mães, para que sintam nisso não apenas uma esmola, ou que aquele que dá queira ter o prazer de dizer que deu.” (ABUJAMRA, op. cit. :46)

E assim, a interpretação da “não-integração” persistia, embora aos poucos se tomasse consciência de ser a favela um verdadeiro “bolsão” de oferta de trabalho farto e barato – que seria assim incorporado às políticas desfaveladoras por meio do agenciamento para obras públicas, serviços de limpeza urbana etc. Esse tipo de emprego somente perpetuaria a condição favelada daquela população e não a faria sair dela – no máximo, mudar-se para outras ou loteamentos localizados na periferia, em condições análogas às das favelas.

³⁰⁵ Tratando das políticas para favela no Rio de Janeiro no período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964, Vincent Valla afirma que “o modelo desenvolvimentista então vigente supunha a construção de uma sociedade harmoniosa, onde todos os indivíduos teriam as mesmas oportunidades de emprego e elevação social. Escamoteando a participação desigual da população na apropriação das riquezas produzidas, esta ideologia veiculava ideias, segundo as quais as camadas populares ascenderiam social e economicamente através do seu esforço e de sua participação organizada.” (VALLA, op. cit.: 65)

Em 1964 seria criado o BNH – Banco Nacional da Habitação – como órgão federal de financiamento para a construção habitacional. Não é nosso objetivo traçar qualquer interpretação mais sistemática sobre esse órgão, e assim nos servimos de outros autores que já o fizeram, uma vez que o BNH afetou as políticas de desfavelamento. Para Valla, a criação das COHABs como órgãos municipais que implementariam a política do BNH, seria uma forma de *“facilitar a remoção de moradores e possibilitar a expropriação de terrenos para a construção civil.”* (VALLA, op. cit.: 91). Em 1967, dentre as fontes de financiamento do BNH, seria incluído também o FGTS, fazendo o banco controlar um ativo de capital que atingiria a cifra de 6% do PNB nacional em 1973 (idem). Em seus princípios fundadores, o BNH mesmo dizia que se destinava a estimular a indústria de base – de aço e intermediários – e mobilizar um capital que estaria “parado” sob a forma de poupança dos trabalhadores regularizados, para investi-lo na indústria da construção e assim garantir novo dinamismo à economia nacional. Novamente, a dificuldade da acumulação capitalista teve de contar com o apoio decisivo do Estado, que praticamente garantiu o modelo do negócio e as fontes de financiamento, mas aparentemente como “combate ao déficit habitacional”. Novamente, a interpretação das favelas como questão de habitação serviria aos interesses capitalistas, levando o Estado a intervir numa indústria nacional que não alcançava dinamismo suficiente para andar pelas próprias pernas.

O combate às favelas se inseria nas políticas do BNH, servindo à liberação dos terrenos e à criação de um novo setor de investimentos visceralmente ligado à ação estatal, que era o provimento da habitação. A COHAB paulistana, fundada em 1965, evidenciava pelo seu presidente, a vinculação direta entre as políticas habitacionais, a indústria e a formação da força de trabalho. Mario Amato, posteriormente presidente da FIESP, era já a altura industrial. O plano de desfavelamento integrava, assim, indústria da construção, o novo sistema nacional de financiamento e o aproveitamento da força de trabalho favelada:

“Dirigentes sindicais expressam pessimismo sobre plano do BNH
(...) O presidente do BNH visitou (...) o prefeito Faria Lima (...). Tanto o prefeito, como o sr.

*Mario Amato (...) solicitaram ao presidente do BNH financiamento de 10 bilhões de cruzeiros que, somados aos 2 bilhões da Companhia Metropolitana de Habitação, deverão permitir a construção de 4 mil casas populares. **Com esta medida, o prefeito visa erradicar 43 favelas existentes em São Paulo.** As casas seriam construídas no prazo de um ano, em terrenos a serem adquiridos pela COHAB. O plano prevê a venda aos favelados a longo prazo. O levantamento feito pela COHAB demonstra que somente 10% dos favelados não têm nenhuma possibilidade de qualquer pagamento. Mas, **esses favelados seriam empregados nas próprias construções ou em lavanderias coletivas ou artesanato**, que seriam criados com a finalidade de estimulá-los para o trabalho dando lhes meios de subsistência. (FSP, 19/03/1966, grifos nossos)*

Foi nesse novo contexto que seria criada, pelo governo estadual paulista, a Comissão Estadual do Desfavelamento – CED³⁰⁶. Surgida como um aprofundamento da divisão do trabalho interna ao governo, atribuía funções específicas a serem realizadas por uma articulação entre distintas esferas governamentais, entrosando-se BNH com CED, Cohab e secretarias estaduais:

“Desfavelamento foi reunião na Pasta da Saude

*Para cuidar do problema do desfavelamento na capital, o secretario da Saude, sr. Arquimedes Lamoglia, reuniu-se ontem com o sr. João Crisostomo dos Santos, membro da Secretaria da Segurança na **Comissão de Contenção de Favelas**. A comissão realiza, no momento, um levantamento de todos os terrenos pertencentes ao Estado, onde possam ser construídas novas moradias para os favelados. Atualmente, um outro estudo, de caráter socio-biológico, vem sendo efetuado na favela do Vergueiro, para um **plano de colocação de postos policiais em todas as favelas, com o que se evitará a ocorrência de distúrbios quando se processar o desfavelamento**. O Banco Nacional de Habitação está entrosando-se com a comissão do desfavelamento, cabendo-lhe financiar a construção das novas moradias, enquanto que a Secretaria da Saude colaborará no sentido de proporcionar, aos novos núcleos, as condições mínimas de saneamento.”* (FSP, 12/01/1965, grifos nosso)

Observa-se que a concepção pouco se altera – evidenciado pelo “estudo sócio-biológico” dos favelados – embora com maior dose de controle policial da população. O controle social é assumidamente para facilitar os despejos, ainda que sob a bandeira de uma política social. O endurecimento da ditadura somente intensificaria a polícia como política social, visando sobretudo a defesa da propriedade privada e o cumprimento das leis estabelecidas. Dentre as inúmeras consequências, multiplicam-se os abusos policiais, assim como o surgimento em fins de 1967, dos grupos de extermínio e justiceiros, sabidamente ligados à atuação policial. Mas a intensificação do autoritarismo também seria evidenciada pelo aumento numérico do intervencionismo em favelas,

306 “Comissão de desfavelamento - Através da resolução no. 1.606, de 23 de outubro, a ser publicada no 'Diário Oficial', de hoje, o governador do Estado instituiu comissão incumbida da execução do Plano de Desfavelamento, cujo objetivo é estudar o problema da erradicação das favelas e moradias anti-higienicas, e a integração de seus moradores nas comunidades urbanas.” (FSP, 29/09/1964). Não confundir com a Comissão do Desfavelamento da Assembléia Legislativa, de 1967.

expresso em desfavelamentos.

Além disso, ganha destaque o papel do desfavelamento como colocação da força de trabalho, criando um efetivo sistema de agenciamento estatal da força de trabalho – consumida pelo Estado em suas diversas esferas, mas estabelecendo também uma ponte junto a empresas privadas³⁰⁷. O fato de a CED ser presidida por Humberto Reis Costa, que também era presidente emérito da FIESP, parece-nos bem elucidativo. A própria emissão de carteiras profissionais, por meio de uma equipe volante que circularia entre as favelas, denota esse caráter³⁰⁸.

Como coordenador da CED, surgiria o até então desconhecido Wilson Abujamra, como representante de entidades particulares atuantes em favelas – o que sugere a difusão da intervenção não mais apenas assistencialista mas também desfaveladora. A união entre tais entidades, ainda pulverizadas, Estado e iniciativa privada, parecia ser um dos motes da Comissão:

“O sr. Wilson Abujamra revelou que existem cerca de trinta organizações do genero em São Paulo, realizando verdadeiros milagres da generosidade, sem qualquer alarde, cobrindo todas as favelas paulistanas. Um exemplo é o MUD, que se ocupa de uma delas, a do Tatuapé. Algumas destas entidades, sem qualquer ajuda oficial, já chegaram a construir até vinte casinhas populares para favelados. No momento, a Comissão já logrou a coordenação de esforços de todas estas entidades que conjugarão esforços para um ataque conjunto ao problema das favelas. Outra característica importante da Comissão é a de congregar a ação do governo e do setor privado.” (FSP, 21/07/1965)

Juntavam-se vários interesses: do capital, de proprietários de terra, mas também político-eleitoreiros, uma vez que o Estado ampliava sua base técnica de intervenção e demandava “quadros” tal como Wilson – que tentava atuar por meio da articulação política. Não por acaso, um dos principais motes de Abujamra era a “união de esforços” entre as distintas esferas do governo. E para Wilson, seria a possibilidade de estabelecer um “curral eleitoral” em suas bases de atuação –

307 **“A Comissão de Desfavelamento quer coordenação dos esforços –** A Comissão[busca] a abertura de vagas para trabalhadores das favelas. Assim, já tem entrevista com o secretario de Obras, junto a quem pretende solicitar o emprego preferencial de mão-de-obra favelada nas obras do governo.” (FSP, 21/07/1965). E também:

“Por enquanto estamos empregando os favelados em uma média muito boa por dia, nas obras do Governo do Estado, como por exemplo DOP e DAE Etc que têm número ilimitado de vagas para atender a Comissão Estadual do Desfavelamento. Também a Indústria e o Comércio estão sendo trabalhados para receber a mão-de-obra favelada de solicitação da Comissão.” (DOSP, 11/11/1965).

308 *“(…) assumiu a DRT [Delegacia Regional do Trabalho] (...) o compromisso de fazer o encaminhamento de favelados sem ocupação definitiva às empresas que possuam vagas, fornecendo a competente recomendação quanto à habilitação profissional dos candidatos. As esposas dos favelados também poderão ser identificadas profissionalmente e encaminhadas para o trabalho, notadamente no que respeita a serviços domésticos, o que é de grande interesse para as donas de casa.” (DOSP, 27/08/1965). Note-se aqui ainda o caráter normatizador das funções postas para os favelados, bem como a reiteração da divisão de gênero.*

evidenciado pela sua candidatura a vereador. Possivelmente, encarnava o que aparece no relatório do SAGMACS (Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) como o “político de favela” (VALLA, op. cit.: 191-193).

Como instituição política, a CED implementou uma série de normas a serem aplicadas às favelas, além das já citadas: solicitou ao prefeito o cancelamento das licenças de funcionamento de bares em barracos nas favelas; sistematizou o congelamento das favelas, incorporado como prática de intervenção policial em tese para proibir a construção de novos barracos; fez levantamentos sócio econômicos e preparou remoções³⁰⁹.

E, de modo análogo ao MUD, acreditava que a verdadeira forma de resolução para a questão das favelas seria por meio do controle migratório, obtido com a articulação da CED com o Departamento de Imigração e Colonização (DIC):

“Outra providencia expressiva, que acaba de ser adotada pela Comissão junto ao Departamento de Imigração e Colonização, diz respeito aos novos imigrantes que, em levadas constantes continuam a chegar a São Paulo vindos de outros Estados, principalmente do Nordeste. O Departamento passará a manter postos de fiscalização em todos os pontos de acesso à capital, e todos os caminhões portadores de imigrantes serão examinados. O motorista deverá dar uma relação dos passageiros ao posto, e apresentar cópia imediatamente depois de entrar na capital à Hospedaria de Imigrantes. Assim, será possível o acompanhamento do imigrante e o controle indispensável para evitar o desenvolvimento de novas favelas na base desses fluxos constantes.” (idem)

Pode-se dizer que a CED foi a antecessora direta do MOV – Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado – entidade que Wilson Abujamra ajudaria a fundar logo após seu desligamento da CED. Até porque o MOV continuou as ações da CED, sendo ambas atuações praticamente indistinguíveis, em se tratando da favela do Vergueiro.

309 **“A Comissão de Desfavelamento quer coordenação dos esforços**

(...) Depois destas providencias iniciais (levantamento, coordenação de esforços), a Comissão coloca, entre as medidas preliminares, o congelamento das favelas: levanta-se a area, denominam-se as ruas, numeram-se os barracos, interditam-se novas obras, impede-se a ocupação dos vagos e dos que vierem a vagar-se, procede-se a preparação psicologica dos favelados. Então, o Departamento de Estatistica do Estado inicia o levantamento socio-economico.” (FSP, 21/07/1965)

6.3.2.2. O MOV e a Comissão do Desfavelamento da Assembleia Legislativa

*“ô Josué nunca vi tamanha desgraça,
quanto mais miséria tem mais urubu ameaça”
(Chico Science & Nação Zumbi, Da Lama ao Caos)*

A favela do Vergueiro à época já estava plenamente consolidada e consagrada pelos jornais, incorporada à compreensão geral como maior favela da cidade à época. Se o despejo de 1962 havia levado à saída de 102 famílias, por outro lado ele seria compensado com a chegada de mais gente. A partir de 1965 encontramos evidências da intervenção do CED e, em 1966, do MOV. A primeira referência a Wilson Abujamra na favela do Vergueiro seria a inauguração de um posto policial na favela, como parte das políticas de congelamento:

“Polícia impede construção de barracos na favela do Vergueiro

A Comissão de Desfavelamento do Governo do Estado de São Paulo instalou ontem um posto policial permanente na favela do Vergueiro, para impedir a construção de novas moradias. Logo depois do ato, (...) guardas civis encarregados pelo policiamento apreenderam um carregamento de [ilegível] usada naquelas construções, detendo o caminhão para verificar a origem do material. (...)

O posto policial ontem instalado terá inicialmente 18 homens que em breve será elevado a 50.” (FSP, 21/07/1965)

Ainda que com propósitos parecidos, o MOV tinha outras características em relação ao MUD. Certamente tinha caráter mais centralizador, autoritário e era mais bem articulado, com diversas esferas políticas e imprensa; e não tinha trabalho apenas técnico como o exercido pelo MUD – movimento para com o qual teria grande animosidade:

*“O MOV apareceu alguns anos depois, em 1966, congregando 50 entidades sociais. Também procurava a mudança das famílias de favelas. **Suas relações com o MUD eram quase sempre inamistosas.**”. (TANAKA, op. cit.: 23)*

No anuário do Colégio São Luis – escola jesuíta, tradicional e de elite – apareciam os seguintes pontos como os princípios do MOV, enunciados pelo professor Fauze Saad:

“Fundado em 3 fevereiro de 1966, é uma entidade civil brasileira que tem por principais finalidades o seguinte:

- a) colaborar com os poderes públicos na execução de medidas tomadas em favor dos favelados, bem como solicitar providências em casos de eventuais omissões;*
- b) promover o bem-estar sócio-econômico do favelado e de sua família, oferecendo toda assistência para sua promoção social;*
- c) promover de forma racional e humana o desfavelamento*
- d) reunir e se fazer integrar por todas as entidades voluntárias civis ou religiosas beneficiantes, que já tenham assistido, ou pretendam, de qualquer forma fazê-lo, aos favelados do Estado de São Paulo ou de qualquer região do país.” (ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1968: 23)*

Por meio de Saad, professor dessa instituição, seriam feitos trabalhos de aproximação dos alunos com as favelas que eram assistidas pelo MOV – não por acaso, uma vez que o professor atuou primeiramente da CED (FSP, 21/05/1965), e posteriormente do próprio MOV, tendo inclusive participado das negociações do despejo final da favela do Vergueiro (OESP, 22/05/1969).

O envolvimento dessa e de outras escolas era parte dos objetivos do MOV, e pode ser evidenciado pelo trecho abaixo:

“Qual tem sido a cooperação dos alunos do Colégio São Luís neste movimento? -[Professor Fauze Saad] Os alunos têm realizado levantamentos sócio-econômicos e, assim, vem obtendo dados de extrema importância para a execução do plano do MOV. Têm também, ajudado na denominação das ruas e na numeração dos barracos, facilitando a sua identificação e possibilitando a localização dêste ou daquele favelado que estava necessitando de assistência ou orientação sobre determinado assunto. Os alunos têm colaborado também no sentido de arranjar emprego para os que atualmente estão desempregados; o MOV, através de uma equipe encarregada, procura vagas para empregados nas fábricas, e os alunos vão de casa em casa ver o que se pode fazer na medida do possível.” (ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, op. cit.: 24)

Ou seja, a participação não se resumia a conhecer os trabalhos do MOV, como também os alunos auxiliavam na sua execução, servindo como um verdadeiro batalhão de jovens assistentes sociais, no que eram denominadas as atividades de TLC (Técnica de Liderança Cristã) e GPC (Grupo para Cristo). Era um tipo de formação em serviço social aplicado aos alunos desse colégio jesuíta como orientação educacional de uma elite cristã conservadora. O auxílio era também de ordem financeira, para levantar fundos para que a população favelada construísse sua casa, de tijolo:

“Normalistas em campanha ajudam os favelados
As alunas do Colegio Cristo Rei iniciaram segunda-feira a <<Semana de Promoção ao Favelado>>, com o objetivo de obter dinheiro para a compra de material de construção para as famílias de favelados que possuem terrenos próprios.
Para falar sobre favela, foi convidado o sr. Wilson Abujamra, presidente do MOV, que explicou as causas sociais do problema. Para conversar com as alunas, acompanharam o sr. Wilson três favelados, que na próxima semana deixarão as favelas do Vergueiro e de V. Prudente, pois compraram casas do BNH em Sapopemba.(...) Para facilitar a compreensão das crianças do primário sobre o nosso trabalho, explicamos que estamos fazendo <<a Campanha do Tijolo>> -isto é, cada contribuição corresponde a um tijolo; juntando muitos tijolos, eles vão poder ajudar um favelado a construir sua casa>>, informou uma das normalistas. (...)” (FSP, 15/08/1968, grifos nossos)

Novamente, o sentido do desfavelamento aqui aparece pela saída do barraco de madeira e construção em alvenaria, não importando se o local de destino fosse, como no caso, Sapopemba – a

mais de 20km de distância dali.

A vinculação do MOV com setores da Igreja era forte a ponto de o próprio cardeal Dom Agnelo ter ido à favela para rezar uma missa durante a inauguração de uma capela. Nesse evento, o cardeal reiteraria o papel da igreja e dos colégios católicos como auxiliares do desfavelamento, além de afirmar que a Campanha da Fraternidade de 1966 havia destinado grande parcela do dinheiro arrecadado para a construção de casas:

“Cardeal começa ano com missa na favela

(...) Informou o cardeal [Dom Agnelo] que os estudantes, no ano passado, construíram 12 casas para favelados. Este ano o número deverá ser muito maior, pois vários colégios preparam-se para começar a trabalhar logo no início das aulas.

Minha vinda à favela do Vergueiro no primeiro dia do novo ano - disse ainda o arcebispo de São Paulo - tem a finalidade de demonstrar a solidariedade da Igreja aos sofrimentos e aspirações dos pobres e também a de abençoar o Movimento de Organização de Voluntários (MOV) que muito tem feito para minorar os sofrimentos dos favelados". (FSP, 02/01/1967)

Pouco tempo depois, o cardeal retornaria à favela para inaugurar um centro educacional e um posto de atendimento para os favelados, erguidos sob coordenação do MOV (conforme anexo 4).

Se o local não era “assistencial”, como diz Abujamra, mas promocional, de fato concordamos que há alterações no tipo de trabalho. Entretanto, o sentido agora passa a ser o da qualificação da força de trabalho. E com um barracão próprio, o MOV contaria com uma base de atuação mais intensa para realização do desfavelamento.

Mas para além das instalações educacionais, o que desencadearia uma série de novos conflitos na favela seria o posto policial, instalado por iniciativa da CED ainda sob coordenação de Wilson Abujamra, e apoiada em seguida pelo MOV. O principal conflito seria o com os “donos de barracos”, contra os quais o MOV declarou guerra. Mas os efeitos colaterais da presença da polícia dentro da favela seriam também a violência e o assédio às mulheres.

Tão logo o posto policial foi instalado, alguns dos policiais supostamente se envolveram no mercado de construção e venda de barracos. Segundo a matéria a seguir³¹⁰, por meio da atuação do MOV diversos barracos teriam sido desocupados, sendo no entanto reocupados por meio de

310 Essa matéria, especificamente, deve ser lida com cautela, dada a proximidade de Wilson Abujamra com órgãos de imprensa. Fica para nós difícil estabelecer uma contra-versão para dessa história dispondo, no caso, de apenas uma fonte.

agenciamento dos vendedores de barracos:

“Favela do Vergueiro: continua a contenda

(...) Há meses, com o auxílio daqueles voluntários da Comissão de Desfavelamento, muitas famílias puderam deixar a favela. A medida que os barracos se foram desocupando agentes da Comissão, com apoio da Polícia, derrubaram-nos. Isto porque o terreno não pertence aos <<donos>> dos casebres, que, na realidade, foram erguidos clandestinamente. (...). O ex-coordenador Abujamra, antes de se desligar do cargo, obteve o apoio do DAE, que, depois instalou rede de água na favela. O guarda Antonio Antônio Garcia, posteriormente, atribuiu a si o sucesso daquela medida. Ele foi designado para o Posto Policial do Vergueiro há cerca de 4 meses. E, pouco depois, começaram a ressurgir os barracos que tinham sido destruídos. Ao mesmo tempo, ele coletava assinaturas em abaixo-assinados para expulsar "moradores indesejáveis", isto é, aqueles que se insurgiam contra a sua ação.” (FSP, 02/05/1966)

Parece que havia certa oposição interna aos trabalhos do MOV na favela; Abujamra defende-se afirmando que se tratavam dos “exploradores da favela”. O conflito tomaria proporções mais amplas no ano seguinte, quando surgiu uma denúncia de abuso praticado no posto policial, contra os supostos vendedores de barracos. Segundo o deputado Helio Dejtjar, favelados teriam sido torturados nas dependências do posto policial, inclusive com o uso de um chicote para açoitá-los, supostamente a mando de Wilson Abujamra.

Consideramos relevante o fato de que somente foi possível encontrar referências a essa informação – do uso de um chicote – nas atas da Câmara Legislativa do Estado de São Paulo constantes no Diário Oficial, uma vez que o fato não foi noticiado nos dois jornais pesquisados – Folha de São Paulo e Estado de São Paulo. Por meio de requerimento enviado ao governador, pedia o deputado estadual Helio Dejtjar esclarecimentos por parte da Secretaria de Segurança:

“1 - Por que os favelados do Vergueiro têm sido espancados constantemente por policiais que lá prestam serviços?

2 – quais os motivos determinantes desses espancamentos?

*3 – **a ordem para a prática dessas ilegalidades emana da autoridade ou de particular?***

*4 – **quais delitos ou contravenções praticados pelos favelados do Vergueiro?***

5 – existe na secretaria da segurança pública ou em alguma delegacia circunstancial qualquer inquérito instaurado contra algum ou alguns moradores da Favela do Vergueiro?

*6 – **por que é usado um chicote para a prática de tais atos?** Em que lei se baseiam os policiais para usar um chicote?*

*7 – **por que são espancados homens velhos, mulheres e crianças indefesas?***

8 – quais as providências que o Govêrno pretende tomar para esclarecer tais fatos e punir os responsáveis por essas agressões injustas e ilegais?

Sra. Presidente e srs. Deputados, recebemos a visita de moradores da favela do Vergueiro, que declararam que são espancados constantemente.

Dizem eles que a ordem parte de um cidadão que foi candidato a vereador e que não conseguiu eleger-se, o qual queria o apôio dos doze mil favelados do Vergueiro, e que não

*os conseguiu. E, pôr essa razão, êle segundo os denunciantes, determina que alguns policiais não permitam que aquela pobre gente até pratique atos que são permitidos pelo Código Civil e pelos códigos em vigor a todos os brasileiros e estrangeiros que moram neste país. Por exemplo, **dizem eles que não lhes é permitido cobrar aluguel um do outro**; que não lhes é permitido cobrar uma conta de luz; que não lhes é permitido cobrar uma dívida e assim por diante. Como se trata de uma coletividade, na verdade infelizmente composta de gente pobre, indefesa, então este cidadão, porque não conseguiu a sua eleição, pratica êstes atos deploráveis aqui em São Paulo. Isso se justificaria, se ocorresse num país de regime nazista ou fascista, que adota aquêles campos de concentração que envergonham a humanidade (...).” (DOSP, 03/06/1967, grifos nossos)*

A denúncia surgiria pela primeira vez no programa de televisão “O Homem do Sapato Branco”, do deputado Jacinto Figueira (OESP, 30/05/1967), no qual haviam participado os deputados Fernando Perrone e Helio Dejtjar – todos do MDB –, quando favelados teriam lançado a acusação³¹¹. A partir de então, ambos deputados, com apoio do deputado Jacinto Figueira Júnior, passariam a investigar a atuação do MOV na favela do Vergueiro. O episódio do programa de televisão levaria o MOV, pela pessoa de Abujamra, a encaminhar um ofício à Assembléia Legislativa, com cópia para o SNI – Serviço Nacional de Informações – no qual pedia esclarecimentos a respeito das declarações feitas contra sua pessoa. Wilson moveria seus contatos e conseguiria matérias tanto na Folha de São Paulo e inclusive um *editorial* do jornal Estado de São Paulo, rebatendo as acusações e invalidando as afirmações dos deputados, referendando a posição do MOV devido às supostas inquestionáveis vantagens do desfavelamento:

“MOV repele acusações e pede providências à AL

(...) Segundo relato do sr. Abujamra, os deputados Fernando Perrone e Helio Dejtjar, no programa, "apresentaram alguns exploradores da Favela do Vergueiro como sendo coitadinhos perseguidos pelo MOV e espancados pela Polícia". Explica o sr. Abujamra que alguns dos apresentados são notorios maus elementos residentes naquela favela: um deles, Antonio Rodrigues Fagundes, vulgo "Antonio Televisão", tem numerosos barracos (verdadeiros pardieiros pelos quais cobra aluguel), emporio dentro da favela e outras propriedades fora dela. Outro, um individuo chamado Assis, possui na favela do Vergueiro cerca de 30 a 40 barracos, que também são explorados comercialmente. Quando o morador não paga, é expulso e sofre mesmo violências físicas", acrescentou o sr. Abujamra.” (FSP, 30/05/1967)

No longo editorial do Estado de São Paulo – o que reflete a opinião dos donos do jornal – condenam-se os deputados Fernando Perrone e Helio Dejtjar como “demagogos” que não reconheceriam a importância do desfavelamento, invalidando o depoimento dos supostos “exploradores da favela”. Inverte-se a questão e se apaga o fato originador do posicionamento dos

311 Wilson Abujamra não teria ido ao programa por este ter sido “alvo da censura”, segundo OESP, 30/05/1967.

deputados – o fato de que ocorria agressão sistemática contra esses supostos “inimigos da favela” (OESP, 31/05/1967). Novamente, não se trata, aqui, de fazer uma defesa da venda dos barraco, mas de explicitar o que foi *feito e referendado* em nome do desfavelamento, que em si já consideramos uma prática condenável. Ao se omitir da questão, ambos jornais suportam a prática da violência sistemática contra moradores da favela, sejam eles vendedores de barraco ou não, e referendam agressões policiais³¹².

Tanto é que outra deputada, a Sra. Dulce Salles Cunha, apresentaria um requerimento à casa para investigar as atividades desenvolvidas por aquele movimento, indo em defesa de ambos deputados:

“A sra. Dulce Salles Cunha Braga apresentou requerimento propondo a constituição de uma comissão especial destinada a se inteirar da intensa atividade desenvolvida pelo MOV (...)” (OESP, 01/06/1967)

É digno de nota que a deputada era conhecedora da favela desde ao menos 1960, tendo acompanhado atividades assistenciais da ACM na favela do Vergueiro (DOSP, 25/05/1960). O requerimento culminaria no estabelecimento da “Comissão do Desfavelamento”. Os motivos para constituição da comissão seriam apontados na fala do deputado Jacinto Figueira Junior:

“[Sr. Jacinto Figueira Junior] (...). Ela começou devido o MOV que foi a uma televisão dizer que, numa entrevista dada pelos deputados Fernando Perrone, Hélio Dejtjar e o deputado que faz uso da palavra, teriam sido feitas algumas críticas com referência à favela do Vergueiro.

Devo dizer que foram os elementos residentes nessa favela que fizeram queixas amargas contra o MOV, dizendo que suas casas eram invadidas e que os policiais partiam para arbitrariedades, espancando famílias. Por isto é que nós fizemos uma denúncia, pela televisão e, posteriormente, foi criada esta Comissão.

Quando um responsável pelo MOV teve notícias do fato, compareceu à televisão com mais de 500 pessoas e lá fez, também, ofensas não só aos deputados como também ao próprio MUD, e não sobre o MOV. O MUD tanto o presidente desta Comissão como nós conhecíamos. Quanto ao MOV nós o desconhecíamos. Portanto deu início a uma investigação profunda, tornando-se sério o assunto, não só do espancamento, das arbitrariedades, como também da intranquilidade de todos aqueles que residem na favela.” (DOSP, 13/10/1967)

A prática do desfavelamento seria assim pela primeira vez questionada frontalmente,

312 Adicionamos que não se pode alegar em momento algum a interferência de censura ou de orientações em tal sentido, uma vez que o jornal não estava sob intervenção e a matéria foi assinada editorialmente. Trata-se, reiteramos, da posição do jornal. Assim, as famílias Mesquita, Frias e grupos associados assumem, por meio desse episódio, o apoio às políticas de desfavelamento, e além, demonstram total conivência e apoio a práticas de violência à margem da lei.

condenando-se a violência praticada em seu nome e mesmo a prática da sublocação como “exploração de favelados”. A Comissão do Desfavelamento se reuniria pela primeira vez em agosto de 1967, tendo o debate em torno de seus objetivos oscilado entre uma investigação das atividades do MOV e da questão das favelas na cidade de São Paulo. Assim, decide-se pela não convocação imediata de Wilson para depor, já que deste modo se estaria dando o que ele gostaria: holofotes e prestígio. Ainda que composta por uma variedade de deputados, que representam posições distintas, no seio da Comissão surgem as primeiras oposições no sentido de formulações alternativas à remoção e ao desfavelamento (DOSP, 30/09/1967). Por exemplo, é feita uma crítica aberta ao caso da Vila Kennedy, no Rio de Janeiro, colocando-se ao nosso ver pela primeira vez em questão qual seria a vontade das pessoas da favela – no caso carioca, ficou evidente que a população era contrária ao deslocamento e que as condições de vida sofreriam piora após o desfavelamento (PERLMAN, op. cit.). Perrone levaria adiante questionamentos de outra ordem, como a já exposta crítica à lei fundiária brasileira, identificando nessa sim uma das principais razões formadoras de favelas.

Em diversas reuniões, seriam escutados integrantes do MUD, inspetores de polícia, secretários de assistência social e diversos moradores da favela. Dentre inúmeras passagens interessantes e informativas – e que nos serviram como fonte ao longo de toda a pesquisa, interessa agora levantar um dos questionamentos feitos pela comissão, que interroga se o desfavelamento poderia sobrepassar o respeito aos direitos humanos. No depoimento do Inspetor Vicente Paes, da guarda civil do município, surgem as seguintes declarações:

“[O Sr Inspetor Vicente Paes de Oliveira] Quero referir-me ao famoso espancamento. (...) A favela é um lugar onde se encontra certo número de maus elementos: maconheiros, ladrões e outros. Êsses elementos, quando alcançados nos seus intuitos maléficos pela ação policial, se irmanam e se voltam contra os policiais, assacando-lhes as mais violentas acusações. (...) Quanto a êsse fato de espancamento, que teria ocorrido, foi objeto de apuração pelo 6o. Distrito Policial. Aquelas autoridades primeiramente designaram quatro investigadores para fazer uma investigação. Feita esta, elaborou-se inquérito, no qual foram ouvidas cêrca de oito testemunhas. Tôdas elas inocentaram os policiais. As acusações não procederam.(...) O Sr. [secretário da Secretaria Municipal de Bem Estar Social] Dr. Paulo Soares Cintra: Há um trabalho dentro da Secretaria de Obras da Prefeitura, no sentido de se proibir a construção de novas favelas. E há um entrosamento entre a Prefeitura e a Guarda Civil para evitar a proliferação de favelas.” (DOSP, 13/10/1967)”

O que os deputados passam a se dar conta é do fato de existir concordância entre polícia e

prefeitura no sentido da repressão às favelas. Repressão à construção de novos barracos, que se espraia para a repressão direta às pessoas da favela, contando com o apoio conivente dos colegas policiais para acobertar a questão caso ela passe dos limites aceitáveis; mas que conta com apoio pleno da prefeitura. Se dando conta disso, os deputados partem para o ataque e a divergência se evidencia:

*“O SR JACINTO FIGUEIRA JUNIOR: (...) sr. Inspetor, é crime alugar um barraco?
O SR Vicente Paes de Oliveira – A Polícia não está intervindo nesse comércio.
O SR JACINTO FIGUEIRA JUNIOR: Queria apenas saber se é crime alugar barraco.
O SR Vicente Paes de Oliveira – Não sou advogado para responder.
O Sr. [Diretor do Serviço Social do Estado] Carlos René Egg – Não é crime alugar barracos, mas contribui para a proliferação das favelas. (...)
O SR. PRESIDENTE [Dep. Fernando Perrone] Dr. René Egg, o que me impressiona é que, quando se trata de um edifício ou de casa de alvenaria, há todo um rito judicial de demonstração de propriedade do imóvel para se constatar o crime ou a fraude. Mas quando se trata de um barraco de madeira, não há esse zelo de ir procurar, pelos meios jurídicos, pelas vias normais, a prova da posse. Há a repressão imediata. Parte-se do princípio de que, por ser um barraco de madeira, o locatário não é proprietário e não tem o direito de cobrar aluguel.
O sr. Carlos René Egg – Mas há a exploração do indivíduo que se encontra na pobreza, na miséria. (...)
O SR. PRESIDENTE – O que eu acho injustiçados são os espancamentos e as violências. Eu e o nobre deputado Jacintho Figueira Junior vimos pessoas espancadas, inclusive engessadas.” (DOSP, 13/10/1967)*

Fernando Perrone se dá conta de que para a favela não existe lei, que ali se está diante da pura confrontação da polícia, do Estado e dos donos da terra. A pressão é tanta para liberar a terra das favelas, que há que se desfavelar e se preciso, espancar para que isso aconteça. Daí, parte o deputado para o questionamento dos porquês em se proibir comércio, ou comércio de bebidas somente na favela, e não no resto da cidade. Perrone identifica que o desfavelamento cumpre função do capital imobiliário, e nesse sentido, afirma que:

“quando se trata de uma propriedade particular, ocupada e transformada em favela, geralmente por incúria e descaso do proprietário, este terá grande lucro com sua remoção, pela valorização da terra. Então, não sei se os Senhores poderiam prever a possibilidade, em se tratando de propriedade particular, de o proprietário também arcar com o ônus do desfavelamento e não somente o Poder Público.”

Em outra sessão, são tomados os depoimentos de moradores da favela. Nestes, depoentes acusados por Abujamra de “exploradores da favela” relatam interrogatórios levados a cabo em que este, com o apoio de guardas, inquiria os favelados sobre quanto cobravam de aluguel, além de ser

acusado de destelhar barracos de seus inimigos e despejar pessoas na paulada. Há aqui um misto entre a efetividade de uma polícia como um braço do Estado, que entretanto age paralelamente às instituições jurídicas, e a mando de um particular cujos interesses nos parecem de um pretendente a político, no sentido autonomizado da palavra: isto é, um movimento (MOV) que se arroga na defesa de interesses supostamente “públicos”, que por essas demandas conseguem projeção pública na medida em que tem apoio – de grandes jornais, industriais, proprietários de terras – mas que se utiliza de meios não oficiais para conseguir seus objetivos. De outra parte, os favelados depoentes se assumem como alugadores de barracos, e sabendo da possibilidade que aquela comissão teria de intimidar seu inimigo na favela, encaram a queda de braço.

O embate entre deputados e Wilson assumiria grandes proporções, por meio de ameaças e guerra de informações, motivo pelo qual um dos deputados acusa Wilson de inventar mentiras e distribuir à imprensa, bem como realizar ameaças a qualquer investigação:

“O sr. Jacinto Figueira Junior: quero (...) declarar que o Sr. Wilson Abujamra é mentiroso e até perigoso, porque coloca no jornal que eu o ameaçaria e que eu e o nobre deputado Fernando Perrone estávamos lá [na favela] de arma em punho, e sob o pretexto de expulsão de moradores, tentamos obrigar a classe distinta a registrar queixa contra o Sr. Wilson Abujamra. Este homem é perigoso, pois se utiliza dos jornais, que publicam mentiras, já que nada disso aconteceu. Eu não exibi armas a ninguém. (...) Eu fui armado, logicamente, porque recebi a notícia de que o Sr. Wilson Abujamra não iria permitir a nossa entrada. Por isso fui armado.” (DOSP, 02/12/1967)

Infelizmente, perdemos o traço da comissão, que afirmava que nas suas próximas reuniões intimaria Wilson Abujamra; tudo indica que o assunto esmoreceu, visto que os trabalhos do MOV continuaram e o assunto não foi retomado na Assembléia – ao menos não encontramos rastros. Entretanto, parece-nos suficiente para os propósitos dessa pesquisa a constatação de que em 1969 seriam cassados tanto Fernando Perrone³¹³ quanto Jacinto Figueira Junior (OESP, 14/03/1969).

Mais relatos de violência na favela seriam relatados por Margot, diretora de escola – que inclusive conheceu Wilson e o considerava “boa pessoa”. Segundo ela, a instalação do posto policial teria levado ao assédio às mulheres:

313 Em matéria do dia 30 de novembro de 1967, o jornal Estado de São Paulo tacharia o deputado Fernando Perrone de “representante da linha política de extrema esquerda do MDB” (OESP, 30/11/1967). Noutra, o chamaria de “comunista” (OESP, 21/04/1967)

“Mas (...) puseram a delegacia. E o ruim foi quando começou o desfavelamento, foi quando eles puseram os policiais lá dentro. Ai começou o problema. Porque os policiais mexiam com as meninas. E as meninas eram [muito novas]. Então era... e eles vinham me falar né? E eles mexem mesmo, porque é favelado, acha que pode mexer a vontade. Então elas correram risco no finalzinho. (...) eles pegavam as menininhas, foi um desespero, eles mexiam com as meninas. É um problema, é um problema, eu não sei o que esses policiais tem na cabeça. (...) e na favela do Vergueiro aconteceu a mesma coisa. (...) Ali foi os Klabins que colocaram, porque eles queriam desfavelar. Então foi pra começar o desfavelamento, aí foi uma tristeza.” (Margot)

Seu depoimento corrobora a denúncia de que a implantação do posto policial – atrelado ao desfavelamento – teria intensificado toda sorte de violências expressas como conflito pela terra. O desfavelamento aqui também aparece no seu sentido mais cru: a liberação da terra para seus donos.

Constatamos que o desfavelamento esteve par a par com o primeiro momento da ditadura, em que se observa o alinhamento das posições de Abujamra³¹⁴ com o da grande imprensa, com a defesa de posturas de intervenção social para liberação das propriedades tomadas por favelas, mas ainda revestidas de um apelo humanista. Entretanto, o desfecho da favela do Vergueiro e a nomeação de Paulo Salim Maluf para a prefeitura de São Paulo fariam com que mesmo o desfavelamento como política pública fosse posto a escanteio, dando lugar ao despejo puro e simples – evidenciando um tratamento ainda mais repressivo em relação às favelas após o AI-5.

6.3.2.3. Despejo final – AI-5 e o desfavelamento frustrado

“Olha, essa gente tem de sair mesmo, não tem jeito, é ordem da Justiça. E se tiver onde morar, muito bem, acabou a dor de cabeça. Mas se não tiver, azar, vai ficar embaixo da ponte até se arrumar. Dessa vez a favela do Vergueiro acaba.” (Oficial de Justiça que atuou no Vergueiro, FSP, 21/05/1969)

O despejo da favela do Vergueiro seria anunciado em fins de 1967, quando da resolução da questão judicial, autorizando a reintegração da posse e despejo da favela. Na favela, a notícia seria dada por Joviano, capataz dos proprietários. Estes, novamente se utilizaram de doações em dinheiro e até mesmo oferecimento de lotes no Capão Redondo e Guarulhos, a fim de acelerar sua saída:

“Despejo: nova ameaça na Favela do Vergueiro
(...) A notícia de que os proprietários pretendem desocupar a área chegou à favela sábado, logo cedo, e seu portador foi Joviano dos Santos, empregado da família vencedora da demanda. Visitou os barracos e disse que cada morador que quisesse deixar a favela

³¹⁴ Num trecho de seu livro, Wilson afirma que: “acreditamos que com o governo moralizador que temos, casos como êsses serão examinados com maior honestidade para serem tomadas as devidas providências” (ABUJAMRA, 1967: 33). Suas posições expressam um desejo modernizador que apoia o movimento “reformador” da ditadura militar em sua fase anterior ao AI-5.

receberia NCr\$ 30,00 e carreto gracioso para a mudança.” (FSP, 14/11/1967)

“O sr. Gregorio [Klabin Warchavchik] prometeu, segundo ela, lotes de 10m x 25m no Capão Redondo (Santo Amaro) e outros em Cumbica, para todos os favelados. Diz dona Rosa que ele daria de graça os lotes aos que saíssem.” (FSP, 20/02/1968)

Ao longo do ano de 1968, milhares de pessoas deixariam a favela do Vergueiro num processo de saída lento e que só seria finalizado em maio de 1969, data em que a justiça realizaria reintegração de posse dos últimos barracos remanescentes. Mas o ano de 1968 seria marcado por tensão em grande parte das favelas paulistanas. Isso porque metade da população favelada estaria ameaçada de despejos, muitos dos quais a serem realizados pela própria prefeitura:

“5% dos paulistanos moram em favelas

(...) Despejo em massa

O MOV afirma e a secretaria do Bem-Estar Social, por intermedio de da. Marta Teresinha Godinho, encarregada do Serviço de Habitação Popular daquela Secretaria (...), confirma, que metade da população favelada está com aviso de despejo: Vergueiro, com 7.000 favelados; Vila Prudente, 3.800; Aeroporto, 1.200; Traição, 850; Barra Funda 1.000; Casa Verde, 400; Bom Retiro, 200; e Tatuapé, 700. O despejo é da propria Prefeitura, que vai abrir avenidas nas areas ocupadas, como por exemplo em toda a Marginal Esquerda do Tietê, que abrange as favelas da Barra Funda, Limão, Bom Retiro, Tatuapé, Casa Verde e Piqueri.” (FSP, 03/01/1968)

Para o Vergueiro, seria preparado um plano de saída das pessoas, dividido por etapas:

- “1) Seriam despejados, em primeiro lugar, os exploradores da area, que normalmente têm propriedades fora (alugam barracos, exploram o comercio interno; a favela tem 300 estabelecimentos);*
- 2) Será feito imediatamente o levantamento socio-economico da area pelo Departamento de Estatistica do Estado, juntamente com voluntarios do MOV (...)*
- 3) O MOV tem registradas 500 familias que possuem terrenos fora da favela, (...); para essas familias solicitou-se aos proprietarios da area o financiamento do material de construção, o que poderá ser feito também por intermedio dos órgãos publicos competentes;*
- 4) Serão convocados todos os órgãos publicos para um planejamento completo. Opinarão a Secretaria de Bem-Estar Social, Serviço Social do Estado, Juizado de Menores, Departamento de Imigração e Colonização, Serviço de Proteção e Previdencia do Estado e outros;*
- 5) O MOV se encarregou de orientar os favelados para não abandonarem seus empregos, não retirarem seus filhos das escolas; que devem abandonar a area porque o terreno não lhes pertence, isto só quando tiverem local determinado para abrigar-se, evitando assim que montem em outro local nova favela.” (idem)*

Assim, estavam excluídos dos planos de desfavelamento os considerados “exploradores”, indicando uma vitória da posição hegemônica, defendida pelo MOV; as outras famílias, consideradas “honestas”, seriam assessoradas tanto no caso da aquisição de terrenos como no caso da impossibilidade de sua aquisição. O sentido dado era, entretanto, o combate à formação de novas favelas por meio da defesa da compra da casa própria, a ser conseguida em articulação com vários

órgãos governamentais – não importando o lugar.

Os primeiros a sair seriam os favelados proprietários de imóveis, bem como os comerciantes:

“Mais favelados saem da Vergueiro

(...) “Segundo o presidente do Movimento das Organizações Voluntárias para a Promoção do Favelado - MOV - (...) há um acordo tácito com o proprietário da gleba, o espólio Klabin, de despejar agora apenas os proprietários de casas de negócios (bares, armazens, açougues) e que possuem residências fora da favela. A medida atingirá 60 negociantes que exploram a favela.” (FSP, 21/02/1968)

Em seguida, o levantamento sócio-econômico seria feito excluindo os primeiros moradores despejados acima citados, constando 1.802 famílias, a partir do qual elaboramos a tabela 3. Se dividiam entre os já proprietários de terrenos (28%), sem terreno (58%) e aqueles desejosos de sair de São Paulo – entre regressantes a regiões de origem (9%) e que tentariam a vida no interior paulista na zona rural (4%). Das 1.802 famílias, restariam somente 335 barracos em 1969: muitos se dirigiram, ao longo de 1968 e princípios de 1969, a outras partes da cidade – seja em terrenos próprios, casas alugadas entre outras. Assim, os barracos restantes concentraram basicamente aquela população que não teria para onde ir e que esperaria soluções do Estado e encaminhamentos do MOV. Essa cifra constitui quase 20% da favela, presumivelmente a fração mais pobre.

Face ao despejo, sabido e iminente, moradores da favela seriam alvo de vendedores de lotes em periferias longínquas. Um dos casos emblemáticos é o Eldorado, Diadema. Reproduzimos trechos extensos de uma matéria impressionante que dá conta desse processo:

“Centenas de pessoas deixam a favela do Vergueiro e começam outra em Eldorado

*Sem esperar o auxílio do governo, umas 100 famílias já deixaram a favela do Vergueiro. Desmontaram seus barracos e levaram todo o material para o Jardim Marajá, em Eldorado, de onde se vê a represa. **Nesse bairro ergue-se agora nova favela**, com a diferença que os terrenos onde foram construídos os barracos pertencem aos próprios favelados. Estes enfrentam agora outra realidade: os terrenos que **compraram de corretores na favela do Vergueiro** são quase todos **numa pirâmbeira**, quase a pique. (...) O Jardim Marajá fica a uns 5 quilômetros da parte central de Eldorado, e a região está em grande movimentação. **Os próprios favelados**, usando o material dos barracos da favela do Vergueiro, **estão reconstruindo suas casas, em condições mais precárias. A água têm que ir buscar numa pequena floresta**, onde já descobriram minas.*

***O loteamento é numa montanha.** Existem ruas onde os garotos descalços, muitos nus, andam de um lado para outro, dizendo que estão mais felizes no novo local, porque “vão pôr fogo na favela do Vergueiro e lá vai ter guerra”. (...) De lá de cima dá para ver a represa e o crepúsculo é fora do comum para quem vive dentro da cidade, mas o favelado não percebe. Escurece rapidamente e os barracos ficam na escuridão. Não há luz elétrica. Funciona o lampião, a vela ou nada.” (FSP, 16/04/1968, grifos nossos)*

Assim, a saída da favela, nos casos não atendidos pelo desfavelamento, englobaria a destinação a loteamentos na periferia, em condições extremamente precárias – sem água, com alta declividade e a grande distância – o local fica próximo à Represa Billings. E as condições seriam pioradas, como sugere trecho selecionado de matéria sobre meninos de rua:

“- [Eu moro] Lá em Eldorado, com minha tia. (...)”
- Tua tia, o que faz?
- Nada. **Quando a gente morava na favela do Vergueiro ela arrumava casa dos outros. Agora não.** Só meu tio que trabalha. Ele desmancha prédio e faz prédio”. (FSP, 22/05/1969, grifos nossos)

O fim da favela aponta no surgimento de outras, ainda que do ponto de vista da propriedade as pessoas fossem donas de seus lotes.

Mas o mesmo seria válido para quem o MOV tentava atender. Por articulação feita junto à Secretaria do Planejamento, Cohab e BNH, seriam construídas casas no Bororé/Grajaú, do outro lado da mesma represa Billings e no extremo sul da cidade de São Paulo, adquiridas por meio de financiamentos de longo prazo. Em negociação junto à família Klabin, seria conseguida uma extensão no prazo do despejo até que as casas fossem construídas.

“O secretário do Planejamento, o sr. Onadyr Marcondes, recebeu ontem em seu gabinete, o sr. Wilson Abujamra e demais diretores do MOV (...) e que solicitaram a intercessão do govêrno do Estado junto aos proprietários da gleba onde está localizada a favela do Vergueiro, adiando-se o despejo dos favelados até o mês de fevereiro próximo. Explicaram os diretores do MOV que até fevereiro estarão prontas as casas construídas pela COHAB em Bororé, Santo Amaro, para onde serão transferidas as famílias do Vergueiro. Afirmando que o Governo tem contado com grande boa vontade de parte dos proprietários das terras do Vergueiro, o secretário (...) disse que, em nome do governador Abreu Sodré, solicitaria uma dilatação no prazo para desocupação. Assinalou que contava como certa a compreensão ao pedido, uma vez que já varias vezes os proprietários concederam tempo para que a favela fosse sendo transferida sem problemas e sem maiores danos às famílias faveladas.” (DOSP, 31/12/1968)

O prazo seria concedido, mas a execução das obras enfrentaria atrasos, solicitando novamente uma dilatação do prazo; as casas seriam, conforme indica a segunda matéria citada abaixo, construídas pela articulação entre BNH e COHAB:

“**Esta cidade é sua**
Porque está atrasada a construção de um nucleo de casas em Bororé, na região de Santo Amaro, destinado a favelados do Vergueiro, o [MOV], com o apoio do Governo do Estado, solicitou aos proprietarios da gleba da Vergueiro que permitam a utilização dos barracos até fins de fevereiro, pois então deverá estar concluída a construção das casas.” (FSP, 05/01/1969)

“Favelados do Vergueiro visitam obras do BNH em Santo Amaro

Duzentos favelados visitaram, ontem, as construções do BNH e da COHAB no Parque Grajaú e Bororé, em Santo Amaro. A visita foi promovida pelo MOV (...) que pretende desfavelar os moradores do Vergueiro pela aquisição de casas construídas pelo BNH ou pela COHAB.” (FSP, 03/03/1969)

Ao final de abril de 1969, a situação de quem ainda permanecia no Vergueiro viria a se complicar e muito. De um lado, as obras das casas destinadas aos favelados ainda estavam atrasadas; de outro, os proprietários passaram a se indispor e não quiseram mais esticar o prazo; para completar, a nomeação do novo prefeito Paulo Salim Maluf, no começo do mês, havia inaugurado nova fase na relação da prefeitura para com as favelas, que passava a “lavar as mãos” para o problema.

Nesse contexto, ao final de abril os proprietários da gleba passaram a retirar terra do local no início dos serviços de terraplanagem, antes mesmo que se completasse a remoção de todos os barracos; a medida foi recebida como mais uma coação à saída das pessoas da favela:

A presença de máquinas de terraplanagem e de caminhões para remoção de terra continua preocupando os favelados

Imagem 25: Tratores removem terra na favela do Vergueiro

(Fonte: FSP, 30/04/1969)

“Remoção de terra põe em pânico favelados do Vergueiro

Os últimos moradores da favela do Vergueiro estão em pânico desde há oito dias, quando uma firma de terraplanagem iniciou, sem aviso previo, a remoção de uma grande quantidade de terra, junto aos trezentos barracos que ainda estão de pé naquela área. (...)

ATERRO E LOTEAMENTO

*A terra retirada está sendo aproveitada pela Prefeitura em aterros que possibilitarão a conclusão da av. Agua Funda, perto do Zoológico e em outras obras, no Ipiranga. A firma encarregada da remoção está usando **uma escavadeira e 32 caminhões que trabalham 15***

horas por dia e segundo o encarregado do serviço, sr. Nestor, <<enquanto houver terra>> os trabalhos prosseguirão.

Por outro lado, a firma de terraplanagem está trabalhando de acordo com os proprietários do terreno e **alem de retirar terra, está aplainando o local que será futuramente loteado.**

MEDO

Os favelados, entretanto não estão informados sobre o que está acontecendo e têm medo que seus barracos sejam derrubados. É o que acontece, por exemplo com da. Maria Aparecida, empregada domestica que vive no Vergueiro com seus dois filhos menores. Há dois dias ela acordou com o barulho das maquinas que trabalhavam a poucos metros de seu barraco e ficou apavorada. (...)

Hoje, ela está reduzinda a pouco menos de 300 barracos e **seus moradores sem exceção, beiram a miséria; são justamente aqueles que não tiveram condição para sair dali.** Alem dos barracos existe apenas um ambulatorio improvisado e mantido pelo MOV e uma igreja de madeira que <<só funciona de vez em quando.>> Havia também, até poucos dias, uma bica d'água. Mas nem isso existe mais, pois os caminhões que estão retirando terra arreventaram o cano que supria a bica. Este cano não foi, e provavelmente não será consertado." (FSP, 26/04/1969, grifos nossos)

O movimento intenso dos tratores e caminhões de fato seria o prenúncio do fim. Em meio a ameaças de despejo forçado – ilegal –, ainda se tentava denunciar a situação e reclamar por ajuda; em paralelo, a prefeitura abandonava por completo qualquer forma de atendimento:

"Favelados do Vergueiro ficam sem agua e reclamam auxilio

(...) Nos ultimos dias, os proprietarios dos terrenos em que está situada a favela mandaram destruir os canos de agua e as casinhas sanitarias. Eles divulgaram entre os favelados a informação de que desta vez o despejo não será adiado na Justiça.

Segundo o sr. Wilson Abujamra, presidente do MOV, a situação dos favelados tornou-se crítica porque as familias não receberam o material de construção prometido gratuitamente pela Prefeitura, na gestão passada. Ele indicou que 140 familias que possuem terrenos no Vergueiro receberiam essa doação. Outras 165 se habilitaram a adquirir casa através do BNH. Apenas 30 não teriam possibilidade de arranjar novo lugar para morar, a curto prazo." (FSP, 29/04/1969)

A agonia duraria mais quase um mês, sem água nem banheiros, até que no dia 20/05/1969 começavam as operações de finalização do despejo. Durante todo o período continuavam as formas de coação para o abandono dos barracos, por meio do oferecimento de quantias irrisórias e ameaças:

"Favela do Vergueiro: os moradores temem o apressamento dos despejos

(...) O sr. Joviano dos Santos disse, ainda, que os proprietarios dos terrenos estão ajudando os moradores que deixam o local, com dinheiro, transportes e passagens, para os favelados que se deslocam para outros Estados ou cidades do Interior. Afirmou que desde novembro de 1967 essa ajuda vem sendo prestada, já tendo sido gastos cerca de NCr\$ 580 mil com ela.

'Quando a familia é muito numerosa - disse - a firma chega a dar até 150 mil cruzeiros novos para as despesas de mudança. Quando se trata de um casal sem filhos, entregamos de NCr\$25,00 a NCr\$ 30,00³¹⁵.'" (FSP, 30/04/1969)

"Ontem foi um dia de muita tensão na favela do Vergueiro. Um sr. Jovino [Joviano], contratado pelos advogados do espólio, tem ameaçado os moradores do barraco há muito tempo. Foi devido a essas ameaças que muitos favelados acabaram indo morar em lugares

315 Lembrando que o salário mínimo estava fixado em Ncr\$156,00 (Decreto 64.442/1969, 01/05/1969).

distantes, como Diadema, Bororé e Poá, tendo, as vezes, que tomar três conduções para chegar ao serviço, e sem escola para as crianças.” (FSP, 21/05/1969)

A nomeação de Maluf para a prefeitura significaria uma mudança ainda pior para os favelados em geral, uma vez que nem mesmo as políticas de desfavelamento seriam mantidas: a ordem implícita agora era despejar pura e simplesmente. Tanto é que o próprio MOV, em conjunto com os jornais OESP e FSP se mostrariam críticos de sua ação, chegando inclusive a imputar à prefeitura a responsabilidade pela calamidade. Um editorial seria publicado pela Folha (22/05/1969); no Estado, no dia 21/05/1969, matéria intitulada “Êste despejo, o preço da omissão”.

“E começa o despejo na favela

Enquanto o nôvo prefeito da Capital continua alheio ao problema, 335 famílias começam a ser despejadas hoje da favela do Vergueiro. O ex-prefeito Faria Lima prometera resolver êsse caso, mas não teve tempo. Quem substituiu o brigadeiro (...) desde que ocupou seu lugar, não fêz outra coisa senão esquivar-se. Ontem, não quis receber nem monsenhor Expedito, enviado por d. Agnelo Rossi, para tentar uma solução. (...) 'Com a mudança de prefeitos – explica Abujamra – o MOV solicitou audiencia com o novo chefe do Executivo municipal, mas não conseguiu.'” (OESP, 20/05/1969)

“Dos 335 paupérrimos lares agora despeitos e que ninguém poderá saber onde vão ser refeitos, ainda que modestamente, 165 chefes de família esperavam financiamento da COHAB, enquanto outros 140 conseguiram adquirir um terreno fora da favela. Por outras palavras, 305 famílias teriam podido resolver o seu problema habitacional, se tivessem recebido o apoio que a Prefeitura lhes havia insinuado. (...)

Da COHAB, que ao ser criada anunciou o propósito de participar do desfavelamento, não houve notícias. Nem do BNH, que poderia responder que a sua faixa de ação, perfeitamente delimitada, é outra. Nem da Secretaria do Bem-Estar (bem-estar?). Nem de outros órgãos do município. Todos silenciaram, seguindo o exemplo do burgomestre.” (OESP, 21/05/1969)

O MOV somente receberia requisitos burocráticos, que mesmo cumpridos, não resultariam em qualquer tipo de atendimento, numa evidente forma de “enrolar” pelas vias burocráticas. A COHAB, por sua parte, nem finalizado o cadastro havia, esclarecendo que somente inscreveria dez pessoas por dia³¹⁶ (OESP, 20/05/1969).

As máquinas trabalhariam em paralelo ao despejo, numa descrição que lembra a movimentação de terra feita na favela do Jardim Panorama, descrita por Kowarick (1980):

“Entram em fase final os despejos no Vergueiro

(...) Fêz aviso a Maria Ilka Soares e deixou ilhado seu barraco, com outros cinco. As máquinas de terraplenagem chegaram, cortaram todo o espaço em volta, fizeram um desnível de uns três metros do barraco ao solo e avisaram: “amanhã cai a última fatia.”

³¹⁶ Atualmente, os cadastros da COHAB e outras empresas habitacionais estatais são notórios por grande demora e não atendimento; há relatos junto a sem-tetos em movimentos de ocupação que remetem a espera superior a 15 ou 20 anos. O cadastro em si não significa nem naquele momento nem hoje a garantia de atendimento por parte de tais órgãos. Isso ainda para unidades habitacionais adquiridas por meio de financiamento.

(FSP, 21/05/1969)

O fim da favela evidencia a piora do que já era ruim. Nem mais desfavelamento, agora a orientação era literalmente de se deixar passar os tratores. A política para com as favelas seria, cada vez mais, de polícia, de repressão, no sentido de se liberar a terra³¹⁷; enquanto isso, as COHABs e BNHs seguiriam segundo seus próprios ritmos, numa alteração qualitativa que nem mais propõe o desfavelamento, e somente o despejo.

Se nota que o fenômeno das favelas cada vez mais se espalharia pela periferia da cidade, em conjugação com uma maior pauperização da população e uma queda absoluta na demanda de força de trabalho:

“(...) No ano passado fizemos pesquisas em 15 favelas e verificamos que 45% dos favelados foram morar nas favelas nos últimos seis meses, quando antes moravam em casas da periferia, o que prova o empobrecimento da população.” (FSP, 03/01/1968)

“E assim nasce uma favela

(...) O DIC [Departamento de Imigração e Colonização] já está se ressentindo de uma coisa: os grandes consumidores de mão-de-obra estão solicitando cada vez menos trabalhadores.” (OESP, 22/05/1969)

“Abandono, após o despejo

(...) Enquanto a favela do Vergueiro está desaparecendo, em todos os cantos da cidade novas favelas surgem. As próprias famílias de favelados que moravam no Vergueiro vão criar novos núcleos de miséria em outros pontos da cidade. E, a cada dia, São Paulo recebe mais favelados. São os retirantes de terras agrestes do Norte e Nordeste, que procuram melhores condições de vida.” (OESP, 23/05/1969)

A política de despejo de favelas em São Paulo se definiria então a partir do tratamento das favelas como habitações a serem removidas³¹⁸, num incremento do enfoque policialesco – como a criação dos VHPs, centros de triagem para onde se colocariam as pessoas após o desfavelamento .

A contradição entre o discurso desfavelador e a capacidade mobilizadora do Estado para modernizar – por meio da formação do trabalho, construção de conjuntos habitacionais no modelo empresarial do BNH – denotam que mesmo a possibilidade de incorporação por meio da indústria da construção não se realizam mas tão somente a liberação da propriedade, em que o Estado entra

317 É exatamente do mesmo período o famoso incêndio da favela da Praia do Pinto, deixando 20 mil pessoas desabrigadas (FSP, 11/05/1969). Segundo Janice Perlman, tudo indica para um incêndio criminoso, visto que a favela localizava-se numa área extremamente valiosa no Leblon, tendo sido o terreno “liberado”.

318 “Dentro da estrutura da Prefeitura Municipal de São Paulo, cumpre à Secretaria de Bem Estar Social Sebes, pelo seu Departamento de Habitação e Trabalho, cuidar do problema de habitação, principalmente no que diz respeito à erradicação de aglomerados de sub-habitação (Lei 7457, de 28 de abril de 1970, art. 9o. Letra “a”).” (SÃO PAULO, 1971: 3)

como viabilizador por meio de seu aparato policial. O número de favelas em princípios dos anos 1970 era enorme, mas sobretudo em pequenos núcleos – o que facilitava sua remoção.

Segundo Mike Davis, mundialmente os anos 1970 marcam o momento em que os “governos do Terceiro mundo abdicaram da batalha contra a favela” (DAVIS, op. cit.: 79). Possivelmente não se trata do fim dessa batalha, mas sobretudo de quando a velocidade de seu crescimento torna evidente que não há possibilidade de contê-las. O aprofundamento das contradições capitalistas expresso numa tendência de eliminação do trabalho somente faria esse sentido se intensificar.

Considerações finais

*“Nenhum brasileiro com bom senso apoia Naji Nahas
Que quer a terra pra especulação pra manter a sua farra
Alckmin, José Eduardo e sua Juíza
Só com os interesses da sua quadrilha se sensibilizam*

*Poucos lhes importa idosos e crianças agredidas
Sua mentalidade nem deixa a mente arrependida
Até no alojamento cedido pela prefeitura
A polícia entra pra agredir em clima de ditadura”
Pinheirinho, Davi Perez, 2012.*

Após o despejo da favela do Vergueiro, a formação de favelas se intensificou em São Paulo. E para além, por toda a Região Metropolitana, bem como em cidades do interior paulista. Ao longo de toda a pesquisa, nos deparamos com fenômenos ocorridos entre 1950 e 1970 cuja forma parece se repetir nos dias presentes. A formação da favela do Vergueiro e as políticas para seu enfrentamento se interconectam com os processos atuais de formação de favela e as políticas a elas relacionadas: mais do que distinguir esses processos temporalmente, há que se buscar os vínculos e continuidades que, embora se alterem em diversos pontos, mantêm muitas semelhanças, porque remetem a uma mesma forma de determinação social. Embora pertencentes a processos aparentemente distintos, são fenômenos semelhantes que expressam uma unidade mais ampla em que a socialização capitalista põe e repõe fenômenos muito parecidos entre si – ainda que separados por anos de distância.

Em 40 anos, as condições da modernização brasileira se alteraram, ainda que evidenciando as particularidades de uma formação periférica dentro de um sistema capitalista cuja determinação da acumulação é a crise. Vivemos em nossa infância a crise da dívida dos anos 1980 em meio a recessões, “pacotassos”, confiscos de poupança etc, que se refletiram na cidade na formação ampliada de favelas por toda a periferia; em contrapartida, em nenhum momento parece ter se interrompido o processo de expulsão de favelas para liberação da propriedade privada – tomando o caso da avenida Berrini como exemplar.

É evidente que ao olhar para um assunto pretérito o fazemos com olhos do e no presente.

Talvez por isso ao longo de toda nossa exposição fizemos notas referentes a processos aparentemente similares dos anos 2000 e 2010. São assuntos como a violência policial, políticas assistencialistas e de remoção de favelas, participação e intervenção do Estado na economia, entre outros. Mas tendo consciência das diferenças de fundo, pensamos em tecer algumas considerações a respeito de outros processos. E por isso faremos um curto relato sobre o violento despejo do Pinheirinho, em São José dos Campos em 2012. Tal evento atravessou nossa vida e representou uma descontinuidade no processo de pesquisa propriamente dito, mas significou outro momento de elaboração a respeito da formação e despejo das favelas, implicando mais um momento de análise sobre o mundo.

Em janeiro de 2012 soube da iminência do despejo da ocupação Pinheirinho. Solidarizei-me com a ocupação, indo para o local numa segunda-feira à noite, sob a ameaça de despejo na manhã seguinte. Após ver na imprensa as fotos da “Tropa de Choque” de moradores – com capacetes de moto e de obra, escudos feitos com tonéis de plástico e armados de paus, em imagens que correram o mundo – confesso ter vivido um momento de exaltação, face a uma comunidade de 9 mil pessoas que conseguia minimamente se organizar para tentar resistir a um despejo. Numa noite tensa, sob a iminência da chegada da Tropa de Choque, percebia-se que aqueles escudos e capacetes eram uma forma desesperada daquelas pessoas dizerem: deixem ao menos a gente ficar nessa terra! Face às injustiças diárias vividas por cada uma das pessoas ali, conseguir a terra para morar seria um grande alívio e significava um mínimo conforto face a uma situação de instabilidade permanente.

Não seria naquela noite. Após intervenção da Justiça Federal, a liminar seria suspensa às 4:00h. A frase corrente era: *“pensávamos que a essa hora os juízes só funcionavam para os proprietários de terra”*. O comboio policial, que já se encontrava na entrada de São José dos Campos, foi obrigado a fazer meia volta e retornar aos quartéis. Um alívio geral e depois uma celebração!

Entretanto, para a surpresa geral, 5 dias depois, na manhã do domingo, o despejo no Pinheirinho estava acontecendo e estava sendo realizado mediante muita violência. Rapidamente, fui ao local com outros companheiros munido de câmeras de fotografia e vídeo. Em outros despejos anteriormente vividos por mim, tudo costumava resolver-se em algumas horas. Entretanto, em São José a coisa estava só começando.

Chegamos às 13:00, e o que havia era um cenário de guerra civil: muita gente dos bairros vizinhos, de periferia – no qual viviam parentes e amigos de moradores do Pinheirinho –, estava na rua; um carro da afiliada local da TV Globo ainda terminava de queimar e, agrupamentos de jovens arremessavam pedras nas várias polícias... e muita, muita polícia, e de todos os tipos: Tropa de Choque da PM e da Guarda Municipal, Força Tática, Cavalaria, canil, dois helicópteros, bombeiros... Viaturas passavam a alta velocidade quase atropelando pessoas; séries de bombas eram lançadas contra a multidão, balas de borracha, muito cheiro de gás lacrimogênio, fumaça de pneus queimando... Pelas ruas, pessoas desesperadas chorando, perguntando por informações e à procura de conhecidos. Por algum tempo algumas pessoas se refugiaram no ínfimo acampamento assistencial improvisado pela prefeitura; sem estrutura adequada para aquela multidão, havia revolta face ao tratamento de assistentes sociais e do “atendimento” da prefeitura. Às 17:00h, em face a conflitos generalizados e manifestações de indignação dentro desse acampamento, a polícia passaria a disparar sua carga nessa direção, obrigando uma maioria de mulheres, crianças e idosos a correrem do único local oferecido pelo Estado para abrigar as pessoas. Até que um padre local ofereceu abrigo na paróquia vizinha. Entretanto, a ida ao local se mostraria uma verdadeira peregrinação, pois face ao deslocamento súbito de centenas de pessoas, a polícia passaria a interromper a marcha com uma série de ataques a todas as pessoas que estivessem na rua. Nesse momento, eu e outro colega nos abrigamos na casa de uma pessoa desconhecida, visto que qualquer pessoa que pisasse na rua poderia ser alvejada ou detida. A “Tropa de Choque” da PM impunha toque de recolher à luz do dia, na marra. Após um processo errático de negociação no qual foram

detidas várias pessoas, conseguiu-se uma “trégua” para garantir o deslocamento de quase mil pessoas, que ficaram abrigadas por vários dias naquela paróquia. Durante a noite, presenciei, de dentro da paróquia, diversas viaturas da Rota passando a altíssima velocidade, indo na direção de moradores que, indignados, protestavam de forma espontânea pela rua. Com a Rota, chegava a recomendação de não sair para a rua, um *toque de recolher*. Essa recomendação seguiria por várias noites na cidade.

A prefeitura por sua vez ofereceria galpões escolares para abrigar a população que não se encaminhou para casas de familiares. Presenciei as dificuldades desses locais quanto ao fornecimento de água, comida etc – para se ter uma ideia, um dos ginásios oferecidos dispunha de apenas uma caixa d'água de 2.000 litros para um contingente de mais de 800 pessoas. Calor, frio, brigas entre pessoas que foram arrancadas de suas casas; o cenário era de horror. Aos olhos e na pele de quem havia sido despejado, ficava evidente que a igualdade posta na lei era ilusória.

A operação havia sido iniciada às 5:00h daquele domingo, quando a polícia chegara de surpresa. No sábado anterior, havia ocorrido uma grande festa e as pessoas dormiam profundamente. O motivo era a comemoração de um acordo feito junto a várias esferas governamentais – inclusive prefeitura e Governo do Estado – para suspensão do despejo durante as negociações. O plano pareceu milimetricamente calculado pelas forças governamentais: face a uma situação de enfrentamento em que poderiam tombar policiais, optou-se por uma ação de surpresa. No linguajar da rua, *trairagem, na mais pura crocodilagem*. Tanto é que as vítimas só tombaram de um dos lados – o das pessoas daquela ocupação, chamada de favela pela imprensa.

Logo cedo, as pessoas foram violenta e rapidamente retiradas de suas casas, numa situação de profundo horror que nos foi narrada por quem ali vivia. Abusos praticados por forças policiais foram amplamente relatados e rapidamente se difundiram pela internet. Eu mesmo flagrei policiais com pistolas em punho durante momentos de conflito. Relatos desconstruídos dando conta de estupros, agressões, tiros de bala e toda uma série de abusos – como a de policiais “celebrando”

com a cerveja de um boteco local. Agressões verbais? A regra.

A origem do terreno é emblemática: pertencia a Naji Nahas, um mega-investidor, acusado de ter provocado a quebra da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1989. Em 2008 chegou a ser preso pela operação *Satiagraha*, acusado de lavagem de dinheiro e uso de informações privilegiadas. Para o delegado Protógenes Queiroz,

“Se a região por vendida, esse valor será descontado da massa falida da Selecta, que se abaterá das dívidas que estão no nome de Naji Nahas. Ele é interessado direto em desalojar as pessoas que estão lá. (...) Ele tem muita influência, sabe se mover entre autoridades, sempre foi assim. As circunstâncias desse desalojamento foram estranhas. A massa falida que detém oficialmente os direitos da área era judicialmente obrigada a fornecer local seguro aos habitantes do Pinheirinho. Isso não foi providenciado. E as autoridades mesmo assim cumpriram a ordem de despejo.”³¹⁹

Personificando a figura do investidor que atua no mercado de ações sob formas que contrariam as “regras do bom funcionamento”, Nahas teria adquirido a área nos anos 1980, época em que foi acusado de operações fraudulentas. O terreno encontrava-se abandonado já há muitos anos e foi ocupado em 2004; no local, havia somente escombros da indústria Selecta, falida na quebra da bolsa do Rio de Janeiro em 1989... O despejo se deu a menos de uma semana de os sem-teto completarem oito anos de permanência no local. O episódio foi largamente noticiado e repercutiu por todo o Brasil e internacionalmente, sendo desnecessário entrar em mais detalhes a seu respeito.

Nesse pós-escrito, nosso objetivo foi o de apontar que despejos e desfavelamentos, longe de pertencerem a um momento da constituição urbana, são continuamente repostos e constituem forma social no mundo em que vivemos. A força do capital, expressa pela pessoa de Naji Nahas é tamanha que consegue apoio dos governos Estadual e Municipal, a ponto de levar adiante uma operação impopular e apontada como uma das mais graves violações aos Direitos Humanos na história recente brasileira. Mas, longe de ser um episódio isolado se apresenta como uma forma sistêmica, que ora assume grandes proporções, ora, de forma aparentemente individualizada, expressa condições particulares da modernização brasileira. A importância da riqueza patrimonial é

319 <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/naji-nahas-tem-interesses-no-despejo-de-moradores-afirma-protogenes/>

expressão da impossibilidade de incorporação produtiva, pelo trabalho, de toda população que expropria. Ao Estado cabe zelar pela manutenção das norma estabelecidas e da propriedade privada, postos muito acima de qualquer suposição de igualdade entre pessoas.

A culpa da pobreza? Continua sendo dos pobres...

Livros, teses e dissertações

- ABREU, Regina & NETTO, Guilherme Franco (coords.). “A trajetória de Sérgio Arouca”. Depoimento de José Carlos Arouca. Rio de Janeiro: UNIRIO. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/depoimentos/depoimentojosecarlosarouca.htm>. Acesso em 01/09/2012.
- ABUJAMRA, Wilson. *A realidade sobre o problema favela*. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna, 1967.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ALFREDO, Anselmo. *A luta pela cidade na metrópole de São Paulo: do projeto à constituição da Avenida Água Espraiada*. Dissertação de mestrado. Orientação: Dra. Amélia Luisa Damiani. São Paulo, 1999, DG-FFLCH-USP.
- _____. Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. *Geosp: Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 24, 2008, p.63-108.
- _____. Forma e formação econômico-social: a monetarização da sociabilidade e a contradição agrário-urbana no planalto paulista do século XVIII. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). *Cidades brasileiras territorialidade, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Fapeam, 2009. v.1.
- _____. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. São Paulo: Mimeo, Edição do autor, 2010.
- ADORNO, Theodor W. *Sobre sujeito e objeto*. 1969. Disponível em: <http://www.geocities.com/Paris/Rue/5214>. Acesso em junho de 2009.
- AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A Cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v.3, Aspectos da metrópole paulista.
- BIBLIOTECA Virtual Sérgio Arouca. Disponível em: <http://bvsarouca.iciet.fiocruz.br>. Acesso em 01/09/2012.
- BLAY, Eva Alterman. Dormitórios e vilas operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro. IN: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

- _____. Habitação: a política e o habitante. IN: BLAY, Eva Alterman (org.). *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil. Origens da habitação popular em São Paulo: primeiros estudos. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, v.2, n. 5, 1982.
- _____. Habitação popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo. IN: VALLADARES, Lícia (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de Camargo et al. *São Paulo 1975*. Loyola: São Paulo, 1976.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia. 1998.
- CISCATI, Márcia Regina. *Malandros da terra do trabalho: malandragem e boêmia na cidade de São Paulo (1930-1950)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.
- COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO. *Ação cultural do Metrô – Linha 2 – verde*. São Paulo, s/d. Disponível em: <http://www.chacaraklabin.com.br>. Acesso em 11/10/2010.
- DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, dezembro 2007, p. 18-31.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *Na busca das favelas o encontro do "peão" que permanece - as favelas de Cubatão num quadro de desenvolvimento do centro petroquímico-siderúrgico*. Dissertação de mestrado. Orientação: Dr. Armando Corrêa da Silva - Departamento de Geografia - USP. São Paulo, 1984.
- _____. *Urbanização crítica: Periferias Urbanas – Elementos a considerar no caminho da cidade como sujeito*. s.d.
- D'ANDREA, Tiarajú Pablo de. *Nas tramas da segregação: o real panorama da pólis*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, São Paulo, 2008.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEBORD, Guy. *Théorie de la dérive*. Ano de publicação original: 1958. Disponível em: http://www.larevuedesressources.org/article.php3?id_article=38. Acesso em: 20/08/2010.

- DINIZ, Anna Carmen. *Tentativas de um trabalho de serviço social junto à favela de V. Prudente*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social. São Paulo, 1956.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *El problema de la viviente (y las grandes ciudades)*. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.
- FAORO, Raymundo. A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento. In: _____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- FAUSTO, Ruy. *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flávio Rabelo & BARROS, José Roberto Mendonça de. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.
- FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976?.
- _____. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. *Revista de Economia Política*, v. 1, no. 1, janeiro-março, 1981.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Estampa: Lisboa, 1977.
- _____. *Movilización general*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1981.
- GLEZER, Raquel. Visões de São Paulo. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/São Paulo Marco Zero; FAPESP, 1993.
- GODINHO, Marta Teresinha. *O serviço social nas favelas – São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social, 1955.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n. 1 – *Batalha de ideias*. Embu das Artes: Circulo Palmarino, 2011.
- GROSTEIN, Marta Dora. Periferias: loteamentos ilegais e formas de crescimento urbano. In: CAMPOS, Candido Malta & GAMA, Lúcia Helena & SACCHETA, Vladimir (orgs.). *São Paulo – Metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Senac, 2004.

GRUPO KLABIN Papel e Celulose. Disponível em: <http://www.klabin.com.br/> . Acesso em 09/05/2012.

Também [http://www.klabin.com.br/MA1100/\(Smvjoll3kxcfs04454amyzc45\)\)/pt-br/perguntas.aspx](http://www.klabin.com.br/MA1100/(Smvjoll3kxcfs04454amyzc45))/pt-br/perguntas.aspx) . Acesso em 09/05/2012; e <http://www.klabin.com.br/pt-br/a-klabin/reciclagem.aspx>. Acesso em 25/08/2012.

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste & FURTADO, CELSO. *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

HANLEY, Anne G & MARCONDES, Renato Leite. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). Artigo apresentado no ANPEC, 2007. Disponível em: anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A005.pdf Acesso em 15/05/2012.

HOGAN, Daniel J; KOWARICK, Lúcio; SILVA, Luiz Antonio Machado; BERLINCK, Manoel Tosta; PAOLI, Maria Celia. *Cidade, usos & abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

JACQUES, Paola Berenstein (org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KOWARICK, Lúcio & ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. *Ler Marx: as leituras de Marx no século XXI*. 2001. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz97.htm> . Acesso em 20/01/2010.

_____. *A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política*. 1994. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>. Acesso em 30/02/2012.

_____. *A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global*. 2002. Disponível em <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Acesso em 10/03/2011.

_____. *A ruptura ontológica*. 2004. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz282.htm> . Acesso em 03/08/2010.

LACOSTE, Yves. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: Difel, 1975.

- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- LARA, Fernão Lopes Ginez. *Ensanche de Vallecas, mais uma miragem financeira global*. 2012 Disponível em <http://fotoflagrante.milharal.org>. Acesso em 01/08/2012.
- LEFEBVRE, Henry. A sociedade burocrática de consumo dirigido. In: _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *A modernização do vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. São Paulo, 2010. Dissertação de mestrado, orient. Prof. Dr. Dieter Hiedemann.
- LENINE, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: _____. *Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- LEMON, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989.
- LIONS Club International. [Http://www.lionsclubs.org](http://www.lionsclubs.org). Acesso em 29 de agosto de 2012.
- MAIA, Prestes. *Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1930.
- MANDEL, Ernst. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- MARTINS, José de Sousa. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. (org.) *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*: São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Depoimento*. Espaço & Debates, São Paulo, v.17, n. 42, 2001.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política - Volume I – Livro primeiro – Tomo 1 – O processo de produção do capital*. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.
- _____. *O Capital – Crítica da economia política – Volume II – Livro primeiro – Tomo 2 – O processo de produção do capital*. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985b.
- _____. *O Capital – Crítica da economia política – Volume III – Livro segundo – O processo de circulação do capital*. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985c.
- _____. *O Capital – Crítica da economia política – Volume III/1 – Livro terceiro – O processo global da*

- produção capitalista*. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O Capital – Crítica da economia política – Volume V – Livro terceiro – O processo global da produção capitalista*. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- _____. *El capital - Livro I capítulo VI (inédito) – Resultados del proceso inmediato de producción*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 2009a.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857~1858 – Volume 2*. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 2009b.
- MASAROLO, Pedro Domingos. *História dos bairros de São Paulo – Bairro de Vila Mariana*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura, 1971.
- MANZIONE, Daniel. *Manuscritos da dissertação de mestrado*. DG-FFLCH / USP, 2012 (Texto não publicado).
- MONBEIG, Pierre. O crescimento da cidade de São Paulo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Cidade de São Paulo*. Globo. São Paulo: 2004.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NUM, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Populações “Marginais”*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- OLIVEIRA, Antônia Alves de; ALMEIDA, Júlio Gomes; MAHFOUD, Miguel; CAVICHIOLI, Silvana (orgs.). *Nordestinos em São Paulo: depoimentos*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- OLIVEIRA, Fransico de. *Eligia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2007.
- PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella. *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/São Paulo Marco Zero / FAPESP, 1993.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *Espaço, técnica e construção – o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade:favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1977.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERES, Elena Pájaro. *Exuberância e invisibilidade: populações moventes e cultura em São Paulo*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de História Social – USP, 2006.

PIMENTEL, Alessandra. *Quem foi Ana Maria Poppovic: memorial*. São Paulo: Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, sd. Disponível em <http://www.pucsp.br/clinica/clinica/poppovic.html>. Acesso em 28/08/2012.

PITTA, Fábio Teixeira. *Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DG-FFLCH-USP, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal, volume 1*. Rio de Janeiro / São Paulo: Cofecin – Cepal, Record, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. A literatura como fonte de dados para a sociologia. In: LUCENA, Célia Toledo & ALLI (orgs.). *Pesquisa em ciências sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: Humanitas, 2008.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SÃO PAULO (Município). *Desfavelamento do Canindé*. São Paulo: PMSP, Divisão de Serviço Social, 1962.

SÃO PAULO (Município). *Projeto de remoção de favelas*. PMSP, Secretaria de Bem Estar Social / Departamento de Habitação e Trabalho / Divisão de Habitação, 1971.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios Metropolitanos; EMPLASA. *Reconstituição da memória estatística da Grande São Paulo*. São Paulo: EMPLASA, 1983. v.2.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. *Planta da Cidade de São Paulo – 1924*. São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Acervo - Tombo: 1162. Disponível em:

<http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/1920.php>. Acesso em 26/09/2012.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos.

1992. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, julho de 1996, p.15-36.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros –*

valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia – USP, São Paulo, 1987.

SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e*

a diversificação da economia cafeeira paulista (1803-1897). Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 2011.

SOLNIK, Alex. O Klabin 'pobre'. *Gazeta Russa*. Disponível em:

http://gazetarussa.com.br/articles/2012/03/01/o_klabin_pobre_14264.html. Acesso em: 20/09/2012.

TANAKA, Marta Maria Soban & Equipe LAP-FINEP. M.U.D.: a vivência da realidade e a prática do fazer:

Movimento Universitário de Desfavelamento – SP. *Cadernos de Pesquisa do LAP- Laboratório de estudos sobre urbanização, arquitetura e preservação*, São Paulo: FAU-USP, n. 6, Maio/junho, 1995.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Depois da queda ou a cidade que virou favela. *Espaço & Debates*, no. 12, 1984, p.37-65.

TELÊMACO BORBA (Cidade). Histórico. Disponível em:

http://www.telemacoborba.pr.gov.br/a_cidade/historico/historico.php . Acesso em 09/05/2012.

TZVETAN TODOROV. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

VALLA, Victor. *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro – 1940-1985*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da

segregação social. In: BOGUS, Lúcia Maria M. & WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (orgs.). *A luta pela*

cidade em São Paulo. São Paulo: Cortez, 1992.

VILLAÇA, Flávio. Elites, desigualdade e poder municipal. In: CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena; SACCHETA, Vladimir (orgs.). *São Paulo: Metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Senac, 2004.

Referências literárias

ANTONIO, João. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. *Dedo duro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

LONDON, Jack. *Contos*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Jornais

Diário Popular (DP). 1961 e 1962.

Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP). Vários anos, entre 1952 e 1970. Consultado em

<http://www.jusbrasil.com.br> e <http://www.imprensaoficial.sp.gov.br>

O Estado de São Paulo (OESP). Vários anos, entre 1930 e 1969.

Folha Da Manhã (FDM). Vários anos, entre 1941 e 1960. Consultado em: <http://acervo.folha.com.br>

Folha Da Noite (FDN). Vários anos, entre 1941 e 1960. Consultado em: <http://acervo.folha.com.br>

Folha de São Paulo (FSP). Vários anos, entre 1960 e 1970. Consultado em: <http://acervo.folha.com.br>

Materiais de referência e outros documentos

ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Anuário do Colégio São Luís: prêmio ou menção 1968*. São Paulo: Gráfica Sangirard, 1968.

_____. *Anuário do Colégio São Luís: quadro de honra, prêmio ou menção 1972*. São Paulo: Gráfica Sangirard, [197?].

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. *Atos da revolução de 1964*. Volume I. De 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN. *História de Klabin S.A. (1889-2010)*.

Material institucional do Grupo Klabin S.A., São Paulo, 2010.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. 2a. Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Processos judiciais

Número: 29.771/1955. *João Botecchia x Prefeitura do Município de São Paulo*. 1a. Vara de Registros Públicos do Estado de São Paulo. 2 volumes.

Número: 125.475/1956. *Mina Klabin Warchavchik e outros x José Augusto Lopes e outros*. 11a. Vara Cível do Estado de São Paulo. 8 volumes.

Mapas e Cartas

THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT & POWER Co. Ltd., Repartição de Eletricidade. *Planta da Cidade de São Paulo e municípios circunvizinhos*. São Paulo, janeiro de 1943. Arquivo digitalizado. Resolução: 7841x4569px. Formato: jpeg. Escala do original: 1:50.000. Disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/img/mapas/1943.jpg>. Original no IGC/SP.

Filmes e documentários

A MARGEM. Produção de Ozualdo Candeias. Brasil, 1967. 96 min. Preto e Branco. Drama.

A VIDA de Lula. Produção de Duda Mendonça. Brasil, 2002. Cor. Programa eleitoral.

CIDADE ameaçada. Produção de Roberto Farias. Brasil, 1960. Preto e Branco. Drama policial.

CONTERRÂNEOS velhos de guerra. Produção de Vladimir Carvalho. Brasil: Vertovisão, 1990. 153 min. Cor. Documental.

ENTRE Rios. Produção de Caio Silva Ferraz, Luana de Abreu, Joana Scarpelini. Brasil: SENAC, 2009. 25 min. Cor. Documental. Disponível em <http://vimeo.com/14770270>. Acesso em 10/03/2011.

IRACEMA - Uma Transa Amazônica. Produção de Jorge Bodansky. Brasil, França, Alemanha Ocidental. 1976. 91 min. Cor. Drama documental.

MEMÓRIAS del saqueo. Produção de Fernando Pino Solanas. Argentina, França, Suíça: ADR Productions etc. 2004. 120 min. Cor. Documental.

MTST – Uma dignidade que não se rende. Produção da Brigada de Guerrilha Cultural do MTST. Brasil, 2005. Cor. 32 min. Documental.

PEÕES. Produção de Eduardo Coutinho. Brasil. 2004, 85 min. Documental.

SÃO Paulo 1943. Produção do U.S. Office of Strategic Services. Estados Unidos, 1944. 9 min. Preto e Branco. Documental.

SÃO Paulo Sociedade Anônima. Produção de Luis Sergio Person. Brasil: Socine Produções Cinematográficas, 1965. 107 min. Preto e Branco. Drama.

Músicas

AUDIÊNCIA AO PREFEITO. Tobis e Orlando Libero. 1958.

DA LAMA AO CAOS. Chico Science & Nação Zumbi. *Da lama ao caos*. 1994

DEUS CRIA A ROTA MATA. Sistema Negro e Dina Di. *Na febre*. Campinas, 2000.

MULHER, PATRÃO E CACHAÇA. Adoniran Barbosa e Osvaldo Molles. São Paulo, 1968.

NEGRO DRAMA. Racionais Mc's. *Nada como um dia após o outro dia*. São Paulo, 2002.

PINHEIRINHO. Davi Perez. 2012.

Entrevistas

1) **Francisco**, entrevista realizada no dia 24/03/2010. Morador da Chácara Klabin, de origem italiana.

Chegou ao local nos anos 1950, presenciou o surgimento da favela. Pequeno empreiteiro e mestre de obras, contratou pedreiros e assistentes da favela para trabalhar em seus serviços. Em sua residência, também empregou mulheres como empregadas domésticas.

2) **Gijo**, entrevista realizada no dia 17/10/2010. Morador da Chácara Klabin, brasileiro de família italiana.

Possui um pequeno negócio familiar de fabrico e comercialização de linguças artesanais. Vizinho da favela, tinha amigos e frequentava bailes que aconteciam no interior do Vergueiro.

- 3) **Dirceu**, entrevista realizada no dia 22/03/2010. Morador da Chácara Klabin, de origem do interior paulista, de cidade não especificada. Morava numa casa de alvenaria fora da favela, mas numa de suas entradas. Frequentava os botecos e jogos de futebol do Vergueiro.
- 4) **Dona Margot Veras**, entrevista realizada no dia 24/04/2012. Moradora da Vila Mariana, foi diretora do Grupo Escolar São José, que atendia exclusivamente crianças da favela do Vergueiro. Relatou seus contatos com as crianças e parentes.
- 5) **Amaral**, entrevista realizada no dia 29/08/2012. Morador da Vila Mariana, vizinho ao Vergueiro. Viveu sua infância – desde 1962, aos 9 anos de idade – no local, tendo tido contato com crianças e pessoas adultas moradoras do Vergueiro. Relatou os campeonatos de futebol, clubes de baloeiros e pipa.

**Anexo 1: fotografia
aérea em 1958**

*favela do Vergueiro ao
centro,
acima Ipiranga,
abaixo Av. Domingos de
Moraes*

*(a fotografia foi orientada
em formato retrato para
melhor visualização; norte à
esquerda)*

*(Fonte:
Multispectral – Base –
Geoportal – Nasa
<http://www.geoportal.com.br>)*

Anexo 2: fotografia aérea em 2008

*Chácara Klabin ao centro
acima av. Ricardo Jafet,
abaixo Domingos de Morais*

*(a fotografia foi orientada
em formato retrato para
melhor visualização; norte à
esquerda)*

*(Fonte:
Multispectral – Base – Geoportal
– Nasa
<http://www.geoportal.com.br>)*

Anexo 3 - Favelas e bairros relacionados à favela do Vergueiro

Assinaladas por cor, da mais antiga (amarelo) à mais recente (vermelho); em laranja, a favela do Vergueiro

(Fonte: Google Maps – acessado em 15/06/2012 – organização nossa)

D. Agnelo inaugura posto e escola para favelados

D. Agnelo celebra a missa inaugural da capela construída na favela do Vergueiro

Com a presença do cardeal arcebispo de São Paulo, dom Agnelo Rossi, banda de música e muita festa, inaugurou-se na manhã de ontem o centro educacional, um posto de atendimento, e uma capela na favela do Verguelro. A obra, construída pelos próprios favelados, com fundos da Campanha da Fraternização, contribuições de estudantes e o resultado da venda do livro "A Realidade sobre o Problema da Favela", de Wilson Abujamra, foi orientada pelo MOV — Movimento das Organizações Voluntárias pela Promoção do Favelado.

SENTIDO PROMOCIONAL

O presidente da entidade, sr. Wilson Abajamra, evidenciou na oração que as instalações fazem parte de um plano que visa, de maneira, à promoção do favelado, sem ter um caráter meramente assistencial. No edifício de madeira, de dois andares, funcional, no térreo, a capela, e nas salas superiores, cursos noturnos de alfabetização de adultos e, durante o dia, cursos primários.

A instalação de um altar moror na capela permitirá o aproveitamento de todo o espaço do templo. Quando não houver na capela, proporcionar-se-á um terreno ou edifícios (clubes de mães e crianças de menores), com de cursos de educação e orientação moral, com palestras, cinema ou duas vezes por semana.

Os clubes de mães, administrados pelo MOV, reúnem as mães moradoras nas favelas para dar-lhes orientação educacional, alfabetização, aulas de arte, culinária e costura doméstica, puericultura etc. Os clubes de menores, funcionam com a mesma estrutura, com o objetivo de orientar as crianças no senti-

do de adaptá-las à sociedade no futuro, através da obtenção de empregos e colocação em escolas. Além disso, organizam a recreação dos papetões, fazendo, com a formação de times de futebol, ginástica, etc.

POSTO DE ATEND

O posto de atendimento, dividido em dois barracões situados em pontos diferentes da favela do Verguelho, inclui um ambulatório médico, um ambulatório de atendimento geral (para coloração dos favelados em fabrica e comércio nos locais de origem), e os que desejarem, e obtenção de documentos, serviço de triagem da situação física e nomeia da população favelada e orientam para os que estão construindo e os próprios, de acordo com o Plano Nacional de Habitação. Procura também fornecer medicamentos nos mais necessários.

No barracão do posto de atendimento situado nos fundos da favela será instalada futuramente um "playground", segundo informou o sr. Wilson Abumamra. Para os favelados, as obras inauguradas ontem representam, mais que a introdução de um meio de conforto, uma possibilidade de ganhar condi-

ções para deixar a favela. Diversos, deles, ao manifestar essa opinião, comentaram que de nada adianta "ter escolas e serviços de atendimento na favela se não forem auxiliados para melhorar seu nível econômico e educacional", para obterem bons empregos e deixarem a favela.

Depois, que o cardeal ben-
zen as novas instalações, a
celebrada missa é ampal na
praça central da favela, se-
guida de espetáculo de mu-
sica caipira, por artistas locais,
e marulim é dobrado ex-
ecutado pela Banda da Guir-
da Civil. Depois, que o tol-
di praça uma partida de fu-
tebol entre leonistas e o
União do Vereador EC, que
representará os leonistas do
Vereador no Torneio de Fi-
tebol Interfavelas, promovido
pelo MOV.

O BAIXO NÍVEL.

Na favela do Verteiro funciona atualmente uma escola primária da Prefeitura, com 400 alunos. A maioria de mais sete, porém, não resolveu o problema de atendimento da população. São milhares de crianças sendo o presidente do MOV, o prefeito da cidade, Sr. Maurício Vargas, desta maneira. Ambos mencionaram então a situação que enfrentam e a possibilidade de que a Prefeitura implantar na favela uma escola pública, além de outras. No entanto, a serem construídas em contras favor.

Mãe dona Marjorie acha isto insuficiente. A seu vez, é fundamental a instalação de um curso vocacional no Vergueiro. E' ela também que faz uma revelação: o QI equivalente de inteligência das crianças favorecidas é na grande maioria inferior ao médio. A diretora

atribui isso a várias causas. A principal delas é a falta de conhecimento e de experiência da criança em lidar com o ambiente. Segundo a professora, a influência negativa do próprio ambiente é a procura de um lugar só o suficiente das crianças com a ajuda da Prefeitura, que fornece alguma alimentação e uniformes, a colunização de normalistas, a quem pede livros, cadernos e um "certo" constante, que conquistam a confiança dos alunos e de seus pais.

**CAMPANHA DA
FRATERNIDADE**

[illegible]

É a partir daí que o Brasil deixa para trás o passado de nação pobre e de povo empobrecido. (Petrônio Góes, da revista Rampa e Tatu, falando ao jornalista, trata o jornalista de "pequeno ato de nobreza" e de "compromisso"). A principal atitude que é necessária para isso foi, na verdade, passiva: "a humilhação de quem, que deu ao milhão, o dinheiro, para a Campanha da Fraternidade".

(Fonte: FSP, 10/04/1967)